



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

Jorge Luís dos Santos Alves

**Malheiro Dias e o luso-brasileirismo –
Um estudo de caso das relações culturais
Brasil - Portugal**

Rio de Janeiro
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Jorge Luís dos Santos Alves

**Malheiro Dias e o luso-brasileirismo –
Um estudo de caso das relações culturais
Brasil - Portugal**



Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

Rio de Janeiro
2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

Alves, Jorge Luís dos Santos.

Malheiro Dias e o luso-brasileirismo – um estudo de caso das relações culturais
Brasil-Portugal/Jorge Luís dos Santos Alves – 2009.

361f + Anexos

Orientadora: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Programa de
Pós-graduação em História, 2009.

1. Imigração. 2. Luso-brasileirismo. 3. Lusofobia. 4. Nação. 5. Nacionalismo.
I. Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação.

Assinatura

Data

Jorge Luís dos Santos Alves

**Malheiro Dias e o luso-brasileirismo –
Um estudo de caso das relações culturais
Brasil - Portugal**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em:
Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (orientador) – UERJ

Prof^a Dr^a Gilda Santos – UFRJ

Prof^a Dr^a Gladys Sabina Ribeiro – UFF

Prof^a Dr^a Ismênia de Lima Martins – UFF

Prof Dr Orlando de Barros – UERJ

Prof^a Dr^a Lúcia Maria Paschoal Guimarães – UERJ

Rio de Janeiro
2009

DEDICATÓRIA

Para minha esposa Maria Inês e
meus filhos Maria Gabriela, Luís Américo
e Pedro Gabriel (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, pelo encorajamento e estímulo dado durante a realização deste trabalho.

Aos professores da banca de qualificação por suas críticas e sugestões: Prof^a. Dr^a. Gladys Sabino Ribeiro, Prof^a. Dr^a. Ismênia Lima Martins e Prof^a. Dr^a. Lúcia Maria Paschoal Guimarães.

Ao presidente do Real Gabinete Português de Leitura, António Gomes da Costa, e a diretora do Pólo de Pesquisa Luso-Brasileiro, Prof^a Dr^a. Gilda Santos, pelo assentimento do meu acesso à coleção de Carlos Malheiro Dias sob a guarda da instituição e que permitiram, em grande parte, a realização desse estudo.

As bibliotecárias, Carla Rosa Martins Gonçalves e Vera Lúcia de Almeida, Fabiano Cataldo de Azevedo, e demais funcionários da biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, pelo apoio prestado durante os quatro anos de pesquisa no acervo da instituição.

A Antônio Gonçalves Fonseca pelos valiosos empréstimos de sua biblioteca pessoal que muito auxiliaram na concretização dessa Tese.

RESUMO

ALVES, Jorge Luís dos Santos. **Malheiro Dias e o luso-brasileirismo – Um estudo de caso das relações culturais Brasil - Portugal**, 2009. 361 f + Anexos. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

O exame das relações culturais luso-brasileiras, dos seus elementos de ruptura e continuidade, repulsa e atração, constitui o propósito desse estudo. São abordadas as singularidades destas relações motivadas tanto pelos fatores herdados do passado colonial, como a língua, quanto da permanência, por um largo período de tempo, da emigração portuguesa e da perenidade da sua influência por meio das inúmeras instituições filantrópicas, culturais e recreativas fundadas no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX. Estes elementos influíram na conformação de uma dada percepção e imagem da identidade e da nação brasileira e criaram o terreno para o discurso do luso-brasileirismo enunciado por intelectuais brasileiros e portugueses. Entre estes últimos é destacada a figura do escritor e jornalista Carlos Malheiro Dias como trajetória exemplar do fenômeno cultural do luso-brasileirismo.

Palavras-chave: Imigração. Luso-brasileirismo. Lusofobia. Nação. Nacionalismo.

ABSTRACT

The purpose of this study is to examine Luso-brazilian cultural relations by considering its elements of continuity and rupture, attraction and repulsion. It approaches singularities in these relations motivated both by factors inherited from the colonial past, such as language, and by the long-running Portuguese emigration and the perennial influence it has exerted by means of innumerable cultural, philanthropic and recreational institutions founded in Brazil over the 19th and 20th centuries. These elements contributed to the formation of a specific perception and image of Brazilian identity and of Brazil as a nation and also laid the groundwork for the Luso-brazilian discourse uttered by Brazilian and Portuguese intellectuals. Among the latter, Carlos Malheiro Dias's trajectory as writer and journalist is highlighted as exemplary of the cultural phenomenon known as Luso-brazilianism.

Keywords: Immigration. Luso-brazilianism. Lusophobia. Nation. Nationalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1

I. O LUSO-BRASILEIRISMO: OS INTELLECTUAIS E O INTERCÂMBIO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO.

12

1 **As relações Brasil-Portugal: do reconhecimento da Independência do Brasil ao Tratado de 1953.**

2

26

3 **O imigrante português e o luso-brasileirismo.**

39

4 **Os intelectuais portugueses e a brasilofilia.**

51

4.1 A “invenção” de Portugal.

51

4.2 A trajetória de três intelectuais portugueses no Brasil.

57

4.3 Algumas revistas luso-brasileiras.

66

5 **Os intelectuais lusófilos.**

72

6 **Cultura, política e sociabilidades.**

85

II. O CONTRAPONTO AO LUSO-BRASILEIRISMO: MANOEL BOMFIM,

ÁLVARO BOMÍLCAR, ANTONIO TORRES E JOÃO RIBEIRO.

111

1 **O instinto da nacionalidade: língua, literatura e nação.**

111

2 **O instinto da nacionalidade: raça e nação.**

134

3 **Os males de origem: o parasitismo da colonização e a herança ibérica.**

142

4 **O nacionalismo “radical” lusófono.**

151

5 **O despotismo da metrópole: “*As Razões da Inconfidência*”.**

163

6 **Nacionalismo literário: o luso-brasileirismo e o colonialismo cultural.**

175

III. A TRAJETÓRIA DE CARLOS MALHEIRO DIAS (1875-1941): UM ESCRITOR LUSO-BRASILEIRO.

185

1 A trajetória intelectual e política de Carlos Malheiro Dias.

185

2 Malheiro Dias: ficcionista, jornalista e historiador.

214

2.1 “A Mulata”.

214

2.2 Do realismo ao neo-romantismo histórico: o esboço de um retrato do Portugal

oitocentista.

223

3 Os discursos e as práticas: a concepção das relações luso-brasileiras de Malheiro Dias.

236

3.1 Literatura e nacionalismo literário.

236

3.2 A imigração portuguesa e o Brasil.

240

3.3 Brasil: “super-Portugal nas Américas”. O Brasil como projeção de Portugal.

244

4 Malheiro Dias e os círculos intelectuais luso-brasileiros.

248

IV. A MEMÓRIA DO LUSO-BRASILEIRISMO NA HISTORIOGRAFIA.

A

HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL

265

1 O sentido das comemorações. Comemorações da nação e da nacionalidade.

265

2 O contexto político e cultural

277

3 Gênese da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

284

3.1 As motivações.

284

3.2 Edição, publicação e financiamento.

288

4 Os autores e editores da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

297

5 Os textos da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

303

6 Apropriações, leituras e percepções da *História da Colonização Portuguesa Do Brasil*.

313

6.1 Erudição histórica e literatura.

313

6.2 Reações e Percepções à *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

318

CONCLUSÃO

335

FONTES E BIBLIOGRAFIA

342

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Para Eduardo Lourenço, a comunidade luso-brasileira não passa de sonho falso, ressentimento e delírio de Portugal. Mito inventado e incorporado pelos portugueses sem eco no outro lado do Atlântico, a luso-brasilidade olharia para o passado, daria as costas para o futuro e ignoraria o presente.¹ O mito da comunidade luso-brasileira se somaria ao conjunto de percepções e imagens elaboradas e consumidas por Portugal como o sebastianismo e o saudosismo. Outro intelectual tão cosmopolita quanto Lourenço, o diplomata e escritor Alberto da Costa e Silva alude aos “mal-entendidos afetuosos” que dominam as relações luso-brasileiras. O “paraíso perdido” e a “terra prometida” são representações com as quais, respectivamente, brasileiros e portugueses, percebem-se mutuamente e procuram dar sentido às relações individuais e coletivas.²

Embora a retórica tenha um lugar especial na descrição e defesa das relações entre Brasil e Portugal não é possível esquecer, ou colocar em segundo plano, as aproximações individuais, coletivas e institucionais, construídas, principalmente, entre os círculos intelectuais brasileiros e portugueses há quase dois séculos. Da mesma forma, a existência de uma numerosa colônia de imigrantes portugueses no Brasil contribuiu, desde a independência, para articular o discurso que sublinha a especificidade das relações luso-brasileiras. Dessa dupla situação, resultou a construção da idéia de comunidade e fraternidade luso-brasileira mais acentuada nos campos afetivo e cultural do que no político, econômico e diplomático.

O exame das relações culturais luso-brasileiras, dos seus elementos de ruptura e continuidade, repulsa e atração, constitui o propósito desse estudo. Pretendeu-se abordar as singularidades destas relações motivadas tanto pelos fatores herdados do passado colonial, como a língua, quanto da permanência, por um largo período de tempo, da emigração portuguesa e da perenidade de sua influência por meio das inúmeras instituições filantrópicas, culturais e recreativas fundadas no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX. Esses elementos influíram na conformação de uma dada percepção e imagem da identidade e da nação brasileira e criaram o terreno para o discurso do luso-brasileirismo enunciado por intelectuais brasileiros e portugueses.

O luso-brasileirismo, luso-brasilismo ou luso-brasilidade defende uma representação da nação fundamentada em uma visão lusófila da história e da cultura brasileira associada também à memória coletiva da colônia portuguesa. Avaliar o luso-brasileirismo é dissecar as estratégias, intencionais ou não, de valorização do legado português na memória

¹ Cf. Eduardo Lourenço. Nós e o Brasil: ressentimento e delírio. In: *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1999, p. 135-144 e Portugal-Brasil: um sonho falso e um único sonhador. In: *Op. cit.*, p. 155-160.

² Alberto da Costa e Silva. Paraíso Perdido e Terra Prometida. *Convergência Lusíada* (20). Número especial. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2003, p. 23-25.

nacional. Entre os emigrantes portugueses houve uma parcela, reduzida em termos quantitativos, mas bastante significativa na vida cultural brasileira, de indivíduos dedicados ao trabalho intelectual em jornais, revistas e gabinetes literários. Pela mediação desses agentes, os intelectuais brasileiros e portugueses constituíram redes de sociabilidade, nas duas margens do Atlântico, impulsionados pelo nacionalismo e pela convergência identitária.

O luso-brasileirismo e o viés lusófilo da intelectualidade brasileira foram criticados, por sua vez, por uma percepção do meio nacional, que privilegiava os fatores de ruptura/descontinuidade e antagonizava a herança portuguesa adjetivada como colonial, passadista e tradicionalista. Portugal e os portugueses simbolizavam os aspectos civilizacionais e culturais de atraso que o Brasil e os brasileiros deveriam se apartar e diferenciar para alcançar o progresso e a modernidade. Nesse sentido, diferenciação e ruptura em relação ao antigo colonizador eram ressaltadas com o objetivo de afirmar a nacionalidade brasileira como “americana” e sem os vícios da metrópole.

À medida que ocorriam no Brasil diferenciações que influíam na percepção recíproca de brasileiros e portugueses avultavam de importância as rupturas e continuidades nas relações culturais entre as quais se sobressaíam a literatura e a língua como agentes de aproximação, distanciamento e objetos de polêmica. A literatura, principalmente, constituiu um elemento fundamental no entendimento e formulação do luso-brasileirismo, pois seus promotores brasileiros e portugueses, em grande número, literatos e jornalistas, exercitavam a pena como forma de sobrevivência. Inúmeras questões presentes nessas relações, na primeira metade do século XX, são desdobramentos de problemas levantados no século anterior e estão associadas a diversas concepções de nação e nacionalidade. Cabe citar a celeuma criada pela publicação d’ *As Farpas* por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão; *O Cancioneiro Alegre de poetas portuguesas e brasileiros*, de Camilo Castelo Branco, em 1879; os infundáveis debates entre os filólogos e gramáticos em torno da unificação ortográfica ou o processo de diferenciação da língua portuguesa cujo destino final, para o nacionalismo linguístico antilusitano caminhava para o reconhecimento da “língua Brasileira”.

Nesse contexto, as práticas e representações culturais do luso-brasileirismo estão registradas nas obras de inúmeros autores brasileiros e portugueses desde a segunda metade do século XIX até meados do século XX. No Oitocentos, fazia-se presente o lusismo, um dos componentes do luso-brasileirismo, de escritores admiradores dos clássicos da literatura portuguesa, capitaneados por Camões, aos quais se juntavam alguns outros escritores mais contemporâneos por motivo da novidade estilística ou como modelos de criação literária. No início do século XX, a percepção de distanciamento entre Brasil e Portugal deu origem a

movimentos sistemáticos de aproximação intelectual, identificados ao luso-brasileirismo, logo associados a intenções políticas de cunho nacionalista, com apoios mais sólidos em Portugal do que no Brasil, como foi o caso da Confederação Luso-Brasileira e da Comunidade Luso-Brasileira.

Embora o trabalho não apresente um cunho biográfico, as abordagens que tratam da biografia foram aplicadas para clarificar e estabelecer as relações entre o individual e o mundo social luso-brasileiro. Nesse sentido, as atividades políticas, literárias e jornalísticas de Carlos Malheiro Dias, elemento representativo no interior da constelação de intelectuais produtores do discurso luso-brasileiro, constituem um dos pontos principais levantados por esse estudo. A ação e o pensamento de Malheiro Dias, todavia, só podem ser entendidas quando associadas ao conjunto de intelectuais brasilófilos (Álvaro Pinto, Jaime Cortesão, José Osório de Oliveira, Julio Dantas, Ricardo Severo, João de Barros) e lusófilos (Afrânio Peixoto, Coelho Neto, Elísio de Carvalho, Gilberto Freyre, João do Rio, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, Medeiros e Albuquerque, Ronald de Carvalho) e contextualizada no ambiente político (Liberalismo e Nacionalismo) e cultural (Romantismo, Realismo/Naturalismo, Modernismo) em que as suas práticas e representações foram elaboradas e discutidas.

As atividades de Malheiro Dias, principalmente entre 1913 e 1935, estão associadas a vários círculos de sociabilidade do Rio de Janeiro e de Lisboa. No Rio de Janeiro são os comendadores da colônia portuguesa, os escritores, jornalistas e profissionais liberais, brasileiros e portugueses, que pontificavam na Academia Brasileira de Letras, no Real Gabinete Português de Leitura, nas redações dos jornais e revistas. Em Lisboa, Malheiro Dias é sócio da Academia das Ciências de Lisboa e mantém relações com intelectuais e movimentos político-culturais muitas vezes dissociados e até antagônicos das suas concepções.

Malheiro Dias não só foi um elemento representativo destes círculos, no Brasil e em Portugal, como se tornou na perspectiva adotada nesse estudo, o mais relevante intelectual da colônia portuguesa no Brasil entre as décadas de 1910 e 1930. No Brasil, manteve os vínculos com o contexto político e cultural de Portugal e se enfrontou nos debates tanto literários quanto políticos que agitaram aquele país durante o período final da monarquia, a Primeira República (1910-1926) e o início do regime salazarista. A conjuntura de instabilidade econômica e política ampliou as dúvidas e as incertezas da viabilidade da sobrevivência de Portugal como nação. Em uma época classificada como de declínio econômico, moral e político evocava-se o passado épico das Grandes Descobertas como megaevento inspirador para qualquer programa de regeneração política, cultural e moral do

país. A trajetória de Malheiro Dias, as múltiplas atividades que exerceu e a posição que ocupou no ambiente social e cultural, tanto no Brasil quanto em Portugal, talharam o perfil de “escritor luso-brasileiro” destacado por seus biógrafos (Joaquim Paço d’Arcos, João Bigotte Chorão, Luis Forjaz Trigueiros) e pelos apologistas da aproximação luso-brasileira como Álvaro Pinto, João de Barros e Nuno Simões.

O luso-brasileirismo teve grande dinamicidade e significação em Portugal. Nesse país, os desdobramentos culturais e políticos, que o motivavam, estiveram articulados com o processo de descoberta da nação e da nacionalidade portuguesas pelos intelectuais. A partir desse processo, conhecido como “reaportuguesamento”, construiu-se em Portugal o aparato simbólico para representar a identidade nacional: bandeiras, hinos, monumentos, comemorações e a percepção do camponês e do mundo rural como expressão da “alma” da nacionalidade. No imaginário do “reaportuguesamento”, o Brasil, um Brasil imaginário, ocupa um lugar essencial. O Brasil simbolizava o Portugal construtor de nações com o qual a concepção do “reaportuguesamento” buscava dinamizar o presente e projetar o futuro. Um futuro ainda associado ao colonialismo e à idéia de império, dessa vez na África, o continente dos “novos Brasis”.

A tese procura também traçar a conformação do campo literário no Brasil e em Portugal entre a segunda metade do século XIX e as décadas iniciais do século XX e suas conexões com a percepção recíproca entre os dois povos. Nesse estudo, os intelectuais são examinados como agentes na produção, interpretação e divulgação das imagens e percepções recíprocas de portugueses e brasileiros, explicitadas, por exemplo, no estereótipo do “português ignorante” e do “brasileiro arrivista”. Esse último com uma dupla identificação: o brasileiro nato ou o português “torna-viagem”.

As temáticas mencionadas foram desenvolvidas com a aplicação de algumas noções que serviram de guia para desbastar e esclarecer os problemas levantados: a memória coletiva, os “lugares de memória”, a biografia, a cultura política, a linguagem política e o imaginário.

A memória é uma atividade psíquica que assegura a fixação dos acontecimentos. Segundo Halbwachs, a memória coletiva está inserida no quadro espacial em que os indivíduos exercem suas atividades sociais. Ela está identificada com as vivências e experiências do indivíduo no interior de uma determinada comunidade.³ No século XIX (o século da história), o historicismo e o positivismo elaboraram uma concepção de identidade nacional paralela e articulada à memória do Estado (memória oficial). Esta foi perpetuada nos manuais escolares, comemorações, monumentos e museus. São os “lugares de memória”, lugares topográficos, simbólicos e funcionais em que se cruzam e se superpõem diferentes memórias além daquela oficializada como memória histórica/nacional.⁴ A memória coletiva e os “lugares de memória” são conceitos utilizados na análise do processo de articulação da memória luso-brasileira à memória nacional tendo como documento principal a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, entendida como um lugar funcional de memória.

Os pressupostos básicos aplicados na relação entre o individual e o coletivo nesse aspecto do estudo têm como referências as obras de Bourdieu, Levi e Levillain que tratam do uso da biografia.⁵ A trajetória individual é inserida na superfície social de modo a

³ Maurice Halbwachs. *Memória Coletiva*. [Trad. Laurent Leon Schaffter]. São Paulo: Edições Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

⁴ Pierre Nora. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. *Les Lieux de mémoire*. v. I – *La République*. Paris: Éditions Gallimard, 1984, p. XV-XLII.

⁵ Pierre Bourdieu. A ilusão biográfica. In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (coord.). *Usos e abusos da História Oral*. [Trad. Luiz Alberto Monjardim, Maria Lucia Magalhães e Maria Izabel Almeida]. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191. Giovanni Levi. Uso da biografia. In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. *Op. cit.*, p. 167-182. Philippe Levillain. Os protagonistas da biografia.

identificarem-se as relações de sociabilidade, o compartilhamento de uma dada percepção do mundo social e os deslocamentos que vão de encontro à noção de unicidade e racionalidade do indivíduo que caracteriza a chamada “ilusão biográfica”.

O conceito de cultura política (práticas e instituições políticas, tradições, ideais) é outra ferramenta utilizada para examinar a dimensão coletiva e individual do fenômeno do luso-brasileirismo. A cultura política permite a ampliação da compreensão do político para o mundo das representações e práticas. Nesse sentido, determinadas referências apóiam o discurso do luso-brasileirismo: as lembranças históricas (a descoberta, a colonização portuguesa e a independência do Brasil); os personagens consagrados tanto da história (Cabral, Dom João VI, Dom Pedro I) como da literatura (Camões); os documentos fundadores (a carta de Pero Vaz de Caminha); as comemorações dos centenários (Camões, a viagem de Vasco da Gama, a Descoberta do Brasil, a Abertura dos Portos, o Centenário da Independência do Brasil); e o léxico político (nação, nacionalismo, pátria, sebastianismo, unidade). A cultura política propicia também o acompanhamento dos procedimentos de exclusão de atores sociais concorrentes ou indesejáveis e as estratégias para a formulação de unicidade do discurso do imaginário político.⁶

Tanto no Brasil quanto em Portugal a cultura política nacionalista foi um vetor importante das políticas de aproximação cultural luso-brasileira. O nacionalismo esteve associado ao liberalismo monárquico, ao republicanismo e ao conservadorismo social conformando a imaginação política, a memória histórica e as práticas das relações luso-brasileiras.

O conceito de linguagem política é aplicado na análise do ideário político do luso-brasileirismo e em sua vinculação aos atores sociais. As enunciações (atos de fala e “jogos de linguagem”) num determinado contexto político indicariam as estratégias e os conflitos, tanto no seu interior quanto nas relações frente a outras culturas políticas, que permeiam uma dada sociedade.⁷ No caso do luso-brasileirismo, encontra-se uma pluralidade de linguagens políticas associadas a diferentes culturas políticas tradicionalistas, republicanas, liberais e nacionalistas, que atravessam o recorte temporal do trabalho.

In: René Rémond. *Por uma história política*. [Trad. Dora Rocha]. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, p. 141-184.

⁶ Serge Berstein. Nature et fonction des cultures politiques. In: Serge Berstein (org.). *Les Cultures Politiques en France*. Paris: Seuil, 1999, p. 7-31 e A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli (dir.). *Para uma história cultural*. [Trad. Ana Moura]. Lisboa: Editorial Estampa 1998, p. 349-363.

⁷ John G. A. Pocock. O conceito de linguagem e o métier d'historien. *Linguagens do ideário político*. [Trad. Fábio Fernandez]. São Paulo: Edusp, 2003, 63-82.

O fenômeno migratório é parte fundamental das relações luso-brasileiras. Os discursos, imagens, práticas políticas e culturais envolvidos nas relações Brasil-Portugal nos séculos XIX e XX estão intrinsecamente articulados à questão do imigrante português. Para Pierre Milza, os imigrantes constituem-se em agentes dinâmicos das relações entre os Estados. A relação entre imigrantes e nacionais propicia a produção de imagens, discursos, representações e estereótipos, frequentemente negativos e fomentadores de uma percepção do outro em que se mescla o real e o imaginário e deságua na memória coletiva. Milza destaca a importância da formação dos estereótipos impostos na memória coletiva pelo contato entre o imigrante e o nacional, pela imprensa e narrativas de viajantes. Outro aspecto é a percepção de invasão gerada pela concentração de imigrantes em áreas determinadas do país receptor. Por fim, conjugando as duas primeiras, as relações entre imigrantes e nacionais podem gerar situações conflituosas devido às manifestações xenófobas ou outras formas de perturbação social (criminalidade, greves, motins).⁸

As concepções conflitantes dos “luso-brasileiros” e do antilusitanismo sobre a herança portuguesa na identidade nacional brasileira são examinadas à luz das representações antagonicas da realidade social e de seus efeitos na construção do campo simbólico. Para Roger Chartier as representações estão relacionadas a estratégias complexas de poder e à dominação praticadas pelos atores sociais. O viés do “mundo como representação” permite a compreensão da relação entre o leitor e o texto e seu desdobramento na produção histórica de um sentido, as modalidades da relação com o mundo social: classificação e delimitação diferenciada da realidade, as práticas de reconhecimento da identidade social, as formas institucionalizadas das representações. As premissas de Chartier são úteis para examinar as relações de poder e dominação na comunidade imigrante portuguesa assim como as visões distintas do real produzidas pelos intelectuais vinculados ao luso-brasileirismo e os seus antagonistas antilusitanos.⁹

Como mencionado anteriormente, o foco principal de análise do luso-brasileirismo, mas não exclusivo, são os discursos e as práticas utilizadas por Malheiro Dias, sua posição no contexto das relações luso-brasileiras e na construção simbólica do caráter singular destas relações. No discurso desse autor, registra-se a ocorrência de uma linguagem política conservadora em progressivo deslocamento para o conservadorismo nacionalista fundamentado numa lógica antidemocrática e antiliberal – aliada às concepções etnocêntricas e raciológicas explicativas do mundo social – característica da situação político-social pós-

⁸ Pierre Milza. Avant-propos. *Relations Internationales* (12), hiver 1977, Paris, p. 277-279 e La migration internationale: um enjeu épistemologique? *Relations Internationales* (54), été 1988, Paris, p. 127-137.

⁹ Cf. Roger Chartier. O mundo como representação. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. [Trad. Patrícia Chittoni Ramos]. Porto Alegre: Editora da UFRGS 2002, p. 61-79 e *A História Cultural. Entre práticas e representações*. [Trad. Maria Manuela Galhardo]. Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

Primeira Guerra Mundial, quando se acirrava a crise de legitimidade e de identidade da ordem liberal.

As contradições e limites do liberalismo propiciaram a disseminação do pensamento nacionalista, conservador e autoritário cultivador de imagens, arquétipos e símbolos capazes de mobilizar o corpo social identificado com a nação. O pensamento de Malheiro Dias, inclusive sua perspectiva do luso-brasileirismo, foi permeado pelas “constelações mitológicas” do imaginário político estudadas por Raoul Girardet como indicadoras de coesão coletiva e temor do “outro”: o salvacionismo político (o sebastianismo), a idade de ouro, a unidade da nação e a conspiração.¹⁰ Essas noções foram utilizadas também no exame da cultura política nacionalista radical e antilusitana manifestada no Brasil no início da República e no declínio do Estado oligárquico.

As principais fontes utilizadas nesse estudo foram compulsadas na biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. A mencionada biblioteca contém um conjunto de fontes impressas (livros, folhetos, conferências, revistas) de autores brasileiros e portugueses, cujas obras estão associadas à cultura portuguesa e sua influência no Brasil. Cabe registrar as coleções das revistas *A Águia*, *Atlântida*, *Lusitânia*, *Nação Portuguesa*, *Terra de Sol*; os livros de homenagem, as conferências e discursos editados por ocasião de eventos com forte simbolismo para o luso-brasileirismo, além das obras de autores associados ao ideário lusófono, como Alcebíades Delamare, Álvaro Bomílcar e Jackson de Figueiredo.

A coleção Carlos Malheiro Dias, depositada na instituição supramencionada, constituiu uma importante fonte de documentos primários para o conhecimento das relações culturais luso-brasileiras a partir da perspectiva de um dos seus principais agentes intelectuais nas primeiras décadas do século XX. A coleção é composta de correspondência passiva (cartas), textos manuscritos, recortes de jornais e revistas e uma miscelânea de documentos impressos (cartões postais, cardápios, folhetos) e iconográficos. A correspondência passiva inclui as cartas remetidas a Carlos Malheiro Dias, por diversos intelectuais brasileiros (Coelho Neto, Ronald de Carvalho, Oliveira Lima, Oliveira Viana); portugueses (José Osório de Oliveira, António Sérgio, Raul Lino, visconde de Carnaxide, Marcelo Caetano, Afonso Lopes Vieira); e personagens anônimos, admiradores de sua obra literária e jornalística. Entre os manuscritos encontram-se o esboço de um capítulo planejado para o volume 4 da *História da Colonização Portuguesa do Brasil (O Governo Geral de Mem de Sá, a experiência de Villegagnon e a França Antártica no Rio de Janeiro)*, os originais de *Pensadores Brasileiros*

¹⁰ Raoul Girardet. *Mitos e mitologias políticas*. [Trad. Maria Lúcia Machado]. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

(coletânea de artigos publicados em 1934) e diversas conferências. Os recortes de jornais portugueses e brasileiros abrangem uma grande variedade de assuntos nos quais está inserida a atuação literária e política de Malheiro Dias, principalmente, entre 1916 e 1924 e na segunda metade dos anos trinta.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi consultado o acervo do Arquivo Epiácio Pessoa. Nele se encontram principalmente cartas, ofícios e relatórios relativos a diversos eventos das relações luso-brasileiras, como a nacionalização da pesca, a comemoração do centenário da Independência e o nacionalismo antilusitano na primeira metade da década de 1920.

A coleção da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* é outra fonte examinada para o trabalho. A análise dos múltiplos interesses e motivações em torno dos três volumes dessa obra permite traçar a história e a memória presentes nas práticas e representações culturais luso-brasileiras desde a dimensão individual (autores, leitores e patrocinadores) até as percepções coletivas de nação e da identidade nacional portuguesa e seus desdobramentos no Brasil.

Pautada no quadro teórico discriminado e nas fontes relacionadas, a redação da tese, por sua vez, foi construída por meio das hipóteses:

- O discurso e as estratégias culturais e políticas vinculadas à concepção do luso-brasileirismo constroem uma representação simbólica da identidade nacional brasileira, fundamentada na continuidade histórica e cultural de valorização do passado colonial e da cultura portuguesa.

- No discurso nacionalista de parcela das elites portuguesas, tanto em Portugal quanto na colônia de emigrados, o Brasil é percebido como uma projeção histórica e cultural da identidade nacional portuguesa, o “Portugal Maior”.

- O antilusitanismo nas práticas e representações dos intelectuais brasileiros do primeiro terço do século XX manifesta a percepção da identidade nacional fundamentada na ruptura com o elemento português avaliado no imaginário cultural e político como a antítese do *ser nacional*.

- A trajetória de Carlos Malheiro Dias identifica um círculo intelectual, parcela da elite da colônia portuguesa, como agente dinâmico das relações luso-brasileiras e da formação de uma imagem recíproca baseada na comunhão de interesses dos dois povos sintetizada na concepção da fraternidade luso-brasileira.

- *A História da Colonização Portuguesa do Brasil*, um lugar funcional de memória, insere uma memória coletiva – a luso-brasileira – na memória nacional, concorrente a uma visão antilusitana e, no limite xenófoba, do legado colonial português.

O enfoque na atuação dos intelectuais articulado à literatura serviu de substrato para, no capítulo I, tratar da aproximação cultural luso-brasileira e de seus desdobramentos na questão nacional no Brasil, principalmente na passagem do século XIX ao XX. Os intelectuais alimentaram a aproximação cultural (simbolizada no enraizamento da idéia de fraternidade luso-brasileira) nos gabinetes e liceus literários, academias e periódicos. Suas atividades explicitaram interesses específicos do grupo, mas também forneceram contorno às percepções que guiariam estratégias políticas mais amplas nas relações Brasil-Portugal como também à idéia de nação nos dois países.

A percepção das relações Brasil-Portugal concorrente àquela identificada aos lusófilos foi tratada no capítulo II. As representações e as práticas antagônicas ao luso-brasileirismo foram manifestadas por um segmento da intelectualidade brasileira na Primeira República. Essa oposição apresentou nuances que variam desde a defesa da distinção do Brasil em relação a Portugal, em termos culturais e históricos, até posições assumidamente lusófobas, que identificam no passado colonial e na presença do imigrante português as origens dos problemas enfrentados para afirmação da Nação brasileira e de sua identidade cultural.

O capítulo III abordou a trajetória intelectual e política de Malheiro Dias e sua posição como “escritor luso-brasileiro”. O exercício da ficção, da história e do jornalismo por Malheiro Dias foi analisado por meio do exame de algumas obras literárias, classificadas no gênero do romance histórico e do realismo-naturalismo literário (*A Mulata*, *O Filho das ervas*, *Os Teles de Albergaria*, *A Paixão de Maria do Céu*, *O Grande Cagliostro*) que possibilitaram seu reconhecimento cultural, social e político como agente intelectual da idéia da comunhão de interesses entre Brasil e Portugal, em razão de vínculos culturais e históricos, entre os dois povos. O enfoque dessas obras sobreleva o aspecto estético literário sem pretender, porém, enquadrar a ficção, como reflexo da realidade histórica. Conforme aponta Chartier, na relação entre o texto ficcional e a realidade é real “a própria maneira como ele a visa, na historicidade de sua produção e na estratégia de sua escrita”.¹¹

No capítulo IV, foram examinadas algumas das comemorações, no Brasil e em Portugal, entre 1880 e 1940, afeitas ao luso-brasileirismo com ênfase no centenário de 1922.

¹¹ Roger Chartier. História intelectual e história das mentalidades. In: *À beira da falésia: a história entre incertezas ...*, p. 56.

Essa comemoração teve significado especial no imaginário político e cultural do luso-brasileirismo, sendo motivo para a organização e edição da coleção *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, cujo conteúdo valorizou uma memória que assentava na herança portuguesa e no passado colonial as raízes da nação. Nessa coleção são ressaltados, além dos aspectos formais do texto, os seus objetivos, as formas de leitura efetuadas pelos atores sociais e sua posição na historiografia luso-brasileira. A abordagem prosopográfica foi utilizada para dimensionar o investimento realizado pelos organizadores da edição da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. A coleção compõe um “lugar”, onde o Brasil é celebrado como construção de Portugal e, ao mesmo tempo, constrói-se uma imagem de valorização do imigrante português na qual o empreendimento colonial é reatualizado. Trata-se de um livro-monumento, ou melhor, uma “coleção-monumento”, cuja compreensão está interligada a outros “lugares de memória”, como as comemorações centenárias da Abertura dos Portos e da Independência do Brasil. Outra questão tratada no capítulo diz respeito aos instrumentos orientadores de recepção e sentido do leitor para o conjunto da obra, ou seja, o autor procuraria assegurar-se que o processo de recepção da obra pelo leitor ocorresse de acordo com os padrões de compreensão previamente estabelecidos. Essa estratégia de orientação da leitura exige o compartilhamento de competências entre autor e leitor para torná-la viável. O leitor, entretanto, no processo de “consumo” (a leitura) realiza uma apropriação desviando-se da significação única e permanente da obra.¹² No caso da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* o sentido da obra dado por seus autores e organizadores – exaltação do Brasil como obra maior de Portugal – foi contestado por uma parcela de leitores, nacionalistas lusófonos, envolvidos *a priori* com a representação de um real bastante diverso e independente.

¹² Pierre Bourdieu e Roger Chartier. A leitura: uma prática cultural (debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier). In: Roger Chartier (dir.). *Práticas da Leitura*. [Trad. Cristiane Nascimento]. 2ª ed. revista. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 231-253 e Roger Chartier. História intelectual e história das mentalidades. In: *A beira da falésia: a história entre incertezas ...*, p. 51-53.

CAPÍTULO I – O Luso-brasileirismo: os intelectuais e o intercâmbio cultural luso-brasileiro

*Para cada Antônio Torres não faltou nunca meia dúzia de Joões do Rio.*¹³

O propósito desse capítulo é examinar as relações entre Brasil e Portugal desde o reconhecimento da independência até meados do século XX. São abordados os conflitos e convergências que atravessam os dois países (o antilusitanismo, as questões literárias e econômicas, a imigração, o papel dos intelectuais) e a construção da percepção recíproca na qual é salientada a concepção do luso-brasileirismo. Os intelectuais desempenham um papel de primeiro plano nas relações luso-brasileiras como agentes fomentadores da aproximação cultural (simbolizada no enraizamento da idéia de fraternidade luso-brasileira) nos gabinetes e liceus literários, academias e na imprensa, cujo exemplo mais destacado, nesse estudo, é a Revista *Atlântida*. No exame desse grupo social ético, os intelectuais, pensados como os principais agentes do luso-brasileirismo, são aplicadas, no recorte temporal supramencionado, as noções de trajetória, geração e sociabilidade.¹⁴ Suas atividades nos jornais, instituições e revistas literárias explicitam interesses específicos do grupo, mas ainda fornecem contorno às percepções que guiariam estratégias políticas mais amplas nas relações Brasil-Portugal como também à idéia de nação nos dois países.

1. As relações Brasil-Portugal: do reconhecimento da Independência do Brasil ao Tratado de 1953

O Tratado de Aliança e Amizade de 1825 estabeleceu o reconhecimento da independência do Brasil pela monarquia portuguesa, mas o novo Estado tinha como soberano um príncipe de origem lusitana com fortes interesses na política d'além-mar. Esse fato evidenciou-se com mais força, quando da morte de D. João VI (março de 1826). O problema dinástico, daí decorrente, teve o seu ápice na ruptura entre D. Pedro I e seu irmão D. Miguel (golpe de estado de 3 de junho de 1828) e a conseqüente guerra civil entre liberais e absolutistas. Cada vez mais envolvido na defesa dos interesses da filha, a princesa Maria da Glória, Pedro I abdicou, em 7 de abril de 1831, e iniciou uma campanha militar concluída com a derrota dos miguelistas em maio de 1834.

A abdicação do imperador e as contendas políticas, que a cercaram, manifestaram as tensões políticas, econômicas e sociais em torno do processo de formação do Estado

¹³ Alberto da Costa e Silva. *O pardal na janela*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 206.

¹⁴ Cf. Jean-François Sirinelli. Os intelectuais. In: René Rémond. *Por uma história política*. [Trad. Dora Rocha]. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996, p. 231-269.

brasileiro e da constituição de uma coletividade de indivíduos identificados em torno do ser brasileiro diferenciado do ser português. A construção da identidade nacional foi demorada e contraditória e percorreu o século XIX e os pródromos do século XX.

Muitos dos problemas em torno da viabilização da nação brasileira, como a lusofobia e a emigração, estiveram presentes na agenda das relações diplomáticas entre os estados português e brasileiro, oficialmente estabelecidas a partir de 1825. A intermediação do Estado português, porém, foi solicitada para a resolução de atritos do Brasil com outros estados. Foi Portugal o árbitro dos litígios que opuseram o Brasil à Grã-Bretanha, por ocasião da Questão Christie (1865) e em torno da ilha da Trindade (1895).¹⁵

O tráfico negreiro das colônias portuguesas para o Brasil (principalmente oriundo de Angola) e a falsificação da moeda brasileira foram tópicos delicados nas relações entre os dois países. O tráfico interatlântico envolvia uma terceira parte, a Grã-Bretanha, que pressionou, durante toda a primeira metade do século XIX, pelo seu fim valendo-se desde tratados diplomáticos até o uso da esquadra para apresar os navios negreiros em boa parte propriedade de portugueses estabelecidos no Brasil. Do mesmo modo, súditos portugueses, estavam envolvidos na falsificação das notas brasileiras, fabricadas na Europa e trazidas para circulação no Brasil, atividade denunciada com frequência pelo governo imperial às autoridades de Lisboa e das quais reclamava uma ação mais eficaz de repressão.¹⁶

Reclamações e conflitos entre brasileiros e portugueses emigrados, envolvendo especulação, acusações de fraude e açambarcamento, acirraram-se, ao longo do século XIX, à medida que a economia urbana se robustecia no Brasil. Do comércio retalhista, simbolizado no armazém de secos e molhados, até os bancos e o grande comércio de exportação/importação era manifesta a importância dos imigrantes portugueses como força de trabalho ou proprietários, ao menos até o início do século XX.

No início da república, a especulação bursátil, conhecida como Encilhamento, favoreceu a formação de enormes fortunas e a escalada inflacionária. Entre os beneficiados pela especulação encontrava-se um reduzido número de imigrantes portugueses como José João Martins de Pinho (conde do Alto Mearim), José Julio Pereira de Moraes (visconde de Moraes), o conde Sebastião de Pinho ou Henry Lowndes, inglês, nobilitado pelo rei de

¹⁵ José Calvet de Magalhães. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999, p. 57-59.

¹⁶ José Calvet de Magalhães. *Op. cit.*, p. 46-53.

Portugal, com o título de conde de Leopoldina. Indivíduos que atraíram para a colônia portuguesa a malquerença dos nacionais em razão da carestia.¹⁷

As relações de maior proximidade davam-se com os imigrantes portugueses que pontuavam a vida cotidiana. Na cidade do Rio de Janeiro, o português era o quitandeiro, o açougueiro, o taberneiro, o padeiro. Eram milhares de trabalhadores ocupados numa vasta gama de ofícios com os quais os nacionais disputavam espaço no restrito mercado de trabalho, antes e depois da escravidão. Situação denunciada pelos jacobinos florianistas que apontavam a presença dos portugueses em empregos públicos, inclusive na polícia, como contrárias ao interesse da nação.¹⁸

Esses elementos alicerçavam a percepção antilusitana de diversos segmentos da população e foram capazes de dinamizar, em momentos de crise econômico-social, a xenofobia. Foi o caso dos distúrbios antilusitanos ocorridos ao longo da vigência do Estado monárquico ou na primeira década do regime republicano brasileiro quando sucedeu a ruptura diplomática entre Brasil e Portugal.¹⁹

A concessão do asilo português aos revoltosos da Armada, em março de 1894, ocorreu numa conjuntura de ascensão do antilusitanismo, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, coincidente com a militância republicana radical identificada com os partidários da ditadura florianista. As relações diplomáticas, rompidas em maio de 1894, foram restabelecidas em março de 1895 na presidência de Prudente de Moraes. No imaginário social, porém, permaneceu difuso o sentimento antilusitano do qual um discurso xenófobo manifestou-se, ainda, no início dos anos de 1920, como agente de agregação e mobilização política.

A lusofobia possuía raízes profundas motivadas pelo descontentamento econômico (presença desigual do imigrante português no mercado de trabalho urbano) e mental (Portugal como imagem antípoda do nacional) de parcelas significativas da população brasileira.

O sentimento antilusitano esteve presente no país no decorrer do século XIX e, periodicamente, explodia em motins ou revoltas como a “noite das garrafadas”, no Rio de Janeiro, o “Mata-marinheiro” e a Praieira, em Pernambuco, a Rusga, em Mato Grosso. Nos

¹⁷ O envolvimento de súditos portugueses com o Encilhamento gerou várias situações constrangedoras para a legação portuguesa no Rio de Janeiro como a prisão do conde Sebastião de Pinho. Ver Henrique Corrêa da Silva. *Missão Diplomática do conde de Paço d’Arcos*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1974, p. 14-17.

¹⁸ Estrangeiros da Brigada Policial e Desaforo! *O Jacobino* (2). 19.9.1894, p. 1-2.

¹⁹ José Calvet de Magalhães. *Op. cit.*, p. 71-75.

anos de 1870, distúrbios esporádicos ocorreram nas províncias do Pará entre, 1873-1874, e Pernambuco, em 1872.²⁰

O século XIX assistiu ao fluxo contínuo de imigrantes portugueses para o Brasil, principalmente para os centros urbanos do litoral, onde se formou uma elite de negociantes e intelectuais que, embora abasileirados, manteve com Portugal vínculos bastante estreitos. Esses grupos, disseminados por todo o território brasileiro, mas com presença econômica e social mais significativa no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Belém, Manaus, Recife e Salvador, lentamente constituiriam uma rede de instituições culturais, filantrópicas e recreativas – os gabinetes de leitura, os liceus literários, as beneficências e os clubes ginásticos – que tornaria a comunidade imigrante portuguesa a mais bem articulada no Brasil.

Até os anos 1870/1880, em meio ao predomínio da mão de obra escrava africana, os portugueses constituíam a parcela mais numerosa dos emigrantes europeus no país. Um abolicionista, como Joaquim Nabuco, podia apontá-los como exemplo dos benefícios do trabalho livre para o Brasil.

O emigrante Português chega ao Brasil sem fortuna, mas também sem vícios, e pelo seu trabalho cria capitais; vem só, e funda uma família; seus filhos são Brasileiros; falando a nossa língua, e da nossa raça, essa imigração nem parece de estrangeiros; todos os anos; à força de privações corajosamente suportadas, ela põe de lado uma soma considerável, que não acresce tanto a riqueza de Portugal como à nossa.

Todos esses benefícios merecem o mais solene reconhecimento da parte de quem, como eu, votou a sua vida política toda à causa do trabalho livre.²¹

No último quartel do século XIX, acelerou-se a imigração européia rumo ao Brasil, principalmente, como mão-de-obra para a lavoura cafeeira em São Paulo. Nessa época, os portugueses ainda constituíam a maior colônia de estrangeiros no país, mas logo cederiam o posto para os imigrantes italianos. Entre 1888 e 1914, o período áureo da imigração no Brasil, entraram no país 2.594.720 imigrantes, dos quais, 1.063.696 eram italianos, 685.696 portugueses e 438.300 espanhóis.²²

Entre 1890 e 1914, o fluxo migratório português conheceu mudanças vinculadas ao aumento significativo dos números da imigração e às suas características endógenas. Até 1890 predominou a imigração individual, personificada na figura do caixeiro “engajado” no comércio. No fim do século XIX, as famílias de camponeses passaram a migrar para o

²⁰ António da Silva Rego. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966, p. 31-32.

²¹ Joaquim Nabuco. *Camões: discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura*. Fac-símile da edição de 1880 impressa no Rio de Janeiro por G. Leuzinger & Filhos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980, p. 11.

²² Manoel Diegues Júnior. *Imigração, Urbanização e Industrialização*. Rio de Janeiro: Inep/MEC, 1964, p. 60.

trabalho na lavoura no Brasil, mas os centros urbanos permaneceram o foco principal de atração. Ali, os imigrantes portugueses disputavam o escasso mercado de trabalho com outros imigrantes e os elementos nacionais e, com eles, constituíram uma imensa legião de pobres urbanos e de excluídos sociais cujas reivindicações, na ótica da ordem republicana oligárquica, eram identificadas com a “desordem”.

Os imigrantes tornaram-se o alvo preferencial de uma vertente do discurso nacionalista que classificava o elemento nacional como ordeiro e o estrangeiro como desordeiro e corruptor da alma nacional. O apelo ao sentimento nacional esteve presente, por exemplo, nas manifestações antilusitanas ocorridas na primeira década do regime republicano, durante e após a Primeira Guerra Mundial. A Primeira República foi pródiga na promulgação de leis de expulsão de estrangeiros e de restrição à imigração de “indesejáveis”. Nessa qualificação, estavam classificados trabalhadores e criminosos comuns como desordeiros e inconvenientes.²³

A colônia portuguesa manteve hábitos alimentares e de consumo do país natal. Dessa forma, os emigrados constituíam o grande mercado para o azeite, o vinho e as frutas exportados de Portugal para o Brasil. Os negociantes e o governo português pressionaram, constantemente, pela assinatura de um tratado comercial luso-brasileiro. Amiúde estas tentativas fracassaram tanto durante a monarquia quanto durante a república em razão da rejeição do governo brasileiro de assinar tratados comerciais com preferências aduaneiras.²⁴

Durante o século XIX, os portugueses constituíam os principais negociantes no comércio atacadista, no retalho e no comércio de exportação e importação do Brasil. Essa posição diminuiu, lentamente, à medida que cresceram as inversões de capitais de outras nacionalidades. As firmas alemãs e norte-americanas substituíam as firmas portuguesas no comércio exportador, caso dos ensacadores e comissários de café, e, no retalho, a concorrência provinha dos imigrantes italianos e sírio-libaneses.²⁵

A edição, o comércio e a impressão de livros constituíam-se em outro elemento importante das relações Brasil-Portugal juntando o aspecto econômico ao cultural. Após a independência, o Brasil tornou-se um mercado estrangeiro aos editores e livreiros portugueses. O acesso do livro português ao mercado brasileiro foi um tema constante nas relações luso-brasileiras. A questão do livro envolvia o seu acesso ao mercado brasileiro,

²³ Gladys Sabina Ribeiro. *Mata Galegos. Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. Lená Medeiros de Menezes. *Os indesejáveis; desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

²⁴ José Calvet de Magalhães. *Op. cit.*, p. 44-46 e p. 68-71.

²⁵ O elemento português. Sua influência no comércio do Brasil. *Diário Portuguez* (55). 25.2.1909, p. 1.

potencialmente mais amplo, que o mercado português, além do problema de ausência de uma legislação de direitos autorais. Assim, os livros de autores portugueses eram editados no Brasil sem o pagamento dos direitos autorais correspondentes.²⁶ Somente, em 1922 a assinatura de uma convenção sobre a propriedade literária estabeleceu as bases que regeriam os direitos autorais entre os dois países. Nessa época, no entanto, a difusão do livro português no Brasil encontrou um obstáculo sério na redução de seu público-leitor entre as novas gerações.

A edição de livros brasileiros em Portugal, de outro lado, foi usual até as primeiras décadas do século XX. No Brasil havia dificuldades de edição vinculadas ao mercado restrito de leitores e ao custo. As dificuldades ainda eram maiores para os escritores novos como indica uma crônica de Gonzaga Duque de 1909. Ao encontrar Lima Barreto e indagar como ia o “Gonzaga de Sá” (*Vida e Morte de M.J Gonzaga de Sá*) Gonzaga Duque tem como resposta que “o teremos em breve”. Um amigo prometera a Lima Barreto buscar editor em Lisboa ou no Porto. Resposta que ensejou a Gonzaga Duque o seguinte comentário sobre a edição de livros no Brasil.

A resposta contém uma felicidade, não há dúvida, e eu lha desejo inteira, sinceramente, mas, ao mesmo tempo, é um triste sintoma da nossa incapacidade para o comércio dignificador do livro. Após setenta e seis anos de independência, de vida política, social e comercial emancipada, nós, no Brasil, para publicar um livro de literatura, precisamos recorrer a Portugal! E esta é que é a verdade, nua e crua.²⁷

Na primeira metade do século XX são importantes, devido ao simbolismo que revestem as relações Brasil-Portugal, as celebrações do Quarto Centenário do Descobrimento (1900), o Centenário da Abertura dos Portos (1908) e o Centenário da Independência (1922). Nessa última data, pela primeira vez um mandatário português, António José de Almeida, visitou o Brasil,²⁸ ocasião em que foram assinados atos relativos à convenção sobre a

²⁶ Tânia Bessone e Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. As Relações Culturais ao Longo do Século XIX. In: Amado Cervo e José Calvet de Magalhães. *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000, p. 239-241. Entre os autores portugueses vítimas da contrafação as autoras mencionam Antônio Feliciano de Castilho, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo de Castelo Branco e Eça de Queiroz.

²⁷ Gonzaga Duque. Até que um dia! ... In: Julio Castañon Guimarães e Vera Lins. (orgs.) *Impressões de um amador. Textos esparsos de crítica (1882-1909)*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001, p. 355.

²⁸ “Tiveram importância excepcional as demonstrações oficiais e particulares que Portugal deu de seu grande júbilo, por ter o Brasil alcançado, tão auspiciosamente, completar um século de vida independente em contínua e grande prosperidade.” Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Relatório (1923)*. 30.4.1922 até 3.5.1923, p. III.

propriedade literária e artística, a emigração e o trabalho, a regulação da isenção do serviço militar e a dupla nacionalidade.²⁹

Na mesma época das comemorações do centenário da independência, o governo de Epitácio Pessoa iniciou o processo de restrição à imigração, ao qual não era estranho o nacionalismo antilusitano, mas que se manifestava também contra outras nacionalidades, como os imigrantes japoneses. O Decreto 4.247 de 6 de janeiro de 1921, conhecido como a lei dos indesejáveis, estabeleceu restrições policiais e de natureza médica à entrada de estrangeiros. Proibia a entrada de mutilados, cegos, loucos, mendigos, portadores de moléstias incuráveis ou contagiosas graves, prostitutas e maiores de 60 anos.³⁰ Nesse contexto de ascensão nacionalista e xenófoba, situa-se o problema dos poveiros³¹, motivo de novos atritos nas relações diplomáticas Brasil-Portugal, e, principalmente, de manifestações recíprocas de intolerância.

A Missão de Nacionalização da Pesca e Saneamento do Litoral estava planejada desde o governo Delfim Moreira e pretendia executar o Decreto 478 de 9 de dezembro de 1897 de nacionalização da pesca. O governo Epitácio Pessoa iniciou a referida missão em outubro de 1919 e, em março de 1920, transferiu os serviços sobre a pesca do Ministério da Agricultura para a Marinha.³² A transferência explicitou o interesse militar no processo de nacionalização da pesca e a vinculação do setor à defesa nacional. Esse fato foi assinalado pelo capitão de fragata Frederico Villar (1875-1964) na resposta ao consultor geral da república, Rodrigo Otávio, que considerou ilegal os procedimentos tomados pela Inspetoria de Portos e Costas. O consultor frisara que “Patriotismo não é obrigar estrangeiros a praticarem simples formalidades da naturalização”.³³ A estas palavras, Villar retrucou que os pescadores nacionais apoiavam as medidas e que:

As leis do país não concedem à ‘qualquer’ a honra da cidadania. (...)

²⁹ MRE. *Relatório (1923)*, p. 6.

³⁰ José Domingues Carneiro. *Imigração e Colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil/Faculdade Nacional de Filosofia, 1950, p. 30-32.

³¹ Naturais de Póvoa de Varzim (Minho). No Brasil, os “poveiros” exploravam a pesca em alto mar. A Associação Marítima dos Poveiros, fundada em 1915, era formada exclusivamente por naturais da mencionada freguesia. Numa crônica, Lima Barreto recorre às lembranças da infância e adolescência na Ilha do Governador para confirmar a veracidade desse exclusivismo. Lima Barreto. A Questão dos “Poveiros”. *Gazeta de Notícias*. 2.1.1921. *Marginalia*. Pará de Minas: Virtual Books Online M & M Editores Ltda, 2000-2003, p.3-4. (www.virtualbooks.com.br. Acesso em 28.7.2008)

³² Cf. Melquíades Pinto Paiva. Os portugueses e a nacionalização da pesca no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*. Rio de Janeiro: Ano 168, n° 435, Abr..Jun 2007, p. 43-44.

³³ Carta de Rodrigo Otávio ao Inspetor de Portos e Costas. 8.10.1920. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (AIHGB). Arquivo Epitácio Pessoa. Pasta 48 Incidente com a Embaixada de Portugal. Nacionalização da Pesca. Doc. 04.

A nacionalização da pesca não era senão uma medida que se impunha como questão de mais alta importância para a defesa da República. (...)

Os argumentos apresentados pelo Embaixador de Portugal descendo a detalhes de análise da nossa administração pública que escapam a sua alçada, obedecem a intuítos de defesa de interesses estrangeiros que, aliás, nunca nos respeitaram (...) ³⁴

A medida, como mencionado, atingia as colônias de pescadores portugueses estabelecidos no Brasil, principalmente os poveiros, dos quais uma fração recusou a naturalização, condição para continuar suas atividades no país. Entre outubro e novembro de 1920 foram repatriados 297 pescadores, mas a imensa maioria deixou a família no Brasil o que abria a possibilidade de retorno. ³⁵

A nacionalização da pesca ocorreu em meio à propaganda ultranacionalista realizada pela *Propaganda Nativista* e a fundação da *Ação Social Nacionalista*; e não foi isolada de outras medidas econômicas nacionalistas, como demonstram os projetos para nacionalização dos bancos e do comércio. ³⁶ No comando do cruzador “José Bonifácio”, o capitão de fragata Frederico Villar foi encarregado de executar as medidas de nacionalização e encontrou resistência no Pará e no Rio de Janeiro. Para o oficial, a campanha de nacionalização representava a libertação do nacional do jugo do português espoliador e parasita.

Ao chegarmos ao Pará, encontramos os caboclos, valentes mas humildes, honrados mas ingênuos – marujos dos mais destemidos, - sob o guante cruel e infame do estrangeiro! (...)

Escravos submissos enleados na trama horrível das dívidas imaginárias (...) tinham por algoz o geleiro lusitano, que entre a cachaça e o rifle, entre a diamba e o chicote, lhes sugava a saúde o trabalho!

Ali estão os nomes, as horas e os lugares onde os geleiros cometeram inúmeros crimes contra os nossos patrícios! ³⁷

Nessa tarefa, o comandante Villar cometeu atos considerados arbitrários pelos defensores dos poveiros, como João do Rio, mas também por outros observadores na época. Assim, Lima Barreto considerou as ações do militar, “lamentáveis espetáculos de violências inauditas contra pessoas humildes” e “flagrante violação dos princípios constitucionais”. ³⁸ A missão, contudo, recebeu entusiástico apoio do movimento nacionalista agrupado em torno da

³⁴ Carta do Capitão de Fragata Frederico Villar ao Contra-Almirante Inspetor de Portos e Costas. 22.10.1920. AIHGB. Arquivo Epitácio Pessoa. Pasta 48 Incidente com a Embaixada de Portugal. Nacionalização da Pesca. Doc. 05, p. 10-11.

³⁵ Melquíades Pinto Paiva. *Op.cit.*, p. 53.

³⁶ Ver *Nacionalização do comércio. Representação dirigida ao Exmo. Snr. Presidente da República pela Propaganda Nativista e apoiada pelo Partido Nacional sobre o projeto do dep. Camillo Prates, em andamento na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Typographia e Papelaria. Fonseca, 1919.

³⁷ Capitão de Fragata Frederico Villar. Discurso sobre a nacionalização da pesca no Pará. *A Notícia*, 3.7.1920. *Apud* Álvaro Bomílcar. *A Política no Brasil ou o Nacionalismo radical*. Ensaio de crítica social e histórica com uma apreciação do sr. Conde de Afonso Celso. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Marillo, 1920, p. 177.

³⁸ Lima Barreto. *Op. cit.*, p. 4.

Ação Social Nacionalista, como na ocasião dos protestos realizados pelos pescadores portugueses contra a Marinha em Belém.³⁹ Conforme Antônio Torres, as ações da Marinha tinham indiscutível aspecto patriótico e de afirmação da soberania nacional.

Ninguém aqui detesta os pobres poveiros portugueses, como andam por aí a dizer os exploradores profissionais da colônia portuguesa. O que se quer é que os poveiros cumpram a lei brasileira, votada em virtude de convenção internacional e que tem sido aceita por todos os demais estrangeiros residentes no Brasil ... O Brasil é dos brasileiros. Quem disser o contrário e agir em contrário deve ser tido e tratado como traidor à nossa pátria.⁴⁰

A celeuma em torno dos poveiros, por sua vez, alimentou ânimos nacionalistas contra o governo brasileiro em Portugal.⁴¹ Nas páginas dos jornais *O Primeiro de Janeiro* e *O Povo de Aveiro*, os ataques à nacionalização da pesca deram vazão a sentimentos brasilóforos nos quais se destacaram as verrinas escritas por Henrique Guedes de Oliveira (1865-1932) e Francisco Manuel Homem Cristo (1860-1943) contra Epiácio Pessoa, Afonso Celso (então presidente da *Ação Social Nacionalista*) e Alcebiades Delamare, diretor do semanário ultranacionalista *Gil Blas*.⁴²

As leis de restrição à imigração e ao impedimento de atividades econômicas por imigrantes foram reforçadas, na década de 1930, no contexto de uma política nacionalista. Os imigrantes portugueses foram colocados à parte das leis de restrição da imigração baixadas no início dos anos 1930, beneficiados pelo próprio ideário do governo brasileiro de reforçar as características do nacional.⁴³ Essa particularização da situação dos imigrantes portugueses em razão da proximidade étnica não era nova e contrapunha-se a outros grupos considerados afastados das afinidades étnicas e históricas. Assim, no auge da questão dos “poveiros”, o ministro da Marinha, almirante Gomes Pereira, ressaltou a distinção no tratamento dado aos portugueses no Brasil.

³⁹ Ver O Caso do Pará. *Gil Blas* (56), 4.3.20 e Oscar Abrantes. Novo insulto ao Pavilhão brasileiro. No Pará. *Gil Blas* (58), 18.3.1920. A *Ação Social Nacionalista* promoveu atos de apoio a Frederico Villar como a conferência realizada na Biblioteca Nacional transcrita em *Ação Social Nacionalista*. A Conferência de Frederico Villar. *Gil Blas* (77), 29.6.1920.

⁴⁰ Antonio Torres. Pela Ordem. *Gil Blas* (88), 14.10.1920.

⁴¹ Ver Carlos Malheiro Dias. *Carta aos Estudantes Portugueses*. Lisboa: Portugal-Brasil Ltda. s.d. [1922]. Ver também o capítulo III, p. 202-203.

⁴² O “Primeiro de Janeiro” do Porto. *Gil Blas* (93), 18.11.1920. Os reflexos da campanha brasilófoba conduzida pelos dois jornalistas portugueses e os esforços diplomáticos para diminuir a tensão então criada estão descritos no relatório de 20 de novembro de 1920 enviado ao Ministério das Relações Exteriores pelo diplomata Belfort Ramos. *Apud* Melquíades Pinto Paiva. *Op.cit.*, p. 54-56.

⁴³ Ações nesse sentido são as resoluções 34 de 22.4.1938 e 37 de 19.5.1938 do Conselho de Imigração e Colonização. A primeira isentava os portugueses de qualquer restrição numérica quanto à entrada no Brasil. A segunda resolução tornava os portugueses isentos do pagamento do visto consular. Primeiro ano de trabalhos do Conselho de Imigração e Colonização. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano I (1). Rio de Janeiro: Jan. 1940, p. 14.

Assim entendido, se houvesse restrição a fazer na lei, elas deveriam aproveitar aos portugueses, cujas afinidades étnicas e históricas conosco, são elementos preponderantes para as autorizarem. Com os japoneses é que não devemos ter a menor contemplação, porque eles não têm a mínima noção de pátria alheia e são perigosos fatores de espionagem.⁴⁴

A vinda de portugueses não só era bem acolhida como incentivada por tratar-se, segundo a concepção nacionalista dominante, do principal elemento étnico na formação do país. Nesse sentido, em 10 de junho de 1937, por ocasião do Dia da Raça, Getúlio Vargas em discurso pronunciado no Real Gabinete Português de Leitura, frisou que “O trabalho dos portugueses no Brasil, a sua *assimilação* perfeita, sem perda das características mais profundas da raça, são um exemplo alto e dignificante para todos os que demandam as terras brasileiras”.⁴⁵

Os portugueses no Brasil, porém, foram alcançados pela legislação que obrigava os estabelecimentos comerciais e industriais a manter dois terços de empregados nacionais. A medida afetava o pequeno comércio onde a presença do imigrante luso historicamente era bastante significativa, principalmente, no Distrito Federal (Rio de Janeiro) e em alguns outros estados. Em 1932, Gondim da Fonseca reivindicava do Governo Provisório a elevação da reserva para três quartos e o cumprimento da lei prejudicada pela fiscalização frouxa do Estado.

Um governo qualquer, seja ele qual for, ou protege o povo que o sustenta, ou é traidor nos seus compromissos morais. Com essa lei dos dois terços, o nosso Governo protegeu o povo. Urge agora que imponha, sem desfalecimentos, a exata observância do que ela estatue.⁴⁶

A percepção do português como o outro em relação ao povo (brasileiro) cujo direito ao trabalho devia ser protegido pelo Estado, conforme reclamava Gondim da Fonseca, conflitava com a constância da visão do caráter singular do imigrante português no Brasil. A distinção do imigrante português em relação aos demais imigrantes justificou o projeto de um estatuto jurídico diferenciado.

João Neves da Fontoura, numa nota endereçada a Vargas, em 24 de abril de 1945, defendeu o estatuto diferenciado dos portugueses no Brasil da seguinte forma:

Como sempre tive ocasião de salientar, a decretação de um Estatuto de direitos aos portugueses transcende um vulgar objeto imigratório. É um ato de política internacional,

⁴⁴ Anais da Câmara dos Deputados (IX). Sessão de 4 de outubro de 1920, p. 120. *Apud* Melquíades Pinto Paiva. *Op. cit.*, p. 51.

⁴⁵ *Apud* Armando de Aguiar. *Portugueses do Brasil*. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1944, p. 5.

⁴⁶ Gondim da Fonseca. *Portugal na história: o Brasil e os portugueses*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco F^o, 1932, p. 217.

avivando a comunhão histórica entre os dois povos. O Brasil, em algumas décadas, terá de ser uma potência mundial e, nesse dia, Portugal constituirá sua base no velho continente.⁴⁷

Para Fontoura o estatuto era válido por razões históricas, geopolíticas e econômicas. A imigração portuguesa era superior às demais, pois proporcionava a miscigenação e era necessária para acelerar o branqueamento da população. O estatuto era entendido como um ato de alta política capaz de proporcionar a formação de uma comunidade jurídica supranacional, semelhante ao *Commonwealth* britânico, na qual se sobressairia a superioridade do Brasil:

não há no mundo duas nações mais autenticamente consangüíneas do que o Brasil e Portugal, com imensa superioridade nossa quanto à população, à riqueza e à importância política.⁴⁸

Era um ato de caráter político que se fundamentava no atavismo lusitano pelo Brasil e, nesse sentido, Fontoura sublinhava o Brasil imaginário enraizado na psicologia do povo português:

Em Portugal, o povo é fanático pelo nosso país. É ainda o seu El-Dorado, como nos tempos da mineração. É o sonho de todos. Ter ido ou ainda não ter ido ao Brasil é um fato que define e classifica mesmo as elites. Vir para o Brasil é o desejo de quantos podem pensar em sair de uma vida medíocre, senão miserável.⁴⁹

Fontoura citava Alexandre Marcondes Filho, encarregado da elaboração do projeto, como simpatizante do estatuto. Para Marcondes Filho:

Devemos criar-lhes (aos portugueses), no Brasil, um ambiente propício com a outorga de uma situação absolutamente distinta da reservada aos demais estrangeiros aqui domiciliados.⁵⁰

A partir desta afirmação, Fontoura conclui que o estatuto iria concretizar no plano jurídico a *boutade* de Lauro Muller de que “no Brasil, há brasileiros, portugueses e estrangeiros”.⁵¹

O largo período de governo exercido por Vargas representou uma maior aproximação entre os dois países, consubstanciada na assinatura do Tratado Comercial de 1933 e no acordo ortográfico de 1931, revisado depois em 1943 e 1945. Pelo tratado, o Brasil finalmente acedia o tratamento preferencial aos produtos portugueses em suas alfândegas. A justificativa para a preferência extrapolava o interesse econômico e se fundamentava na continuidade geográfica e nos laços étnicos e históricos. Elementos salientados pelo embaixador português Martinho Nobre de Mello.

Não nos impedia em verdade a separação, que se efetuou em boa paz e harmonia, de continuarmos a ser – da mesma família. Fomos dois irmãos que havendo de residir a

⁴⁷ João Neves da Fontoura. Projeto de convenção sobre o estatuto dos portugueses no Brasil, p. 5-6. Arquivo Nacional. Arquivo Afonso Pena Jr. Caixa 8. Pac. 01. doc. 73 Trata-se de um conjunto de notas elaboradas por Fontoura e remetidas a Afonso Pena Jr. sobre a imigração e o estatuto dos portugueses no Brasil.

⁴⁸ *Id. Ibid.*, p. 12.

⁴⁹ *Id. Ibid.*, p. 13.

⁵⁰ *Id. Ibid.*, p. 16.

⁵¹ *Id. Ibid.*, p. 16.

muitas milhas de distância um do outro, em ambientes econômicos e geográficos bem diversos, fizeram partilhas amigáveis, para melhor se auxiliarem no empenho de valorizar a herança paterna e promover os interesses comuns.⁵²

No plano cultural foi impulsionada a criação do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura. Criado em 1934, o Instituto pretendia estabelecer as bases para o conhecimento recíproco dos dois países. Para Martinho Nobre de Mello, o Instituto era um monumento de espiritualidade, conseqüência da reação espiritualista que simultaneamente no Brasil e em Portugal recuperou a tradição. A consciência de Portugal como nação passava pelo Atlântico e pela epopéia do Brasil, o seu prolongamento étnico. O sentido ultramarino da experiência histórica da nação portuguesa era essencial para formar em África novas nacionalidades lusitanas. O Brasil, por outro lado, recuperava as suas origens heróicas e afirmava o seu papel de continuador do gênio latino na América.⁵³

A convergência apontada por Martinho Nobre de Melo foi facilitada pelas afinidades ideológicas dos regimes políticos, ambos de caráter autoritário e nacionalista, que governaram Brasil e Portugal nas décadas de 1930 e 1940. Seus desdobramentos ainda são perceptíveis no segundo governo Vargas (1951-1954), quando foi assinado o Tratado de Amizade e Consulta (1953).

O mencionado tratado basicamente estabelecia a consulta prévia sobre as questões internacionais de interesse comum, a equiparação entre portugueses e brasileiros, a livre circulação de brasileiros e portugueses e o tratamento de nação favorecida aos cidadãos de ambos os países. O tratado foi interpretado, na época, como instrumento político para nortear a Comunidade Luso-Brasileira no mundo.⁵⁴ Para os velhos brasilófilos comprometidos com o luso-brasileirismo, como João de Barros e Nuno Simões, o tratado representava a culminância de um conjunto de esforços diplomáticos e intelectuais empreendidos desde os idos de 1900, por uma fração das elites portuguesas e brasileiras, com o objetivo de aprofundar os laços entre Brasil e Portugal.⁵⁵

O tratado de 1953 inaugurou um período positivo nas relações luso-brasileiras independente das formas de governo dos dois Estados após 1945. De fato, Salazar aplicaria nas relações bilaterais Brasil-Portugal o mesmo paternalismo autoritário e antidemocrático utilizado na política interna portuguesa, mesclado ao realismo político. O chefe de governo

⁵² Martinho Nobre de Mello. Termo do isolamento oficial. Discurso na associação do Tratado de Comércio Luso-Brasileiro, 26.8.1933. *Rumo do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935, p. 83.

⁵³ Cf. Martinho Nobre de Mello. Política do Espírito. Discurso no lançamento do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura. *Rumo do Brasil*, p. 96-98.

⁵⁴ José Calvet de Magalhães. O século XX. In: Amado Cervo e José Calvet de Magalhães. *Op. cit.*, p. 385-387.

⁵⁵ Cf. João de Barros. Carta para além-túmulo. A João do Rio. In: *Adeus ao Brasil*. Lisboa: Edição "Livros do Brasil", 1962, p. 187-188.

português era indiferente ao regime vigente no Brasil desde que os compromissos firmados entre os Estados fossem cumpridos e tal empenho, no entendimento de Salazar, não estava assegurado do lado brasileiro.⁵⁶

Foi nesse ambiente favorável que, no governo de Juscelino Kubitschek, realizou-se, em junho de 1957, a visita do presidente português Higinio Craveiro Lopes ao Brasil. O itinerário incluiu várias cidades brasileiras, além do Rio de Janeiro, então capital federal: São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e a futura capital Brasília. A visita de Craveiro Lopes foi marcada pela mobilização da colônia portuguesa e a suntuosidade das homenagens prestadas pelo governo brasileiro. Elas reafirmavam a continuidade e permanência dos laços históricos e culturais entre os dois países, ou seja, materializariam aquele ideal da comunidade luso-brasileira inscrito no Tratado de Amizade e Consulta de 1953.

A visita de Craveiro Lopes, contudo, foi mais um epílogo de um capítulo das relações luso-brasileiras do que a consolidação dos vetores de continuidade e permanência em torno da comunidade luso-brasileira. Nos anos seguintes, essas relações seriam abaladas pelo desgaste do Estado Novo salazarista e as mudanças na política internacional desvantajosas para o regime português. Foi o caso da campanha do general Humberto Delgado à presidência de Portugal, do asilo concedido pelo embaixador brasileiro Álvaro Lins a Delgado, a renúncia de Lins à embaixada - expondo publicamente o seu desacordo da estratégia diplomática conduzida pelo governo Kubitschek em relação a Portugal - e o processo de descolonização afro-asiática.⁵⁷

De fato, as ações e iniciativas desenvolvidas entre os dois Estados, a partir das comemorações do Centenário em 1922, e, mais intensamente, nas décadas seguintes resultaram em efeitos econômicos medíocres. Predominou o viés retórico da valorização dos laços afetivos e histórico-culturais entre Brasil e Portugal, vetor importante da interpenetração do campo “interno”/“externo” que caracterizaria as relações entre os dois países.⁵⁸ Essa especificidade das relações luso-brasileiras, proclamada nos discursos políticos e nas efemérides culturais, tinha, no entanto, desdobramentos na agenda diplomática bilateral como demonstrou a questão do colonialismo após 1945.

⁵⁶ Cf. Bruno Cardoso Reis. Salazar e o Brasil. Em torno do Tratado de Amizade e Consulta de 1953. *Actas do Congresso Luso-brasileiro Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*. Lisboa: CNCDP, 2000, v. 1, p. 618-619.

⁵⁷ Williams Gonçalves. Brasil e Portugal: Diplomacia e Política. In: *Convergência Lusítada* (17). Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura/Centro de Estudos sobre Relações Luso-brasileiras, 2000, p. 393-402. Do mesmo autor ver *O Realismo da fraternidade. As relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek*. Tese de Doutorado em Sociologia das Relações Internacionais, apresentada à Universidade de São Paulo. 2 v. São Paulo: 1994.

⁵⁸ Cf. Celso Lafer. Prefácio. In: José Calvet de Magalhães. *Breve História ...*, p. 13 e 17.

Para o governo de Salazar, todavia, o discurso em torno da “comunidade de afeto” interessava como instrumento para a obtenção do apoio do Estado brasileiro no enfrentamento das pressões contrárias ao colonialismo português. Nesse apoio do Brasil, influía a colônia portuguesa, por motivações políticas de adesão ao salazarismo ou patriotismo, e a simpatia de uma parcela da opinião pública lusófila, na qual se alistavam influentes figuras da imprensa (Assis Chateaubriand, Herbert Moses, Roberto Marinho) e políticos (Negrão de Lima, Carlos Lacerda, João Neves da Fontoura).⁵⁹

2. A comunidade imigrante portuguesa no Brasil

Robert Rowland diferencia a presença portuguesa no Brasil em dois aspectos. O primeiro é o processo de aclimação de elementos da cultura portuguesa, desde a época colonial, ao meio brasileiro que passaram a ser característicos da própria cultura brasileira, como é o caso da língua. Trata-se de um aspecto difuso da influência portuguesa e ao qual deve se somar outro de caráter mais específico, vinculado à presença de uma comunidade numerosa de imigrantes com forte sentimento de identidade cultural. Os imigrantes, de um lado, mantinham relações regulares com Portugal; de outro, promoviam a integração e solidariedade intracomunitária por meio de instituições de beneficência e cultura. Este tipo de influência é dependente da presença de uma comunidade demograficamente vigorosa, renovada pelo fluxo de imigrados e de mecanismos de diferenciação voltados para a preservação da identidade cultural de origem, e seu prosseguimento entre as novas gerações, além de projetar para o exterior uma imagem positiva dessa mesma identidade cultural. Para Rowland, a comunidade portuguesa no Rio de Janeiro era a que possuía, de forma mais acentuada, as características específicas mencionadas.⁶⁰

As características mencionadas por Rowland também foram alinhavadas por José Honório Rodrigues para delinear o perfil da população carioca, pelo menos até o início dos anos 1960. Mais do que em São Paulo, notava Rodrigues, os portugueses no Rio de Janeiro constituíam uma “colônia”. O termo colônia significava que os portugueses atuavam como grupo de pressão na imprensa, na política, na cultura e nos esportes e afetava a personalidade

⁵⁹ Heloísa Paulo. “*Aqui também é Portugal*”. *A Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000, p. 543-545.

⁶⁰ Robert Rowland. Portugueses no Brasil: projectos e contextos. In: Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa*. v. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 368-369.

do carioca pelo espírito discriminatório, intolerante, ultraconservador e anti-reformista. Individualmente, contudo, o português não era “deformado” por essas tendências negativas.⁶¹

No cotidiano da cidade, o português era um elemento marcante e as publicações vinculadas à comunidade lusitana sublinhavam as evidências dessa presença e sua importância econômica e social.

Mal entrajados, uma camisa surrada jogada ao torso robusto, calças de riscado, pés descalços ou metidos em sólidos tamancos, a vestia, às vezes pendida do ombro, cestos ou caixotes à cabeça – é fácil topá-los pelas ruas, nos bairros mais distantes como nas artérias mais movimentadas a qualquer hora do dia.

Todos são úteis, todas as suas profissões indispensáveis à vida coletiva de uma grande e rumorosa cidade.⁶²

Estas “profissões indispensáveis” estavam associadas ao trabalho manual e algumas delas demandavam intenso esforço físico. Eram as mais variadas e extrapolavam a figura do comerciante de secos e molhados, o estereótipo do imigrante luso. Os portugueses eram padeiros; vendedores de cestos, vassouras e espanadores; ovos e frutas; vendedores de garrafas vazias e de aves; doceiros; estivadores; sorveteiros; choferes; condutores de carroças; carvoeiros e peixeiros. O carroceiro, vulgarmente, conhecido como “burro sem rabo”, um trabalho estafante e símbolo dos ofícios não especializados reservados aos portugueses, foi pinçado, numa publicação do fim da década de 1920, como o trabalhador padrão da colônia portuguesa.

Ali, naquelas esquinas – verás turista curioso, o modelo mais completo do trabalhador português do Rio – é o homem do carrinho de mão. Admirável serviço, exaustivo labor – o seu de todo dia; carrega, no carrinho, tudo – as coisas mais inverossímeis – desde as utilidades do comércio ou da indústria aos arranjos íntimos de uma casa. São infatigáveis. Não conhecem o repouso.⁶³

Havia também a infalível figura do comendador, o imigrante portador de uma distinção por serviços e realizações prestados a pátria ou a colônia. A comenda era um sinal de *status*, o desejo de “consideração” do imigrante, indicador de ascensão social e poder econômico perante os conterrâneos no Brasil ou daqueles que permaneceram na aldeia em Portugal.⁶⁴ A distribuição dos títulos nobiliárquicos cessou com o fim da monarquia em 1910, mas a comenda persistiu e adquiriu uma referência assemelhada ao título de nobreza. A distinção (geralmente comendas referentes às ordens de Cristo e Nossa Senhora da Vila Viçosa) encontrava-se distribuída entre os participantes das diretorias e conselhos das

⁶¹ José Honório Rodrigues. Características Históricas do Povo Carioca. In: *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 21-122.

⁶² *Álbum da colônia portuguesa no Brasil*. Lisboa: Carinhas & Cia., 1929, p. 86.

⁶³ *Álbum da colônia portuguesa no Brasil*, p. 86.

⁶⁴ José Artur Rios. O Papel social do comendador português no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)* (424). Rio de Janeiro: Ano 165, jul.-set. 2004, p. 309-321. Ribeiro Couto. *Sentimento lusitano*. Lisboa: Edição “Livros do Brasil”, 1963, p. 50.

irmandades, beneficências, associações recreativas ou de classe e clubes desportivos de caráter luso-brasileiros. O comendador tornou-se também uma figura emblemática do conservadorismo social dos imigrantes portugueses e motivo de anedotas dos brasileiros. A esse personagem, inclusive, chegou a ser atribuída a responsabilidade pelo sentimento antilusitano em parcela da população brasileira.⁶⁵

Nas primeiras décadas do século XX, o Rio de Janeiro era percebido como uma cidade “portuguesa”, pois além do peso histórico-cultural, a cidade possuía a maior população portuguesa fora de Portugal, e era a capital do Brasil. Esta dupla situação impulsionava a imagem que uma parcela da elite cultural e política portuguesa tratava as relações culturais entre os dois países.

Outras comunidades de imigrantes portuguesas no Brasil desenvolveram características semelhantes às do Rio de Janeiro, como aquelas de São Paulo e de Belém, ou de forma mais transitória, aquelas radicadas em Manaus e São Luís. A então capital do país, contudo, detinha uma conjunção de oportunidades políticas, econômicas e culturais, desde o início do século XIX, para atrair a emigração portuguesa, favorecer o surgimento de instituições representativas da identidade cultural lusa e promover uma vigorosa ação de dinamização das relações culturais luso-brasileiras.

Vejamos o caso do Maranhão descrito no relatório de 1881, publicado no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Para o autor do relatório, o português Raimundo Capéla, a comunidade portuguesa no Maranhão estava dividida em dois grupos. De um lado, aqueles dedicados ao comércio, chamados simplesmente de “caixeiros”, atraídos por um “convite protetor” para trabalhar nas firmas de seus conterrâneos. No entendimento de Capéla, tratava-se de uma carreira suave e lucrativa, que exigia inteligência mediana e facultava, ao caixeiro português, “lisonjeira abastança”, pois era grande a possibilidade de serem associados pelo patrão na firma. A outra parte da colônia era formada por lavradores, roceiros e criadores de gado. Era a mais numerosa, sendo que exploravam pequenos tratos de terra com lucros limitados. Ainda de acordo com o relatório, em 1881, a colônia portuguesa no Maranhão, estava reduzida à metade do que era em 1852, após o auge da imigração, ocorrido entre 1823 e 1846. A razão para o decréscimo seria a redução das oportunidades no comércio devido à forte concorrência ao comerciante português por casas inglesas, francesas e

⁶⁵ Cf. Eduardo Metzner Leone. *Os comendadores. Idéias, fatos e documentos*. Rio de Janeiro: Portugal em Foco, 1964, p. 10.

nacionais, principalmente, no comércio de importação/exportação e no comércio atacadista.⁶⁶ O declínio coincide com o início da expansão da economia extrativista da borracha na província vizinha do Pará, acontecimento que provavelmente desviou o fluxo imigratório.⁶⁷ A fase de apogeu da imigração lusa para o Maranhão propiciou as condições para a fundação de duas instituições sustentadas por comerciantes portugueses, o Gabinete de Leitura, em 1853, e o hospital da Sociedade Humanitária 1º de Dezembro, em 1862.⁶⁸ Estas instituições são representativas do espírito associativo do imigrante português no Brasil, no século XIX, voltado para a beneficência e a cultura.

Se, no Maranhão, diminuía a importância econômica e numérica do imigrante português, o contrário sucedia na cidade do Rio de Janeiro. Além dos caixeiros do comércio e dos trabalhadores não especializados, o Rio de Janeiro constituiu, até meados do século XX, um pólo de atração para aquela parcela da emigração portuguesa possuidora de significativo capital cultural: advogados, médicos, professores e jornalistas. Embora reduzidos no conjunto da massa de emigrantes, estes profissionais liberais – emigrados por motivações econômicas ou políticas – formaram a base intelectual das instituições da colônia portuguesa e a pensaram em relação ao Brasil e a Portugal.

Logo após a independência, os conflitos entre liberais e absolutistas, partidários de D. Pedro e D. Miguel, trouxeram para o Brasil emigrados portugueses, devido a perseguições políticas. À motivação política somaram-se as oportunidades econômicas, pois o Brasil além de refúgio abrigava um mercado de trabalho atrativo para os portugueses emigrados no comércio ou nas profissões liberais.

O advogado José Marcelino da Rocha Cabral (1806-1852), primeiro presidente do Gabinete Português de Leitura e da Beneficência Portuguesa, chegou ao Brasil em 1828 evadindo-se da perseguição movida aos liberais, após o golpe de estado miguelista. No Rio de Janeiro, Rocha Cabral dedicou-se ao comércio e à imprensa fundando um periódico – *O Despertador* – para concorrer com o *Jornal do Comércio*.⁶⁹ No campo político do

⁶⁶ Raimundo Venâncio Rodrigues Capéla. Relatório de 1881. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (4), 2ª Série. 1882. Apud Fran Paxeco. *Portugal e o Maranhão. (As suas Relações Comerciais)*. São Luis do Maranhão: J. Pires & Cia., 1919, p. 128-132. Segundo Paxeco, Raimundo Capéla tinha formação universitária (Coimbra) e exerceu o magistério no Maranhão.

⁶⁷ Uma indicação para esse fluxo Portugal – Maranhão – Pará é a trajetória de Francisco Gonçalves de Medeiros Branco (1823-1867). Medeiros Branco chegou ao Maranhão em 1836. Em 1851, já comerciante por conta própria, transferiu-se para Belém. Nesta cidade, fundou a Sociedade Portuguesa de Beneficência (1854) da qual foi presidente. Na mesma cidade, foi fundado em 1867, o Grêmio Literário Português. Cf. Fran Paxeco. *O Pará e a colônia portuguesa*. Belém do Pará: Tip. da Livraria Gillet, 1920, p. 7 e 18.

⁶⁸ Raimundo Venâncio Rodrigues Capéla. *Op. cit.*, p. 136.

⁶⁹ Humberto Taborda. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Primeiro Centenário*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1937, p. 14.

miguelismo, cabe citar Bruno Teles de Menezes e Vasconcelos que, exilado no Rio de Janeiro, estabeleceu um armazém na rua da Alfândega, do qual foi o sócio principal até os anos 1870.⁷⁰ Também no Rio de Janeiro viveu por alguns anos o médico e jornalista José da Gama e Castro (1795-1873), um dos auxiliares mais capazes de D. Miguel.⁷¹ No exílio, Gama e Castro sobreviveu das suas contribuições ao *Jornal do Comércio* e tornou-se correspondente desse periódico em Paris. Suas críticas ao teor nativista e antilusitano do *Bosquejo histórico, político e literário* (1835), escrito pelo general Abreu e Lima, desencadearam célebre polêmica sobre a questão da nacionalidade literária.⁷²

Em 1880, Figueiredo de Magalhães, médico do hospital da Beneficência Portuguesa e de grande reputação na época, criticou a decisão de José Vasco Ramalho Ortigão de convidar Joaquim Nabuco para proferir o discurso principal por ocasião da comemoração do terceiro centenário de Camões. Para Magalhães, a homenagem a Camões constituía uma manifestação patriótica e, nesse sentido, a tarefa deveria ter sido dada a um português. Sua posição foi apoiada por outros conterrâneos. O autor de uma carta publicada na *Gazeta de Notícias* afirmava que muitos moços portugueses no Rio de Janeiro possuíam os talentos exigidos para ser o orador oficial nos festejos de Camões e citava Zeferino Candido, Henrique Moreira, Dr. Bessa, Dr. Freire, Dr. Figueiredo Magalhães “e outros muitos, formados em direito, matemáticas, medicina, filosofia e teologia”.⁷³

Esse incidente indica a presença, na colônia portuguesa, de um grupo de indivíduos, profissionais liberais, distinto da comunidade de caixeiros e comerciantes; e que se encontravam prontos para reagir a decisões que julgassem, como no caso da comemoração camoniana, uma usurpação. O seu número aumentaria, no fim do século XIX, com as agitações políticas em Portugal e o êxodo de intelectuais portugueses para o Brasil.

⁷⁰ Cf. Carlos Malheiro Dias. *Discurso pronunciado por Carlos Malheiro Dias. Na sessão solene em homenagem à memória venerada do Excelentíssimo Snr. Visconde de Moraes promovida pela Federação das Associações Portuguesas do Brasil e realizada no Gabinete Português de Literatura do Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1931*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1931, p. 14.

⁷¹ Gama e Castro foi nobilitado por D. Miguel com o título de visconde de Sernancelhe. Escreveu *O Novo Príncipe ou o Espírito dos Governos Monárquicos* considerada a obra mais representativa do tradicionalismo absolutista português. Cf. Luis Reis Torgal. O tradicionalismo absolutista e contra-revolucionário e o movimento católico. In: Luís Reis Torgal e João Roque (coord.). *O Liberalismo (1807-1890)*. José Mattoso (dir.). *Historia de Portugal*, v. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 200-201. Uma edição revista e aumentada de *O Novo Príncipe ou o Espírito dos Governos Monárquicos* foi impressa pela tipografia do *Jornal do Commercio* (J.Villeneuve & Cia) em 1841.

⁷² Ver o capítulo II, p. 117-119.

⁷³ Cf. Figueiredo de Magalhães. *Camões e os Portugueses no Brasil. Reparos críticos pelo Dr. Figueiredo Magalhães*. Primeira Parte. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1880, p. 25. A carta era assinada por ‘Eurico’ e datada do Rio de Janeiro, 20.3.1880. Foi publicada na *Gazeta de Notícias* em 22.3.1880.

No período compreendido entre 1891 (movimento republicano de 31 de janeiro) e a consolidação do Estado Novo salazarista, no início dos anos 1930, passando pela queda da monarquia e as crises sucessivas da Primeira República, o fluxo de emigrados políticos foi significativo: Bettencourt-Rodrigues, João Chagas, Fran Paxeco, Ricardo Severo, João de Sousa Lage, Malheiro Dias, Jaime Cortesão, Fidelino de Figueiredo, Joaquim Paço d'Arcos e Sarmento Pimentel. Alguns, pelo largo tempo, de fixação no Brasil, desenvolveram atividades marcantes na área de ensino e pesquisa, na imprensa e na arquitetura.

As mudanças políticas em Portugal afetavam a sorte desses emigrados intelectuais e vários, dentre eles, ocuparam postos de destaque na vida pública portuguesa. Os republicanos, por exemplo, que regressaram mesmo antes da proclamação da república, em outubro de 1910, manifestavam com frequência o seu apreço pelo Brasil. Bettencourt-Rodrigues na defesa da confederação luso-brasileira testemunhava as razões afetivas de sua luta:

Devaneio ou sonho? É possível; mas parece-me que bem justificado num português, que, tendo vivido no Brasil vinte anos dos mais felizes da sua vida (...) muito desejaria vê-las caminharem unidas para um mesmo glorioso destino.⁷⁴

Outros desenvolveriam negócios ou atividades intelectuais no Brasil, estabelecendo-se no país de forma definitiva, como Ricardo Severo, sócio do escritório de arquitetura de Ramos de Azevedo e cunhado de Santos Dumont; ou João Lage, proprietário de *O Paiz*, figura controvertida na imprensa da época. Alguns só retornariam a Portugal no fim da vida (Cortesão, Malheiro Dias) ou voltariam ao país natal apenas como viajantes, usufruindo o fim das restrições políticas que os forçaram ao exílio (Sarmento Pimentel).

A trajetória de Fran Paxeco (1874-1952) tipifica as múltiplas relações que essa categoria de imigrantes portugueses, intelectuais e ativistas políticos, desenvolveram com o Brasil e no Brasil. Manuel Francisco Pacheco, militante republicano, exilou-se no Brasil em 1894, em razão de uma crítica considerada ofensiva ao rei Carlos I. No Rio de Janeiro, fundou o jornal *República Portuguesa* (1895) e tornou-se secretário do Centro Republicano Português. Logo embarcou, porém, para o norte do Brasil, onde desenvolveu grande atividade nas comunidades portuguesas de Belém, Manaus e São Luís. A amizade de Teófilo Braga e Bernardino Machado propiciou o seu ingresso, na carreira diplomática, em agosto de 1911.⁷⁵ Ocupou as funções de cônsul em São Luís e em Belém. Nas cidades mencionadas Fran

⁷⁴ Bettencourt-Rodrigues. *Prováveis alianças e agrupamentos de nações: uma confederação luso-brasileira*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923, p. 10-11.

⁷⁵ Em Manaus Fran Paxeco esteve envolvido numa polêmica ao defender Teófilo Braga das críticas de Silvio Romero e foi agredido pelo filho de Tobias Barreto, solidário a Sílvia Romero. Cf. Eugênio Leitão de Brito. *Fran Paxeco no Brasil*. Belém: Grêmio Literário e Recreativo Português, 1994, p. 25.

Paxeco exerceu o magistério e o jornalismo (foi um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras) até 1928 quando retornou a Portugal por motivos de saúde.⁷⁶

Após a proclamação da república em Portugal, em outubro de 1910, aguçaram-se as divergências no seio da colônia portuguesa entre monarquistas e republicanos. É significativo que, em 1908, ano da malograda visita de D. Carlos I, uma iniciativa para fortalecer a monarquia, tenham sido fundados vários clubes republicanos. O fato indica uma disseminação da propaganda republicana no meio da comunidade portuguesa do Brasil, ao menos, entre as elites. Assim, no Rio de Janeiro foi constituído o Grêmio Republicano do Rio de Janeiro, presidido por José Augusto Prestes, abastado comerciante e industrial. Em São Paulo, surgiu o Centro Republicano dirigido por Ricardo Severo, um republicano histórico em razão do seu envolvimento no movimento revolucionário de 1891.

Por sua vez, as medidas anticlericais adotadas pelo novo regime em 1911, as tentativas de restauração empreendidas por Paiva Couceiro, em 1911, 1912 e 1919, e o fim da ditadura sidonista levaram ao exílio no Brasil inúmeros monarquistas. Nesse período, foram fundadas no Brasil associações monarquistas, como a Liga Monárquica Dom Manuel II e jornais, como *A Monarquia Portuguesa* (1911), ambos no Rio de Janeiro, o que indicava as divisões no interior da colônia. Até então, segundo Alexandre de Albuquerque, as disputas na colônia portuguesa no Rio de Janeiro estavam restritas à vida associativa. Essa unidade seria restaurada, embora de forma temporária, com a entrada de Portugal no conflito contra a Alemanha.⁷⁷

No segundo semestre de 1913, registraram-se tumultos entre os monarquistas da Liga e os republicanos do Grêmio no Rio de Janeiro, como o ocorrido no Teatro Carlos Gomes, por ocasião de um comício monarquista e da conferência do jornalista e advogado Mario Monteiro.⁷⁸ A sucessão de fatos desse gênero levou alguns setores da colônia, identificados aos republicanos, a sugerir o fechamento da Liga D. Manuel II pelas autoridades brasileiras.⁷⁹

Estas demonstrações públicas de desunião inquietavam aqueles que advogavam a solidariedade da colônia acima das disputas políticas ou pessoais, como o leitor de *Portugal*

⁷⁶ Eugênio Leitão de Brito. *Op. cit.*, p. 24-38. Fran Paxeco empresta seu nome à biblioteca do Grêmio Literário e Recreativo Português de Belém do Pará e a uma praça em São Luís.

⁷⁷ Alexandre de Albuquerque. Deputados da colônia portuguesa. *O Paiz*, 23.1.1926, p.3.

⁷⁸ Grande conflito no Teatro Carlos Gomes. *Portugal Moderno* (715). 2.8.1913 (Transcrição do *Correio da Noite* de 30.7.1913). Sobre as rixas entre monarquistas e republicanos portugueses ver também *O Paiz*. 24.11.1913.

⁷⁹ Já é tempo de mandar fechar a Liga D. Manuel. *Portugal Moderno* (748-749). 1.12.1913, p. 9. A Liga. *Portugal Moderno* (750). 3.12.1913, p. 1.

Moderno, João Borges, que creditava a divisão e a desorganização da colônia às agressões que, no seu entendimento, eram feitas aos portugueses nos periódicos brasileiros.⁸⁰

Os problemas políticos em Portugal e as suas repercussões no Brasil coincidem com um espasmo na emigração portuguesa, entre 1911 e 1913. É um período de mudança quantitativa e qualitativa no fenômeno emigratório português. De um lado, movida pela crise na agricultura, acelera-se a emigração de núcleos familiares da população rural. De outro, a emigração movida por motivos políticos, quantitativamente muito menor do que a primeira, traz ao Brasil advogados, escritores e jornalistas, de alguma forma descontentes com a república liberal portuguesa.

Bernardino Machado⁸¹, primeiro embaixador de Portugal no Brasil (1912-1913), intentou uma política de mudança na imagem da república atingida pelas tensões políticas em Portugal, bastante divulgadas na imprensa brasileira, mas agravadas, também, pela campanha dos exilados monarquistas contra a república e a cautela, misto de prevenção anti-republicana da elite da colônia.

Portugal e Brasil têm a mesma história, representam a mesma civilização e por isso, quaisquer que sejam as relações de Portugal na Europa, e as do Brasil na América, a suprema obrigação de ambos é estreitarem as que entre eles existem, mais que cuidar das que ligam qualquer deles ao resto do mundo. A campanha feita contra Portugal é essencialmente uma campanha contra o Brasil. Só podem querê-la os competidores e os detratores da influência lusitana (...) todo aquele que no Brasil amar verdadeiramente as suas tradições e quiser manter a unidade nacional (...) precisa fortalecer cada vez mais o culto das virtudes imanes da nossa raça, sem hostilidades para nenhum outro povo.⁸²

As declarações de Machado foram apoiadas pelo jornal carioca *A Tribuna* de propriedade do influente senador Antônio Azeredo. De acordo com o jornal, a migração dos monarquistas para o Brasil encontrou terreno fértil para agitações no seio da colônia portuguesa na capital federal.

A colônia portuguesa é no Rio de Janeiro a mais importante não só pelo número como pelo valor econômico. São todos homens de grande capacidade de trabalho, unidos todos por sólidos laços de extremo patriotismo. Mas são politicamente, quase todos retrógrados démodés. Saídos das suas aldeias em tempos em que ainda se tinha em Portugal fanatismo pela coroa e pela religião, esses homens se conservaram sempre fiéis às crenças recebidas no berço, tornando-se insensíveis às idéias no meio das quais se está formando a nossa nacionalidade.⁸³

⁸⁰ Palavras refletidas. *Portugal Moderno* (683). 12.4.1913.

⁸¹ Bernardino Machado (1851-1944) nasceu no Brasil e era filho de António Luiz Machado Guimarães, um abastado comerciante português enriquecido no Rio de Janeiro e enobrecido com o título de barão de Joane. Cf. Fernando Hernâni Bento. Bernardino Machado. Algumas referências biográficas. In: Artur Sá da Costa (coord.). *Gentes da terra*. Vila Nova de Famalicão: Quase Edições, 2006, p. 17-77.

⁸² Brasil e Portugal. *Portugal Moderno* (679). 29.3.1913, p. 1. Transcrição de entrevista a *O Imparcial*.

⁸³ *Portugal Moderno* (680). 2.4. 1913, p. 1. Artigo transcrito de *A Tribuna*, 26.3.1913.

Enquanto em Portugal o povo se emancipou do domínio da igreja e da monarquia, no Brasil, manteve-se o apoio dos portugueses às duas instituições, o que explicaria a fundação dos “centros de conspiração e agitação” e o retorno das idéias restauradoras – o “sebastianismo clerical e tartufo” – estas esmagadas na revolta da Armada e em Canudos. A vitória da república e das idéias democráticas isolou os portugueses do Brasil de Portugal. Por fim, o articulista levantava a possibilidade da deportação, pois os emigrantes eram hóspedes e poderiam ser objeto de uma ação do governo brasileiro para manter a ordem pública.⁸⁴

Se a miragem brasileira impulsionava a emigração em massa, a realidade defrontada pelo emigrante era marcada pela exclusão e pelo desvanecimento progressivo da obtenção da fortuna rápida. O “fazer a América” tornava-se uma continuação da luta árdua e secular para garantir a sobrevivência empreendida nos campos do Minho, do Douro e de Trás-os-Montes. Os poucos “brasileiros”, aqueles que formaram um pecúlio suficiente para diferenciá-los da massa despossuída eram suficientes, no entanto, para galvanizar a imagem do Brasil como a “árvore das patacas”.

No lado de cá do Atlântico, o imigrante português era identificado de forma negativa ou jocosa, alvo de piadas preconceituosas, construídas a partir do estereótipo do estrangeiro, como ocorria com outros grupos imigrantes. Os portugueses eram apelidados de *galegos*, *pés-de-chumbo*, *burros sem rabo*, *mondrongos*, *calcanhares de frigideira*.⁸⁵ Aos portugueses também estavam reservadas observações mordazes provenientes do sentimento nacional contra o antigo colonizador. Exemplo dessa situação era a quadrinha recitada no fim do século XIX, registrado por João Chagas:

Ó galego, pé-de-chumbo,
Calcanhar de frigideira,
Quem lhe deu o atrevimento
De casar com brasileira.⁸⁶

No Maranhão, uma variante da quadrinha enfatizava o nativismo contra a presença dos portugueses naquele estado setentrional:

Marinheiro pé de chumbo,
Calcanhar de caldeirão,
Quem te deu a confiança
De pisar no Maranhão.⁸⁷

⁸⁴ *Ibid.*

⁸⁵ Mario Monteiro. *Bilac e Portugal*. Lisboa: Agencia Editorial Brasileira, 1936, p. 136.

⁸⁶ João Chagas. *De Bond. Alguns aspectos da civilização brasileira*. Lisboa: Livraria Moderna, 1897, p. 142.

⁸⁷ Josué Montello. Presença de Portugal no Maranhão. *Atlântico. Revista Luso-Brasileira* (1) Nova Série. Rio de Janeiro/Lisboa: DNI-SNI, 1946, p. 19.

No início do século XX, outra quadrinha, dessa vez cantada na escola freqüentada por Miguel Torga em Minas Gerais, registrava, segundo o escritor, “a peçonha nativista”.

As desgraças do Brasil
Eram duas, agora são três:
A formiga cabeçuda,
O italiano e o português.⁸⁸

No interior da colônia portuguesa no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, em São Paulo e, em menor escala, em outros centros urbanos, um grupo reduzido formava a elite e exercia o controle das diversas associações. O poder econômico da elite provinha, em grande parte do comércio e dos benefícios do capital rentista, desdobrando-se no fim do século XIX em investimentos na indústria. Estavam inseridos no processo de crescimento da economia urbana e das oportunidades ali disponibilizadas, desde a especulação financeira até o mercado urbano de terras.

O círculo de sociabilidade do grupo dirigente das instituições filantrópicas e culturais não era muito extenso. Geralmente originários do norte de Portugal, os capitalistas filantropos eram detentores de fortunas formadas no comércio e, muitas vezes, possuíam sociedades mercantis, financeiras e industriais em comum, nas quais se entrelaçavam alianças familiares.

O patrocínio e o exercício de cargos de prestígio potencializavam o capital social adquirido através da acumulação da riqueza. A filantropia era retribuída em comendas e títulos nobiliárquicos concedidos pelas monarquias brasileira e portuguesa. Na falta delas, os patronos das instituições recebiam deferências que simbolizavam o reconhecimento do seu *status* social tanto no Brasil quanto em Portugal. José Alves Barreto (1859-1933) abastado cafeicultor em São Paulo, presidente da Beneficência Portuguesa em São Paulo, favoreceu, por meio de sua fortuna, seu torrão natal (Castanheira de Pêra) com um hospital e uma escola. Em 1901, Barreto foi agraciado com o título de visconde de Nova Granada pelo rei D. Carlos⁸⁹. Antônio Pereira Ignácio (1875-1951), proprietário das indústrias Votorantim, emigrou para o Brasil com dez anos de idade juntamente com o pai. Nos anos de 1930/1940 era uma das figuras mais importantes da colônia portuguesa em São Paulo e elogiado por suas obras filantrópicas como a criação de creches, asilos e escolas em Sorocaba, Santa Helena e Votorantim, onde se situavam suas fábricas, e, em Baltar, sua cidade natal. Ali, afirmava Armando de Aguiar, não havia mendigos, analfabetos ou pessoas infelizes porque a todos

⁸⁸ Miguel Torga. *A Criação do Mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 152.

⁸⁹ Afonso Zuquete. *Nobreza de Portugal*. v. 3. Lisboa: Editorial Enciclopédia Ltda., 1960, p. 60-61.

socorria a benemerência de Pereira Ignácio: “A uns leva o pão do corpo; a outros o pão do espírito”.⁹⁰

Nas primeiras décadas do século XX, a elite da colônia portuguesa construiu paulatinamente uma imagem do imigrante português e das relações luso-brasileiras cujo mote principal era o discurso da fraternidade. A premissa das relações fraternais servia para caracterizar uma ausência de conflitos nas relações entre brasileiros e portugueses e quando se tornava impossível sua negação, atribuía-se a eclosão da lusofobia ao fanatismo de uma minoria.

Não há no Rio animadversão contra os portugueses, como não pode haver em Portugal quizilas contra os brasileiros. Há, sim, questões contra *alguns* portugueses, como na raia portuguesa há constantes rixas com *nuestros hermanos* e como em Portugal há certo enfado irônico contra o *brasileiro*, que quase sempre é português. Certos jornalistas, de fantasia muito brilhante, é que tem arquitetado essas ardorosas pelejas, eles próprios servindo, muitas vezes, de atacantes e defensores, a fim de tornarem a luta mais acesa e palpitante.⁹¹

A idéia da fraternidade luso-brasileira afirmava uma dupla unidade. A primeira, no interior da colônia portuguesa, procurava situar o lusitanismo acima das diferenciações de classe e ideologia política. Tratava-se de unir em torno do nacionalismo a comunidade expatriada e apresentá-la, perante a opinião pública brasileira e portuguesa, como exemplo da capacidade do imigrante português. A honra da nação era recuperada valorizando-se a visão do Brasil como continuação de Portugal e da cultura lusitana. Uma imagem muito cara para diversos intelectuais portugueses radicados no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Ricardo Severo, por exemplo, asseverava que a colônia no Brasil formava o “Portugal verdadeiro”, a “república lusitânica”, conservadora das tradições e fiel depositária do sentimento nacional por sua condição de exilada.⁹²

Muito associada à imagem e ao discurso anterior, a idéia de união/comunhão matizava as cisões e conflitos intra-elite de modo a não enfraquecer sua posição perante a comunidade, tanto portuguesa quanto brasileira. A imagem de união da elite estava expressa no vigor do espírito associativo e identificada com o êxito econômico. Assim, os conflitos entre os variados grupos políticos, sociais ou culturais da colônia eram minimizados pelo viés patriótico e nacionalista. Nesse contexto, a elite construiu uma representação de si própria como sendo de toda a colônia, arvorando-se na condição de intermediária da comunidade e

⁹⁰ Armando de Aguiar. *Portugueses do Brasil*. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1944, p. 162.

⁹¹ Álvaro Pinto. Portugal-Brasil. *A Águia*. Jun. 1921, v. XIX (2ª série), p. 113.

⁹² Ricardo Severo. *A República Lusitânica*. Rio de Janeiro: s/ed., 1923, passim.

tecendo, também, um arquétipo das relações luso-brasileiras, cujas raízes remontavam ao passado colonial.⁹³

O civismo proclamado pela elite intelectual e econômica tinha um caráter patriótico e nacionalista, manifestado em inúmeras ocasiões, como as comemorações de datas festivas associadas à exaltação da nação portuguesa. O Dia de Camões é, nesse sentido, bastante significativo, pois como em Portugal, essa data, 10 de junho, tornou-se na diáspora portuguesa uma data simbólica do ser português no estrangeiro. A celebração camoniana tinha nos gabinetes de leitura os seus santuários e locais de culto. Em 1880, ao comparecer ao Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, D. Pedro II inaugurou a tradição da presença de chefes de estado brasileiros na festividade.

Houve ocasiões em que a colônia mobilizou-se para fornecer auxílio material ao país natal. Tratava-se de situações de intenso ardor patriótico. Assim ainda acicatados pelo Ultimato de 1890, os portugueses do Brasil organizaram, por ocasião do Quadricentenário da viagem de Vasco da Gama às Índias, a arrecadação de fundos para a compra de uma canhoneira – a “Pátria” – a ser utilizada na defesa das colônias na África. No Pará, a subscrição foi lançada em agosto de 1897 e no decorrer dos preparativos para a comemoração apurou-se a quantia de 177:230\$970 réis o equivalente a seis mil libras. A cota do Pará foi a segunda após a da cidade do Rio de Janeiro que alcançou aproximadamente 400 contos. Em todo o Brasil, recolheram-se perto de 1000 contos.⁹⁴ Do mesmo modo, na Primeira Guerra Mundial, a formação da Grande Comissão Pró-Pátria reuniu elementos bem distintos politicamente para angariar recursos em benefício da Cruz Vermelha portuguesa e da Obra de Proteção aos Órfãos da Guerra.⁹⁵

A década de 1910 conheceu várias iniciativas com o intuito de fortalecer a colônia portuguesa. Foi o caso das Câmaras Portuguesas de Comércio e Indústria, cuja fundação foi incentivada pelos diplomatas portugueses Fran Paxeco e Veiga Simões. Para este último, a Câmara de Manaus, criada em 1916, era o “veículo da nossa expansão na Amazônia e o órgão de defesa do nosso comércio”.⁹⁶ Objetivo compartilhado por Paxeco que, por sua vez, contribuiu para a organização da entidade em Belém (1917) no momento em que os portugueses do Pará reclamavam das dificuldades de comunicação entre o norte do Brasil e

⁹³ Cf. Jorge Luís dos Santos Alves. *Imigração e Xenofobia nas relações luso-brasileiras*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, 1999, p. 101-112.

⁹⁴ Cf. Fran Paxeco. *Op. cit.*, p. 26.

⁹⁵ Ver o capítulo III, p. 201-202.

⁹⁶ Veiga Simões. *D'Aquem e D'além mar. Portugal & a Amazônia. Estudos de Política econômica*. Typografia da Livraria Palais Royal (César, Cavalcanti & Cia.): Manaus, 1916, p. 408.

Portugal, pois a linha marítima era monopólio da companhia inglesa *Booth Line*.⁹⁷ Ainda no sentido de estimular a formação de associações para a defesa dos interesses dos emigrados portugueses era fundada, em agosto de 1915, a Associação Marítima dos Poveiros. A associação reunia pescadores portugueses, atuantes no litoral do Brasil, e teve no cônsul-geral de Portugal, Alberto d'Oliveira, seu principal incentivador.⁹⁸

Outras iniciativas não foram à frente como o Liceu Camões, idealizado para estreitar as relações entre Brasil e Portugal e contradizer, segundo Malheiro Dias, os professores e livros que no Rio de Janeiro, em sua maioria, faziam abertamente propaganda antiportuguesa. O liceu seria uma escola portuguesa no Brasil com o objetivo de “esclarecer, realçar a verdade e dar aos estudantes um conhecimento exato da história brasileira e portuguesa”.⁹⁹

Alguns empreendimentos só vingaram nos anos 1930. A Casa de Portugal, projetada para abrigar as inúmeras associações portuguesas dispersas no Brasil, deu origem à Federação das Associações Portuguesas, em 1931. Fundada com o propósito de defender os interesses dos imigrantes portugueses no Brasil, a Federação se apresentava como entidade apolítica movida exclusivamente pelo patriotismo. Esse propósito foi explicitado na formação da primeira diretoria (1931-1935), na qual a presidência coube a Carlos Malheiro Dias e a vice-presidência a Antônio Dias Leite (1870-1952), abastado negociante de tecidos. Se Malheiro Dias era um conservador, monarquista e simpatizante de Salazar; Dias Leite tinha posições políticas mais próximas da oposição ao general Carmona e a Salazar. No entanto, o apoliticismo se apagou ao longo da década de trinta e a entidade assumiu um papel relevante no ideário salazarista no Brasil.¹⁰⁰

A manifestação patriótica acima dos conflitos políticos ainda se fez presente nas comemorações do Duplo Centenário de Portugal em 1940. Nos preparativos para essa festividade, a colônia portuguesa no Brasil recolheu fundos para a compra do palácio Almada

⁹⁷ Fran Paxeco. *Op. cit.*, p. 38-40.

⁹⁸ Segundo Oliveira, somente na Baía da Guanabara, os “poveiros” empregavam 100 lanchas e 2.000 pescadores. Alberto d'Oliveira. *Os Poveiros no Brasil*. In: *Na Outra Banda de Portugal. (Quatro anos no Rio de Janeiro)*. Lisboa-Rio de Janeiro: Portugal-Brasil Sociedade Editora/Cia. Editora Americana-Livraria Francisco Alves, 1919, p. 61.

⁹⁹ Comissão de intercâmbio Luso-Brasileiro (1917). Documento que trata da organização da S.A “Lyceu Camões”. [221] RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias. A desconfiança e insatisfação com a história ensinada nas escolas seria manifestada também pelos nacionalistas lusófilos como Alcebíades Delamare. Ver o capítulo IV, p. 325-326.

¹⁰⁰ Heloísa Paulo. *Op. cit.*, p. 193-197. Sobre Antônio Dias Leite ver Eulália Maria Lahmeyer_Lobo e Laura Lahmeyer Leite Maia. *Cartas de Antônio Dias Leite (1870-1952): Um olhar sobre uma época de transformação*. Rio de Janeiro: Lidador Editora, 2005. A posição pró-salazarista da Federação se consolidou nas presidências de Antônio Dias Garcia (1935-1941) e, principalmente, na administração de Albino Sousa Cruz (1941-1960).

em Lisboa, local escolhido para sediar a exposição. A campanha teve em Sarmento Pimentel, notório adversário do Estado Novo, um dos seus principais organizadores e ilustra a dominância do sentimento patriótico e nacionalista mesmo numa conjuntura de acirramento das tensões ideológicas no seio da colônia portuguesa¹⁰¹.

3. O imigrante português e o luso-brasileirismo.

O luso-brasileirismo como concepção, conjunto de idéias e sentimentos é indissociável das experiências e interesses das elites econômicas e culturais brasileiras e portuguesas, e, entre estas últimas, àquelas da colônia portuguesa no Brasil. Os dirigentes das associações literárias, beneficentes e recreativas portuguesas no Brasil freqüentemente vinculavam suas trajetórias de vida à fraternidade luso-brasileira.

Nesse contexto, a valorização do imigrante português é uma presença constante das práticas discursivas construídas pelos intelectuais portugueses radicados no Brasil, eles próprios imigrantes e, portanto, objeto e sujeito de um complexo processo de construção simbólica cujo desenlace, com raras exceções, era a idealização romântica ou o estereótipo.

O emigrante representava a grei rural, dedicada às lides do cotidiano e aos afazeres do mundo doméstico. Muito identificado com a paisagem social e sentimental de seu torrão natal – o Minho, o Douro, a Beira, o Trás-os-Montes –, a aldeia e a vila. Porém, este enraizamento na comunidade local não significaria um afastamento do sentimento nacional. É no estrangeiro, apesar das influências do regionalismo e do localismo, que o emigrante se identifica, e é identificado, como português e mantém a nacionalidade. “O amor da pátria, que primeiramente se confunde com o apego ao lar e à família, é talvez o mais tenaz dos sentimentos portugueses”, afirmou Raimundo Capéla sobre o comerciante português no Brasil no século XIX e isso implicava no baixo índice de naturalizações e a valorização dos laços familiares.¹⁰² Essa perspectiva nacionalista dominou a interpretação do lugar e do significado do emigrante português no Brasil ao sublinhar a dimensão “missionária” de que se revestia o conjunto de ações e decisões individuais para a manutenção dos laços entre brasileiros e portugueses.

Essa perspectiva nacionalista, porém, não estava isenta de contestações. Uma visão menos otimista, ao contrário, enfatizava o processo de “desnacionalização” do imigrante

¹⁰¹ Terminada a comemoração do Duplo Centenário, o local da exposição tornou-se sede da Mocidade Portuguesa fato criticado por Pimentel. Ver Norberto Lopes. *Sarmento Pimentel ou uma geração traída. Diálogos de Norberto Lopes com o autor das “Memórias do Capitão”*. Lisboa: Editorial Áster, 1977, p. 194.

¹⁰² Raimundo Capéla. *Op. cit.*, p. 133-134.

português no Brasil em razão daqueles mesmos agentes facilitadores da sua presença no meio brasileiro e aos quais constituía um reforço constante: a língua comum, a partilha de tradições histórico-culturais ausentes em outras correntes imigratórias e o suposto descompromisso do português com a questão étnico-racial. João Chagas (1863-1925), cidadão português nascido no Brasil e conspirador republicano, considerava a emigração um mal e o Brasil uma quimera, uma falsa imagem que desencaminhava o povo português. A antiga colônia era o “cemitério dos portugueses” na América. No Brasil, o emigrante se não perdia a vida, perdia a alma, a identidade portuguesa. O máximo da sua atenção para o país-natal era a leitura esporádica dos jornais ou a glorificação do passado.

Ocupado do passado, em retrocesso de muitos anos, ficou amando um Portugal que já não é o de hoje (...) o velho português do Brasil embezerrou num ferrenho conservantismo, que o advento da nova república, não fez senão radicar.¹⁰³

A família formada pelo português no Brasil não mantém “o culto da raça”. A assimilação conduz o imigrante a intrometer-se na política brasileira e desdenhar a portuguesa, fato, segundo Chagas, que conduz de um lado ao antilusitanismo e, de outro, ao estranhamento quando o imigrante retorna a Portugal após muitos anos de ausência:

Para a família, deixou de ser o filho ou o irmão ausente, mas simplesmente o figurão rico que vem trazer a fortuna, iluminar a casa, envaidecer a aldeia.

Para o Estado deixou de ser o cidadão, para a família deixou de ser o filho. É o *brasileiro*.¹⁰⁴

No entanto, o visconde de São Boaventura (Gaspar Boaventura), depois de algumas dezenas de anos no Brasil, não hesitava em afirmar que os portugueses daqui constituíam a parte mais sã da nacionalidade em razão do fervor patriótico, sentimento que mobilizava a filantropia e o interesse pela coisa pública.

Trata-se de comemorar uma grande data da nossa história, de render homenagem a algum dos nossos vultos, como Camões e Pombal, de remediar os efeitos de uma catástrofe, de reforçar a marinha de guerra, de aumentar o número de escolas, de promover melhoramentos locais, de acudir a desgraças? Precisa-se de dinheiro? Pode contar-se com o português que emigrou para o Brasil: ele não conhece sacrifícios, o seu concurso, generoso e dedicado, não falta nunca!(...)

É no Brasil que está hoje a alma portuguesa.¹⁰⁵

Numa conferência realizada, no Grêmio Republicano Português do Rio de Janeiro, em 1923, Ricardo Severo descrevia as “características superiores” da comunidade imigrante no Brasil em comparação aos portugueses da “metrópole”.

¹⁰³ João Chagas. *Op. cit.*, p. 141.

¹⁰⁴ *Id. Ibid.*, p. 144.

¹⁰⁵ Gaspar Boaventura da Silva Barbosa (Visconde de São Boaventura). *Os Portugueses no Brasil. A Pasta d'um jornalista. (Escreptos políticos, litterários e biographicos)*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora, 1908, 95-96.

Somos elementos emigrantes em uma colônia livre – desprendidos dos liames políticos que na Metrópole amarram os homens ao facciosismo dos partidos, ao favoritismo dos seus caudilhos, à ambição da governança para a exploração do poder. Vive cada qual no ambiente mais ou menos restrito dos seus interesses e cada qual em sua oficina de trabalho (...) e também como outrora, enredados na intriga interminável de rinhentas brigas intestinas. Neste particular, somos de fato perfeitos conservadores da tradição!¹⁰⁶

No Brasil, portanto, graças à colônia e suas elites, as tradições portuguesas encontraram-se preservadas como se o Atlântico constituísse uma muralha contra a disseminação de idéias consideradas nocivas ao caráter nacional português. Assim, indo de encontro aos residentes em Portugal, os “portugueses do Brasil” estavam possuídos da idéia de nação e pátria, elementos aglutinadores da colônia, conservando as tradições. Essas características impediriam a reprodução na colônia da desagregação, decadência e esfacelamento da nação em processo na terra natal. Para Ricardo Severo, a “baixa política” também se refletia na colônia, mas ela se unia em torno do sentimento nacional, a “Pátria lusitana”.¹⁰⁷

Embora o sentimento nacional fosse um agente de união da colônia, a existência de divisões não podia ser esquecida. De um lado, a situação política em Portugal e a presença de exilados acirravam as divergências e tendiam a reproduzir, no interior da colônia, as multiplicidades de conflitos e facções lá existentes: monarquistas, republicanos, “sidonistas”, “afonsistas”, democratas, anarquistas e integralistas. De outro lado, as diferenciações sociais estavam imbricadas nas ações dos grupos políticos e influenciaram nas estratégias de linguagem dos intelectuais da colônia.

No Brasil, os imigrantes portugueses formavam parte significativa da força de trabalho nos serviços públicos, nas indústrias e no comércio dos centros urbanos e mobilizaram-se por meio de sindicatos e associações de trabalhadores para pressionar o patronato e o Estado. No período imediato à Primeira Guerra Mundial, o crescimento da insatisfação social nos centros urbanos intensificou a repressão aos movimentos de trabalhadores e ondas de expulsão de estrangeiros “indesejáveis”, muitos deles portugueses, acusados de “desordem” e proselitismo do anarquismo.¹⁰⁸

Nesse sentido, o discurso nacionalista conservador enunciado, entre outros, por Ricardo Severo, Carlos Malheiro Dias e Humberto Taborda, procurava senão apagar, pelo

¹⁰⁶ Ricardo Severo. *A República Lusitanica*. Rio de Janeiro: s/ed., 1923, p. 23-24.

¹⁰⁷ Cf. Ricardo Severo. *Op. cit.*, p. 24-27.

¹⁰⁸ Cf. Francisco Carlos Palomanes Martinho. O imigrante português no mundo do trabalho, nos movimentos sociais e nas organizações sociais do Rio. In: Carlos Lessa (org.) *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, p. 201-239.

menos, matizar as tensões sociais que aprofundavam as clivagens no interior da colônia lusa, principalmente, nos anos 1920 e 1930. De outro lado, eram enfatizados aqueles traços delineadores de recomposição da unidade – pátria, raça, nação – utilizados também para fundamentar a singularidade do imigrante lusitano no Brasil por meio da idéia da fraternidade luso-brasileira.

Com efeito, o fluxo contínuo de imigrantes portugueses iletrados, com baixa ou sem nenhuma cultura literária, sem especialização profissional, aumentou, substancialmente, no início do século XX,¹⁰⁹ e proporcionou o reforço de uma imagem negativa de Portugal e do português. Alberto d’Oliveira (1973-1940) constatou esta imagem nos vários anos que residiu no Rio de Janeiro como cônsul-geral de Portugal.

A persistência e quase exclusividade da emigração inculta para o Brasil criou também sem dúvida entre os brasileiros uma noção errada da vida e da sociedade portuguesa. Para dissipá-la é preciso que uns e outros nos visitemos e nos amemos com sincero calor de coração.¹¹⁰

As origens dessa noção equivocada de Portugal remontavam à relação colonizador/colonizado e ao processo de formação da identidade nacional brasileira. A ambigüidade em relação a Portugal e à cultura portuguesa se aprofundou, ao longo do século XIX, quando determinados estereótipos (bronco, inculto, tacanho) não só permaneciam vigentes da percepção do português como ainda foram reforçados em razão da imigração em massa. Assim, em 1896, Aníbal Mascarenhas, proprietário de *O Nacional*, comparava negativamente os imigrantes portugueses aos brasileiros notando que:

Na generalidade são analfabetos e nem ao menos possuem essa viveza e natural intuição das coisas que distinguem o nosso crioulo; esse aprumo fidalgo que caracteriza o mais acanhado caipira.

Chegam submissos, aparvalhados perante a nossa civilização, deslumbrados pelas nossas grandezas ...

E então o português (...) mata em si tudo quanto é bom e nobre, para encher-se completamente de um único sentimento – o desejo de ser rico.¹¹¹

Foi no intuito de combater o discurso de inferiorização do mestiço, segundo o qual a “mistura de negros, mulatos e caboclos” era a causa da ruína econômica, moral e intelectual do Brasil, que Álvaro Bomílcar defendeu a natureza nociva da emigração portuguesa. O “espírito português” era marcado pelo egoísmo, pela prevalência do interesse material e da busca do

¹⁰⁹ José Barbosa calculava em 445.775 o número de emigrados para o Brasil entre 1890 e 1908. José Barbosa. *As Relações luso-brasileiras (A imigração e a ‘desnacionalização’ do Brasil)*. Lisboa: Tipografia do Comércio (Edição de José Barbosa), 1909, p. 44.

¹¹⁰ Alberto d’Oliveira. *Os Portuguezes no Brazil*. *Atlântida* (3), 15.1. 1916, p. 202.

¹¹¹ Aníbal Mascarenhas. Como o portuguez enriquece. *O Nacional*, 29.2.1896, p. 1.

lucro, contrário ao princípio de autoridade. Essas características tinham matado Portugal e ameaçavam dominar o Brasil.¹¹²

O brasileiro nato, em quem, por educação ou por herança, de ordinário prevalece, - o espírito português, - confunde a lenda dos argonautas e a obra magnífica dos grandes escritores lusos com a leva de aldeães, na mor parte ignorantes e analfabetos, que vêm instalar-se nas nossas cidades, para governando de dentro dos balcões de seus estabelecimentos comerciais, ensinar-nos - o modo de ganhar a vida como Deus é servido ...¹¹³

A formação cultural do caixeiro, oriundo do meio rural e elemento predominante na colônia portuguesa no século XIX, era bastante precária. Na verdade, a educação dos caixeiros era um processo empírico cuja aquisição tinha início, no Brasil, em tenra idade. Geralmente aqui chegavam adolescentes, deficientes na leitura, escrita e matemática. Ainda bastante influenciados pelo sentimento religioso, no qual misturavam o misticismo e o apreço pelas solenidades e pompas do culto. Já adultos, a instrução literária se limitava “as noções ministradas por meio dos jornais políticos, dos romances, dos folhetos e das discussões maçônicas”.¹¹⁴

No início do século XX, era evidente o gradual distanciamento das elites brasileiras da cultura portuguesa. Esse movimento escandalizava Alberto d’ Oliveira pois embora as elites cultuassem a língua portuguesa, o espírito tradicionalista, que seria a raiz da nacionalidade brasileira, estava em desvantagem frente à influência cultural francesa e econômica norte-americana. Para o diplomata, havia uma diferença geracional na percepção de Portugal pelo brasileiro culto. O brasileiro de 60 anos “é entusiasta da história portuguesa e anseia por vir a Portugal conferi-la na visita aos nossos monumentos e paisagens e no estudo dos nossos arquivos”, mas os mais jovens reparavam “mais para o atraso do Portugal moderno do que para o brilho do Portugal antigo” esquecidos, com algumas exceções, que o Brasil era o Portugal americano e Portugal o Brasil europeu. E concluía que para essa geração mais jovem, com algumas exceções, faltava o orgulho luso-brasileiro “que tanto deve estender-se ao passado da raça gloriosa de que provém como ao grande futuro a que aspira”.¹¹⁵

De fato, na virada do século XIX ao XX, Portugal e o português são percebidos como dissociados da idéia de progresso da civilização ocidental e do seu centro, a cultura européia. Uma imagem eurocêntrica valorizada pelas elites brasileiras que introjetaram esse

¹¹² Álvaro Bomílcar. *O preconceito de raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Aurora, 1916, p.81-83.

¹¹³ Álvaro Bomílcar. *Op. cit.*, p.85.

¹¹⁴ Raimundo Venâncio Rodrigues Capéla. *Op. cit.*, p. 133. Há, é claro, exceções a essa descrição como Malheiro Dias e João Luso. Ver o capítulo III, p. 191-193.

¹¹⁵ Alberto d’Oliveira. *Op. cit.*, p. 203.

modelo civilizacional e pretendiam construir o Brasil – o Estado e a Nação – segundo as suas premissas. Para Alberto d’Oliveira, a tradição – Portugal e sua cultura – não podia ser posta de lado pelas elites brasileiras e nesse sentido, reivindicava com vigor o “lugar” de Portugal no Brasil.

Renan dizia que só podem julgar-se homens de progresso os que tomam como base da sua ação sobre os outros homens um profundo respeito do passado. Nenhum brasileiro esqueça esta sentença, de tão útil recordação nos tempos guerreiros de hoje, em que no seio de cada raça se toca ansiosamente a reunir. Nenhum perca de vista (foram as minhas mais solenes palavras ao tomar assento entre os meus eminentes confrades da Academia Brasileira) que Portugal, que soube conquistar para si um dos grandes capítulos da história universal, é fonte legítima de uma civilização e de uma tradição; e que o Brasil de colocar sempre, acima da sua *americanidade* e até da sua *latinidade*, a sua emancipada e altiva *lusitanidade*, para poder manter entre os outros povos da América verdadeira autonomia, não territorial, mas moral e histórica.¹¹⁶

Em Portugal, o imigrante enriquecido ou financeiramente remediado no Brasil, metamorfoseou-se numa figura caricatural (o *grotesco* clássico) e tornou-se personagem literário, o *brasileiro*, descrito por Eça de Queiroz em *As Farpas*, como “grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colete e grilhão de ouro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, vozinha adocicada, olho desconfiado e um vício secreto”.¹¹⁷ A descrição do *brasileiro* por Eça de Queiroz resumia as características que os emigrados para o Brasil assumiram no retorno a Portugal.

Perfeitamente respeitáveis pela sua iniciativa e pelo seu trabalho, constituem uma espécie de tribo, sem pátria que os adote, porque em Portugal chamam-lhes brasileiros, e no Brasil chamam-lhes galegos. São desses que aí vão – de bengalas e unicórnio na mão e alfinete de brilhantes no peito das camisas.¹¹⁸

Na segunda metade do século XIX, o *brasileiro* estava presente, nos romances de Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz e Julio Dinis, como personagem arquetípico, alvo de troça, modelo do egoísmo e do materialismo burguês. Eça de Queiroz, contudo, ia de encontro ao sarcasmo de que o “brasileiro” era vítima dos lisboetas e apontava suas origens. O “brasileiro” era o português dilatado pelo calor, era o português desabrochado, ou seja, era o espelho do português: “De tal sorte que te ris do brasileiro – mas procurais viver à custa do brasileiro”.¹¹⁹

A trajetória individual portadora de uma experiência com motivações e objetivos singulares foi frequentemente cruzada à percepção difusa que a colônia portuguesa introjetava

¹¹⁶ Id. *Ibid.*, p. 204.

¹¹⁷ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. *As Farpas*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro. s.d, p. 139. Para a descrição do “brasileiro” e sua formação no Brasil ver Luiz Edmundo. *De um livro de memórias*. v II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958, 455-463.

¹¹⁸ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. *Op. cit.*, p. 134-135.

¹¹⁹ Id. *Ibid.*, p. 144.

da emigração. O Brasil como local ideal – “árvore das patacas” – para fugir de desconsoles e aperturas trazidas da ingratidão da terra que tira muito mais do que dá. O Brasil do bom emprego no comércio onde se começa caixeiro e chega-se a comendador.¹²⁰ O sentimento de expatriação era amenizado pela percepção de familiaridade e hospitalidade do Brasil, em razão de traços culturais assemelhados, como testemunhou Augusto Soares de Sousa Baptista: “E eu revivi no Brasil a minha meninice de Portugal (...). Era um país imenso igualzinho ao meu Portugal pequenino, igual nos frutos da alma, igual nos cuidados do corpo”.¹²¹ Impacto e sensações testemunhados também pelo pintor Antonio Carneiro (1873-1930) numa visita ao país.

Não me senti em terra estrangeira. Pareceu-me uma continuação da Pátria – mas maravilhada – onde todos os nossos anseios de renascimento desejo estuante, moço, de batalhar, de construir, de viver uma nova vida ativa e forte de progresso e de Beleza tivessem encontrado a sua realização pujante.¹²²

A conjugação destes vetores foi racionalizada no discurso de enaltecimento do indivíduo que, engrandecido economicamente e socialmente perante a própria comunidade, tornava-se o caso exemplar das qualidades proclamadas como inatas do imigrante português: honestidade, trabalho, sobriedade, tolerância, arrojo, espírito caritativo e ordeiro.¹²³ Qualidades e aptidões que confrontavam o negativismo e a visão depreciativa do discurso nacionalista antilusitano.

Inúmeras trajetórias de emigrantes proporcionaram casos exemplares para a representação da colônia portuguesa nos parâmetros mencionados, contribuindo para reforçar a identidade portuguesa no Brasil e o caráter singular que os portugueses pretendiam ocupar na antiga colônia. Na primeira metade do século XX, os obituários dos jornais, os álbuns e livros publicados sobre a colônia portuguesa no Brasil frequentemente mencionaram os imigrantes portugueses como casos de sucesso individual. Seus nomes eram associados também ao engrandecimento material ou à benemerência, no Brasil e em Portugal. O discurso formado em torno desses *brasileiros* é indicado na percepção de quatro importantes personagens da história cultural e social da colônia portuguesa do Rio de Janeiro e São Paulo.

¹²⁰ Cf. Luiz Edmundo. Os Pobrezinhos. *De um livro de memórias*, v. V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958, p. 1429-1435.

¹²¹ Uma homenagem que se impunha. *Voz de Portugal*, 27.1.1957. Apud Augusto Soares de Sousa Baptista, *português do Brasil*. Rio de Janeiro: Publicações do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1958, p. 28.

¹²² Antonio Carneiro. Excerto duma carta. *Atlântida*. (27) 15.1.1918, p. 418. Carta datada de novembro de 1915 do Porto.

¹²³ Pedro Muralha. *Portugal no Brasil. A colonização portuguesa*. Lisboa: Tipografia Luso-Gráfica, 1927, p. 83.

Joaquim da Costa Ramalho Ortigão (1822-1889) era irmão do escritor José Duarte Ramalho Ortigão, autor de *A Holanda* e *As Farpas*. Comissário de café, fundador do Centro da Lavoura do Rio de Janeiro, Ramalho Ortigão teve importante participação na administração do Real Gabinete Português de Leitura, na segunda metade do século XIX. Foi Apontado, juntamente com Ernesto Cibrão e Francisco Ramos Paz, como partícipe da geração de imigrantes que assumiu o comando da instituição e a renovou.¹²⁴ O espelho dessa renovação foi a construção do edifício sede.

Esse monumento erguido, esse templo augusto, esse **Canto do Cisne** [no original] na nossa nacionalidade no Rio de Janeiro, representa o último esforço que animou a alma poética e patriótica de Ramalho Ortigão e que, segundo a sua previsão, será o primoroso cenário das nossas tradições, a aliança fecunda dos destinos literários dos dois povos e o atestado eloqüente de que, longe da sua pátria, em outro hemisfério, souberam os portugueses honrar-lhe o nome e a história, deixando em pé esse padrão, verdadeiro orgulho e desvanecimento da sua nacionalidade.¹²⁵

Segundo Humberto Taborda, esse esforço tornou Ortigão um dos três “nomes gloriosos” do Real Gabinete ao lado de Rocha Cabral e Eduardo Lemos, o idealizador do edifício-sede.¹²⁶

Em meados do século XX, o comerciante e industrial Augusto Soares de Sousa Baptista (1888-1968) ocupava um lugar de relevo na colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Como vice-presidente do Real Gabinete, era o homem de confiança de Albino Sousa Cruz, principal liderança da colônia portuguesa no Rio de Janeiro na época. Sousa Baptista pertencia àquela categoria bastante reduzida de imigrantes portugueses com curso superior. Bacharel em Direito, formado em Coimbra, Sousa Baptista foi contemporâneo de Oliveira Salazar e de Manoel Gonçalves Cerejeira e devido à proeminência econômica e cultural podia reivindicar certas honrarias sociais inimagináveis para a maioria dos imigrantes.¹²⁷

Na década de 1930, Sousa Baptista já conquistara a consideração social que o facultava saudar os intelectuais e políticos portugueses em visita ao Brasil, um sinal de distinção e prestígio na comunidade. Assim, por ocasião da recepção ao arquiteto Raul Lino, em 1935, Sousa Baptista enalteceu a colônia e os seus dirigentes, ou seja, a sua própria projeção social.

Eu não sei se neste momento, Snr. Raul Lino, no vosso espírito tão iluminado, comece despontar a dúvida: como conhece a Colônia os homens de real valor espiritual, para só a esses prestar homenagens? (...) Há tempos, um jornalista português, que pelas colunas dos jornais agitava idéias nem sempre salutares, perguntava em carta dirigida ao nosso representante diplomático, se esta Colônia portuguesa tinha, porventura, capacidade para orientar e dirigir os seus destinos. Aos seus organismos orientadores faltava a virtude primacial que é a força do espírito, esta força sublime que dirige e governa o mundo. Não

¹²⁴ Humberto Taborda. *Op. cit.*, p. 34.

¹²⁵ Id. *Ibid.*, p. 140-141.

¹²⁶ Id. *Ibid.*, p. 137.

¹²⁷ *Apud Augusto Soares de Sousa Baptista, português do Brasil*, p. 22.

é nova a malévola insinuação (...) se a Colônia Portuguesa não é decididamente uma sociedade como aquela que povoa o solo da nossa pátria (...) devo dizer-vos que neste clarão imenso, que é hoje a civilização brasileira, ainda há portugueses que brilham com a força do seu saber os poderosos recursos da sua inteligência. Estes são os nossos guias.¹²⁸

Segundo Baptista, se Raul Lino era um obreiro da política cultural portuguesa, os emigrantes eram os obreiros da ordem econômica e atuavam para reforçar os laços entre Brasil e Portugal. Nem os valores da cultura ou da economia suplantavam, porém, “a política do sangue que se processa na intimidade do lar, na organização fundamental e sagrada da família”.¹²⁹

José Júlio Pereira de Moraes (1848-1931), visconde de Moraes, foi uma personagem proeminente da colônia portuguesa do Rio de Janeiro durante cinco décadas. Financista e grande proprietário de imóveis,¹³⁰ o visconde exerceu a presidência da Beneficência Portuguesa nos anos 1920, cargo que identificava, na época, a principal liderança na colônia portuguesa do Rio de Janeiro, e da Comissão Pró-Pátria encarregada de recolher os auxílios da colônia para o esforço de Portugal durante a guerra. A fortuna acumulada e as honorárias não eram o traço marcante de seu engrandecimento e sim o fato de que o visconde não perdera as características próprias da identidade portuguesa: a honradez, a inteligência e o trabalho. Essas características qualificavam-no, segundo Pedro Muralha, como o modelo de emigrante português bem sucedido e chefe da colônia portuguesa no Brasil.¹³¹

O visconde, que chegara ao Brasil nos idos de 1860 com 14 anos de idade, era um imigrante abnegado e patriota que unia a colônia e dignificava a “raça”. A sua trajetória foi assinalada, por Malheiro Dias, como exemplo da atração que o Brasil exercia sobre o povo português. Não se tratava apenas de ambição, como as outras imigrações, mas algo mais entranhado e ancestral o que movia esses “pequenos Cabrais”.

Nós trazemos conosco alguma coisa mais do que a nossa energia trabalhadora e do que as nossas capacidades de adaptação. Trazemos instintiva, uma sobrevivência ancestral, uma como que hereditária e familiar afeição pela terra que ajudamos a desbravar e pelo povo que ajudamos a criar. Somos os mais antigos imigrantes no Brasil. (...) Nos fundos alicerces desta grande nação estão o suor, as lágrimas, o sangue, os músculos, as ossadas portuguesas. (...) as vozes do sangue, vozes aliciadoras, na aparência silenciosa, mas que retumbam no cérebro, os hábitos herdados e transmitidos; a identidade atraente da língua, a sobrevivência de nostalgias ancestrais, que operam sortilégios. Cada emigrante (...) trazia no subconsciente da raça a experiência das remotas viagens dos antepassados. Para

¹²⁸ *Ibid.*, p. 11.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 12.

¹³⁰ Entre os seus empreendimentos consta a Companhia Cantareira, o Banco Português do Brasil, além de um dos maiores patrimônios imobiliários da cidade do Rio de Janeiro no primeiro terço do século XX. Jorge Luís dos Santos Alves. *Op. cit.*, p. 82-84.

¹³¹ Pedro Muralha. *Op. cit.*, p.271-274.

o emigrante português, para cada um desses pequenos Cabrais, para cada um desses humildes donatários sem donataria, o Brasil nunca foi o desterro.¹³²

Outra característica do visconde, apontada por Malheiro Dias, era o interesse pelo aprimoramento de sua formação cultural: “Os livros foram, muitas noites, os seus travesseiros. (...) a literatura era uma namorada dessa grave mocidade de 1870.”¹³³ De origem humilde, filho de pequenos proprietários rurais de Trás-os-Montes, o visconde de Moraes, como outros imigrantes, instruiu-se ainda moço nas leituras realizadas nos salões do Gabinete Português de Leitura, do Grêmio Literário Português e do Liceu Literário.¹³⁴

O visconde de Moraes, contudo, também foi uma personagem construída como imagem ideal do modelo de emigrante português, imaginado por certos intelectuais portugueses, como Malheiro Dias, interessados na valorização do imigrante português no Brasil e também como exemplo de uma interpretação que sublinhava o papel central desempenhado pela elite da colônia. É o que se depreende dos comentários do jornalista e advogado Alexandre de Albuquerque sobre a oração de Malheiro Dias.

Homem interessante no seu meio, o visconde tem poucas nuances em sua personalidade. É quase uma figura lisa, sem altos, nem baixos e cujo relevo, mais se deve ao poder multiplicador de Malheiro Dias, do que à sua vida. Nunca o visconde teve uma iniciativa, foi sempre um aliciado, e assim se explica que tão poucos benefícios derramasse em Portugal, que estava longe e sem aliciadores...

No Brasil sim, na colônia portuguesa sim, mas nunca espontaneamente. Homem tímido e receoso não resistia aos assaltos, e os seus grandes benefícios em pró da colônia, foram por muito paradoxal que isto pareça, mais o resultado da sua passibilidade, do que da sua atividade.

Ao ler o panegírico do Visconde de Moraes, elaborado com tanta exuberância por Malheiro Dias, não é tanto o visconde que eu admiro, como muito mais o Mago das Belas Letras.¹³⁵

No panegírico de Malheiro Dias, o visconde de Moraes, além de símbolo do emigrante português no Brasil, tornou-se o ideal de chefia para a colônia portuguesa aqui estabelecida. Uma liderança ajustada à dimensão antidemocrática e cesarista que Malheiro Dias aclamava como a responsável pela construção material e simbólica das instituições da colônia e a fizera prosperar como um “novo Portugal”, acima da multidão e seus interesses particularistas.

Hoje, como sempre, no seio da Colônia aparecem homens providenciais e abnegados, às vezes obscuros, quase sempre modestos, que se substituem ao poder infecundo da multidão, interpretam as suas aspirações subconscientes e lhe tutelam e acautelam o patrimônio. Foram esses homens que fundaram as grandes obras humanitárias e culturais da Colônia. (...) zelosamente velam por elas, as servem as engrandecem e as enriquecem.

¹³² Carlos Malheiro Dias. *Discurso pronunciado por Carlos Malheiro Dias. Na sessão solene em homenagem à memória venerada do Excelentíssimo Snr. Visconde de Moraes ...*, p. 7-8.

¹³³ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 20.

¹³⁴ Id. *Ibid.* p. 19.

¹³⁵ Carta de Alexandre de Albuquerque a Carlos Malheiro Dias. Lisboa, 6.2.1937. [J62] RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

Não desdenhamos da multidão; mas a multidão é uma entidade em que falece a capacidade de criar, embora não se lhe possa negar a capacidade de subverter.¹³⁶

Esta dimensão antidemocrática centrava-se na trajetória de alguns “homens representativos”, como o visconde de Moraes, Rocha Cabral, o visconde do Souto, o conde de São Salvador de Matosinhos e o conde de Avelar – a história da colônia portuguesa no Brasil. Em razão de suas realizações econômicas e filantrópicas eles eram alçados ao mesmo patamar dos estadistas de Portugal como “o genial Mousinho da Silveira até o prodigioso taumaturgo Oliveira Salazar”.¹³⁷

Nessa galeria de figuras exemplares, Malheiro Dias inclui Ricardo Severo (1869-1940), conforme o discurso em homenagem ao arquiteto e arqueólogo, pronunciado em 1932. Em Ricardo Severo, Malheiro Dias exaltava a tradição lusitana e seu traslado para o Brasil, mas sublinhava a importância intelectual do homenageado no resgate dessa tradição.

Vós pareceis transportar a pátria convosco. Onde vós estais, está Portugal. E não podeis estranhar, por austera modéstia, o fervor entusiasta do nosso culto. Não fostes vós que nos desvendastes, no berço da raça, o povo lusitano regido pelo conselho dos veneráveis, que entre si escolhiam um chefe? Nós nos mantemos dentro da tradição. Nós vos escolhemos como mestre e chefe. Nós vos veneramos, vos aclamamos com as vozes unânimes do coração e da razão.¹³⁸

Malheiro Dias considerava Ricardo Severo a estrela maior da constelação intelectual da colônia portuguesa.¹³⁹ É provável que essa visão, mais do que uma ênfase sobre as qualidades intelectuais do homenageado, significasse a conjunção daqueles elementos variados que caracterizavam, de forma positiva, a imigração portuguesa no Brasil. Equação, na qual, ao capitalista filantropo juntava-se o intelectual para definir as virtudes que singularizavam os portugueses frente às demais correntes imigratórias.

Colônia Portuguesa é apenas uma designação teórica, que se tornou corrente, e não tem paridade com os grupos diferenciados da imigração doutros países. Pode afirmar-se que, em verdade, não existe. Todos os imigrantes oriundos da velha metrópole, os que se enquadram na nova nacionalidade e os que não se desnacionalizam igualmente cumprem com a integridade moral e material das suas possibilidades, a perfeita cidadania de legítimos brasileiros.¹⁴⁰

O enraizamento histórico e cultural dos portugueses foi costumeiramente assinalado nos discursos de enaltecimento das trajetórias de personagens da elite da colônia portuguesa. A alusão aos portugueses como comunidade singular, e muitas vezes não eram

¹³⁶ Carlos Malheiro Dias. Discurso no lançamento da pedra fundamental do prédio do Liceu Literário. *Liceu Literário Português: 100 anos de vida a serviço do ensino e da cultura*. Rio de Janeiro: s/ed. 1968, p. 34.

¹³⁷ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 33.

¹³⁸ Carlos Malheiro Dias. Biografia de Ricardo Severo. Sessão Cívica no Clube Comercial de São Paulo, em 31 de janeiro de 1932. In: Carlos Malheiro Dias. *Orações e Conferências*. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d., p. 129.

¹³⁹ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 37.

¹⁴⁰ Discurso do Dr. Ricardo Severo por ocasião do 1º Centenário do Real Gabinete Português de Leitura. Um “Tombo” Luso-Brasileiro (14 Maio 1837-1937). *Apud* Humberto Taborda. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Primeiro Centenário*, p. 245.

classificados nem como estrangeiros, foi ressaltada pela intelectualidade brasileira lusófila na virada do século XIX ao XX. Os imigrantes lusos eram apontados como agentes que reforçavam os elementos identitários da nacionalidade no momento em que no Brasil (principalmente às regiões meridionais) aportavam levas de imigrantes portadoras de culturas e tradições estranhas, em grau variável, à matriz luso-americana dominante.

4. Os intelectuais portugueses e a brasilofilia

4.1 A “invenção” de Portugal

Em Portugal, a idéia do luso-brasileirismo e seus desdobramentos culturais e políticos esteve associada ao processo de descoberta da nação e da nacionalidade portuguesas pelos intelectuais. Esse processo de “invenção de Portugal”, ocorrido entre 1880 e 1930, era uma recepção tardia de um movimento, então corrente nos países centrais da Europa Ocidental, de valorização da nação e de tradições identificadas como nacionais. A partir dele construiu-se um aparato simbólico para representar a identidade nacional: bandeiras, hinos, monumentos, comemorações e a percepção do camponês e do mundo rural como expressão da “alma” da nacionalidade.¹⁴¹

No caso português, esse movimento se configurou na idéia de “reaportuguesamento” da nacionalidade, abraçada por uma nova geração de intelectuais comprometidos, inicialmente, com o republicanismo democrático. Essa renovação intelectual engendrada pelo “reaportuguesamento” teve em Afonso Lopes Vieira o seu

principal mentor e influenciou de forma significativa a cultura política portuguesa no primeiro quarto do século XX.

O “reaportuguesamento” subtendia que o país perdera contato com as suas raízes, origens e tradições. O resgate dos valores supostamente característicos da grei¹⁴² – o povo – viria ao encontro do Portugal heróico das batalhas contra a Espanha (Aljubarrota, Elvas) e os muçulmanos (Ourique, Alcácer Quibir), das Grandes Descobertas e do império colonial. O

¹⁴¹ Cf. Rui Ramos. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. In: José Mattoso (dir.). *História de Portugal*, v. 6. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 565. Eric Hobsbawm. *A Produção em Massa de Tradições. Europa, 1879 a 1914*. In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 271-316.

¹⁴² Esse vocábulo do português antigo adquire no discurso nacionalista um sentido de unidade em torno da idéia de nação.

“reaportuguesamento” envolvia um revivalismo historicista, idealista e romântico cujas referências eram o mito de Dom Sebastião e o saudosismo com forte viés nacionalista.¹⁴³ Os movimentos culturais e políticos da *Renascença Portuguesa* (1911), *Integralismo Lusitano* (1915) e *Seara Nova* (1921) inscrevem-se no ambiente de combates ideológicos e artísticos que a proclamação da república em 1910 favoreceu. Os intelectuais associados a esses movimentos divulgaram suas idéias em revistas de cunho cultural, político e propagandístico nas quais procuravam exercitar uma ação cívica, social e cultural de intervenção no campo político. Ali buscavam expressar e catalisar apoio para as diversas concepções da portugalidade.¹⁴⁴

A *Águia* foi o instrumento de divulgação das idéias do movimento *Renascença Portuguesa*, nascido no Porto, logo após o advento da república. A *Renascença Portuguesa* foi lançada por Teixeira de Pascoaes, Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra e contou com a adesão, num primeiro momento, de António Sérgio. Pretendia reerguer Portugal pela ressurreição da alma portuguesa perdida em razão da influência estrangeira. As páginas de *Águia* foram marcadas pelo saudosismo de Teixeira de Pascoes, mas não se restringiu a essa idéia. Como observa Paulo da Motta de Oliveira, a revista serviu de veículo para outras concepções do destino português desvinculadas do saudosismo como aquelas elaboradas por Joaquim Manso e Raul Proença.¹⁴⁵

Em 1920/1921, a *Renascença Portuguesa* fracionou-se e vários dos seus integrantes, como Jaime Cortesão e Raul Proença, iniciaram a publicação da *Seara Nova*, revista que deu nome ao movimento “seareiro”. Os “seareiros”, de acordo com Rui Ramos, além da divergência com a *Renascença Portuguesa*, reagiram, principalmente, contra a crescente influência do *Integralismo Lusitano* junto à mocidade e tentaram atuar e influir como movimento político de cunho democrático e nacionalista, na condução do Estado português.¹⁴⁶

¹⁴³ Rui Ramos. *Op. cit.*, p. 565-586. O saudosismo teve como modelo a poesia de António Nobre, bastante divulgada no Brasil no início do século XX.

¹⁴⁴ Cf. Luís Crespo de Andrade. Introdução. Quatro notas breves. A.A.V.V. *Revistas, Idéias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 12-13.

¹⁴⁵ Paulo Fernando da Motta de Oliveira. “A *Águia*”. Portugal e seu destino durante a Primeira República. *Estudos Portugueses e Africanos* (23). Campinas: Unicamp, 1994, p. 57-63.

¹⁴⁶ Em dezembro de 1923, Álvaro de Castro, encarregado de formar um novo gabinete ministerial, entregou ao grupo da *Seara Nova* três ministérios: o da Guerra, Instrução e Agricultura. António Sérgio foi ministro da Instrução por dois meses. Rui Ramos. *História de Portugal*, v. VI, p. 480-481.

O *Integralismo Lusitano*, por sua vez, teve em António Sardinha o seu principal expoente e nele nos deteremos pelas influências que alcançou no pensamento dos intelectuais conservadores portugueses, como foi o caso de Malheiro Dias.

Republicano desiludido, António Sardinha converteu-se, logo nos primeiros anos do novo regime, à causa monárquica. O monarquismo de Sardinha estava vinculado, sobretudo, à oposição a cultura republicana democrática, dominante em Portugal no início do regime republicano. Liderado por Afonso Costa o republicanismo democrata de um lado, se opôs à Igreja Católica e aos grandes proprietários rurais e, de outro, favoreceu a expansão da participação política principalmente dos grupos sociais urbanos (pequena burguesia, operariado). No enfrentamento com essa cultura política, Sardinha apoiou-se numa interpretação antiliberal da história portuguesa com fundamento doutrinário no sebastianismo e na tradição religiosa católica.

O sebastianismo¹⁴⁷ de Sardinha foi inspirado pelas concepções de Georges Sorel de que os mitos engendram a mobilização política da sociedade. Nesse sentido, em meio à crise de legitimidade e de identidade, o sebastianismo propiciaria a confiança da nação em si própria e a conduziria por meio do instinto e do “espírito heróico” para a sua auto-realização. O pensamento de Sardinha apropriou-se também das idéias do nacionalismo integral de Charles Maurras e aplicou-as à realidade política portuguesa, então polarizada pelo anticlericalismo, adotado pelo Partido Democrático (oriundo da facção dominante do Partido Republicano Português). Sardinha criticou especialmente a ação política pombalina e o liberalismo vintista, ambos vinculados ao racionalismo filosófico, como contrários às tradições políticas portuguesas formadas na Idade Média, e defendeu uma monarquia pré-constitucional de fundamentação religiosa, autoritária e corporativista.¹⁴⁸ O pensamento de António Sardinha, no interior da cultura política portuguesa, representou uma inovação ou “lance” pela aplicação, temperada por elementos próprios da filosofia política portuguesa, das concepções de Sorel e Maurras como chave de interpretação e intervenção da vida política.¹⁴⁹

¹⁴⁷ O mito sebastianista enquadra-se naqueles laços de força emocional que o imaginário político estabelece entre o indivíduo e a coletividade pela intermediação do Salvador: “Reconhecer sua autoridade e redescobri-se nela é, ao mesmo tempo, reencontrar a si mesmo e reencontrar os Outros ... e através dele, existem, para um certo número de homens, as mesmas emoções a partilhar, os mesmos fervores e as mesmas esperanças.” Raoul Girardet. *Mitos e mitologias políticas*. [Trad. Maria Lúcia Machado]. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 95.

¹⁴⁸ Cf. A.H. de Oliveira Marques. *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975, p. 76 e Rui Ramos. *Op. cit.*, p. 540-546.

¹⁴⁹ John G.A Pocock. O conceito de linguagem e o métier d'historien. In: John G.A Pocock. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 76-78.

A Renascença Portuguesa, o Integralismo Lusitano e a Seara Nova constituíam movimentos político-culturais nascidos da necessidade dos intelectuais portugueses do início do século XX de pensar e situar a posição de Portugal no mundo. A nação encontrava-se no centro do discurso destes grupos de intelectuais cujas propostas incitavam a ação política dos seus participantes como elementos ativos da regeneração nacional. Nesse processo de afirmação nacional no qual se mesclavam o mito, a memória e a história, o Brasil permaneceu como a imagem abonadora das pretensões de revigoração da grandeza e da capacidade da nação portuguesa.

Ana de Castro Osório (1872-1935) julgava prevalecer nas relações Brasil-Portugal, o “orgulho das Duas Pátrias”:

Esse sonho é a aliança firme e segura das duas Pátrias irmãs, é o predomínio da raça comum é a imposição da nossa língua como uma das mais faladas do mundo, é (...) a ressurreição duma nova fé e duma energia coletiva, tão grande que imponha ao mundo o respeito pelo que fomos, criando uma nova era de lusitanismo a engrandecer a história!¹⁵⁰

Fundada no uso de uma língua comum, a formação de uma “grande aliança” luso-brasileira de cunho moral, econômico e político só era possível pela presença dos emigrantes, agentes vivos da comunhão dos “povos lusitanos”. Tratava-se, a aliança luso-brasileira, da “única que está dentro da nossa alma, que vive nos nossos corações, que se impõe pela tradição do passado e vive o maior sonho do futuro!”.¹⁵¹

Ana Osório apresentou-se como uma missionária da comunhão Brasil-Portugal e com este espírito proferiu várias conferências no meio das comunidades imigrantes portuguesas no Brasil. A tarefa missionária luso-brasileira assumida pela escritora harmonizava-se com a exaltação da idéia do “reaportuguesamento” da nacionalidade. Como autora de livros infantis foi para esse público que Ana Osório dedicou um livro da coleção das *Viagens venturosas de Felício e Felizarda* cujo cenário era o Brasil e o *leitmotiv*, a intervenção do português em sua construção. O Brasil era o outro, diferente de Portugal e este fato podia ser notado pela exuberância da natureza, elemento onipresente nas descrições e sensações dos viajantes estrangeiros. Tratava-se, porém, de uma paisagem que ao português não causaria estranhamento: “Não devíamos nós, portugueses, estranhar já a diferença, porque de há séculos que a Pátria nos serve apenas de lugar de repouso (...)”¹⁵² A visita ao Rio de Janeiro era motivo para que os dois personagens, Felício e

¹⁵⁰ Ana de Castro Osório. *A Grande Aliança (A minha propaganda no Brasil)*. Lisboa: Edições Lusitânia, 1924, p. 13-14.

¹⁵¹ Cf. Ana de Castro Osório. *Op. cit.*, p. 37.

¹⁵² Ana de Castro Osório. *Viagens venturosas de Felício e Felizarda ao Brasil*. Lisboa: Lusitânia Editora, 1923, p. 44.

Felizarda, discutissem a figura de D. João VI e o impacto da presença real. Enquanto Felizarda reprovava a triste figura que o rei fizera em Portugal, “o mais desgraçado exemplo de covardia governativa”, Felício observava que embora não tivesse uma natureza heróica, o ato do rei propiciara a independência do Brasil.

Se na ocasião em que fugiu não tivesse vindo com a corte, tudo quanto havia lá de mais rico e nobre, não se tornaria o Brasil tão depressa, um país independente e florescente como se tornou.¹⁵³

A atração pelo Brasil envolvia emigrados por motivações econômicas ou políticas e portugueses que singravam o oceano Atlântico na condição de viajantes sem o objetivo, portanto, de estabelecer residência de longo prazo. Ambos os grupos estavam vinculados ao Brasil por uma mescla de laços afetivos, culturais e econômicos. Em ambos encontravam-se intelectuais portugueses cujas relações de sociabilidade e padrão cultural estavam distanciadas da grande massa de imigrantes portugueses provenientes das áreas rurais.

A afetividade constitui um elemento freqüente nos discursos sobre as relações luso-brasileiras enunciados por escritores, diplomatas ou pelas lideranças da comunidade portuguesa no Brasil. Destarte, o atavismo pelo Brasil era declarado por inúmeros intelectuais lusitanos como Alberto d’Oliveira: “O Brasil foi sempre para mim, já desde a infância, uma das irresistíveis atrações e seduções do meu espírito”.¹⁵⁴ Sentimento compartilhado por João de Barros e Nuno Simões, ambos campeões da causa do luso-brasileirismo, e ligados ao Brasil pela memória e pela experiência dos pais. O pai de João de Barros, o visconde da Marinha Grande, foi vice-cônsul no Brasil. Domingos da Costa Simões, pai de Nuno Simões, emigrou para o Rio de Janeiro onde obteve alguma fortuna no comércio. No Rio de Janeiro, travou relações com o abastado barão de Joane, comerciante e pai de Bernardino Machado. Como “brasileiro” enriquecido, Domingos Simões adquiriu importância econômica e social na “terra”, o concelho de Vila Nova de Famalicão.¹⁵⁵ Ana de Castro Osório, por sua vez, proclamava a comunhão intelectual “que faz da literatura brasileira e portuguesa uma só literatura, dos nossos sábios o orgulho das Duas Pátrias, dos nossos heróis a veneração de todos!”¹⁵⁶ Enquanto o embaixador Martinho Nobre de Mello, na presença de Getúlio Vargas, proclamou o Brasil a segunda pátria dos lusitanos.¹⁵⁷

¹⁵³ Ana de Castro Osório. *Op. cit.*, p. 48.

¹⁵⁴ Alberto d’Oliveira. Na Academia Brasileira. In: *Na Outra Banda de Portugal*, p. 44.

¹⁵⁵ Cf. Arminda Ferreira. O luso-brasileirismo na perspectiva de Nuno Simões: esboço de um estudo biográfico. In: Artur Sá da Costa (coord.). *Gentes da terra*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2006, p. 80-81. Sobre João de Barros ver neste capítulo as páginas 55-57.

¹⁵⁶ Ana de Castro Osório. *A Grande Aliança*, p. 13.

¹⁵⁷ Martinho Nobre de Mello. Política do Espírito. In: *Rumo do Brasil*, p. 95.

Álvaro Pinto lembrava aos filhos, nascidos no Rio de Janeiro, do pertencimento deles a duas pátrias e, por conta disso, “deveis estudar com o mesmo interesse e carinho, e cuja grandeza deveis querer acima de tudo”. Essa característica luso-brasileira dava-lhes a missão de esclarecer os problemas comuns aos dois países e criar as condições propícias para o intercâmbio.¹⁵⁸

A comunhão intelectual, a comunidade de afeto, o culto das duas pátrias perpassam as trajetórias de inúmeros emigrados portugueses no Brasil. Estas idéias e sentimentos adquiridos na vivência e experiência individual assumem um significado coletivo interpretado pelos intelectuais brasilófilos, alguns deles também emigrados, ou viajantes, como o jornalista Pedro Muralha e o arquiteto Raul Lino. Muralha confessava ter ido “descobrir o Brasil”, conhecido apenas como a antiga colônia, ou, após a emancipação, como “um comprador dos nossos vinhos, das nossas conservas, das nossas batatas e das nossas cebolas.”¹⁵⁹ Para Lino ir ao Brasil era desvelar uma visão onírica da natureza marcada por uma profusão de cores e percepções visuais.

Eu imaginava o Brasil como grande palácio de cristal, de dimensões inverossímeis, povoado da mais rica e variada flora, luxuriante vegetação estranha ao resto do mundo na sua opulência privilegiada. Mil espécies floridas estendem-se a perder de vista sob a abóbada de rendilhadas folhas; onde a luz do Sol, rompendo em grandes losangos de ouro através do saturado verde, teria originado a linda bandeira da nação brasileira – “Auriverde pendão de minha terra ...” no poético dizer de Castro Alves.¹⁶⁰

A seguir são examinadas as trajetórias de três intelectuais portugueses brasilófilos, que se empenharam na primeira metade do século XX, na aproximação luso-brasileira.

4.2. A trajetória de três intelectuais portugueses no Brasil

As estratégias e práticas culturais de João de Barros, Álvaro Pinto e José Osório de Oliveira refletiram diferenças geracionais de ordem cultural, principalmente literária, do que antagonismos ou posições intransponíveis quanto à necessidade de valorização de uma comunidade cultural e afetiva, formada por brasileiros e portugueses.

João de Barros (1881-1960) era filho de Afonso Ernesto de Barros (visconde da Marinha Grande), líder do Partido Regenerador em Figueira da Foz e durante muito tempo

¹⁵⁸ Álvaro Pinto. A meus filhos. (Dedicatória) In: *São Paulo: Cidade vertiginosa*. Lisboa: Edição do Autor, 1937.

¹⁵⁹ Pedro Muralha. *Op. cit.*, p. 182.

¹⁶⁰ Raul Lino. *Auriverde jornada. Recordações de uma viagem ao Brasil*. Lisboa: Edição de Valentim de Carvalho, 1937, p. 21.

vice-cônsul no Brasil.¹⁶¹ Poeta, professor, jornalista e político, ele militou pela república e pela democracia. Durante a Primeira República, Barros exerceu o cargo de Secretário-Geral do Ministério da Instrução e de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi sócio da Academia de Ciências (1913) e sócio-correspondente da Academia Brasileira de Letras (1920).¹⁶² A trajetória intelectual e política de João de Barros encontrou-se identificada à campanha para a concretização da aproximação luso-brasileira, manifestada na fundação e direção da revista *Atlântida*, e numa vasta obra sobre as relações Brasil-Portugal, escrita ao longo de meio século. A última foi a coletânea de artigos publicados nos jornais portugueses sobre as relações Brasil-Portugal reunidas em *Adeus ao Brasil* (1960).

João de Barros não foi emigrante no sentido estrito do termo. Desde a primeira viagem ao Brasil (1912) até meados da década de 50, porém, Barros atravessou o Atlântico em missões oficiais ou por iniciativa particular como agente da aproximação Brasil-Portugal. Em certa época, adquiriu no Brasil a fama de maior expoente da poesia portuguesa, no primeiro terço do século XX, para irritação de outros brasilófilos como Álvaro Pinto e José Osório de Oliveira, que citavam o fato como exemplo do desconhecimento do mundo intelectual brasileiro da literatura portuguesa contemporânea.

Assim, Álvaro Pinto, depois de adjectivar João de Barros de excelente rapaz, poeta brilhante e “vistosa borboleta das letras portuguesas”, punha em dúvida as intenções da aproximação, promovida conjuntamente com João do Rio, e em seguida, passava a acusá-lo de querer destruir *A Águia* e a *Renascença Portuguesa*.

Você sonhou destruir a *Águia* com a *Atlântida*. Falhou. Você sonhou destruir as edições da ‘Renascença’ com as suas. Falhou. Você sonhou reduzir Portugal-Brasil a duas simples pessoas. Falhou. Eu não posso ser seu inimigo, porque absolutamente nada, até hoje, Você tem colhido no meu campo ou eu tentado colher no seu. Cortei em determinado tempo relações consigo, porque o vi demasiado senhor do seu lugar burocrático, tratando-me do alto.¹⁶³

Desse modo, as inimizades e oposições de círculos literários distintos em Portugal refletiam-se no intercâmbio cultural luso-brasileiro. No caso em tela, os excluídos do grupo da *Atlântida* acusavam João de Barros de gerar uma imagem distorcida do mundo intelectual

¹⁶¹ Cf. Ângela Bonifácio Vitor. Sentido do Atlântico em João de Barros. *Convergência Lusíada* (18) Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2001, p. 44.

¹⁶² Victor Brinches. *Dicionário Biobliográfico Luso-brasileiro*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965, v. I, p. 165-166.

¹⁶³ Portugal-Brasil. Álvaro Pinto. *A Águia*, Jun. 1921, p. 114-115.

português e de alargar o distanciamento em vez de facilitar a aproximação com o Brasil.¹⁶⁴ Tal fato foi salientado por José Osório de Oliveira, ao notar o desconhecimento dos intelectuais brasileiros da literatura portuguesa.

Com efeito, de uma maneira geral, o vosso conhecimento da literatura portuguesa é mais do que incompleto: insuficientíssimo. Depois do Eça e de Antonio Nobre, saltando por cima de um prosador com a genialidade de Raul Brandão e de um poeta tão extraordinário como Camilo Pessanha, apenas haveis descoberto Fernando Pessoa e, ao que parece, outro poeta contemporâneo.¹⁶⁵

João de Barros representava segmentos da vida cultural portuguesa tradicionalmente vinculados ao Brasil como a Academia das Ciências e a Sociedade de Geografia de Lisboa. Eram instituições identificadas com a monarquia e o anacronismo intelectual e, portanto, delas se afastavam, por motivos estéticos, literários ou políticos, os intelectuais em ascensão com a Primeira República portuguesa. João de Barros, de outro lado, estava próximo, apesar das diferenças políticas, daqueles intelectuais portugueses que assumiram uma posição de relevo nas relações culturais luso-brasileiras nas décadas de 1910 e 1920, como Alberto d'Oliveira, Julio Dantas, Malheiro Dias, Nuno Simões e Bettencourt-Rodrigues.

A obra poética de João de Barros distanciava-se das inovações e preocupações literárias manifestadas por Almada-Negreiros, Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. A crítica de Almada-Negreiros a geração intelectual precedente ao modernismo, a qual pertencia os intelectuais portugueses mais destacados na “campanha luso-brasileira”, e ao predomínio do academicismo na cultura portuguesa, veiculada no “Manifesto Anti-Dantas”, explicitava de forma agressiva esse distanciamento.

Uma geração, que consente deixar-se representar por um Dantas, é uma geração, que nunca o foi. É um coio d'indigentes, d'indignos e de cegos! É uma resma de charlatães e de vendidos, e só pode parir abaixo de zero! (...)

O Dantas saberá gramática, saberá sintaxe, saberá medicina, saberá fazer ceias pra cardeais, saberá tudo menos escrever que é a única coisa que ele faz. (...)

o Dantas é o escárnio da consciência!

Se o Dantas é português eu quero ser espanhol!

O Dantas é a vergonha da intelectualidade portuguesa! o Dantas é a meta da decadência mental!¹⁶⁶

O manifesto evidenciou o descompasso crescente da representação que os círculos literários portugueses tinham de si, da cultura de seu país e de sua irradiação no mundo no

¹⁶⁴ Posteriormente, Álvaro Pinto retratou-se publicamente e estabeleceu relações de amizade com João de Barros. Cf. João de Barros. Memória a Álvaro Pinto. *Ocidente: Revista Portuguesa de Cultura* (226), v. LII, Fev. 1957, p. 93-94.

¹⁶⁵ José Osório de Oliveira. Carta aos escritores do Brasil. In: *Na minha qualidade de luso-brasileiro ... (Elementos para a história das relações literárias entre o Brasil e Portugal)*. Lisboa: 1948, p.15.

¹⁶⁶ Almada-Negreiros. *Obras Completas*, v. 6 - Textos de Intervenção. Lisboa. Editora Estampa, 1972 Apud Gilberto Mendonça Teles. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro. Apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 242.

momento de lançamento da política de aproximação cultural luso-brasileira, cuja iniciativa e condução couberam ao grupo de intelectuais identificado com o passadismo e a tradição. As tensões, daí decorrentes, manifestaram-se inúmeras vezes nos escritos de intelectuais portugueses sobre o Brasil e nas relações mantidas com os intelectuais brasileiros como Álvaro Pinto e José Osório de Oliveira.

Álvaro Pinto (1887-1956) foi secretário de redação e administrador de *A Águia* (1912-1921) e diretor das revistas *Ocidente* e *Revista de Portugal* (1938-1956). Estabeleceu-se no Rio de Janeiro, em 1920, com uma tipografia (*Anuario do Brasil*) em sociedade com António Sérgio e publicou *A Águia* no Brasil (1920-1921).¹⁶⁷ Após o afastamento da *Renascença Portuguesa* e o retorno de Sérgio a Portugal, Álvaro Pinto lançou as revistas *Terra de Sol* (1924-1925) e *Crítica* (1928), juntamente com o poeta Tasso da Silveira.

A vinda de Álvaro Pinto para o Brasil e as “aventuras editoriais”, aqui vividas por ele, espelham as possibilidades, desafios e limites que um grupo restrito de emigrantes – os intelectuais – vislumbrava na outra “banda” do Atlântico. A decisão de migrar para o Brasil mesclava fatores particulares (era recém-casado) e a situação interna vivida por Portugal, no início dos anos 1920¹⁶⁸, limitava as oportunidades disponíveis para um intelectual burguês e empregado do serviço público (era inspetor de alfândega). Os temores e as hesitações só foram superados com os conselhos e o encorajamento recebidos de Carlos Malheiro Dias, então editor da *Revista da Semana*.¹⁶⁹

No Brasil, além de editor das revistas mencionadas, Álvaro Pinto dedicou-se ao jornalismo, sendo redator da página portuguesa do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, e, mais tarde, correspondente desse jornal, em Portugal, e a edição de livros de autores portugueses e brasileiros. A editora *Anuario do Brasil* publicou as primeiras obras de Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Cecília Meirelles, Rodrigo Otávio Filho e Guilherme de Almeida. Editou a maior parte das obras de Jackson de Figueiredo, Elísio de

¹⁶⁷ Álvaro Pinto chegou ao Rio de Janeiro em março de 1920. Logo depois chegaram sete operários e a tipografia com modernas máquinas alemãs que instalara no Porto em 1914 com cinco amigos. Álvaro Pinto. Páginas de Memórias. Quadros das minhas aventuras editoriais no Brasil. *Ocidente: Revista Portuguesa de Cultura* (67), v. XXI, Out. 1943, p. 363.

¹⁶⁸ “Como Portugal estava nessa época em regime de desordem permanente, nada aqui se podia realizar com sossego e ânimo confiado”. Álvaro Pinto. *Op. cit.*, p. 363. Esta observação é feita duas décadas depois da emigração para o Brasil e expressa uma comparação com o quadro de ordem e hierarquia imposto pelo Estado Novo ao qual Álvaro Pinto mostrava senão simpatia pelo menos benevolência.

¹⁶⁹ Cf. Álvaro Pinto. Carlos Malheiro Dias. Apontamentos para a história de seus últimos anos de vida dramática. *Ocidente: Revista Portuguesa de Cultura* (43), v. XV, Nov. 1941, p. 146. Leitor e admirador de Carlos Malheiro Dias, Álvaro Pinto só o conheceu pessoalmente em 1919 e tornou-se seu amigo durante os anos de vivência no Rio de Janeiro.

Carvalho, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira e Vicente Licínio Cardoso. Convém citar, também, a edição do *Livro de Ouro* do Centenário da Independência, a *História do Brasil*, em quatro volumes, de Rocha Pombo e *A Bagaceira* de José Américo de Almeida. A *Annuário do Brasil* imprimia livros para as livrarias Alves & Briguiet, Leite Ribeiro e Castilho. Os únicos livros recusados para impressão por Álvaro Pinto foram encomendados por Castilho. A recusa de um livro foi motivada pelo papel de má qualidade que Castilho queria empregar na impressão. Outro, *As Razões da Inconfidência*, de Antônio Torres, foi recusado porque Álvaro Pinto considerou o livro um pasquim e uma infâmia contra Portugal.¹⁷⁰ Por recomendação de Jackson de Figueiredo, no entanto, a *Annuário do Brasil* editou o livro de Alcebíades Delamare (*As duas Bandeiras*), notório xenófobo convertido ao nacionalismo católico de Figueiredo.¹⁷¹

A divulgação da literatura portuguesa no Brasil foi um dos eixos da empresa editorial de Álvaro Pinto. Nela convergiam interesses comerciais, o mercado brasileiro era mais amplo do que o português, e interesses culturais, a promoção da cultura portuguesa. Nesse aspecto, além dos autores já conhecidos pelo leitor brasileiro, como Almeida Garrett e Júlio Dinis, esforçou-se por editar autores portugueses contemporâneos, como aqueles associados à *Renascença Portuguesa*: Alberto Pimentel, Leonardo Coimbra, António Baião, Jaime Cortesão e Teixeira de Pascoas.¹⁷²

O longo período no Brasil permitiu a Álvaro Pinto travar relações com um amplo círculo de intelectuais nacionais (Tasso da Silveira, Jackson de Figueiredo, Elísio de Carvalho, Ronald de Carvalho) e emigrados portugueses (Correia Dias e Malheiro Dias). Ao desembarcar no Brasil, Álvaro Pinto procurou, segundo as suas palavras, afastar-se do vespeiro português e da imprensa portuguesa – “fontes da maior parte dos equívocos produzidos entre portugueses brasileiros” –, acusada de enfronhar-se em demasia na política interna brasileira e, desse modo, acirrar conflitos entre portugueses e brasileiros. Em razão disso, aproximou-se dos autores brasileiros, principalmente, do grupo liderado por Jackson de Figueiredo.¹⁷³ A amizade de Jackson de Figueiredo proporcionou a introdução de Álvaro Pinto no círculo de intelectuais reunidos em torno do doutrinador do reacionarismo católico no Brasil. Figura de grande prestígio nos meios intelectuais do Rio de Janeiro, no início dos

¹⁷⁰ Cf. Álvaro Pinto. Páginas de Memórias. Quadros das minhas aventuras editoriais no Brasil. *Ocidente: Revista Portuguesa de Cultura* (67), p. 365-366.

¹⁷¹ Álvaro Pinto. *Op. cit.*, p. 364.

¹⁷² Id. *Ibid.*, p. 367.

¹⁷³ Id. *Ibid.*, p. 364. Nesse aspecto, Álvaro Pinto teve uma atitude oposta a Malheiro Dias. Também não há registro da participação de Pinto nas instituições culturais e associativas como o Real Gabinete.

anos 1920, Figueiredo distanciava-se do ideário nacionalista lusófono de Álvaro Bomfílcar, propagado nas páginas do semanário *Gil Blas*, e aproximava-se do espiritualismo católico. Jackson de Figueiredo apresentou Álvaro Pinto “aos melhores e mais ilustres camaradas, conseguiu-me auxílios valiosos e trouxe-me a amizade inolvidável e jamais bastante agradecida desse Príncipe da gentileza, que se chama Alceu Amoroso Lima”.¹⁷⁴

Essa aproximação não significou a abdicação do sentimento patriótico nutrido para com Portugal. Patriotismo e nacionalismo eram constantemente salientados por Álvaro Pinto. Além da recusa do livro de Antônio Torres, acima mencionado, Pinto deixou de editar as obras completas de Alexandre Herculano, no Brasil, devido a mudanças na legislação portuguesa dos direitos autorais, muito embora elas não vigorassem desse lado do Atlântico. Dizia-se cidadão português e cabia respeitar as leis do seu país natal.¹⁷⁵

Numa época de avanço do modernismo estético-literário, Álvaro Pinto desconfiava das inovações gramaticais e estilísticas de Mário de Andrade e Oswald de Andrade ou do espírito moderno proclamado por Graça Aranha. No entanto estava próximo de outro grupo modernista, aquele do “modernismo espiritualista”, formado em torno da revista *Festa*, no Rio de Janeiro, por Tasso da Silveira e influenciado por Jackson de Figueiredo.¹⁷⁶

A atividade de editor e impressor de livros levou Álvaro Pinto a participar das polêmicas a respeito da reforma ortográfica, dos direitos autorais e da indústria do livro no Brasil. Contestou as afirmações de Monteiro Lobato, proprietário da Companhia Editora Nacional que culpava a concorrência dos editores e livreiros portugueses pela crise das editoras brasileiras.¹⁷⁷

Diz-se no Brasil (...) que o principal mercado do livro português reside neste lado do Atlântico. E chega-se a estabelecer percentagens fantásticas de 50, 60 e mais por cento para a venda aqui. Vem o evidente equívoco do fato, até há bem poucos anos, serem muitos dos livros brasileiros impressos em Portugal, quase lhes chamando livros portugueses. (...) Hoje, quais são os livros que se fazem em Portugal? Nenhum, ou quase nenhum. (...) Junqueiro, Eça, Oliveira Martins, Herculano, Julio Diniz, Fialho, etc, não tem hoje, a terça parte da venda antiga. (...) Julio Dantas era, sem dúvida, o mais lido. Fez, porém, este pomposo cabotino a refinada tolice de vir ao Brasil mostrar pessoalmente suas fragilidades e o número de leitores diminuiu imediatamente. (...) Dos novos, quase se não vê um livro nas livrarias brasileiras.¹⁷⁸

¹⁷⁴ Id. *Ibid.*, p. 364. Álvaro Pinto editou o primeiro livro de Alceu Amoroso Lima, uma biografia de Afonso Arinos. “Seu ideal foi sempre trabalhar, não apenas por palavras, mas por atos, pela aproximação cultural luso-brasileira. E a isso dedicou os mais belos anos da sua vida, tanto no Brasil como em Portugal”. Alceu Amoroso Lima. Lembrança de Álvaro Pinto. *Ocidente: Revista Portuguesa de Cultura* (226), v. LII, Fev. 1957, p. 64.

¹⁷⁵ Álvaro Pinto. Páginas de Memórias. Quadros das minhas aventuras editoriais no Brasil. *Ocidente: Revista Portuguesa de Cultura* (67), v. XXI, Out. 1943 p. 367-368.

¹⁷⁶ Wilson Martins. *A Idéia modernista*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, p. 113-120.

¹⁷⁷ Álvaro Pinto. A Crise do livro. *Terra de Sol* (15/16), Jun. 1925, p. 346-348.

¹⁷⁸ Álvaro Pinto. A Convenção literária com Portugal. *Terra de Sol* (15/16), Jun. 1925, p. 445-446.

Em seguida, notava Álvaro Pinto, a mudança no cenário e a ignorância recíproca dos editores e livreiros do Brasil e Portugal.

O Brasil auxiliava extraordinariamente os editores portugueses e as tipografias portuguesas há 6 ou 7 anos para trás. Hoje, tal não sucede. São grandes, cada vez maiores as tiragens portuguesas, mas para consumo no país e na África. (...)

O editor brasileiro nem quer saber da existência do livreiro português. O editor português procura um ou outro autor brasileiro, com que possa entrar aqui no mercado. O editor brasileiro não edita portugueses. Apenas um ou outro contraventor apresenta nos engraxates esses mesquinhos folhetos com Junqueiro e Eça. (...)

Façamos (...) a propaganda dos livros brasileiros em Portugal.¹⁷⁹

Para Álvaro Pinto, o livro era um elemento crucial para o intercâmbio luso-brasileiro tanto no aspecto cultural quanto como produto econômico. Nesse sentido, reclamava em 1934, da falta de resultados dos muitos passeios, banquetes, discursos e solenidades em superar o desconhecimento recíproco entre brasileiros e portugueses. Autores e editores partilhavam, igualmente, a culpa do desinteresse.

Os autores criam um certo círculo de amizades e limitam-se a um deprimente elogio mútuo, em dedicatórias verdadeiramente escandalosas, que constituiriam um precioso volume de bom humor, se alguém se desse ao trabalho de recolher três ou quatrocentas delas!

Finalmente os editores são o mais completo elemento de incapacidade neste assunto de intercâmbio luso-brasileiro. Durante muitos anos, o Brasil era o sonho dourado dos editores portugueses para o consumo dum grande parte das suas edições. Hoje começa o sonho deslocar-se para os editores brasileiros, que estão lançando seus olhos para Portugal e colônias.¹⁸⁰

Em artigo de 1925 sobre a crise do livro no Brasil, Álvaro Pinto responsabilizava de forma mais abrangente outros segmentos envolvidos, direta ou indiretamente, com a indústria editorial da época. Contribuíam para o desinteresse do leitor brasileiro, os futuristas ou ‘blagueurs’ com esse nome (os modernistas), a desorganização da indústria do livro no Brasil, o conservadorismo dos editores (“A maior parte dos livreiros tem horror às novidades literárias”) ou simplesmente a ignorância (“Outros pretendem saber do valor dos livros pelo título.”). Os próprios críticos literários não estavam isentos, pois em geral guiavam-se pelo compadrio e a complacência nos seus julgamentos. “Obras de amigos, às vezes insignificantes, desprezíveis até, são badaladas a todos os cantos como excelsas maravilhas.”¹⁸¹

¹⁷⁹ Álvaro Pinto. *Op. cit.*, p. 446-447.

¹⁸⁰ Álvaro Pinto. O estado atual das relações luso-brasileiras. *Diário de Lisboa*, 7.11.1935 Apud *São Paulo: Cidade vertiginosa*, p. 74. Na mesma publicação ver O Livro elemento-base do Intercâmbio luso-brasileiro. *Diário de Notícias*. 8.11.1934. O Livro e o Intercâmbio luso-brasileiro. *Diário de Notícias*. 6.12.1934 e O papel que o livro pode desempenhar no problema das relações luso-brasileiras. *Diário de Lisboa*. 7.1.1935. A formação de câmaras de compensação entre livreiros e editores brasileiros e portugueses foi uma sugestão recorrente de Álvaro Pinto para dinamizar o fluxo de livros entre Brasil e Portugal nos 1920 e 1930.

¹⁸¹ Álvaro Pinto. A crise do livro. *O Jornal*, 10.4.1925. Apud *São Paulo: Cidade vertiginosa*, p. 55-56.

Ficcionista, ensaísta, crítico e poeta, filho da escritora Ana de Castro Osório e do poeta Paulino de Oliveira, José Osório de Oliveira (1900-1964), foi um grande experto da literatura brasileira e seu divulgador em Portugal. Sua primeira obra sobre esse assunto foi a *Breve História da Literatura Brasileira*, em 1926, com prefácio de Malheiro Dias e, várias vezes, reeditada e ampliada. Ainda criança, em meados da década de 1900, Osório de Oliveira acompanhou os pais no exílio para o Brasil por causa de problemas políticos e passou a infância em São Paulo. Este acontecimento criou laços de profunda afetividade com o Brasil e aguçou o interesse por assuntos referentes a este país principalmente a literatura.

Porque é um veneno o que se bebe, com os olhos, em tudo que é expressão do Brasil: livros, quadros, esculturas, paisagens, danças, mulheres; o que nos entra pelos ouvidos: música de sambas, música de Dorival Caymmi ou de Heitor dos Prazeres, música de Villa-Lobos ou de Oscar Lorenzo-Fernández, música da vossa fala; o que ficou para sempre na memória do paladar: o gosto das jaboticabas, comidas na infância, numa chácara paulista ...¹⁸²

A trajetória intelectual de Osório de Oliveira foi marcada por essa memória do Brasil presente em livros, nos jornais e em locuções radiofônicas. Conheceu Mario de Andrade, em São Paulo (1923), e correspondeu-se com o escritor até a morte deste em 1945.¹⁸³ Ao contrário da grande maioria da intelectualidade portuguesa, como Álvaro Pinto, Osório de Oliveira mostrou-se receptivo às inovações ortográficas e aos brasileirismos praticados pelos autores do Modernismo brasileiro, declarando que “a questão da língua é fundamental, mas sobre ela tenho idéias que mais concordam com as dos brasileiros do que com as dos portugueses”.¹⁸⁴

A brasilofilia não estava isenta, porém, de períodos de desânimo originário da situação de desconhecimento da realidade portuguesa pelos brasileiros: “Não creio que, hoje, o Brasil perca grande coisa – muito menos a literatura –, se eu não escrever mais.”¹⁸⁵ Palavras que refletiam a acentuada redução da influência cultural portuguesa sobre a intelectualidade brasileira com o domínio estético-literário do modernismo nos anos de 1930/1940. Eram dois países, duas culturas que se ignoravam, embora estivessem ligados pela história e pela cultura.

Um país, psicologicamente considerado, é uma paisagem, uma história e uma cultura. Sendo assim, pode afirmar-se que Portugal e o Brasil são dois países que se ignoram, não obstante ter sido Portugal a origem do Brasil e ser o Brasil a, desde já; garantida projeção de Portugal no Futuro (...)¹⁸⁶

¹⁸² José Osório de Oliveira. Carta aos escritores do Brasil. *Na minha qualidade de luso-brasileiro ... (Elementos para a história das relações literárias entre o Brasil e Portugal)*. Lisboa: 1948, p. 15.

¹⁸³ José Osório de Oliveira. Epitáfio de Mário de Andrade. *O sonho inútil*. Lisboa: “Casa Portuguesa”, 1957, p. 29.

¹⁸⁴ Carta de José Osório de Oliveira a Malheiro Dias. Lisboa, 14.1.1938. J83. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

¹⁸⁵ José Osório de Oliveira. Carta aos escritores do Brasil. *Op. cit.*, p. 14.

¹⁸⁶ José Osório de Oliveira. Dois países que se ignoram. *Na minha qualidade de luso-brasileiro ...*, p. 19

Lamentava Osório de Oliveira, seguindo outros intelectuais portugueses da época, o desconhecimento e a incompreensão dos brasileiros das possibilidades de futuro que unia os dois povos de língua portuguesa. Tratava-se de uma herança maltratada pelas elites brasileiras:

Entre a gente culta, se há os que, verdadeiramente, conscientes dos superiores interesses espirituais da nação brasileira, guardam fidelidade à raiz lusitana da sua cultura, há também os que preferem aumentar o seu espírito na matriz francesa, não só por admiração, como se dá mesmo com alguns portugueses, mas por hostilidade, mas ou menos consciente, contra a influência cultural portuguesa.¹⁸⁷

Ao desânimo, somou-se a mágoa que sentiu de uma fração da intelectualidade brasileira em razão de sua posição no contexto cultural português durante o Estado Novo. Em 1942, Osório de Oliveira ocupou a função de secretário-geral da *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, editada sob os auspícios do Secretariado Nacional de Informação, órgão dirigido por António Ferro, escritor e jornalista, muito próximo dos círculos modernistas de Portugal e Brasil.

A *Atlântico* era uma publicação de propaganda política, mas, afirmava Osório de Oliveira, era igualmente uma revista cultural voltada para a aproximação luso-brasileira e aberta para a manifestação de intelectuais brasileiros e portugueses apolíticos ou opositores de Salazar. O caráter plural da revista, por ele dirigida, estava manifesto na autoria dos textos publicados: Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Jorge de Lima, Murilo Mendes, Vinícius de Moraes, José Lins do Rego, Érico Veríssimo, Marques Rebelo, Rachel de Queiroz, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Álvaro Lins, Caio Prado Junior, fora os portugueses, como Aquilino Ribeiro e Ferreira de Castro.

De fato, *Atlântico* era a face de “tolerância consentida” do regime salazarista, cujo procônsul na área cultural era António Ferro, e usada para fins de propaganda, objetivo explícito de sua edição. A qualificação cultural da revista gerava reações adversas nos setores intelectuais mais alinhados à esquerda no espectro ideológico, logo após o fim da Segunda Guerra.

Jorge Amado (...) no prefácio de um livro de pura idolatria política, acusou os escritores brasileiros que colaboraram na “Atlântico” de terem traído ou desonrado a sua missão. (...) Poderei dizer que a idéia que muitos dos escritores brasileiros fazem do regime político português os levam a julgar que não existe entre nós nenhuma liberdade de espírito e que os homens de letras adversários do Governo não têm, sequer, liberdade civil.¹⁸⁸

¹⁸⁷ José Osório de Oliveira. *Op.cit.*, p. 20.

¹⁸⁸ Id. *Ibid.*, p. 30 e 32.

A posição de Jorge Amado e de outros intelectuais brasileiros constituía para Osório de Oliveira uma manifestação equivocada e guiada por motivações ideológicas. Osório de Oliveira atribuiu tal manifestação o motivo de não ter sido convidado para representar oficialmente Portugal no II Congresso dos Escritores Brasileiros em 1947.¹⁸⁹

No entanto, em que pesem as incompreensões que julgava ser objeto e da falta de repercussão de suas idéias e empreendimentos em torno do intercâmbio cultural luso-brasileiro, Osório de Oliveira demonstrava uma permanente proximidade e afetividade pelo Brasil.

Apesar de nunca ter suportado a posição humilhante daquele que ama sem ser amado, não consigo desprender-me do Brasil. Mesmo nos artigos que estou escrevendo seria dispensável, não a evito. Embora o meu interesse por esse país se traduza, hoje, mais em censuras do que em louvores, a verdade é que vivo preocupado com ele. Assim como, escrevendo para a Imprensa brasileira; aproveitei para fazer o Exame da Vida Portuguesa, agora, que tem pesado sobre mim, de tratar assuntos brasileiros, estou escrevendo artigos que talvez pudessem ter esse título genérico: ‘O Brasil a distância’.¹⁹⁰

4.3 Algumas revistas luso-brasileiras

Por ocasião de seu lançamento, em 1915, a revista *Atlântida* veio integrar uma linhagem de publicações editadas em Portugal, com circulação nos dois lados do Atlântico. Sem contar os almanaques, como o *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* (1851) e revistas, como *O Futuro* (1862) e *Brasil-Portugal* (1899), publicações com pretensões de divulgar e reforçar os laços culturais não eram estranhas no contexto Brasil-Portugal. Em março de 1915, Luís de Montalvor e Ronald de Carvalho estiveram à frente do primeiro número d’ *Orfeu*, a revista do modernismo português.¹⁹¹

A *Atlântida* diferenciou-se pela vontade de seus editores de trabalhar e influir pela aproximação luso-brasileira e, conforme destaca Nelson H.Vieira, foi nela que a palavra comunidade e o conceito de comunidade luso-brasileira apareceu pela primeira vez.¹⁹² É significativo que para cumprir o fim a que tinha se proposto, a *Atlântida* procurasse se apresentar como publicação semi-oficial, pondo em destaque o “alto patrocínio de S.Ex.^{as} os ministros das relações exteriores do Brazil e dos Estrangeiros e Fomento de Portugal”.¹⁹³

¹⁸⁹ Id. *Ibid.*, p. 33.

¹⁹⁰ José Osório de Oliveira. Fragmentos de um jornal destruído. *O sonho inútil*, p. 149.

¹⁹¹ Arnaldo Saraiva. *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português: Subsídios para o seu Estudo e para a História das suas relações*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 93-119.

¹⁹² Nelson H. Vieira. *Brasil e Portugal. A imagem recíproca (O mito e a Realidade na Expressão literária)*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, p. 135.

¹⁹³ **Atlântida. Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brazil. Lisboa. Ano I (1)15.11.1915.**

Os fundadores e co-editores da *Atlântida*, João de Barros e João do Rio (Paulo Barreto), responsáveis pela direção da revista, respectivamente, em Portugal e no Brasil, possuíam um largo círculo de sociabilidades intelectuais e políticas bastante adequadas às ambições que depositavam de transformá-la em um elo de ligação entre os dois países. Ligação que escapava do foco artístico, literário e social para tratar de assuntos econômicos e políticos e atuar como órgão de propaganda do esforço de guerra português.

Atlântida era uma publicação, na qual colaboravam autores brasileiros e portugueses, com a prevalência numérica destes últimos. As concepções estético-literárias dos editores, contudo, estavam afastadas das correntes modernistas então, em ascensão em Portugal, como demonstrou a edição dos dois números de *Orfeu*, em 1915. Este fato teria contribuído para a redução de sua influência nas relações culturais luso-brasileiras.¹⁹⁴

Em todo caso, a *Atlântida* propunha-se a ser uma revista cultural de divulgação do luso-brasileirismo.¹⁹⁵ Essa posição, limitada, no início, à construção de uma comunidade de inteligência e alma entre os dois povos, foi acrescida pela adesão entusiástica dos editores a tese da união política. Isto abriu o flanco para os ataques de intelectuais brasileiros de matiz nacionalista antilusitano, que percebiam na iniciativa confederativa uma recolonização cultural e política.¹⁹⁶

Os dois editoriais do número de lançamento da revista, principalmente aquele escrito por João de Barros, constituem uma avaliação do estado das relações luso-brasileiras do ponto de vista de dois intelectuais empenhados em questões políticas e culturais. João de Barros apresenta uma visão mais analítica da situação:

Mas eu via isto: - um enorme país único, separado pelo Oceano, um só país imenso, que na Europa tivesse as raízes indispensáveis duma tradição, e na América a energia, a fé, o amor, ainda mais indispensáveis, da juventude permanente e criadora! Esquecia as histórias rabugentas, que às vezes me contavam de desinteligências entre portugueses e brasileiros. Esquecia a distância. Esquecia a má-vontade que certos elementos estrangeiros têm procurando despertar entre as duas nações. Só me lembrava de que, nas antologias portuguesas que desconhecem fronteiras, o nome de Bilac devia enfileirar ao lado de Junqueiro, os nomes de Machado de Assis e de Coelho Neto tinham de aparecer juntamente com o de Eça de Queiroz. E mais pensava, também que toda sorte de interesses, dos morais aos econômicos, dos espirituais aos práticos, faziam de Portugal e do Brasil uma comunidade perfeita, com o mesmo ideal latino, com a mesma força de inteligência e de alma, com mesma perfeita sensibilidade social.¹⁹⁷

¹⁹⁴ Cf. Arnaldo Saraiva. *Op. cit.*, p. 121-131.

¹⁹⁵ Os textos da campanha desenvolvida por João de Barros foram reunidos em *Sentido do Atlântico. Uma campanha luso-Brasileira*. Paris: Aillaud & Bertrand, 1921 e *Presença do Brasil. Páginas escolhidas (1912-1946)*. Lisboa: Edições Dois mundos, 1946.

¹⁹⁶ “O luso-brasileirismo” (seção “Variedades”). *Brazileia* (7), Jul. 1917. “Brasil, país autônomo. Abaixo a utopia da Confederação Luso-Brasileira”. *Gil Blas* (19)19.6.1919.

¹⁹⁷ João de Barros. *Atlântida. Atlântida*. Ano I (1) 15.11.1915, p. 6.

João de Barros atribuía a João do Rio a idéia da publicação da *Atlântida*, provavelmente, por ocasião da visita do último a Lisboa em 1909. Barros não negava as apreensões quanto a recepção dos objetivos da revista no Brasil. Elas foram desfeitas, contudo, após os contatos mantidos, no Rio de Janeiro, em 1912, sem dúvida, com o auxílio de João do Rio. Nessa visita, afirma o escritor português, era possível:

reconhecer, *palpar*, apreender que todas as iniciativas que visassem a um estreitamento de relações entre os dois países, seriam recebidas de braços abertos. Teriam o aplauso tanto dos escritores e artistas como dos políticos, tanto dos homens de ciência como dos industriais e comerciantes.¹⁹⁸

Da impressão dessa primeira viagem ao Brasil, João de Barros diagnosticara, ou pelo menos, comprovava uma situação que outros intelectuais e viajantes portugueses tinham constatado, naqueles primeiros anos do século XX: que Portugal e Brasil estavam de costas um para o outro, que o desconhecimento dominava as relações de dois povos que falavam a mesma língua, representavam a mesma raça e um tronco comum de civilização. Estes senões, porém, eram relativizados pela existência de uma afetividade de almas cuja manifestação mais significativa era o fervoroso amor que os escritores brasileiros demonstravam pela literatura portuguesa. Daí, a determinação dos editores de *Atlântida* de torná-la um órgão de aproximação recíproca que traduzisse as energias, as ambições e os ideais dos dois povos.¹⁹⁹ Objetivo revestido com um pouco do espírito aventureiro dos navegadores portugueses, agora confundido com a “energia ardente e moça que deu ao Brasil o seu esplendor de civilização”.²⁰⁰

João do Rio apresentou a revista privilegiando a forma mais poética e sem aprofundar os objetivos extraliterários. A lenda da Atlântida é utilizada para traçar metaforicamente a idéia da revista como uma nova ponte lançada entre Brasil e Portugal/América e Europa. Mas essa “ponte” estava construída por laços pessoais, caso de si mesmo, e recordava para isso o seu retorno da primeira viagem realizada a Portugal; e também por laços coletivos, como os imigrantes.

O barco vinha da Europa, entrava o Equador. Passava de um mundo ao outro mundo, deixava um céu por outro céu. (...)

O barco cortava o mar, pejado de emigrantes. Cada um deles devia aninhar no coração a esperança da felicidade. Viajar é sempre caminhar com esperança. E naquele ponto do oceano, desde séculos remotos o espírito humano colocara a ilha da felicidade.

Quantos pensariam em tal hora como eu pensava? Quantos olhariam o novo céu? Os pensamentos guias das gerações são poucos. Os povos seguem-nos por instinto. Ninguém

¹⁹⁸ João de Barros. *Op. cit.*, p. 7.

¹⁹⁹ *Id. Ibid.*, p. 7-8.

²⁰⁰ *Id. Ibid.*, p. 9.

talvez no barco imaginaria estar passando pelo lugar onde a imaginação pensou colocar A *Atlântida* ...²⁰¹

A Primeira Guerra Mundial adicionou à linha editorial “lusu-brasileira” da revista a vertente da latinidade.

Órgão de propaganda luso-brasileira – quer dizer: - latina – a Atlântida saúda hoje, com indizível orgulho, as primeiras tropas portuguesas que pisam o solo da França. Viver é realizar um ideal. E não são dignos de viver os povos que se esquecem de que nem só a expansão econômica e comercial é necessária para a sua existência:- é preciso também que o seu espírito, a sua alma, a sua fé, o seu ativismo despertem o mundo aquela atenção e simpatia que é, unicamente, o respeito pela própria razão de ser da nacionalidade. (...) A *Atlântida* faz ardentes votos pela vitória das nossas armas, certa de que elas saberão ressuscitar o gênio épico e para sempre imortal dos nossos heróicos antepassados.²⁰²

Associada à aproximação luso-brasileira, encontrava-se a defesa da latinidade acompanhada pela subvenção francesa.²⁰³ Tratava-se de um momento em que o conflito na Europa assumia um espectro de incerteza e aprofundava-se o comprometimento de Portugal nos combates da França (o Corpo Expedicionário Português) e os riscos crescentes para a manutenção do império colonial com as ações alemãs na África Oriental.

A partir de 1919, avolumavam-se as dificuldades financeiras que inviabilizariam a edição da *Atlântida*. A revista ainda prosseguiu mais um ano, com edições intermitentes, sob a direção de Nuno Simões. Graça Aranha, nomeado diretor em Paris, ainda recolheu contribuições e textos para futuras edições embora os recursos para pagá-los escasseassem.²⁰⁴ De fato, nos últimos anos, João de Barros e João do Rio afastaram-se da *Atlântida*, provavelmente interessados por outras atividades. O primeiro passou a exercer cargos na administração pública portuguesa. João do Rio, por sua vez, dedicou-se a cobrir a Conferência de Versalhes, e, ao retornar de Paris, fundou o jornal *A Pátria* (1920), com o objetivo de denunciar e combater a xenofobia antilusitana.

No momento em que a revista *Atlântida* deixava de circular, a segunda série da revista *A Águia* passou a ser editada no Rio de Janeiro. Álvaro Pinto e António Sergio instalaram-se no Brasil em 1920 e aqui publicaram *A Águia* até 1921. Trouxeram as máquinas impressoras de Portugal, em razão da crise econômica naquele país, e iniciaram a edição de livros de autores portugueses e brasileiros. A seção Carta do Brasil, assinada por Pinto e Sérgio, destinava-se a comentar fatos de interesse para os leitores portugueses, como a emigração, o caso dos poveiros e o nacionalismo antilusitano. No entanto, os assuntos brasileiros de interesse para os leitores portugueses não estavam restritos àquela seção.

²⁰¹ João do Rio. O sonho da Atlântida. *Atlântida*. Ano I (1) 15.11.1915, p. 10-15.

²⁰² Ao Exército Português. *Atlântida*. Ano II (16) 15.2.1917, p. 243.

²⁰³ Carta de Graça Aranha a João de Barros. Paris. 8.10.1919. *Apud* Arnaldo Saraiva. *Op. cit.*, p. 519.

²⁰⁴ Id. *Ibid.*, p. 519.

Provavelmente, em razão da lusofobia, os editores de *A Águia* passaram a dedicar-se ao exame das relações luso-brasileiras, cuja abordagem procurava se apartar daquela utilizada em *Atlântida*. Pinto e Sérgio atacavam duramente interpretações que edulcoravam a realidade portuguesa para os brasileiros, caso de João do Rio e de *A Pátria*: “Falar todos os dias da Raça, nas suas qualidades imortais, nas maravilhas que toda a gente sonha (...) não é isto que convém a Portugal e à verdade”.²⁰⁵

Outro alvo eram os intelectuais portugueses, desafetos ou concorrentes, que rumavam para o Brasil como conferencistas, supostamente divulgadores da cultura portuguesa, como Fidelino de Figueiredo, “apresentado ao Brasil como o expoente da nossa historiografia e da nossa crítica, e mesmo como o nosso único historiador e o nosso único crítico”.²⁰⁶ Nesses julgamentos, Pinto e Sérgio sublinhavam o desconhecimento que as elites intelectuais brasileiras possuíam da cultura portuguesa contemporânea. Queixavam-se de que o Portugal intelectual era percebido pelos escritores brasileiros da época, de forma muito restrita, pela ótica dos círculos literários e jornalísticos reunidos em torno de *Atlântida*.

Tem estado no Brasil o snr. João de Barros, segundo dizem os jornais, em campanha de aproximação luso-brasileira. Já na carta anterior dissemos o que pensávamos sobre a palavra aproximação e sobre o estreitamento indispensável entre Portugal e Brasil. Queremos agora notar apenas que não vemos no snr. João de Barros as qualidades e o prestígio necessário para conseguir fins tão altos. O snr. João de Barros é um espírito brilhante, poeta distinto e fácil, mesmo com facilidades excessivas em certos casos. Mas isso não basta, como não basta a excepcional amizade de João do Rio que é afinal o segredo dos seus sucessos em terras brasileiras. Claro que não negamos ao snr. João de Barros os relativos serviços que está prestando a Portugal, enaltecendo o valor da raça lusitana. Mas preferíamos que o distinto poeta estudasse melhor o problema e se conhecesse melhor a si próprio.²⁰⁷

Terra de Sol foi outra publicação lançada por Álvaro Pinto, dessa vez em colaboração com Tasso da Silveira, poeta ligado ao grupo *Festa*, manifestação literária da corrente espiritualista católica, liderada por Jackson de Figueiredo Assim, como a segunda série de *A Águia*, *Terra de Sol* teve curta duração sendo publicada entre 1924 e 1925. Entre os colaboradores, predominavam brasileiros como Andrade Muricy, Amadeu Amaral, Renato Almeida, Rocha Pombo, Ronald de Carvalho e Tristão de Ataíde. Os autores portugueses eram em número mais reduzido, cabendo destacar Jaime Cortesão, amigo de longa data de Álvaro Pinto.²⁰⁸

²⁰⁵ O jornal ‘A Pátria’. Carta do Brasil (novembro de 1920). *A Águia*, v. XVIII, Out.Dez.1920, p. 163.

²⁰⁶ A do snr. Fidelino de Figueiredo. *Ibid.*, p. 161.

²⁰⁷ Carta do Brasil (maio de 1920). *A Águia*, v. XVIII, Abr.Jun, p. 42.

²⁰⁸ Wilson Martins. *A Idéia modernista*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, p. 113-120.

Na pauta de *Terra do Sol*, predominavam as questões relativas à literatura, ao desacordo ortográfico luso-brasileiro e à indústria do livro. A defesa do “espírito moderno” por Graça Aranha, na Academia Brasileira de Letras, foi bastante criticada por Álvaro Pinto que abriu espaço na revista para os opositores das concepções estéticas pregadas pelo autor de *Canaã*.²⁰⁹ A revista insurgiu-se igualmente contra o que considerava oportunismo dos literatos portugueses. Eram aqueles que se dirigiam ao Brasil para vender livros e manuscritos sem atentar para as especificidades do país e, logrados nos seus objetivos, atacavam o Brasil e os brasileiros.

Houve outras revistas destinadas ao público luso-brasileiro. De forma sucinta, convém assinalar a *Revista Portuguesa* e a *Atlântico. Revista Luso-Brasileira*. A *Revista Portuguesa* foi editada, de forma intermitente entre 1930 e 1937, sob o patrocínio da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo e do Clube Português. A publicação teve como presidente Ricardo Severo (também presidente da Câmara Portuguesa) e Sarmiento Pimentel, como redator e principal animador intelectual. A presença destes nomes indicava a proximidade da publicação com setores republicanos da comunidade portuguesa, em São Paulo, afastados ou opositores do salazarismo. No prefácio do primeiro número, todavia, Ricardo Severo salientou o luso-brasilerismo como o caráter fundamental da *Revista Portuguesa* e se apartava de outros projetos políticos ou intelectuais que vicejaram nos anos 1920.

O traço de união que liga as duas fórmulas é aqui um sinal positivo e real; não expirem qualquer ideiação ou projeto de federação ou tratado. Os redatores desta Revista por completo se alheiam da fantasiosa especulação deste teorema luso-brasileiro.²¹⁰

Se a *Revista Portuguesa* era patrocinada por um órgão representativo dos empresários portugueses radicados em São Paulo, a *Atlântico. Revista Luso-Brasileira* era assumida como órgão oficial de dinamização das relações luso-brasileiras, no início da década de 1940. Tratava-se de uma publicação conjunta do Secretariado Nacional de Informação português e do Departamento de Imprensa e Propaganda brasileiro, dirigidos, respectivamente por Antônio Ferro e Lourival Fontes, tendo José Osório de Oliveira como secretário de redação.²¹¹ A publicação de *Atlântico* indicava uma reorientação do estado português em relação às iniciativas culturais luso-brasileiras. Destarte, era enfatizado o patrocínio estatal da cultura e o seu uso como instrumento de propaganda política do Estado Novo salazarista.

²⁰⁹ Ver na seção Notas e comentários: Modernismo e aranhismo, O Espírito moderno e o dicionário, Os acadêmicos nacionalistas e o snr. Graça. *Terra de Sol* (7), Jul.1924, p. 141-143.

²¹⁰ Ricardo Severo. Um prefácio para a Revista Portuguesa. *Revista Portuguesa* (1). São Paulo, 1930, p. IV.

²¹¹ *Atlântico. Revista Luso-Brasileira* (1), Jan.Dez. 1942. Rio de Janeiro/Lisboa: DNI-SNI. Sobre a atuação de José Osório de Oliveira na *Atlântico*, ver neste capítulo as p. 63-66.

Com a “política do espírito” empenhava-se o Estado Novo no processo de moldagem da sociedade civil portuguesa segundo os imperativos da moral nacionalista, corporativa e cristã que constituiu a orientação geral oficial para a cultura e as artes.²¹² Nela incluía-se o controle das manifestações culturais e a sua orientação como linha auxiliar das estratégias da política interna e externa, no caso a aproximação com a ditadura de Getúlio Vargas.

5. Os intelectuais lusófilos

A concepção do luso-brasileirismo como comunidade intercultural nasce a partir de Portugal e encontra receptividade em intelectuais do Rio de Janeiro ligados à imprensa e à Academia Brasileira de Letras. O mais notório foi João do Rio, parceiro de João de Barros na revista *Atlântida* e na construção de uma união política luso-brasileira. A grande maioria dos intelectuais lusófilos, se não chegaram a enfatizar o aspecto político do luso-brasileirismo, mostraram-se simpatizantes naquilo que ele representava, ou poderia representar, de reforço das trocas culturais e das sociabilidades entre os intelectuais.

Questões como o estabelecimento de uma ortografia comum, as relações literárias, a edição de livros e as redes de sociabilidade contribuíam para a recepção do luso-brasileirismo e tinham como fundamento a valorização da presença e influência da cultura portuguesa no Brasil. Essa perspectiva de valorização encontrava na época colonial o período formativo da cultura e da nacionalidade brasileira e os elementos favoráveis e essenciais para os traços culturais, sociais e históricos definidores da nação.

Após a emancipação política, a necessidade de consolidação do Estado nacional levou a elaboração de estratégias de representação viabilizadoras de uma identidade própria que particularizasse o nacional em relação à antiga metrópole. Tratava-se de construir a memória nacional por meio da História (Varnhagen) e da Literatura (o indianismo romântico de Gonçalves Dias e José de Alencar) cujo paradigma era a Europa oitocentista, especialmente a França.²¹³

Nesse contexto, a presença portuguesa, embora contestada por uma fração da elite política - os *brasilienses* - no período imediatamente posterior à Independência, continuou a manifestar-se no imaginário político e cultural, pois a dinastia reinante no Brasil era a mesma

²¹² Fernando Rosas. O Estado Novo nos anos 30. In: Fernando Rosas (coord.). *Portugal e o Estado Novo (1926-1974)*. José Mattoso (dir.). *Historia de Portugal*, v. 7. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 281-283. Luis Reis Torgal. “Literatura oficial” no Estado Novo. Os Prêmios Literários do SPN/SNI. *Revista de História das Idéias* (20). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 20, 1999, p. 405-406.

²¹³ Ver o capítulo II, p. 112-117.

de Portugal e a parcela mais significativa da elite política dominante do Império - os *coimbrãos* - legitimava sua posição no legado cultural português.²¹⁴ A dicotomia permanência/ruptura ou aproximação/distanciamento entre Brasil e Portugal, aludida no fracionamento da elite entre coimbrãos e brasilienses, caracterizou o Oitocentos e adentrou as primeiras décadas do século XX.

Desde as décadas de 1820/1830, salienta Antônio Cândido, os escritores brasileiros são motivados por uma vontade consciente de definir uma literatura independente com sentimentos, problemas e temas próprios da “jovem Nação” e associavam Portugal ao passadismo e ao colonialismo. Essa rejeição manifestou-se na idealização literária do índio e no projeto de memória nacional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição consagrada oficial dos escritores na primeira fase romântica. Januário da Cunha Barbosa, um dos fundadores do IHGB, é representativo desse fervor que aliava literatura e patriotismo no Primeiro Reinado e na Regência. Entre 1829 e 1830, Januário da Cunha Barbosa editou o *Parnaso Brasileiro*, animou iniciativas literárias ao longo da década de 1830, culminando com a fundação do IHGB.²¹⁵ De outro lado, encontrava-se Varnhagen, herdeiro tardio da tradição coimbrã, cuja história do Brasil contrariava as percepções negativas do português do viés nativista. Varnhagen enfatizou a positividade da colonização portuguesa e do colonizador como agente da civilização nos dois volumes da sua *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal (1854-1857)*.²¹⁶ Assim, numa crítica ao indianismo, Varnhagen indagava: “Não será um engano, por exemplo, querer produzir efeito, e ostentar patriotismo, exaltando as ações de uma caterva de canibais, que vinha assaltar uma colônia de nossos antepassados só para devorar?”²¹⁷ Essas duas concepções sobre o legado histórico-cultural de Portugal no Brasil pontuariam numerosas leituras e interpretações da literatura e da história brasileira.

Joaquim Nabuco (1849-1910) simbolizou a elite brasileira da segunda metade do século XIX bastante próxima da cultura portuguesa. Muito jovem, Nabuco, polemizou com José de Alencar, na época, o mais emblemático crítico da influência literária e lingüística lusitana no Brasil. O lusocentrismo de Nabuco, pelo menos na juventude, transpareceu no

²¹⁴ Cf. Tânia Bessone da Cruz Ferreira e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Op. cit.* p. 227-228.

²¹⁵ Antônio Cândido. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos Decisivos 1750-1880*. 10ª edição revista e ampliada pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 312 e 315-316.

²¹⁶ Tânia Bessone e Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. *Op. cit.*, p. 228-229. .

²¹⁷ Francisco Varnhagen. Introdução. Ensaio histórico sobre as letras no Brasil. In: *Florilégio da Poesia Brasileira ou Colleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um ensaio histórico sobre as letras no Brasil*. T. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850, p. XVI.

enaltecimento da obra de Camões e, por conseqüência, na língua portuguesa como elemento cultural compartilhado com a antiga metrópole e indissolúvel da nacionalidade brasileira. “Escolhendo os *Lusíadas* para objeto de meus estudos, acredito que tomei um assunto nacional. Os *Lusíadas* são a obra prima da literatura portuguesa, que é a nossa”.²¹⁸ Nesse sentido, ao perfilhar a concepção lingüística da literatura, Nabuco não reconhecia a existência de uma literatura brasileira e a classificava como uma vertente da literatura portuguesa.

Vários ensaios, e alguns de grande merecimento, fizeram-se entre nós com o intuito de dar-nos uma literatura própria, mas ela ainda não existe. De duas sortes formam os trabalhos, que se conhecem, feitos com essa intenção. De uns o assunto era a vida de nossos indígenas, de outros era o estado atual de nossa sociedade. (..)

Uma literatura inspirada pela vida errante das tribos primitivas, que se servisse amplamente de seu rude vocabulário, que não nos descrevesse senão os seus costumes, seria bem uma literatura tupi ou guarani, mas não seria a brasileira.(...)

A vida do Brasil começou em 1500; antes existia o seu solo, mas com outro nome e povoado por outra raça.²¹⁹

Nabuco, portanto, opôs-se ao indianismo romântico, tal qual era professado por José de Alencar, e defendia a linguagem como parâmetro de singularidade da literatura. Essa premissa fundamentava a sua visão de que as homenagens prestadas a Camões diziam respeito, em pé de igualdade, a brasileiros e portugueses, embora destacasse a universalidade da epopéia camoniana cujo significado literário ia muito além do nacionalismo.²²⁰

Na celebração do Dia de Camões, em 10 de junho de 1880, Nabuco testemunhou um sentimento proclamado seguidamente pelos lusófilos brasileiros de valorizar a tradição portuguesa na formação da nacionalidade e na própria identidade de seu pertencimento como indivíduo no seio dessa comunidade.

Não preciso dizer, como aliás o podia fazer sem deixar de ser sincero, que nesta noite sou Português; basta-me dizer que acho-me animado para com a pequena, mas robusta Nação que fundou o Brasil, e que foi tanto tempo a Mãe Pátria, de um sentimento que, senão se confunde com o patriotismo, não deixa de confundir-se entretanto com o próprio orgulho nacional.²²¹

No primeiro quartel do século XX, o sentimento patriótico e o orgulho nacional, associados aos laços entre Brasil e Portugal, trespassaram as concepções dos escritores lusófilos no Brasil e encontraram ressonância em seus confrades portugueses, como Guerra Junqueiro e João de Barros.

²¹⁸ Joaquim Nabuco. *Camões e os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1872, p. 10.

²¹⁹ Joaquim Nabuco. *Op. cit.*, p. 10.

²²⁰ “Nesta festa uns são Brasileiros, outros Portugueses, outros estrangeiros; temos todos porém o direito de abrigar-nos sob o manto do Poeta.” Joaquim Nabuco. *Camões: discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura*. Apresentação: Elysio Doyle. Estudo prévio: Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980, p. 8.

²²¹ Joaquim Nabuco. *Op. cit.*, p. 12.

A visita de Olavo Bilac (1865-1918) a Portugal, em fins de março de 1916, constituiu um momento ímpar desses sentimentos luso-brasileiros e teve grande repercussão na imprensa e em meios intelectuais portugueses. Para isso contribuiu, certamente, a conjuntura de guerra na Europa e a adesão de Portugal a Tríplice Entente. Ainda em Paris, Bilac manifestou-se sobre a declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Numa entrevista a Agência Havas, recordou os laços históricos e culturais que prendiam Portugal a Inglaterra e França. Nesse sentido, segundo Bilac, Portugal nunca fora neutro e o povo português possuía uma índole acentuadamente francófila.

Esta amizade e a intensa cultura latina das altas classes aumentam as simpatias pelos aliados. A declaração de guerra feita pela Alemanha levantou um grande peso que oprimia não só o governo como todo o povo português. Se as vantagens materiais e morais dessa declaração de guerra são grandes para os aliados também são grandes para o próprio Portugal. A nota alemã deu a este valoroso país o ensejo para que ele definisse claramente o seu papel no conflito europeu. E deu-lhe, além disso, uma grande força de coesão nacional. Sendo vivíssimo o sentimento natural do patriotismo lusitano, este franco estado de guerra já congregou numa perfeita solidariedade o povo, apagando todas as dissidências, não só entre os habitantes da mais jovem república europeia, como entre alguns milhares de portugueses que residem no Brasil.²²²

A enfática defesa da posição adotada por Portugal na guerra e da introdução do serviço militar obrigatório no Brasil foi reafirmada em entrevistas posteriores aos jornais portugueses *O Século* e *A Capital*.²²³

As declarações de Bilac durante a estadia despertaram comentários entusiásticos nos jornais de Lisboa. Os estudantes portugueses fizeram-lhe grande manifestação, no dia seguinte a chegada. Bernardino Machado, então presidente da república, lhe ofereceu um jantar, a que estiveram presentes personalidades da vida cultural e política lusitana, como o reitor da Universidade de Lisboa, Almeida Lima; Henrique Lopes de Mendonça e João de Barros, ambos da Academia das Ciências; e Guerra Junqueiro. Do mesmo modo, a revista *Atlântida* promoveu um banquete em homenagem a Bilac com a presença de Jaime Cortesão, Henrique Lopes de Mendonça e Alberto d'Oliveira.

Numa conferência realizada no Teatro República, em 3 de abril de 1916, e na presença de Bilac, Guerra Junqueiro exaltou o Brasil e o patriotismo português. Afirmou que este não chegara a ser uma colônia portuguesa. Desde o início, o Brasil constituirá uma nova pátria portuguesa:

com novos heróis e descobridores, com novos santos e novos Orfeus, novas enxadas e novas liras. O Brasil em 1645 ergue-se grande como Portugal em 1640, e a mesma fé que

²²² Entrevista concedida a B. Fourcadet. Apud Raimundo Magalhães Júnior. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1974, p. 383-384.

²²³ Raimundo Magalhães Júnior. *Op. cit.*, p. 385-386.

nos conduz à revolução em 20, o arrasta à independência em 1822. Abraçou-nos o mesmo ideal, ardemos na mesma chama. Fernando Thomaz e José Bonifácio, em vez de inimigos, eram irmãos. As nossas pátrias desligaram-se para melhor se casarem.²²⁴

Guerra Junqueiro argumentava, portanto, que o Brasil era o prolongamento de Portugal na América e matizava o próprio processo de emancipação. Eram países irmãos, uma fraternidade partilhada na história e na memória.

Alguns dias antes, em 30 de março, em discurso pronunciado na Academia das Ciências, Bilac aclamara Junqueiro como a personificação do patriotismo português. Na ocasião, Bilac recitou o poema *A Língua Portuguesa* (“Última flor do Lácio, inculta e bela, ...”)²²⁵ e fez a profissão de fé nacionalista e tradicionalista que constituía o alicerce da sua campanha pelo serviço militar obrigatório no Brasil.

Sempre fui um tradicionalista, sem ser um retrógrado. Vivo feliz, ou resignado do presente, e estimulado pela curiosidade do futuro; mas vivo também, e muito, da saudade dos tempos que vivi, e de tempos que realmente não vivi... (...)

Este meu tradicionalismo, não é incompatível com o meu nacionalismo. Nacionalista ardente, e não nativista, tenho um patriotismo com pergaminhos e brasões. E a minha atitude, aqui, é a mesma que me governa no Brasil.

Em verdade, o meu nacionalismo é filho de meu tradicionalismo. Quero que a minha pátria se orgulhe da sua história. Diz um inepto brocado que as nações felizes são as que não têm história. O que quer dizer: as que nunca tiveram guerras, nem fomes, nem revoluções, nem terremotos, nenhum cataclismo físico ou moral. Apagada e miserável felicidade essa: a felicidade dos pântanos, na estagnação e no apodrecimento ... Mas que nações puderam jamais viver nessa estúpida bem aventurança?

O sofrimento é a essência e a razão de ser da vida. (...)

Não quero que a minha nacionalidade tenha uma vida sem passado e sem provações. Não quero que ela viva como essas plantas inferiores, que subsistem sem glória e sem martírios, como as algas errantes sobre as águas, sem lar (...) Quero que ela seja uma dessas grandes e belas árvores, de longas e profundas raízes, aferrando-se no mais remoto e secreto seio da terra, no âmago do solo consagrado pelos tempos, regado pelo suor, fecundado pelas lágrimas, louvado pelo sacrifício de muitas gerações de trabalhadores.²²⁶

O discurso de Bilac inseria-se no contexto do patriotismo insuflado pela guerra e empregava muito da retórica que dominara os círculos intelectuais europeus às vésperas da Primeira Guerra Mundial.²²⁷ Logo seria confrontado com a mortandade verificada nas trincheiras da qual os portugueses tomariam conhecimento e seriam vítimas nos campos de batalha da França e da África. De outro lado, a valorização sentimental e poético-literária da proximidade dos dois povos, que unia Olavo Bilac e Guerra Junqueiro, era partilhada por

²²⁴ Apud Mario Monteiro, *Bilac e Portugal*, p. 59-60.

²²⁵ Raimundo Magalhães Júnior. *Op. cit.*, p. 386-388.

²²⁶ Discurso de Bilac na Academia de Ciências de Lisboa em 30 mar. 1916. *Atlântida*. Ano I (6) 15. 4. 1916, p. 572-573.

²²⁷ Segundo Humberto de Campos, a guerra para Bilac seria um instrumento de regeneração política do país em razão da degradação trazida pelo regime oligárquico. Humberto de Campos. *Crítica*. (Primeira Série). 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 58 apud Dante Moreira Leite. *O Caráter nacional brasileiro. História de uma Ideologia*. 2ª ed. revista, refundida e ampliada. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969, p. 299.

outros intelectuais luso-brasileiros como João de Barros e João do Rio e, de fato, dominou por várias décadas as relações Brasil e Portugal.

No entendimento de João do Rio, Guerra Junqueiro era o único que, em Portugal, apanhava o Brasil e isto provava a genialidade do poeta português. O poeta sabia descrever os sentimentos do país sem nunca ter ido lá.

O Brasil tem a vencer esse grave problema: criar a unidade do seu tipo, fundindo as raças, equilibrando as influências, igualando possibilidades, aproveitando as diversas capacidades para o que se anuncia tão esplendidamente.

- O mestre tem um entusiasmo desvanecedor pelo Brasil.

- Porque é a terra moça, a terra da esperança (...) porque nessa mesma extensão colonial vive Portugal, e aumenta e cresce (...) porque cada português vê no brasileiro vencedor o filho feliz coroado de louro na subida da apoteose. (...)

- Mestre, falou do Brasil como se lá tivesse estado.

E ele simples:

- Não estive ainda no Brasil, mas estou na eternidade e vejo.²²⁸

Para Guerra Junqueiro, João do Rio reservou palavras que demonstravam um inequívoco entusiasmo.

Se Junqueiro fosse apenas o grande lírico e o juvenil da língua portuguesa, se Junqueiro fosse apenas, como o definiu Eça, o Victor Hugo de Portugal (...) Mas Junqueiro é mais, Junqueiro é um cérebro no encaminhamento do bem, é um caso de religiosidade luminosa e consciente, é o gênio que se faz completo na perfeição da bondade, é tão curioso ou mais que Tolstoi para o mundo, por muito mais completo em saber e de maior sopro poético.²²⁹

A partir da primeira viagem, em 1909, João do Rio também tentou apanhar Portugal com o sentido de redescobrir o Brasil. Em *Portugal d'Agora*, em que suas impressões da viagem foram registradas, João do Rio apontou o desconhecimento de Portugal pelas elites brasileiras com a exceção do teatro e da “literatura livresca”.

Digamos sinceramente que, apesar de no mundo, o amor de Ancestral ser positivo, há um vago serviço de superioridade do formidável país novo. (...)

De modo mais simples! A nossa atitude é reflexo, é um resultado da atitude de Portugal para conosco.²³⁰

Para os portugueses, observava João do Rio, o Rio de Janeiro ainda era um *porto sujo* (atingido pelas febres) o que evidenciava o desconhecimento da reforma sanitária recém executada por Osvaldo Cruz. Os portugueses julgavam o Brasil pelo que se passava ou se escrevia no Norte, o Pará. A gente do Norte, dizia João do Rio, costumava ir a Lisboa e os jovens literatos escreviam “aos chefes das letras lusas”.²³¹

²²⁸ João do Rio. *Portugal d'Agora. Lisboa-Porto. Notas de viagem. Impressões*. Rio de Janeiro: Paris: H.Garnier Livreiro Editor, 1911, p. 280-281.

²²⁹ João do Rio. *Op. cit.*, p. 276.

²³⁰ Id. *Ibid.*, p. 285.

²³¹ Id. *Ibid.*, p. 287-288.

Cronista da modernização urbana e cultural do Rio de Janeiro, dândi, arguto observador da sociedade carioca, nas primeiras décadas do século XX, João do Rio (Paulo Barreto, 1880-1921) foi um jornalista além das notícias e crônicas diárias. Francófilo na literatura, como era usual na época, admirador e tradutor de Oscar Wilde, João do Rio desenvolveu uma relação profunda com Portugal e a cultura portuguesa e tornou-se muito próximo da colônia lusa que o homenageou de forma grandiosa por ocasião do seu falecimento.²³²

Poucos intelectuais brasileiros foram tão ferrenhos na lusofilia e na defesa da aproximação Brasil-Portugal, quanto João do Rio, entre 1909 e 1921. Essa defesa envolvia aqueles aspectos histórico-culturais, freqüentemente, levantados para sublinhar as relações singulares entre portugueses e brasileiros (a língua, a colonização) como fizera, na segunda metade do século XIX, Joaquim Nabuco.

Há de repente o jacobinismo. Que fazem os jacobinos? Descompõem a nossa raça, propalando que os portugueses não prestam e que a grande obra da realização do Brasil (aliás, feitas por grandes homens portugueses) foi de forçados e malandros dessa raça miserável.

Que fazem esses homens? Insultam-se a si mesmos – porque não é possível dizer que os brasileiros não são filhos de portugueses.

Isto é fazermos o contrário da Argentina, que arranjou até um dia – O Dia da Raça – para glorificar a sua ascendência.²³³

Há no pensamento de João do Rio, porém, uma concepção geopolítica dessas relações singulares como fundamento para a formação da comunidade luso-brasileira, conforme o projeto daquela confederação compartilhada com João de Barros e Bettencourt-Rodrigues. Nesse sentido, João do Rio culpava o governo de Epiácio Pessoa, devido à falta de diretriz ou programa definido de governo, pelo fato “de não sermos cem vezes maiores”. Priorizando o aspecto geopolítico da questão - o mesmo raciocínio de Bettencourt-Rodrigues - João do Rio ressaltou a importância dos laços com Portugal para a projeção atlântica do Brasil ameaçada pelos Estados Unidos.²³⁴ Recém chegado da Europa, a percepção de João do Rio sobre a idéia confederativa era influenciada, provavelmente, pelo processo de negociação do tratado Versalhes, que pusera fim a guerra.

No lançamento de *A Pátria*, em 15 de setembro de 1920, João do Rio proclamou no editorial a independência do periódico e seu vínculo exclusivo com os interesses da

²³² Edmundo Bouças. João do Rio: descobrir Portugal/redescobrir o Brasil. *Convergência Lusíada* (17). Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2000, p. 91-101. Cláudia Poncioni. “Muito d’Alma ... a amizade literária entre João do Rio e João de Barros, cartas de 1912 a 1921. *Convergência Lusíada* (24). Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2007, p. 196-210.

²³³ A fúria cética tropical. João do Rio. *O Nacionalista* (1) Ano I, 1.4.1920, p. 1.

²³⁴ João do Rio. A moda jacobina. *O Paiz*. 07.3.1920, p. 4.

nacionalidade e o fomento do trabalho e da produção. Entre esses interesses encontravam-se a aproximação latina e a celebração de “acordos econômicos de natureza imediata e prática” nesse sentido, principalmente, com Portugal. A aproximação com esse país:

não é só prova da inteligência de interesses econômicos e de tato político, mas alta prova moral de orgulho da raça, dessa raça tão forte e gloriosa que realizou dois povos com a mesma língua, deu aos brasileiros uma nação de 8 ½ milhões de quilômetros quadrados e é hoje entre nós fator do nosso progresso.²³⁵

Como outros periódicos da época, *A Pátria* contava com uma seção de assuntos portugueses, intitulada “Portugal Dia a Dia”, justificada em sua situação singular, por serem considerados elementos da família brasileira.

a colônia portuguesa de tal modo se integra na vida do país que todas as suas manifestações se nos apresentam como fatores de interesse geral, parte intrínsecas do conjunto sobre que tem de incidir as informações e comentários, a observação e análise da atividade jornalística.²³⁶

A fundação de *A Pátria* acirrou os ataques a João do Rio em razão de sua oposição ao antilusitanismo e às medidas nacionalistas do governo Epitácio como a nacionalização da pesca e a saída da grande maioria dos pescadores portugueses – os poveiros – do Brasil. Chamado de *A Mátria* pelos lusófbos, o jornal era apontado como instrumento da dominação e propaganda portuguesa no Rio de Janeiro. De forma irônica, Antônio Torres afirmou que *A Pátria* resumia todos os esforços realizados por João do Rio pela aproximação luso-brasileira e denunciava a rede de apoios que o periódico amealhara entre as empresas e os capitalistas portugueses do Rio de Janeiro.²³⁷

Para Gilberto Amado, contudo, *A Pátria* encontrava-se fora do tempo, pois a colônia portuguesa do Rio de Janeiro estava superada como força econômica e desinteressada de Portugal. Desinteresse que se refletia nas dificuldades financeiras enfrentadas pelo diário.²³⁸ Numa carta endereçada a João de Barros, na qual pedia auxílio financeiro, João do Rio, demonstrava que tinha ciência da situação precária do jornal e das limitações enfrentadas para mantê-lo. *A Pátria*, porém, era o único baluarte contra a onda lusófoba e, até mesmo, o instrumento para combater a indiferença da colônia e do embaixador Duarte Leite.

²³⁵ Nós. *A Pátria* (1) 15.9.1920, p. 1.

²³⁶ Seção Portuguesa. Portugal Dia a Dia. *A Pátria* (1) 15.9.1920, p. 5.

²³⁷ Antonio Torres. Pela Ordem. *Gil Blas* (88) 14.10.1920. Torres reproduz uma circular pedindo apoio financeiro para *A Pátria*. Nela estão relacionadas grandes firmas como Sequeira Jorge & Cia., Costa Pacheco & Cia., J. Rainho & Cia., Sotto Maior & Cia., Granado & Cia., Dias Garcia & Cia., Vasco Ortigão & Cia., Lebrão & Cia, Drogaria Pacheco, *Revista da Semana*; e apoiadores individuais: Aureliano Machado, José Coxito Granado, Herbert Moses, José Rainho e José Antônio de Souza.

²³⁸ Gilberto Amado. *Mocidade no Rio de Primeira Viagem à Europa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1986, p. 73.

A colônia, (conheces o caso) não tem programa, e não compreende. Mas é capital português bem colocado que Portugal precisa defender. O ponto de vista prático do patriotismo é defender isso. (...)

Um embaixador menos cético seria esplêndido. Mas um jornal brasileiro é imprescindível. Sabes bem que para o meu interesse pessoal, *A Pátria* esgota os meus nervos, e cercea-me as probabilidades, só me dá prejuízos. Para mim é mal. A começar pela finança. Sou um sujeito arruinado e endividado. Só a escrever, dando-me com todos e menos insultado, eu faria os meus 5 contos mensais.

Mas não se trata de mim nem de dinheiro. Trata-se da idéia, trata-se de não recuar, quando como Foche eu vejo a vitória em 1922, porque a mulatice do Epitácio a adiou.

E para isso preciso de auxílio, preciso do teu auxílio!²³⁹

A lusofilia manifestada por João do Rio, todavia, na forma de combate ostensivo aos grupos antilusitanos pecava pelo escasso discernimento que demonstrava da situação cultural e política portuguesa da época. Era esse o entendimento de Álvaro Pinto, para quem o espírito combativo, mas contraditório de João do Rio, contribuía para desencadear paixões que comprometiam uma real aproximação luso-brasileira.²⁴⁰

Na primeira metade do século XX, a Academia Brasileira de Letras reunia um significativo grupo de lusófilos. A instituição mantinha contatos com a sua congênera portuguesa – a Academia das Ciências – com a qual tratava assuntos relativos à cultura luso-brasileira como a normatização da língua portuguesa. Afrânio Peixoto, Medeiros e Albuquerque, Coelho Neto, Elísio de Carvalho, Filinto de Almeida, Laudelino Freire, Ronald de Carvalho e Celso Vieira eram freqüentadores assíduos dos círculos culturais de Lisboa e do Rio de Janeiro, tomando parte numa rede de sociabilidade de escritores luso-brasileiros. Este fato facilitava um olhar duplo nas esferas culturais de ambos os países, mas predominava uma perspectiva infensa a inovações literárias, cujo impacto demorava a ser percebido nos círculos dominantes no meio oficial, e também uma posição política conservadora seja por escolha ideológica ou por distanciamento da realidade social.

Afrânio Peixoto (1876-1947), por exemplo, auxiliou a criação da cátedra de Estudos Camonianos na Faculdade de Letras de Lisboa e na Universidade do Brasil. Para isso, valendo-se das relações mantidas na colônia portuguesa ou de sua elevada proeminência intelectual, obteve o apoio do industrial Zeferino de Oliveira e de Pedro Calmon.²⁴¹ A sua percepção política de Portugal, no entanto, foi marcada pelo conservadorismo. Como outros intelectuais brasileiros lusófilos, Afrânio Peixoto foi atraído pela imagem de êxito difundida pelo Estado Novo, ao longo dos anos 1930.

²³⁹ Carta de João do Rio a João de Barros. s.d. In: *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d. [1972] Seleção e Prefácio de Manuela de Azevedo, p. 301-302.

²⁴⁰ Álvaro Pinto. Seção Carta do Brasil *A Águia*, Jun. 1921, v. XIX (2ª série), p. 197.

²⁴¹ Cf. João de Barros. Afrânio Peixoto. *Adeus ao Brasil*, p. 131-132.

Homens de pouca cultura, dão o que podem, o pouco que têm ... Salazar é universitário. É uma hierarquia. Sabe mais. Tem, por isso mesmo, menos violência e mais discernimento; menos vaidade e mais sabedoria ... Essa diferença é essencial e o explica, e explica a diferença do seu governo capaz, benigno, sábio, humano.(...)

Achou-se o 'homem' capaz, achou-se um dirigente digno ... Entendemos, como diz Shaw, esse problema de civilização, que é a escolha de um dirigente ... Como será; como deve ser, como obtê-lo? Para nós, agora, acertamos. Bem haja Salazar!²⁴²

Elísio de Carvalho (1880-1925) foi outro destacado lusófilo, no primeiro quartel do século XX. Para Carvalho, a formação do Brasil como nação encontrava-se no conjunto de tradições que remontam aos séculos XVI e XVII.

O que em 1654 nos exaltava, não era só a ufania de haver libertado a terra à custa do nosso heroísmo: mas que o orgulho da vitória, era o sentimento de que *já éramos povo* digno de assumir o seu papel no convívio internacional, porque nos sentíamos capazes de afirmar pelas armas a nossa existência política. (...) Da epopéia da Reconquista por diante, a evolução do sentimento nacional define-se por uma afirmação firme, contínua e crescente da nossa consciência de povo.²⁴³

Observações que seguiam o ideário do nativismo, que remontava os pródromos da nacionalidade às lutas contra os invasores franceses e holandeses. Indo de encontro aos lusófobos, Carvalho afirmava, em 1922, serem os portugueses os fundadores da nacionalidade brasileira e um contra-senso a campanha nativista antilusitana. Se na época colonial a antipatia contra os portugueses constituiu um sentimento natural no presente, um século após a emancipação, ele era um atentado contra a razão e o bom senso. O fato do centro da campanha xenófoba ser a capital federal era explicável, pela existência de uma burguesia ociosa, que procurava títulos acadêmicos, empregos públicos e o *dolce far niente* da política e se afastava do trabalho.

Ninguém quer saber de trabalho, nem de mistér 'desmobilizante'. E neste caso, quem é que havia de tomar o encargo das funções humildes senão os colonos que melhor se adaptam ao nosso meio, porque falam a mesma língua e pertence à mesma família?²⁴⁴

Foi, porém, na história, no passado colonial, que Elísio de Carvalho construiu o lugar da herança portuguesa no Brasil. Era uma narrativa baseada nos grandes personagens (os heróis) em que conflitavam os indígenas, os holandeses e outros povos. Daí resultou a construção do Brasil como rebento da civilização européia e latina.²⁴⁵ Numa relação de dever e haver, Carvalho relacionava os débitos do Brasil em relação a Portugal:

Aos portugueses devemos, digamos sem eufemismos, a grandeza da terra, unida e identificada pelo sangue e pelo espírito da pátria e a opulência da nacionalidade. Tendo

²⁴² Afrânio Peixoto. Oliveira Salazar. In: *Brasil 1940. Homenagem a Portugal nas festas comemorativas dos Centenários da sua Fundação e Independência*. Rio de Janeiro: Câmaras Portuguesas de Comércio e Indústria, 1940.

²⁴³ Elísio de Carvalho. *Bastões da Nacionalidade*. Rio de Janeiro/Lisboa/Porto: Anuario do Brasil, Seara Nova/Renascença Portuguesa, s.d., p.15-16.

²⁴⁴ Elísio de Carvalho. *Op. cit.*, p. 73.

²⁴⁵ Elísio de Carvalho. *Brava Gente*. Rio de Janeiro: S.A Monitor Mercantil, 1921, passim.

conquistado esta porção oriental da América e só à custa do esforço, coragem e tenacidade, perseverança e trabalho constante, eles nos legaram, após três séculos de sacrifícios, um Brasil grande, forte, íntegro e próspero. Quaisquer que forem os seus erros e as suas faltas, que são muitas, é absurdo negar que, com o sangue generoso e heróico, eles nos transmitiram todas as qualidades primaciais da gloriosa estirpe que deu Nun'Alvares, o Infante Henrique, Camões e Vieira. Chega, portanto, a ser vilania essa injustificável postura dos falsos nacionalistas. É preciso que voltemos a nossa consciência para a história, e que façamos justiça aos nossos avós, aqueles de quem herdamos todos os impulsos e todos os predicados que nos tornaram aptos para realizar na América esta grande obra de renovação da raça latina. A grandeza da nossa nacionalidade tanto enaltece o patriotismo dos brasileiros como justifica o orgulho dos lusitanos e o sentimento do nosso remoto passado, com os seus heroísmos, as suas gloriosas tradições, os seus sacrifícios e as suas virtudes é indispensável à continuidade da nossa história e à permanência da unidade nacional.²⁴⁶

O nacionalismo tradicionalista presente nas obras de Elísio de Carvalho, fundamentado na idéia do Brasil como realização portuguesa, foi louvado por Malheiro Dias e João de Barros. Para este último, *Bastões da Nacionalidade* era de suma importância para os portugueses, pois o livro demonstrava:

como o patriotismo da elite brasileira não é adverso nem hostil ao patriotismo lusitano. Muito pelo contrário. Um e outro se aproximam na legítima ambição de continuar, em nações diversas, o exemplo e a lição de energias e virtudes irmanadas por uma origem comum.²⁴⁷

As mesmas características, apontadas e utilizadas pelos lusófilos para promover os laços entre Brasil e Portugal, impulsionavam a rejeição ao luso-brasileirismo e seu antagonismo por um ideário nacionalista xenófobo associado a um difuso discurso republicano radical. Na percepção desses grupos, o imigrante português era o estrangeiro pernicioso por excelência. Uma “doença social” que parasitava a nação a partir dos centros urbanos do litoral.

Assim, meu caro João de Barros, que Você vá dizer lá em Portugal que o Brasil foi feito pelos brasileiros e pertence aos brasileiros: e que, os estrangeiros residentes no Brasil, os portugueses e os turcos mascastes são os menos úteis, pois que não se dão à agricultura, não impulsionam indústrias, nem movimentam capitais: preferem ficar pelas cidades marítimas exercendo a profissão de agiotas, médicos, taverneiros, carregadores, literatos aproximadores de Portugal e Brasil, falsificadores de gêneros alimentícios, jornalistas e oradores de assembleias anarquistas. Quando ajuntam algum dinheiro, compram apólices, adquirem prédios e são comendadores. Os portugueses e os asiáticos formam colônias parasitárias que vivem de transações nem sempre lícitas.²⁴⁸

Na segunda metade do século XX, uma parte da intelectualidade brasileira, principalmente os chamados homens de letras, os literatos, permaneceu vinculada à cultura portuguesa por razões estéticas, literárias e históricas. Nesse aspecto, Gilberto Freyre (1900-1987) é o nome de maior projeção em razão da apropriação política das suas concepções e

²⁴⁶ Elísio de Carvalho. O libelo nativista contra os portugueses. *América Brasileira* (8), Ano 1, Jul. 1922.

²⁴⁷ João de Barros. gênio lusitano. Na comunidade Luso-Brasileira. In: *Adeus ao Brasil*, p. 280.

²⁴⁸ Antonio Torres. União Luso-Brasileira. *Gil Blas* (68) 27.5.1920.

idéias sobre a lusitanidade/brasilidade. O pensamento de Freyre colocou-se vigorosamente contrário às manifestações lusófbas.

Em *O Mundo que o português criou* (1940), Freyre sustentou o caráter humano da obra colonizadora de Portugal. Onde ela dominou o preconceito de raça foi insignificante e a mestiçagem, uma força ativa e criadora.²⁴⁹ Essa característica originou a formação dos luso-descendentes e do mundo de formação portuguesa “uma das grandes federações modernas de cultura”.²⁵⁰ Essa constatação não eximiu Freyre de denunciar, a existência, em Portugal, de um receio da mestiçagem “em pequeno número de puristas, talvez menos de raça do que de idioma, ou melhor, de cultura, um receio quase supersticioso da mestiçagem”.²⁵¹ Esses brasilófbos temerosos da mestiçagem tinham como contrapartida no Brasil o nacionalismo estreito de um pequeno grupo de lusófbos preocupados com “mitos de raça”.

Uns porque se julgam caboclos – quando na verdade são as vezes europeus puros ou quase puros e outras vezes o que têm de escuro não vem de sangue de índio, mas de sangue negro. Outros por, descendentes intactos ou não de europeus do Norte, são arianistas a seu jeito e reprovam no português precisamente isto: terem feito de grande parte da população brasileira uma população mestiça. (...)

São os nostálgicos da colonização holandesa. São os entusiastas da colonização alemã. São os que atribuem o progresso excepcional de São Paulo ao fato puro da predominância de elementos europeus – o italiano, o alemão, o polaco – para eles superiores ao português.²⁵²

Segundo Freyre, os mulatos quase não apareciam nas hostes do nacionalismo lusófbos. Quando militavam em suas fileiras o fato era atribuído por Freyre a “ressentimentos, complexos, forças psicológicas e sociais de antagonismo ao que julgam arrogância européia em geral, ou particular, dos portugueses” e que poderiam ter outra forma de reação. Era a superioridade cultural manifestada pelos portugueses em relação aos brasileiros, mais que aos sentimentos e os mitos de raça, o agente que movia os nacionalistas lusófbos. A lusofobia era descrita e classificada como uma reação “aos purismos de cultura do português da Europa, na verdade, às vezes, exageradamente intolerantes de diferenças brasileiras: ao purismo de idioma, no gosto literário, ao de arte, ao de moral”.²⁵³ O caráter mestiço do Brasil era a grande contribuição de Portugal ao mundo. No Brasil, surgiu uma nova civilização marcada pela fusão racial de indígenas, portugueses e africanos. O luso-tropicalismo daí resultante tinha no elemento lusitano e cristão a base da formação social brasileira, uma fração do mundo de luso-descendentes criado por Portugal. Esta constatação,

²⁴⁹ Gilberto Freyre. *O Mundo que o Português criou & Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. 2ª ed. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1940, p. 42-43.

²⁵⁰ Gilberto Freyre. *Op. cit.*, p. 47

²⁵¹ Id. *Ibid.*, p. 48.

²⁵² Id. *Ibid.*, p. 49.

²⁵³ Id. *Ibid.*, p. 49.

segundo Freyre, não possuía relação com a política ou as questões literárias. Era um fenômeno cultural que fornecia os traços dominantes da cultura brasileira e aos quais estavam assimiladas contribuições das demais nacionalidades emigradas para o Brasil a partir do século XIX.

O escritor maranhense e acadêmico, Josué Montello (1911-1997) foi outro nome significativo da elite cultural de meados do século XX. Montello era um admirador assumido da cultura portuguesa e da sua projeção no Brasil, vista como elemento vital para a formação social e cultural. Esse aspecto estava filiado a uma memória sentimental, na qual sua formação cultural encontrava-se associada às características lusitanas da paisagem arquitetônica de São Luís e aos laços históricos do Maranhão e Grão-Pará com Portugal.

Nascido no Norte do Brasil, numa província que zelosamente guardou as velhas tradições portuguesas – sem prejuízo da sua autenticidade brasileira – não exagerei em confessar que conheci Lisboa sem sair dos horizontes da minha cidade natal.

Os meus primeiros livros de leitura traziam os vossos poetas e prosadores. E eu pude conhecer com eles as pedras, os rios, os caminhos, as árvores, os canais, os solares, as aldeias e praias de Portugal ...²⁵⁴

Montello mencionava ainda as influências literárias advindas da leitura das obras de Alexandre Herculano e Eça de Queiroz e dos escritores mais contemporâneos como Raul Brandão e Julio Dantas.

Não se presuma que só os escritores menores se submeteram ao influxo desses mestres portugueses. Também os grandes mestres brasileiros, que seriam lidos e meditados em Portugal, recolheriam igual lição. É isso que faz ressuscitar em Rui Barbosa a eloquência de Vieira e a pureza vernácula de Castilho. E que levou também o meu conterrâneo A. Gonçalves Dias a enriquecer, a seu modo, a melodia garrettiana que encontrou nas *Folhas Caídas*.²⁵⁵

O ensaísmo sociológico de Freyre defendendo a mestiçagem e a superioridade da colonização portuguesa nos trópicos e a admiração pela cultura portuguesa demonstrada por Josué Montello espelharam as relações dos lusófilos brasileiros com Portugal. Esse intercâmbio não era acrítico ou isento de suscetibilidades e estereótipos. No entanto, dominavam, nos círculos intelectuais luso-brasileiros, a valorização das afinidades literárias, a memória sentimental e as influências do passado comum na conformação da identidade do Brasil.

6. Cultura, política e sociabilidades

²⁵⁴ Josué Montello. Marcas literárias da comunidade luso-brasileira. Lisboa: *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa* (4) 1968, p. 73.

²⁵⁵ Josué Montello. *Op. cit.*, p. 74.

A sistematização das relações luso-brasileiras num conjunto de práticas e representações culturais remonta ao início do século XX, quando a corrente de idéias, valores e concepções artísticas, literárias e filosóficas transita de forma mais dinâmica entre a Europa e o Brasil. Nessa época, os leitores brasileiros são assíduos consumidores de livros e publicações européias, nos quais encontram referências e valores que orientam a percepção que possuem de si e do mundo. A Europa, principalmente, a cultura francesa, é o lugar donde provêm os modelos para as artes plásticas, a música e a literatura. As viagens a Europa tornam-se mais freqüentes e, deste modo, também, o contato direto dos homens de letras e artistas com novidades e modismos de todos os tipos e gostos.

Imitar Paris constituía uma das preocupações dominantes nas classes cultas e nas que puderam atravessar o Atlântico para um passeio à Europa. As viagens eram fáceis e baratas, e sem a obrigação de passaporte. (...) No meio literário todas as atenções se voltavam para o que se fazia na então capital do mundo civilizado, a Atenas do Ocidente.²⁵⁶

Bilac era um exemplo do francesismo literário, dessa intoxicação pela “parisina”, mencionada por Artur Azevedo.²⁵⁷ Desde a última década do século XIX, o poeta transitava entre o novo e o velho continente. Viagens, cujo foco era Paris e a cultura francesa, realizadas, inclusive, em plena batalha de Verdun. Nesse trajeto cultural e turístico, várias vezes, percorrido desde 1891 até 1916, constava uma parada em Lisboa, o que dava, talvez involuntariamente, um aspecto da tríplice relação mantida pelas culturas francesa, portuguesa e brasileira na *belle époque*.

No início dos anos 1920, José Maria Bello alertava para o afastamento das elites da realidade do país e a excessiva preocupação com a cultura francesa numa espécie de expatriamento.

Gravitamos naturalmente para Paris: o pensamento francês ainda é o último refúgio da inteligência nesta sociedade áspera de aventureiros, dominada por todas as incompetências, corrompida por todas as misérias morais, quase um degredo para os homens de bem.²⁵⁸

Nem toda a intelectualidade brasileira mostrou-se tão receptiva à cultura francesa ou ao culto de Paris. A imitação das idéias e obras estrangeiras, ou seja, as européias, sem pensar a especificidade do meio sócio-cultural brasileiro, e o seu ávido consumo pelos leitores foram criticadas por Silvio Romero, ele próprio leitor voraz dos escritores europeus. Os leitores brasileiros, segundo Romero, eram indiferentes ao intelectual nacional.

²⁵⁶ Carlos Maul. *O Rio de Janeiro da Bela Época*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1967, p. 23.

²⁵⁷ Brito Broca. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2004, p. 144. Paul Adam. *Les visages du Brésil*. Paris: Sociéte Générale d’Éditions (Pierre Lafitte & Cie.), 1914, p. 244-245.

²⁵⁸ José Maria Bello. *À Margem dos livros*. Rio de Janeiro: Edição do Anuario do Brasil, 1923.

A mais completa indiferença pelo que é produto intelectual brasileiro aqui reina. Os poucos que têm a moléstia das letras (...) não são ouvidos pelo geral do público, ocupado em bater palmas ao último folhetim ou aos últimos versinhos chegados de Lisboa ou de Paris ...²⁵⁹

A idéia de que a vida literária nacional estava concentrada no Rio de Janeiro não passava duma outra forma de emulação da cultura francesa nos trópicos.

É ainda uma das idéias mais queridas da intuição anglo-germânica a guerra à centralização do pensamento nacional, a oposição à imitação do *parisismo*.

O Brasil é o Rio de Janeiro! ... dizemos, macaqueando inconsideravelmente a frase – *a França é Paris!* ...

Não cansarei de bradar contra semelhante absurdo. Não somente há tendências diversas na literatura das províncias ao norte e ao sul como as há especialmente das províncias para a Capital e tais diferenças devem ser mantidas.²⁶⁰

Anatole France, Gustave Flaubert, Guy de Maupassant e Emile Zola representaram a dominância da França literária, por volta de 1900, na vida literária no Brasil. Em 1909, Anatole France viajou para a América do Sul, proferiu conferências no Rio de Janeiro e São Paulo e contribuiu, juntamente com as conferências de Guglielmo Ferrero, Georges Clemenceau e Paul Adam, para reacender a helenofilia e o ideal da latinidade nos círculos intelectuais.²⁶¹

A ficção queirosiana, porém, expressão mais significativa da cultura literária portuguesa “fin-de-siècle”, tornou-se, na época, uma moda literária que perdurou até 1914 entre os leitores e escritores brasileiros.²⁶² Os personagens de Eça são tratados com deferência e proximidade por certos círculos intelectuais que vêem o escritor português como referência literária (o realismo/naturalismo) e estilística (a aplicação de temas nacionais e o uso de novos recursos lingüísticos), indicativos da permanência da influência lusitana nas letras brasileiras apesar da avalanche cultural francesa.

Assim, em uma das suas viagens, ao desembarcar em Lisboa, Bilac informava aos amigos que beijara por todos a estátua de Eça na Praça Barão de Quintela e, no regresso, deu as últimas notícias de Portugal, aquelas que os amigos aguardavam com mais interesse: “Morreu o Teles da Gama ... O Dâmaso apanhou ... O conselheiro Acácio mudou-se para o Brasil”.²⁶³

²⁵⁹ Sílvio Romero. *História da Literatura Brasileira*. v. 1. 6ª ed. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1960, p. 139-140.

²⁶⁰ Sílvio Romero. *Op. cit.*, p. 149.

²⁶¹ Brito Broca. *Op. cit.*, p. 159 e p. 230-239.

²⁶² *Id. Ibid.*, p. 174. A ficção realista queirosiana não era unânime entre os escritores e críticos brasileiros da época como era o caso de João Ribeiro. Ver o capítulo II, p. 183.

²⁶³ *Id. Ibid.*, p. 174-175. Eduardo Lourenço relaciona o largo êxito da recepção de Eça de Queiroz no Brasil à perspectiva satírica que a ficção queirosiana tinha da sociedade portuguesa. Eduardo Lourenço. Nós e o Brasil: ressentimento e delírio. In: *A Nau de Icaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1999, p. 142.

De fato, o público leitor brasileiro tinha preferência pelas obras literárias francesas, mas os escritores portugueses, e não apenas Eça de Queiroz, ainda exerciam grande atração entre os leitores no Brasil. Os autores portugueses eram lidos em razão da língua e da intermediação que representavam entre as novas estéticas literárias européias e sua divulgação no Brasil. O inquérito – *O momento literário* – promovido por João do Rio apontou a permanência da influência literária lusitana sobre a geração imediatamente anterior ao modernismo, embora numa posição cada vez mais vacilante pela “concorrência” da literatura francesa e, de forma mais rarefeita, das literaturas alemã e inglesa. Há menção, pelos entrevistados, de autores das mais diversas manifestações estéticas literárias oitocentistas: os românticos (Garrett, Herculano, Camilo), os simbolistas (Antonio Nobre) e os realistas (principalmente Eça de Queiroz).²⁶⁴

Os autores indicados como clássicos, também eram referências para os entrevistados por João do Rio: Bocage, Manuel Bernardes, Frei Luís de Sousa, e claro, o onipresente Camões. Eles eram lidos e estudados como autores de obras exemplares para a expressão literária da língua portuguesa como indica Sousa Bandeira.

Finalmente para recuperar o tempo em que desdenhava os clássicos e achava elegante escrever em português afrancesado, dedico algum tempo por dia em ler: dos antigos Camões, Vieira, Bernardes e frei Luís de Sousa; dos modernos Herculano, Garrett, Camilo e Eça de Queirós, este último já se vê, não como clássico mas como a organização artística mais completa de todos os que modernamente escreveram em português. São eles os autores que tenho mais lido.²⁶⁵

O Brasil representou durante o século XIX, um mercado para os livros portugueses e também um mercado de trabalho para intelectuais portugueses solicitados, como redatores e jornalistas em diversos órgãos na imprensa brasileira. Os periódicos brasileiros costumavam publicar artigos e folhetins de autores portugueses. A imprensa era uma arena para as polêmicas em torno da língua e da literatura e delineava os traços da imagem recíproca de brasileiros e portugueses, consagrada nos romances e peças de teatro.²⁶⁶ De outro lado, a presença intelectual do Brasil não possuía o mesmo brilho e intensidade no além-mar. Em Portugal, declinava a presença de estudantes brasileiros nas escolas superiores e na vida literária ao longo do século XIX.²⁶⁷ Gonçalves Crespo e Silva Ramos, estudantes em

²⁶⁴ João do Rio. *O Momento Literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994, passim.

²⁶⁵ João do Rio. *Op. cit.*, p. 251.

²⁶⁶ Sobre a imagem recíproca de brasileiros e portugueses por meio da análise das obras literárias ver Nelson H Vieira. *Brasil e Portugal. A imagem recíproca (O mito e a Realidade na Expressão literária)*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

²⁶⁷ Pedro da Silveira. *Os Últimos Luso-Brasileiros. Sobre a participação de brasileiros nos movimentos literários portugueses do Realismo à dissolução do Simbolismo*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981, p 26-27.

Coimbra, por volta de 1867, e Oliveira Lima no Curso Superior de Letras, nos anos de 1890, eram figuras esporádicas.²⁶⁸

²⁶⁸ João do Rio. *O Momento Literário*, p. 166-167.

Na passagem do século XIX ao XX, à medida que avultava a importância do Brasil como destino do emigrante português e como mercado para os produtos portugueses, as questões políticas e econômicas tornaram-se elementos que influíam juntamente com o cultural nas relações entre os dois países. Nesse contexto, a concepção do luso-brasileirismo foi pensada por setores econômicos, políticos e intelectuais portugueses não só no aspecto de intercâmbio cultural, mas também como intercâmbio comercial e reforço da presença de Portugal na política internacional, numa época marcada pela competição imperialista e a demarcação de zonas de influência econômicas, políticas e culturais.

A partir de 1910, várias embaixadas intelectuais portuguesas vão ao Brasil com o propósito de efetivar uma ação mais positiva e direta das relações luso-brasileiras. Bettencourt-Rodrigues relacionou quatro dessas iniciativas. A primeira, realizada em 1910, foi chefiada por Consiglieri Pedroso e dela participaram Ernesto de Vasconcellos, Lobo d'Ávila Lima e Abel Botelho. Em 1913 articulou-se a visita de brasileiros ilustres nas artes, indústria e comércio a Portugal. No meio da guerra mundial, em 1917, chegava ao Brasil uma comitiva formada por Alexandre Braga, Marcellino Mesquita, Augusto Gil, Fausto Guedes Teixeira e o tenente-coronel Mário de Campos. Por fim, em 1922, a comitiva presidencial para a comemoração do Centenário foi acompanhada por uma missão intelectual da qual participavam Jaime Cortesão e João de Barros, então, respectivamente, diretor da Biblioteca Nacional e Secretário da Instrução Pública.²⁶⁹

A estas missões ou embaixadas supracitadas, formadas principalmente por intelectuais de maior ou menor importância, estavam associados dois projetos de lei que pretendiam oficializar a aproximação luso-brasileira. O primeiro era de autoria de Lobo d'Ávila Lima (votado em agosto de 1918) e o outro, da Comissão parlamentar de estudos para o estreitamento das relações entre Portugal e Brasil (projeto votado no Senado português em novembro de 1919). Ambos apontavam como um dos seus principais objetivos a mútua elegibilidade de cidadãos dos países para os cargos administrativos.²⁷⁰

Segundo Bettencourt-Rodrigues, a efetividade dessas missões de intelectuais, no entanto, era nula, pois os elementos culturais que favoreciam a aproximação (língua, tradições, religião) somente surtiriam efeito em união com outros “interesses comuns, de

²⁶⁹ Bettencourt-Rodrigues. Soluções. In: *Prováveis alianças e agrupamentos de nações ...*, p. 187-192.

²⁷⁰ Bettencourt-Rodrigues. *Op. cit.*, p. 196. O projeto obteve apoio na colônia portuguesa. O jornalista Mario Monteiro declarou que “Bastaria que a Colônia (...) se dividisse em duas seções: a do Norte e a do Sul do país que nos hospeda, e para cuja vida concorremos também em larga escala. Feito esse recenseamento, necessário sob todos os pontos de vista, poderíamos os nossos emigrados eleger dois deputados seus, cada qual pela sua seção, com assento no Congresso português.” Mario Monteiro. Palavras sinceras. *Nun'Alvares*, s.d.

natureza material ou de ordem econômica, ou uma reconhecida necessidade de mutua segurança e defesa”.²⁷¹ Eram necessárias medidas mais objetivas, fundamentadas na exploração da situação geográfica e política do Brasil e de Portugal, entendida como o mais poderoso fator de aproximação dos dois países.²⁷² Tomava vulto, assim, a idéia de uma política do Atlântico, da qual resultaria a formação de um bloco luso-brasileiro, a Confederação Luso-Brasileira. A confederação formaria uma potência mundial e contribuiria eficazmente para a integridade do império colonial português.²⁷³ Destarte, a idéia confederativa entre Brasil e Portugal aparecia revigorada na agenda do intercâmbio entre os dois países e possuía como principais agentes os intelectuais.

Em 1908, Coelho de Carvalho, presidente da Academia das Ciências de Lisboa, utilizou o termo luso-brasileirismo para defender uma aproximação política, cultural e econômica entre Brasil e Portugal. Essa idéia teve o apoio de outros membros da Academia das Ciências, como Antônio Maria Bettencourt-Rodrigues e João de Barros e de Zófimo Consiglieri Pedroso, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.²⁷⁴

Em 10 de novembro de 1909, Consiglieri Pedroso (1851-1910) propôs a formação de uma comissão luso-brasileira para fomentar a aproximação Brasil-Portugal.²⁷⁵ A proposta de Consiglieri Pedroso estava baseada no tripé língua, raça e religião, elementos considerados facilitadores de uma aproximação intelectual e econômica, capaz de promover não apenas o comércio, mas também a harmonização da legislação civil dos dois países, a organização de encontros científicos e literários e as relações entre os órgãos da imprensa. No artigo 14 do projeto, datado de 18 de setembro de 1909, Pedroso destacava o papel da colônia portuguesa no Brasil. Ela era:

ativa intermediária da aproximação moral dos dois povos, aproximação que terá como símbolo da realidade da sua existência a formosa língua de Camões e Gonçalves Dias (...) vincula inquebrantável à raça luso-brasileira, cujo destino histórico assim engrandecido deverá (...) alargar-se triunfante pelas mais belas regiões do globo, às quais o imortal gênio latino, representado pela nossa comum nacionalidade, imprimirá como supremo encanto da forma o estímulo de sua energia eternamente criadora.²⁷⁶

²⁷¹ Bettencourt-Rodrigues. *Op. cit.*, p. 193.

²⁷² *Id. Ibid.*, p. 204.

²⁷³ Cf. Bettencourt-Rodrigues. Do Reino Unido a Confederação. *Op. cit.*, p. 185.

²⁷⁴ Jorge Luís dos Santos Alves. *Imigração e Xenofobia nas relações luso-brasileiras*, p. 193-199. José Calvet de Magalhães. O século XX. In: Amado Cervo e José Calvet de Magalhães. *Op. cit.*, p. 277-278.

²⁷⁵ Moreira Telles. *Brazil e Portugal (Apontamentos para a História das relações dos dois países)*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, s.d., p. 58-61. Para Moreira Telles, brasileiro residente em Portugal, o projeto era uma utopia idêntica àquela defendida pelos escritores espanhóis em relação às antigas colônias da América. Ver Moreira Telles. *Op. cit.*, p. 76.

²⁷⁶ Acordo Luso-Brasileiro. *Portugal Moderno* (458), 1.12.1909, p.4.

Em 23 de novembro de 1909, Escragnolle Dória, sócio correspondente brasileiro da Sociedade de Geografia de Lisboa, numa conferência realizada naquela instituição, avalizava as propostas de Consiglieri Pedroso, lembrando os liames culturais entre Brasil e Portugal, este último o cordão umbilical pelo qual nos chegara a cultura latina e a história comum entre os dois países até 1822:

O Brasileiro na Europa, norteando o pensamento, deve ir pela altura das nações latinas, sobretudo da gente portuguesa. Palavras, costumes, religião, tradições, tudo é um pouco nosso em Portugal. Nele o Brasileiro não pede, reparte, tal a soma dos bens comuns.²⁷⁷

Escragnolle Dória sublinhava, portanto, aqueles agentes de permanência das relações luso-brasileiras, inclusive, a superioridade do imigrante português sobre os imigrantes alemães, espanhóis, italianos, polacos, sírios e ingleses.²⁷⁸ Em que pese todos os fatores mencionados, a distância entre Brasil e Portugal aumentava. “De há muito, Portugal e Brasil se encontram em inexplicável e mútuo retraimento, espécie de amuo internacional, de arrufo sem causa, perda de calor político, já rastejante pelo frio intenso dos divórcios completos.”²⁷⁹ Foi, nesse contexto do distanciamento, apontado por Escragnolle Dória e outros intelectuais lusófilos, caso de João de Rio com o *Portugal d’Agora*, que as propostas de Coelho de Carvalho e Consiglieri Pedroso foram vistas como bastante oportunas por uma parcela da intelectualidade brasileira .

Idéias de aproximação política, econômica e cultural não constituíam uma novidade nas relações Brasil-Portugal. Logo após a independência, Silvestre Pinheiro Ferreira publicava em Paris o seu *Parecer sobre um projeto federativo fundamental entre o império do Brasil e o reino de Portugal* (1825) influenciado pelas idéias de Rodrigo de Sousa Coutinho (conde de Linhares). No decorrer do século XIX, não cessaram discussões ou projetos de uma “reunificação” luso-brasileira. A propósito disso, Sampaio Bruno, no fim do Oitocentos, expressou um juízo bastante negativo sobre as relações entre brasileiros e portugueses. “Não se cuide que os nossos irmãos de além-Atlântico conosco se queiram acamaradar. Ao contrário, enjeitam-nos. A nossa companhia repugna-lhes”. Abalizava a sua opinião com o confronto da percepção dos projetos de união no Brasil e em Portugal. Neste último, houve uma “representação constante (...) até ao ponto de se exagerarem na quimera duma espécie de federação política entre os dois países”.²⁸⁰ No Brasil, o tema era controverso e gerava

²⁷⁷ Escragnolle Dória. Da conveniência de um acordo luso-brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), t. LXXVI (1913). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 573-574.

²⁷⁸ Escragnolle Dória. *Op. cit.*, p. 576.

²⁷⁹ Id. *Ibid.*, p. 577.

²⁸⁰ Sampaio Bruno. *Op. cit.*, p. 85.

violentas manifestações antilusitanas, que explicitavam a sensibilidade nacionalista. E concluía pela hipocrisia e superficialidade que reinava nas relações entre Brasil e Portugal.

A designação de nossos irmãos, dada aos brasileiros pelos portugueses, ou, vice-versa, aos portugueses pelos brasileiros – não está bem. É hipócrita, como afetividade. E, como realidade, é falsa. Nossos primos é que, reciprocamente, aparece bem. Irmãos? nunca.²⁸¹

Apesar do caráter utópico, conforme o exposto por Sampaio Bruno, entre 1916 e 1920 a “aproximação moral dos dois povos” evoluiu para a formalização de uma Confederação Luso-Brasileira. Assim, na homenagem a Olavo Bilac durante a visita do poeta a Lisboa, em março de 1916, Coelho de Carvalho retomou as propostas de 1908. Naquele momento, elas encontram na *Atlântida* o seu veículo de divulgação e propaganda. Nas páginas de *Atlântida*, Bettencourt-Rodrigues, João de Barros, Alberto de Oliveira e João do Rio, entre outros intelectuais, publicaram artigos em defesa da viabilidade da sua formação.

A entrevista prestada por Bettencourt-Rodrigues a João de Barros marcou o início de uma campanha pró Confederação Luso-Brasileira.²⁸² De acordo com Barros, a confederação luso-brasileira tinha vários “pais”. A Sílvia Romero, porém, foi dada a honra de seu lançamento na conferência *O elemento português no Brasil* (1902), prenunciando Coelho de Carvalho e Consiglieri Pedroso.²⁸³ A confederação estava vinculada à preservação da matriz lusitana no Brasil e oposta às potenciais ameaças anglo-saxônica, germânica, italiana de desnacionalização do Brasil, apontadas por Sílvia Romero, Oliveira Lima e pelo próprio Bettencourt-Rodrigues.²⁸⁴ Nesse contexto, a preservação da matriz lusitana no Brasil era justificada por Bettencourt-Rodrigues, segundo as concepções raciológicas e biologizantes dominantes na época.

Já se vê como no sangue português pode o Brasil encontrar o melhor soro imunizante contra quaisquer estranhos fatores de desnacionalização e como tal agindo como o fixador específico de todas as qualidades essenciais da raça. Seria, em suma, aplicável a um organismo social, o que é de há muito noção corrente em biologia geral.²⁸⁵

E utilizava também os elementos do discurso nacionalista – língua, território, geografia, tradições – para salientar a idéia de que nada separava os portugueses dos brasileiros.

²⁸¹ Id. *Ibid.*, p. 91.

²⁸² Antônio Maria Bettencourt-Rodrigues (1855-1933) era médico de formação e no Brasil dedicou-se ao jornalismo. Escreveu 350 artigos para *O Estado de São Paulo*. João Alves Neves. *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Lisboa: Livraria Bertrand/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), 1992, p. 32. Bettencourt-Rodrigues é apresentado por Barros como artista e intelectual muito vinculado ao Brasil. Em São Paulo organizara, uma exposição de arte francesa e contribuiu para a criação da cadeira de estudos brasileiros na Sorbonne. João de Barros. *A Confederação Lusa-Brasileira. Será possível uma nova e grande Lusitânia? Entrevista com o Sr. Dr. Bettencourt-Rodrigues. Atlântida* (20) 15.6. 1917, p. 659.

²⁸³ Cf. João de Barros. *Op. Cit.*, p. 660-663.

²⁸⁴ Id. *Ibid.*, p. 664-667.

²⁸⁵ Id. *Ibid.*, p. 668.

Tudo, pelo contrário, contribui para a nossa comum unificação. Território – se os brasileiros o povoam, nós o descobrimos e desbravamos. Raça, sangue, língua – os mesmos. Tradições – comuns. Interesses de ordem econômica – muito semelhantes...²⁸⁶

Em seguida, Bettencourt-Rodrigues relacionava as vantagens da Confederação Luso-Brasileira:

De um lado e de outro do Atlântico que vemos? Numa extensíssima margem da América Austral, o Brasil; quase em frente, na costa africana, a vasta colônia portuguesa de Angola; e entre as duas, com um mar lusitano, o Atlântico-sul. Numa zona de navegação comum ao Brasil e à África Ocidental – o arquipélago de Cabo Verde. E mais ao norte, como ponto de escala em rotas diferentes – os Açores e a Madeira. E no ponto de convergência de inúmeras linhas de navegação, como vasto entreposto comercial dos produtos de Portugal e Brasil – o amplo e magnífico porto de Lisboa!²⁸⁷

A confederação representava, portanto, um projeto panlusitano, assentado no controle do Atlântico Sul. Nesse sentido, revivia uma herança da história luso-brasileira quando vários pontos do Atlântico Sul, no litoral da África e da América Austral integravam redes administrativas e mercantis do império ultramarino português, convergentes para Lisboa. A isto convém acrescentar a conjuntura da época: as incertezas da guerra e a perspectiva de um cenário adverso aos interesses portugueses no pós-guerra. Temia-se a perda das colônias africanas e o conseqüente fim do Portugal imperial, um cenário considerado ameaçador à própria existência de Portugal como nação e estado soberano.

E não é tudo porque, sobre esses simples dados de ordem geográfica, quantas outras considerações de ordem econômica, política e social, em defesa da minha idéia? E depois, pela parte que nos toca, a nós outros portugueses, cumpre-nos hoje mais do que nunca, velar pelo futuro da nossa raça. Perante as incertezas da hora presente, é nos lícito perguntar o que sucederá, depois da guerra, na sua vida econômica, nas suas relações internacionais e nas suas condições de existência, às pequenas nacionalidades? Não sei (...) o que mais se acentua e recentes fatos ainda mais confirma é a tendência para os grandes agrupamentos de povos, estados e nacionalidades, sob uma só bandeira, e tendo como base, ou o território, ou a raça, ou interesses de ordem econômica.²⁸⁸

Bettencourt-Rodrigues cita como exemplo da oportunidade política do projeto confederativo, o discurso de Asquith, no parlamento britânico em 17 de abril de 1917, sobre a remodelação do mapa político a partir das nacionalidades. O então primeiro-ministro Lloyd George, na mesma ocasião, alinhavava a “unificação” do império britânico no espaço político do *Commonwealth*.

Conseqüência imediata da entrevista foi o entendimento para a realização de um inquérito para aferir a receptividade da idéia confederativa nos meios intelectuais brasileiros e

²⁸⁶ Id. *Ibid.*, p. 669.

²⁸⁷ Id. *Ibid.*, p. 670.

²⁸⁸ Id. *Ibid.*, p. 670-671.

portugueses.²⁸⁹ Magalhães Lima, grão-mestre da maçonaria portuguesa, ressaltou a emergência das nacionalidades e do nacionalismo como agentes determinantes da guerra e de sua influência na conformação do futuro:

Na verdade há muito, e particularmente nestes últimos dez anos, começaram a mostrar-se insistentemente esse estado da consciência étnica, e todas as suas seduções; muitos sinais nos deram do seu advento. O que agora acontece, sob a violência duma situação excepcional do mundo político, desvaneceu, porém, as últimas dúvidas e determinou uma insinuação profunda da realidade, até no espírito dos rebeldes e menos ágeis.²⁹⁰

As idéias expostas na entrevista à *Atlântida* seriam desenvolvidas por Bettencourt-Rodrigues em *Prováveis alianças e agrupamentos de nações: uma Confederação Luso-Brasileira* (1923). O livro esboçava o projeto panlusitano, mas permanecia afastado das ações práticas de ordem jurídica e política, necessárias para a sua concretização. Desse modo, Bettencourt-Rodrigues, embora criticasse o viés retórico e a falta de praticidade das iniciativas luso-brasileiras, terminou enredado na retórica e nas aspirações utópicas que dominaram as relações Brasil-Portugal criticadas por ele próprio.

Uma resenha publicada na revista *Terra de Sol*, provavelmente de autoria de Álvaro Pinto, minimizou a tese central do livro, considerando-a como uma fantasia inocente do seu autor.²⁹¹ Em alguns círculos intelectuais portugueses, o livro também teve acolhida desfavorável. No entendimento de Fidelino de Figueiredo, a iniciativa de Bettencourt-Rodrigues era nociva às relações luso-brasileiras.

Os portugueses têm o dever limiar de não ferir a sensibilidade brasileira (...) com um acintoso desconhecimento da autonomia moral de um povo que já não é 'outra banda de Portugal'. Tem o dever não arrastar o nome de Portugal em fantasias diplomáticas de aproximações maiores do que as feitas pela história, em alianças e confederações, em que não há a devida reciprocidade de serviços e de interesses (...) Considero que os aproximadores portugueses, com sua retórica sentimental, fazem obra de poesia estética, quando não desservem a cordialidade ente as classes cultas, dos dois países, considero que se batem por uma ilusão, obra dum daltonismo deformador, subsistência tardia duma espécie de imperialismo espiritual, quem sabe novo avatar de sebastianismo delirante.²⁹²

No Brasil, as propostas de aproximação luso-brasileira sucediam às perturbações antilusitanas registradas nos primórdios da república no Brasil, durante os governos de Floriano Peixoto e Prudente de Moraes. Ao longo do conflito mundial e dos primeiros anos da década de 1920, o ambiente tampouco era propício em razão da ascensão do fervor patriótico

²⁸⁹ Henrique Lopes de Mendonça. A Confederação Luso-Brasileira. *Atlântida* (21)15 Jul. 1917, p.771-773. Bettencourt-Rodrigues e Jaime Magalhães Lima. Confederação Luso-Brasileira. *Atlântida*, nº 22, 15 Ago. 1917, p. 841-847. Alberto d'Oliveira. Confederação luso-brasileira, *Atlântida* (23) 15.9. 1917, p. 964-966.

²⁹⁰ A Confederação Luso-brasileira. Três opiniões: Jaime de Magalhães Lima, Alves Ribeiro, Pinto da Rocha. *Atlântida* (26) 15.12. 1917, p. 262.

²⁹¹ A Confederação luso-brasileira. Seção Notas e Comentários. *Terra de Sol* (2) Fev. 1924, p. 245-246.

²⁹² Fidelino de Figueiredo. Um século de relações luso-brasileiras (1825-1925). In: *Diário de Pernambuco*. 1º Centenário (1825-1925). Recife: 1925, p. 12.

e nacionalista identificado em alguns grupos com a lusofobia. O programa da revista nacionalista *Brazileia*, lançada em 1917, atacava a idéia da confederação e os “parasitas” portugueses:

Nacionalizemos o nosso comércio, libertando o povo da inaudita opressão do comércio e da imprensa lusitanas, emancipando-nos completamente dessa estúpida ficção de valores portugueses, que têm sido os parasitas da nossa riqueza moral e intelectual e os maiores fatores da carestia a vida [a transferência da capital é uma medida de afirmação da nacionalidade] (...) para que não sejamos mais os *portugueses da América*, como o pretendem esses inconscientes arautos da boçalíssima idéia de uma *Confederação* luso-brasileira!²⁹³

Apesar das reações nacionalistas, como a manifestada em *Brazileia*, algumas personalidades do mundo literário da época expressaram simpatia pela proposta. Pinto da Rocha, professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros e mais ardorosos partidários das propostas de Bettencourt-Rodrigues e João de Barros.

Disse (...) o Sr Pinto da Rocha, que se não é mais possível entre o Brasil e Portugal a unidade política, seria possível pelo menos a federação definitiva das almas brasileira e portuguesa, que a mesma história de três séculos trouxe irmanada de 1500 a 1822, de Monte Pascoal a Ipiranga, e que irmanadas têm vivido pelo mesmo idioma em que Camões e Gonçalves Dias cantaram as epopéias das duas raças, e em que Eça de Queiroz e Machado de Assis transfundiram contemporaneamente as dores de suas almas e as maravilhas de seus gênios.

Para Pinto da Rocha não há dificuldades para a realização da confederação, apenas o natural e este pode ser vencido pelos meios de comunicação.²⁹⁴

Medeiros e Albuquerque, por sua vez, considerava descabida uma fusão completa das duas nações de língua portuguesa reconstituindo uma unidade política centralizada. Não descartava, porém, a reunião das duas nações, em uma confederação, com Portugal e Brasil mantendo as suas instituições singulares e tratando, em comum, algumas questões essenciais como as relações exteriores e colônias.²⁹⁵ João do Rio como já foi mencionado, ao contrário de Pinto da Rocha e Medeiros e Albuquerque, salientou o aspecto geopolítico do aprofundamento dos laços com Portugal para a projeção atlântica do Brasil alinhando-se, desse modo, ao viés defendido por Bettencourt-Rodrigues, e aplicando-o aos interesses da política externa brasileira.²⁹⁶

Em todo caso, as reações contrárias apelavam ao nacionalismo e ao sentimento de singularidade do Brasil frente a Portugal, construído desde o século XIX. Oliveira Lima, um

²⁹³ A Guerra e o nosso programa. *Brazileia* (10) Out. 1917, p. 470-471.

²⁹⁴ O Dr. Pinto da Rocha fala à ‘Rua’ do Rio de Janeiro da Confederação Luso-Brasileira. *Atlântida* (26) 15.12. 1917, p. 269-270.

²⁹⁵ *A Noite*. 13.7.1919. Apud Antonio da Silva Rego. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966, p. 75.

²⁹⁶ Ver p. 67-70.

escritor bastante próximo da cultura e dos intelectuais portugueses, escreveu três artigos para o jornal *La Prensa*, de Buenos Aires, considerando absurdo o plano da confederação.²⁹⁷

Para Luiz Edmundo, “tão ardente e curiosa aspiração” de restabelecer a união política do outrora Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves esbarrava no fato do Brasil constituir uma identidade diferenciada de Portugal e não o seu prolongamento na América. Embora houvesse identidade de língua e religião, e guardasse algumas tradições comuns, o Brasil era americano e mestiço. Estas duas características davam à nacionalidade brasileira anseios próprios pouco semelhantes ao ambiente europeu. E concluía:

Vamos ficar (...) como estamos amigos leais e francos, presos por laços que valem (...) mais que os de qualquer união de ordem política. Muito mais!

Esse, talvez não seja o pensamento dos citados paredros da intelectualidade portuguesa, pouco penetrados, ao que parece, de uns tantos pormenores da nossa mal sabida e mal contada História, da psicologia brasileira, bem como de certas leis sociológicas.²⁹⁸

Ao fim e ao cabo, no início do século XX, a comunidade portuguesa distinguia-se de outras comunidades imigrantes pela sua antiguidade e proximidade cultural dos brasileiros. Estes elementos atuaram para a formação de uma rede de instituições filantrópicas e sociedades de beneficência portuguesas no Brasil. A valorização da cultura propiciou a constituição dos gabinetes e liceus literários mantidos por contribuições de particulares e sem o aporte de recursos públicos. Torna-se mister um bosquejo histórico de algumas destas instituições de modo a dimensionar a representatividade que possuíam e as relações mantidas com a sociedade e cultura brasileira nos séculos XIX e XX.

A mais importante destas instituições culturais, o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, foi fundado em 1837 e teve como primeiro presidente José Marcelino da Rocha Cabral.²⁹⁹ Numa sessão comemorativa, Malheiro Dias evocou as condições históricas e literárias, em que ocorreu a fundação do Gabinete Português de Leitura:

Era no tempo de Chateaubriand, de Lamartine, de lord Byron e de Garret. Usavam-se matacões frisados, o mento e os lábios escanhoados. Assim visionamos o cenário e os atores.

Suponhamos que Cabral seria homem de seus 30 anos. Evadira-se do reino por ocasião do golpe de estado legitimista, quando se iniciara a perseguição inexorável aos liberais. Havia nove anos que residia no Brasil aonde chegara em 1828 e onde viera já encontrar foragidos alguns condiscípulos de Coimbra e irmãos de crença. Era ao tempo um dos

²⁹⁷ Oliveira Lima. Em resposta. *Nação Portuguesa*. 3ª Série (2). Lisboa: 1924, p. 93.

²⁹⁸ Luiz Edmundo. Confederação Luso-Brasileira. *De um livro de memórias*. v. V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958, p. 1425.

²⁹⁹ O Gabinete recebeu o título de Real por decreto de 12.9.1906 de D. Carlos. Cf. Regina Anacleto e Beatriz Berrini. *O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. São Paulo: Dezembro Editorial, 2004, p. 62.

redatores do ‘Despertador’, o jornal fundado por Torres Homem, e que não tardaria a desaparecer no redemoinho das lutas políticas, deixando na miséria o liberal visionário.³⁰⁰

Em 1850, a biblioteca já possuía 33.000 volumes. Em 1900, estavam catalogados 53.043 volumes e alcançava 80.000, em 1926.³⁰¹ A expansão da biblioteca acompanhou o renome da instituição, simbolizado pela inauguração do edifício próprio, projeto de autoria do arquiteto Raphael da Silva e Castro, em 10 de setembro de 1887, com a presença de D. Pedro II. O edifício foi um marco na história da instituição, pois agregou ao seu patrimônio um conjunto arquitetônico de invulgar beleza.³⁰² O Gabinete, que asseverava um panegírico do início do século XX, era um:

monumento de arte, de perseverança e de patriotismo, que muito honra a memória de quem o fundou e os seus continuadores (...) e fazendo da sua sede um padrão das glórias do passado português, uma maravilha de arquitetura, que a tornou um dos mais grandiosos edifícios da cidade do Rio de Janeiro.³⁰³

O Gabinete ocupou um lugar específico na memória da colônia portuguesa e, portanto, na concepção do luso-brasileirismo. Castro Filho definiu-o como “sacrário” ou “templo” da luso-brasilidade no estudo dedicado à arquitetura, arte e história do prédio-sede da instituição.

O Real Gabinete, como tantas centenas de outras instituições espalhadas por este Brasil, fundadas e mantidas pelos portugueses, fruto, consequência, desse enlevo, desse encantamento que, século após século se apoderou do nosso irmão lusitano ao se arrear às terras desse País.³⁰⁴

Como lugar de memória, o Gabinete assumiu dois aspectos. O primeiro é o edifício de “serôdico romantismo tradicionalista”³⁰⁵ com o qual se pretendeu celebrar Portugal e o seu povo com um estilo arquitetônico, o neomanuelino, identificado à formação cultural e à história nacional lusitana.³⁰⁶ O outro aspecto voltou-se para o acervo de livros, manuscritos, periódicos e material iconográfico que constituiu a principal biblioteca portuguesa do Brasil e

³⁰⁰ Carlos Malheiro Dias. *Discurso na Sessão comemorativa do 347º Aniversário da morte de Camões e do 90º Aniversário da Fundação do Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro: Gabinete Português de Leitura, 1927, p. 8-9.

³⁰¹ Pedro Muralha. *Op.cit.*, p. 150 e 154.

³⁰² Gabinete Português de Leitura. In: *Homenagem ao Brasil e Portugal. Livro de Ouro Comemorativo da Visita de Sua Majestade El Rei D. Carlos I. aos Estados Unidos do Brasil e da Abertura dos Portos ao Commercio Mundial*. Lisboa: Escola Typographica das Oficinas de S. José. 1908, p. 81. Pedro Muralha. *Op. cit.*, p. 148-157.

³⁰³ *Homenagem ao Brasil e Portugal*, p. 77.

³⁰⁴ Manoel Ferreira de Castro Filho. *Gabinete, sacrário da luso-brasilidade*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977, p. 28.

³⁰⁵ Cf. Raul Lino. *Op. cit.*, p. 78.

³⁰⁶ O neomanuelino é um estilo artístico revivalista e de feição nacionalista comum na Europa do último terço do século XIX. Outro exemplo de edifício neomanuelino no Brasil é o Real Centro Português de Santos construído para as comemorações do Quadracentenário da viagem de Vasco da Gama às Índias em 1898. Cf. Maria Isabel João. O Brasil nos centenários, do final de Oitocentos. *Actas do Congresso Luso-brasileiro Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*. Lisboa: CNCDP, 2000, v. 1, p. 714.

fora de Portugal. Biblioteca freqüentada, inclusive, por inúmeros leitores do Brasil e Portugal, como Joaquim Nabuco, José de Alencar e Machado de Assis. Este último, de acordo com José Veríssimo, associou-se ao Gabinete para, escasseando-lhe os recursos, consultar os clássicos da língua portuguesa.³⁰⁷

Outra instituição com objetivos culturais era o Retiro Literário Português, fundado por Manoel Rodrigues d'Oliveira e Eduardo Joaquim da Costa Pinto com o nome de Grêmio Literário Português e incorporado mais tarde ao Real Gabinete, provavelmente, por razões financeiras. Em 1909, a biblioteca da instituição reunia 7.000 volumes depositados na Real Associação Conde Matosinhos e São Cosme do Vale.³⁰⁸ Além da biblioteca, a instituição dedicava-se ao ensino e tinha um caráter mais exclusivista do que Gabinete.

Fundado a 30 de junho de 1857, o Retiro Literário só recebe sócios nascidos em terras de Portugal, e para lhes dirigir e cultivar a instrução têm escolas, promove conversações, conferências e discussões de temas relativos a ciências, artes e letras, em geral e especialmente as práticas. (...) recebem os sócios e seus filhos, das 8 às 10 horas da noite, lições de francês e inglês pelo método de Berlitz, tendo obtido grandes resultados.³⁰⁹

O Liceu Literário Português foi fundado, em 1868, por sócios dissidentes do Retiro Literário Português no Rio de Janeiro. Iniciou cursos noturnos, no ano seguinte, e em 1926, a direção estimava em 50.000 o número de beneficiados com as aulas de matemática, português e caligrafia, ali ministradas.³¹⁰

Outras instituições, conforme as supramencionadas, surgiram no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX. O Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, fundado em 1851, contava com 1.500 sócios em 1926, e 20.000 volumes. No quadro social do Gabinete Português de Leitura da Bahia, fundado em 1863, constavam 645 sócios em 1925. O Grêmio Literário e Comercial do Pará foi fundado em 1867, com o nome de Grêmio Literário Português. Na década de 1920, além da biblioteca, o Grêmio mantinha uma escola primária numa ação semelhante ao Liceu Literário do Rio de Janeiro.³¹¹

A insuficiência de fundos era um fantasma que rondava as instituições culturais da colônia. A memória dos gabinetes, grêmios e liceus literários retratava estas instituições como obras de um reduzido grupo de indivíduos e sublinhava a dificuldade de obtenção de

³⁰⁷ José Veríssimo. *História da Literatura Brasileira*. 5ª ed. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1969, p. 282. Por ocasião do cinquentenário da sua morte, Machado de Assis foi homenageado com uma placa no salão de leitura: "A Machado de Assis. Grande escritor brasileiro. Antigo leitor desta biblioteca. Homenagem do Real Gabinete Português de Leitura. No cinquentenário de sua morte. Em 1959."

³⁰⁸ Retiro Literário Português. *Portugal Moderno* (459), 11.12.1909, p. 1.

³⁰⁹ Retiro Literário Português. In: *Homenagem ao Brasil e Portugal*, p. 231.

³¹⁰ Cândido de Oliveira. *Três épocas. Um pouco de história do Liceu Literário Português*. Rio de Janeiro: s.ed., 1956, p. 185-186. Pedro Muralha. *Op. cit.*, p. 109 e 160-166.

³¹¹ Pedro Muralha. *Op. cit.*, p. 157-160 e 168.

patrocínio dos capitalistas da colônia em razão da concorrência das ordens terceiras ou simplesmente da indiferença em relação à cultura.

Os relatórios administrativos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro são relevantes para explicar as vicissitudes da instituição e outras congêneres. Assim, no relatório de 1871, o visconde de São Cristóvão apelou à colônia para a construção do edifício-sede do Gabinete.³¹² Mais explícito foi o relatório de 1880 da presidência de Eduardo Lemos associando as dificuldades do Gabinete ao descaso dos abastados da colônia com a instrução e a cultura. A razão dessa atitude, segundo o relatório, residia na identificação dos emigrados portugueses com a tradição da filantropia praticada por doações às ordens religiosas (Ordem do Carmo, Ordem da Candelária) e a Santa Casa de Misericórdia.

Em regra os portugueses no Brasil fazem consistir a sua abnegação na prática da beneficência consubstanciada no hospital e na esmola (...) Nem combate nem remedeia a miséria. E todavia os nossos conterrâneos, à falta de melhor compreensão do bem, consideram-se quites com a própria consciência, lançando muitas vezes o fruto de sua notória filantropia na fundo sorvedouro da beneficência improfícua.³¹³

Lemos reclamava a ampliação do interesse dos argentários da colônia para uma esfera além da caridade e da beneficência: “Com a esmola distribuam também o pão do espírito; – fundem a escola”.³¹⁴

As épocas de bonança financeira e comercial traziam o aumento de doações para as beneficências e instituições literárias. No Encilhamento, José João Martins de Pinho (conde do Alto Mearim) fez doações generosas ao Liceu Literário. Ao contrário, as depressões econômicas ameaçavam o patrimônio e a própria existência das instituições dependentes dos capitalistas-filantropos, como ocorreu na falência do Souto (1864) ou na crise econômica sucessora do Encilhamento.

Os apelos e campanhas por auxílio dos comendadores entrariam o século XX numa época em que o Gabinete Português do Rio de Janeiro era percebido pelos lusófonos como o centro da conspiração lusitana para dominar o Brasil. Por outro lado, para uma fração da colônia, identificada politicamente com a república, o Gabinete era o reduto do reacionarismo político e do sebastianismo.

Edificante! “Grandiloquentíssima” a “parada” de forças “**óleo-rodilho comendantes**” em amplo salão do Real Gabinete ! .. Quem entrasse ali, e apreciasse, como nós (...) aquele

³¹² Relatório à Associação Geral do visconde de São Cristóvão, 1871. Apud Pedro Ferreira da Silva. *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977, p. 39-40.

³¹³ Relatório apresentado em 6.3.1880. Apud Pedro Ferreira da Silva. *Op. cit.*, p. 53.

³¹⁴ Id. *Ibid.*, p. 55.

aparato de mentosas simbolizações humanas de hórridas cambiantes ... cairia de pasmo, ao defrontar (...) os **grandes comendeiros do hopa, que davam à cena o ar sebastianista** de escura procela.³¹⁵

O Real Gabinete, portanto, tinha uma dúplice percepção. Tratava-se duma instituição dirigida pelos interesses dos comendadores: monarquistas, conservadores, refratários ao progresso social e político. O Real Gabinete formava juntamente com a Beneficência Portuguesa o centro da dominação portuguesa sobre a vida econômica do Rio de Janeiro. A partir deles, escreveu o escritor francês Paul Adam, Portugal governava os seus antigos colonos.³¹⁶

Esta imagem politizada ia de encontro à valorização do aspecto cultural e filantrópico de seus dirigentes, conforme a descrição da instituição em 1926, pelo jornalista português Pedro Muralha.

Uma das instituições portuguesas que em Portugal é mais conhecida é o Gabinete Português de Leitura, aqui do Rio. Não há ninguém que não fantasie o Gabinete com uma poderosa instituição, inexpugnável reduto dos portugueses residentes no Rio, cujo número deverá ser de cerca de 300 mil. (...)

E todavia essa instituição, sob todos os títulos tão benemérita, acha-se quase abandonada, devendo a sua vida apenas a meia dúzia de portugueses que não querem desamparar, para que ela não demonstre com a sua que a falta de dedicação da Colônia Portuguesa do Rio.³¹⁷

No mesmo rumo, Fidelino de Figueiredo apontava a proeminência cultural do Real Gabinete acrescentando, porém, o seguinte reparo, “apesar de fundado e mantido por comerciantes é verdadeiramente um organismo cultural”.³¹⁸

O desvalimento do Gabinete (“estado de abandono”), testemunhado por Pedro Muralha em 1926, contrastava com a imagem de prestígio da instituição demonstrada na recepção ao presidente português António José de Almeida, em setembro de 1922, na realização de conferências e exposições e na associação do seu nome na redação da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, eventos ligados ao Centenário de 1922. Iniciativas que tornavam a instituição o orgulho da raça e do gênio português, segundo Muralha, dependente, contudo, das doações e do trabalho intelectual de pequenos grupos de emigrados como o visconde de Moraes, Albino Sousa Cruz, Humberto Taborda e Malheiro Dias, entre outros. A dedicação desses indivíduos ao Gabinete, tomado como exemplo de procedimentos aplicados a outras instituições de matiz cultural ou filantrópica, sustentava a percepção de formarem a elite cultural e econômica da colônia portuguesa. Esse era o eixo pelo qual passavam as

³¹⁵ A bela “parada”! ... *Alma Lusitana* (13), 24.5.1919, p. 19. Em destaque no original.

³¹⁶ Paul Adam. *Op. cit.*, p. 63.

³¹⁷ Pedro Muralha. *Op. cit.*, p. 156.

³¹⁸ Fidelino de Figueiredo. *Op. cit.*, p. 12.

relações luso-brasileiras entendidas não somente como relações estatais, mas, principalmente, como comunidade de afeto, alicerçada na cultura e numa dada memória histórica.

Estas instituições, a corrente imigratória e a proximidade da tradição histórica e cultural embasariam a concepção do luso-brasileirismo no início do século XX. A aproximação Brasil-Portugal, entre o Brasil republicano e o Portugal monárquico, vencidos os embaraços do “jacobinismo lusóforo”, teria como clímax o centenário da Abertura dos Portos a ser celebrado em 1908 com uma exposição nacional. Para tal fim, as chancelarias brasileira e portuguesa projetaram a visita do rei Carlos I ao Brasil. Seria a primeira visita oficial de um governante português ao Brasil, porém, a mesma foi travada pelo regicídio ocorrido em 1º de fevereiro de 1908.³¹⁹

Declinante no campo econômico, as relações luso-brasileiras no plano cultural ainda se equilibravam apesar da influência cada vez maior do francesismo no mundo das letras brasileiro. A literatura portuguesa e a visão que os confrades lusitanos faziam da literatura nacional ainda exerciam influência significativa nos círculos intelectuais brasileiros. Garrett, Herculano, Camilo Castelo Branco, escritores associados ao romantismo, encontravam leitores no Brasil assim como os da “geração de 70” – Ramalho Ortigão, Antero de Quental, Guerra Junqueiro, João de Deus – e os sucessores da estética do romantismo: Eugênio de Castro, Fialho de Almeida, António Nobre, Malheiro Dias, Julio Dantas.³²⁰ Eles tinham conquistado um público expressivo de leitores no Brasil mesmo considerando-se as limitações do mercado editorial (custo do livro, os altos índices de analfabetismo e iletramento e a pequena rede de distribuição).

Em Portugal, porém, no início do século XX, os autores brasileiros não possuíam um público de leitores equivalente ao dos escritores portugueses no Brasil. As obras de Olavo Bilac e Coelho Neto sobressaíam-se como exemplares isolados da literatura brasileira.³²¹ A passagem de Coelho Neto por Lisboa, em viagem para Paris, era citada por Moreira Telles como exemplo do descaso da imprensa portuguesa para os assuntos do Brasil, exceto a imigração.

Do mundo intelectual português, apenas um poeta o cumprimentou no cais. Convivera com Coelho Neto, numa recente viagem no Brasil, conservando uma grata recordação das relações recebidas do nosso romancista. (...)

³¹⁹ José Calvet de Magalhães. O Século XX. In: Amado Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães. *Op. cit.*, p. 261-263.

³²⁰ Cf. Jaime Batalha Reis. *O Descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX*. Lisboa: Dom Quixote, 1988, p. 52.

³²¹ Brito Broca. *A vida literária no Brasil – 1900*, p. 340-341.

Leiam-se, porém, os jornais brasileiros por ocasião da chegada ao Brasil de qualquer letrado ou jornalista português.³²²

Essa assimetria era apontada freqüentemente pela intelectualidade brasileira como prova do descaso ou da arrogância cultural do antigo colonizador.

A falta de reciprocidade era reconhecida pelos portugueses, principalmente, por aqueles que defendiam o intercâmbio cultural entre os dois países. “Não pode negar-se que as relações luso-brasileiras, no terreno intelectual, têm sido descuradas” denunciava Alberto d’Oliveira, em discurso na Academia das Ciências, em novembro de 1915. Descaso incompreensível sendo o Brasil, na visão do escritor e diplomata, o prolongamento econômico, intelectual e moral de Portugal.³²³

Na década anterior, em 1904, ao comentar o desconhecimento do Brasil em Portugal, Batalha Reis observava a justeza das queixas dos brasileiros.

Os Brasileiros queixam-se, com efeito, dos Portugueses não terem ainda tentado descobrir intelectualmente o Brasil, Queixam-se dos portugueses desconhcerem a Literatura Brasileira, ou consideram-nos insensíveis ao espírito, às formas da Arte americana. Os livros brasileiros (...) não são vendidos, não são lidos, não são estudados nem criticados, nem sequer em Portugal. (...)

Por outro lado é certo que todos os Brasileiros que se interessam por Literatura conhecem as publicações da Literatura Portuguesa, têm sido influenciados por muitas delas. Não é culpa dos Brasileiros, mas dos Portugueses, se essa influência não tem sido mais geral, mais completa, mais profunda.³²⁴

Tal desconhecimento, entretanto, não se tratava de descaso ou arrogância. A razão central estava na falta de cultura da imensa maioria da população portuguesa que desconhecia a própria literatura nacional portuguesa. As elites, por sua vez, não se encontravam em posição mais honrosa. Elas desconheciam a literatura brasileira, mas também a espanhola, algo “quase tão desnatural, quase tão absurdo, como a sua ignorância da Literatura brasileira”. E, concluía que desde o século XVIII a literatura francesa detinha o monopólio intelectual de Portugal.³²⁵

O desconhecimento ou a indiferença em relação à literatura brasileira era o reflexo de um distanciamento mais amplo entre Brasil e Portugal. As vésperas da guerra, João de Barros declarava que o Brasil, e não apenas a literatura, ocupava um lugar secundário na imprensa e na diplomacia portuguesa:

As notícias que lhe diziam respeito pouco interessavam os jornais, e assim mo declararam alguns responsáveis da sua orientação; não preocupava a nossa diplomacia, e assim mo

³²² Moreira Telles. *Brazil e Portugal (Apontamentos para a História das relações dos dois países)*, p. 151.

³²³ Alberto d’Oliveira. *Na Outra Banda de Portugal. (Quatro annos no Rio de Janeiro)*. Lisboa-Rio de Janeiro: Portugal-Brasil Sociedade Editora/Cia. Editora Americana – Livraria Francisco Alves, 1919, p. 81.

³²⁴ Jaime Batalha Reis. *Op. cit.*, p. 51-52.

³²⁵ Id. *Ibid.*, p. 55-58.

disse quem superintendia em muitos dos seus serviços; não exigia cuidados a atenção da maioria dos políticos, e assim se verificou até a guerra de 1914-1918.³²⁶

Foi em razão dessa situação, ainda que exagerada se pensarmos nas iniciativas tomadas por alguns agentes diplomáticos portugueses no Brasil por volta de 1914, como Alberto d'Oliveira, Fran Paxeco e Veiga Simões, que João de Barros se impôs a missão de divulgar o Brasil no meio da opinião portuguesa e lutar pela aproximação luso-brasileira.³²⁷

Depois da Primeira Guerra Mundial, o mercado brasileiro para os livros portugueses apresentou uma tendência declinante em comparação ao século XIX e às duas primeiras décadas do século XX. As causas listadas para esse declínio eram múltiplas: mudanças estético-literárias do gosto do público, nacionalismo literário e entraves financeiros à importação de livros portugueses. O afastamento literário refletia o distanciamento cultural e alargava o desconhecimento recíproco percebido, ainda de forma atenuada, pelas gerações intelectuais anteriores ao modernismo (Alberto d'Oliveira, Batalha Reis e João de Barros).

Nos anos 1920, esse desconhecimento foi lastimado pela intelectualidade lusa – em Portugal e na diáspora – de forma mais enfática do que os brasileiros. Graça Aranha em seu ataque ao passadismo cultural e à tradição expressou a ruptura em curso ao clamar, em 1924, na Academia Brasileira de Letras, que o Brasil não era “a câmara mortuária de Portugal”.

Em vez de tendermos para a unidade literária com Portugal, alarguemos a separação. Não é para perpetuar a vassalagem a Herculano, a Garrett e a Camilo, como foi proclamado no nascer a academia, que nos reunimos. Não somos a câmara mortuária de Portugal. Já é demais este peso da tradição portuguesa, com que se procura atrofiar, esmagar a nossa literatura. É tempo de sacudirmos todos os jugos e firmarmos definitivamente a nossa emancipação espiritual. A cópia servil dos motivos artísticos ou literários europeus, exóticos, nos desnacionaliza.³²⁸

As palavras de Graça Aranha ainda reverberavam com mais força porque o escritor, alguns anos antes, esteve bastante próximo de intelectuais portugueses alheados de pretensões modernistas como foi o caso do grupo da revista *Atlântida*. Mário de Andrade, numa reavaliação do modernismo, identificou em Graça de Aranha o exegeta do nacionalismo conformista com o seu detestável e confrontador brado de não sermos “a câmara mortuária de Portugal”. Ao contrário, afirmava “o que ficou dito foi que não nos incomodava nada ‘coincidir’ com Portugal, pois o importante era a desistência do confronto e das liberdades

³²⁶ João de Barros. Brasil-Portugal. In: *Presença do Brasil. Páginas escolhidas (1912-1946)*. Prefácio de Ribeiro Couto. Lisboa: Edições Dois Mundos, 1946, p. 4.

³²⁷ João de Barros. *Op. cit.*, p.4.

³²⁸ Graça Aranha. *O Espírito Moderno*. São Paulo: Cia. Gráfica- Editora Monteiro Lobato, 1925. Apud Gilberto Mendonça Teles. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro. Apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 322.

falsas. Então nos xingavam de ‘primitivistas’.³²⁹ Malheiro Dias, no entanto, não julgou o discurso de Graça Aranha injurioso a Portugal ou antinacionalista por conter alusões contrárias ao espírito da fraternidade luso-brasileira.³³⁰

Quando se pretende avançar, transformar, reformar, todos os meios de propaganda parecem justificáveis à exaltação dos prosélitos do novo credo. A proclamação revoltosa de Graça Aranha na Academia não representava todavia, uma injúria aos antepassados. (...) Era a inflamada reivindicação para o Brasil do direito de sentir, pensar e exprimir-se de modo original, consentâneo com a sua juventude entre os povos. Tudo isso era lógico e era legítimo. Os adventos do romantismo e do naturalismo não foram animados entre nós pelo mesmo ardor na luta?³³¹

Malheiro Dias, portanto, situava e restringia a conferência de Graça Aranha aos limites do campo literário e da emergência de novas sensibilidades concorrentes das então dominantes. Constatação que não ilhava a literatura do meio social, pois a expressão literária era reconhecida como forma de manifestação da singularidade da nação e do nacional.

Nas décadas de 1930/1940, a cultura portuguesa no Brasil, além das associações da colônia, restringiu-se aos círculos acadêmicos e ao ensino superior. O recuo perdurou nas décadas seguintes, embora a presença de exilados políticos como Fidelino de Figueiredo, Jaime Cortesão, Adolfo Casais Monteiro, George Agostinho da Silva e Jorge de Sena contribuisse para a formação e consolidação de inúmeros cursos de literatura e filologia no Brasil.

A presença desses intelectuais no Brasil, mesmo num período de descenso da influência cultural portuguesa, seguia uma rota tradicional que remontava ao século XIX. A língua, a tradição histórica e a grande colônia de emigrados abriam no Brasil possibilidades de emprego para intelectuais recém-chegados de Portugal, ou seja, significava a existência e o acesso a um público cujo gosto poderia ser atendido pelos autores do ultramar.

Assim, em 1893, o dramaturgo Eduardo Schwalbach, movido por dificuldades financeiras, vai ao Rio de Janeiro “vender” duas peças, *Santa Umbelina* e *O Filho da Carolina*.³³² Outros autores portugueses emigrados também escreveram peças de teatro, como os jornalistas Alexandre de Albuquerque e Mário Monteiro. No geral, eram obras vinculadas à indústria do entretenimento popular em expansão nos centros urbanos brasileiros no início do século XX.

³²⁹ Mário de Andrade. O Movimento Modernista. In: *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972, p. 214.

³³⁰ Ver Modernismo e aranhismo, O Espírito moderno e o dicionário e Os acadêmicos nacionalistas e o snr. Graça. Seção Notas e comentários. *Terra de Sol* (7), Jul. 1924, p. 141-143.

³³¹ Carlos Malheiro Dias. *Pensadores brasileiros. Pequena Antologia*. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d., p. 45-46.

³³² Eduardo Schwalbach. *A lareira do passado. Memórias*. Lisboa: Edição do Autor, 1944, p. 187.

Além da literatura, do teatro e do ensino, a imprensa foi um campo, no qual inúmeros emigrantes portugueses empregaram-se ao longo do século XIX e primeira metade do século XX. De fato, as vicissitudes políticas ao longo desse período em Portugal propiciaram uma “experiência brasileira” a uma parte da intelectualidade portuguesa. Um número expressivo de portugueses empregou-se como gerente, revisor e redator na grande imprensa da época, como o *Jornal do Comércio*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Correio Paulistano*, *Diário Mercantil*, *Diário Popular* e *O Estado de São Paulo*.

Nas três últimas décadas do Império, Henrique Chaves (*Gazeta de Notícias*), Bordalo Pinheiro (*Mosquito*, *Besouro*) e Gaspar Boaventura da Silva Barbosa (*Diário Mercantil*) animavam a vida intelectual brasileira e, ao mesmo tempo, desenvolviam empresas jornalísticas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Ainda nas primeiras décadas do século XX, os portugueses ocupavam lugar significativo nas redações dos jornais e revistas da capital federal (Alexandre de Albuquerque, Aureliano Machado, Crisóstomo Cruz, Crispiniano da Fonseca, Eduardo Salamonde, João Lage, João Luso, Malheiro Dias, Mario Monteiro, Simão de Labreiro, Simões Coelho), do Pará (Tito Martins e Correia Mendes) e de São Paulo (Augusto Barjona, Cunha e Costa).³³³

Consistia em uma presença excessiva e nociva ao interesse nacional, verdadeiro açambarcamento semelhante ao controle do comércio, conforme a ótica da imprensa nacionalista lusófoba. Para Álvaro Bomílcar, os portugueses tomaram conta da imprensa do Rio de Janeiro, desnacionalizando-a durante o regime republicano.

Jornal que aqui se funde só tem uma atitude invariável: mostrar-se, desde o seu 1º número, e acima de tudo, um grande interesse, imenso amor e simpatia, pela colônia portuguesa e pelas glórias dos navegadores. Quando a empresa não é propriedade de capitalistas lusitanos, admite, desde logo, como sócio de indústria, - gerente ou secretário, - um cidadão português, o que equivale a nomeação de um fiscal por parte da colônia (...)³³⁴

A mesma queixa ocorria no Amazonas. Ali os jornais da colônia portuguesa – *Luzitano*, *República Portuguesa* e *União Portuguesa* – eram acusados de só admitirem redatores, revisores e compositores portugueses.³³⁵ Os clamores pela nacionalização da imprensa acompanhavam freqüentemente as reivindicações pela nacionalização do comércio, da pesca e do teatro.³³⁶

³³³ Cf. Pedro Muralha. *Op.cit.*, p. 206-208.

³³⁴ Álvaro Bomílcar. A imprensa ‘brasileira’ do Rio de Janeiro. *Gil Blas* (25), 31.7.1919.

³³⁵ Correspondência do Amazonas. (Do Correspondente). *Gil Blas* (47), 1.1.1920.

³³⁶ **Nacionalização da imprensa. Gil Blas (100), 6.1.1921.**

A presença de emigrantes portugueses na vida cultural não estava restrita ao Rio de Janeiro ou a São Paulo. Josué Montello ressaltou a importância dos portugueses Fran Paxeco, Carvalho Branco e Manuel Bettencourt no jornalismo e na cultura maranhense. O elogio de Manuel Bettencourt (1854-1916), por Montello, resume as atividades desses intelectuais portugueses.

Preparou toda uma geração de escritores no Maranhão e dele guardaram boa lembrança todos quantos com ele conviveram na minha terra, no final do século XIX e no começo deste século.

São Luís do Maranhão foi o cenário eletivo da sua atuação intelectual. Podia ter sido um grave comerciante, como inúmeros dos seus patrícios, mas optou pelas letras, e soube rodear-se de discípulos e amigos, com os quais conversou sobre literatura, filosofia, história, economia.³³⁷

Uma forma de imersão na realidade brasileira, quicá mais profunda, foi vivenciada por alguns escritores portugueses emigrados para o Brasil ainda adolescentes, empregados como mão-de-obra nos seringais, fazendas e armazéns, nos quais partilharam a experiência da massa de portugueses deslocados, fisicamente e espiritualmente, de seu torrão natal. Foi o caso de Ferreira de Castro e Miguel Torga que aplicaram a “experiência do imigrante” na ficção literária.

José Maria Ferreira de Castro (1898-1974) chegou ao Pará em janeiro de 1911 e logo seguiu para o seringal Paraíso na região do rio Madeira, no Amazonas. Ali, segundo o escritor, os parintintins, “ainda por civilizar”, dominavam a selva ao redor do seringal e atemorizavam o adolescente: “Esse período foi de grande fervor para minha adolescência, pois estava sempre à espera que eles surgissem ali e me cortassem implacavelmente a cabeça, com era seu costume.”³³⁸ De volta a Belém, em 1914, exerceu uma variedade de ofícios humildes até o retorno a Portugal em 1919. No Brasil, apesar das dificuldades materiais, Ferreira de Castro publicou os seus primeiros romances – *Criminoso por Ambição* (1916), *Alma Lusitana* (1916), *O Rapto* (1918) –, textos na imprensa (*Jornal dos Novos*, *A Cruzada e Portugal*) e recolheu as impressões que originaram seus romances “brasileiros”: *A Selva* (1928), *Os Emigrantes* (1930) e *Instinto Supremo* (1968).³³⁹

Miguel Torga (Adolfo Correia da Rocha, 1907-1995), após abandonar o seminário em Lamego, emigrou para o Brasil com treze anos de idade, onde foi trabalhar numa fazenda

³³⁷ Josué Montello. *Um português esquecido na História Cultural do Brasil*. Separata dos Anais, II Série, v. 30. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1985, p. 99.

³³⁸ João Alves Neves. Os três romances ‘brasileiros’ de Ferreira de Castro. In: *As relações literárias de Portugal com o Brasil*, p. 239.

³³⁹ Alípio da Rocha Marcelino. Ferreira de Castro e o Brasil. In: *Intelectuais e Artistas Portugueses do Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Americanos Fernando Pessoa, 1992, p. 61-62. João Alves Neves. *Op. cit.*, passim.

em Minas Gerais. Viveu cinco anos na “lonjura”, o que significava estar longe do lar, no meio de uma natureza hostil, cercado por toda sorte de conflitos humanos e sociais.³⁴⁰ Torga confessava, porém, que do Brasil não pudera desvencilhar-se da “nostalgia da exuberância”, percepção e sentimento que entendia marcar a experiência do imigrante e contribuía para torná-lo um desenraizado.³⁴¹

Português no Brasil, brasileiro em Portugal, o emigrante fica sem pátria, tendo duas. Num lado fala uma língua e tem hábitos que o denunciam como alheio; no outro não pode esconder um sotaque e uns gostos que o denunciam como desenraizado. (...) é um Sísifo da planura oceânica, condenado a empurrar eternamente a alma de Lisboa ao Rio, e vice-versa. (...)

Gemer por Portugal no Brasil, e pelo Brasil em Portugal. Ougar num por alheiros, e no outro por feijão-preto. Trazer o corpo e o espírito neste vaivém de grávida com desejos.³⁴²

As palavras de Torga exprimiam as ambigüidades e as incertezas da experiência do imigrante português. Uma experiência marcada por elementos nostálgicos e saudosistas que influíam poderosamente na conformação do luso-brasileirismo. O vaivém da alma e da vida dos indivíduos divididos entre duas nações margeadas pelo Atlântico, mas unidas na memória desses viajantes.

Ao se situar as relações luso-brasileiras no século XIX, após a independência, até meados do século XX traçou-se um quadro destas, tendo como foco a emergência do luso-brasileirismo, ou seja, a afirmação da permanência dos laços singulares que uniam portugueses e brasileiros. Essa idéia de permanência e singularidade foi renovada pela constância do fluxo imigratório português para o Brasil, fluindo na formação social e cultural, e pela formação de uma rede de sociedades filantrópicas e culturais, nas quais se praticou a sociabilidade e a interação cultural entre as elites brasileiras e portuguesas.

Salientou-se o fato da vinculação entre o luso-brasileirismo e a intervenção dos intelectuais nas iniciativas de valorização da cultura portuguesa no Brasil e dos próprios laços culturais e políticos entre Portugal e Brasil. Os intelectuais brasileiros e portugueses lusófilos e brasilófilos, exerceram diversos ofícios: escritores, jornalistas, editores e diplomatas; tanto como agentes públicos ou privados. A dimensão cultural das relações luso-brasileiras manifestou-se principalmente na literatura. Nesse caso, as revistas literárias, os gabinetes literários e a imprensa cotidiana foram instrumentos de disseminação de idéias pelas quais a

³⁴⁰ No capítulo intitulado ‘O Segundo Dia’ de *A criação do mundo*, Torga narra a sua chegada ao Brasil, a vida na fazenda de café de um tio e as suas impressões da natureza e do povo. *A Criação do Mundo*, p. 87-160.

³⁴¹ Miguel Torga. O Drama do Emigrante Português. Conferência realizada no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 19 de Agosto de 1954. In: *Ensaios e Discursos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p.150-151.

³⁴² Miguel Torga. O Drama do Emigrante Português, p. 155.

imagem do Brasil pelos portugueses e a de Portugal pelos brasileiros foi construída ao longo do século XIX e XX.

Nesse processo de formação da imagem recíproca, os intelectuais atuaram como agentes dinâmicos. Em vários períodos, a relação entre os círculos culturais brasileiros e portugueses operou com mais eficácia do que as relações oficiais, principalmente, nas décadas de 1910 e 1920, conforme salientou Nuno Simões.

O Brasil oficial não dera (...) um passo efetivo para a política de reaproximação com Portugal. E por nossa parte (...) o luso-brasilismo aproximador ia sendo mais obra particular, individual ou coletiva de portugueses, do que iniciativa oficial e dirigente do Governo de Lisboa.³⁴³

Era o tempo recordado pelas manifestações saudosistas dos brasilófilos portugueses, os “maravilhosos tempos de amizade e cooperação”, marcados por eventos memoráveis: a amizade entre João de Barros e João do Rio, a edição da *Revista Atlântico*, dirigida por José Osório de Oliveira, a visita de Bilac a Lisboa, as visitas de Julio Dantas ao Brasil e a presença de escritores brasileiros na Festa do Duplo Centenário em 1940.³⁴⁴

Os lusófbos sempre afirmaram a impossibilidade *a priori* da existência da amizade luso-brasileira. Assim, o discurso antilusitano construiu uma imagem e uma percepção do português como o outro, do qual o nacional deveria ser dissociado de todas as formas para afirmar sua autonomia política, cultural e econômica. A memória histórica e sentimental em torno da amizade luso-brasileira, elaborada durante as lutas de representação contra a lusofobia e o discurso antilusitano, foi absorvida pelos emigrantes portugueses e seus descendentes no Brasil, pelos lusófilos e brasilófilos, e contribuiu para o enraizamento de uma comunidade luso-brasileira mais de caráter cultural do que político.

* * *

³⁴³ Nuno Simões. *Actualidade e permanência do luso-brasilismo*. (Conferências e Discursos). 1945-1955. Lisboa: Edição do Autor, 1960, p. 25-26.

³⁴⁴ Cf. Gastão Marques. *Relações Culturais luso-brasileiras: entrevistas e comentários*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1983, p. 118-119.

CAPÍTULO II – O contraponto ao luso-brasileirismo:

Manoel Bomfim, Álvaro Bomílcar, Antonio Torres e João Ribeiro.

*Verdade que todo brasileiro deve ter em mente, verdade que se devia ensinar em todas as nossas escolas primárias é esta: se um cataclisma fizer desaparecer Portugal da face do planeta, o Brasil lucrará; se, porém, um cataclismo fizer desaparecer da superfície da terra o Brasil, Portugal morrerá à míngua.*³⁴⁵

As representações e as práticas do luso-brasileirismo foram confrontadas por uma fração da intelectualidade brasileira imbuída de sentimentos nacionalistas e antilusitanos. Essa oposição apresenta nuances que iam desde a defesa da distinção do Brasil em relação a Portugal em termos culturais (língua e literatura) e históricos, como os argumentos invocados por João Ribeiro e Manoel Bomfim, até posições assumidamente lusófobas, como aquelas defendidas por Alcebíades Delamare, Álvaro Bomílcar, Antônio Torres e Jackson de Figueiredo, que identificavam no passado colonial e na presença do imigrante português as origens e a permanência dos problemas enfrentados para afirmação da Nação brasileira e de sua identidade cultural. Os autores listados para exame foram significativos dessas posições e divulgaram-nas em livros, jornais e conferências. Por meio desses instrumentos demonstraram uma percepção das relações Brasil-Portugal concorrente daquela promovida pelos intelectuais lusófilos e procuraram atuar como atores políticos e culturais tendo como referência o nacionalismo.

1. O instinto da nacionalidade: língua, literatura e nação.

A identidade brasileira e a idéia de nação baseada no pertencimento a uma determinada tradição permaneceram problemáticas desde o século XIX. De fato, ela encontrava-se vinculada a outras questões, ainda inconclusas, após quase dois séculos de vigência da soberania nacional: a exclusão social, o caráter formal da cidadania, as desigualdades regionais e as condicionalidades econômicas.

Nesse conjunto de problemas e indagações, Portugal, por meio de seu povo (o antigo colonizador) e de sua cultura (língua, literatura e costumes) apresentava-se como o outro, no qual o Brasil ora encontrava as raízes da sua inserção no Ocidente, ora se distanciava para afirmar sua singularidade como nação.

³⁴⁵ Antonio Torres. Preâmbulo. *As Razões da Inconfidência. Obra histórica Enriquecida de Muitas e Variadas Notas Que esclarecem o Texto*. 3ª ed. Rio de Janeiro: A.J. Castilho, 1925, p. LXXI.

Outrossim, a discussão da nação/nacionalidade permeia as interpretações sobre o Brasil. Não faltaram explicadores e intérpretes do país que buscaram identificar a nacionalidade por meio da aplicação de teorias literárias, antropológicas ou sociológicas, disponíveis em determinado momento histórico, e capazes de responder a uma dada visão de mundo.³⁴⁶ Nesse caso, cabe destacar especialmente aquelas interpretações da nação elaboradas no Império e na Primeira República, nem sempre com o juízo crítico necessário, que enfatizavam as potencialidades do país, exaltadas e assumidas como ilimitadas (o ufanismo do conde de Afonso Celso), ou as fraquezas, concebidas como acúmulo de causalidades culturais, históricas ou raciais que conduziram a uma suposta inferioridade ligada a mestiçagem (Nina Rodrigues).

De todo modo, como colônia, o Brasil – a América Portuguesa – inseriu-se na periferia do mundo europeu tanto no aspecto político quanto cultural. Da Europa recebeu, interpretou e se apropriou de idéias, costumes, língua e símbolos, e mesclou-os com elementos autóctones ou aqueles provenientes da África. Uma antropofagia cultural e intelectual entranhada nas vivências, realidades e impasses de uma sociedade tradicionalista marcada pelo escravismo, o agrarismo e o catolicismo tridentino.

³⁴⁶ Sobre os intérpretes e as suas interpretações do Brasil ver a coletânea de textos organizada por Gunter Axt e Fernando Schuler (Orgs.). *Intérpretes do Brasil. Ensaios de Cultura e Identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

1.1 A autonomia literária

A partir de 1822, a construção de uma identidade própria que particularizasse o nacional em relação à antiga metrópole portuguesa esteve no centro das atenções das elites que procuravam consolidar o novo Estado. Nas estratégias de representação, a memória nacional (o legado de lembranças de Renan³⁴⁷) foi construída por meio da história e da literatura cujo paradigma era a Europa. No caso literário, a França ocupou um lugar essencial em razão do prestígio dos literatos do Romantismo como Chateaubriand, Lamartine, Madame de Staël, Musset e Victor Hugo. Escritores cujas obras forneceram, na primeira metade do século XIX, aos autores brasileiros – na poesia, prosa e na nascente crítica literária – inspiração, mas também instrumentos teóricos para a definição da literatura nacional e sua emancipação da literatura portuguesa.

As concepções literárias do Romantismo tiveram larga aceitação entre os intelectuais e os leitores do Brasil oitocentista. O Romantismo proporcionou a inspiração e os modelos para poetas e prosadores expressarem literariamente o novo país, cantando a natureza ou descrevendo o índio, o primeiro habitante, como arquétipo de um passado idealizado pré-colonial e pré-lusitano.

O indianismo foi o instrumento adotado pelos intelectuais brasileiros, logo após a independência, para manifestar as especificidades nacionais frente àquelas associadas a Portugal. Alguns chegaram a nacionalizar os sobrenomes familiares de cepa lusitana e colonial para registrar a repulsa ao colonizador. Desse modo, os Souzas, os Bastos, os Silva, os Oliveira e os Carvalhos transmutaram-se em Caramurus, Utinguaçús, Tupinambás e Goitacás.³⁴⁸

A idealização do índio, na falta de monumentos ou artefatos civilizacionais, serviu para a construção de uma visão do passado na qual a pátria foi transformada em um território histórico.³⁴⁹ Essa transformação encontrou-se presente na poesia de Gonçalves de

³⁴⁷ Segundo Ernest Renan, a nação constitui um princípio espiritual (alma) formado pela posse em comum de um rico legado de lembranças e pelo desejo de viver juntos: “a vontade de continuar a fazer valer a herança que recebemos indivisa”. Ernest Renan. O que é uma nação? In: Maria Helena Rouanet (org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 39.

³⁴⁸ Cf. João Ribeiro. O indianismo na literatura. In: *Cartas devolvidas*. Porto/Paris: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, Lda./Aillaud & Bertrand, 1926, p. 251.

³⁴⁹ Cf. Anthony D. Smith. *A Identidade Nacional*. [Trad. Cláudia Brito]. Lisboa: Gradiva, 1997, p. 146.

Magalhães (*A Confederação dos Tamoios*) e Gonçalves Dias (*I-Juca Pirama, Os Timbiras*); e nos romances de José de Alencar (*O Guarani, Iracema, Ubirajara*).

Um ponto crucial neste processo foi a afirmação da existência de uma literatura nacional, a literatura brasileira, inspirada na vivência da realidade americana em oposição à realidade européia/portuguesa, utilizando-se a língua portuguesa (entendida como o “português brasileiro”) como expressão literária. A questão da língua e da literatura envolveu brasileiros e portugueses, em discussões acaloradas sobre autonomia lingüística e autonomia literária, pois afinal tratava-se de definir situações bastante imprecisas, abstratas, mas de crescente importância na medida em que se disseminava o ideário nacionalista.

No “Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa” (prefácio do *Parnaso Lusitano*, 1826) Almeida Garrett sugeriu aos brasileiros buscar inspiração no meio americano como elemento de definição da nacionalidade literária. No mesmo rumo, e na mesma época, foram as invectivas de Ferdinand Denis, talentoso vulgarizador das idéias de Chateaubriand, Madame de Staël e Schlegel, para que os escritores brasileiros buscassem a independência literária de seu país valendo-se dos elementos próprios, americanos, distintos dos europeus e disponíveis no seu entorno.³⁵⁰ A sugestão do sentimento da natureza teve grande audiência nos escritores românticos a ponto do espírito nacional nele se confundir.

A grandeza do território, das florestas e dos rios constituiu o patrimônio simbólico e a representação da nação, tornando-se a fonte de inspiração para poesias, como a *Canção do Exílio* de Gonçalves Dias, ou para o *Porque me ufano do meu país* de Afonso Celso. Este se constituiu no exemplar mais notável, no Brasil, de literatura *ufanista* praticada como manifestação do sentimento nacional. Para Afonso Celso, a extensão territorial fazia do Brasil um mundo no qual se agregavam vantagens humanas e naturais das mais notáveis.

A enorme extensão do Brasil forma um todo homogêneo bem situado, servido por magníficos rios, facilmente acessível. (...)
Descobre-se nele tudo quanto o mundo possui de melhor. Pode suprir por si só as necessidades físicas das inumeráveis multidões que o povoarem. (...)
Homens de não importa que procedência encontram também no Brasil, escolhendo zona, meio adequado para prosperar.
Negros, brancos, peles vermelhas, mestiços vivem aqui em abundância e paz.³⁵¹

³⁵⁰ Cf. Afrânio Coutinho. A crítica literária romântica. In: Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho. (dir.). *A Literatura no Brasil*. 5ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Global, 1999, v. 3, p. 323. Antônio Cândido. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos Decisivos 1750-1880*. 10ª edição revista e ampliada pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 637-642.

³⁵¹ Afonso Celso. *Porque me ufano do meu país*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia. Editores, 1901, p. 9-10.

Em razão disso, Afonso Celso estava convicto da superioridade do Brasil. “Não há no mundo país mais belo do que o Brasil”, fato, afirmava ele, atestado e proclamado pelos visitantes estrangeiros ao país.³⁵²

A exaltação da grandeza *natural* do Brasil, característica da literatura ufanista, teve como contraponto a representação de Portugal como “o pequenino Portugal”, “jardim da Europa à beira-mar plantado”; construída pelos escritores portugueses para descrever a sua pátria. Ao contrário do Brasil, porém, o que destacava Portugal não era a natureza, mas os homens – o povo que conquistou o mar oceano –, e o complemento dessa conquista, o grande Brasil por eles construído. Albino Forjaz de Sampaio resumiu esse sentimento quando proclamou seu orgulho de ser português perante o mundo “porque a maior parte dele pelos portugueses foi descoberto” ou que os portugueses descobriram o Brasil e o regaram com o seu sangue (“Que tremendo ossuário português não é o Brasil!”).³⁵³ A semelhança com o título da obra de Afonso Celso não foi coincidência, pois Forjaz de Sampaio era admirador confesso do *Porque me ufano do meu país* e pretendeu transmitir aos portugueses a mesma sobrançeria e ufanía que perpassava o congêneres brasileiro.

Esse livro produziu no Brasil verdadeiro entusiasmo, foi lido nas Escolas, e adotado nas almas, que o brasileiro é patriota sem desfalecimentos. Li-o e pensei que faltava entre nós um livro assim, escrito sem mentira e sem paixão, tanto mais que nos sobravam os livros derrotistas, sem fé nem lei, abastardantes de sentimentos altos e profícuos. – O patriotismo é um sentimento construtivo.³⁵⁴

O espírito de emulação se evidenciava, inclusive, na imitação estilística, como na exaltação do que o autor denominou “Portugal - Belezas e riquezas do seu território”:

Céu, mar, terra, mulheres, canções, não há no mundo como em Portugal. E se não, comparai e vereis: o nosso céu é mais azul, o nosso mar mais nostálgico, a nossa terra mais amiga, as nossas mulheres mais carinhosas. É a terra mãe da saudade, que nenhum outro povo conhece.³⁵⁵

Na mesma toada, Fernando Falcão e Nicolau Firmino, no opúsculo dedicado a história de Portugal e do Brasil, não se esqueceram de frisar que o Brasil contemporâneo era rico em território e população, e a sua origem remontava ao pequeno Portugal.

É o que, muito sucintamente, descrevemos a seguir, da nação que depois da Rússia e do Canadá, ocupa o 1º lugar do mundo em extensão territorial (...), com uma população 6

³⁵² Afonso Celso. *Op. cit.*, p. 15. Supremacia comprovada por quatro grandes curiosidades naturais: o Amazonas, a cachoeira de Paulo Afonso, a floresta virgem e a baía do Rio de Janeiro. Id. *Ibid.*, p. 21.

³⁵³ Albino Forjaz de Sampaio. *Porque me orgulho de ser português*. 2ª ed. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 71-72.

³⁵⁴ Albino Forjaz de Sampaio. *Op. cit.*, p. 9.

³⁵⁵ Id. *Ibid.*, p. 45.

vezes maior do que a população portuguesa. Contudo, não é pequeno o ‘pai’ que criou tamanho “filho” ...³⁵⁶

A conquista e o império, porém, proporcionaram outro efeito, muito além da expansão territorial e, também mais duradouro, que foi a expansão da língua portuguesa pelo mundo e seu uso por povos de regiões bastante diferentes da sua origem. A língua, diz Forjaz de Sampaio, acompanhou os conquistadores e os colonos.

Em toda a parte do mundo, com mortalhas de ossos portugueses há palavras enterradas. E essas palavras dizem ainda o que disseram antes, o que as minhas repetem ainda na doce língua portuguesa que não tem outra que lhe iguale: “Mortos a pé. Portugal não morreu, Portugal não morrerá”.³⁵⁷

A língua como herança perene de Portugal às terras tocadas pelo seu povo, mas transformada pelos povos que a receberam, era o fenômeno que se sobressaía, segundo Eduardo Lourenço, nessa dispersão humana.

Da América à Ásia, cada povo que fala hoje o português a modelou, a recriou à sua imagem. Nenhum exemplo é mais relevante do que o do Brasil. É um continente escrito em português, mas num português outro (...) Como os outros, também os nossos emigrantes se ‘dissolveram’ nesse espaço-língua que o português nomeou, definiu e marcou para sempre.³⁵⁸

O lado mais extremado dessa visão tendeu para a formação de um culto místico e mítico da lusitanidade, manipulado para fins político-culturais, evidenciado nos textos de Albino Forjaz Sampaio, Fernando Falcão e Nicolau Firmino, acima mencionados, e em outros autores portugueses. Um fenômeno que Eduardo Lourenço diagnosticou como “reflexo do desejo mítico de construir a própria imagem como uma necessidade messiânica ou um cumprimento de altas e imaginárias missões para as quais a nação se acredita vocacionada” e, no qual a luso-brasilidade “só consegue olhar para o passado, como se estivesse de costas para o futuro e ignorasse o presente”.³⁵⁹

Desde a emancipação de Portugal, o empenho dos intelectuais brasileiros para diferenciar o Brasil da antiga metrópole dirigiu-se para os campos da literatura e da língua. Mesmo aqueles intelectuais que viam o Brasil como prolongamento de Portugal buscaram afirmar a nacionalidade literária distinta entre os dois países. Varnhagen, por exemplo, defendeu essa posição no prefácio do *Florilégio da Poesia Brasileira*, em consonância com a manutenção da uniformidade da língua. Depois de lembrar os risos que certas palavras

³⁵⁶ Fernando Falcão Machado e Nicolau Firmino. *Pequeno tratado de história de Portugal. Pequeno tratado de história do Brasil*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1952, p. 168. Ver também Carlos Malheiro Dias. Introdução. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto: 1921-1924. v. I, p. V-VI.

³⁵⁷ Albino Forjaz de Sampaio. *Op. cit.*, p. 66.

³⁵⁸ Eduardo Lourenço. Da Língua como pátria. In: *A Nau de Icaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1999, p. 132.

³⁵⁹ Apud Maria Heloísa Martins Dias. Relações interculturais luso-brasileiras: desfazendo molduras. *Metamorfoses* (5). Lisboa Editorial Caminho, 2004, p. 134-135.

provocavam em Portugal, como Ipiranga e jacarandá, Varnhagen assinalava a naturalidade da divisão das duas literaturas.

Entendamo-nos: esta opinião do vulgo, que acha também em Portugal mui ridículo um dos nomes de mais glória para o Brasil – o Ipiranga – prova que a poesia brasileira tem que declarar-se independente da mãe-pátria: pois desgraçado do poeta do Brasil que, ao chegar-lhe a inspiração, tivesse que mandar consultar um de seus filhos, que nunca tivesse ido à América (...) se tal ou tal palavra lhe promove o riso, como o *jacarandá* ao censor.

Longe de nós o consignar a idéia de que no Brasil não se deve, e muito estudar os clássicos portugueses e a gramática. Pelo contrário, reputamos essa necessidade urgentíssima, ao vermos que os nossos melhores escritores – os que mais agradam ao Brasil, foram os que mais os folhearam.³⁶⁰

No momento em que Varnhagen iniciava a edição do *Florilégio*, uma geração de poetas brasileiros já se inspirava, desde *Suspiros Poéticos e Saudades* (1836) de Gonçalves de Magalhães, na escola romântica para celebrar a pátria recentemente emancipada, unindo literatura e patriotismo. O Romantismo, como estilo artístico e movimento estético-literário, muito contribuiu para a afirmação da autonomia literária brasileira, apartando-a da literatura portuguesa apesar das manifestações contrárias, em Portugal e no Brasil, como foi o caso do jornalista José da Gama e Castro, português emigrado no Rio de Janeiro.

Em notas publicadas, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro entre 1839 e 1842, assinando-se “um Português”, Gama e Castro classificou as obras literárias dos brasileiros como pertencentes à literatura portuguesa em razão do uso da língua comum. Falar em literatura brasileira era força de hábito, vício ou excesso de patriotismo, ou seja, inexistia como expressão literária independente.³⁶¹ Gama e Castro fora provocado pelas declarações nativistas contidas no livro de José Ignácio de Abreu e Lima, *Bosquejo histórico, político e literário do Império do Brasil* (1835) no qual Portugal era arrolado como uma nação atrasada e sem literatura, com exceção da obra de Camões.

³⁶⁰ Francisco Varnhagen. Prólogo. *Florilégio da Poesia Brasileira*. T. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850, p. VII-VIII.

³⁶¹ Cf. José Ariel Castro. Formação e desenvolvimento da língua nacional brasileira. In: Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho. *Op. cit.*, v. 1, p. 344.

Abreu e Lima (1796-1869), filho do revolucionário de 1817, Padre Roma, era dotado de espírito cáustico e habilidades de polemista.³⁶² A definição de literatura de Abreu e Lima era bastante ampla: “Se por literatura entendemos o corpo de doutrinas que professa uma nação, podemos assegurar que os portugueses nunca possuíram nenhuma das ciências de utilidade”.³⁶³ As ciências da utilidade (ciências exatas, experimentais e positivas) eram escassas ou nulas na bibliografia portuguesa e isso se refletia na situação de penúria cultural da antiga colônia, pois a metrópole portuguesa, ao contrário da Espanha em relação às suas colônias americanas, menosprezou a formação intelectual. O juízo peremptório sobre a natureza e constituição da literatura demonstrava, para Santiago Nunes Ribeiro, que Abreu e Lima tinha um conhecimento limitado da matéria.

As afirmações de Abreu e Lima e a refutação de Gama e Castro desataram uma controvérsia, da qual se originou um dos textos fundamentais da historiografia literária brasileira, *Da nacionalidade da literatura brasileira*. Seu autor, Santiago Nunes Ribeiro, refutava tanto as idéias de Abreu e Lima quanto às de Gama e Castro e estabelecia as bases críticas e teóricas da diferenciação entre as literaturas brasileira e portuguesa.³⁶⁴

As proposições de Gama e Castro foram contestadas, por Santiago Nunes Ribeiro e Joaquim Norberto de Sousa e Silva, ambos sócios do Instituto Histórico e Geográfico. Para Joaquim Norberto, a autonomia literária brasileira antecedia a independência política, remontando a poesia dita nacional à cultura tupi e não aos portugueses.³⁶⁵ Foi no ensaio de autoria de Santiago Ribeiro, porém, que se salientou a influência do meio social, do sentimento, das criações, dos costumes e dos hábitos peculiares de cada povo para a manifestação de uma expressão literária nacional. Esses elementos, somados à natureza e ao clima, confirmariam que “se os brasileiros têm seu caráter nacional, também devem possuir uma literatura pátria”.³⁶⁶ Ao afirmar a existência de uma literatura brasileira distinta da portuguesa, Santiago Ribeiro salientou que era uma literatura inspirada na América, mas, profundamente influenciada pela civilização européia.

³⁶² João Ribeiro e Silvio Romero. *Compêndio de História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906, p. 413-427. Wilson Martins. *História da Inteligência Brasileira*. v. II (1794-1855). 3ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996, p. 215-217.

³⁶³ Santiago Nunes Ribeiro. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: Afrânio Coutinho (org.). *Caminhos do Pensamento crítico*. v. 1. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana/Prolivro, 1974, p. 32-33. O ensaio foi publicado originalmente no primeiro número da *Minerva Brasiliense*, em 1 novembro de 1843.

³⁶⁴ Cf. Antônio Cândido. *Op. cit.*, p. 653. Afrânio Coutinho. A crítica literária romântica. In: Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho. (dir.) *Op. cit.*, v. 3, p.326-328.

³⁶⁵ Antonio Candido. *Op. cit.*, p. 647-648. Afrânio Coutinho. *Op. cit.*, p. 328-329.

³⁶⁶ Santiago Nunes Ribeiro. *Op. cit.*, p. 36.

Assim em vez de considerar a poesia do Brasil como uma bela estrangeira, uma virgem da terra Helênica, transportada às regiões do novo mundo, nós diremos que ela é a filha das florestas, educada na velha Europa, onde a sua inspiração nativa se desenvolveu com o estudo e a contemplação de ciência e natureza estranha.³⁶⁷

Entre os que buscaram na “velha Europa” os modelos literários para desenvolver a inspiração, Santiago Ribeiro menciona ao longo de seu ensaio os nomes de Basílio da Gama, Cláudio Manoel da Costa, Santa Rita Durão, Domingos Caldas Barbosa, Domingos Borges de Barros, Francisco de Sales Torres Homem, José Bonifácio, Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães. Nomes que evidenciavam a existência de uma literatura protonacional e nacional e retrucavam a assertiva de Gama e Castro que os poetas brasileiros eram simples imitadores e suas poesias o reflexo dos poetas portugueses, assim como a tese de Abreu e Lima, a da penúria literária da colônia. Ao contrário, asseverava Santiago Ribeiro, na colônia havia já um grupo de nativos amplamente instruídos e dotados de conhecimentos de língua e literatura, superiores, inclusive, aos poetas portugueses. Desse modo, concluía Ribeiro:

Fica, segundo nos parece, provado com os fatos que os brasileiros não estavam reduzidos a reproduzir as imitações portuguesas, que não era através dos escritos da mãe pátria que eles viam o que de melhor havia sido publicado, que bebiam nas fontes, recebia a luz e não o reflexo.³⁶⁸

Outra figura emblemática do Romantismo e do processo de afirmação da literatura nacional foi José de Alencar (1829-1877), cuja obra aliou a crítica literária ao romance. De fato, Alencar aplicou suas idéias e concepções de crítico na elaboração de seus romances. Desde a polêmica sobre a *Confederação dos Tamoios* (1856), na qual criticou a poesia indianista de Gonçalves de Magalhães, até a polêmica com Joaquim Nabuco, Alencar apresentou as premissas do que considerava ser a literatura nacional (sua capacidade de apreensão e interpretação da natureza e da realidade americana/brasileira) e o direito dos brasileiros de escrever de forma diferenciada dos portugueses.³⁶⁹ Nesse mister, Alencar

³⁶⁷ Id. *Ibid.*, p. 47.

³⁶⁸ Id. *Ibid.*, p. 46.

³⁶⁹ José de Alencar. Pós-escrito de *Diva e Benção paterna* (Prefácio a “Sonhos d’ouro”). In: Afrânio Coutinho (org.). *Caminhos do Pensamento crítico*. v. 1, p. 107-111 e p. 115-123. O pensamento de Alencar sobre o assunto é sintetizado na seguinte sentença: “A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo”. Pós-escrito de *Diva*. *Op. cit.*, p. 108.

confrontou tanto críticos portugueses (Pinheiro Chagas e José Feliciano de Castilho) quanto brasileiros (Franklin Távora, Joaquim Nabuco e o próprio imperador D. Pedro II).

A posição de Alencar encontra-se disseminada em vários comentários, incluídos nos prefácios, pós-escritos e prólogos de seus romances (*Diva, Sonhos d'Ouro, Iracema, O Guarani*) e em jornais da época. Assim, em 1874, respondendo ao crítico de *Iracema* e de *O Guarani* que julgou seu estilo frouxo e desleixado, eivado de erros gramaticais, Alencar observa que seu verdadeiro adversário era a literatura portuguesa:

que tomada de zelo excessivo pretende por todos os meios impor-se ao império americano. Infelizmente vai-lhe à cola parte dos escritores deste Brasil, ainda tão pouco nosso, os quais sacrificam o sentimento nacional por alguns fofos e puídos elogios da imprensa transatlântica.³⁷⁰

A literatura nacional ainda estava na infância, numa fase de transição, espelho da própria sociedade. Aguardava os escritores que lhe conformariam os traços definitivos, “fazendo calar as pretensões hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço”.³⁷¹

Para outros, porém, essa infância já estava superada e a autonomia literária uma partida quase conquistada. Era o que declarava, em 1873, cinco décadas após o Grito do Ipiranga, Machado de Assis no ensaio *Notícia da atual literatura brasileira – instinto de nacionalidade*. Na qualidade de crítico, ao examinar o momento literário, Machado de Assis atestou a consolidação do que denominou “instinto de nacionalidade”, quadro bem diverso daquele por ele próprio examinado numa crítica de 1858. Naquela ocasião, Machado de Assis indagava se a emancipação intelectual, entendida como emancipação da literatura ultramarina portuguesa, estava consolidada de forma semelhante à emancipação política conquistada no Ipiranga, “o – *Eureka* – soltado pelos lábios daqueles que verdadeiramente se interessavam pela sorte do Brasil, cuja felicidade e bem estar procuravam”.³⁷² A resposta era negativa, pois dos três gêneros literários essenciais – romance, drama e poesia – apenas esta última encontrava-se numa situação mais desenvolvida.

³⁷⁰ José de Alencar. Questão filológica (1874). In: Afrânio Coutinho (org.). *Op. cit.*, p. 135.

³⁷¹ José de Alencar. Benção paterna (1872). Id. *ibid.*, p. 120.

³⁷² Machado de Assis. O Passado, o Presente e o futuro da literatura (1858) In: *Crítica e Variedades*. São Paulo: O Globo, 1997, p. 5.

Mas após o *fiat* político, devia vir o *fiat* literário, a emancipação do mundo intelectual vacilante sob ação influente de uma literatura ultramarina. Mas como? é mais fácil regenerar uma nação, que uma literatura. Para esta não há gritos de Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado.³⁷³

Essa situação não se explicava por alguma conspiração ou ação do antigo colonizador que tolhia o talento literário ou a inspiração do elemento nacional. Machado de Assis apontava o indiferentismo da sociedade causado pela excessiva preocupação com o progresso material, realeza parva fundada na letra de câmbio.³⁷⁴ Em 1873, no entanto, a situação era outra, era necessário reconhecer como primeiro traço da literatura nacional, “certo instinto de nacionalidade”.

Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. (...) Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.³⁷⁵

³⁷³ Machado de Assis. *Op. cit.*, p. 6.

³⁷⁴ *Id. Ibid.*, p. 6-7.

³⁷⁵ Machado de Assis. Notícia da atual literatura brasileira – instinto de nacionalidade. (1873) In: *Crítica e Variedades*, p.17. Para Afrânio Coutinho, o ensaio de Machado de Assis é a culminância do código crítico do Romantismo no seu aspecto nacionalista e uma obra-prima da crítica literária brasileira. Afrânio Coutinho. *Op. cit.*, p. 340-344. Antônio Cândido classifica-o como o ponto de maturidade da crítica romântica e com ele encerra o seu estudo clássico sobre o processo de tomada de consciência espiritual e social dos brasileiros por meio da literatura. Antônio Cândido. *Op. cit.*, p. 681.

O romance e a poesia lírica praticada por Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Joaquim Manoel de Macedo e José de Alencar, entre outros, comprovavam o “geral desejo de criar uma literatura mais independente”³⁷⁶ e, dessa forma, contribuíam para consolidar a literatura brasileira diferenciada da literatura portuguesa. Tratava-se de uma literatura nativa, “americana”, inspirada na natureza conforme declarava orgulhosamente o jovem Araripe Júnior:

De impressões completamente estranhas, de uma natureza tão cheia de esplendores como a da América, dessas florestas seculares, desses rios colossais, não deve por certo surgir senão uma literatura original, melancólica e ao mesmo tempo pasmosa, impregnada desse poderosíssimo sentimento religioso, que por si só se expande toda vez que o homem curva-se ante o Senhor; abismado pelos portentos da criação.
Poesia soberba! Poesia filha do assombro e da admiração!³⁷⁷

Essa inspiração se estendia à vida cotidiana dos primeiros habitantes da terra, o índio, pois, conforme Araripe Júnior, “Em sua vida cheia de poéticos incidentes os índios apresentavam quadros realmente dignos dos mais hábeis pincéis”.³⁷⁸

A importância da construção de uma literatura nacional foi equiparada ao Sete de Setembro ou ao campo do Ipiranga, lugares de memória, marcos fundacionais do Estado monárquico. Os preceitos de uma literatura americana, retirados dos cânones do Romantismo, foram aceitos e incorporados na imaginação da nação influenciando na sua autopercepção e identidade.

No fim do século XIX, no entanto, José Veríssimo (1857-1916), ainda se questionava sobre a existência de uma literatura brasileira autônoma sem uma língua própria correspondente. Veríssimo entendia a linguagem enquanto elemento capital da diferenciação e

³⁷⁶ Machado de Assis. *Op. cit.*, p. 18. As *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) representa a consolidação da literatura brasileira na medida em que Machado de Assis se afasta tanto do indianismo como deixa de ter como referência implícita a literatura portuguesa. Machado de Assis assume um “ponto de vista universal” mesclado a uma sensibilidade íntima e substancial com o nacional. Cf. Lúcia Miguel-Pereira. *História da Literatura Brasileira. Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. 3ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora/Instituto Nacional do Livro, 1973, p. 67-68.

³⁷⁷ Tristão de Alencar Araripe Júnior. *Carta sobre a litteratura brazilica*. Rio de Janeiro: Typographia de J.A dos Santos Cardoso, 1869, p. 3.

³⁷⁸ Tristão de Alencar Araripe Júnior. *Op.cit.*, p. 16.

da independência literária. Como não existia uma língua brasileira para lhe dar expressão, a literatura brasileira formava um ramo da literatura portuguesa. A posição de Veríssimo foi interpretada por Tristão de Ataíde como uma reação ao viés acentuadamente nacionalista da crítica romântica anterior. Nela, contudo, não era estranha uma concepção pessoal da literatura que privilegiava o universalismo.³⁷⁹

As dúvidas de Veríssimo estavam entrelaçadas à questão da autonomia lingüística, outro ponto nodal de diálogo com Portugal no campo cultural. Nesse caso, houve embaraços mais sólidos para afirmar a existência de uma norma lingüística nacional (a Língua Brasileira) distinta da língua portuguesa.³⁸⁰

1.2 A questão da “língua brasileira”

A adaptação e a inserção do colono europeu em um novo mundo, distinto das suas origens culturais, e no qual se mostrou suscetível às influências dos nativos e dos africanos escravizados, refletiram-se em diferenciações fonéticas e gramaticais.³⁸¹ Formou-se, a partir do galaico português, em que se expressavam os colonizadores, no início do século XVI, misturado ao tupi-guarani e às línguas africanas dos escravos, uma língua variante da portuguesa, falada na América.

Os portugueses quando descobriram o Brasil já acharam por cá os donos do país – os indígenas com sua linguagem: eles importaram os negros. A raça misturada desses três elementos é a população do Brasil que tem sua linguagem própria. Já se vê que os brasileiros não introduzem neologismos: falamos nossa linguagem que é riquíssima; possuímos um prodigioso número de palavras indígenas, e muitas outras da Costa d’Africa.

De todas elas usamos, não só na conversação familiar, como até na pública e oficial.

Os literatos portugueses castiguem seus patrícios quando escreverem idioma brasileiro, estão no seu direito; mas por Deus, deixem-nos em paz falando nossa língua que é brasileira, não portuguesa.³⁸²

³⁷⁹ Cf. Tristão de Ataíde. In: José Veríssimo. Prefácio. *História da Literatura Brasileira*. 5ª ed. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1969. A primeira edição é de 1916.

³⁸⁰ José Ariel Castro. Formação e desenvolvimento da língua nacional brasileira. In: Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho (dir.). *Op.cit.*, v. 1, p. 260-387.

³⁸¹ Esse processo foi chamado de “obnubilação” por Araripe Júnior e aplicado no exame das obras de Gregório de Mattos, José de Anchieta e Hans Staden. Ver Tristão de Alencar Araripe Júnior. Gregório de Matos. *Obra crítica de Araripe Júnior*. v. II (1888-1894). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa, 1960, p. 383-476 e “Obnubilação”. *Op. cit.*, p. 478-479.

³⁸² João Salomé Queiroga. *Arremedos: lendas e cantatas populares*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1873, p. LI.

Uma língua “luso-bundo-guarani” proclamava, orgulhosamente
João Salomé Queiroga em 1873:

Dizem-me que sou acusado por deturpar a linguagem portuguesa. Mais de uma vez tenho escrito que compondo para o povo de meu país faço estudo, e direi garbo, de escrever em linguagem brasileira: se isso é deturpar a língua portuguesa, devo ser excomungado pelos fariseus luso-brasileiros. Escrevo em nosso idioma, que é *luso-bundo-guarani*.³⁸³

Ao longo do século XIX e adentrando o século XX, a existência de uma língua brasileira foi defendida por uma vertente nacionalista de filólogos, gramáticos, lingüistas e críticos literários, desde Macedo Soares, Paranhos da Silva e Salomé Queiroga até Edgar Sanches e Afrânio Coutinho, que confrontaram a concepção do português brasileiro. Esse último foi definido como uma derivação prosódica e gramatical típica sem constituir, contudo, elementos suficientes para ser caracterizado como uma língua diferenciada da portuguesa.

Em 1939, o filólogo Antenor Nascentes resumiu a posição dos antagonistas da língua brasileira. A língua falada no Brasil era definida como dialeto, pois nela estavam ausentes as características próprias de uma língua. O sistema fonético não tinha diferenciações, as flexões eram idênticas, a sintaxe apresentava poucas variações, exceto a colocação dos pronomes, e os vocábulos de origem tupi e africana não alteravam a realidade lingüística portuguesa do Brasil.³⁸⁴ Para Nascentes, a realidade da emancipação política e literária não podia ser estendida à língua em razão dessa última “obedecer mais aos processos naturais do que a outros em que a influência direta do homem se possa manifestar”. Além disso, o fluxo contínuo da imigração portuguesa era um agente poderoso contrário à formação de uma língua diferenciada no Brasil.³⁸⁵

A questão em tela seria contemporânea do próprio momento da emancipação política. Na introdução do *Atlas ethnographique du globe ou Classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues*, organizado por Adrien Balbi, em 1822, Domingos Borges

³⁸³ João Salomé Queiroga. *Op. cit.*, p. IV. No juízo de João Ribeiro e Silvio Romero, a obra literária de Queiroga não possuía originalidade, “imita, parafraseia ou traduz, principalmente Victor Hugo, mas com grande talento poético”. Ver o *Compêndio de História da Literatura Brasileira*, p. 200.

³⁸⁴ Antenor Nascentes. A Língua brasileira. In: Barbadinho Neto (org.). *Estudos filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003, p. 314.

³⁸⁵ Antenor Nascentes. Independência literária e unidade de língua. *Op. cit.*, p. 306-307.

de Barros (visconde da Pedra Branca) relacionou vários brasileirismos para caracterizar a língua portuguesa da antiga colônia. O “português brasileiro” era apresentado como uma expressão lingüística mais branda do que o português da metrópole. Segundo João Ribeiro, o pequeno texto de Borges de Barros explicitaria pela primeira vez as diferenças lexicais entre o Brasil e Portugal.³⁸⁶

As discussões em torno da organização jurídico-política do estado imperial na Constituinte de 1823 e na Constituição de 1824 trouxeram a baila a questão da língua, opondo os partidários da “língua brasileira” (Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Clemente Pereira) aos lusófilos, Manoel Odorico Mendes, Januário da Cunha Barbosa e Raimundo José da Cunha Matos, formados na universidade de Coimbra. Daí resultou a lei de 15 de outubro de 1827 que estabeleceu, como textos de apoio para a língua escrita, a Constituição do Império e os textos da História do Brasil.³⁸⁷

Desse momento originaram-se as correntes abalizadoras da fixação da língua nacional brasileira: a corrente dos vocabulistas e a corrente dos defensores de uma língua nacional, como suporte a uma literatura também nacional. As duas posições confluíam na segunda metade do século XIX em uma “escola lingüística brasileira”, cujo marco era os estudos publicados, a partir de 1879, por José Jorge Paranhos da Silva.³⁸⁸ Com *O Idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*, Paranhos da Silva sistematizou a idéia de que a língua brasileira desenvolveu-se independentemente da língua portuguesa formada, no mesmo período, isto é, desde o século XVI, em Portugal. Com esse pressuposto, eram descabidas as interferências e críticas, usualmente negativas, dos gramáticos e escritores portugueses da forma como a língua era escrita no Brasil.

Não se pode negar que tenham o direito *vitae et necis* sobre a língua herdada de seus avoengos. Só nego que os brasileiros tenham obrigação de macaquear as alterações que nela fizerem para seu uso particular; principalmente quando tiverem por fim torná-la diversa de todas as outras línguas, talvez, porque são semelhantes a dos seus rivais de Castela.³⁸⁹

³⁸⁶ Cf. João Ribeiro. Antiguidade dos brasileirismos. *A Língua Nacional*. Edição da “Revista do Brasil”. Monteiro Lobato & Cia., 1921, p. 23-37. “Não queremos fazer a crítica fácil da pequena e imperfeita lista que figura na obra de A. Balbi, mas apenas indicar que é o primeiro documento, o mais antigo, no estudo dos brasileirismos. Não foi reconhecido nem aproveitado pelos nossos vocabulistas Costa Rubim Coruja, M. Soares. B. Rohan e os que vieram em seguida”. João Ribeiro. *Op. cit.*, p. 37.

³⁸⁷ José Ariel Castro. *Op. cit.*, p. 330-331 e 336 e 341.

³⁸⁸ Cf. Antonio da Silva Rego. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966, p. 32. José Ariel de Castro. *Op. cit.*, p. 350.

³⁸⁹ José Jorge Paranhos da Silva. Sistema de ortografia brasileiro. O Idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil. 2ª parte. Apud Edith Pimentel Pinto. (seleção e apresentação). *O Português do Brasil. Textos críticos e teóricos. 1820-1920. Fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 208.

Em Portugal, as manifestações nacionalistas sobre a língua e a literatura vindas da antiga colônia geraram comentários e opiniões pouco lisonjeiras. Sampaio Bruno considerava *A Confederação dos Tamoios e Timbiras* casos de teratologia literária, cujo tema escapava à própria noção de civilização que deveria, em seu entendimento, ser o eixo da obra literária.

As epopéias brasileiras são, de resto, ainda mais ilegíveis do que as portuguesas. Não atentando mesmo no tema indianista (que as torna inteiramente alheias às preocupações positivas e às simpatias, efetivas e duradouras, do homem civilizado), elas são dum aborrecimento infinito, como realização.³⁹⁰

Em seguida, observava características pouco convencionais da arte poética romântica ou da língua portuguesa, praticadas no Brasil.

Basta considerar que são escritas em solta aliteração. (...) sensaboria sem fim. Esta forma é chocha. Em nada condiz com o gênio das gentes românticas, com a índole de seus idiomas, de medida e rima. (...) E não-de tolerar-se versos portugueses sem rima? Assim mais flagrante se torna a penúria da imaginação lusitana, transplantada por hereditariedade e adaptação. Pois que, consoante o dissemos, fomos pobres, pobríssimos.³⁹¹

A situação da literatura no Brasil, portanto, era uma conseqüência do passado colonial. A matriz lusa, pobre culturalmente, transplantou-se para o Novo Mundo e brotou de forma vigorosa na colônia.³⁹² Nesse aspecto, a análise de Sampaio Bruno era convergente com as proposições nativistas, como aquelas defendidas por Abreu e Lima, de que Portugal era responsável pelo atraso cultural do Brasil. Sampaio Bruno reconheceu, no entanto, que portugueses e brasileiros estavam se distanciando.

Do Brasil nada se sabe em Portugal, senão que venceu o Lopez, do Paraguai, que exporta café e que possui o condão especialissimamente mimoso de uma árvore das patacas, a qual, sacudida a tempo e horas, desata em frutos de dobrões e cruzados, desprendidos sem fim e sem termo, numa prodigalidade tropical luxuriante e absurda.³⁹³

Não deixava de apontar a culpa dos intelectuais e políticos portugueses por esse desconhecimento e das relações luso-brasileiras estarem mais associadas ao materialismo das patacas e a figura do brasileiro. Em relação à questão da língua, porém, Sampaio Bruno enfatizou esse mal-estar e, de forma bastante evidente, mostrou a concepção eurocêntrica e colonialista que parte da intelectualidade enxergava o problema.

³⁹⁰ Sampaio Bruno. *O Brasil Mental. Esboço crítico*. 2ª ed. [Primeira edição, 1898]. Porto: Lello Editores, 1997, p. 79.

³⁹¹ Sampaio Bruno. *Op. cit.*, p. 79-80.

³⁹² Para Sampaio Bruno a literatura, o teatro, a música sacra e a pintura religiosa portuguesas são manifestações culturalmente pobres. O que escapou dessa fantasmagoria foi o esforço náutico que criou o mundo moderno. Id. *Ibid.* p. 80.

³⁹³ Id. *Ibid.*, p. 39. Sobre esse distanciamento percebido, e lamentado, por várias gerações de intelectuais brasileiros e portugueses ver o capítulo I.

Mas as coisas transtornaram-se em tanta maneira, e os sentimentos por tal jeito mudaram – que hoje, dos portugueses, os brasileiros nem a língua querem.

É um cúmulo; mas é assim mesmo. Entregam-se afincadamente a estudos gramaticais; manuseiam quotidianamente os clássicos quinhentistas; investigam as menores minúcias dos lexicólogos; e acabam por concluir que a língua brasileira é já suficientemente diferenciada do português, para se constituir à parte e reger de casa própria, como filha que se emancipou, repudia a norma paterna e pretende viver à boa vida, sem das satisfações a uma tutela importuna e incômoda. (...)

Caberia objetar que o brasileiro não pode diferenciar-se do português senão por evolução natural e própria (...) essas alterações, por isso que são desenvolvimentos de formas anteriores, não modificam a índole da linguagem permanecendo o idioma (diferenciado) o mesmo.³⁹⁴

A constituição desse “português brasileiro” teve certamente, segundo Sampaio Bruno, origem nas influências indígena e africana que trouxeram contribuições nocivas para a língua portuguesa no Brasil. O resultado foi o abastardamento e o barbarismo da língua de Camões na América.

Ora, e o brasileiro não quer ser português, que quer ser? Quer ser tupi, como os falares dos indígenas de suas selvas? Quer pertencer ao grupo das línguas bantus, que são as em que se expressa variedade da complexa pretalhada que o tráfico vasou nos portos de Santa Cruz? Mas essas línguas são línguas aglutinantes, aglomerativas, como lhe queiram chamar; em todo o caso, línguas de tipo rudimentar e inferior. Passar duma língua de flexão para uma língua holofrástica; desprezar uma língua novilatina para dar a preferência a uma língua cafreal ou da casta do ocidente da África – seria ir de cavalo para burro. (...)

Essa ojeriza pelos portugueses, os literatos brasileiros têm larga culpa no estropiamento da linguagem que macula os livros *di lá*.³⁹⁵

A explicação encontrada por Sampaio Bruno para as mudanças ocorridas na língua portuguesa no Brasil era a mescla com as “raças inferiores”, “autóctones” ou “importadas”, que a retirou do trilho da evolução natural e a sujeitou ao fluxo permanente de idiomas subalternos africanos e indígenas.

Com o relaxe demagógico do português, que se não peja de ter cópula e conviver familiarmente com a mulher negra mais degradada, a perversão da linguagem atingiu o cúmulo.

A meiguice da raça negra essencial e caracterizadamente afetiva (...) essa meiguice, dum amelaçamento idiota, pegou-se ao idioma. Daí as alterações fonéticas; o desbaste das arestas varonis nos vocábulos; a abundância formigante dos diminutivos.³⁹⁶

Na concepção racista de Sampaio Bruno, portanto, a mestiçagem atuou de forma nociva na língua portuguesa no Brasil, resultando numa depravação fonética e sintática. Definido por Eça como “português com açúcar”, o português brasileiro era simplesmente um dos efeitos lamentáveis da escravidão.³⁹⁷ Os brasileiros ainda pretendiam ditar as regras de estilo e gramática da língua portuguesa, como Tobias Barreto que “sentenciou categoricamente que

³⁹⁴ Id. *Ibid.*, p. 85-86.

³⁹⁵ Id. *Ibid.*, p. 86-87.

³⁹⁶ Id. *Ibid.*, p. 87.

³⁹⁷ Id. *Ibid.*, p. 88.

Alexandre Herculano não sabia escrever”³⁹⁸ ou a “insânia literária” de Paranhos da Silva, fruto do ódio que sentia a Portugal e aos portugueses, que traduziu do português para o “brasileiro”, duas poesias de Garrett e as linhas iniciais do romance *A Morgadinha dos Canaviais* de Julio Dinis.³⁹⁹

Reflexo dessas discordâncias, muitas vezes carregadas de preconceitos e estereótipos, eram os acordos e desacordos ortográficos, as querelas entre puristas e inovadores, clássicos e modernistas gramaticais, que pontilharam as relações culturais luso-brasileiras a ponto de João Ribeiro afirmar que no Brasil, a questão da gramática era tão importante como a questão do café e o pomo da discórdia era a forma de colocação dos pronomes.⁴⁰⁰

A gramática entre nós é uma paixão que só se explica e justifica pela decadência da língua. É um bizantismo indígena que espera apenas o Grão Turco para fazer o silêncio reparador e final. (...)

Os nossos brasileirismos não são vocábulos portugueses, está claro, mas são elementos de outro dicionário novo que se está fazer do Amazonas ao Prata. Perturbá-lo no seu ineditismo é algo parecido a arrancar despidosamente um embrião às suas entranhas maternas.⁴⁰¹

A superação do Romantismo delineou uma reação ao movimento de afirmação de uma lingüística brasileira. O domínio do realismo/naturalismo coincidiu com a regência dos clássicos portugueses na norma gramatical. O purismo gramatical dessa época da “classicomania” encontrava no gramático português Candido de Figueiredo e em Rui Barbosa os exemplos mais notórios. Figueiredo foi o mais conhecido e criticado dos consultores gramaticais empregados, nos jornais brasileiros do início do século XX, donde se propagava o domínio do português arcaizante na gramática.⁴⁰² Em 1902, Rui Barbosa, por sua vez, envolveu-se numa polêmica feroz sobre o Código Civil com o seu conterrâneo Carneiro Ribeiro. Dela resultou a *Réplica*, considerada um monumento do saber lingüístico por alguns ou um ossuário da língua portuguesa por outros.⁴⁰³ Entre os admiradores de Rui, além dos brasileiros, encontravam-se muitos intelectuais portugueses, como o escritor e diplomata Alberto d’Oliveira, que louvava a riqueza do vernáculo empregado pelo jurista em suas obras.

Ao encontrar em casa de Rui Barbosa o último Dicionário Português do sr. Candido de Figueiredo lido da primeira à última linha, e crivado de notas e observações em toda as

³⁹⁸ Id. *Ibid.*, p. 90.

³⁹⁹ Id. *Ibid.*, p. 91-94.

⁴⁰⁰ João Ribeiro. Da anti-gramática. In: *Cartas devolvidas*, p. 133.

⁴⁰¹ João Ribeiro. Acerca do dicionário da Academia. In: *Cartas devolvidas*, p. 185.

⁴⁰² Antenor Nascentes considerava Cândido de Figueiredo um autodidata mal orientado, mas encontrava méritos em seu dicionário. Cf. Antenor Nascentes. Figueiredo, esse mal julgado. In: *Estudos Filológicos*, p. 736-741.

⁴⁰³ Wilton Cardoso. A Língua literária. In: Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho. (dir.) *Op. cit.*, v. 1, p.178.

suas páginas, ao ver como esse grande Manuel Bernardes ou Antonio Vieira dos nossos tempos guarda ciosamente, e acrescenta dia a dia, o precioso tesouro da nossa língua, eu sinto-me seguro e orgulhoso dos destinos da nossa cultura na América do Sul.⁴⁰⁴

Garcia Redondo (1854-1916), escritor paulista e fundador da Academia Brasileira de Letras, salientou, por sua vez, a influência literária portuguesa e a predileção pela forma apurada da língua. Ele entendia os clássicos e o preciosismo do vocabulário como elementos que faziam o Brasil literário de 1900 ainda gravitar em torno de Portugal, como as literaturas dos estados gravitavam em torno do Rio de Janeiro.

O velho Portugal ainda sobre nós exerce tal influência literária que não conseguimos criar uma literatura essencialmente nossa, a despeito de quase um século de emancipação política. A Capital Federal está para os Estados como Portugal para o Brasil. Dela é que há de irradiar sempre a influência literária para os Estados, por mais autônomos que estes sejam politicamente falando.⁴⁰⁵

Essa idéia de “satelização” benéfica da cultura brasileira em relação à cultura portuguesa ainda se mantinha em 1922, ano simbólico da renovação cultural e da afirmação da nacionalidade. Naquela data, o crítico literário baiano Almqüio Diniz celebrava o centenário da Independência e exaltava a permanência da influência da cultura portuguesa, sobretudo na formação literária da intelectualidade nacional.

A individualização literária do Brasil, através dos tempos, é um fenômeno social de insofismável realidade. A separação crescente (...) justifica-se, precisamente, pela comunhão de origens, de tradições, de sentimentos étnicos, e, sobretudo, de língua. Escrevendo num mesmo idioma, os dois povos permutam influências e isolam-se em corporaturas diferenciadas, que, afinal, se vão mostrar unidas na inicial, grandiosa cultura lusitana. Esta é a determinante da perpétua situação de metrópole que cabe a Portugal em relação ao Brasil. (...)

Por vezes, mais longe do que Portugal, está o foco das inspirações brasileiras. Mas, bem raro, essas inspirações não são trazidas, mesmo assim, através de Portugal.⁴⁰⁶

Lembrava Diniz as traduções para a língua portuguesa de obras essenciais da literatura universal realizadas por autores portugueses e usufruídas pelos leitores brasileiros, desde aqueles interessados na simples fruição literária até os críticos e literatos com exigências mais específicas. E concluía:

Como, pois, negar a esta raça de que descendemos, a este povo a esta literatura em cujos pró-homens abeberamos os nossos espíritos, a supremacia que lhe é devida da verdadeira metrópole das letras brasileiras? (...)

Se o desejo de uma fusão dos dois povos é uma quimera que se não realizará jamais, e que se não pode negar é que há homens, há nomes, há obras em que se confundem as duas literaturas, no passado e no presente (...) E, neste momento de comemoração

⁴⁰⁴ Alberto d'Oliveira. A cadeira de Estudos Brasileiros. In: *Na Outra Banda de Portugal. (Quatro annos no Rio de Janeiro)*. Lisboa-Rio de Janeiro: Portugal-Brasil Sociedade Editora/Cia. Editora Americana – Livraria Francisco Alves, 1919, p. 90.

⁴⁰⁵ João do Rio. *O Momento Literário*. [1ª edição 1907] Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994, p. 170.

⁴⁰⁶ Almqüio Diniz. *A Perpétua metrópole. (Autores e Livros de Portugal)*. Para a comemoração do Centenário da Independência do Brasil. Portugal-Brasil Lda. Lisboa. s.d., p. 292.

próxima da primeira centena de anos sobre a data em que a independência política dos dois povos se proclamou, não fui desarrazoado com o estudo feito para demonstrar que, intelectualmente, nas usas belas letras, pela influência dos seus pró-homens, Portugal há de ser a perpétua metrópole do meu grandioso Brasil!⁴⁰⁷

A reação a tradição purista, identificada como uma face da permanência da dominação cultural lusitana, e a defesa da adequação da língua portuguesa às necessidades e à evolução experimentadas pelo meio social nacional, ocorreu mesmo antes do Modernismo. O rechaço ao artificialismo, provocado pela adoção incondicional da preceptiva gramatical portuguesa, permeou a obra de gramáticos, filólogos e romancistas como João Ribeiro, Said Ali e Lima Barreto.⁴⁰⁸

Mesmo Coelho Neto, famoso pelas adjetivações e o preciosismo do vernáculo, e por isso condenado pelos modernistas, se mostrou cauteloso quanto ao purismo e a ditadura gramatical dos clássicos portugueses.

Eu estudo com grande amor a língua portuguesa, mas sou pela liberdade, fujo aos estudos propriamente chamados clássico-gramaticais. As línguas evoluem, e eu admito, como necessidade de representação de idéias, o estrangeirismo. Tenho a respeito da palavra uma teoria: a palavra falada é a palavra viva, livre, solta de todas as cadeias, capaz de por si os definir, pintar, colorir; a palavra escrita é a palavra agrilhoadada, morta, sem a expressão imediata.⁴⁰⁹

Lima Barreto era bastante crítico da recepção às obras de escritores portugueses que julgava sem valor, não por serem portugueses ou por algum ressentimento de colonizado, mas sim pela baixa qualidade literária. Dizendo-se admirador da literatura portuguesa, na qual destacava desde os clássicos, como Camões, até escritores mais contemporâneos, como Malheiro Dias, Lima Barreto se incomodava com a crítica ligeira que julgava inferiores os literatos nacionais. Desse modo, insurgiu-se contra as obras de Júlio Dantas e Antero de Figueiredo, “dois inócuos fazedores de frases bimbahantes”, “maçantes carpidores do passado”, cujas qualidades literárias estavam muito aquém dos louvores que recebiam no Brasil. Ambos, além da mediocridade literária, representavam a literatura passadista, inadequada e ultrapassada frente às condições naturais, políticas, sociais e econômicas do Brasil. Era preciso, pregava Lima Barreto, rever os “fundamentos da pátria, da família, do Estado, da propriedade”, assim como da arte e da ciência atualizando a literatura nacional, como ocorrera, na Rússia com Dostoievski e Gorki.⁴¹⁰ A ruptura pregada por Lima Barreto e

⁴⁰⁷ Almqvist Diniz. *Op. cit.*, p. 293-294.

⁴⁰⁸ Wilton Cardoso. *A Língua literária. Op. cit.*, p. 178-179.

⁴⁰⁹ João do Rio. *Op. cit.*, p. 54.

⁴¹⁰ Lima Barreto. *Volto ao Camões. ABC 27.4.1918. In: Marginalia. Pará de Minas: Virtual Books Online M&M Editores Ltda., 2000-2003, p. 158-159. (www.virtualbooks.com.br. Acessado em 28.7.2008).*

outros precursores do modernismo explodiu nos anos 1920 e abrangeu, além da estética literária, a língua reatualizando as aspirações e os preceitos do romantismo.

O Modernismo foi definido como um movimento revolucionário e destruidor combatendo o espírito colonial e o espírito academicista. Afirmou-se, sobretudo, como movimento “*abrasileirador*” da cultura no qual a identidade nacional era proposta como uma revisão total do fazer literário. Como apontou Mário de Andrade, o Modernismo no Brasil foi “ruptura”, “abandono de princípios e de técnicas conseqüentes” e “revolta contra o que era a inteligência nacional”.⁴¹¹ O mesmo Mário de Andrade relacionou a pesquisa da língua brasileira, a reivindicação de um sistema gramatical brasileiro e a ruptura com a dicção retórica portuguesa, propostas iniciadas pelos românticos, como o “estandarte mais colorido” do movimento.⁴¹² Em 1923, Menotti del Picchia reclamava o estabelecimento de “uma política de integração e expansão nacional” e reivindicava o reconhecimento da ‘língua brasileira’: “O Brasil começa a criar uma língua com elementos típicos autônomos, construções e modismos originais, que, tornados clássicos pelo uso, vão constituir as bases da ‘Gramática brasileira’, que já existe, que falta apenas codificar”.⁴¹³

Para Wilson Martins, ao retomar as lições e a luta de José de Alencar, o Modernismo exagerou, de certa forma, a importância de sua “reforma lingüística”, embora condenasse implacavelmente o Romantismo. O Modernismo, prossegue Martins, como todo movimento crítico, tinha aspirações realistas, uma das quais era justamente a da criação de uma língua brasileira rejeitando ao mesmo tempo, a tradição purista e Rui Barbosa inteiro, tanto a figura deste último se encontrava identificada com essa orientação estilística.⁴¹⁴

Exemplo da importância da reforma lingüística e dos seus exageros foram as intervenções de Mário de Andrade, não só na obra literária, mas também em seus numerosos textos sobre arte e crítica literária, no sentido de consolidação da “língua nacional”, ou “língua brasileira”, a superação dos modelos gramaticais e ortográficos lusitanos, vindo a propor “a gramatiquinha brasileira”. Vinte anos depois da Semana de Arte Moderna de 1922, não obstante a sensibilidade literária sobre a realidade nacional ser mais forte do que nos tempos de José de Alencar e Machado de Assis, julgava Mário de Andrade que, na questão da

⁴¹¹ Mário de Andrade. O Movimento Modernista. In: *Aspectos da literatura brasileira*. 4ª ed. São Paulo/Brasília: Livraria Martins Editora/Instituto Nacional do Livro/MEC, 1972, p. 244.

⁴¹² Mário de Andrade. *Op. cit.*, p. 244.

⁴¹³ Menotti del Picchia. Pelo Brasil brasileiro. *Correio Paulistano*, 6.5.1923. Apud Mário da Silva Brito. A Revolução Modernista. In: Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho. (dir.) *Op. cit.*, v. 5, p. 25

⁴¹⁴ Wilson Martins. A literatura e o conhecimento da terra. In: Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho. *Op. cit.*, v. 1, p. 239-240.

língua, “nós estamos ainda atualmente tão escravos da gramática lusa como qualquer português”.⁴¹⁵ A razão desse fracasso repousava na inexistência de órgãos científicos adequados e necessários para o estudo da língua no Brasil e, na falta desses órgãos, na dependência dos estudos realizados por alguns indivíduos, como o próprio Mário de Andrade. O que se considerava a normalidade da língua culta e escrita indicava, em verdade, uma situação pior do que na época dos românticos. Era cômico, observava Mário de Andrade em 1943, “que, hoje, em algum dos nossos mais fortes estilistas surgem a cada passo, dentro duma expressão, já intensamente brasileira, lusitanismos sintáxicos ridículos”. Alguns cometiam erros gramaticais e outros caminhavam para um reaportuguesamento expressional precário.⁴¹⁶

O reaportuguesamento identificado por Mário de Andrade nas obras literárias pode ser listado ao gosto literário do crítico e romancista. Os anos 1930, no entanto, conheceram tentativas de substituir a língua portuguesa pela língua brasileira por meio de atos legislativos. Foi o caso do projeto apresentado, em 5 de julho de 1935, pelo vereador Frederico Trotta, na Câmara Municipal do Distrito Federal, e vetado pelo Prefeito Pedro Ernesto com o argumento de ferir a verdade científica. Em meio à polêmica entre os partidários e adversários da lei, a Câmara referendou o projeto, indo contra o Executivo municipal. Em seguida, deu entrada na Câmara dos Deputados um projeto de lei que estendia a decisão aplicada no âmbito do Distrito Federal para todo o país. A relatoria foi entregue ao membro da comissão de instrução pública, Deputado Edgar Sanches, que não chegou a apresentar o parecer em razão do golpe de 10 de novembro de 1937.⁴¹⁷

A reação lusófila às iniciativas que procuravam consolidar institucionalmente a língua brasileira não tardou e, de fato, acompanharam as estratégias de intervenção do Estado pós-1930, em diversos campos da realidade nacional, inclusive na cultura e, por conseguinte, na questão da gramática. Os acordos ortográficos celebrados entre os governos brasileiro e português, assinados ao longo dos anos 1930, atuavam nesse sentido intervencionista. Para Afrânio Coutinho e José Ariel Castro, partidários da língua brasileira, os acordos ortográficos ao longo daquela década frearam o reconhecimento político-institucional do distanciamento lingüístico entre Brasil e Portugal. O Decreto 20.108 de 15 de junho de 1931 sancionou o acordo ortográfico entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa. O Decreto 23.028 de 2 de agosto de 1933 tornou obrigatório o uso da ortografia resultante do

⁴¹⁵ Mário de Andrade. *Op. cit.*, p. 244.

⁴¹⁶ Id. *Ibid.*, p. 245.

⁴¹⁷ Antenor Nascentes. *A Língua brasileira. Estudos filológicos*, p. 310-316.

acordo de 1931. O Decreto Lei 292 de 23 de fevereiro de 1938 restabeleceu as regras ortográficas do Decreto de 20.108. Finalmente, o Acordo Ortográfico de 12 de agosto de 1943, que foi assinado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa.⁴¹⁸

Convém lembrar que o debate em torno da língua brasileira não se encerrou nos anos 1940. Ainda na segunda metade da década de 1980, por ocasião dos debates da Constituinte, Afrânio Coutinho defendia a existência da língua do Brasil, a língua brasileira, como um fato incontestável. “A língua é propriedade do povo que a fala. E não das gramáticas absolutas, copiadas de outras oriundas de povo estrangeiro”. Para Coutinho a autonomia literária do Brasil necessitava ser seguida pela autonomia lingüística, a língua brasileira, forma de expressão de um país novo. Esse objetivo era obstado, desde o século XIX, pelo primado do “purismo”, incorporado pelos hábitos da classe dominante de macaquear o que vem da Europa.⁴¹⁹

A língua e a literatura, no entanto, não foram os únicos objetos de controvérsia no campo das relações culturais luso-brasileiras. A interpretação do Brasil e as discussões em torno da nacionalidade trouxeram a baila, no campo da filosofia e da filosofia social, o positivismo comteano, o darwinismo social, o evolucionismo spenceriano e o determinismo geográfico como ferramentas teóricas aplicadas no exame da sociedade.⁴²⁰

2. O instinto da nacionalidade: raça e nação

As doutrinas científicas estiveram associadas, geralmente, a concepções raciológicas que ressaltavam a raça como fator explicativo da realidade e do processo histórico-cultural brasileiro. O debate a respeito da herança lusitana e sua influência na construção da nação brasileira também foi enquadrado nos preceitos raciológicos que balizaram, com algumas exceções, as idéias da intelectualidade brasileira entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

⁴¹⁸ José Ariel Castro. Formação e desenvolvimento da língua nacional brasileira. In: Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho. (dir.) *Op. cit.*, v. 1, v. 1, p. 364-365.

⁴¹⁹ Afrânio Coutinho. Ainda e sempre a literatura brasileira. In: Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho. (dir.) *Op. cit.*, v. 6, p. 355-356.

⁴²⁰ Sobre a influência do cientificismo no pensamento social brasileiro no final do século XIX ver Marshall C. Eakin. Race and Identity: Sílvia Romero, Science, and Social Thought in Late 19th Century Brazil. *Luso-Brazilian Review*, XXII (2), University of Wisconsin, 1985, p. 151-174.

Foi pelo filtro das concepções de raça, meio e ambiente que o nacionalismo e o antilusitanismo se fizeram presentes nas abordagens e no tratamento dado às relações Brasil-Portugal na época mencionada. Ambos, o nacionalismo e o antilusitanismo apresentaram nuances e transformações ao longo da obra de diversos polemistas da Primeira República, como Sílvio Romero e Jackson de Figueiredo. O primeiro valorizou a história e a língua comum como agentes da identidade nacional enquanto o segundo enfatizou a religião, o cristianismo católico. Esses elementos – a história, a língua e a religião – desempenharam funções simbólicas importantes e eram inseparáveis na memória coletiva luso-brasileira, inserida na concepção de nação/nacionalidade, enraizada na consciência nacional, a partir dos anos trinta do século XX. Faziam-se presentes em todos os discursos que questionavam, pró ou contra, o lugar de Portugal e dos portugueses na identidade nacional brasileira. Sua incidência aumentou no momento em que novos grupos étnicos europeus, e depois asiáticos, passaram a povoar o país, colocando-se o problema de sua assimilação à matriz cultural luso-brasileira dominante.

Nas últimas décadas do século XIX, a formação de significativos núcleos populacionais, alheios à matriz luso-brasileira, e sua concentração na parte meridional do país motivaram os temores de fracionamento do território ou de intervenção estrangeira. Iniciava-se, então, a formação de novos impérios coloniais e pairava no horizonte a ameaça de intromissão do estrangeiro. Assim, em 1889, Paranhos da Silva apontava o equívoco da política imigratória do Império ao incentivar a formação de colônias alemãs no sul. Bastante suspicaz do novo império alemão e de índole francófila, Paranhos da Silva advertia para a ameaça que os imigrantes alemães representavam para o futuro. Na província de Santa Catarina, escrevia ele:

já existem municípios que não se fala nossa língua e em que por isso os editais são em alemão, em que os vereadores discutem em alemão, em que os magistrados são as únicas autoridades brasileiras admitidas pelos habitantes, em que se festeja o aniversário do imperador da Alemanha e do príncipe de Bismarck, mas não se sabe o que seja 7 de Abril e de Setembro.⁴²¹

Frente a essa inassimilabilidade das comunidades alemãs nada mais salutar para a preservação da nação e da nacionalidade do que a imigração portuguesa pelas óbvias proximidades culturais e históricas. Foi esse o rumo apontado por Sílvio Romero, outro crítico contumaz da política imigratória oficial que, em livros, conferências e artigos na imprensa, denunciou a formação de quistos populacionais de italianos e, principalmente, de

⁴²¹ José Jorge Paranhos da Silva. *Ensaio sobre o Patriotismo por um nativista*. Rio de Janeiro: Typografia Carioca, 1889, p. 30-31.

alemães, como agentes fomentadores de uma progressiva desnacionalização do Brasil Meridional. O *Deutschtum*, segundo Romero, tinha progredido tanto que “ao menor abalo, surgem por cá os seus *enviados extraordinários*, que têm recepções principescas, como se foram chefes de estado ...”.⁴²² As apreensões quanto a colonização alemã e a defesa da imigração portuguesa, como estratégia para a manutenção do caráter luso-americano da nacionalidade brasileira, estariam inclusive na origem das acusações de lusofilia que lhe eram dirigidas.

Inventaram agora de fresco que ando eivado de violento *lusitanismo* ... Assim loucamente apelidam o ardente desejo que mostro de que esta pobre pátria brasileira assimile os elementos, todos os elementos estranhos que nela se têm vindo implantar, para não perder a sua feição histórica de povo – luso-americano, para não perder em parte alguma o uso da bela e majestosa língua de Camões.

Infelizmente creio que ainda desta vez serão perdidos os meus esforços.
Os brasileiros estão cegos.

Que desgraça.⁴²³

Nacionalista, sem ser xenófobo, Silvio Romero (1854-1914) defendeu a imigração portuguesa como um agente para a manutenção da identidade nacional, frente às levadas de imigrantes de outras nacionalidades que, então, aportavam no país, tendo como pressuposto a tradição histórica e a língua.

O foco central de preocupação de Romero, como já foi mencionado, era a presença que considerava excessiva dos imigrantes alemães nos estados meridionais onde formavam agrupamentos populacionais isolados, sem conhecimento do português, comunicando-se em alemão e mantendo vínculos estreitos com o II *Reich* cuja força política, militar e econômica impressionava desde a sua formação em 1870. Tratava-se de uma colonização mal dirigida e localizada que trazia o risco de secessão.⁴²⁴

O pensamento de Sílvio Romero sobre a presença histórica e cultural portuguesa não foi unívoco e foi interpretado tanto pelos lusófilos quanto pelos lusófobos para validar princípios doutrinários e para fins de propaganda. Romero não negava nem subestimava a influência portuguesa, mas defendia a concepção de que o Brasil constituía outra identidade bastante diferenciada da antiga metrópole e apontava vários elementos para isso.

Nossa linguagem é mais musical e eloqüente; nossa imaginação mais opulenta. Procuremos sair do lirismo subjetivista e afrontemos vastas concepções. Temos elementos que Portugal não possui: um país vasto e rico, de um clima mais variado do que o do reino, uma população mais abundante e copiosa de raças o que lá não existem. Não precisamos de fantasiar teorias sobre o meio e o povo para nossa característica. (...)

⁴²² Silvio Romero. *A América Latina (Análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim)*. Porto: Livraria Chardron, 1906, p. 309.

⁴²³ Sílvio Romero. *Op. cit.*, p. 347.

⁴²⁴ Cf. Sílvio Romero. *História da Literatura Brasileira*. Tomo I. 6ª ed. [Primeira edição, 2 tomos – Rio de Janeiro: B.L Garnier, 1888.]. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1960, p. 121.

O Brasil não é não pode, não deve mais ser uma cópia da antiga metrópole. É mais que tempo de firmarmos definitivamente nossa completa independência intelectual. Há muito que o reino não nos pode mais ser um modelo.⁴²⁵

Em sua vasta obra de crítica e história literária, Romero procurou conciliar as características sociais do Brasil do fim do século XIX com as teorias etnocêntricas de superioridade cultural e racial da civilização européia, como o evolucionismo social (Haeckel) e o determinismo geográfico (Buckle, Taine). O viés dessas doutrinas era percebido na descrição das regiões de Portugal tanto no aspecto físico quanto humano a começar pelo sul – o Algarve – região que, segundo Romero, concentrava alguns dos traços mais significativos do caráter português e explicaria as características da colonização portuguesa e da própria sociedade brasileira:

Terra de levíssimas culturas arborescentes que se coroam de frutas de toda a casta, cercada de águas piscosas, de portos e ancoradouros de fácil acesso, corre aí a vida sem embaraços e dificuldades, como nos lembrados sítios helênicos e do continente fronteiro. O dons da terra, dos rios, pequenos mas numerosos, e do mar, oferecidos sem o esforço, e em profusão jamais desmentida, são os mais aptos para procriarem uma raça de gentes alegres, palradoras, expansivas, indolentes por gênio, para os duros trabalhos, que não conhecem aliás, e, gostosamente, afeitas aos leves serviços da pesca, um quase divertimento, ou de suavíssima cultura que não passa de mera jardinagem, da colheita e frutos, um festim.⁴²⁶

O meio, portanto, forneceria os recursos necessários a uma sobrevivência sem esforço, mera coleta da natureza favorecendo a indolência e a repulsa ao trabalho, pois a pesca era rebaixada a “divertimento” e a agricultura era “mera jardinagem” e “festim”. Em conclusão, o trabalho “da pesada lavoura e das ásperas indústrias não são para gentes desse feitio e caráter” e sim para os escravos “que sempre existiram em África e ali até época comparativamente recente”.

Neste *passus* sociológico o meio, a raça e a história dão-se as mãos em completo desacordo. E não é motivo para cóleras nem queixumes. Prova de completo desconhecimento dos ensinamentos da ciência social é mostrar espanto, por não ser o Algarve uma terra clássica de lavradores em regra. Se doutros trabalhos mais singelos não têm os algarvios sentido necessidade e estímulo, quanto mais dos encargos da intensa agricultura! ...⁴²⁷

Para Romero, o término da sujeição colonial foi o passo inicial para a afirmação da identidade nacional. O passo seguinte seria apoiado na singularidade da cultura nacional, fruto da miscigenação. A *História da Literatura brasileira*, escrita nas duas últimas décadas do século XIX, espelhava esses dois objetivos. Essa obra foi além da literatura e do exercício da crítica literária e encerrou toda uma visão da nacionalidade desde as suas origens até a consolidação do regime republicano. A formação da nacionalidade assentava-se no tripé

⁴²⁵ Silvio Romero. *Op. cit.*, p. 96.

⁴²⁶ Id. *Ibid.*, p. 249.

⁴²⁷ Id. *Ibid.*, p. 250.

européu, africano e indígena do qual derivava o mestiço, “o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil: é a forma nova de nossa diferenciação nacional”.⁴²⁸ O mestiço, esse elemento-síntese e novo, caracterizava, socialmente e culturalmente, a nação brasileira. O português era, porém, “o agente mais robusto de nossa vida espiritual”: as crenças religiosas, as instituições civis e políticas, a língua e o contato com a civilização européia, a poesia popular. Em suma, aos portugueses o Brasil era devedor das “dádivas principais de nossa civilização lacunosa; somos-lhe obrigados pelas idéias políticas e sociais que nos regem; ainda hoje sua velha legislação civil é a nossa. A ordem religiosa, a política, a jurídica e a social são entre nós obra européia.”⁴²⁹

As idéias de Romero sobre a necessidade de incentivar a imigração portuguesa e, por outro lado, controlar, ou mesmo restringir, a imigração de outras nacionalidades foi explicitada na conferência *O Elemento Portuguez no Brasil*, pronunciada no Real Gabinete Português do Rio de Janeiro em 1902. Publicada nos jornais, a conferência logo mereceu sua edição no formato de um opúsculo, provavelmente, com o apoio financeiro da colônia portuguesa. O início da conferência foi marcado pela denúncia do “moderno imperialismo” europeu e as ameaças que projetava sobre o Brasil.⁴³⁰

Em seguida, Romero expôs a tese a ser defendida. Tratava-se da “*conveniência de fortalecer no Brasil o elemento português*”. Mais precisamente “*da conveniência de reforçar no Brasil os elementos que o constituíram historicamente uma nação luso-americana, os elementos que falam a língua portuguesa*”, e, como consequência de tudo isso, “*de como de todas as novas colonizações que possam vir ao Brasil a mais conveniente é a portuguesa*”.⁴³¹

Após indagar qual a identidade do Brasil (“Que somos, pois?”), Romero fazia uma profissão de fé na identidade brasileira, formada a partir da colonização portuguesa, caracteristicamente mestiça, porém, com predomínio de fatores culturais lusitanos.

Um prolongamento da civilização lusitana, um povo luso-americano, o que importa dizer que este povo, que não exterminou o indígena, encontrado por ele nesta terra e ao qual se associou, ensinando-lhe a sua civilização, que não repeliu de si o negro, a quem comunicou os seus costumes e a sua cultura, predominou, entretanto, pelo justo e poderoso influxo da religião, do direito, da língua, da moral, da política, da indústria, das tradições, das crenças, por todos aqueles invencíveis impulsos e inapagáveis laços que movimentam almas e ajustam homens.⁴³²

⁴²⁸ Id. *Ibid.*, p. 120.

⁴²⁹ Id. *Ibid.*, p. 131-133.

⁴³⁰ Sílvio Romero. *O Elemento Portuguez no Brasil*. Rio de Janeiro: s/ed., 1902, p. 3-4. Romero menciona o conflito entre os boêrs e os ingleses na África Austral.

⁴³¹ Sílvio Romero. *Op. cit.*, p. 6. Em destaque no original.

⁴³² Id. *Ibid.* p. 9.

Ao tratar da questão étnica, no primeiro tomo da *História da Literatura*, Silvio Romero definiu o português como “o agente mais robusto de nossa vida espiritual”.⁴³³ A manutenção desse “Portugal transplantado e transfigurado na América” (Santa Rita Durão), desse caráter nacional luso-americano, encontrava-se ameaçada por “vaidosas e rapaces potências”, principalmente, mas não de forma exclusiva, o imperialismo alemão. O enfrentamento dessa ameaça exigia o reatamento da corrente das tradições. Nesse sentido, o imigrante português convinha ao Brasil em razão da língua, dos costumes e tradições, e por ter se aliado a outras raças, o índio e o negro “antropológica e etnograficamente distintos”, mas amalgamados e a caminho de formar “uma raça histórica”.⁴³⁴

É para dizer tudo de uma só vez, a que mais nos convém, por ser aquela que melhora as condições de nossa mestiçagem extensíssima, sem alterar a fisionomia histórica da nação; o que obsta a que sejamos um outro Haiti ou um outro São Domingos, sem o perigo de transformar-nos em conquistas da Alemanha ou da Itália.⁴³⁵

No juízo de Romero, a questão da imigração era um dos mais graves problemas do país, capaz de comprometer a própria unidade territorial e nesse diagnóstico tinha em mente o quadro internacional do início do século XX: “é o assunto mais grave de quantos podem preocupar as almas verdadeiramente amantes desta bela pátria e é a que tem sido mais desastrosamente encaminhada por todos os governos nacionais desde o tempo da Independência”.⁴³⁶

As mesmas preocupações expostas por Silvio Romero foram manifestadas pelo conde Afonso Celso em uma obra escrita sem as veleidades literárias e sociológicas do primeiro, mas com o mesmo ânimo patriótico e acentuado sentido pedagógico e de grande fortuna editorial, nas primeiras décadas do século XX.

A obra de Afonso Celso, *Porque me ufano do meu país* (1901), colocou o seu autor como um dos próceres do nacionalismo. O monárquico Afonso Celso (1860-1938) foi uma figura de grande prestígio intelectual e social em plena república. Quando de sua aclamação como presidente da *Ação Social Nacionalista*, em 1920, Afonso Celso ocupava os cargos de diretor da Faculdade Nacional de Direito e de presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Estes fatores aliados ao discurso nacionalista e ufanista (cunhou a

⁴³³ Sílvio Romero. *História da Literatura Brasileira*. T. I, p. 131.

⁴³⁴ Sílvio Romero. *Op. cit.*, p. 200. Na conferência, Romero confunde raça e nacionalidade e afirma que “a expressão raça aqui não a quero eu empregar apenas no sentido material do fenômeno, quero ver principalmente no fato o alto significado moral da língua, das tradições, dos afetos, dos ideais e aspirações comuns, a imortal feição histórica”. *O Elemento Portuguez no Brasil*, p. 14.

⁴³⁵ Id. *Ibid.*, p.11.

⁴³⁶ Id. *Ibid.*, p.22. A transcrição da conferência indica que em inúmeras passagens Romero foi aplaudido, principalmente, naquelas referentes ao perigo representado pela imigração alemã e a exaltação das qualidades do imigrante português para a manutenção do caráter luso-brasileiro da identidade nacional.

expressão *brasilidade*⁴³⁷) contribuíram para sua indicação como “chefe” do movimento nacionalista.

Temos de escolher um guia, um chefe, um nome que seja capaz de levantar a legião que forma sob a égide do nacionalismo, um nome que resuma todo o nosso ideal supremo, um nome que tenha um passado, que seja um sibilo, um escudo e uma bandeira (...) o Conde de Afonso Celso, cujas tradições de família e de patriotismo inexcedível o recomendam e impõe a nossa decisão (...) é um precursor do nosso nacionalismo, um homem que se ‘ufana’ do seu país.⁴³⁸

Porque me ufano do meu país, segundo o seu autor, tinha por objetivo celebrar a pátria no momento da comemoração do quarto centenário do descobrimento. Não se pretendia uma obra com propósitos sociológicos, históricos ou políticos, mas de exaltação patriótica. Esse patriotismo, porém, não era fruto da paixão nem isento da razão.⁴³⁹ Era a experiência e o estudo que levavam Afonso Celso a proclamar “Quando disserdes: ‘Somos brasileiros!’ levantai a cabeça, transbordantes de nobre ufania. Convençei-vos de que deveis agradecer quotidianamente a Deus o haver ele vos outorgado por berço o Brasil”.⁴⁴⁰ Ao longo da obra eram relacionados, e justificados, os motivos para o orgulho da pátria: a grandeza territorial, a beleza da paisagem, excelência do clima, profusão de riquezas naturais, os agentes étnicos para a formação do povo (mestiço), as características físicas e psicológicas desse povo, a sua história desde a colonização até a independência.

A perspectiva de Afonso Celso foi marcada pelo luso-centrismo, ou seja, reconhecia a influência dos indígenas e africanos na formação do Brasil, mas de forma subalterna a portuguesa. A percepção dos indígenas e africanos enquadrou-se no viés emocional e paternalista que se tornou por largo tempo uma convenção na abordagem da formação social e étnica do Brasil: uma sociedade proveniente do caldeamento das três raças, a européia, a africana e a ameríndia. Desse modo, por ocasião da chegada dos portugueses, os índios “Mostraram-se bondosos, serviçais, confiantes, sociáveis, no seu amistoso acolhimento”.⁴⁴¹ Revelaram nobres e raros predicados como os civilizados. Sem dúvida, que houve exceções, como o sacrifício antropofágico que vitimou o bispo Pero Fernandes Sardinha, porém eram de pouca relevância para alterar a apreciação positiva de sua contribuição. “Pondo de parte certas tribos nativamente ferozes, o geral dos nossos aborígines

⁴³⁷ Cf. Álvaro Bomfílcar. *A Política no Brasil ou o Nacionalismo radical*. Ensaio de crítica social e histórica com uma apreciação do sr. Conde de Afonso Celso. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Marillo, 1920, p. 16-17.

⁴³⁸ Paladino de uma cruzada ...! *Gil Blas* (53). 13.2.1920.

⁴³⁹ Afonso Celso. *Porque me ufano do meu país*, p. 3.

⁴⁴⁰ Afonso Celso. *Op. cit.*, p. 4.

⁴⁴¹ Id. *Ibid.*, p. 78.

manifestou de ordinário boas disposições, acessíveis à catequese dos missionários, jamais refratários à melhoria.”⁴⁴²

O paternalismo de Afonso Celso tornava-se ainda mais evidente com a descrição que faz dos africanos escravizados no Brasil:

Os negros africanos (...) sempre se mostraram dignos de consideração, pelos seus sentimentos afetivos, resignação estóica, coragem, laboriosidade. Devemos-lhes imensa gratidão.

Foram os mais úteis e desinteressados colonizadores da nossa terra que fecundaram com o seu trabalho. (...) Sacrificaram-se, entretanto, aos seus senhores, nem sempre benévolos, mas, em todo caso, menos bárbaros que os de outros países, especialmente os dos Estados Unidos.⁴⁴³

A ação administrativa e colonizadora de Portugal, o gênio do povo português, foi a liga que reuniu os outros elementos étnicos para a formação e originalidade do povo brasileiro. Esse processo foi marcado pelo caráter heróico da empreitada encetada pelos portugueses na América.

A história não registra notícia de um povo que, com menos recursos, mais fizesse do que o português. Larga é a sua contribuição para o progresso humano que nunca empeceu. (...) Dá mostras de injustiça e ingratidão o brasileiro que ataca ou deprime Portugal.⁴⁴⁴

A literatura (Camões), a arte (o estilo gótico) e as virtudes do povo português (heroicidade, resignação e esforço) eram celebradas como elementos materiais e espirituais característicos do colonizador.

Onde quer que os portugueses fixem domicílio, na Ásia, na África, na Oceania, dão belos exemplos de união, patriotismo, amor ao trabalho, filantropia; elevam monumentos à caridade e à instrução. Em parte nenhuma é infecunda a sua passagem.

Desfralda-se altiva (...) a sua bandeira branca e azul (...) Nunca se abateram os cinco escudos das suas armas. Honra aos desbravadores do nosso país!⁴⁴⁵

Esse conjunto de características tornava inverossímil a acusação, freqüente no discurso antilusitano, de que os colonizadores portugueses fossem degredados e gente de baixa extração social.

Depois do que a respeito do assunto escreveram (...) Porto Seguro e João Francisco Lisboa, só por ignorância ou má-fé se afirmará que de malfeitores e da pior gente portuguesa se compuseram os primeiros núcleos da nossa população. (...)

Vieram para cá os melhores elementos da escassa população de que a metrópole dispunha. Os da Índia não se mostraram muito superiores, antes inferiores quanto o resultado.⁴⁴⁶

⁴⁴² Id. *Ibid.*, p. 79.

⁴⁴³ Id. *Ibid.*, p. 91-92.

⁴⁴⁴ Id. *Ibid.* p. 95.

⁴⁴⁵ Id. *Ibid.* p. 97.

⁴⁴⁶ Id. *Ibid.* p. 99-100.

Assim como Silvio Romero, Afonso Celso preocupou-se com o avanço das potências imperiais européias e os desdobramentos que esse movimento poderia gerar no Brasil em razão das correntes imigratórias estabelecidas na parte meridional do país. A leitura de Romero estava fundamentada no cientificismo apreendido pela geração de 1870 e valia-se das concepções raciológicas que sustentavam a imagem do fardo do homem branco. Afonso Celso, por sua vez, utilizava os mesmos paradigmas para vulgarizar a exaltação ufanista do sentimento nacional, a brasilidade, mas ainda estava bastante influenciado pelo imaginário romântico da natureza americana. Ambos salientaram o português como o elemento humano e cultural matricial na formação da nacionalidade brasileira ao qual estavam subalternos o índio e o africano. Numa reação às premissas raciológicas e lusófilas, como aquelas defendidas por Afonso Celso e Silvio Romero, mas movido pelo nacionalismo, foi que Manoel Bomfim examinou o passado colonial e identificou nele os males de origem: a colonização ibérica e a perpetuação dos seus vícios na América pós-regime colonial.

3. Os males de origem: o parasitismo da colonização e a herança ibérica.

O caráter inconcluso da nacionalidade, sua vinculação com a realidade política e social do país e a insuficiência do Estado constituíram a linha mestra das obras de Manoel Bomfim (1868-1932), principalmente, em *A América Latina. Males de origem* (1905). Nascido em Sergipe, médico de formação, professor e diretor do Instituto de Educação no Rio de Janeiro e deputado, Manoel Bomfim elaborou uma visão do Brasil destoante de outros intelectuais contemporâneos como indicou a crítica veemente de Silvio Romero, publicada em 1906, com o título *A América Latina. Análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*.

A interpretação da formação cultural, histórica e política do Brasil foi inserida por Bomfim no contexto da América Latina e dos estados ibéricos colonizadores. O foco de análise, porém, separou-se da visão raciológica, determinista e eurocêntrica que constituía o padrão teórico de interpretação da realidade social do Brasil no início do século XX. Em seu lugar, o processo de colonização, vital para a compreensão da realidade brasileira e latino-americana, foi examinado a partir das regiões submetidas à colonização e não da metrópole colonizadora. Além disso, indo de encontro às explicações raciais e deterministas, Bomfim construiu uma interpretação cujos fundamentos, mesmo sob influência das concepções evolucionistas e biologizantes em voga na época, permitiram-no discernir de forma mais densa os efeitos do passado colonial e os impasses que obstaculizavam a efetivação do Brasil como Estado-nação.

O objetivo das metrópoles ibéricas foi “sugar toda a riqueza e produção colonial” e para a sua consecução foi montado o aparelho político-administrativo. Este era a causa principal dos vícios políticos encontrados nos Estados latino-americanos no início do século XX.⁴⁴⁷ O parasitismo social, característico do declínio das sociedades colonizadoras ibéricas, moldou as práticas políticas das elites dirigentes na América Latina que assumiram os traços nocivos das elites ibéricas: o conservantismo, o formalismo, o tradicionalismo e o horror ao progresso.

As classes dirigentes, herdeiras diretas, continuadoras indefectíveis das tradições governamentais, políticas e sociais do Estado-metrópole, parecem incapazes de vencer o peso dessa herança (...) qualquer que seja o seu ponto de partida e o seu programa, o traço ibérico lá está – o conservantismo, o formalismo, um horror instintivo ao progresso, ao novo, ao desconhecido, horror bem instintivo e inconsciente, pois que é herdado.⁴⁴⁸

O passado colonial e o descompromisso das elites originaram uma sociedade pobre, embrutecida e apática cujas demandas não eram atendidas pelo Estado liberal-oligárquico.⁴⁴⁹

No parasitismo, contudo, observou Bomfim, o parasita e o parasitado encontravam-se em situações distintas. Na metrópole (o parasita), o parasitismo produziu a decadência e a degeneração após um período de expansão e de engrandecimento. Na colônia (o parasitado), ocorreu um depauperamento e, não propriamente, uma degeneração. Sem dúvida, a colonização metropolitana conduziu à transmissão dos traços do colonizador, mas os resultados foram diferentes. Os colonizados “enfraquecem”, “degradam-se”, mas não caíram no “aniquilamento das energias orgânicas e morais por falta de atividade” como seus exploradores. O esgotamento da colônia foi fruto da fadiga, ou seja, da exploração e da espoliação metropolitana. Libertada do jugo metropolitano, a antiga colônia tendeu a reagir e resistir à marcha degenerativa embora ainda permanecessem atuantes elementos retrógrados, rotineiros e tradicionalistas remanescentes.⁴⁵⁰

Desse modo, embora organizado formalmente segundo os princípios jurídicos e políticos da modernidade europeia (liberalismo, nação/nacionalidade), as instituições do Estado brasileiro, e os congêneres da América Latina, excluíram aqueles aspectos civilizacionais, julgados inadequados ou secundários, para os interesses associados à perpetuação da ordem social oriunda da colonização. A educação, o caminho apontado por Bomfim para curar “os nossos males essenciais”⁴⁵¹ e, portanto, elemento dinâmico do

⁴⁴⁷ Manoel Bomfim. *A América Latina. Males de Origem*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 141.

⁴⁴⁸ Manoel Bomfim. *Op. cit.*, p. 327.

⁴⁴⁹ Id. *Ibid.*, p. 327-328.

⁴⁵⁰ Id. *Ibid.*, p. 312-313.

⁴⁵¹ Id. *Ibid.*, p. 333.

processo de mudança social, foi exemplo da negligência das elites políticas em renovar os costumes políticos. Essa desobrigação obstruiu, por mais de um século, a disseminação da educação em massa.

A importância da educação no pensamento de Bomfim foi uma das marcas da sua inserção na modernidade. Ela substanciou-se por uma formação intelectual cosmopolita indicada, por exemplo, por sua viagem a Paris (1903) e da qual se originaria *A América Latina. Males de Origem*, uma resposta crítica aos estereótipos produzidos pelo eurocentrismo intelectual. A análise de Bomfim foi fundamentada numa leitura sociológica mais atualizada do que àquelas empregadas por outros pensadores contemporâneos no Brasil, como Silvio Romero, Nina Rodrigues ou Euclides da Cunha.⁴⁵² Para explicar as origens do atraso político e social das sociedades ibero-americanas, Bomfim assimilou as idéias de Topinard e Zaborowski e as antepôs às teorias racistas de Le Bon, Le Play, Quatrefages e Agassiz, então dominantes como chaves do entendimento do país e utilizadas, entre outros, por Afonso Celso e Silvio Romero.

Para Bomfim, o acesso limitado à cultura letrada afetou o exercício da cidadania, pois o direito de voto, segundo a Constituição de 1891, era exclusivo dos homens alfabetizados. Dessa forma, a representação política e institucional da nação, formalmente garantida pelo regime republicano, foi travada e suas reivindicações, no período da Primeira República, tenderam a ser avocadas pelo pensamento nacionalista de matiz autoritário e conservador de parte significativa das elites intelectuais e políticas. A cidadania incompleta e a limitação do acesso à educação eram as manifestações do atraso do processo de modernização política e do peso histórico do arcaísmo.

A quase indiferença da recepção ao ensaio de Bomfim e o seu “esquecimento” por décadas refletiriam a inadequação de suas idéias ao contexto político e intelectual do país no início do século XX. O momento histórico-cultural, vivenciado pela elite intelectual brasileira, favoreceria as interpretações deterministas, eurocêntricas e raciais que entremeiam as obras de Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Afonso Celso e Sílvio Romero. Nesse sentido, a crítica de Romero aos pressupostos teóricos utilizados por Bomfim e ao diagnóstico

⁴⁵² A apropriação do aparato teórico dos intelectuais europeus por Bomfim identifica-se com a posição do intelectual nacionalista assimilacionista conforme o modelo construído por Anthony Smith. Ver Anthony D. Smith. *The Crisis of dual Legitimation*. In: John Hutchinson & Anthony Smith (ed.). *Nationalism*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1994, p.117-120.

por ele efetuado da nação espelhava as contradições e o polimorfismo do nacionalismo brasileiro.⁴⁵³

As críticas de um intelectual como Silvio Romero, embora bastante negativas e sarcásticas, relativizam a indiferença da recepção d' *A América Latina*, pelo menos quando de seu lançamento. A crítica de Sílvio Romero foi tão abundante que os artigos publicados na imprensa diária foram editados em alentado volume no qual, com o objetivo de demolir as idéias contidas em *A América Latina*, apontou desde erros gramaticais até o que julgava interpretações equivocadas da história portuguesa resultantes da reprodução acrítica das apreciações pessimistas de Oliveira Martins. Para Romero, a obra de Bomfim era um “acervo de erros, sofismas e contradições palmares”. Era falsa a sua base científica, histórica e econômica como também a causa dos desvios que Bomfim apontava na “evolução latino-americana, e sofrivelmente ineficaz a medicação que propõe para corrigi-los”.⁴⁵⁴ Havia uma contradição entre a idéia de que a Europa (os intelectuais europeus) caluniava a América Latina e a descrição do continente cheio de mazelas identificado e analisado pelo autor. Fenômeno só “explicável pelo estado caótico das idéias do escritor sergipano em assuntos de política e sociologia e pela luta travada entre o seu sentir e o seu pensar acerca das coisas americanas”.⁴⁵⁵

As críticas e reservas de Bomfim às teorias deterministas enfureceram Romero. Elas exemplificavam as falhas das teses contidas em *América Latina*: “contradição ingênita, orgânica, constitucional da obra do autor brasileiro, contradição que é reflexo direto do estado de vacilação de suas idéias sociais e de seus conhecimentos das matérias de que se ocupa em seu livro”.⁴⁵⁶ O pensamento social de Bomfim era definido como “patusca doutrina do parasitismo dos povos ibéricos” e as fontes utilizadas limitavam-se às obras de Oliveira Martins – a *História da Civilização Ibérica* e a *História de Portugal* - “livros perniciosos, causadores de males incalculáveis entre diletantes”.⁴⁵⁷

Os trechos que vão ser transcritos acham-se todos entremeados, a dúzias e dúzias de citações de Oliveira Martins, que deve ser considerado o verdadeiro autor dessa teoria parasitária dos dois povos da península. Martins, sem o querer talvez, (...) veio dar mão forte ao reacionarismo *negrista* e *caboclizante* contra as raças superiores, mui de moda atualmente entre os agitadores da América Latina.⁴⁵⁸

⁴⁵³ Renato Ortiz. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, 5ª ed., 4ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 22-27.

⁴⁵⁴ Silvio Romero. *A América Latina (Análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim)*, p. 11-12.

⁴⁵⁵ Silvio Romero. *Op. cit.*, p. 15-16.

⁴⁵⁶ Id. *Ibid.*, p. 16-17.

⁴⁵⁷ Id. *Ibid.*, p. 50.

⁴⁵⁸ Id. *Ibid.*, p. 94-95.

A segunda parte do livro (“Parasitismo e Degeneração”) era um acervo de lugares comuns de biologia sobre o fenômeno natural do parasitismo enquanto a terceira parte era contaminada por “ousadas extravagâncias”.⁴⁵⁹ E como *coup de grâce*, Romero levantava supostos erros de sintaxe e ortografia cometidos por Bomfim e criticava o seu estilo: “É a primeira vez, em trinta e seis anos de crítica, que desço a indicar erros de linguagem, quedas gramaticais.”⁴⁶⁰

Os argumentos utilizados por Romero contra *A América Latina* reproduziam as idéias apresentadas, em 1902, na conferência *O Elemento Portuguez no Brasil*. Tomava a defesa da colonização portuguesa, ressaltando o caráter brando da mesma quando comparada a outras conquistas e colonizações e acusava Bomfim de abastardar os portugueses e espanhóis. “O alvo do sr. Bomfim é pintar os povos ibéricos como uns perversos e loucos depredadores, sem estímulos morais de trabalho, incapazes de mourejar per si nos labores da produção, aptos à *parasitação escrava*, e só ela”.⁴⁶¹ Bomfim fantasiou a história ao invés de pesquisar os documentos e as crônicas o que tornava *A América Latina* uma obra cheia de contradições. “Mas quando fala a verdade o engenhoso Manoel? quando pinta esse guapo Brasil, feito, adiantado? ou quando descreve o Brasil mendigo das engenhocas, dos bois chifrudos e dos carneiros sem preço? Quando?”⁴⁶²

Em razão das críticas formuladas ao colonialismo ibérico e aos seus “resíduos” na América, Manoel Bomfim foi associado à lusofobia. Esta tese foi defendida por leitores e intérpretes do Brasil tão díspares como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro ou pelo historiógrafo Francisco Iglésias.

Em uma análise sobre autores latino-americanos associados ao que denominou de sociologia histórica, Freyre incluiu Manoel Bomfim na constelação dos adversários do hispanismo e do lusismo. Bomfim e o argentino Carlos Octavio Bunge foram exemplos do negativismo e do extremismo que dominavam, no início do século XX, uma fração da intelectualidade latina americana em relação à colonização ibérica. Ambos, segundo o escritor pernambucano, “investem com um furor de panfletários contra a Espanha e Portugal, considerando os dois povos peninsulares responsáveis pelos males sociais dos países latino-americanos”.⁴⁶³

⁴⁵⁹ Id. *Ibid.*, p. 54-55.

⁴⁶⁰ Id. *Ibid.*, p. 361.

⁴⁶¹ Id. *Ibid.*, p. 158.

⁴⁶² Id. *Ibid.*, p. 175.

⁴⁶³ Gilberto Freyre. *Sociologia. Introdução ao Estudo dos seus Princípios*. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945, p. 542. Bunge era adepto das teorias de inferioridade racial. Suas idéias foram divulgadas em *Nuestra América* (1903). Na mesma época, Bomfim se colocava frontalmente contrário às

Darcy Ribeiro, no prefácio da edição de 1993, que tornou acessível o pensamento de Bomfim para os leitores contemporâneos, louvando o autor como antropólogo da civilização, destacou o caráter lusófono de *A América Latina*.

Suas acometidas agressivas eram contra os portugueses, uma verdadeira lusofobia. Lusofobia, aliás, iluminada de tão lúcida e necessária naqueles tempos em que a tendência era – como continua – sendo a louvação do colonizador (...) a lusofobia de Manoel Bomfim era remédio necessário.⁴⁶⁴

Na visão do historiador Francisco Iglésias, o autor de *A América Latina* foi um caso singular na historiografia em razão do interesse pelo papel do indígena no processo social e nas denúncias que efetua dos “preconceitos lusitanizantes” que tolhiam, no início do século XX, a escrita da história no Brasil. Embora reconhecesse suas qualidades, como o seu entranhado brasileiro e a denúncia da história oficial e a originalidade, considerava a obra de Bomfim e, não apenas *A América Latina*, como frágil do ponto historiográfico em virtude da ausência de pesquisa em fontes. A percepção negativa que Bomfim tinha do processo de colonização portuguesa e da continuidade da influência portuguesa pelo regime monárquico levou Iglésias a enquadrá-lo como lusófono.⁴⁶⁵

Dante Moreira Leite não chegou a classificar Manoel Bomfim como lusófono, mas entendeu que muitas vezes o autor de *A América Latina* perdeu-se em minúcias ou num antilusismo estéril pelo qual procurou “demonstrar até que ponto os portugueses prejudicaram o Brasil”. De outro lado, porém, destacou como fator principal para o esquecimento da obra de Bomfim o seu adiantamento em relação aos intelectuais de seu tempo em razão do arrazoado contra as doutrinas raciológicas.⁴⁶⁶

Aluizio Alves Filho foi francamente de encontro à visão lusófoba da obra de Bomfim apregoada por Freyre, Ribeiro e Iglésias, e classificou *A América Latina* como exame crítico da organização política e social de Portugal na época da colonização do Brasil e seus efeitos na conformação da sociedade brasileira.⁴⁶⁷ O crítico literário Brito Broca, por sua vez, ao examinar a lusofobia de Antonio Torres, argumentou que Manoel Bomfim tratou de forma mais adequada a questão da colonização portuguesa, ao associar a espoliação colonial à

concepções raciológicas. As idéias de Bunge foram criticadas por Manoel Bomfim em *O Brasil na América*. 2ª ed. [1ª ed. 1929] Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.190-192.

⁴⁶⁴ Darcy Ribeiro. Manoel Bomfim, antropólogo. In: Manoel Bomfim. *Op.cit.*, p, 13-14.

⁴⁶⁵ Francisco Iglésias. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Editora Nova Fronteira/ Editora UFMG, 2000, p. 149-158.

⁴⁶⁶ Cf. Dante Moreira Leite. *O Caráter nacional brasileiro. História de uma Ideologia*. 2ª ed. revista, refundida e ampliada. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969, p. 250-251.

⁴⁶⁷ Cf. Aluizio Alves Filho. *O pensamento político no Brasil. Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1979, p. 45.

política de estado dos Bragança, mais tarde transplantada para o Brasil, e ao inculpar o povo português tão oprimido quanto a população da colônia.⁴⁶⁸

De fato, ao contrário do discurso dos nacionalistas radicais da virada do século XIX ao XX, nem os portugueses nem os emigrados portugueses para o Brasil eram responsabilizados em *A América Latina* pelo “parasitismo integral”. O próprio Bomfim afirmava que sua condenação ao colonialismo português não pressupunha nem envolvia o sentimento nacionalista xenófobo. O conceito de parasitismo social era aplicado para qualificar e examinar os procedimentos do colonialismo ibérico na América. “Em verdade, no Brasil, a luta entre os nacionais radicais e esses elementos não é uma luta de nacionalidades: é o eterno conflito dos oprimidos e espoliados com o explorador dominante – dos parasitados e parasitas”.⁴⁶⁹ O Estado metropolitano transformou o Brasil numa imensa fazenda de Portugal na América.

Nada de indústrias, nada de relações com o resto do mundo, nada de produtos novos: açúcar e ouro, para mandar à metrópole, por intermédio de mercadores da metrópole. O comércio na colônia é uma extensão do comércio da metrópole, faz corpo com ele; toda a produção passa para o reino, ou diretamente sob a forma de quintos e dízimos, ou indiretamente – para pagar tudo que é necessário à vida, e que lhe vem de lá. A produção é representada, apenas, pela lavoura de três ou quatro gêneros, e pela mineração de ouro e diamantes. Nada se ensaia mais nada, nem a metrópole o consente.⁴⁷⁰

A imagem do Estado, no Brasil e em toda a América Latina, espelhava essa herança colonialista e constituía um dos seus resíduos mais persistentes a envolver as populações das antigas colônias ibéricas: “o Estado é o inimigo, o opressor e o espoliador; a ele não se liga nenhuma idéia de bom ou de útil; só inspira ódio e desconfiança (...) ainda hoje se notam estes sentimentos, porque ainda hoje, ele não perdeu o seu caráter, duplamente maléfico – tirânico e espoliador”.⁴⁷¹

Nas obras editadas no fim da vida, Bomfim matizou as impressões negativas do colonialismo português, mas manteve a interpretação do parasitismo ibérico sobre as colônias americanas. Em *O Brasil na América* (1929) e *O Brasil Nação* (1931), Bomfim examina mais

⁴⁶⁸ Cf. Brito Broca. *Horas de leitura*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Instituto Nacional do Livro, 1957, p. 246.

⁴⁶⁹ Manoel Bomfim. *A América Latina*, p. 230-231.

⁴⁷⁰ Manoel Bomfim. *Op. cit.*, p. 137.

⁴⁷¹ Id. *Ibid.*, p. 143. A população portuguesa também é parasitada pelo Estado, conforme Oliveira Martins aponta em várias das suas obras, muito utilizadas pelos intelectuais brasileiros do primeiro quartel do século XX interessados na discussão histórica e sociológica do Brasil como nação como é o caso, além de Manoel Bomfim, de Afonso Celso, Álvaro Bomílcar, Araripe Júnior, Jackson de Figueiredo, João Ribeiro e Silvio Romero.

detidamente o Brasil, e deslocou a análise da generalização ensaística para as especificidades do processo histórico cultural de formação da nação.

Bomfim valorizou o indígena, o que abalizaria sua posição de indianófilo, e a colonização portuguesa nos séculos XVI e XVII, o que vai de encontro a sua caracterização como lusófono. Os portugueses souberam utilizar os indígenas para controlar e expandir os seus domínios do litoral em direção ao interior do continente até encontrar as áreas mais firmemente dominadas pelos espanhóis. O índio foi um agente essencial na formação da nacionalidade e sua apropriação pela literatura – o indianismo – manifestou, na dimensão simbólica, o antagonismo entre a colônia e a metrópole, pois “desde que o nosso espírito de nacionalidade se afirmou, foi na oposição à metrópole; então, o índio, a perene reação ao português, tinha de ser cantado e amado por esses românticos, as vozes mais puras do nosso nacionalismo”.⁴⁷² Esse nacionalismo nasceu e vicejou tendo como referência o português. “Não esqueçamos que o nosso nacionalismo se definiu e acentuou em oposição ao lusitanismo: prevenção, desconfiança, malquerer, ódio, guerra ao português ... eis as etapas do coração brasileiro em ânimo nacionalista.”⁴⁷³

Assim como a desvalorização do indianismo, o mito das três raças, também, não era compartilhado por Bomfim que o classificava como uma abordagem mecânica da miscigenação e formação do povo brasileiro.

O Brasil como agrupamento – povo, não poderia ser considerado simples soma de elementos étnicos, estimados isoladamente: o português – A, o negro – B, o índio – C ... para chegar ao tipo apenas composto ABC. No povo brasileiro encontram-se essas três raças, diferentes, muito diferentes, mesmo (...) pois o que tem interesse não é a fútil resenha antropológica, e a corriqueira enumeração de caracteres etnográficos, mas a boa compreensão do modo segundo o qual aqui se encontram os elementos formuladores da nação, até que logicamente se defina o efeito histórico da nossa formação.⁴⁷⁴

Ainda numa leitura nacionalista, Bomfim enfatizou a crítica ao estado metropolitano português, principalmente, do que denominou “estado bragantino”, cuja política para a colônia estava voltada para a exploração, o atraso e era alheia das necessidades da população colonial. No processo de lutas contra os invasores e de defesa da terra, principalmente contra os holandeses, formou-se o patriotismo e a nacionalidade brasileira, a primeira a se constituir no Novo Mundo. Fato comprovado pela obra – *História do Brasil* – de

⁴⁷² Manoel Bomfim. *O Brasil Nação. Realidade da soberania brasileira*. 2ª ed. [1ª ed. 1931] Topbooks: Rio de Janeiro: 1996, p. 344. A valorização do indianismo é outra divergência entre Bomfim e Romero. A depreciação da literatura indianista por Sílvio Romero e a geração de 1870 não passava de “tainismo mal digerido” e “ignorância arrogante”. Manoel Bomfim. *Op. cit.*, p. 344.

⁴⁷³ Id. *Ibid.*, p. 346.

⁴⁷⁴ Manoel Bomfim. *O Brasil na América*, p. 36. Nessa crítica ao determinismo e mecanicismo na interpretação do Brasil, um dos alvos era Sílvio Romero, como se verifica na última parte do trecho citado.

Frei Vicente de São Salvador (a cuja memória era dedicada *O Brasil na América*) e pela derrota infligida pelos colonos aos holandeses sem o auxílio da metrópole. O sentimento nacional, portanto, antecedeu a Independência.⁴⁷⁵ Os elementos arcaicos, no entanto, permaneceram e foram reforçados com a transplantação do estado bragantino para a América. Nesse sentido, a monarquia atuou como instituição contrária à consolidação da nação, pois herdou as características parasitárias do estado metropolitano.

Lamentável destino político: o Estado, arvorado com o Império de 22, foi tramado pelo dos Arcos, e todo se resolve em monstruosa traição aos heróis de *dezesete*, para gozo dos executores dos Tenório e Peregrinos.

Ninguém admitiria, hoje, essa bacharelise que se alça em sociologia e, para explicar e caracterizar a literatura brasileira, anda a catar motivos, na produção anônima, ou nas obras individuais, para apontar: isso é do negro, e tal é do índio ou do português, sem conseguir reconhecer o que haja de novo e de próprio no gênio brasileiro.⁴⁷⁶

A recepção às idéias de Bomfim, portanto, não foi pautada exclusivamente pela indiferença mesmo sendo avaliada de forma negativa por um crítico genioso como Silvio Romero. De fato, a interpretação da nacionalidade brasileira, realizada por Bomfim, não estava completamente isolada de outros pensadores do início do século XX, principalmente dos nacionalistas e críticos da república oligárquica. Foi o caso de Álvaro Bomílcar, intelectual cearense radicado no Rio de Janeiro, cuja trajetória política e intelectual foi marcada pelo nacionalismo lusófono e a denúncia do preconceito racial.

4. O nacionalismo “radical” lusófono.

Álvaro Bomílcar da Cunha (1874-1957) exerceu grande atividade e influência no movimento nacionalista do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1910 e 1920. Seu pensamento encontrava-se disperso em artigos publicados em jornais, principalmente, nos semanários nacionalistas *Brazileia* e *Gil Blas*. Alguns de seus escritos foram reunidos nos livros *O Preconceito de raça no Brasil* (1916) e *A Política no Brasil ou o Nacionalismo radical* (1920).

Bomílcar era natural do Crato (Ceará) e quando da publicação da sua análise do preconceito de raça na Marinha, por ocasião da Revolta dos Marinheiros, trabalhava no Ministério da Fazenda. Em 1911, apresentado por Farias Brito, seu conterrâneo do Ceará,

⁴⁷⁵ Id. *Ibid.*, p. 327-329.

⁴⁷⁶ Id. *Ibid.*, p. 36.

Bomílcar ingressou como sócio efetivo na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e, em 1929, tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará.⁴⁷⁷

A produção intelectual de Álvaro Bomílcar teve como foco a questão racial e a questão nacional, examinadas debaixo da ótica de um entranhado nacionalismo antilusitano. O discurso de posse de Bomílcar como sócio-efetivo do Instituto do Ceará forneceu pistas sobre a formação de seu ideário nacionalista.

Estudante na Escola Militar, nos turbulentos dias da presidência de Floriano Peixoto, Álvaro Bomílcar guardou do marechal uma forte impressão registrada em vários de seus escritos, nos quais o exaltava como defensor da nacionalidade e o único estadista da república.⁴⁷⁸ No Rio de Janeiro, Bomílcar combateu os revoltosos da Armada e, em seguida, rumou para o sul onde enfrentou as tropas federalistas. Após a vitória sobre os revoltosos, Bomílcar retornou ao Rio e à Escola Militar, numa época em que essa instituição se tornara o foco do radicalismo republicano. Ali a mocidade militar, cujo ídolo político era Floriano Peixoto, pressionava o governo Prudente de Moraes para seguir a política do antecessor. Os distúrbios registrados naquela instituição provocaram o afastamento de inúmeros cadetes, entre os quais Álvaro Bomílcar, confinado em um quartel em Mato Grosso.⁴⁷⁹

Foi nesse contexto de marcada influência das idéias do jacobinismo florianista antilusitano com grande audiência na mocidade militar, que se formou o pensamento político de Álvaro Bomílcar. O discurso nacionalista jacobino apontava o imigrante português como agente da conspiração monárquica contra a república. Além disso, considerava-o como parasita do trabalhador nacional tanto no comércio e nos ofícios manuais como no trabalho intelectual, no caso da imprensa. As interpretações nacionalistas e lusófonas sobre as origens da crise econômica e social que afligia e pauperizava setores da capital federal eram divulgadas, principalmente, nos pasquins *O Nacional*, *A Bomba* e *O Jacobino*. As notícias e editoriais dessas publicações, com o intuito de mobilizar a população prejudicada pela carestia, inflação e desemprego, não cessavam de denunciar os portugueses como os principais exploradores e promotores da miséria dos nacionais. Esse nacionalismo republicano, virulento e xenófobo unia figuras antípodas como o escritor Raul Pompéia ou Deocleciano Mártir, o editor de *O Jacobino*.

⁴⁷⁷ Álvaro Bomílcar. A recepção do dr. Álvaro Bomílcar da Cunha no Instituto do Ceará. Discurso do Dr. Álvaro Bomílcar. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XLIII-XLIV, 1929-1930, p. 341.

⁴⁷⁸ Álvaro Bomílcar. Floriano, o taciturno. Notas para a sua biografia. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XLIII-XLIV, 1929-1930, p. 304-312.

⁴⁷⁹ Oswaldo Evandro. Tradição, Extradicação, Confinamento e Desterro. In: *O Democrata*, 17.8.2007, p. 1.

Ao percorrer o país, primeiro como militar e depois, como funcionário civil do Ministério da Fazenda, é provável que Álvaro Bomílcar tivesse reforçado as impressões negativas passadas pela propaganda jacobina a respeito da república, depois do mandato de Floriano, e da capital federal como centro do cosmopolitismo e da dominação estrangeira sobre a nação. A esse conhecimento empírico somou-se o autodidatismo. Os estudos sociológicos, afirmou Bomílcar, “deram-me a noção exata dos nossos vícios e mazelas, dos nossos erros e das nossas necessidades como povo livre”. Em consequência, desfraldou “o pendão do nacionalismo integral” com o objetivo de pleitear a emancipação econômica, complemento lógico da emancipação política, e a emancipação intelectual, no campo das idéias e no campo da filologia, entendida como corolário da emancipação política e intelectual.⁴⁸⁰

No pensamento de Álvaro Bomílcar, a soberania nacional se encontrava, portanto, vinculada à emancipação política, econômica e intelectual. Nessa tríplice dimensão da autonomia a questão da língua avultava, sobretudo, em importância política, pois

não se compreende soberania política se quisermos que língua que há de ser o instrumento da nossa autonomia, da nossa cultura própria, permaneça adstrita a regrinhas arcaicas, escravizadas a preceitos que não mais se coadunam com a evolução dos tempos, as diferenciações naturais do meio e as condições históricas das raças que nele habitam e que hão de consolidar uma civilização aparte. (...)

Neste aspecto, o meu ideal nacionalista não é diferente do pensamento brilhantemente externado por José de Alencar (...) desde que nosso espírito não é nem pode ser o espírito latino mas sim o espírito brasileiro – sejamos antes de tudo, brasileiros, isto é, guardas exclusivos das tradições brasileiras. Sejamos nós mesmos!⁴⁸¹

Histórica e socialmente, o “ser nós mesmos” de Bomílcar significava ser “americanos brasileiros” e não “portugueses da América”, “Brasileiros de 1500 para o serviço do Brasil e não luso-brasileiros para o serviço da recolonização.”⁴⁸²

Álvaro Bomílcar foi o principal impulsionador da *Propaganda Nativista*, fundada na data simbólica de 21 de abril de 1919. Logo no artigo 1º do seu programa, a *Propaganda Nativista* declarava a intenção de “trabalhar pela emancipação intelectual, financeira e econômica do Brasil”. Fora a menção de “combater a projetada Confederação Luso-Brasileira” as indicações antilusitanas da organização eram vagas.⁴⁸³ Elas se explicitaram, no

⁴⁸⁰ Álvaro Bomílcar. A recepção do dr. Álvaro Bomílcar da Cunha no Instituto do Ceará. Discurso do Dr. Álvaro Bomílcar. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XLIII-XLIV, 1929-1930, p. 339.

⁴⁸¹ Álvaro Bomílcar. *Op. cit.*, p. 339-340.

⁴⁸² Álvaro Bomílcar. O problema da ortografia em face da Constituição. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo L, 1936, p.93.

⁴⁸³ Propaganda Nativista. *Gil Blas* (33). 25.9.1919. Além de Álvaro Bomílcar, são fundadores da *Propaganda Nativista*: Almeida Magalhães, Jackson de Figueiredo, Tasso da Silveira e Andrade Muricy. A associação funcionava junto do Partido Nacional no Rio de Janeiro.

entanto, no documento endereçado à Câmara dos Deputados, em agosto de 1919, no qual se expunha o estado subalterno do elemento nacional frente ao português. Em razão da liberalidade das leis – a Constituição de 1891 –, os portugueses se tornaram senhores da imprensa da Capital da República, monopolizaram a profissão comercial, dominavam a literatura e o teatro.⁴⁸⁴ A imigração portuguesa com destino quase que exclusivo ao meio urbano era parasitária, pernicioso e indesejável. Aumentava a carestia dos víveres e, com as casas de varejo, tascas e tavolagem contribuía para a depressão moral do povo.⁴⁸⁵

Em *Brazileia*, Bomílcar traçou como idéia fundamental a subordinação do Brasil a Portugal. Relação de subordinação espontânea, nascida na época da colonização e que permanecia travando a consolidação da nação. Quase cem anos após o Grito do Ipiranga, os portugueses usurpavam os direitos do nacional. O desdobramento dessa situação de nacionalidade incompleta era a incapacidade política e a soberania formal, que caracterizavam o Brasil nos anos 1910.

A história do Brasil, feita por portugueses e continuada por seus descendentes, idealistas e servís, é um amontoado de ‘carapetões’, tendentes a justificar os males sem conta que nos ficaram de uma tão acanhada civilização.

A educação portuguesa (...) que ainda é a nossa escola em grande parte, é uma vergonha, creia! O comercialismo português, que ainda nos infelicita, é a expressão mais clara do ‘parasitismo’, que foi sempre a causa máxima dos nossos males. (...)

Para os que examinam a questão social, sem os estúpidos preconceitos de cor, só o pé lusitano denegriu por alguns séculos a plaga americana; e todo o nosso esforço patriótico deve convergir para libertá-la desse jugo funesto.

Há quem pensa, melhor fora tivesse o Brasil ficado virgem de uma ‘tal descoberta’, a ter de haver-se com a moralidade da escravidão e do latrocínio e a eloquência do incêndio e da balança, em que se pesavam aquelas gananciosas consciências!⁴⁸⁶

Algumas influências intelectuais foram declaradas pelo próprio Bomílcar na formulação de seu ideário nacionalista, caso de Alberto Torres ou de Farias Brito, escritores cuja audiência cresceu em simetria com os impasses políticos e culturais dos anos 1910/1920. Outra influência provinha da crítica sociológica contida no ensaio *América Latina. Males de Origem* e que iam ao encontro de seu sentimento antilusitano e nacionalista manifestado em inúmeros artigos de imprensa.

Alberto Torres defendia a reforma da Constituição de 1891, considerada excessivamente liberal em relação ao estrangeiro e prejudicial ao nacional. Na visão de Torres, o arcabouço constitucional servia de manto para a desorganização social e econômica

⁴⁸⁴ O artigo 72 da Constituição de 1872 estabelecia a igualdade de condições entre o estrangeiro e o nacional no mercado de trabalho.

⁴⁸⁵ Propaganda Nativista. *Gil Blas* (29). 28.8.1919.

⁴⁸⁶ **O luso-brasileirismo. Seção Variedades. Brazileia (7) Jul. 1917, p. 361-362.**

do país. “Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens, não são cidadãos, não são pessoas, não são valores”.⁴⁸⁷ A revisão constitucional seria o fundamento político da organização nacional e extirparia os princípios exóticos às necessidades do país. A crítica ao Estado liberal e às oligarquias somava-se a defesa da vida rural e da agricultura considerada a vocação natural do país em razão da geografia do seu território.

Por sua vez, a filosofia espiritualista de Farias Brito foi assimilada pelos grupos nacionalistas simpatizantes das críticas desenvolvidas por Alberto Torres na esfera política ao Estado republicano liberal.⁴⁸⁸ Um dos maiores, senão o único filósofo brasileiro, proclamou Bomílcar, em artigo na *Revista do Ceará*, no qual rememorava a influência de Farias Brito e se alistava como seu discípulo, juntamente com vários outros companheiros nacionalistas fundadores da *Propaganda Nativista*, caso de Jackson de Figueiredo, Tasso da Silveira e Almeida Magalhães. Lamentava que o pensamento de Farias Brito estivesse restrito em razão do uso de uma língua imprópria, pois filosofar “em português e no Brasil, é como um recluso a falar para as paredes de uma célula, ou, como a este propósito lembrou Silvio Romero, discutir em família, a portas fechadas”.⁴⁸⁹

Quanto a Bomfim, em uma resenha escrita em 1917, Álvaro Bomílcar apontou *A América Latina* como “o melhor resumo de sociologia crítica histórica que se tem feito sobre o Brasil, no Brasil”.⁴⁹⁰ Como sucedera com seu livro, *O Preconceito de Raça no Brasil*,⁴⁹¹ notava Bomílcar a pouca repercussão das idéias contidas em *A América Latina*. A causa dessa indiferença era inequívoca: ambos foram silenciados pelos interesses antinacionais que dominavam a imprensa e parte significativa da intelectualidade da capital federal por serem “uma bateria de verdades maciças e incontrastáveis, e isto explica o fato de ter sido ele cuidadosamente abafado pela crítica jornalística e livresca, sendo entre nós quase desconhecido, quase inédito”.⁴⁹²

Para Bomílcar, *A América Latina* era um livro extraordinário, mas tinha uma objeção: o anticlericalismo. No entendimento do escritor cearense, isso evidenciava

⁴⁸⁷ Alberto Torres. *A Organização Nacional*. 4ª ed. [1ª edição 1914] São Paulo/Brasília: Cia. Editora Nacional/Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 199.

⁴⁸⁸ Álvaro Bomílcar. Farias Brito. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XLVIII, 1934, p. 83-87.

⁴⁸⁹ Álvaro Bomílcar. *Op. cit.*, p. 85.

⁴⁹⁰ América Latina. *Brazileia* (8), Ago. 1917, p. 369-376.

⁴⁹¹ Álvaro Bomílcar. *O Preconceito de raça*, p. 103-105.

⁴⁹² Álvaro Bomílcar. *A Política no Brasil ou o Nacionalismo radical*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Marillo, 1920. p. 28. Jackson de Figueiredo alude a “conspiração do silêncio” contra os dois livros mencionados. Jackson de Figueiredo. *Joguetes de vaidades. Brazileia* (15). Jun. 1918, p. 27.

desconhecimento do empenho construtivo da Igreja Católica na colonização, especialmente dos jesuítas, que “sempre visou a Ordem, o Bem e a união espiritual”.⁴⁹³ Apesar desse senão, Bomílcar fez uma apropriação política de *A América Latina* e a leitura desse livro foi incluída numa biblioteca nacionalista ideal, sugerida para a compreensão da nação e da nacionalidade.⁴⁹⁴

Dois aspectos do ensaio de Bomfim atraíram a atenção de Álvaro Bomílcar. O primeiro era a denúncia das teorias raciológicas, então aplicadas na interpretação da realidade nacional, e que inferiorizavam o povo brasileiro, mestiço, descendente de negros e indígenas.

O Brasileiro deve orgulhar-se de suas origens americanas, saber que a mestiçagem não foi um mal, mas um bem coletivo. Ela produziu os vultos mais eminentes da nossa história, o que justifica as vantagens do caldeamento das raças. O Brasileiro deve compreender que o Brasil está formando uma grande raça histórica, segundo o conceito de Littré, com elementos étnicos americanos, africanos e europeus do norte e do sul...⁴⁹⁵

A valorização da mestiçagem, a crítica ao preconceito racial e ao discurso da inferioridade do povo brasileiro foram uma constante tanto na obra quanto no ativismo nacionalista de Bomílcar. Na introdução de *O Preconceito de raça no Brasil*, Bomílcar listava como objetivo do livro chamar a atenção e reivindicar o lugar ocupado no passado e no presente pelos negros e indígenas, raças refutadas como inferiores, na afirmação e construção da nacionalidade.⁴⁹⁶

A partir do exame das motivações da revolta dos Marinheiros em 1910 (em que prioriza como causa determinante do levante a discriminação racial dos marinheiros negros e mulatos pela oficialidade da Armada), Bomílcar denunciou o preconceito de raça como uma cegueira das elites, fundamentado “no direito de força e nas exigências estéticas de uma aristocracia arqui-ridícula numa republica democrática, e neste país oriunda de rebutalhos étnicos”.⁴⁹⁷

O segundo aspecto era a crítica ao colonialismo ibérico cujo parasitismo foi continuado pelas elites, que passaram a governar o Brasil, a partir de 1822. De fato, o antilusitanismo perpassava a visão da nacionalidade de Bomílcar, na qual se incluía a denúncia do preconceito racial.⁴⁹⁸ Os brasileiros formavam uma nacionalidade inferiorizada,

⁴⁹³ Álvaro Bomílcar. *Op.cit.*, p. 39-40.

⁴⁹⁴ Bibliotheca Nacionalista. *Gil Blas* (115), 21.4.1921.

⁴⁹⁵ Álvaro Bomílcar. *Op. cit.*, p. 133-134.

⁴⁹⁶ Álvaro Bomílcar. *O Preconceito de raça no Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Aurora, 1916, p. 8. O livro é dedicado a Farias Brito e seria o primeiro de uma obra de “sociologia prática”, largamente documentada com a qual pretendia discutir o processo de miscigenação no Brasil.

⁴⁹⁷ Álvaro Bomílcar. *Op. cit.*, p. 23.

⁴⁹⁸ Id. *Ibid.*, p. 78-95.

ainda submetida ao antigo colonizador, do qual o Estado, que deveria ser a sua expressão política, era aliado.

Sob este ponto de vista, o Estado, no Brasil é o inconsciente e tradicional continuador da política dos Governadores Gerais e dos vice-Reis, parecendo que ele próprio, o Estado, está convencido de que no Brasil só aos portugueses é lícito o uso e abuso da profissão comercial.⁴⁹⁹

A perpetuação da ordem colonial estava identificada na sujeição econômica e na alienação do povo pelo regime republicano. O retrato do Brasil que embasou o nacionalismo de Álvaro Bomílcar não era nada animador.

Hoje, forçoso é confessar: o Brasil não tem independência, porque não a tem um país sem autonomia econômica, não goza da Abolição, porque a escravatura na Amazônia, e noutros pontos afastados do interior, é um fato; e não pratica a República porque o povo, desconhecendo os seus direitos, não delibera nos atos solenes da política.⁵⁰⁰

O nacionalismo de Álvaro Bomílcar assumiu também características salvacionistas. Ele e os seus seguidores – “os nacionalistas do meu credo”, autodenominados de nacionalistas radicais – defenderam, com o aprofundamento da crise do Estado liberal-oligárquico, uma concepção política nacionalista, conservadora e autoritária. Nesse contexto, o resgate da nação exigia a ação e tutela do Estado sobre o povo, mas isto só seria possível por meio de um chefe capaz de materializar as aspirações nacionais. Floriano Peixoto era o modelo de estadista republicano e nacionalista identificado, no início dos anos 1920, em Epiácio Pessoa.⁵⁰¹

Nas primeiras décadas do século XX, os escritos de Álvaro Bomílcar e Antônio Torres foram emblemáticos como a imagem inversa do passado colonial e da herança portuguesa elaborada pelos intelectuais defensores do luso-brasileirismo. Os escritos marcadamente lusófbos desses autores procuravam aliar um discurso histórico e sociológico à propaganda nacionalista. A partir de 1917, em torno de Bomílcar e da revista *Brazileia*, constituiu-se no Rio de Janeiro um núcleo nacionalista autodenominado radical (Alcebíades Delamare, Arnaldo Damasceno Vieira, Jackson de Figueiredo), cujo ativismo político se manifestou na organização da *Propaganda Nativista* (1919), da *Ação Social Nacionalista* (1920) e da Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais (1924). Nesse período, o semanário *Gil Blas* (1919-1923), fundado por Alcebíades Delamare, tornou-se o

⁴⁹⁹ Álvaro Bomílcar. *A Política no Brasil ou o Nacionalismo radical*, p. 31.

⁵⁰⁰ Álvaro Bomílcar. *Op. cit.*, p. 9.

⁵⁰¹ Cf. Alcebíades Delamare. *As Duas Bandeiras. Catholicismo e Brazilianidade*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital/Anuario do Brazil, 1924, p. 52.

principal veículo de divulgação das idéias desse movimento nacionalista e marcadamente lusófono.

Na percepção do nacionalismo radical preconizado por Álvaro Bomílcar e os seus adeptos na *Propaganda Nativista*, a lusofilia constituía o mais pernicioso dos nacionalismos em voga no Brasil, por pregar o “culto incompreensível de duas mães-pátrias”.⁵⁰² O foco principal da crítica de Bomílcar era a influência cultural portuguesa prestigiada pela Academia Brasileira de Letras e difundida pelos órgãos de imprensa da capital federal.⁵⁰³ Ressaltava a presença da cultura portuguesa, juntamente com a presença do imigrante lusitano, como os fatores responsáveis pelo caráter incompleto da nacionalidade brasileira. Tratava-se de um reducionismo causal, mas na lógica do pensamento lusófono constituía-se numa verdade *a priori* de qualquer exame da situação social do Brasil no início do século XX e tornou-se um dogma do nacionalismo radical.

A trajetória nacionalista de Álvaro Bomílcar encontrava-se marcada por convicções firmes contra as interpretações raciológicas e defesa da mestiçagem como elemento de valorização da nação. A rota reformista de Bomílcar, porém, mesclou-se com o neotradicionalismo, explicitado quando se aprofundou, no início dos anos vinte, o viés autoritário e xenófono do nacionalismo radical. Dele emergiu, sob influência do integrismo de Maurras, uma vertente católica do nacionalismo, cujo chefe doutrinário era Jackson de Figueiredo e encontrou em Alcebíades Delamare a linguagem com maior ênfase xenófoba.

Em 1921, Jackson de Figueiredo (1891-1928) fundou o semanário *A Ordem* e o Centro Dom Vital, acontecimentos que marcaram a sua conversão à militância católica e à ruptura com a liderança de Bomílcar no movimento nacionalista. Figueiredo entrara em contato com os círculos intelectuais nacionalistas do Rio de Janeiro ao participar da revista *Brazileia* e do semanário *Gil Blas*. Inicialmente foi influenciado pelo ideário nacionalista de Bomílcar, mas dele se separou, entre outros motivos, pela ênfase demasiadamente antilusitana e passou a defender uma concepção do nacionalismo articulada ao catolicismo integrista inspirado em Maurras. A influência maurrasiana era reconhecida em *Do Nacionalismo na Hora Presente*, livro epistolar onde Figueiredo prescreveu como obrigação dos nacionalistas “indagar da consciência nacional quais as tradições e os costumes, as idéias que de fato lhe são essenciais”. Essa tradição, denominada de “integral”, tinha origens na herança colonial e

⁵⁰² Álvaro Bomílcar. *A Política no Brasil ou o Nacionalismo radical*, p. 98.

⁵⁰³ Álvaro Bomílcar. *Op. cit.*, passim.

apresentava três características: era católica, antilusitana – mas não lusófoba – e republicana.⁵⁰⁴

A razão das suscetibilidades dos brasileiros em relação aos portugueses, notava Jackson de Figueiredo a Antônio Sardinha, envolvia os princípios de autodefesa da nacionalidade. “A questão com os portugueses”, observava Figueiredo, “aqui é, até certo ponto, como a questão judaica em Portugal e na França. É uma questão de defesa interna dos interesses nacionais, ou melhor, do interesse dos nacionais.” Esse espírito defensivo visava uma parcela da colônia, os comendadores, “verdadeiros déspotas da opinião dos seus patrícios menos aquinhoados de fortuna”.⁵⁰⁵

Jackson de Figueiredo articulou os princípios do cristianismo católico – entendidos na perspectiva de reação à modernidade – como base da identidade nacional e, dessa forma, resgatou o passado colonial e a herança portuguesa, pois nesses elementos fora gerada a tradição católica no país. Essa articulação entre brasilidade e catolicismo permitiu o estabelecimento de uma ponte entre a valorização da colonização portuguesa sustentada pelos luso-brasileiros e o nacionalismo autoritário e antiliberal que procurava fundamentar uma nova legitimação política capaz de sobrepor-se à crise do Estado liberal-oligárquico.⁵⁰⁶

Jackson de Figueiredo identificava dois problemas no movimento nacionalista. O primeiro era de razão doutrinária. Ele defendia a revisão das idéias nacionalistas no momento em que o movimento, no início dos anos 1920, era desafiado por doutrinas exógenas (o anarco-sindicalismo e o marxismo). O segundo problema envolvia a organização do movimento nacionalista, fracionado e sem disciplina, com ações dispersas e sem efetividade.⁵⁰⁷ Para este último, era necessário a união em torno da *Ação Social Nacionalista* e do conde Afonso Celso. Essa união para tornar-se útil exigia a unificação dos princípios doutrinários em torno do sentimento de brasilidade indissociável do catolicismo.⁵⁰⁸

O sentimento da brasilidade católica encontrou-se expresso de forma contundente no pensamento de Alcebíades Delamare Nogueira da Gama (1888-1950). Jornalista, professor da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro,

⁵⁰⁴ Cf. Jackson de Figueiredo. *Do Nacionalismo na Hora Presente*, p. 27-30. No pensamento de Figueiredo, no Brasil o nacionalismo tornou-se sinônimo de catolicismo: “não compreendo o que é um nacionalista não católico no Brasil.” Id. *Ibid.*, p. 40.

⁵⁰⁵ Jackson de Figueiredo. Resposta a Antônio Sardinha. *A Coluna de fogo*. Edição do Centro Dom Vital. Rio de Janeiro. Anuario do Brasil, 1925, p. 152 e 154.

⁵⁰⁶ Jackson de Figueiredo. *Do Nacionalismo na Hora Presente*, passim.

⁵⁰⁷ Jackson de Figueiredo. *Op.cit.*, p. 12-13.

⁵⁰⁸ Id. *Ibid.*, p. 19.

Alcebíades Delamare foi um exaltado defensor das concepções autoritárias de governo e, por volta de 1920, mostrou-se um entusiasmado admirador do fascismo italiano e das idéias anti-semitas. Para Delamare, a proclamação da ditadura sob bandeira nacionalista era o “único sentimento capaz de congregar, neste momento, todos os brasileiros de consciência e de boa fé”. O nacionalismo regeneraria o Brasil pela força do mesmo modo que fizera Mussolini na Itália e Primo de Rivera na Espanha.⁵⁰⁹ Naquela época, Delamare já adotara o catolicismo integrista e nacionalista, propagado por Jackson de Figueiredo, e participava ativamente do Centro Dom Vital, primeiro, no Rio de Janeiro, e, depois, em São Paulo. Nos anos 1930, passaria a compor as fileiras da *Ação Integralista Brasileira*. A oratória enfática e virulenta de Delamare evidenciava o cenário de agudização da crise político-social do país e a receita proposta pelo nacionalismo católico para enfrentá-la baseada na recusa da modernidade, na defesa do tradicionalismo e do reacionarismo político.

À Igreja deve o Brasil tudo, - mais do que aos colonizadores, mais do que às iniciativas, aos empreendimentos e aos capitais adventícios. À Igreja deve a nossa Pátria tudo, porque deve a sua unidade territorial, a sua unidade política, a sua unidade de língua, a sua unidade de costumes. À Igreja deve a nossa terra a guarda das nossas tradições, o elo da defesa do nosso patrimônio moral, literário e artístico. À ela, devemos o nosso espírito de obediência à lei; de respeito à autoridade constituída, de acatamento aos poderes constitucionais, - espírito bendito que nos tem resguardado, - nesta fase convulsionada de conquistas sociais extremadas e de derrocadas imprevistas de velhos princípios conservadores, - da invasão destruidora dos germes revolucionários, que estão subvertendo, e desagregando, e arruinando os países organizados do Velho Mundo.⁵¹⁰

O pós-guerra favoreceu a disseminação do nacionalismo xenófobo que identificava na fermentação social dos trabalhadores urbanos um fenômeno importado, relacionado ao “urbanismo artificial” existente no litoral do país, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, em razão da presença do imigrante, elemento do cosmopolitismo e do internacionalismo. Esse ambiente contrário a nação foi ressaltado por Bomfílcar, quando do lançamento da *Ação Social Nacionalista*.

Vivemos numa época em que há forças contrárias em luta desassossegada; numa sociedade onde se perdem e se aniquilam as mais belas energias; num país onde há correntes subterrâneas, tentando solapar e derruir a obra de um século, ondas bravias de dissolução e confusão a cujo poder oculto cedem os mais forte e viris esteios da defesa social.⁵¹¹

O nacionalismo católico valorizava a sociedade agrária e patriarcal, sublinhando a ordem social hierarquizada e a manutenção das tradições. Desta, criava-se uma comparação maniqueísta em

⁵⁰⁹ Carta de 4.11.1924 para Epitácio Pessoa. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (AIHGB). Arquivo Epitácio Pessoa, Pasta 43 (Correspondência de Alcebíades Delamare), doc. 8.

⁵¹⁰ Alcebíades Delamare. O Brasil e a Igreja. *A Ordem*, Ano III, nº34/35, 1924, p. 183.

⁵¹¹ Álvaro Bomfílcar, *A Política no Brasil ou o Nacionalismo radical*, p. 127. Trecho do discurso proferido na solenidade de fundação da *Ação Social Nacionalista*, em 13 de fevereiro de 1920.

que a sociedade agrária tipificava os valores nacionais enquanto a sociedade urbana influenciada pelo cosmopolitismo era o seu antípoda. Nessa visão, o exemplo maior de cosmopolitismo e negação da nacionalidade era a cidade do Rio de Janeiro, chamada de “Sebastianópolis” pelos nacionalistas, onde o elemento estrangeiro dominava em razão da presença do imigrante, principalmente o português, e do controle das instituições culturais e econômicas.

Torna-se interessante reproduzir a comparação de Afonso Celso entre o internacionalismo e o nacionalismo, no qual este era exaltado pelo seu enraizamento na realidade da nação e vinculado à democracia, conceito raramente associado à nacionalidade pelos movimentos nacionalistas da época.

Comparado com o nacionalismo, o internacionalismo não passa de frágil atributo, incapaz de resistir a duros embates. Não absorve do terreno onde está plantado e não embebe da atmosfera que o rodeia, elementos para desenvolver-se. (...) O espírito da nacionalidade é o incalculável dínamo de nossos tempos; é a alavanca que move o mundo, estimula-o e equivale a consolidar e aperfeiçoar a verdadeira democracia.⁵¹²

A conjunção entre nacionalismo e democracia, porém, estava fora de cogitação no pensamento dos próceres da *Propaganda Nativista* como Álvaro Bomílcar, Alcebiades Delamare e Jackson de Figueiredo, mas incluía a xenofobia, o antisemitismo e o autoritarismo. Nesse sentido, Bomílcar denominava de *Ordem Judaica* ao processo de corrupção social e materialismo que corroía a república desde a derrota do florianismo. Esse conceito de “ordem judaica” inspirava-se na leitura do escritor nacionalista francês Maurice Barrès que vinculava o suposto declínio da França da III República ao afastamento da tradição nacional e da aproximação com o cosmopolitismo.⁵¹³

As proposições de Figueiredo e Delamare, por outro lado, apontavam para a construção de uma visão nacionalista católica da nação. Tratava-se de uma posição neotradicionalista, crítica em relação à modernidade e a seus desdobramentos políticos (o liberalismo e a democracia) e sócio-econômicos (a sociedade industrial). Essa rejeição tendeu a assumir um matiz acentuadamente exclusivista (o catolicismo confunde-se com a

⁵¹² Afonso Celso. A política no Brasil (juízo crítico do Sr. Conde de Afonso Celso). *Jornal do Brasil*, 17.11.1920. In: Álvaro Bomílcar. *Op. cit.*, p.V.

⁵¹³ Cf. José Sombra. A recepção do dr. Álvaro Bomílcar da Cunha no Instituto do Ceará. Discurso pronunciado pelo sr. Dr. José Sombra, orador designado pelo Instituto para receber o novo sócio. *Revista do Instituto do Ceará*, p. 335. O nacionalismo de Barrès é caracterizado por Pierre Milza como nacionalismo populista formando com o nacionalismo tradicionalista de Charles Maurras as duas grandes famílias da cultura política nacionalista francesa. Ver Pierre Milza. *Les cultures politiques du nationalisme français*. In: Serge Bernstein. (dir.) *Les Cultures Politiques en France*. Paris: Éditions du Seuil, 1999, p. 331-333.

nacionalidade) e percebia o estrangeiro como o “outro”, o elemento estranho dentro da comunidade nacional.

Para salvar a nossa Pátria, urge, em primeiro lugar que oponhamos um dique à intromissão descabida dos estrangeiros em nossa vida íntima, e que, depois disso, ensinemos o povo a temer a Deus, antes mesmo de aprender a respeitar a lei. O ateísmo oficial é a causa primeira de todas as nossas infelicidades; o liberalismo da nossa constituição é a causa conseqüente dos males que nos afligem.⁵¹⁴

O estrangeiro importava consigo idéias estranhas à identidade nacional e conspirava contra a soberania nacional.

Na revolução de São Paulo o elemento ádvena predominou. Aqui no Rio, o próprio corpo diplomático só cogitou perante o governo da defesa dos interesses materiais de seus súditos. O embaixador Duarte Leite chegou a chefiar um movimento de protesto coletivo (...) do corpo diplomático contra o bombardeio de São Paulo pelas forças legais.⁵¹⁵

A rejeição da modernidade e a valorização de uma ordem hierarquizada e perene da sociedade caracterizaram a perspectiva de nação elaborada pelo nacionalismo católico. Ela valorizava o passado colonial e a atuação da Igreja, resgatando de forma enviesada a herança portuguesa, agora inserida numa tradição que unificava a comunidade nacional em torno de uma identidade religiosa. O viés exclusivista no qual estava pautada a nacionalidade expunha, porém, a virulência da xenofobia, manifestada de forma significativa por Alcebíades Delamare.

5. O despotismo da metrópole: “*As Razões da Inconfidência*”.

O nacionalismo radical atinge o paroxismo em *As Razões da Inconfidência*, de autoria de Antonio Torres (1885-1934). Nessa obra, apoiando-se em um discurso supostamente fundamentado na história,⁵¹⁶ Torres acusou a colonização portuguesa de ser a origem dos males sociais que afligiam o Brasil. O argumento não era novo, mas a linguagem desabusada e satírica transformou *As Razões da Inconfidência* em uma obra de referência do antilusitanismo mais exaltado. José Honório Rodrigues, por exemplo, apontou *As Razões da Inconfidência* como “o maior livro anti-português que nossa história conhece” e uma resposta

⁵¹⁴ Carta de 21.10.1924 para Epitácio Pessoa. AIHGB. Arquivo Epitácio Pessoa, Pasta 70 (Correspondência de Alcebíades Delamare), doc.7.

⁵¹⁵ Carta de 21.9.1924 de Alcebíades Delamare. AIHGB. Arquivo Epitácio Pessoa, Pasta 70 (Correspondência de Alcebíades Delamare), doc.6.

⁵¹⁶ Para validar as suas afirmações, Antonio Torres utiliza informações e documentos extraídos das obras de Diogo de Vasconcelos (*História Antiga das Minas*), Joaquim Felício dos Santos (*Memórias do Distrito Diamantino*) e José Pedro Xavier da Veiga (*Efemérides mineiras*). As idéias mestras de *As Razões da Inconfidência* estão contidas no artigo Vinte e um de Abril. In: Antonio Torres. *Verdades Indiscretas*. 3ª ed. [1ª ed. 1920]. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1925, p. 275-279.

à *História da Colonização Portuguesa no Brasil*.⁵¹⁷ Para Nelson Werneck Sodré, porém, a lusofobia de Torres era inconseqüente e ofuscava o seu estilo irreverente e mordaz.⁵¹⁸

Agripino Grieco (1888-1973) teceu elogios ao livro numa crítica que mal disfarçava a simpatia e a cumplicidade lusófoba com Antonio Torres. Segundo Grieco, fora os excessos verbais do polemista e panfletário, a parte central das *Razões da Inconfidência* era irrefutável porque se apoiava na pesquisa de Xavier da Veiga, Diogo de Vasconcelos e Joaquim Felício dos Santos.⁵¹⁹ Tratava-se de uma obra de paixão patriótica e denúncia corajosa da realidade do país. Os autores mencionados corroboravam a tese da espoliação colonial e tornavam indefensável a administração metropolitana. “Mesmo sem querer agredir os portugueses, forçoso é reconhecer (...) que nenhuma nação colonizadora, em qualquer tempo, já governou as suas colônias qual a Lusitânia governou a Minas colonial.”⁵²⁰ Grieco, em sua crítica, apontava o incômodo que, em certas esferas da intelectualidade nacional, causava a idéia da aproximação luso-brasileira e de como tal intento era visto como um conjunto de impertinências e intromissões indevidas, como a edição da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, que projetavam um pensamento ainda predominantemente colonial em relação ao Brasil.

Frisemos agora que o livro do Sr. Antonio Torres, livro intrépido, bem pensado e bem escrito, livro de um dos primeiros polemistas da nossa língua, tem ampla justificativa, é mesmo, quaisquer que sejam os seus furores críticos, necessário, se o tomarmos como um justo revide à história da colonização portuguesa no Brasil, que os lusos, com uma indiscrição comprometedora, acabam de estampar.

Já era tempo de alguém da nossa geração, mais desabusado que os outros, corrigir a inábil insistência com que os nossos irmãos de além-mar vivem chamando o Brasil de ‘outra banda de Portugal’; de ‘Portugal maior’ quando capciosamente, como Sr Agostinho de Campos, não nos chama de crioulos.

De fato, nada mais irritante que isso de viverem eles a proclamar que somos o melhor produto da Lusitânia, fingindo desconhecer que nós nos fizemos quase sempre sozinhos e muitas vezes contra a vontade deles.⁵²¹

As *Razões da Inconfidência* teve origem numa conferência pronunciada por Torres, em comemoração ao 21 de abril, a convite de Aureliano de Campos Brandão, presidente do Centro Mineiro do Rio de Janeiro e seu amigo de infância. A conferência, realizada em 1924, era uma leitura das Minas Gerais no século XVIII, segundo os preconceitos mais enraizados do ressentimento contra o português, e foi acolhida de forma

⁵¹⁷ Apud Antonio da Silva Rego. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966, p. 150-151. José Honório Rodrigues também foi citado como lusófobo por Silva Rego. *Op. cit.*, p. 73.

⁵¹⁸ Nelson Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 399.

⁵¹⁹ Agripino Grieco. A História através da sátira. In: Antonio Torres. *As Razões da Inconfidência*, p. X. Outro crítico que achou a obra admirável foi Amadeu Amaral. Raul de Sá Barbosa. *Op. cit.*, p. 235.

⁵²⁰ Agripino Grieco. *Op. cit.*, p. XI.

⁵²¹ Id. *Ibid.*, p. XV-XVI.

bastante favorável a julgar pelos aplausos e apartes do público interpolados no texto.⁵²² O auditório era composto em sua grande maioria por estudantes⁵²³ e, tal qual uma cerimônia religiosa, uniu-se ao orador para compartilhar a revelação da verdade:

O auditório ampliou, trovejou e tonitruou sobre mim e o meu modesto trabalho aplausos espontâneos e estrepitosos. Porque? Eloquência do orador? Beleza do seu falar? Elegância do seu estilo? Aprimorado do seu discorrer? Solidez do seu argumento? Clareza do seu raciocínio? Florido da sua loqueja?

Não. Nada disso.

O que fez vibrar o meu auditório foi o esplendor da verdade, ou daquilo que nós supomos ser a verdade. Eu disse o que todos pensam, mas ninguém tem a coragem, o mesmo ânimo, e vem tudo isto a significar: - o mesmo desprezo pelo perigo de assumir a responsabilidade do que profere e do que escreve.⁵²⁴

A repercussão da conferência motivou sua impressão juntamente com um preâmbulo de quase uma centena de páginas. Um libelo contra os portugueses, e muita da notoriedade alcançada pelo livro, deveu-se a esse longo prefácio, no qual se encontrou a percepção de Torres do quadro político e social do país, enviesada pelo sentimento lusóbofo e o estilo agressivo.

A lusofobia, a agressividade e a polêmica eram características conhecidas e apreciadas pelos leitores de Antonio Torres na imprensa diária carioca. Elas foram responsáveis pelo êxito das vendas de seus livros (coletâneas dos artigos publicados nos jornais): *Da Correspondência de João Episcopo* (com Adoasto de Godoy), *Pasquinadas Cariocas*, *Prós e Contras* e *Verdades Indiscretas*. Nenhum deles, porém, alcançou o sucesso de *As Razões da Inconfidência*, objeto de três edições entre abril e julho de 1925, para regozijo do autor que aproveitou a ocasião para tripudiar sobre os adversários.

Exposta à venda no dia 20 de abril, teve este livro até hoje 3000 exemplares vendidos, o que significa: esgotou-se a 1ª edição em 15 dias. Tudo isto se fez por espontâneo apoio do público, porque a nobre imprensa do Rio amordaçada como vive pelo terror do português, açaimada com a focinheira do capital, não teve coragem de noticiar-lhe o aparecimento. Apenas a *Noite*, a *Notícia* e o *Fon-Fon* o fizeram, em termos gerais (que agradeço) posto que em linhas rápidas... Não faz mal. O verdadeiro juiz dos livros é o público; e hoje em dia, graças a Deus, parece que ele não dá muita importância à opinião dos jornais. [...]

Contra o autor deste livro têm-se assanhado, parece que açulados pela lusa gente, uns fraldiqueiros com ares de mastins que desejam passar por molosso ...⁵²⁵

Entre a década de 1910 e a primeira metade da década de 1920, Antonio Torres sobressaiu-se na imprensa com seus comentários e avaliações ácidas a respeito da literatura e

⁵²² O senador Antonio Carlos de Andrada tranqüilizou Torres sobre a reação do público dizendo que ele estava em meio amigável e receptivo. Antonio Torres. Preâmbulo. In: *As Razões da Inconfidência*, p. XXVIII.

⁵²³ Antonio Torres. *Op. cit.*, p. XXXVI.

⁵²⁴ Id. *Ibid.*, p. XXVIII-XIX. Cabe observar que Antonio Torres foi um orador sacro exitoso enquanto exerceu o sacerdócio em Botucatu e Diamantina. Raul de Sá Barbosa. *Antonio Torres. Uma Antologia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, p. 12.

⁵²⁵ Id. *Ibid.*, p. VII-VIII. A Editora Itatiaia publicou, em 1958, a última edição de *As Razões da Inconfidência*.

da sociedade da capital federal.⁵²⁶ Nascido em Diamantina, Torres ingressou no seminário e abraçou a carreira eclesiástica sem vocação, ordenando-se padre em 1908. Desentendeu-se com a Igreja e, no Rio de Janeiro, começou a atuar como jornalista em diversos periódicos da imprensa carioca: *A Notícia*, *Brazileia*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *Gil Blas* e *O Paiz*. Naquela época, em meados dos anos 1910, Torres freqüentava as reuniões de doutrinação política em casa de Alberto Torres, nas quais o autor de *A Organização Nacional* e *O Problema Nacional Brasileiro* perorava sobre os impasses políticos da nação e a necessidade de uma reforma da Constituição de 1891.⁵²⁷

Em 1918, Antônio Torres ingressou na diplomacia, por indicação do então chanceler Nilo Peçanha, e foi nomeado cônsul em Londres (1920-1923). Após uma curta estada na capital britânica, Torres retornou ao Brasil, mas indispsôs-se com o clima político que dominou o país no governo Bernardes, muito embora tivesse aversão às revoltas do tenentismo, a “mazorca militar” que ameaçava a legítima ordem civil.⁵²⁸ Em 1926, foi nomeado cônsul em Hamburgo, cidade onde faleceu em julho de 1934 no exercício do cargo. A edição da conferência e seu preâmbulo constituíram quase que o adeus de Antonio Torres ao jornalismo e à polêmica, substituídos pelas tarefas cotidianas em um dos consulados mais importantes do Brasil na Europa.⁵²⁹

Na exacerbação antilusitana, ocorrida na passagem dos anos 1910/1920, Antonio Torres destacou-se pela virulência de suas observações quanto à permanência da influência lusitana e contra os seus defensores e propagadores tanto brasileiros (Afrânio Peixoto, João do Rio, Medeiros e Albuquerque) quanto portugueses (Malheiro Dias, João de Barros, Filinto de Almeida). Em relação a João do Rio e Malheiro Dias, aliás, Antonio Torres teceu ataques rancorosos, não fazendo distinção entre a esfera pública e a esfera privada. No entendimento de Torres, ambos simbolizavam o caráter mercenário e antinacional que, a seu juízo, dominava a imprensa da capital federal e a Academia Brasileira de Letras no apreço e apoio pela antiga e onerosa metrópole.

⁵²⁶ No juízo de Brito Broca, a perspicácia de Torres para a crítica literária era duvidosa e mesmo extravagante. Torres equivocou-se ao avaliar *Os Sertões* e *A Bagaceira*. Cf. Brito Broca. *Horas de Leitura*, p. 246 e 283 e Raul de Sá Barbosa. *Op.cit.*, p. 289-290.

⁵²⁷ Cf. Francisco Iglesias. Prefácio a 3ª edição. In: Alberto Torres. *A Organização Nacional*. 4ª ed. São Paulo/Brasília: Cia. Editora Nacional/Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 14.

⁵²⁸ Segundo Alcebíades Delamare, a censura proibiu Torres de escrever pró ou contra o governo. Carta para Eptácio Pessoa, 21.10.1924. AIHGB. Arquivo Eptácio Pessoa. Pasta 70 (Correspondência de Alcebíades Delamare).

⁵²⁹ Entre 1931 e 1932, Torres foi colaborador do *Boletim de Ariel*, publicação dirigida por Agripino Grieco e Gastão Cruls. Cf. Raul de Sá Barbosa. *Op. cit.*, p. 305.

No pensamento de Torres, a colonização portuguesa estava associada à opressão e à exploração, imagem reatualizada por um discurso de extrema hostilidade à colônia portuguesa apresentada como instrumento da vanguarda recolonizadora. Os portugueses envolviam-se indevidamente na política, controlavam a economia, manipulavam a imprensa e mostravam-se inassimiláveis à cultura nacional.

Se nada me impede de dizer que a fruta de lobo tem sabor desagradável, não sei o que me impedirá de reconhecer, em voz alta e em letra de forma, que os portugueses são atrasados e decadentes. O que não se me afigura decoroso é fazer como grandíssima parte de nossa imprensa que vive diariamente a exclamar, com olho no anúncio pago ao balcão: – “Portugal, nação irmã! Os nossos irmãos de além-mar! A laboriosa colônia portuguesa! Esse povo que tem feito a nossa riqueza!” e outras armadilhas para pilhar o dinheiro ao luso incauto, quando todos indubitavelmente sabemos que, como matéria de fato, não há brasileiro que intimamente não despreze o português, como não há português que não deteste o brasileiro. Essa posição falsa é que sempre me repugnou.⁵³⁰

A depravação moral era outra “característica lusa” apontada por Antonio Torres em suas catilinárias. Os escritores portugueses, como Júlio Dantas, eram “uns bobos que só tratam de mulher” e, quando viajavam pelo Brasil, “só olham para pernas, braços, seios, caras, ancas e nádegas de mulheres!”. Esse comportamento impróprio, o “pansexualismo português”, Torres identificou em Sacadura Cabral, possuído por uma “fúria beijocativa”, durante o *tour* pelo país em 1922.⁵³¹

Urgia uma reação e o enfrentamento da doença (Portugal) pelo corpo vivo (Brasil) que, caso não se tratasse, morreria. Era necessário distanciar-se da mentalidade portuguesa (“cadáver em putrefação”) e completar a obra da independência para que, enfim, o Brasil se tornasse uma nação.⁵³² Nesse sentido, afirmava Torres, a questão mais importante não era a democracia, a liberdade, o governo, os interesses do povo, como proclamava o “jornalismo rastejante e antinacional”, mas sim a “deslusitanização gradual e definitiva do Brasil”, “desportuguesar-se ou desaparecer”, pois:

A existência do Brasil tal como está – falando português, um dialeto obscuro e atamancado; temendo Portugal, a única colônia inglesa que não tem moral nenhuma; tendo à instrução e à inteligência uma aversão eminentemente portuguesa; mergulhado numa desonestidade tradicionalmente portuguesa, etc. – a existência do Brasil, tal como está, não pode ser tolerada por mais tempo, por ser incompatível com a moralidade internacional e por ser quase um insulto atirado à face do gênero humano. Continuar ajoelhado diante de Portugal é o caminho mais curto que leva ao cemitério. Afastar de nós Portugal é o regresso à vida, é a ressurreição. E entre aquela morte afrontosa e a vida fulgurante do futuro, o Brasil tem que escolher e já é mais que tempo.⁵³³

⁵³⁰ Antonio Torres. Preâmbulo. In: *Prós e Contras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: A.J Castilho -Editor, 1925, p. 10-11.

⁵³¹ Antonio Torres. Preâmbulo. *As Razões da Inconfidência*, p. CIV-CVIII.

⁵³² Antonio Torres. Nota. 3ª ed. *Op. cit.*, p. IX.

⁵³³ Antonio Torres. *Op. cit.*, p. X.

Gastão Cruls matizou a aversão de Torres ao imigrante lusitano e assinalou que Torres, “malgrado a sua perene campanha contra os portugueses, sempre teve bom entendimento com um ou outro membro dessa colônia. Suas simpatias iriam, porém, para a gente mais simples, empregada do comércio e servidores humildes”.⁵³⁴ Manteve, dessa forma, relações amistosas com o editor de seus livros, o português Antonio Castilho, e com os donos da pensão, onde viveu por vários anos no Catete.⁵³⁵ Assim, Torres, como Álvaro Bomílcar⁵³⁶, tendia a aceitar o imigrante português como indivíduo potencialmente assimilável ao nacional, mas o combatiam como grupo – a colônia – organizado na defesa de interesses específicos nos quais viam, muitas vezes, objetivos contrários ao Brasil e aos brasileiros.

Para Torres, a colonização portuguesa foi extremamente prejudicial e este fato refletiu-se no processo de construção da nacionalidade brasileira. O passado colonial, o colonizador e depois o imigrante eram os agentes dos males sociais e econômicos que flagelavam a nação. Atraso, opressão e rotina, partes intrínsecas da colonização lusa, constituíram uma pesada herança que cabia aos brasileiros combater para afirmarem-se como nacionalidade. A história da capitania de Minas Gerais era exemplar da nocividade dos procedimentos da metrópole e demonstrava a impostura da glorificação do colonialismo português e da fraternidade luso-brasileira, apregoada pelos lusófilos, na imprensa e na Academia Brasileira de Letras.

Não foi só entre os hindus e malabares que os portugueses fizeram todo o mal que puderam. Quando perlustramos as páginas da história de Minas, ficamos verdadeiramente edificadas diante do modo por que o colonizador talava as terras e matava os seus habitantes a fome, a pelourinho e a forca, impedido exclusivamente pela sede do ouro e dos diamantes.⁵³⁷

Na leitura de Torres, a história da Minas colonial era a de sua vitimização pela metrópole, examinada por uma interpretação maniqueísta, baseada no binômio vítima/algoz e no uso de figuras próprias do discurso religioso (holocausto, martírio). O território e os habitantes da capitania formavam um corpo martirizado pelas ações da Coroa, pois:

Desde que, no século XVII, foi oficialmente considerado descoberto o ouro no território mineiro, toda a história da nossa terra não foi mais do que um martírio atroz e prolongado. Se martírio é glória, pode-se sem exagero afirmar que a história de Minas é um dos pontos mais gloriosos da história do Brasil.⁵³⁸

De outro, a história da Minas colonial era também a história dos “crimes portugueses em Minas. (...) Como se fosse crime procurar melhorar a situação social e econômica dos seus

⁵³⁴ Gastão Cruls. *Antonio Torres e seus amigos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1950, p. 52.

⁵³⁵ Raul de Sá Barbosa. *Op. cit.*, p. 259-261 e p. 289-290. Gastão Cruls. *Op. cit.*, p. 52.

⁵³⁶ Álvaro Bomílcar. *A Política no Brasil*, p. 105.

⁵³⁷ Antonio Torres. *As Razões da Inconfidência*, p. 7-9.

⁵³⁸ Antonio Torres. *Op. cit.*, p.9-10.

semelhantes! Como se fosse crime rebelar-se contra os rigores de uma dominação infamante e brutal!” Torres propunha aos seus ouvintes e leitores o julgamento da colonização portuguesa por meio de um resumo da história de Minas e, nesse processo, ele assumia o ofício de agente da acusação. A conferência representou, portanto, um requisitório contra o colonialismo português, com foco em Minas, perante um público “amigável e receptivo”.

Em Minas, a extração do ouro e do diamante beneficiou exclusivamente a Coroa, cujo poder apoiava-se na onipresença do fisco (a capitação, a derrama, o quinto, as casas de fundição). A voracidade da Coroa nunca foi saciada e seus agentes utilizaram sempre expedientes para extorquir a população. “O sangue do povo era sugado sob as mais variadas formas: dízimos, passagens de rios, direitos de estradas e finalmente os quintos sobre o ouro em pó”. Nada disso, porém, revertia em benefício da capitania, pois não “havia em Minas uma escola pública, nem polícia, nem estradas, nem correios, nada que de longe justificasse, ou pelo menos escusasse a rapina lusitana”.⁵³⁹ Essa situação de despotismo e parasitismo metropolitano, existente desde a descoberta das minas, em 1697, causou atribulações à população e encontraram-se na origem dos conflitos que sacudiram a capitania com a culminância no episódio da Inconfidência, passando pela guerra dos Emboabas e a revolta de Vila Rica. O objetivo da Coroa era o ouro, o “bem estar dos seus súditos e o progresso das suas colônias eram coisas de somenos importância”.⁵⁴⁰ Esse estado de coisas agravou-se com a descoberta dos diamantes no Tijuco. Em nenhum lugar do Brasil, o despotismo português manifestou-se de forma tão crua quanto na criação e administração do Distrito Diamantino.

Basta dizer que aquela região fechada, onde era severamente proibido penetrar qualquer estranho sem permissão régia, era governada pelo famigerado e nefando *Livro da Capa Verde*. As leis de Draco, o próprio Livro V das Ordenações do Reino, as ordenanças do conde de Lippe, as leis da Veneza dos Doges, são legislações suaves, paradisíacas, se cotejadas com aquele conjunto de disposições régias conhecidas na nossa terra pela denominação que acabo de enunciar.⁵⁴¹

Apesar do ouro e do diamante extraídos das Minas Gerais, no entanto, a situação de Portugal ao fim do século XVIII era marcada pela miséria e pela decadência. Com a exceção dos objetos litúrgicos nas sacristias e museus, a riqueza seguiu e beneficiou a Inglaterra, restando, a Portugal e ao Brasil, a ruína e o atraso:

Se Portugal, ainda que enforcando vários Tiradentes, tivesse sabido aproveitar-se do que nos extorquia, difundindo a instrução e a higiene, em suma, conservando-se limpo. Rico e digno como a Inglaterra em relação aos Estados Unidos, talvez da mesma sorte o odiássemos, como o odiamos hoje e também como os norte-americanos odeiam os

⁵³⁹ Id. *Ibid.*, p. 18-19.

⁵⁴⁰ Id. *Ibid.*, p. 30.

⁵⁴¹ Id. *Ibid.*, p. 66.

ingleses, mas esse ódio nos sairia misturado com laivos de orgulho; ao passo que nos nossos dias, em vez de odiar orgulhosamente Portugal, limitamo-nos a enrubecer [sic] de vergonha quando olhamos para a sua ruinosa incapacidade, e a contrair os músculos da face num rictus de desprezo, murmurando de nós para nós mesmos: *E nós descendemos disto! ... (Bravos! Aplausos!)*⁵⁴²

O sacrifício imposto pela metrópole serviu para saciar a depravação moral, a carolice e a corrupção da Corte encabeçada pelos soberanos bragantinos. Dom João V foi um rei devoto, lúbrico e despótico.⁵⁴³ Dom José I foi “uma sombra corrupta e torpe, velhaco, indolente, pulha, sensual e inerte, um boneco de palha manobrado pela manopla de Pombal” e sua filha e sucessora, Dona Maria I, não passou de uma rainha “Carola, ignorante, supersticiosa e destinada a terminar os seus dias, como terminou, louca.”⁵⁴⁴ Nesse cenário de declínio e incapacidade da metrópole, a reivindicação emancipacionista dos inconfidentes reveste-se de justiça e a heroicidade de Tiradentes era digna de louvor:

O teu sangue, Tiradentes, nada lhes aproveitou! O teu sangue foi para nós uma aurora de liberdade, de patriotismo e de dignidade nacional, enquanto foi para eles, portugueses, o primeiro dobre a finados que anunciava à consciência humana a agonia de um povo de malfeitores e torsionários. (*Muito bem. Apoiados*). O teu sangue nos enriqueceu e, mais que tudo, nos enobreceu! A eles o teu sangue foi fatal! Está vingado! (*Grande salva de palmas. Aplausos entusiásticos de todo o auditório*).⁵⁴⁵

O sentimento patriótico mesclado à idiosincrasia contra os portugueses marcou o preâmbulo de *As Razões da Inconfidência*. O patriotismo e a lusofobia eram os fios condutores para Torres manifestar sua crítica ao ordenamento político constitucional, então vigente, e àquelas instituições que julgava cúmplices, ou típicas, da corrupção e da desmoralização do país. A Constituição de 1891 foi chamada por Torres de “infame” e “cancro”.⁵⁴⁶ Obra antinacional, criada por ideólogos e alucinados civis e militares, que deu aos estrangeiros direitos iguais aos dos brasileiros.

Tudo se permite ao estrangeiro no Brasil. Ele tem em suas mãos o crédito, o comércio, a indústria, o varejo, tudo. Ao nacional testam algumas profissões liberais, estas mesmas ameaçadas por alguma lei de equivalência de diplomas, que ainda há de reduzir à fome os nossos médicos, advogados e engenheiros.⁵⁴⁷

O mais odioso entre os estrangeiros eram os portugueses que “quando nos tratam de irmãos, fazem-no com o fito de apunhalar-nos”.⁵⁴⁸ Inimigo “traíçoeiro, rastejante e sorridente”, o português por trás da máscara da amizade conspirava contra os interesses do Brasil, pois a antiga colônia tinha o futuro diante de si enquanto Portugal vivia no culto de um passado de

⁵⁴² Id. *Ibid.*, p. 86-88.

⁵⁴³ Id. *Ibid.*, p. 41-48.

⁵⁴⁴ Id. *Ibid.*, p.50.

⁵⁴⁵ Id. *Ibid.*, p.89-92.

⁵⁴⁶ Id. *Ibid.* Preâmbulo, p. LVXIII.

⁵⁴⁷ Id. *Ibid.*, p. LXVIII.

⁵⁴⁸ Id. *Ibid.*, p. LXVIII.

“rapinas e piratarias”.⁵⁴⁹ Na república, o perigo português manifestou-se com a intervenção estrangeira durante a revolta da Armada⁵⁵⁰ e malogrou, depois, na revolução de 1924, quando o embaixador Duarte Leite procurou atrair nova intervenção.⁵⁵¹ Além da intromissão indevida na política interna, o liberalismo da Constituição permitia ao português a reprodução dessa intervenção na esfera econômica.

Para onde quer que nos volvamos, aí encontraremos os gadanhos dos portugueses prontos a ordenhar os úberes desta gorda e mansa vaca que é o Brasil. Devido a esse hábito de viver à nossa custa sem protestos práticos, eficientes, da nossa parte, é que os portugueses não se convencem de que o Brasil é uma entidade diferente de Portugal. Das suas colônias d’África nunca conseguiram fazer coisa que preste; mas quando se referem ao Brasil, feito pelos brasileiros, dizem que o Brasil é a melhor obra de Portugal! É difícil dar de testa com desaforo mais escancarado.⁵⁵²

A remessa de divisas para Londres, em 1923, com o objetivo de apaziguar as agruras financeiras de Portugal, sem a anuência das autoridades nacionais, era mencionada por Torres como prova cabal da relação colonial com que Portugal ainda tratava o Brasil, cem anos após a emancipação formal.

Em pleno século XX, em plena República, Portugal legisla para o território brasileiro e segue a sua política tradicional de tomar o ouro do Brasil para entregá-lo a seus credores britânicos – estupidez que já indignava o marquês de Pombal, que aliás continuou a fazer o mesmo!⁵⁵³

Sem a independência econômica e financeira, o Brasil possuía um simulacro de independência e o Centenário de 1922 fora comemorado graças a empréstimos. A própria festa do Centenário, argumentava Torres, deveria ter sido realizada em Lisboa, pois os portugueses “Livraram-se da maçada de administrar uma colônia e continuaram a usufruir o esforço dos filhos dessa mesma colônia muito mais do que o que possam produzir as suas colônias d’África, que eles até hoje não conseguiram fazer medrar”.⁵⁵⁴

Nesse contexto, a convivência entre brasileiros e portugueses estava longe de ser fraterna como apregoavam os campeões do luso-brasileirismo. Ao contrário, dizia Torres, o que dominava era a hipocrisia, a falsidade e a perfídia.

Amizade verdadeira, porém, não existe entre brasileiros e portugueses. Tal amizade só se manifesta em discursos oficiais, em sessões solenes e em artigos de jornais que os lusitanos pagam dum modo ou de outro, embora depois, com o dinheiro já no bolso, os louvaminheiros digam hediondas coisas dos seus pagadores. Dificilmente se encontrarão

⁵⁴⁹ Id. *Ibid.*, p. XCVI.

⁵⁵⁰ Id. *Ibid.*, p. XCIX-CII.

⁵⁵¹ Id. *Ibid.*, p. XCVII-XCVIII.

⁵⁵² Id. *Ibid.*, p. XC.

⁵⁵³ Id. *Ibid.*, p. LXXII..

⁵⁵⁴ Id. *Ibid.*, p. XLIX.

no universo duas raças que tão cordialmente se detestem, vivendo embora, como vivem, no mais bem montado regime de hipocrisia, de falsidade e de perfídia.⁵⁵⁵

Esse quadro asfíxiante e desolador, de subserviência a Portugal e à colônia portuguesa, traçado de forma sistemática por Torres, que usava da pena como escalpelo, necessitava ser enfrentado.

É este um dos pontos mais doloridos, um dos pontos nevrálgicos do caráter brasileiro: o horror à responsabilidade. É por isso que me apraz de quando em vez, como cirurgião, aplicar-lhe uma pontinha de fogo. Não muito forte, já se vê, para não arruinar de uma vez o nervo, mas apenas para avaliar-lhe o grau de sensibilidade. Esta, verdade se diga, é em geral muitíssimo baixa.⁵⁵⁶

Suas palavras, afirmava Torres, eram movidas pelo patriotismo. Como mudar, porém, se a própria dominação lusa se perpetuava com o auxílio da cumplicidade e incapacidade dos grupos dirigentes beneficiados, ou que se julgavam beneficiar, com a situação? Dessa “associação de interesses de jornalistas e capitalistas estrangeiros com os de políticos brasileiros sem patriotismo, autênticos proxenetas da pátria, promanam quase todos os males que temos padecido até agora e ainda iremos padecendo por essas idades além”.⁵⁵⁷ Como outros nacionalistas da época, Torres apelou para o messianismo político e advogou pelo homem providencial, o salvador, que resgataria e chamaria para si as aspirações nacionais opondo-se ao estrangeiro.

Confessemos, senhores: somos uma pobre gente. Descendentes de portugueses. Isto talvez baste para explicar tudo ...

Mas ficaremos sempre assim? Seremos sempre escravos? Não haverá para nós o Libertador, melhor do que isso, o Nobilitador, aquele que, erguendo em alto a bandeira do Nacionalismo Radical, e impondo-a, ainda que a ferro e fogo, nos restitua o direito de pisar firme, rijo no solo que nos pertence e andar de cabeça erguida, fitando o pedaço de céu e de sol que nos coube?⁵⁵⁸

Ao contrário de outros nacionalistas lusófonos, Antonio Torres desconsiderava o marechal Floriano como herói da nacionalidade. O marechal fora o “primeiro a dar o abominável exemplo de pedir intervenção estrangeira no Brasil!”⁵⁵⁹ Como mencionado, Álvaro Bomílcar via em Floriano Peixoto o salvador da nacionalidade. Bomílcar não só vivenciou os atos do herói como, depois, por meio dos seus escritos, tomou parte no processo de construção do “mito Floriano” situando-se, dessa forma, no tempo da lembrança, enquanto Torres ainda estava no tempo do apelo e da espera.⁵⁶⁰ Colocava-se, outro indício da influência da linguagem religiosa, como o profeta que aguardava e anunciava a vinda do salvador, o

⁵⁵⁵ Id. *Ibid.*, p. L.

⁵⁵⁶ Id. *Ibid.*, p. XXIX.

⁵⁵⁷ Id. *Ibid.*, p. XLVII.

⁵⁵⁸ Id. *Ibid.*, p. CXIII-CXIV.

⁵⁵⁹ Id. *Ibid.*, p. C.

⁵⁶⁰ Sobre os tempos de heroicização e construção do mito (apelo e espera, presença e lembrança) ver Raoul Girardet. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 72.

homem providencial. Como profeta, Torres encarnava o arauto da necessidade de um novo tempo nas suas invectivas contra os portugueses, a imprensa, as elites políticas e as elites intelectuais.

Entre os motivos para o entranhado antilusitanismo de Torres usualmente são apontados a mulatice do escritor, suas origens mineiras e o longo convívio com as redações dos jornais do Rio de Janeiro submetidos, segundo o mesmo, ao poder da colônia portuguesa.⁵⁶¹ Brito Broca, admirador e leitor das crônicas de Torres na juventude, assinalou o caráter intuitivo e emocional de sua repulsa a Portugal, distante de qualquer base sociológica.⁵⁶² Numa interpretação psicológica bastante preliminar, pode-se conjecturar que Torres alimentasse o sentimento de inferioridade racial associado aos preconceitos de um intelectual oriundo da província, inconformado com o cosmopolitismo da capital federal. Esse mal-estar manifestou-se contra a imprensa, a Academia Brasileira de Letras, a colônia portuguesa e os seus acólitos nacionais, cujo símbolo maior, para Torres, era o também mulato João do Rio e com o qual evitou qualquer forma de comparação que lhe pudesse valer o epíteto de “mulato pernóstico”.⁵⁶³

Essas motivações, misto de ressentimentos coletivos e pessoais, estavam presentes nas obras de outros polemistas antilusitanos contemporâneos de Torres, como Álvaro Bomílcar e Jackson de Figueiredo, ambos mulatos e provenientes de meios culturais afastados da influência lusófila. Ao contrário destes, contudo, Torres não se filiou às organizações nacionalistas ou ao movimento de reação espiritualista. Embora mantivesse o catolicismo, fosse um conservador social e nacionalista extremado, Antônio Torres permaneceu um simpatizante, no máximo colaborador eventual e independente de *Brazileia* e *Gil Blas*. Seu anticonformismo e sua lusofobia extravasaram-se de forma independente, fiando-se no estilo e na linguagem virulenta, conforme o registro de Agripino Grieco e Gastão Cruls.

6. Nacionalismo literário: o luso-brasileirismo e o colonialismo cultural

As críticas formuladas por João Ribeiro (1860-1934) aos intelectuais lusófilos e ao luso-brasileirismo revestiram-se dos aspectos culturais (língua e literatura) que diferenciavam a identidade brasileira em relação à portuguesa. Desde o início das suas atividades como escritor tratando de questões bastante variadas – da filologia à história, do magistério ao

⁵⁶¹ Raul de Sá Barbosa. *Op. cit.*, p. 236.

⁵⁶² Brito Broca. *Horas de Leitura*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1957, p. 246.

⁵⁶³ Brito Broca. *Op. cit.*, p. 283.

jornalismo – João Ribeiro pautou-se pelo nacionalismo e pela rejeição do colonialismo. Como observa seu biógrafo Múcio Leão, ao longo da vida, Ribeiro revelou “indisposição contra o velho país que nos colonizou”⁵⁶⁴, mas não assumiu o patriotismo exaltado, característico de Antonio Torres, que lhe obscurecesse o discernimento e o juízo crítico. Manteve o equilíbrio que se esperava de um *scholar* de formação humanista.

João Ribeiro (João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, 1860-1934) exerceu múltiplas atividades intelectuais. Como jornalista, crítico, filólogo, historiador, pintor, professor (no Colégio Pedro II, onde foi colega de Farias Brito, Silvio Romero e Capistrano de Abreu) e tradutor, João Ribeiro participou ativamente da vida cultural brasileira durante cinco décadas. Numa crítica a *História do Brasil* (1900), Araripe Júnior elogiava a versatilidade e a clareza de espírito do autor que conseguia aliar o conhecimento científico ao talento literário.⁵⁶⁵ Eleito para a Academia Brasileira de Letras (1898), ali tomou parte em numerosas comissões, entre as quais, a Comissão do Dicionário e a Comissão de Gramática.⁵⁶⁶ Juntamente com Medeiros e Albuquerque foi um dos principais promotores da reforma ortográfica de 1907. Foi o redator do *Dicionário de Brasileirismos* e participou do malgrado *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1927).⁵⁶⁷

Ribeiro bebia na fonte do nacionalismo lingüístico de autores como João Salomé Queiroga e José Jorge Paranhos da Silva, ambos defensores da língua brasileira e da existência de uma literatura nacional, ou seja, de características próprias e singulares na América de uma cultura desdobrada da portuguesa, mas distinta desta por múltiplas influências sociohistóricas.⁵⁶⁸ A diferenciação defendida por Ribeiro, no entanto, não era levada ao extremo do reconhecimento do “português brasileiro” como língua brasileira:

Sem dúvida alguma, a nossa língua é a portuguesa, mas enriquecida e adaptada ao novo e longínquo ambiente a que veio respirar. Não só enriquecida, a vemos, mas ainda reconstruída pela renovação de antigos elementos preservados desde a vida colonial.⁵⁶⁹

⁵⁶⁴ Múcio Leão. *Vida de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962, p. 261.

⁵⁶⁵ Tristão de Alencar Araripe Júnior. João Ribeiro. Filólogo e historiador. In: João Ribeiro. *História do Brasil*. 13ª ed. refundida, revista e melhorada. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935, p. 8. Tristão de Ataíde definiu João Ribeiro como um “erudito elegante” caso único na literatura nacional. Tristão de Ataíde. João Ribeiro. In: Tristão de Ataíde. *Teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Gilberto Mendonça Teles. Rio de Janeiro/Brasília: Livros Técnicos e Científicos Editora/Instituto Nacional do Livro, 1980, p. 256.

⁵⁶⁶ Afrânio Coutinho. A crítica naturalista e positivista. In: Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho. *Op. cit.*, v. 4. 5ª ed. rev. e atual. S. Paulo: Global, 1999, p. 62-65.

⁵⁶⁷ Múcio Leão. *Op. cit.*, p. 84-86.

⁵⁶⁸ José Ariel Castro. Formação e desenvolvimento da língua nacional brasileira. In: Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho (dir.). *Op. cit.*, v. 1, p. 239-261.

⁵⁶⁹ João Ribeiro. Antiguidade dos brasileirismos. In: *A Língua Nacional*. São Paulo: Edição da “Revista do Brasil”. Monteiro Lobato & Cia. 1921, p. 26.

O Brasil do futuro, segundo Ribeiro, seria determinado pelo afastamento em relação a Portugal. O Brasil português de conformação colonial estava se mesclando às outras correntes imigratórias de origem mais recente, européias e asiáticas o que reforçava a tendência de formação de uma identidade própria e diferenciada da matriz portuguesa.

Cada vez mais distanciamos do povo colonizador, pelo número, pela raça, pelas tendências, pelo pensamento e linguagem.

O Brasil português é o Brasil antigo, sertanista, que vai aos poucos desaparecendo sob as gerações novas, as correntes étnicas, muito mescladas e ainda sob o contínuo crescer da imigração italiana, síria, eslava e germânica.

Dentro de um século, só haverá de português no Brasil as igrejas velhas, os muros longevos e imprestáveis das antigas e abandonadas fortalezas e os versos de Catulo Cearense.

Restará ainda o vestígio mais pertinaz, o da língua gramatical e acadêmica, quase morta através dos dialetos vivos e comunicantes das gerações futuras.⁵⁷⁰

Em uma carta dirigida a Lúcio de Mendonça, em agosto de 1895, João Ribeiro aludia ao espírito antilusitano, dominante em alguns círculos intelectuais do Rio de Janeiro e, sem meias palavras, frisava a decadência da antiga metrópole.

Vocês todos são anarquistas, exceto quando esfregam a Lusitânia, único sinal de juízo que mostram. Portugal é o inimigo da nossa literatura e o maior da nossa política, consciente ou inconscientemente, mais por inconsciência, porque esse aspecto é vulgar na burrice.

Não tenho prevenção nenhuma contra o velho c ... que gerou o Brasil e que está hoje à beira-mar emurchecido, coberto de chatos e de ingleses.⁵⁷¹

Essa percepção nacionalista vai de encontro àquela dos lusófilos, mas não partilha a lusofobia e o nacionalismo xenófobo de Álvaro Bomílcar ou de Antônio Torres. Não obstante, suas prevenções antilusitanas, João Ribeiro se mostrou simpático à imigração portuguesa, considerada necessária para colonizar um país subpovoado. Reconhecia, seguindo a idéia do “rumo a terra”, que priorizava a corrente imigratória para o sertão, que os portugueses eram os auxiliares principais no desbravamento da terra e na exploração de suas riquezas, e lamentava que Portugal fosse “tão pequeno para abastecer de energia humana as terras vastas da América”.⁵⁷² Esse fato não o eximiu de ser acusado de jacobinismo por seus críticos, entre os quais Malheiro Dias, por ocasião das polêmicas envolvendo as suas idéias sobre a diferenciação da língua portuguesa no Brasil ou em torno de sua tenaz oposição à confederação luso-brasileira.

Entre 1916 e 1919, João Ribeiro desenvolveu no jornal *O Imparcial* uma campanha contrária ao projeto da Confederação Luso-brasileira e da política literária de

⁵⁷⁰ *Jornal do Brasil*. 1.1.1928. Apud Múcio Leão. *Op. cit.*, p. 283.

⁵⁷¹ *Id. Ibid.*, p. 261.

⁵⁷² João Ribeiro. Acerca da confederação luso-brasileira. In: *Cartas devolvidas*. Porto/Paris: Livraria Chardron (Lello & Irmão)/Aillaud & Bertrand, 1926, p.88.

aproximação luso-brasileira, polemizando com Alberto d'Oliveira, João de Barros, João do Rio e Malheiro Dias. A confederação não passava de mais uma manifestação gongórica e hiperbólica dos lusófilos, dissociada da opinião pública brasileira. A aproximação era um fenômeno sentimental e expressava o teimoso desconhecimento dos intelectuais portugueses da realidade brasileira ao qual estava associado o patriotismo do “Portugal-maior”.

Os comentários de João Ribeiro sobre a confederação foram motivados pela entrevista de Bettencourt-Rodrigues, propondo a união Brasil-Portugal e os meios para a sua formalização. A reação de Ribeiro apontou o idealismo extremo da proposta, a sua falta de interesse para o Brasil, um país que ainda necessitava ocupar o seu interior e, portanto, não podia dispensar esforço em projetos e problemas “exóticos ou extravagantes, grandiosos e imaginativos, com o intuito de nos alongarmos de nós mesmos e de viajarmos a boa viagem por mares nunca dantes conhecidos”.⁵⁷³ A projetada confederação atendia exclusivamente aos interesses de Portugal e pouca, ou nenhuma utilidade, traria ao Brasil. Não havia entendimento intelectual entre Brasil e Portugal, conforme pregava os apóstolos da idéia confederativa: “É uma falácia a concórdia, pelo menos na literatura”. Daí a indiferença na opinião pública brasileira e não era possível, frisava Ribeiro, “desenvolver qualquer pensamento político sem raízes na opinião pública”.⁵⁷⁴

A política “literária” de aproximação luso-brasileira, como chamava João Ribeiro, era vaga e obscura, “ditirambo inócuo”, “delírio poético” ou “maçonaria burocrática”. Expressões que indicavam a encarniçada objeção de Ribeiro a qualquer idéia que sugerisse alguma forma de colonialismo cultural.

Não tendo notícia alguma de atitudes hostis e agressivas contra os portugueses que colaboram conosco na grandeza da terra comum, difícil fora explicar um suposto antagonismo intelectual entre os dois povos.

Sempre nos pareceu despropositado e *sine materie* o programa de intensificação desnecessária de relações que não cessaram nunca de existir.

Há sem dúvida uma subtração sucessiva da influência intelectual portuguesa no Brasil; já não precisamos, como outrora, de uma palavra de recomendação de Herculano ou de Castilho.

Os tempos são outros.

Talvez venha dessa emancipação, que é apenas um sinal conhecido, o desejo de reatar a interdependência das duas literaturas.⁵⁷⁵

Os esforços dos escritores portugueses pela aproximação intelectual tinham como pressuposto um equívoco, pois ao Brasil era que deveria ter a iniciativa em razão do pouco conhecimento da cultura brasileira entre os portugueses:

⁵⁷³ João Ribeiro. Acerca da confederação luso-brasileira. *Op. cit.*, p. 88.

⁵⁷⁴ Id. *Ibid.*, p. 90-91.

⁵⁷⁵ João Ribeiro. Acerca dos vários jacobinismos. In: *Cartas Devolvidas*, p. 99-100.

Não somos conhecidos em Portugal. Na sua imprensa, nas suas livrarias e nos seus catálogos bibliográficos, não há vestígios da cultura brasileira.

O pouco que lá sabem é de ouvido ou de correspondência epistolares, de reciprocidades por vezes repreensíveis ou de subsídios de torna-viagem.

E a nossa vida mental é tida como uma espécie de sotaque, generalizado a todas as coisas do trópico. É açúcar colonial. (...)

A aproximação está patente na assiduidade e presença, aliás agradável, de portugueses na imprensa literária do Brasil, nos mostruários de todas as lojas brasileiras de livros. Quase que amamos sem a esperança de sermos amados.⁵⁷⁶

Lembrava, como comprovação dessa falta de reciprocidade, o desconhecimento de Machado de Assis em Portugal enquanto Eça de Queiroz era lido e cultuado no Brasil. Observação que levou um leitor a chamá-lo de jacobino. “Quando (...) escrevi que Machado de Assis nunca merecera uma menção nos livros portugueses, uma carta analfabeta advertiu-me do meu incorrigível jacobinismo”.⁵⁷⁷ A aproximação luso-brasileira era uma política risível tanto na dimensão econômica quanto cultural.

E a razão dessa inconveniência é perfeitamente clara: não há nenhum interesse econômico apreciável nesse comércio, e o interesse de ordem intelectual é já agora muito duvidoso.

Os portugueses da Europa bastam-se a si próprios, e não compreendem a literatura americana, acham-na bastarda, imperfeita ou disforme, em qualquer caso sem maior interesse que o de uma amostra dialetal.⁵⁷⁸

João de Barros e Alberto d’Oliveira eram exemplos da atividade dos intelectuais portugueses a favor de uma aproximação que intentava, numa “ingênua alegoria retórica”, reabsorver o Brasil no “Portugal maior”, um verdadeiro “abraço de tamanduá”.

De novo, sentimos o efusivo abraço do tamanduá. Desaparecemos inteiramente como um subentendido. Que fizeram do Brasil?

O que há é Portugal; e fora das letras iniciais, há que adivinhar na lombada a terra de Santa Cruz.⁵⁷⁹

No estudo dedicado aos brasileirismos, reunidos em *A Língua Nacional* (1921), Ribeiro discutia a língua portuguesa falada no Brasil, sua escrita e o processo de diferenciação em relação àquela falada e escrita em Portugal, cuja origem remonta ao século XVI. A formação dos brasileirismos teve início a partir do uso dos vocábulos provenientes das línguas indígenas, principalmente o tupi, mas também da permanência, no português falado na colônia, de palavras e construções gramaticais caídas em desuso em Portugal. Constituiu-se, assim, de início uma derivação do português para em seguida operar-se a transição para uma língua nacional.

⁵⁷⁶ João Ribeiro. *Op.cit.*, p. 100-101.

⁵⁷⁷ *Apud* Múcio Leão. *Op. cit.*, p. 284.

⁵⁷⁸ João Ribeiro. *Acerca dos vários jacobinismos*. In: *Cartas Devolvidas*, p. 101-102.

⁵⁷⁹ João Ribeiro. *Op. cit.*, p. 103.

A nossa independência e separação em 1822 abriu desde logo um curso divergente entre o vernaculismo português e o americano. Os próprios indivíduos inflamados pela revolta separatista adotaram nomes e apelidos indígenas ou nacionais (*Gês, Tupinambás, Montezumas*, etc) por oposição ao odiado onomástico português.

Na metrópole, muito pelo contrário, fazia-se desordenada guerra contra os estrangeirismos, principalmente contra os galicismos, cada vez mais antipáticos com a revolução francesa e a epopéia napoleônica, infensos ao ferrenho conservatismo lusitano: a guerra ao galicismo, a Arcádia literária e todas as formas de exagerado purismo representam a reação que desde os fins do século XVIII implantou a idolatria do – português de lei – que dispõe ainda hoje de alguns soldados fanáticos retardatários.⁵⁸⁰

Isto ocasionou as divergências, bastante acentuadas, no início do século XX, na gramática da língua portuguesa utilizada no Brasil e em Portugal, classificadas por Ribeiro como questões supérfluas e estéreis, “porque os portugueses não abrem mão da sua hegemonia nessa matéria, e, a seu turno, não podem infletir e torcer a naturalidade e o império dos próprios fatos”.⁵⁸¹

As disputas ortográficas e gramaticais registradas desde a emancipação do Brasil de Portugal atuavam de forma negativa sobre o homem de letras no Brasil. Havia uma falsa indiferença em relação à gramática.

É por simples vaidade, e talvez por esnobismo, que um que outro mais ousado [homem de letras] afeta desdém e indiferença pelas questões de gramática.

Não há inteira sinceridade nesse menosprezo. A pecha de incorreção é um percalço terrível.

Daí o êxito relativo dessas seções jornalísticas que nos instruem nas fantasias do bem falar ou do bem escrever e nos dizem com se fala e escreve bem ... em Coimbra ou em Lisboa.⁵⁸²

Na questão da língua, conforme entendia João Ribeiro, os letrados portugueses e parte dos letrados brasileiros partilhavam a concepção de subalternidade do Brasil em relação a Portugal e esse fato agia no sentido de mutilar a língua falada no país.

Parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão de palavras. (...)

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses.

As diferenças regionais já reclamam estilo e método diversos.

A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar idéias e sentimentos que não são pessoais.

Já não é a língua que apuramos, é o nosso espírito que sujeitamos a servilismo inexplicável.

Falar diferentemente não é falar errado. A fisionomia dos filhos não é aberração teratológica da fisionomia paterna.⁵⁸³

A reforma ortográfica adotada em Portugal, em 1911, baseada nos trabalhos de Gonçalves Viana, foi apontada por João Ribeiro como exemplo da arrogância e desdém dos

⁵⁸⁰ João Ribeiro. Antiquidade dos brasileirismos. *A Língua Nacional*, p. 25-26.

⁵⁸¹ João Ribeiro. *Op. cit.*, p. 26.

⁵⁸² *Id. Ibid.*, p. 7.

⁵⁸³ *Id. Ibid.*, p. 8.

intelectuais portugueses em relação ao Brasil. Tratava-se de uma reforma anticlássica, obra de lingüistas alheios à evolução da linguagem moderna.

A reforma portuguesa principiou mal. Foi feita sem a nossa audiência, como se os trinta milhões de brasileiros fossem analfabetos, ignorantes ou em qualquer caso “*quantité-negligeable*”. Não foi uma obra literária como cumpria ser, não foi sequer obra de filólogos (...) foi apenas um trabalho de lingüistas, estritamente glotolego [sic] bem informados das leis fonéticas e da língua antiga, mas antipáticos ao que eles chamam o artifício do renascimento e da Arcádia, ao latinismo culto, e aos influxos internacionais, principalmente franceses, em suma, infensos à evolução moderna da linguagem. (...) No Brasil, a neografia portuguesa nova e ao mesmo tempo pré-histórica, não conseguiu generalizar-se. Foi recebida com desconfiança, e essa prudente desconformidade cada vez mais se define em absoluta repulsão.⁵⁸⁴

Para Ribeiro, duas forças solicitavam o intelectual brasileiro no âmbito das discussões da língua. De um lado, a americana, espontânea, incoercível e natural e, por outro, o portuguesismo “afetado e artificioso”. O propósito de *A Língua Nacional*, livro no qual reuniu e analisou vários brasileirismos, não era a defesa de solecismos, barbarismos e outros defeitos indesculpáveis do mau uso da língua e sim a “independência do nosso pensamento e de sua imediata expressão”. A diferenciação da língua portuguesa não se reduzia à prosódia. “É abusiva e incompreensiva tolice sustentar que a diferença de uma língua, ou dialeto, para outros conste apenas na prosódia”.⁵⁸⁵ O objetivo era combater a imitação excessiva e a submissão aos cânones de Portugal em “que sacrificamos todas as nossas expressões imediatas em favor de uma língua literária, esterilizada despida de todos os seus venenos regionais”.⁵⁸⁶

Sob vários aspectos, como se verifica na questão ortográfica, somos tradicionalistas, ou antes, somos indiferentes à evolução de além-mar. Isso não é um antagonismo refletido (o que seria novo artifício) é a consciência de que já possuímos os fundamentos de evolução própria, nova e independente.⁵⁸⁷

A defesa da concepção de um língua nacional (Ribeiro não menciona o termo “língua brasileira”), distanciada do modelo gramatical português, julgado arcaizante e passadista, tornou João Ribeiro uma figura próxima do Modernismo. Ao arcaísmo estava identificada uma parcela da cultura portuguesa representada pela Academia das Ciências (Julio Dantas, Alberto d’Oliveira) e pelos gramáticos (Cândido de Figueiredo, Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos) que teimavam em impor aos brasileiros a norma gramatical portuguesa. Nesse escopo contavam, no Brasil, com o auxílio dos puristas nacionais da

⁵⁸⁴ João Ribeiro. Acerca da questão ortográfica. In: *Cartas devolvidas*, p. 31-33.

⁵⁸⁵ João Ribeiro. *A Língua Nacional*. In: *A Língua Nacional*, p. 16.

⁵⁸⁶ João Ribeiro. *Op. cit.*, p. 18.

⁵⁸⁷ Id. *Ibid.*, p. 22.

língua, numerosos na própria Academia Brasileira de Letras, como Filinto de Almeida e Silva Ramos, indiferentes e distanciados das transformações lingüísticas em curso no país.

João Ribeiro reagiu aqueles que, na Academia, propuseram a adoção pelo Brasil da ortografia lusitana de 1911 e, aceita em 1915, derogando o trabalho de reforma ortográfica de 1907, empreendido na própria instituição.

Apagavam-se, de um lance, os traços diferenciais que não convêm existir, e a que não temos direito algum. Para os espíritos perplexos já não existe ambigüidade. Língua portuguesa, literatura portuguesa, e Academia ... portuguesa. O Brasil é filial e sucursal em todo esse negócio.⁵⁸⁸

A Academia desmoralizava-se ao concordar com as mudanças ignorando as características próprias assumidas pela língua portuguesa no Brasil, o “português brasileiro”. Apesar da insatisfação e das ameaças, João Ribeiro não abandonou a Academia, e ali permaneceu na defesa da tese da diferenciação lingüística entre Brasil e Portugal.

Para Cassiano Ricardo, João Ribeiro foi um inovador, o verdadeiro precursor do Modernismo, haja vista a luta que empreendeu pelo reconhecimento das diferenças já existentes entre Portugal e o Brasil na questão lingüística.⁵⁸⁹ Wilson Martins, todavia, explica a posição de João Ribeiro mais pela sua indulgência na crítica aos autores nacionais do que por sua simpatia pela estética modernista. A condescendência, de fato, esconderia hostilidade ainda que temperada pelo ceticismo.⁵⁹⁰

Também Mário de Andrade tinha restrições à figura de João Ribeiro como precursor do Modernismo. Embora defendesse a ortografia e o português “brasileiro”, Ribeiro escrevia como um purista gramatical aparentemente alheio às inovações. Andrade enquadrava João Ribeiro na lista dos autores brasileiros que confundiam estilo com linguagem e reproduziam a sintaxe e a gramática lusitana embora se empenhassem na defesa das particularidades do português falado/escrito no Brasil. Era o caso, além de João Ribeiro, de Edgar Sanches e Graça Aranha.

Não posso me esquecer da verdadeira desilusão que me causou o admirável livrinho de João Ribeiro sobre a língua nacional. João Ribeiro pugnava pela nossa libertação gramatical, dava os argumentos da sua cultura, mas na verdade era o primeiro a desprezar as suas próprias convicções escrevendo numa linguagem, que, embora sem lusismos inaceitáveis pra (sic) nós, também cuidava de não empregar nenhum brasileiro inaceitável para Portugal. Na verdade ele permanece fiel a qualquer gramática que a universidade-mater de Coimbra aconselhasse aos portugueses de bom estirpe.

⁵⁸⁸ Apud Múcio Leão. *Op. cit.*, p. 88-89.

⁵⁸⁹ Alfredo Bosi. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1982, p. 355-357. Afrânio Coutinho. A crítica naturalista e positivista, p. 64. In: Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho (dir.). *Op. cit.*, v. 3, p. 64. Essa visão de Cassiano Ricardo sobre a relação entre João Ribeiro e o Modernismo influenciou vários historiadores da literatura brasileira. É o caso, além do citado Afrânio Coutinho e de Luciana Stegagno-Picchio. *História da Literatura Brasileira*. 2ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004, p. 423.

⁵⁹⁰ Wilson Martins. A Crítica modernista. In: Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho (dir.). *Op. cit.*, v. 5, p. 613.

Graça Aranha em seguida fez o mesmo, em mais de um sentido.⁵⁹¹

De fato, João Ribeiro era também um aficcionado pelos clássicos literários portugueses: Camões, Gil Vicente, Frei Manoel de Melo. Dos autores portugueses do Oitocentos preferia Camilo Castelo Branco, Antonio Feliciano de Castilho e Ramalho Ortigão. Ao contrário da corrente dominante entre os letrados nacionais, João Ribeiro tinha antipatia por Eça de Queiroz considerando sua influência uma ilusão pirotécnica. O autor de *Os Maias* e *O crime do Padre Amaro* não era um bom romancista, mas um panfletário.⁵⁹²

Outro ponto discordante em relação ao Modernismo foi a crítica ao indianismo tratado por João Ribeiro como uma mistificação histórica e ilusão voluntária dos nativistas. O indianismo, antes de ser um fenômeno literário, era classificado por Ribeiro como fenômeno político. Era uma “literatura tamoia”, antiportuguesa e aliada casual do francês. Gonçalves Dias e José de Alencar representam duas apreensões do indianismo na literatura. O poeta inspirou-se nas “coisas brasileiras” e sua obra sucedeu a imitação dos exóticos romances de Chateaubriand. Em José de Alencar, de outro lado, o indianismo assumiu uma “graciosa falsificação erudita e pessoal” tomada de empréstimo: de Gonçalves Dias e do exotismo francês. Em suma o indianismo foi uma “ficção patriótica e uma imitação francesa”.⁵⁹³

A “questão da língua” e da literatura tinha raiz política e cultural e constituía uma das dimensões do processo de afirmação da identidade nacional e da emancipação em relação a Portugal. Duas posições antagônicas dominaram as discussões em torno da língua e da literatura espelhando, com diferentes níveis, as dissensões entre lusófilos e lusófobos. A primeira defendia a adoção dos padrões lusitanos de linguagem no Brasil, seguia as normas gramaticais e ortográficas prescritas de acordo com os autores clássicos portugueses e procurou manejar a língua portuguesa com mais precisão e até mais “pureza” do que era utilizada em Portugal. Outra vertente, essencialmente nacionalista e antilusitana, valorava o português brasileiro como uma nova língua ramificada da língua portuguesa e ambientada em meio social e cultural diverso da antiga metrópole. A língua era entendida como um instrumento de singularidade da nação e de sua distinção na esfera cultural, frente ao antigo colonizador. A língua brasileira, como a literatura, representava, portanto, a finalização do processo de autonomização e repulsa ao português.

⁵⁹¹ Mario de Andrade. Portugal. *Diário de Notícias*. 18.8.1940. Apud Arnaldo Saraiva. *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português: Subsídios para o seu Estudo e para a História das suas relações*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 597.

⁵⁹² *O Imparcial*. 1.3.1919. Apud Mucio Leão. *Op. cit.*, p. 267.

⁵⁹³ João Ribeiro. O indianismo na literatura. In: *Cartas Devolvidas*, p. 249-254.

A situação, no entanto, era mais complexa, como indicou o exame do pensamento de João Ribeiro, ardoroso defensor da autonomia literária em relação a Portugal e bastante suscetível à presunção de superioridade cultural dos letrados portugueses em relação aos brasileiros. Em seus escritos João Ribeiro criticou o purismo gramatical e o perfil excessivamente lusófilo, no caso da língua, da *intelligentsia* brasileira das primeiras décadas do século XX. João Ribeiro ainda representou, todavia, a influência e o prestígio que a cultura portuguesa detinha entre as elites brasileiras, cuja formação intelectual, na segunda metade do século XIX, principalmente da “geração de 70”, foi temperada por outras influências culturais – a francesa, a alemã e a inglesa – transmissoras de idéias literárias, filosóficas e políticas que sobrepujaram, lentamente, a influência cultural portuguesa.

* * *

CAPÍTULO III – A trajetória de Carlos Malheiro Dias (1875-1941):

um escritor luso-brasileiro

*A desproporção entre a idealidade e a realidade poucos a sentiram, poucos a sofreram, como esse admirável escritor.*⁵⁹⁴

O capítulo examina as múltiplas atividades desempenhadas por Carlos Malheiro Dias, os vínculos estabelecidos com a colônia portuguesa e sua inserção nos círculos intelectuais brasileiros. Como escritor e jornalista, Malheiro Dias construiu uma trajetória intelectual e política que o qualificou como escritor luso-brasileiro. Essa trajetória é reconstruída por meio do estudo biográfico e da abordagem de algumas obras literárias, classificadas no gênero do romance histórico ou do Realismo/Naturalismo, conferências e textos jornalísticos. Elas possibilitaram seu reconhecimento cultural, social e político como agente intelectual de um restrito grupo de indivíduos, brasileiros e portugueses, que perfilhavam a idéia da comunhão de interesses, em razão de vínculos culturais e históricos, entre os dois povos, a fraternidade luso-brasileira.

1. A trajetória intelectual e política de Carlos Malheiro Dias.

Em 29 de junho de 1918, no salão da Associação dos Empregados do Comércio, no Rio de Janeiro, um numeroso grupo de intelectuais e políticos reuniu-se para homenagear o escritor e jornalista português Carlos Malheiro Dias em um banquete divulgado como uma festa de confraternidade luso-brasileira. Radicado desde 1913 na capital federal, Malheiro Dias iniciava o apogeu de sua produção intelectual disseminada em jornais, conferências, na redação da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* e em polêmicas literárias e políticas tanto no Brasil quanto em Portugal.

A homenagem em tela estava associada a uma destas polêmicas, travada com Antônio Torres, Jackson de Figueiredo e João Ribeiro a respeito das relações literárias entre Brasil e Portugal que desaguou em acusações de jacobinismo e xenofobia. Demonstrava também a projeção cultural e social alcançada pelo homenageado e seus vínculos com importantes personagens do meio político e cultural da época, como o conde Afonso Celso, Filinto de Almeida, João do Rio, Miguel Calmon, Celso Vieira, Ataulfo de Paiva, o embaixador de Portugal Duarte Leite e o poeta Alberto d'Oliveira, então cônsul português no Rio de Janeiro.

⁵⁹⁴ Augusto de Castro. O Último grande romântico. In: *Homens e Sombras*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, s.d., p. 159.

Em razão das múltiplas atividades exercidas ao longo de sua trajetória no Brasil e em Portugal, da ligação com a elite da colônia portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, da qual foi o mais expressivo representante intelectual, e do empenho no intercâmbio cultural Brasil-Portugal, Malheiro Dias ocupou uma posição privilegiada nas relações luso-brasileiras, no período compreendido entre o fim do século XIX e o primeiro terço do século XX.

Carlos Malheiro Dias nasceu no Porto em 13 de agosto de 1875.⁵⁹⁵ O pai, Henrique Malheiro Dias, era representante de uma companhia francesa de seguros e a mãe, Adelaide Carolina de Araújo Pereira, era brasileira natural do Rio Grande do Sul. A ascendência brasileira pelo lado materno foi sempre salientada por Malheiro Dias, principalmente, nos momentos de acirramento das polêmicas em que se envolveu com antagonistas brasileiros.⁵⁹⁶ As origens familiares do lado materno, nesse sentido, atuavam como reforço identitário individual e afetivo do vínculo histórico e cultural entre Brasil e Portugal. Os avós paternos, de outro lado, eram provenientes da freguesia de Santa Eulália de Barrosa, comerciantes inseridos na burguesia liberal e agraciados com mercês honoríficas pelo regime consolidado nos anos 1820/1830.⁵⁹⁷

As origens sociais de Malheiro Dias, portanto, encontram-se enraizadas no meio burguês do Porto oitocentista. Cidade mercantil, voltada para o ultramar e núcleo de imigrantes “torna-viagem” – os “brasileiros” – que, por meio de suas pequenas poupanças ou grandes fortunas, dinamizavam a economia regional, chegando alguns a possuir grande prestígio político, como Joaquim dos Santos Ferreira (conde de Ferreira) ou o comendador Miguel Dantas Gonçalves Pereira.⁵⁹⁸ O Porto também fora o fulcro da resistência ao miguelismo e fundamental para a constituição da monarquia liberal portuguesa do século XIX. Um dos avós de Malheiro Dias participou da guerra civil ao lado de D. Pedro IV e dos

⁵⁹⁵ Por ocasião do centenário de nascimento do escritor, a data de seu nascimento e as circunstâncias dramáticas da sua vida foram lembradas por Josué Montello: “o romancista tinha todas as condições para falhar na vida, se fosse verdadeiro o prognóstico das superstições: além de ter nascido a 13 de agosto, a data caiu numa sexta-feira”. Malheiro Dias, asseverou Montello, contrariou o vaticínio aziago e realizou com brilho o seu destino de homem de letras. Cf. Josué Montello. Um esquecido: Carlos Malheiro Dias. *Jornal do Brasil*. 14.10.1975. Primeiro Caderno, p. 6.

⁵⁹⁶ Cf. Vida Social. Carlos Malheiro Dias. *O Paiz*, 29.6.1918. Trata-se de um retrato biográfico autorizado de Malheiro Dias.

⁵⁹⁷ Carlos Malheiro Dias. Traços autobiográficos. *Ocidente: Revista Portuguesa de Cultura* (1). Lisboa: v. I, Maio 1938, p.55-56. Malheiro Dias entregou a Álvaro Pinto, então editor de *Ocidente*, “algumas dezenas de tiras com apontamentos autobiográficos” que o editor ordenou e publicou nos números 1 e 2 da revista. Em razão de uma fratura no braço, Malheiro Dias não pôde continuar a escrever o que seria um esboço de autobiografia. Cf. Notas e Comentários. *Ocidente* (3), v I, Jul 1938, p. 491 e Álvaro Pinto. Carlos Malheiro Dias. Apontamentos para a história de seus últimos anos de vida dramática. *Ocidente* (43), v. XV, Nov. 1941, p.155.

⁵⁹⁸ Cf. Jorge Fernandes Alves. *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos, 1994, p. 327-336.

liberais, fato do qual sempre demonstrou orgulho: “o meu conservantismo vela piedosamente a obra revolucionária dos meus avós”.⁵⁹⁹

Após os estudos no Colégio de Santa Quitéria, em Felgueiras, e no Liceu de Lamego, Malheiro Dias iniciou o curso de Direito em Coimbra, mas logo se transferiu para o Curso Superior de Letras, em Lisboa, concluído em 1899. O Curso era uma escola autônoma com sete disciplinas distribuídas ao longo de três anos. O corpo docente era formado por professores com pensamento filosófico e político heterogêneo, incluindo os chamados “dissidentes da monarquia”, os republicanos Teófilo Braga, Adolfo Coelho e Vasconcelos de Abreu.⁶⁰⁰ Essa situação permitia a difusão de inovações culturais e políticas, incentivava o debate de idéias e contribuía para atrair estudantes com vocação para as humanidades e a literatura, avessos ao ensino do Direito, monopolizado por Coimbra. Assim, antes de Malheiro Dias, o Curso Superior de Letras foi freqüentado por Cesário Verde e Eugênio de Castro, dois dos principais poetas portugueses da segunda metade do século XIX, pelo romancista Antero de Figueiredo e pelo historiador brasileiro Oliveira Lima.

Pouco antes da conclusão do Curso, em dezembro de 1898, Malheiro Dias casou-se com Luisa de Sousa Ribeiro de Abreu (†1924) de uma família residente em Guimarães. O casal teve um filho (Luis Manuel) e duas filhas (Maria Adelaide e Maria Luísa). As cartas escritas por Malheiro Dias para a futura esposa quando era estudante em Lisboa revelam uma sensibilidade influenciada pelo ultra-romantismo. “Teu amor é a Jerusalém do meu destino”⁶⁰¹, afirmava Malheiro Dias, e este destino representava o revigoramento de ambições pessoais:

A minha vida até hoje não tem sido um desperdício. Se eu recolhi bandeiras a meio da peleja é porque as quis desfraldar imaculadas na conquista da felicidade e do amor. Não possuía então quem me guardasse os sonhos e tinha medo de os deixar na mão sacrílega do inimigo. Hoje, que tu és a depositária da minha ventura eu nada de precioso vou arriscar nesse combate.⁶⁰²

As confissões de Malheiro Dias à noiva estão associadas certamente à sua experiência de imigrante no Brasil, acontecimento muito recente e do qual se encontrava ainda bastante influenciado.

E se alguma vez pequei no código egoísta das convenções, foi por grandeza d’alma. Nunca te assustes, ó minha pequenita, quando te falarem de mim como um homem de violências, de exaltações e de loucuras. Acima desses rumores trouxe eu sempre bem à

⁵⁹⁹ Carlos Malheiro Dias. Prefácio. Aquilino Ribeiro. *Jardim das Tormentas*. Lisboa/Rio: Aillaud, Alves & Cia/Francisco Alves & Cia., 1913, p. XI. Idem. Advertência da primeira edição. *Exortação à mocidade*. Porto: David Jorge Pereira (ed.), 1977, p. 10.

⁶⁰⁰ Luis Reis Torgal. A Instrução Pública. In: Luis Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.). *História de Portugal*. v. V. O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 547-549.

⁶⁰¹ Carlos Malheiro Dias. *Cartas de Amor (1898-1899)*. Lisboa: s/ed. 1937, p. 42.

⁶⁰² Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 108-109.

vista a responsabilidade de todos os meus atos e nunca lesei alguém senão a mim na minha vida toda.⁶⁰³

Entre a conclusão dos estudos liceais e a entrada no curso superior, Malheiro Dias rumou para o Rio de Janeiro, cidade na qual viveu entre 1893-1897 e onde estreou na literatura, publicando contos e folhetins em jornais e revistas literárias.⁶⁰⁴ Os motivos da viagem ao Brasil encontram-se quase que ausentes nas notícias biográficas sobre Malheiro Dias. Nas memórias de Eduardo Schwalbach (*A lareira do passado*), mencionam-se as razões dessa primeira estadia brasileira, podendo, ainda, se entrever seu cotidiano no Rio de Janeiro.

O comércio e a carreira caixeiral estavam no centro dessas motivações e, nesse aspecto, o jovem de 18 anos seguia a trajetória de milhares de jovens emigrantes do norte português que demandavam ao Brasil para trabalhar no retalho e atacado das cidades litorâneas.⁶⁰⁵ Como observa João Gaspar Simões⁶⁰⁶, oriundo de uma família burguesa envolvida com o comércio, nada mais natural que o direcionamento de Malheiro Dias para essa atividade. Assim, no Rio de Janeiro, empregou-se numa firma de comércio de café, em cujas proximidades, residia num pequeno quarto cedido pelo patrão.

O jovem caixeiro demonstrou mais intimidade com a literatura do que interesse pelo comércio. O fato foi percebido pelo patrão, o negociante Vasconcelos, que adotou uma atitude condescendente em relação ao aprendiz.⁶⁰⁷ Logo, Malheiro Dias tornou-se colaborador de *A Semana*, revista dirigida por Max Fleiuss e Valentim de Magalhães ao qual Gonzaga Duque atribui a estréia literária de Malheiro Dias. O fato despertou a animosidade dos círculos literários da rua do Ouvidor, chamados pejorativamente de nefelibatas, e que costumavam se reunir na livraria Fauchon, o cenáculo “sempre fervente de preocupações estéticas às 3 da tarde”.⁶⁰⁸ Os nefelibatas, seguidores do credo do simbolismo, praticantes de uma poesia de “versos decadentistas” e detratores de Machado de Assis, Raimundo Corrêa e Zola, apontaram o jovem Malheiro Dias como réprobo e renegado de sua geração.

Assim, naquele meio tranqüilo, em que já estavam muitos dos futuros acadêmicos, o moço escritor ganhou vôo. Cá fora, na Torre de Marfim, que não esperou as demolições para deixar livre a rua do Ouvidor, rosnava-se contra aquele gênio que abatera de repente da Paulicéia arrastado por Valentim de Magalhães para a glória da publicidade e do renome. Havia então um moço, *um novo*, que não era nefelibata?

⁶⁰³ Id. *Ibid.*, p. 31-32.

⁶⁰⁴ Carta de José Vicente de Azevedo Sobrinho a Filinto de Almeida. São Paulo. 2.7.1918. [114] RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias. Na carta Azevedo menciona um conto de Malheiro Dias (“Palhaço”) publicado no *Comércio de São Paulo*.

⁶⁰⁵ Jorge Fernandes Alves. *Op.cit.*, p. 77-78.

⁶⁰⁶ João Gaspar Simões. *História do Romance português*. v. 3. Lisboa: Estúdios Cor, 1972, p. 98.

⁶⁰⁷ Eduardo Schwalbach. *A lareira do passado*. Lisboa: Edição do Autor, 1944, p. 380.

⁶⁰⁸ Cf. Gonzaga Duque. Carlos Malheiro Dias. *Kosmos*. Ano IV, n° 4, Abr. 1907.

Ninguém o acreditava e muito menos se acreditava que fora da sacratíssima escola pudesse haver talento.⁶⁰⁹

O mesmo Valentim de Magalhães resenhou de forma bastante elogiosa uma dessas colaborações. Tratava-se do excerto de um romance histórico ambientado na União Ibérica, ainda em esboço, mas suficiente para ser saudado como um talento a ser encorajado.

O jovem autor tem ido, com o mais atento cuidado, beber às fontes históricas os conhecimentos e informes indispensáveis a um trabalho desse gênero, de modo a embeber-se, a impregnar-se o mais completamente possível do caráter geral, do ar da época, que no atinente aos fatos, cristalizados nas crônicas do tempo, como no respeitante aos usos, costumes, crenças, vícios, abusões, as mais características modalidades da alma social e a todo o colorido e corte da linguagem da época. *A Semana* sente-se orgulhosa e contente de abrir a sua seção *Os que surgem* com a apresentação de Carlos Dias, certa de que nesse fato encontrará ele o encorajamento necessário para prosseguir a sua rija e gloriosa tarefa.⁶¹⁰

Em 1894, na linha do romance histórico, tendo como pano de fundo a Antiguidade, Malheiro Dias estréia com um livro denominado *Cenários. Fantasias sobre a História Antiga*,⁶¹¹ seguido da peça teatral, em cinco atos, *Corações de Todos* (1896) e da publicação de *A Mulata* (1896). Este último romance é ambientado no Rio de Janeiro no início da república, e nele, o jovem Malheiro Dias inspirou-se em elementos colhidos pelo testemunho pessoal tanto dos distúrbios políticos – a guerra civil dos governos de Floriano Peixoto e Prudente de Moraes (revolução federalista, revolta da Armada, a campanha lusófoba) – como da vida literária da época.

Na mesma época, além da estréia literária, Malheiro Dias iniciou a sua carreira nos jornais provavelmente com a publicação de folhetins. Primeiro colaborou em *A Notícia* e depois na *Cidade do Rio*. De acordo com Gonzaga Duque, o proprietário da *Cidade do Rio*, José do Patrocínio, impressionou e influenciou a reação de Malheiro Dias aos ataques dos nefelibatas.

Muito moço, em plena floração do seu espírito não pôde suportar os ataques da grei inovadora e, talvez sofrendo o influxo de Patrocínio que era a ação feita combate, retaliou com vigor.

Os seus folhetins, como ainda mais tarde o seu primeiro romance *A Mulata* ressentem-se desse sopro de combatividade e de violência.⁶¹²

⁶⁰⁹ Gonzaga Duque. *Op. cit.* Sobre os nefelibatas ver Luiz Edmundo. *De um livro de memórias*. v. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958, p. 539-545. Para um resumo das diversas escolas do Simbolismo no Brasil ver Afrânio Coutinho. *Introdução à Literatura no Brasil*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 219-222.

⁶¹⁰ Max Fleiuss. *A Semana. Crônicas de Saudades. (1893-1895)*. Rio de Janeiro: s.ed. 1915, p. 28. O romance não foi completado.

⁶¹¹ *Cenários. Fantasias sobre a História Antiga*. Rio de Janeiro: Joaquim Cunha & Cia. Editores, 1894.

⁶¹² Gonzaga Duque. *Op.cit.*

A publicação de *A Mulata* (1896) propiciou uma fama precoce ao seu autor, que então se assinava Carlos Dias. A reação ao romance, entretanto, por uma parcela do público motivou o retorno a Portugal. De fato, publicada em plena inquietação nacionalista na primeira década republicana, *A Mulata* foi alvo de críticas acerbas, mais de cunho político do que literário, e garantiu para o autor uma acolhida bastante desfavorável nos círculos intelectuais e políticos nacionalistas antilusitanos.

A residência no Brasil entre 1893 e 1897 propiciou a Malheiro Dias, de um lado, a estréia na literatura e, de outro, o vínculo com o comércio, empreendimentos aparentemente antagônicos, mas que o acompanharam por toda a vida numa multiplicidade de intervenções na esfera intelectual e na esfera econômica o que possibilitou a tessitura de uma notável rede de sociabilidades.

Nessa primeira estadia no Brasil, Malheiro Dias fez-se presente nos círculos literários do Rio de Janeiro *fin de siècle*, cujos indivíduos eram freqüentadores assíduos das confeitarias e livrarias da rua do Ouvidor, onde se discutia as últimas novidades da vida política e intelectual local e aquelas provenientes da Europa, principalmente a França.

Em 1894, durante uma curta permanência em São Paulo, Malheiro Dias iniciou uma amizade duradoura com um compatriota, Armando Erse (1874-1952), também dividido entre o comércio e a vocação literária. Com o pseudônimo literário de João Luso, Erse construiu uma carreira de jornalista e contista em São Paulo e no Rio de Janeiro, consagrada em 1932, com a eleição para sócio-correspondente da Academia Brasileira de Letras.⁶¹³

A trajetória de Erse, aqui apresentada de forma resumida, indica as possibilidades de ascensão social de um imigrante português, no Brasil, do fim do século XIX, com uma bagagem cultural superior à média e com ambições no campo literário.⁶¹⁴ Malheiro Dias e João Luso apresentaram um início de carreira no mundo das letras de forma bastante semelhante e separadas com o retorno do primeiro a Portugal, onde acumulou um significativo capital social que lhe permitiu atuar, mais adiante, como agente do luso-brasileirismo nas duas bandas do Atlântico.

Esta primeira estada no Brasil proporcionou a Malheiro Dias contatos com importantes figuras da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, indivíduos que integravam a direção das instituições patrocinadas pela elite, como a Beneficência Portuguesa e o Gabinete

⁶¹³ Armando Erse (João Luso). Dez de Junho (1935). *Orações e palestras*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941, p. 237. Um quarto de hora com João Luso. *Textos dispersos*. Lousa: Câmara Municipal da Lousã/BML, 2001, p. 83-87.

⁶¹⁴ João Bigotte Chorão. *Carlos Malheiro Dias na ficção e na História*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), 1992, p. 93.

Português de Leitura, cuja biblioteca freqüentou, como inúmeros outros compatriotas, como leitor e para qual legou sua biblioteca pessoal.

Em 1895, a proximidade com a elite da colônia garantia a Malheiro Dias receber dois contos de réis de António Gomes de Avelar (conde de Avelar) pela escrita de uma história da Beneficência Portuguesa.⁶¹⁵ E, quase dois anos depois, prestes a retornar a Portugal, vendeu os direitos de *A Mulata* para o seu editor Pedro da Silva Quaresma por um conto e meio de réis.⁶¹⁶ Esses valores representavam uma pequena fortuna na época e eram difíceis de serem obtidos por um estreante na literatura. Na mesma ocasião, Machado de Assis negociara com Garnier a terceira edição de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e a segunda de *Quincas Borba* por 250\$000 réis e, em 1899, transferiu para o mesmo editor os direitos sobre asua obra literária por oito contos de réis.⁶¹⁷

Em Portugal, após o casamento (1898) e a conclusão do curso universitário (1899), Malheiro Dias alcançou uma rápida ascensão no mundo político, apoiado por relações familiares e de amizade, como Bernardo Pinheiro Correia de Melo (conde de Arnoso), que o indicou a Hintze Ribeiro, chefe do Partido Regenerador, para o cargo de governador-civil.⁶¹⁸ Em 1900, era nomeado administrador do 2º Bairro do Porto e, logo em seguida, em 1901, eleito deputado pelo Partido Regenerador, como representante do círculo de Viana do Castelo (Minho), e pelo qual foi reeleito em 1902 e 1905. Em 1910 conquistou o quarto mandato, desta vez, por Vila Real (Trás-os-Montes), cujo eleitorado era fortemente monarquista.⁶¹⁹

O sistema político da monarquia parlamentar portuguesa no último terço do século XIX foi marcado pela hegemonia dos partidos Regenerador e Progressista. Os Regeneradores apoiavam a Carta de 1826 e tinham um cunho mais conservador quando comparado aos Progressistas. A partir de 1890, os programas das duas agremiações eram praticamente os mesmos com as disputas políticas sendo travadas a reboque dos interesses dos grandes caciques como Hintze Ribeiro e José Luciano de Castro. As maiorias parlamentares eram

⁶¹⁵ Carlos Dias. *Apontamentos para a História da Sociedade Portuguesa de Beneficência: 1840-1895*. Rio de Janeiro: Typographia Commercio de Pereira Braga, 1895.

⁶¹⁶ Laurence Hallewell. *O Livro no Brasil: Sua História*. [trad. de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza]. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005, p. 274-275.

⁶¹⁷ Brito Broca. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p. 203.

⁶¹⁸ Segundo Eduardo Schwalbach a nomeação foi suspensa em razão da baixa estatura física de Malheiro Dias. “Hintze Ribeiro, que nunca vira o eminente autor da *Maria do Céu*, deu-lhe as melhores esperanças. Mas sucedeu mostrarem-lho e ficou aterrado. Imediatamente tratou de falar com o Conde de Arnoso e com tristeza ponderou-lhe ‘Impossível a nomeação do Malheiro Dias para governador civil! Vi-o ontem; tão pequenino, pode lá infundir respeito!’ E não o nomeou”. Eduardo Schwalbach. *Op.cit.*, p. 230.

⁶¹⁹ Cf. Douglas L. Wheeler. *História Política de Portugal. 1910-1926*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978, p. 79.

instáveis, o que significou a realização de uma eleição para o Parlamento a cada 17 meses, entre março de 1890 e agosto de 1910.⁶²⁰

Nesse contexto, cabe indagar o sentido da atração que a política parlamentar liberal exercia sobre indivíduos como Malheiro Dias, proveniente de uma camada social privilegiada e dotado de formação superior. Segundo Rui Ramos, a participação no jogo político do Estado liberal era parte da obtenção da preeminência social pelo indivíduo⁶²¹ e constituía o desdobramento natural da aquisição da educação, uma “marca essencial da pertença a uma classe respeitável – a daqueles que podiam deixar os filhos adiar o momento de se empregarem”.⁶²²

Embora o talento fosse um elemento importante e o autodidatismo também tivesse seu quinhão, a aquisição e/ou formalização do capital cultural, naquelas instituições prestigiadas, como fontes de recrutamento para o Estado tornou-se uma condição fundamental para ingressar nas elites de Portugal. Nelas constituíam-se as redes de sociabilidade capazes de apoiar uma carreira nas diversas esferas da vida pública: o parlamento, as instituições de ensino, as academias e a imprensa.

No caso de Portugal, despontava a multissecular Universidade de Coimbra, celeiro de bacharéis e homens de letras. Porém, no fim do século XIX, outras instituições de ensino superior tinham sido organizadas pelo Estado liberal português para atender as demandas das elites que o apoiavam como, as Escolas Politécnicas e Médico-Cirúrgicas, em Lisboa e no Porto; e o já mencionado Curso Superior de Letras.

A entrada nestas instituições dependia de um investimento a que poucos indivíduos tinham acesso e vinculava-se à capacidade financeira do grupo familiar ou das relações de sociabilidade. João Luso, por exemplo, fez o curso preparatório no Liceu de Coimbra, no entanto, em razão da morte do pai e da insuficiência de recursos financeiros da família abandonou os estudos para procurar um emprego e, finalmente, emigrou para o Brasil.⁶²³

Tal apoio parece que não faltou a Malheiro Dias, após o retorno do Brasil. Em Lisboa, além do curso de letras, o jovem estudante ingressou na vida boêmia. Foi recebido nos salões da alta burguesia, freqüentou os teatros de São Carlos e Dona Maria II e iniciou amizades que se estenderiam por toda a vida, como aquela desfrutada com Julio Dantas, então

⁶²⁰ Cf. Douglas L. Wheeler. *Op. cit.*, p. 42-43 e Rui Ramos. Os Últimos anos do Estado Liberal. In: Rui Ramos (coord). *História de Portugal*. v. VI. A Segunda Fundação (1890-1926). Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 106.

⁶²¹ Rui Ramos. *Op. cit.*, p. 103.

⁶²² Id. *Ibid.*, p. 268.

⁶²³ Armando Erse. Um quarto de hora com João Luso. In: *Textos dispersos*, p. 84.

um acadêmico de medicina, com o qual escreveu uma peça teatral em quatro atos (*Comediantes*).⁶²⁴

Nesse quadro, a ascensão social de Malheiro Dias, às vésperas do matrimônio, parecia bastante promissora de modo que ele podia augurar à noiva um futuro de grandeza: “Verás, pequenita, como eu vou fazer por ser digno de ti, e como o nome que vais juntar ao teu há de ser grande um dia ...”⁶²⁵

Nos primeiros anos do século XX, o jovem Malheiro Dias exerceu outras funções públicas, além da cadeira de deputado. Foi nomeado membro do Conselho de Arte Dramática. Em 1903, ocupou o cargo de adido extraordinário de legação e chefe de gabinete do ministro de obras públicas, Alfredo Vieira Vilas-Boas (conde de Paçô Vieira), político de grande influência junto a Hintze Ribeiro e a quem dedicou *Paixão de Maria do Céu*, e comissário do governo junto à Companhia dos Caminhos de Ferro Meridionais.

Em paralelo às atividades políticas, dedicou-se à literatura e ao jornalismo, campos nos quais construiu um sólido prestígio. Datou desse período, o início do século XX, a publicação dos romances *O Filho das ervas* (1900), *Os Teles de Albergaria* (1901) e *Paixão de Maria do Céu* (1902); da peça teatral *O Grande Cagliostro* (1905) e do volume de contos de *A Vencida* (1907). Essas obras estavam intrinsecamente vinculadas ao sucesso mundano e à consagração burguesa. Foi agraciado com comendas e ordens honoríficas: Santo Olaf, da Noruega; Leopoldo, da Bélgica; Isabel, a Católica e Afonso XII da Espanha; e a comenda de São Thiago. Esta última foi concedida pelo rei D. Carlos, após a récita de *O Grande Cagliostro*.

Em 1906, foi eleito para a Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa e, no ano seguinte, para a Academia Brasileira de Letras, como sócio-correspondente, na vaga de Eça de Queiroz (algo emblemático para um escritor apontado como epígono do realismo queirosiano), por iniciativa de Euclides da Cunha, Olavo Bilac e Salvador de Mendonça.⁶²⁶ Ainda em 1907, partiu para o Rio de Janeiro, em missão jornalística e diplomática, com o objetivo de preparar a malograda visita de D. Carlos ao Brasil, prevista para 1908, por ocasião da comemoração do Centenário da Abertura dos Portos.

O êxito intelectual, político e mundano foi acompanhado pelo exercício do jornalismo. Tornou-se editor da *Ilustração Portuguesa* (semanário fundado em 1904 de

⁶²⁴ Carlos Malheiro Dias. *Cartas de Amor*, p. 74 e Id. A Escalada. In: *A Verdade nua*, p. 159-160.

⁶²⁵ Carlos Malheiro Dias. *Cartas de Amor*, p. 140.

⁶²⁶ Cf. Vida Social. Carlos Malheiro Dias. *O Paiz*, 29.6.1918. A cadeira ocupada por Malheiro Dias, a número 12, tem como patrono Antônio José da Silva, o Judeu. Malheiro Dias foi sucedido por Egas Moniz, Reynaldo dos Santos, João Gaspar Simões e Mário Soares.

propriedade da empresa *O Século*), em que, em suas crônicas – *As Cartas de Lisboa* –, comentava aspectos da sociedade e da capital portuguesa.⁶²⁷ Essa experiência na imprensa cotidiana foi de grande importância para as atividades que posteriormente desempenhou no Brasil como editor de revistas (*Revista da Semana* e *O Cruzeiro*).

Dessa forma, o período entre 1899 e 1910 foi marcado por uma vertiginosa acumulação de variadas formas de capital social por Malheiro Dias, demonstrável pelas insígnias de reconhecimento social como o recebimento de comendas honoríficas e a participação nas academias.⁶²⁸

O sucesso de crítica e de público consolidou sua posição no mundo das letras, mas também na mundanidade social da *Belle Époque*, cujo ápice foi a entrada do escritor no círculo íntimo da casa real portuguesa que o marcou de forma perene. A atração pela monarquia e pela aristocracia fundiária⁶²⁹, engrandecida como exemplo da tradição e fidalguia portuguesa, decerto estava associada às origens burguesas de Malheiro Dias. O escritor mostrou-se ao longo da vida desejoso de equiparar-se àqueles grupos, socialmente mais elevados, em razão do nascimento, da cultura ou da fortuna.

A grandeza, a pompa, o aparato!... A maior opulência de guarda-roupa, a maior riqueza de adereços e o mais imponente movimento cênico a contrastar com o seu corpo pequeno e franzino em cujo cérebro refulgia, todo o brilhantismo dum pachá de três caudas!⁶³⁰

João do Rio com a sua argúcia ao recolher, durante sua visita a Portugal, impressões sobre o meio literário português, registrou o seguinte sobre Malheiro Dias: “Quem conversa com o elegante Malheiro Dias, imagina a sua obra, quem lhe lê os livros, imagina o homem fino”.⁶³¹

Mário Mesquita sublinhou o fato de Malheiro Dias ser um escritor dividido entre a modernidade e a tradição. Elogiava os latifundiários do Alentejo nas suas crônicas, mas descrevia a miséria dos camponeses do Minho em *Os Teles de Albergaria*.

É este homem dividido entre a memória dourada do passado aristocrático e a projeção igualitária do futuro, entre um século que morre e outro que nasce, que nos revelam as ‘Cartas de Lisboa’, em textos de recorte literário em nada inferior ao dos seus romances, mas com a vantagem – ao menos na perspectiva do historiador – de serem escritos sobre

⁶²⁷ Ver Carlos Malheiro Dias. *Ciclorama crítico de um tempo (Antologia)*. Introdução de Mário Mesquita. Lisboa: Veja, 1982.

⁶²⁸ Pierre Bourdieu. *Meditações Pascalianas*. [Trad. Sérgio Miceli]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 294-296.

⁶²⁹ Ver a crônica semanal em que trata da família Palha Blanco. Carlos Malheiro Dias. *Cartas de Lisboa – Primeira Série*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1905, p. 167. *Apud* Carlos Malheiro Dias. *Ciclorama crítico de um tempo*, p. 17.

⁶³⁰ Eduardo Schwalbach. *Op. cit.*, p. 381.

⁶³¹ João do Rio. *Portugal d’Agora. Lisboa-Porto. Notas de viagem. Impressões*. Rio de Janeiro: Paris: H.Garnier Livreiro Editor, 1911, p. 100.

os acontecimentos, sem o recuo, nem a distanciação que diferenciam o escritor do simples jornalista.⁶³²

Para finalizar este ligeiro retrato da personalidade de Malheiro Dias cabe registrar as palavras de Lima Barreto sobre um encontro casual com o autor de *Paixão Maria do Céu*.

Conheci o Sr. Carlos Malheiro Dias (...) há dias, por apresentação de João Luso. Tive a mais bela impressão e o Sr. Carlos M. Dias pode ficar certo de que a idéia que eu fazia dele era muito diferente.

Acreditava-o um literato janota, desses das montras para uso das damas alambicadas; e o notável romancista que aprecio e admiro, surgiu-me como a pessoa mais simples deste mundo.

Falou-se muito naturalmente e o homem que eu pensava ter todo o escrúpulo em trocar quatro palavras comigo, em plena via pública, pareceu-me querer que me demorasse com ele a conversar. Agradecido.

A vida tem dessas coisas; diz o povo, que não há como os homens conversarem, para se entenderem.⁶³³

A tensão entre a modernidade e a tradição se acentuaria com a proclamação da república, em 5 de outubro de 1910, e a mudança de rumo que operou na trajetória de Malheiro Dias, levando-o ao exílio no Brasil como opção pessoal.

A lealdade à monarquia, personificada na figura do rei D. Carlos, travou a carreira política de Malheiro Dias que se obstinou em não aderir ao novo regime.

Certo, quando, a 5 de Outubro de 1910, recebemos em Londres, onde então nos achávamos, a notícia da proclamação da república, não prevíamos na cerração do futuro as vicissitudes numerosas que têm estorvado a sua consolidação. Nos nossos vaticínios não entravam em linha de conta os erros espantosos dos triunfadores imprudentes. Mas o que imediatamente, num sumário exame de consciência, concluímos, foi que a nossa carreira política se fechara perante a vitória republicana.⁶³⁴

Esta atitude ia de encontro à adesão de numerosos políticos e intelectuais ligados à monarquia ao novo regime. O fenômeno do “adesivismo” era uma dupla via. De um lado, incorporava os temores de intelectuais e políticos de serem afastados das oportunidades oferecidas pelo Estado, como cargos e prebendas públicas. De outro, propiciava à república um caminho para cooptar indivíduos capazes de mobilizar a opinião pública. Assim, Afonso Costa sugeriu a Eduardo Schwalbach, amigo de D. Manuel II e de João Franco, a adesão à república⁶³⁵ e outros intelectuais próximos a Malheiro Dias não tardaram a fazer o mesmo, como Augusto de Castro (sobrinho de José Luciano de Castro) e Julio Dantas.

⁶³² Mário Mesquita. Introdução. In: Carlos Malheiro Dias. *Ciclorama crítico de um tempo (Antologia)*, p. 17.

⁶³³ Lima Barreto. Literatura militante. *ABC. 7.9.1918. Marginalia*. Pará de Minas: Virtual Books Online M & M Editores Ltda, 2000-2003, p.77. (www.virtualbooks.com.br. Acessado em 28.7.2008).

⁶³⁴ Carlos Malheiro Dias. *Entre precipícios*. Lisboa: Empresa Lusitana Editora, 1913, p. 11. O sumário “exame de consciência” refere-se a uma entrevista concedida em Londres, onde se encontrava em missão oficial, ao *The Daily Mail*, 7.10.1910, intitulada *An interview with a royalist deputy*. Malheiro Dias se demitiu da direção da *Ilustração Portuguesa* por discordar da adesão da revista à república. Carlos Malheiro Dias. Traços autobiográficos. *Ocidente* (1), v. I, Maio 1938, p. 55.

⁶³⁵ Rui Ramos. A República (1908-1926). In: Rui Ramos (coord). *Op. cit.*, p. 408.

A recusa de Malheiro Dias ao “adesivismo” estava associada a uma dada atitude perante a sociedade.

Malheiro Dias não comungava do espírito triunfador destes seus confrades que sempre fizeram questão em estar de bem com o Estado e com os homens, não partilhava do seu otimismo ‘fin-de-siècle’, nem do seu estilo ‘cor-de-rosa’ de estar no mundo.⁶³⁶

Assim, ao comentar a “carreira fulgurante de meteoro” de Dantas, o “novo Garrett português”, Malheiro Dias anotava a indiferença do amigo em relação à queda da monarquia. No entendimento de Malheiro Dias, Dantas era um homem de letras distanciado do magistério de opinião.

Na verdade, ele nunca amou apaixonadamente senão a sua arte. Nunca distraiu os seus sentimentos para outro culto dominador (...) ficar fiel à sua arte e não sacrificar ao ostracismo uma glória adquirida no decurso de quinze anos de honra e de trabalho.⁶³⁷

Dantas, assim, constituía-se no antípoda de Malheiro Dias. Enquanto este se engajava no horizonte monárquico, temperado pelo nacionalismo, e opunha-se doutrinariamente à república democrática, aquele se colocava numa neutralidade escudada na arte. Diferença mais aparente do que real, pois o “adesivismo” e mundanismo de Dantas não superavam os princípios conservadores compartilhados com Malheiro Dias e que o levaram a receber honrarias e prebendas do Estado Novo, como a presidência do Congresso de História, no bojo das comemorações de 1940.

Abandono da ficção, afastamento da política parlamentar e isolamento, estas foram as características que definiram a vida pública de Malheiro Dias, após a queda da monarquia e foram, por ele próprio, assumidas enquanto tomava corpo o comentarista da contemporaneidade e advogado da moderação política. Naquele período, dedicou-se às atividades de conferencista e ao jornalismo, e incursionou, também, embora com pouco êxito, no comércio. Tornou-se sócio de uma empresa de panificação (*O Pão em casa*), o primeiro de vários empreendimentos em que buscou a fortuna, ao longo de três décadas.

De fato, o interesse maior de Malheiro Dias centrava-se nas vicissitudes da república, principalmente, a radicalização política empreendida pela facção do Partido Republicano liderada por Afonso Costa, ministro da Justiça em 1911-1912 e presidente do Conselho de Ministros, entre 1913 e 1914.

Naquela época, os artigos enviados para o *Correio Paulistano* e o *Jornal do Brasil* giravam em torno do processo de consolidação do regime republicano, os enfrentamentos com a Igreja, as incursões de outubro de 1911 e julho de 1912, lideradas por Paiva Couceiro e a

⁶³⁶ Mário Mesquita. Introdução. In: Carlos Malheiro Dias. *Ciclorama crítico de um tempo (Antologia)*, p. 11.

⁶³⁷ Carlos Malheiro Dias. *A escalada. Op. cit.*, p. 166.

repressão que se seguiu aos monarquistas.⁶³⁸ A lei de separação entre Igreja e Estado promulgada em 20 de abril de 1911, por exemplo, foi considerada por Malheiro Dias um equívoco político patrocinado por Afonso Costa, alcunhado por ele de “Robespierre português”,⁶³⁹ interessado no apoio dos estratos urbanos de Lisboa, intensamente mobilizados para a luta política travada no interior do campo republicano e contra os monárquicos.

Afonso Costa era o protótipo do político republicano democrata, cujas práticas políticas voltadas para a “rua” contrariavam as atitudes de concertação, moderação e tolerância valorizadas pela cultura política liberal.⁶⁴⁰ A política da “rua” abria um espaço político considerado perigoso ao incluir atores políticos avessos àquelas virtudes. Para um monárquico liberal como Malheiro Dias, tratava-se de uma ruptura com as condições de governabilidade do Estado e do exercício da autoridade pública, pois a política do liberalismo parlamentar marcada pelo equilíbrio era substituída por ações incitadoras da inquietação social.⁶⁴¹

A democratização da vida política inflamou a visão conservadora e elitista da política e do meio social de Malheiro Dias, então, imersa no ideário da cultura política liberal. No prefácio de *Jardim das Tormentas*, livro de contos de Aquilino Ribeiro, Malheiro Dias comentava os caminhos políticos tomados por Portugal após 1910.

Hoje, como quando há doze anos, ainda vibrante à decepção dolorosa que minha juvenil iniciação na política me custará, escrevia *Os Telles d’Albergaria*, – tudo o que em mim raciocina encara as revoluções feitas de baixo para cima como modos iníquos de subverter o que não se sabe corrigir. Fiquei sendo, irredutivelmente, um partidário da força consciente da inteligência contra a inteligência cega da força. Debalde tenho procurado, nas minhas pesquisas de História, constatar a pseudo-verdade de que os benefícios derivados das revoluções compensam as calamidades que originam. As revoluções, mesmo as mais pacíficas, aparecem-me pululando de uma fauna moral aterradora.⁶⁴²

A demagogia democrática, nascida da Revolução Francesa, sufocava as capacidades criadoras e a independência das elites para em seu lugar instalar a ignorância e uma nova tirania, a da plebe: “Não há nada menos democrático do que a revolução. A revolução é a tirania voltada pelo avesso”.⁶⁴³ No juízo de Malheiro Dias, a corrupção da democracia pela demagogia tornava quase que impossível manter a liberdade e a literatura em Portugal. A aversão à democracia seria aprofundada com a perspectiva de que as “idéias

⁶³⁸ Além de *Entre precipícios*, diversas crônicas deste período foram publicadas na coletânea reunida em *Ciclorama crítico de um tempo (Antologia)*. Introdução de Mário Mesquita. Lisboa: Veja, 1982.

⁶³⁹ Carlos Malheiro Dias. O Robespierre português. In: *Zona de Tufões*. Rio de Janeiro: Aillaud, Alves & Cia., 1912, p. 445-447. O artigo é datado de 16.3.1912.

⁶⁴⁰ Cf. Nicolas Roussellier. La culture politique libérale. In: Serge Bernstein (dir.). *Les Cultures politiques en France*. Paris: Éditions du Seuil, 1999, p. 80.

⁶⁴¹ Rui Ramos. A República (1908-1926). *Op.cit.*, p. 570.

⁶⁴² Carlos Malheiro Dias. Prefácio. In: Aquilino Ribeiro. *Op. cit.*, p. IX-X.

⁶⁴³ *Id. Ibid.*, p. XII-XIII.

francesas”, alheias à realidade do país, fracionavam o povo entre réprobos e eleitos e dilaceravam a nação.⁶⁴⁴ O despotismo da maioria, no entanto, não era inevitável, pois:

Só as elites são produtoras de obras perduráveis. Um edifício feito de escórias não se agüenta. Eu sempre sorrio, com altivo desprezo, para as ameaças da ignorância. Só o talento governa o mundo. Essa onipotência tem, às vezes, os seus eclipses. Sobre ela projetam, às vezes, as suas sombras, a irracionalidade e o delírio. Mas a mobilidade é a própria natureza das sombras. Elas passarão ...⁶⁴⁵

Enquanto esse otimismo não se materializava, Malheiro Dias, entretanto, tinha que lidar com a desilusão política, o desvanecimento das aspirações de grandeza econômica e ascensão social e a desconfiança dos círculos republicanos democráticos, cada vez mais hostis aos adversários da política conduzida por Afonso Costa.

Reconhecia então ser indispensável voltar para o exílio, abandonar, talvez para sempre, a Pátria e as letras, depois de se haver desiludido amarguradamente da política. Era um momento difícil aquele, quando sentia que todos os seus sacrifícios e as suas esperanças seriam de balde – e que talvez nunca mais poderia ser, de novo, alguém.⁶⁴⁶

Aos problemas políticos e financeiros, juntaram-se outros de ordem íntima e familiar que o levaram ao exílio voluntário no Brasil, em 1913. O divórcio do primeiro casamento, motivado por sua relação com Selda Potocka Heisenstein, causou desavenças familiares e escândalo nos meios sociais frequentados pelo escritor.⁶⁴⁷ A viagem prevista para agosto de 1913 teria como escopo a realização de conferências no Rio de Janeiro, semelhante àquelas realizadas em 1911.⁶⁴⁸ Em vez disso, o casal se auto-exilou no Brasil, em dezembro de 1913, onde vivem maritalmente numa relação socialmente reconhecida⁶⁴⁹ mas alvo de ataques vulgares de seus adversários no meio da colônia e dos lusófobos.⁶⁵⁰

No início do século XX, em Lisboa, Selda Potocka tinha adquirido certo renome como “diplomada no tratamento higiênico do rosto e do cabelo pela eletrólise”⁶⁵¹ e impressionou Malheiro Dias como indica a descrição abaixo:

Madame Potocka tem ‘le physique du métier’. Os seus encantos de mulher de trinta anos, a sua face redonda, terminada por um pequeno queixo napoleônico, o seu pescoço liso e cilíndrico de Juno, os seus ombros puros de medalhão, o seu denso cabelo cor de avelã,

⁶⁴⁴ Carlos Malheiro Dias. Exortação à mocidade. *Orações e Conferências*. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d, p. 22.

⁶⁴⁵ Carlos Malheiro Dias. Prefácio. In: Aquilino Ribeiro. *Op. cit.*, p. XIII-XIV. Malheiro Dias compartilhava a crítica de diversos literatos franceses, classificados por Antoine Compagnon como “antimodernos”. Chateaubriand, Baudelaire, Balzac, Flaubert e Renan, para citar apenas o século XIX, defendiam uma “elite” ou “oligarquia da inteligência” em oposição ao sufrágio universal. Cf. Antoine Compagnon. *Les antimodernes de Joseph de Maistre à Roland Barthes*. Paris: Éditions Gallimard, p. 21-43.

⁶⁴⁶ Carlos Malheiro Dias. Traços autobiográficos. *Ocidente* (1), v. I, Maio 1938, p. 56.

⁶⁴⁷ Cf. Mário Mesquita. Introdução. In: Carlos Malheiro Dias. *Ciclorama crítico de um tempo (Antologia)*, p. 16.

⁶⁴⁸ Carta de Elói Pontes a Malheiro Dias. Rio de Janeiro, 14.5.1913. (J28) RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁶⁴⁹ Carta de Coelho Neto a Carlos Malheiro Dias. Rio, 28.9.1916. [148] RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁶⁵⁰ Suzanas ... e Malheirôas. *Alma Lusitana* (13). 24.5.1919, p. 10.

⁶⁵¹ Carlos Malheiro Dias. Um consultório de beleza. In: *Ciclorama crítico de um tempo (Antologia)*, p. 49. Em 1925, após a morte da primeira esposa, Malheiro Dias casou com Selda Potocka. Cf. Carlos Malheiro Dias, *Ciclorama crítico de um tempo*, p. 182.

onde há um ruivo fulgor de ouro, constituem a mais prestigiosa das garantias para a esperança crédula das feias.⁶⁵²

No Rio de Janeiro, Selda Potocka prosseguiu essas atividades o que demonstrou seu caráter independente e fora dos padrões do que era visto como comportamento feminino. Abriu uma filial do instituto de beleza que dirigia em Lisboa, assinou uma coluna na *Gazeta de Notícias* (“Consultório da Mulher”), na qual atendia as dúvidas do público feminino e escreveu um livro de aconselhamentos, *Consultório da Mulher*, fruto da volumosa correspondência recebida, 1800 cartas, entre 1914 e 1915, sobre higiene da beleza, tratamento da pele, tratamento do cabelo, doenças das senhoras, doenças das crianças e economia doméstica.⁶⁵³

A relação afetiva com Selda Potocka expunha novamente a tensão entre a modernidade e a tradição ao longo da trajetória de Malheiro Dias. Nela se incluiu, além da vida particular, a percepção por ele abraçada da literatura. No plano político doutrinário, após a guerra de 1914, Malheiro Dias adotou o nacionalismo tradicionalista, mas na literatura, mesmo com nuances, afirmou, como no prefácio de *Jardim das Tormentas*, uma sensibilidade artística aberta para novas estéticas literárias.

De retorno ao Brasil, Malheiro Dias reconheceu ser indispensável conquistar o que chamou “situação moral e intelectual”, e não apenas material, para garantir a sobrevivência.⁶⁵⁴ Assim, em 1915, Malheiro Dias entrou em sociedade com Arthur Brandão e Aureliano Machado na Companhia Editora Americana, proprietária da *Revista da Semana*, então uma das principais publicações semanais editadas no Rio de Janeiro e na qual introduziu várias modificações desde a impressão (importação de máquinas dos Estados Unidos) até a ênfase no público leitor feminino e no aspecto mundano da sociedade, com textos de João do Rio e ilustrações de Raul, Julião Machado e Correia Dias.⁶⁵⁵ Estas características não impediram que a *Revista da Semana* destacasse o desenrolar da Grande Guerra e que as simpatias pela Tríplice Entente assumissem um caráter explícito com a entrada, em março de 1916, de Portugal no conflito.

⁶⁵² Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 50.

⁶⁵³ No catálogo de Aillaud, Alves & Cia., (1913) Selda Potocka é relacionada como autora da coleção “Biblioteca da Mulher”: *Como nos devemos alimentar, Regras e receitas de uma cozinha higiênica, A Arte da beleza, O lar feliz, Os nossos filhos, A Arte da Saudade e A Arte da Felicidade*. Com exceção dos três primeiros volumes os demais não foram editados. Selda Potocka, além desses livros da “Biblioteca da Mulher”, é citada como autora de uma peça de teatro em 1 ato, “Perdida”, representada no Teatro D. Maria, de Lisboa. *Consultório da Mulher*. Lisboa: Centro Typographico Colonial, 1915.

⁶⁵⁴ Carlos Malheiro Dias. Traços autobiográficos. *Op. cit.*, p. 57.

⁶⁵⁵ Nelson Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 340-344.

O esforço de guerra português mobilizou as elites da colônia portuguesa no Brasil. No Rio de Janeiro, foi constituída em 1916, logo após a declaração de guerra de Portugal a Alemanha, a Comissão Pró-Pátria. Seu objetivo era apoiar o esforço de guerra e dela faziam parte importantes figuras da comunidade lusa. Além dos diplomatas Duarte Leite e Alberto d'Oliveira, a Comissão reuniu os “grandes comendadores” envolvidos com o comércio, a indústria, a finança e a cultura: Albino Sousa Cruz, António Ribeiro Seabra, António Avelar (conde de Avelar), Humberto Taborda, José Francisco Correia (conde de Agrolongo), José Júlio Pereira de Moraes (visconde de Moraes), José Vasco Ramalho Ortigão e Manuel António Costa Pereira. Espelhando a trégua entre as facções políticas (a União Sagrada) formada em razão do conflito, a Comissão abrigava, entre os seus titulares e colaboradores, monárquicos e republicanos.⁶⁵⁶ Malheiro Dias auxiliou a Comissão principalmente na campanha em benefício da Obra de Proteção aos Órfãos de Guerra e na avaliação da viabilidade da *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Malheiro Dias foi o grande incentivador para a subscrição de fundos para a criação de um asilo para órfãos de guerra e, em maio 1917, foi enviado pela Comissão a Portugal, depois de quatro anos de ausência, para tratar do assunto junto ao governo.⁶⁵⁷

A Primeira Guerra Mundial provocou novas tensões e acirrou antigos conflitos então subjacentes à *Belle Époque*. A dinâmica dos acontecimentos, acelerada pela guerra e seus desdobramentos econômicos e sociais, encerrou o liberalismo e sua forma de organização do Estado numa crise de princípios. A contestação da cultura política liberal assumiu múltiplas dimensões e seu marco foi a revolução bolchevique de outubro de 1917 e as estratégias de reação à sua influência pelo conservadorismo social. Os efeitos da guerra foram percebidos pelo jornalista Malheiro Dias que não se furtou em comentá-los em artigos publicados na grande imprensa do Rio de Janeiro, principalmente, em *O Paiz*, nos quais atacou o expansionismo alemão e o bolchevismo, e apoiou a intervenção portuguesa no conflito.⁶⁵⁸

No Brasil, a entrada na guerra em 1917 ocorreu, no momento de ascensão da instabilidade social nos meios urbanos e também do início da vaga nacionalista que se espalharia até meados da década de 20. O antilusitanismo, uma das faces da desconfiança em

⁶⁵⁶ Cf. Jaime Cortesão. História de uma história. In: *Souza Cruz. Juízos sobre a sua vida e a sua obra*. Homenagens que lhe foram prestadas em 1 de Setembro de 1944 no Brasil e em Portugal. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, p.64.

⁶⁵⁷ Carlos Malheiro Dias. Traços autobiográficos. *Ocidente* (2), v. I, Jun. 1938, p. 216 e p. 227-228.

⁶⁵⁸ Vários destes artigos, como “À baioneta” e “O elogio de Lênin”, foram publicados na coletânea *A Esperança e a Morte*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugal e Brasil Ltda. Sociedade Editora – Cia. Editora Americana/Livraria Francisco Alves. s.d.

relação ao estrangeiro, mormente ao imigrante, retornou com força acompanhando os debates em torno da questão nacional e da crise do Estado liberal oligárquico. Nessas polêmicas, a imprensa foi um campo fértil de manifestações para a mobilização da opinião pública por parte de diversos grupos de pressão reunidos em diversas formas de associação (ligas, centros, partidos).

A discussão em torno da influência da herança colonial e de Portugal na formação da nacionalidade brasileira ou no seu caráter inconcluso abrangeu desde a dimensão cultural até a avaliação da presença e ação do imigrante português no meio social. As lutas de representação travadas em torno de uma memória a ser chamada de “nacional” mobilizou um espectro amplo da intelectualidade da época, os especialistas dotados da eficácia argumentativa capaz de balizar e interpretar de forma lógica as múltiplas perspectivas sobre a história luso-brasileira.

Nesse contexto, Malheiro Dias adquiriu proeminência na defesa da herança portuguesa no Brasil frente tanto ao discurso antilusitano e lusófono quanto às reações brasilófonas que este provocou em Portugal e, em parte da colônia portuguesa. Nessas intervenções, ele assumiu-se como *escritor luso-brasileiro* com o qual foi louvado nos panegíricos construídos em torno da “fraternidade luso-brasileira” e prestigiado como orador oficial do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

É no período da guerra, a partir de 1916 com a conferência *Rumo à Terra*, que Malheiro Dias interveio de forma constante nas questões políticas e culturais do luso-brasileirismo. Este envolvimento marcou também o “retorno” do escritor à vida cultural e política portuguesa da qual mantivera afastamento desde emigração para o Brasil no fim de 1913.

Na esfera do Brasil, a Malheiro Dias defendeu a prevalência portuguesa – tanto no aspecto cultural quanto social – na formação da nação brasileira. Essa tese guiou a organização e a escrita da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* assim como os discursos pronunciados por ocasião das comemorações do centenário da Independência em 1922 e encaminhou as polêmicas em torno da literatura e da história nas quais procurava tangenciar a política interna brasileira de modo a não ferir as sensibilidades extremadas pelo fervor nacionalista. A cautela, porém, teve poucos resultados, como demonstraram as polêmicas travadas com João Ribeiro, Antonio Torres e Jackson de Figueiredo entre 1918 e a primeira metade dos anos 1920. De fato, Malheiro Dias tornou-se alvo da lusofobia do semanário nacionalista *Gil Blas*, tão atacado quanto João do Rio.

A polêmica não se limitou aos antilusitanos. A estratégia de moderação e comprometimento do escritor na consolidação das relações Brasil-Portugal gerou reações adversas em alguns setores da colônia portuguesa no Rio de Janeiro e também em Portugal. Nesse caso, mesclavam-se fatores da política interna dos dois países na passagem dos anos dez para os anos vinte.

O fim do consulado sidonista (dezembro de 1918) e da guerra trouxe novamente a descoberto a divisão das elites da colônia portuguesa entre republicanos (principalmente os partidários de Afonso Costa) e um amálgama de insatisfeitos, que reunia desde monarquistas até aqueles autoidentificados como patriotas descontentes com a situação vivida pela mãe-pátria. Malheiro Dias foi chamado de monárquico e arrivista pelos “afonsistas” que controlavam o Grêmio Republicano Português no Rio de Janeiro. Era o porta-voz das elites antirepublicanas da colônia, alcunhados pelos simpatizantes da facção democrática liderada por Costa, de “talassa”, os “grandes comendeiros” do Real Gabinete.

Para o Grêmio Republicano, que argumentava representar as forças patrióticas e republicanas, a “verdadeira colônia”, era intolerável que Malheiro Dias se proclamasse o representante do conjunto da comunidade dos emigrados portugueses.

Representar a Colônia portuguesa do Brasil? Qual colônia? A comedieval fração dos Comendadores? A “seleta” coorte dos mascarados flibusteiros do dezembrismo? A sórdida gentilha dos trauliteiros, candidamente patrocinada pelo J. Rainho, nobre sucessor desse predestinado fratricida que tomou a direção de Vigo? (...) A Colônia Portuguesa que o senhor Malheiro Dias fala é esta mesma, e nem pode ser outra!⁶⁵⁹

A questão dos poveiros (1920) e os ataques a Portugal promovidos pela imprensa e associações nativistas causaram inquietação entre os imigrantes portugueses. Em Portugal houve uma reação brasilófoba, cuja manifestação mais incisiva foram as invectivas dos jornalistas Guedes de Oliveira, em *O Primeiro de Janeiro* e Homem Cristo, em *O Povo de Aveiro*.

Eu sempre disse, ou disse-o duas ou três vezes, que achava muito bom o acordo com o Brasil, *se ele fosse possível*. É possível? Em tudo isso eu preciso vergastar fortemente aquela canalha e demonstrar-lhe que Portugal não está disposto a aturar insultos afrontosos. Demonstrei-o no *Gil Blas* e a todos, pois eles, os outros, não repeliram uma décima da afronta que me era feita. E a atitude do Epiácio Pessoa era revoltante.⁶⁶⁰

Malheiro Dias procurou, mais uma vez, o “juste milieu”. De um lado, defendeu a posição dos pescadores portugueses – os poveiros – instalados no Brasil. Louvou-os como patriotas que preferiram retirar-se do Brasil a perder a nacionalidade portuguesa. De outro

⁶⁵⁹ Lixo monárquico. Varrendo a nossa testada. *Alma Lusitana* (15), 9.8.1919, p. 11.

⁶⁶⁰ Carta de Francisco Manuel Homem Christo a João de Barros. Aveiro. 25.11.1940. *Apud Cartas Políticas a João de Barros*. Seleção e Prefácio de Manuela de Azevedo Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982, p. 93. Segundo Arnaldo Saraiva a data da carta está equivocada.

lado, criticou a campanha antibrasileira conduzida por Guedes de Oliveira e Homem Christo e dissociou do sentimento lusófono as autoridades brasileiras, simbolizadas pelo presidente Epiácio Pessoa.⁶⁶¹

Guedes de Oliveira (professor de estética e diretor da Escola de Belas Artes do Porto) e Homem Christo (editor de *O Povo do Aveiro*, professor de história da Faculdade de Letras do Porto) representavam, para Malheiro Dias, a demagogia letrada e jacobina que dominava Portugal desde 1910.

A insólita atitude assumida por esses dois homens vulgares ante a explosão dos sentimentos lusófobos de algumas dúzias de brasileiros (...) representa uma das mais significativas e intoleráveis manifestações de iconoclastia grosseira e da arrogância que anima esta espécie maligna de demagogia letrada, este terrorismo panfletário, só possíveis no período de depressão moral em que vivemos.⁶⁶²

Os lusófobos estavam isolados no contexto da sociedade brasileira e circunscritos à cidade do Rio de Janeiro.

O pseudo Brasil nativista (...) circunscribe-se ao Rio de Janeiro, e no Rio de Janeiro à pequena sala de redação dum panfleto jacobino, onde alguns *patriotas* escrevem desaforos contra Portugal e os portugueses, a que o Sr. Homem Christo replicava no Povo de Aveiro, com desaforos ao Brasil e aos brasileiros. Daquele panfleto, lido quase exclusivamente pelos portugueses, se originou a visão deformada dum Brasil lusófono. É dar importância exacerbada a uma revista semanal e depreciar humilantemente uma nação do tamanho da Europa, fazendo-a caber no tinteiro dum panfletário.⁶⁶³

A moderação de Malheiro Dias em relação à questão dos poveiros e à lusofobia desagradou alguns setores da colônia. O editorial do jornal *Nun 'Alvares*, publicação dirigida à comunidade lusa do Rio de Janeiro, demonstrou a reação dos descontentes:

Parece-nos porém que se alguém lhe passou procuração, ela deve tão somente ter sido subscrita pelos 'comendadores', 'Barões', 'Viscondes' e mais bípedes semelhantes. Nós não! A ninguém passamos procuração para falar em nosso nome! Nós os 'Novos' os que sabemos pensar e agir, sem tutela, nem dependência de quem quer seja (...) não temos responsabilidades no Passado e tudo esperamos do Futuro; nós os 'Novos', os que para aqui viemos como poderíamos ter ido para qualquer outra parte; nós os 'Novos', que nunca andamos de jaleco ao ombro e tamancos enfiados num pau; nós, os 'Novos' que nunca fomos vistos na praça pública nem ofendemos a Família Brasileira. (...) que nunca fizemos sessões solenes para a nós próprios distribuímos 'Cruzes' (...) que nunca nos deixamos acorrentar ao dinheiro dos 'Gros Bonets' da Colônia, que nesta Terra só têm servido para envergonhar o nome português; nós, os 'Novos', os legítimos representantes da Mocidade Portuguesa, repelimos veementemente os insultadores do Brasil, é certo, mas repelimos igualmente os insultadores de Portugal.

⁶⁶¹ Carta de Carlos Malheiro Dias a João de Barros. 14.6.1922. *Apud Cartas Políticas a João de Barros*, p. 224-228.

⁶⁶² Carlos Malheiro Dias. *Carta aos Estudantes Portugueses*. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada. s.d. [1922], p. VII. A carta foi reproduzida em *América Brasileira* (5). Ano 1, Abr. 1922. A publicação era dirigida por Elísio de Carvalho.

⁶⁶³ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 10.

Mas ainda lamentamos profundamente que o sr. Carlos Malheiro Dias num momento de infelicidade assassinasse o seu passado, lançando sobre os homens da sua Terra, o labéu da covardia!⁶⁶⁴

O descontentamento estendia-se também àquela fração da colônia identificada com os interesses dos grandes capitalistas portugueses, alvos costumeiros dos panfletos nacionalistas e que dominavam as instituições culturais e filantrópicas. Este grupo, os “comendadores”, muito próximos dos círculos políticos e diplomáticos do Brasil e Portugal, eram os grandes divulgadores das relações fraternais luso-brasileiras. A visibilidade de Malheiro Dias, quase um porta-voz dos “comendadores”, tornava-o alvo fácil dos nacionalistas xenófobos, mas também dos descontentes com o domínio social dessa parcela da elite da colônia.

No âmbito de Portugal, Malheiro Dias, apresentava-se como um defensor do luso-brasileirismo. Essa atitude esteve associada também à sua intervenção na política e na cultura portuguesa contemporânea na qual a nação era interpretada pelo viés tradicionalista, idealista e socialmente conservador. E essa posição foi manifestada na polémica travada com António Sérgio entre 1924 e 1925, em torno da publicação de *Exortação à mocidade*.

Nos anos vinte, a atuação de Malheiro Dias como intelectual, escritor luso-brasileiro, encontra-se associada à aproximação de seu pensamento político aos princípios do nacionalismo tradicionalista e autoritário, defendido por António Sardinha, muito embora os laços com os princípios do liberalismo político ainda estivessem presentes.

Embora de uma geração intelectual anterior, identificada à conjuntura do Ultimato inglês de 1890, Malheiro Dias compartilhava o ideário nacionalista proclamado por grupos intelectuais ascendentes com o novo regime republicano em 1910. O nacionalismo, o patriotismo cívico e o desejo de restaurar a grandeza de Portugal constituíam a argamassa unificadora subjacente a frações distintas da intelectualidade lusitana e estavam presentes em movimentos de carácter político e cultural como o *Integralismo Lusitano* ou aqueles reunidos em torno das revistas *A Águia*, *Orfeu* e *Seara Nova*.

As visitas mais constantes a Portugal, a partir de 1917, levaram Malheiro Dias a manter contato e assimilar o nacionalismo reacionário e o antiliberalismo de correntes político-ideológicas disseminadas desde o período pré-guerra na Europa ocidental, como a *Action Française* de Charles Maurras, e divulgadas em Portugal no ideário do *Integralismo Lusitano* de António Sardinha, Alberto Monsaraz, Hipólito Raposo e Luís de Almeida Braga. O conservadorismo social e o nacionalismo, mesclados ainda ao liberalismo, que

⁶⁶⁴ Nun'Alvares. s.d. RGPL. Recortes de jornais. Coisas da minha vida e do meu tempo. Coleção Carlos Malheiro Dias.

caracterizaram o pensamento político de Malheiro Dias encontraram no *Integralismo* aspectos doutrinários bastante atraentes – como o tradicionalismo, o passadismo e o anátema do vintismo – para torná-lo um simpatizante deste movimento.

O integralismo agudamente diagnosticou a enfermidade que, há pouco mais de um século, vem devastando e desassociando a alma coletiva da nação portuguesa. Eis-nos perante a causa primária, invisível à insensibilidade da análise racionalista, de onde deriva o cortejo dos nossos males.⁶⁶⁵

Numa entrevista sobre o movimento nacionalista, Malheiro Dias reafirmou as suas críticas à democracia liberal e defendeu a instalação de uma ditadura das elites em Portugal, cujo modelo era aquele que governava a Espanha e a Itália.

A mocidade e a inteligência portuguesa (...) estão preparadas como na Itália pré-fascista, para aceitar o Governo Clássico da ditadura da Qualidade oposto ao poder maléfico da quantidade.⁶⁶⁶

Em abril de 1925, a deriva fascizante do escritor foi saudada por Hipólito Raposo, um dos fundadores do *Integralismo Lusitano*, como uma ruptura com o credo político do liberalismo.

Creio ser esta a primeira vez em que o Sr Carlos Malheiro Dias formalmente renuncia em público às suas convicções ou preferências liberalistas (...) confessando com desassombro o erro comum aos espíritos da sua geração, há de valer para a persuasão da juventude, pelo mais eloqüente apostolado.⁶⁶⁷

Se a *Exortação à Mocidade* era o auge da atividade de polemista e a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, um esforço ímpar de erudição histórica, a fundação e o êxito editorial de *O Cruzeiro* (1928) significaram a fortuna e a segurança financeira almejadas desde a mocidade por Malheiro Dias como coroamento de uma projeção social conquistada como homem de letras. Na segunda metade dos anos 1920, após as polêmicas sobre a questão dos poveiros e o sebastianismo; encerrada a edição da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* e com a vigência da ditadura militar em Portugal, a atenção de Malheiro Dias concentrou-se no lançamento de *O Cruzeiro*,⁶⁶⁸ tarefa a que se dedicava com grande entusiasmo conforme indica a correspondência com João de Barros.

Voltarei eu a Portugal? Por agora o meu programa de vida é a criação de uma grande empresa editorial que principiará por editar a revista “Cruzeiro”. Sobre isso e do que espero da sua cooperação lhe escreverei um destes dias. As oficinas de impressão e

⁶⁶⁵ Carlos Malheiro Dias. *Exortação à mocidade. Nova edição precedida de uma resposta à carta – prefácio do sr. António Sérgio no seu livro “O Desejado”*. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora Arthur Brandão & Cia., 1925, p. 29.

⁶⁶⁶ Apud Hipólito Raposo. Através dos jornais e das revistas. Movimento Nacionalista. *Nação Portuguesa* (4). Lisboa: 3ª série, 1924-1926, p. LXXXIII.

⁶⁶⁷ Hipólito Raposo. *Op. cit.*, p. LXXXIII. No mesmo comentário, Raposo mantém reservas quanto ao cesarismo de Malheiro Dias, a sua ênfase num chefe que empolgasse o poder e implantasse a “ditadura da Qualidade”.

⁶⁶⁸ Sobre as atividades de Malheiro Dias em *O Cruzeiro* entre 1928 e 1933 ver Accioly Netto. *O Império de papel – os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998, p. 35-39 e 48-53.

gravura estão montar-se com o vagar tropical. Têm que chegar ainda máquinas da Alemanha para a instalação da rotogravura.⁶⁶⁹

Na mesma época, Malheiro Dias estava envolvido no projeto de criação da Casa de Portugal juntamente com Zeferino de Oliveira e Teixeira de Abreu. A Casa de Portugal era pensada como um “organismo coordenador de todas as iniciativas e influências portuguesas”.⁶⁷⁰ Aspiração materializada em 1931, com a fundação da Federação das Associações Portuguesas no Brasil, da qual foi o primeiro presidente, um reconhecimento ao intelectual que, ao longo dos anos 1920, combateu pela defesa dos interesses de Portugal no Brasil, mas principalmente pela construção da fraternidade luso-brasileira.⁶⁷¹

A fortuna amealhada no Brasil, porém, perdeu-se em negócios que escapavam da sua compreensão. Homem de boa fé e inapto para o comércio esta seria no entendimento de Sarmiento Pimentel, a combinação de qualidades fatais na vida de Malheiro Dias.

Regressado ao Porto, apareceu-lhe, em certa altura, um negócio de vinhos, um tanto suspeito, e o nosso Malheiro Dias, que era um homem de boa fé caiu na esparrela que lhe armaram. A Casa estava em vésperas de falência e lá se foram os mil e duzentos contos que o Malheiro Dias investiu naquele negócio fatal.⁶⁷²

Na década de 30, as concepções de uma sociedade pautada pela hierarquia, ordem e tradição com as elites numa posição central pareciam próximas do triunfo. Se em Portugal, o “prodigioso taumaturgo Oliveira Salazar”⁶⁷³ já iniciara a reconstrução da nação sob a égide de sua férrea autoridade, no Brasil, o mesmo caminho era trilhado por meio do movimento integralista liderado por Plínio Salgado.

Há uma outra juventude adolescente que participa mais com o coração do que com o cérebro na grande obra de metamorfose e cuja imagem representativa vejo passar nas ruas, marchando militarmente ao compasso dos tambores e dos clarins, com as suas camisas verdes, conduzindo a bandeira venerada do seu núcleo, entoando hinos patrióticos.⁶⁷⁴

O Estado Novo aparentava ser a restauração do Portugal tradicional. Liberto das injunções da tirania da maioria fundada pela república democrática, a nação recuperava a identidade e a glória dos Descobrimentos. Esta imagem envolveu e conquistou o pensamento,

⁶⁶⁹ Carta de Malheiro Dias a João de Barros. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1928. *Apud Cartas a João de Barros*. Seleção e Prefácio de Manuela de Azevedo Lisboa: Livros do Brasil, s.d. [1972], p. 116.

⁶⁷⁰ *Pátria Portuguesa*. Ano II (86), 22.8.1926. *Apud* Maria Beatriz Nizza da Silva. *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil. 1850-1938*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica/Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992, p. 105.

⁶⁷¹ As tarefas na Federação parecem ter absorvido Malheiro Dias. De acordo com Accioly Netto, o então diretor de redação de *O Cruzeiro* não chegava a ser “um verdadeiro jornalista” em razão das suas atenções principais estarem voltadas para a vida política em Portugal e para o Real Gabinete Português de Leitura. Cf. Accioly Netto. *Op. cit.*, p. 39.

⁶⁷² Norberto Lopes. *Sarmiento Pimentel ou uma geração traída. Diálogos de Norberto Lopes com o autor das “Memórias do Capitão”*. Lisboa: Editorial Áster, 1977, p. 160.

⁶⁷³ Carlos Malheiro Dias. Discurso no lançamento da pedra fundamental do prédio do Liceu Literário. *Liceu Literário Português: 100 anos de vida a serviço do ensino e da cultura*. Rio de Janeiro: s/ed. 1968, p. 33.

⁶⁷⁴ Carlos Malheiro Dias. *Pensadores brasileiros. Pequena Antologia*. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d., p. 9.

e atraiu o apoio de uma fração da intelectualidade portuguesa desiludida do liberalismo e marcadamente nacionalista, como foi o caso de Malheiro Dias cujos discursos, no princípio dos anos 30, exaltavam a ditadura do general Carmona e depois o Estado Novo. Sob a influência da fundação deste último, que materializava o retorno de Portugal ao princípio da tradição, Malheiro Dias interpretava o golpe de 1926 como a “conversão de uma democracia individualista, que revelava sintomas de caducidade prematura, num estado novo, que uma constituição dotou com amplos poderes de liberdade e de continuidade governativa”.⁶⁷⁵

A malograda nomeação para embaixador na Espanha, em fevereiro de 1935, seria a recompensa por sua adesão ao regime⁶⁷⁶ ou, nas palavras de Sarmiento Pimentel, Salazar “trouxe-o à corda com a promessa de fazê-lo embaixador em Madrid”.⁶⁷⁷ Talvez a embaixada fosse algo mais transcendental do que recompensa ou astúcia de Salazar. Para Augusto de Castro, tratava-se de uma aspiração da adolescência e a consagração oficial da existência moral e material de Malheiro Dias.⁶⁷⁸

A incerteza quanto à efetivação da embaixada, em razão da gravidade das sucessivas doenças (icterícia seguida de derrame cerebral) que o acometeram na mesma época, trouxe dissabores a Malheiro Dias então em difícil situação financeira e familiar.⁶⁷⁹ O problema da embaixada foi solucionado pela intervenção de Marcelo Caetano, admirador confesso do escritor.⁶⁸⁰

O distanciamento do regime salazarista teve motivações que extrapolavam o malogro da embaixada na Espanha. Por certo, o sentimento nacionalista e patriótico foi apaziguado com a estabilidade autoritária proporcionada pelo regime e a mística imperial para a qual Malheiro Dias colaborou em seus escritos, principalmente, na década de 20. No fim dos anos 30, contudo, ele já expressava a alguns confidentes, como Joaquim Paço d'Arcos e José Osório de Oliveira, a desilusão e o desconforto com o regime de Salazar, ao menos com a asfixia cultural, a censura e a violação da dignidade humana.⁶⁸¹

⁶⁷⁵ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 86.

⁶⁷⁶ A nomeação, segundo Eduardo Schwalbach, foi acordada entre ele, Antonio Ferro e Vasco Fernandes. Eduardo Schwalbach. *Op. cit.*, p. 382.

⁶⁷⁷ Norberto Lopes. *Op. cit.*, p. 161.

⁶⁷⁸ Augusto de Castro. *Op. cit.*, p. 161.

⁶⁷⁹ De acordo com Álvaro Pinto, nessa época Malheiro Dias estava separado da segunda esposa, Selda Potocka. A iniciativa de Selda de reconciliação teve por objetivo “reivindicar o direito de Embaixatriz e a exigir elementos pecuniários para se transportar a Madrid, a fim de bem se instalarem os novos representantes de Portugal” o que teria contribuído para o derrame “último golpe na sua debilidade extrema”. Álvaro Pinto. Carlos Malheiro Dias. Apontamentos para a história de seus últimos anos de vida dramática. *Ocidente* (43), v. XV, Nov. 1941, p.148.

⁶⁸⁰ Carta de Marcelo Caetano a Malheiro Dias. Lisboa. 27.7.1937. J 74. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁶⁸¹ Sobre a censura a livros e a violação da correspondência ver a Carta de C. Viana a Malheiro Dias. Lisboa. 27.03.1937. J36/J37. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias. A missiva trata do envio de dois livros

No relato de seu encontro com o escritor alquebrado pela hemiplegia, Paço d'Arcos apontou os indícios dessa mudança no reconhecimento que Malheiro Dias lhe fizera da posição adotada por António Sérgio – “António Sérgio tinha razão!” – na polêmica travada entre ambos no início da década de 20 sobre o sebastianismo.⁶⁸²

Por sua vez, Osório de Oliveira, antigo simpatizante do *Integralismo Lusitano*, numa missiva destinada a Malheiro Dias aludia a uma “longa e comovente carta sobre as suas desilusões políticas” que confirmaria o afastamento do autor de *Exortação à Mocidade* da ditadura salazarista.

As considerações de ordem política que me deu a honra de confidenciar, interpreto-as como fruto de amarga desilusão, mas compreendo-as perfeitamente. Um homem como Carlos Malheiro Dias, porque é homem de letras e homem simplesmente, não pode sem protesto, ver sacrificar a liberdade de espírito e a dignidade humana. E não pode mesmo quando nacionalista porque sabe que a Nação não carece, antes, pelo contrário, tem que perder com esse aviltamento da pessoa e sua asfixia mortal da vida do espírito. Eu não sou, já não sou nacionalista, mas, como diria Ortega y Gasset, sou nacional – talvez mais sensível ao que é nacional que certos nacionalistas por teoria política, nacionalistas internacionalistas (o que não é o seu caso de modo nenhum).

Julgo, por isso, que posso falar contra os sacrifícios que os citados totalitários, fascistas, e outros, pretendem e conseguem impor ao indivíduo e à atividade intelectual como constantemente protesto contra os que, em nome de uma maior e necessária justiça social, igualmente sacrificam o que faz a nobreza do homem. Mas além disso, parece-me que de nacionalismo, de verdadeiro nacionalismo, pouco ou nada tem a maioria dos homens políticos que nos governam, hoje como ontem.⁶⁸³

Este afastamento do regime estadonovista caracterizou outros intelectuais próximos de Malheiro Dias e que, como ele, foram atraídos pela imagem de recuperação do orgulho nacional na passagem dos anos 20 e 30. Mário de Albuquerque, regente da cadeira de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Lisboa de 1934 até 1957, criticava a política cultural do regime (“não há uma intelectualidade Estado Novo”), a atuação de António Ferro à frente do Secretariado Nacional de Informação (“a Política de Espírito” de Ferro não correspondia a uma “revolução nacional”) e considerava a questão da educação como o “drama maior” de Portugal.

Todos nós, que vimos com horror a demagogia delirante dos primeiros anos da república, e escutamos com os nervos em arrepio, a hecatombe da Espanha, não podemos deixar de apoiar esta situação que mantém a ordem pública e um certo decoro internacional. Mas

(*Miscelâneas e Novelas eróticas*) de autoria do escritor e ex-presidente de Portugal, Manoel Teixeira-Gomes, exilado na Argélia Francesa, a Malheiro Dias. Em 1905, Malheiro Dias verteu para o francês o romance *Sabina Freire* de Teixeira-Gomes.

⁶⁸² Joaquim Paço d'Arcos. Carlos Malheiro Dias. Escritor Luso-Brasileiro. Separata de *Ocidente* (274-277), v. LX, p. 1-76. *IV Colóquio Internacional dos Estudos Luso-Brasileiros*. Salvador: 1959, p. 63-64. Sobre a questão do sebastianismo no pensamento de Malheiro Dias, ver adiante p. 244-248.

⁶⁸³ Carta de José Osório de Oliveira a Malheiro Dias. Lisboa, 14.1.1938. J83. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

exatamente porque apoiamos, cabe-nos o dever de lamentar o caráter restritivo da revolução nacional – é preciso defender os direitos da inteligência e da cultura.⁶⁸⁴

A desilusão de Malheiro Dias com o salazarismo, portanto, não estava isolada no meio intelectual nacionalista cuja crítica, efetuada na esfera privada e de forma cautelosa, centrava-se no esmagamento do indivíduo e da cultura que identificavam nas práticas políticas do fascismo, mas também do bolchevismo. Trata-se de uma situação complexa como observa Rafael Gonçalo Filipe no seu pequeno estudo sobre a obra e a vida de Malheiro Dias.

Estamos no domínio das conjecturas (...) não nos custa admitir que ele, como homens da envergadura moral de um Afonso Lopes Vieira ou de um Luís de Almeida Braga, tivesse tomado funda e apreensiva consciência da lógica liberticida e catastrófica do Estado salazarista, então (estávamos em 1939), no ápice da sua arrogância.⁶⁸⁵

O dilema moral ou o tolhimento da liberdade de criação artística se mostrou insuficiente para que nesse período uma fração da intelectualidade portuguesa, nacionalista e antiliberal, evitasse a cooperação com o regime. Além do mencionado Mário de Albuquerque, vários outros correspondentes de Malheiro Dias exerciam funções públicas de certa importância na burocracia do Estado Novo. Osório de Oliveira era funcionário do Ministério das Colônias e, mais tarde, do Secretariado Nacional de Informação. Paço d'Arcos, em 1936, chefiava a seção de imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros.⁶⁸⁶

Naquele contexto, as honrarias concedidas a Malheiro Dias no ocaso da carreira como a vaga na Academia Portuguesa de História, recriada em 1937, ou a sua indicação para cerimônias oficiais como o Congresso Luso-Brasileiro de História, em 1940, não foram surpreendentes.⁶⁸⁷

No Brasil, durante a primeira metade da década de 30, Malheiro Dias, além da presidência da Federação, dedicou-se a conferências nas associações e grêmios portugueses e ao envio de artigos para o *Diário de Notícias* (jornal dirigido por Eduardo Schwabach) até ser acometido, em 1935, pela hemiplegia que o deixou afásico e incapacitado para o exercício da embaixada em Madrid.

⁶⁸⁴ Carta de Mario de Albuquerque a Malheiro Dias. 25.9.1937. J17. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias. Mario de Albuquerque era filho do jornalista português Alexandre de Albuquerque, diretor de *O Paiz*.

⁶⁸⁵ Rafael Gonçalo Gomes Filipe. Introdução. In: *Em redor de um grande drama (Antologia 1905-1925)*. Lisboa: Veja, 1985, p. 25.

⁶⁸⁶ Massaud Moisés. *Op. cit.*, p. 363.

⁶⁸⁷ Cf. A inauguração do Congresso Luso-Brasileiro de História na Academia de Ciências. Comemorações centenárias (jornal s.i., s.d.). RGPL. Recortes de Jornais. Coleção Carlos Malheiro Dias. A comitiva brasileira presente ao congresso visitou Malheiro Dias em sua residência. O grupo era formado pelo general Francisco José Pinto, chefe Casa Militar da Presidência da República, Olegário Mariano, Melo Franco e Edmundo da Luz Pinto. Cf. A embaixada brasileira visitou, ontem, o insigne escritor. *A Voz*, 1940. RGPL. Recortes de Jornais. Coisas da minha vida e do meu tempo. Coleção Carlos Malheiro Dias.

O retorno definitivo a Portugal, ainda em 1935, acompanhado por Selda Potocka, ocorreu debaixo de uma situação bastante delicada. A saúde abalada, os problemas familiares, a falência econômica e a frustrada embaixada formam o pano de fundo dos últimos anos de vida de Malheiro Dias.

Acabei de ler a sua carta de 8.VIII sufocado de comoção. Quanta generosidade nos seus merecimentos! E como agradecer-lhes? Se nem sequer posso aquecer mais o grau de enlevo que lhe dedico ... Mas, também quanto pessimismo escorre destas suas linhas. Não querido Malheiro Dias, nada de dizer adeus à vida. Quem tem a sua vontade, os seus records de força de vontade, que escreveu a Exortação, em suma, um apóstolo e pioneiro da concepção heróica da história e da vida, não pode deixar vencer o seu moral pelo seu material, o espírito pelo corpo (...) A sua vontade é o seu remédio salvador.⁶⁸⁸

Em que pese os obstáculos, Malheiro Dias tentou exercer, nos limites das seqüelas deixadas pela doença, as atividades de escritor e os vínculos com o Brasil. Manteve o envio de artigos esparsos para o *Diário de Notícias*, reuniu várias de suas conferências e artigos em coletâneas e intentou interessar João de Barros na fundação de um jornal no Rio de Janeiro voltado para a colônia portuguesa.⁶⁸⁹ Ao poeta e batalhador da aproximação luso-brasileira, Malheiro Dias narrou a penosa situação em que se encontrava.

Há quase 3 anos nunca conseguia falar com o Presidente do Governo, Dr. Salazar (...) Eu nunca pedira nada ao Governo. Conservava no Brasil uma situação que me permitia viver desafogado. Foi nesse momento (...) que o Governo resolveu elevar-me à situação – nunca desejada – de embaixador. Regressei, muito doente, a Portugal. (...) Nunca o Governo me perguntou, depois de me fazer embaixador, se eu podia trabalhar para o meu país. Só o meu filho me deu, aliás com tanto esforço, a possibilidade de viver ...⁶⁹⁰

Na esfera familiar, o filho médico, Luís Manuel, que o trouxera do Brasil, caiu gravemente doente o que se tornou outra aflição para o escritor conforme narrou na última carta trocada com Alvaro Pinto. “Neste momento, só procuro, agora, ter o meu querido filho. Espero que Luís Manuel voltará [sic] junto de nós, graças a Deus. Eu não posso morrer sem que o meu filho possa renovar a sua vida”.⁶⁹¹

Malheiro Dias faleceu em 19 de outubro de 1941. Julio Dantas, seu amigo de quase meio século, ao discursar no sepultamento sublinhou as características literárias da obra de Malheiro Dias, mas, principalmente, destacou o fato de que a vida do escritor/criador ter superado o drama dos personagens saídos da sua imaginação.⁶⁹²

⁶⁸⁸ Carta do visconde de Carnaxide a Malheiro Dias. Rio de Janeiro. 14.9.1937. J51. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁶⁸⁹ Carta de Malheiro Dias a João de Barros. Lisboa. 17.6.1937. *Apud Cartas a João de Barros*, p. 118.

⁶⁹⁰ Carta de Malheiro Dias a João de Barros. Lisboa. 17.6.1937. *Op.cit.*, p. 117.

⁶⁹¹ Carta de Malheiro Dias a Álvaro Pinto. Lisboa. 2.2.1939. *Apud* Álvaro Pinto. Carlos Malheiro Dias. Apontamentos para a história de seus últimos anos de vida dramática. *Op. cit.*, p. 155-156.

⁶⁹² Cf. João Bigotte Chorão. *Carlos Malheiro Dias na ficção e na História*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), 1992, p. 101.

No mesmo sentido, Augusto de Castro caracterizou Malheiro Dias, como romancista da desilusão:

E esse foi, de resto, o seu próprio drama – drama íntimo, drama vivido, que só tem, entre nós, paralelo com a fatalidade de Camilo, de quem ele herdara o gênio da desgraça. Ninguém esperou mais da vida. Ninguém dela menos teve. (...) O destino pareceu sempre comprazer-se em tudo lhe prometer – e tudo lhe recusar.⁶⁹³

2. Malheiro Dias: ficcionista, jornalista e historiador.

A obra de escritor de Malheiro Dias encontrava-se disseminada na ficção (conto, romance e teatro), no jornalismo, em conferências e discursos, e no campo da história, principalmente, nos textos elaborados para a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

Nesse trabalho, o exame dos textos ficcionais centrou-se naqueles aspectos identificados como essenciais para compreender a trajetória de Malheiro Dias como escritor luso-brasileiro e clarificar seu pensamento sobre o conhecimento histórico muito associado à literatura e à política.

A *Mulata* é exemplar da interação do autor com a realidade brasileira ou, pelo menos, com uma dada percepção dessa realidade. Esse romance, alvo de controvérsias e por muito tempo subestimado, esteve subjacente nas avaliações do autor pelos seus críticos no Brasil, como José Veríssimo e Carlos Maul, e colocado em segundo plano pelos críticos portugueses.

A trilogia escrita entre 1900 e 1902 – *Filho das ervas*, *Os Teles d'Albergaria* e *Paixão de Maria do Céu* – consolidou o nome de Malheiro Dias como romancista e alavancou uma série de oportunidades extraliterárias. Frutos da aplicação de marcas literárias do naturalismo e do neo-romantismo histórico, a trilogia indicaria a construção de um retrato do Portugal oitocentista e liberal, com as permanências e rupturas em relação à tradição e que o autor idealizaria, posteriormente, quando se acentuou a sua leitura nacionalista da realidade portuguesa.

2.1 “A *Mulata*”

Antibrasileiro, insulto à nacionalidade, exemplo do caráter pernicioso do lusitano, palavroso e moralizante. Essas e outras avaliações foram aplicadas em diferentes momentos

⁶⁹³ Augusto de Castro. *Op. cit.*, p. 161.

ao romance *A Mulata*, publicado em 1896.⁶⁹⁴ Nessa ocasião, o livro teve duas edições sucessivas, o que demonstrava o interesse suscitado. O livreiro Quaresma adquiriu os direitos definitivos do romance e o “vendeu” como uma história de escândalo e sexo, “grande romance de leitura de fogo”, conforme anúncio na *Gazeta de Notícias* de 4 de maio de 1896.⁶⁹⁵ Gonzaga Duque notou que o romance foi um “triunfo de livraria” em que pese o editor Quaresma, “que em Paris seria corrido à batata, se a polícia por amor à ordem pública e ao bom gosto não o obrigasse a fechar a casa.”⁶⁹⁶ Meio século depois de sua edição, o furor causado pela obra foi lembrado pelo livreiro Carlos Ribeiro a Brito Broca:

Contou-me Carlos Ribeiro que na Livraria Quaresma costumavam ter embrulhados, todos os dias, uns cinquenta volumes, na certeza de que seriam vendidos. E os embrulhos já eram identificados pelas pessoas na rua, que diziam, aos amigos: – Então, levas aí a ‘mulata’ debaixo do braço! ...⁶⁹⁷

Logo, porém, *A Mulata* tornou-se uma obra rara e rejeitada pelo próprio autor.⁶⁹⁸ Só em 1975, no centenário de nascimento de Malheiro Dias, *A Mulata* teve uma terceira edição, a primeira em Portugal.⁶⁹⁹

A Mulata gerou uma forte reação de alguns círculos literários do Rio de Janeiro, descritos no romance como “decadentes” e nefelibatas (denominações dadas na época aos simbolistas, mas usadas no texto para indicar a “degeneração da raça”), acusados de alienação da pátria,⁷⁰⁰ e do jacobinismo republicano, simpatizantes do Marechal Floriano Peixoto, imbuídos de idéias nacionalistas antilusitanas. Estes grupos seriam os críticos mais contundentes de *A Mulata* e teriam criado uma situação insustentável para Malheiro Dias, no Rio de Janeiro, forçando-o a retornar a Portugal.⁷⁰¹ A abordagem mais contemporânea enfocou a “natureza racista e misógina” do romance e as características do personagem que

⁶⁹⁴ Carlos Malheiro Dias. *A Mulata*. Rio de Janeiro: Livraria do Povo (Quaresma & Cia.), 1896. As citações do romance incluídas neste trabalho seguem esta edição.

⁶⁹⁵ Alessandra El-Far. Crítica social e idéias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos ‘romances para homens’ de finais do século XIX e início do século XX. *Cadernos Pagu*, nº 28. Campinas: Jan./Jun 2007. [Versão eletrônica:www.scielo.br. Acesso em 20.8.2007].

⁶⁹⁶ Gonzaga Duque. *Op.cit.*

⁶⁹⁷ Brito Broca. O Caso da “Mulata”. In: *Machado de Assis e a Política e outros estudos*. Rio de Janeiro: “Organização Simões” Editora, 1957, p. 212.

⁶⁹⁸ José Veríssimo. Novo romancista português. O sr. Malheiro Dias. *Homens e Causas estrangeiras*. Segunda Série 1901 - 1902. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, 1905, p. 239.

⁶⁹⁹ Carlos Malheiro Dias. *A Mulata*. Prefácio de Alexandre Pinheiro Torres. Lisboa: Arcádia, 1975. Gondim da Fonseca menciona uma edição de 1923 que seria a terceira no Brasil. Cf. Gondim da Fonseca. *Portugal na história: o Brasil e os portugueses*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Fº, 1932, p. 254.

⁷⁰⁰ Ver nesse capítulo as p. 188-189.

⁷⁰¹ Joaquim Paço d’Arcos. *Op. cit.*, p. 11-12. Sobre os nefelibatas ver a p. 189.

lhe deu título – mulher, pobre e mestiça – de modo que a análise em tela priorizava a questão do estereótipo e do preconceito.⁷⁰²

A *Mulata* proporcionou a Malheiro Dias uma (má) fama precoce e problemática. O romance procurou retratar os vícios morais da cidade Rio de Janeiro no início do regime republicano. Para isso descreveu o ambiente intelectual, político e social da capital federal de acordo com o cânone da literatura naturalista.⁷⁰³ A descrição minuciosa, a lentidão da narrativa, o uso de elementos autobiográficos para construir o ambiente e os personagens foram aplicados para diagnosticar o declínio moral e social do Brasil republicano.

A imagem de decadência, como salienta Alexandre Pinheiro Torres, foi construída, de forma quase que exclusiva, por uma fauna de intelectuais que gravitava em torno dos cafés, jornais e bordéis da capital federal. Tratava-se de uma geração de jovens escritores, poetas e jornalistas, caracterizados em sua grande maioria como medíocres, influenciados por idéias filosóficas e literárias mal assimiladas e alienados, na visão do autor, da idéia de pátria.⁷⁰⁴

A obra, embora ficcional, apresentava as marcas de um *roman à clef* no intuito de descrever com o máximo de rigor uma dada realidade. Nesse sentido, Alexandre Pinheiro Torres destacou o caráter ortodoxo do naturalismo do jovem Malheiro Dias, embebido nas idéias de Zola, mas também do francesismo literário então dominante na literatura da época tanto no Brasil quanto em Portugal.⁷⁰⁵ As concepções etnocêntricas, o ideário nacionalista e tradicionalista, e o cientificismo, que justificava o exame da realidade pelo filtro “racial”, guiavam a construção dos personagens e do meio no qual eles transitavam.

A mulata que deu título ao romance, Honorina, era uma “mulher fatal” cuja sensualidade arrebatou Edmundo, um jovem poeta e jornalista, tuberculoso, expatriado do Rio Grande do Sul, descrito como degenerado e incapaz de resistir aos encantos da mulata:

Ela não era bonita! Uma beleza vulgar de soldado, dessas que podem levar um cadete a matar a pranchadas um clarim do regimento ... Não era só morena como pensara, tinha o sangue mau da raça negra, mas parecia ter um cabelo admirável (...) Os dentes eram brancos, iguais, mas chatos como os de uma gata (...) Tinha nos gestos o abandono e a preguiça da crioula. Era indolente até no falar. Os seus ‘peignoirs’, largos, de grandes mangas e sem cinta, nada lhe deixam adivinhar do corpo.⁷⁰⁶

⁷⁰² Maria Fernanda Abreu. *Mulata e histórica: um retrato brasileiro de Malheiro Dias*. In: Izabel Margato (org.). *Figuras da lusofonia. Cleonice Berardinelli*. Lisboa: Instituto Camões, 2002, p. 109-117.

⁷⁰³ Para as características do romance naturalista, de suas diferenças e semelhanças em relação ao romance realista ver Massaud Moisés. *A Literatura Portuguesa*. 12ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1974, p. 236-238.

⁷⁰⁴ Alexandre Pinheiro Torres. *A Mulata de Carlos Malheiro Dias: uma obra exemplar de catequese naturalista. Ensaios escolhidos I. Estudos sobre as literaturas de língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989, p. 41-44.

⁷⁰⁵ Alexandre Pinheiro Torres. *Op. cit.*, p. 31-32.

⁷⁰⁶ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 104.

Edmundo era o personagem, o “alter-ego”, utilizado por Malheiro Dias para descrever e criticar o ambiente intelectual, político e social desta cidade ao qual o escritor não hesitava de chamar de Sodoma. Conduzido por um amigo, Edmundo percorreu o *bas-fond* carioca do fim do século XIX – a rua do Sacramento, a rua dos Arcos, o Saco do Alferes, o campo de Santana – locais dos mais variados vícios praticados por homens e mulheres da burguesia.

Roma, Edmundo, isto é Roma, é Sodoma, é Babilônia, é esterco, é como em toda a parte ... E fora o vício há ainda a miséria ... Na Saúde vendem-se virgens por atacado e varejo... Oh! A polícia sabe, a polícia sabe de tudo (...) tudo se arranja, é questão de haver dinheiro pra toalha e mais pra cama ...⁷⁰⁷

A misoginia de Malheiro Dias apontada por Abreu⁷⁰⁸ em *A Mulata* é discutível. Ao longo do romance há inúmeras menções ao matrimônio, à formação da família e ao papel da mulher/esposa como elementos contrários ao processo de degenerescência social e atuavam no sentido de regeneração do indivíduo e do fortalecimento da pátria. Isto estava implícito no seguinte conselho que Julião, seu médico, dirigiu a Edmundo:

Uma amante tem isso de bom, que leva aos braços da noiva ... Uma amante é a aprendizagem do amor... Faz o possível, irmão, para voltar mais cheio de esperança, de virtude e de crença ... É às mulheres que está confiada a sorte e o futuro da pátria ... Sê feliz ...⁷⁰⁹

Tratava-se de uma perspectiva tradicionalista e que concedia o tom moralizante do romance. O casamento resgataria Edmundo da “perversidade” da mulata, este sim o alvo de preconceito e estereótipo. A mixofobia⁷¹⁰ incorporava aquelas imagens do mestiço delineadas desde a colônia: indolência, espírito contraditório, egoísmo, e nas mulheres, a sensualidade, a voluptuosidade, a paixão desenfreada.

O contraponto à imagem da mulata era outro personagem que também encarnava o estereótipo e o preconceito. Ramalho de Alencastro era português, naturalizado brasileiro, oficial da Guarda Nacional, retratado como um cavalheiro de indústria: chantagista, agiota, informante da polícia. Alencastro era tradutor de obras francesas, jornalista e possuía veleidades de escritor. Falido financeiramente, Edmundo tomou um empréstimo de Alencastro, mas foi incapaz de honrá-lo. Com a prisão decretada por dívidas, Edmundo entrou

⁷⁰⁷ Id. *Ibid.*, p. 291.

⁷⁰⁸ Maria Fernanda Abreu. *Op. cit.*, p. 112.

⁷⁰⁹ *A Mulata*, p. 100. Ver também o prefácio, p. XI.

⁷¹⁰ Ver Pierre-André Taguieff. Face à l’immigration; mixophobie, xénophobie ou sélection. Un débat dans l’entre-guerres. *Vingtième-Siècle. Revue d’Histoire* (47). Paris: Presses de Science Po, Juillet-Sept. 1995, p. 103-131.

em desespero enquanto a sua enfermidade – a tuberculose – se agravava e o conduziu finalmente à morte, abandonado pelos amigos e pela amante.⁷¹¹

A desqualificação do mulato e sua deformação como indivíduo não era uma novidade. Era utilizada, inclusive, nos verdadeiros combates verbais em que se convertiam as divergências literárias entre portugueses e brasileiros no século XIX. Assim, Camilo Castelo Branco não hesitava em incorporar a mixofobia para responder às críticas de Arthur Barreiros.

Este sujeito escreve-me que tem uma excelente bengala de Petrópolis com a qual me baterá, se eu for ao Brasil, admirar os cérebros de tapioca. O mulato estava a brincar; eles têm a debilidade escangalhada do sangue espúrio, escorrido das podridões das velhas colônias que de lá trouxeram à Europa a gafaria corrosiva: às vezes excitam-se bastantemente com cerveja ordinária, têm ímpetos imoderados dão guinchos, fazem caretas, coçam as barrigas, exigem bananas, cabriolam se lhes atiram ananás e não fazem mal à gente boa.⁷¹²

Como já foi observado, *A Mulata* foi renegada por Malheiro Dias, mas causou-lhe transtornos durante toda a sua atividade intelectual no Brasil. Era freqüente a citação do romance como prova do antibrasileirismo de um escritor que se autoproclamava ardorosamente brasilófilo. Os seus adversários, como Antônio Torres e Jackson de Figueiredo, sempre citavam o livro como prova maior do antibrasileirismo do autor. Livro pornográfico e insulto coletivo, assim Antonio Torres definiu *A Mulata*.

Nada mais fácil nem mais simples do que oferecer um banquete no Rio de Janeiro a qualquer medalhão, pouco importando ao caso que ele seja gatuno, alcaiete e canalha consumado em todas as artimanhas com que os espertalhões ganham dinheiro, posições e relevo na sociedade. (...)

Eu não invento é no seu livro que se diz que os brasileiros vendem as próprias filhas; que somos uma raça de negróides degenerados, perversos e covardes; que o país nas nossas mãos não poderá progredir, etc., etc. (...)⁷¹³

Em 1918, Antonio Torres denunciava a suposta cumplicidade da elite da capital federal em relação a Malheiro Dias e associava esta atitude ao fato do “meliante e caluniador” ser o editor de uma revista de frivolidades (a *Revista da Semana*), dedicada à divulgação de casamentos e a outros eventos sociais.⁷¹⁴ No início dos anos 1930, Gondim da Fonseca, também jornalista como Antônio Torres, numa catilinária contra os portugueses, considerava Malheiro Dias o “homem que desde 1500 até hoje mais ferozmente insultou a nossa terra!”⁷¹⁵ Defendia, no entanto, a reedição de *A Mulata* pelo suposto viés pedagógico antilusitano que o

⁷¹¹ *A Mulata*, capítulos XVI (p. 431-453) e XVII (p. 454-474).

⁷¹² Camilo Castelo Branco. *O Cancioneiro Alegre de poetas portugueses e brasileiros*. v. 2. 2ª ed. Seguida dos críticos do Cancioneiro. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1887, p. 287-288.

⁷¹³ Antônio Torres. Os empresários de banquetes. *Pasquinadas Cariocas*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921, p.11 e 16. O artigo de Torres censurava os banquetes oferecidos a pessoas sem nenhuma significação social, moral ou intelectual, apenas pela conveniência de meia dúzia de amigos.

⁷¹⁴ Antônio Torres. Os empresários de banquetes. *Op. cit.*, passim.

⁷¹⁵ Gondim da Fonseca. *Op.cit.*, p. 254.

romance possuía. “Uma reedição de *A Mulata* é, contudo, necessária, para que todos os brasileiros vejam como os escritores portugueses nos julgam. Malheiro Dias não é uma exceção: é a regra geral”.⁷¹⁶

Diversas manifestações contra *A Mulata* prenderam-se ao fato de seu autor ser português e escaparam de qualquer avaliação de caráter estético-literário. Este aspecto, porém, era lembrado pelos defensores de Malheiro Dias dos ataques lusófobos no sentido de colocar o romance como um elemento de transição de um escritor talentoso, mas ainda de estilo mal definido e excessivamente tributário dos mestres franceses do realismo-naturalismo (Zola, Bourget).

Mas que é a *Mulata*? Uma obra de 18 anos feita no Rio de Janeiro, romântico realista e que o escritor Malheiro Dias repudiou de tal forma que a riscou da lista das suas obras. Por injuriosa ao Brasil? Não! Por ser uma obra de criança.⁷¹⁷

Gonzaga Duque, no entanto, numa crônica escrita logo após a eleição de Malheiro Dias para a Academia Brasileira de Letras, apontava o romance como uma “revelação”.

Para escrever-se assim aos 20 anos é preciso estar já acima da vulgaridade. Não havia ainda ali bem definidas todas as grandes qualidades desse escritor, pode-se mesmo dizer que tudo que ali há de Carlos Dias é ainda um ensaio. Mas é um grande ensaio eis tudo que se pode dizer. As características de forma, de estilo, de vigor, as idéias, os conceitos são já claros, mas não constituem senão módulos provisórios que posteriormente se modificaram e completaram.⁷¹⁸

Brito Broca, ao examinar as críticas de Antônio Torres, apontou as distorções de uma leitura que extraiu do prefácio de *A Mulata*, e de forma isolada do contexto, citações injuriosas aos brasileiros: “os brasileiros vendem as próprias filhas”, “raça de negróides degenerados, perversos e covardes”. A reação ao livro devia-se mais à exaltação jacobina republicana e a suspicácia contra a colônia portuguesa acusada de pró-monárquica.⁷¹⁹ Havia, no entanto, outros motivos de escândalo no livro vinculados exclusivamente à sensibilidade literária.

Mas a publicação da ‘*Mulata*’, em 1896, teria constituído um grande escândalo menos pelo sentido que se pudesse emprestar a esse prefácio do que pela crueza absoluta das cenas, o realismo exótico ‘à outrance’, excedendo a tudo quanto os discípulos de Zola já haviam feito no Brasil. E se os diálogos são por vezes convencionais e os ímpetos do panfletário perturbam em certos pontos a seqüência da narrativa, já se sente ali o dedo do homem que ia escrever ‘*O Filho das Hervas*’ e ‘*Paixão de Maria do Céu*’.⁷²⁰

⁷¹⁶ Id. *Ibid.*, p. 256.

⁷¹⁷ Emiliano Fortuna *A Mulata*. Extrato de jornal s.id., 1918. [87] Recortes de jornais e revistas. Coisas da minha vida e do meu tempo. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁷¹⁸ Gonzaga Duque. *Op. cit.*

⁷¹⁹ Brito Broca. O Caso da “*Mulata*”. *Op. cit.*, p. 209-210.

⁷²⁰ Id. *Ibid.*, p. 211.

Vários temas tratados por Malheiro Dias em *A Mulata*, considerados obscenos e pornográficos por alguns críticos, como o homossexualismo, o lesbianismo e a prostituição, não eram desconhecidos na literatura brasileira da época. De fato, estavam presentes em diversas obras de ficção editadas no Brasil desde a década de 1880. Basta citar *O Mulato* e *O Cortiço* (Aluísio de Azevedo), *A Normalista* e *Bom Crioulo* (Adolfo Caminha), *O Missionário* (Inglês de Souza), *Flor de sangue* (Valentim de Magalhães). Os ficcionistas brasileiros procuravam copiar a realidade e afastar-se do ideal estético do Romantismo, influenciados pela nova perspectiva literária proveniente da França: o Realismo-Naturalismo. Como no passado, o talento e o estilo literário do escritor definiriam o valor da obra e sua posição no cânone da literatura nacional, embora muitos leitores contemporâneos fossem atraídos pelo viés escandaloso e mesmo obsceno que as obras mencionadas, e inúmeras outras caídas no esquecimento, pudessem ter.

A percepção nacionalista lusófoba dominante em inúmeras análises de *A Mulata* estava associada ao fato do Rio de Janeiro ser um campo fértil para manifestações antilusitanas nas quais se imbricavam as crises crônicas do mercado de trabalho local, as péssimas condições de vida da imensa maioria da população e a conjuntura política da consolidação do regime republicano. O discurso antilusitano associava o comerciante português com o parasitismo social (o comércio) e procurava ressaltar o atraso e a ignorância do imigrante luso cujos hábitos, costumes e formas de expressão da língua eram ridicularizados. *O Jacobino*, dirigido por Deocleciano Mártir, demonstrou notável virulência para recolher e divulgar histórias e pensamentos sobre os portugueses cuja violência demonstrava a estratégia de demonização do português:

Para que é que o galego casa com brasileira? Para maltratá-la e para corrompê-la.⁷²¹

O português foi que introduziu no Brasil as seguintes e deprimentes coisas:

A escravidão da raça preta, os mulatinhos, o realejo, os tamancos, as ‘papas’, a pederastia, a embriaguez, o jogo, a intriga, a pouca vergonha, o roubo, o defloramento, o anonimato e tudo que é ruim.⁷²²

A estigmatização estendia-se à associação do português com a exploração e a corrupção (o taberneiro, o agiota, o leiloeiro, o açougueiro, o senhorio), as funções mais humildes (carregador, carroceiro, barbeiro e pasteleiro) ou o literato que “vem para o Brasil a título de passeio, aqui apresenta-se aos patrícios, faz camaradagem com os Brasileiros (...) e eis dias depois, a discutir política nacional, costumes do País e a orientar a opinião!”⁷²³

⁷²¹ *O Jacobino* (6), 3.10.1894, p. 3.

⁷²² *O Jacobino* (68), 7.11.1896, p. 2.

⁷²³ *O Jacobino* (44), 2.11.1895, p.1.

Desse modo, não era surpreendente a reação do jacobinismo lusófono ao lançamento de *A Mulata*, principalmente as menções a Floriano Peixoto, identificado como o herói salvador da nação e da república.

“A série de blasfêmias que atirou ao vulto eminente do nosso Santo, doeu-nos tanto”.⁷²⁴ Que blasfêmias seriam estas? As menções a Floriano e a situação política constituem o quadro no qual se desenrola a trama, contudo, quando inseridas, encontravam-se no sentido negativo. Assim, logo no capítulo II, comentava-se que Floriano subornara o Almirante Custódio de Melo para que abandonasse a revolta.⁷²⁵ A enfermidade do marechal, causa da sua morte, era associada ao seu autoritarismo e rudeza⁷²⁶ e a descrição das exéquias se encerrava com uma cena destoante do cenário de pompa e glorificação do morto. Uma mulher vestida de luto, ao fim da passagem do féretro, exclamava: “Maldito sejas tu que me mataste os filhos!”⁷²⁷

As críticas aos círculos intelectuais descritos em *A Mulata* não impediram Malheiro Dias de ser eleito sócio-correspondente da Academia Brasileira de Letras e desfrutar de grande prestígio no meio literário e jornalístico do Brasil. O romance, porém, adquiriu um valor simbólico para os nacionalistas lusófonos que nele identificavam uma representação negativa do país elaborada por um estrangeiro. Essa reação consolidou-se na medida em que Malheiro Dias projetou-se como defensor da “fraternidade luso-brasileira” e da singularidade dos laços que uniam Brasil e Portugal.

Assim, em 1941, Frederico Villar, oficial de marinha que chefiara as operações de nacionalização da pesca no governo de Epiácio Pessoa (a Questão dos Poveiros), insurgiu-se contra a idéia de prestar-se homenagem a Malheiro Dias, nomeando um logradouro público ou escola com o seu nome na capital federal.

É admirável que aqui houvesse vivido tantos anos e ainda se pretenda glorificar esse estrangeiro que nos não estimava nem respeitava e que atrevidamente nos insultava assim, em um livro do qual tirou várias edições dentro de nossas próprias fronteiras.⁷²⁸

Numa moção protesto dirigida ao Primeiro Congresso da Brasilidade, Villar pedia a proibição de venda de *A Mulata* (ainda havia exemplares disponíveis na Livraria Quaresma, na rua São José no centro do Rio de Janeiro) com o argumento de que a obra (“sórdido

⁷²⁴ *O Jacobino* (56), 1.8.1896, p 2.

⁷²⁵ *A Mulata*, p. 50.

⁷²⁶ “Morreu de câncer como todo tarimbeiro”. Id. *Ibid.*, p. 270. A aversão de Edmundo pela instituição militar é indicada no seguinte trecho: “- A mim, mete-me ódio e nojo. É a morte oficial ... O soldado é o assassino com salário do governo ...”. Id. *Ibid.* p. 421.

⁷²⁷ Id. *Ibid.*, p. 277.

⁷²⁸ Frederico Villar. *Primeiro Congresso da Brasilidade. Moção Protesto de Frederico Villar*. Transcrição da *Gazeta de Notícias* de 21.11.1941. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (AIHGB). Doc. 22, lata 458. Coleção IHGB.

romance”) revestia-se de ousadia e perversidade que requeria o desagravo da nacionalidade. Tratava-se de um livro “amargo, injusto, dissolvente e cheio de infâmias contra todas as virtudes nacionais, apresenta a nossa gente sob os mais indignos aspectos, nada respeita”. O objetivo, afirmava Villar, “era político, iconoclastico – demolir o Brasil e reduzir-nos a zero, pondo em valor as excelências da gente de Além-Mar.” E encerrava a catilinária com a seguinte profissão de fé jacobina:

O Marechal Floriano é um ídolo dos homens de coragem e de fé nos destinos da Pátria! Mereceu sempre a nossa veneração. Insulta-o no entanto – metendo-se na política interna nacional – um estrangeiro ingrato e injusto, como o autor da *Mulata*.⁷²⁹

Alguns anos depois, Carlos Maul, crítico literário da *Belle Époque*, avaliava *A Mulata* e o seu autor com forte sentimento nativista e, mostrava, ao mesmo tempo, uma cristalização da imagem do romance na paisagem literária brasileira.

Esse romance é uma ignomínia que o próprio autor, mais tarde, escondeu e excluiu da sua biografia. Livro infame, esse em que nada do Brasil escapou do insulto: povo, magistratura, exército, imprensa, literatura, recebem nessa novela enxurradas de lama. Em 1897, Malheiro Dias fugiu do Brasil para escapar ao furor de Olavo Bilac, de Luís Murat e mais alguns escritores revoltados.⁷³⁰

Convém registrar que não foram apenas os lusófbos que recorreram à obra para atacar o autor, realçando as tintas antibrasileiras. Querelas e inimizades pessoais dentro da própria comunidade portuguesa contribuíram para manter *A Mulata* como um livro maldito. É o que indica o texto abaixo escrito por um indignado Álvaro Pinto, pouco tempo depois do falecimento de Malheiro Dias.

Em 1935, quando da sua nomeação para Embaixador em Madrid, já um português de ruins fígados tentara fazer espalhar no Rio de Janeiro um folheto com algumas passagens da ‘*Mulata*’ livro escrito por Malheiro Dias há 47 anos e que ele há muito repudiara por completo, chegando a queimar o único volume que possuía. Pois, o mês passado, foi transmitido do Rio de Janeiro um telegrama anunciando que esse livro fôra apreendido pela polícia brasileira. Trata-se de exemplares que estavam escondidos ou de reedição feita por alguém, cujo ódio vil transpõe os umbrais da morte, que deviam ser sagrados para todo ser humano? Como que quer que seja, é preciso que se proteste vigorosamente contra a incrível felonía e que se repudie com violência o torpe feito, como o infeliz Malheiro Dias tinha repudiado a imprudente obra de sua mocidade irrequieta. Não deixaremos de colher os devidos informes.⁷³¹

Ao fim e ao cabo, Malheiro Dias relegou *A Mulata* a uma posição secundária no conjunto de sua obra literária. Procurou mesmo excluí-la, mas *A Mulata* não foi esquecida e perseguiu-o mesmo após a sua morte.

⁷²⁹ Frederico Villar. *Op.cit.*

⁷³⁰ *O Globo*, 11.9.1957. *Apud* Alexandre Pinheiro Torres. *Op.cit.*, p. 32. No início dos anos 1920, Carlos Maul presidia o Partido Nacional e pertencia aos quadros da *Ação Social Nacionalista*. Cf. *Ação Social Nacionalista*. A Conferência de Frederico Villar. *Gil Blas* (77), 29.6.1920.

⁷³¹ Álvaro Pinto. Notas e comentários. *Desgraçado Malheiro Dias*. *Ocidente* (45), v. XVI, Jan. 1942, p. 132.

2.2 Do realismo ao neo-romantismo histórico: o esboço de um retrato do Portugal oitocentista.

A ficção ocupou um espaço reduzido, mas não menos importante, na trajetória intelectual de Malheiro Dias. Quatro romances (*A Mulata*, *Filho das ervas*, *Os Telles d'Albergaria* e *Paixão de Maria do Céu*), um volume de contos (*A Vencida*) e uma peça de teatro vertida para o romance (*O Grande Cagliostro*) compõem o núcleo da sua obra ficcional.⁷³² Os romances *Filho das ervas*, *Os Teles d'Albergaria* e *Paixão de Maria do Céu* foram escritos e publicados num curto período (1900-1902) e conheceram êxito imediato de público e de crítica.

A crítica literária dividiu-se no exame da curta carreira de romancista de Malheiro Dias. Alguns, como João Gaspar Simões, tratavam esse abandono da literatura de forma semelhante a uma “deserção” da parte de um escritor cujos livros iniciais apontariam para um talento precoce e promissor capaz de realizar uma obra literária madura.

Incompreensível destino o deste romancista que não soube achar o seu verdadeiro caminho! (...) Carlos Malheiro Dias, possivelmente, mais tarde ou mais cedo, teria realizado a obra que não chegou a realizar, o grande romance português, implícito em *Os Teles de Albergaria*, mas que só depois de *O Grande Cagliostro* e *A Vencida* o escritor parecia estar em condições de levar plenamente a cabo.⁷³³

No sentido de uma força literária que ficou aquém do que seria o seu natural, é que se explica o adjetivo ‘desertor’ e o fato de João Gaspar Simões considerar Malheiro Dias o mais ambíguo dos escritores portugueses na passagem do século XIX ao XX.⁷³⁴

Outros críticos, contudo, embora reconheçam os dotes intelectuais de Malheiro Dias consideraram sua obra sem originalidade, excessivamente valorizada pelos contemporâneos, e até errática ao enveredar da estética naturalista para o neo-romantismo histórico, este último uma “bisonha apologia dos valores pátrios e sentimentais, quase beirando o alambicamento melodramático d’*A Mulata*”.⁷³⁵ Essa transição de estilo literário, porém, era vista por Malheiro Dias como uma correção de um erro juvenil.

A sua geração teve sobre a minha, além da vantagem inestimável de ser mais nova, a de haver encontrado já em pleno descrédito a escola realista, cujos miasmas deletérios ainda por um instante, contaminaram a minha juventude literária.⁷³⁶

⁷³² Em 1987 foi publicado um romance inédito e inacabado: *Amor de Mulher*. Cf. João Bigotte Chorão. Carlos Malheiro Dias entre a deserção e a fidelidade. *Galeria de retratos*. Porto: Lello Editores, 2000, p. 54-55.

⁷³³ João Gaspar Simões. *Op. cit.*, p. 111.

⁷³⁴ João Gaspar Simões. *Op. cit.*, p. 102. Para João Bigotte Chorão, o caso de Malheiro Dias não é exemplo de deserção da literatura, mas de sacrifício por um ideal cívico e pela sobrevivência material. João Bigotte Chorão. *Op. cit.*, p. 55.

⁷³⁵ Massaud Moisés. *Op. cit.*, p. 280.

⁷³⁶ Carlos Malheiro Dias. Prefácio. In: Elísio de Carvalho. *Brava Gente*. Rio de Janeiro: S.A Monitor Mercantil, 1921, p.V.

No início do século XX, a influência da “escola realista” ainda era visível com a crueza de *A Mulata* substituída pelo refinamento da narrativa sem, contudo, apartar-se da prolixidade e do vocabulário rebuscado utilizando, inclusive, arcaísmos e gírias provincianas com o intuito de aproximar o leitor do passado. É o caso de *Paixão de Maria do Céu*, sobre o qual José Veríssimo criticou o exagero desses recursos de estilo.

O drama simples e pungente dessa paixão poderia, sem perder de interesse e intensidade, ser recontado em cem páginas. O contador, porém, seguindo a estética do gênero, quis pô-lo no seu meio ambiente, dizer as circunstâncias que o produziram, as condições em que se realizou, a sua ação se estendeu assim pelo quádruplo de páginas, em que revive a época da invasão francesa (...) Revive também a mesma língua, mas essa eu não sei se exatamente com as mesmas feições dos tempos evocados pelo poeta.⁷³⁷

O drama dos filhos naturais enfeitados pelo preconceito de classe, objeto de *Filho das ervas*, escrito na linha naturalista, adotada de forma ainda claudicante em *A Mulata*, tornou Malheiro Dias, então com 25 anos, um expoente da literatura portuguesa. Isto no momento em que desaparecia Eça de Queiroz, o paradigma da literatura realista em Portugal. A conjugação dos dois fatos - o lançamento elogiado de *Filho das ervas* e a morte de Eça – tornaram Malheiro Dias o escritor epígono, por excelência, da prosa queirosiana para alguns círculos literários da época.

Os Teles d’Albergaria refletiu, segundo Oscar Lopes, o impacto da perspectiva realista queirosiana com que a crítica recebeu e renunciou a produção literária de Malheiro Dias. Numa crítica feroz, Lopes assinalou a submersão da narração dos desenganos do fidalgo João Teles d’Albergaria pelo exagero imitativo e a opulência estilística do autor.

Logo a seguir à morte de Eça, empreende Malheiro Dias a redação de *Os Telles de Albergaria* (...) sob o estímulo de certa crítica ao romance anterior, claramente reivindica a continuidade de grande romancista falecido. A grande riqueza desta obra reside precisamente num epigonismo queirosiano que transparece por todos os lados, desde o tom da crítica à beatice provinciana, à educação do menino-prodígio, à estagnação social e intelectual do constitucionalismo monárquico, até à composição narrativa em cenas descritivas do pretérito imperfeito, por vezes iniciadas por um “e já ...”, indo até as miudezas estilísticas do discurso semidireto, da ironia, da hipálage (“na largueza gelado do átrio”) e da adjetivação (*cavo, fino*). É tão flagrante o talento imitativo, que já por este livro se começa a compreender não tenha ido mais longe a carreira de ficcionista do autor.⁷³⁸

Para Lopes, em *Paixão de Maria do Céu*, o romance mais popular de Malheiro Dias, houve um aprofundamento do traço imitativo com o manejo da técnica naturalista “da pormenorização tipificante a um enredo passional camiliano sobre o ambiente histórico, bem estudado, das invasões francesas”. Estas características apresentaram-se com mais vigor nos

⁷³⁷ José Veríssimo. Novo romancista português. O sr. Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 243.

⁷³⁸ Oscar Lopes. *Entre Fialho e Nemésio. Ensaios de Literatura Portuguesa Contemporânea*. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, p. 198-199.

dois grandes momentos do romance: a descrição dos preparativos para a partida de uma família fidalga para Lisboa e o da família real para o Brasil.⁷³⁹ Ainda segundo Oscar Lopes, *O Grande Cagliostro* (1905)

apesar do êxito que o enredo conheceu, desde que foi publicado em folhetim da Ilustração Portuguesa (...) não passa de um quadro superficial de costumes da época de D. Maria I (...) De tudo sai idealizada a figura de D. José (...) como símbolo de uma utópica monarquia liberal progressiva que assimilasse o melhor do reformismo pombalino.⁷⁴⁰

As críticas de Oscar Lopes espelharam uma daquelas vertentes de abordagem da obra ficcional de Malheiro Dias. Embora de grande êxito na época, a obra não conseguiu fixar-se de forma proeminente no cânone literário português e caiu no esquecimento a partir da introdução das obras literárias associadas ao modernismo em Portugal.

A sua própria obra, que é um dos mais belos panoramas da alma portuguesa dos últimos anos, não exerceu, nem exerce ainda, a influência a que, mesmo fragmentária como é, tem direito. A mocidade, que ele exaltava como poucos nesse hino triunfal que foi a sua exortação aos novos, desconhece-o. Portugal, que ele amava, como um namorado, esquecera-o. Só alguns amigos fiéis lhe restavam.⁷⁴¹

O próprio Malheiro Dias considerava-se um “esquecido novelista romântico” por volta de 1913.⁷⁴² As obras ficcionais, assim como algumas das suas conferências e textos jornalísticos, examinados mais adiante, conheceram um “retorno”, a partir da segunda metade dos anos 1970, como a desprezada *A Mulata*.

Filho das ervas, *Os Teles d’Albergaria* e *Paixão de Maria do Céu* foram reeditados em Portugal nas décadas de 1980/1990, como resultado do esforço de divulgação da obra de Malheiro Dias, efetuado por seu neto Fernando Malheiro Dias.⁷⁴³ Esses romances, no entanto, apresentaram valores intrínsecos como obras literárias e às suas reedições não era estranho o gosto pelo passado, romanceado ou pela vulgarização da história, que atraiu o público leitor nas décadas mencionadas nas sociedades ocidentais. Esse revigoreamento do interesse pelo romance histórico foi assinalado, segundo Krzysztof Pomian, pela rejeição das ideologias, o fim do mito da revolução, o desencanto com as utopias e a dessacralização da violência. A mudança no clima intelectual reafirmou o lugar da permanência e da identidade e a explosão do interesse pela história e a memória.⁷⁴⁴

⁷³⁹ Oscar Lopes. *Op. cit.*, p. 199.

⁷⁴⁰ Id. *Ibid.*, p. 200.

⁷⁴¹ Augusto de Castro. *O Último grande romântico*, p. 162.

⁷⁴² Carlos Malheiro Dias. Prefácio. *Jardim das Tormentas*, p. VIII.

⁷⁴³ Além de *A Mulata*, reeditada em 1975, *Filho das ervas* (1999), *Os Teles d’Albergaria* (1987 e 1999) e *Paixão de Maria do Céu* (1982).

⁷⁴⁴ Cf. Krzysztof Pomian. *Histoire et fiction. Sur l’histoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1999, p. 23. No caso do Brasil ver Valter Sinder. *A Reinvenção do Passado e a Articulação de Sentidos: o Novo Romance Histórico Brasileiro. Estudos Históricos* (26). Rio de Janeiro: 2000, p. 253-264.

Os Teles d'Albergaria e Paixão de Maria do Céu apresentaram uma descrição pormenorizada sobre a paisagem social portuguesa da transição da monarquia absoluta para a monarquia liberal e o processo de erosão desta última no fim do século XIX. O processo de reconstrução do passado pela imaginação, utilizado nestes romances, alçou Malheiro Dias à condição de mestre do romance neo-histórico português no início do século XX. Duas passagens demonstram a capacidade do autor de recriar pela narrativa literária o acontecimento histórico.

Em *Os Teles d'Albergaria*, o autoreconhecimento de João Lobo Teles d'Albergaria como chefe de família e filósofo liberal era simultâneo ao declínio da monarquia liberal para a qual idealizara reformas que a retirassem do marasmo político.

Três reinados tinham radicado o liberalismo revolucionário de 1820 num sistema político débil, facilmente contaminado pelas rivalidades das facções e pelos interesses dos partidos. Há um momento em que o país tem a consciência do imenso ludíbrio. É o acordar de 11 [sic] de Janeiro.⁷⁴⁵

O epílogo do romance era a descrição da revolta republicana do Porto em 31 de janeiro de 1891. O populacho bradando vivas à república e cantando “A Portuguesa”, acompanhou a tropa sublevada, cuja passagem pelas ruas do Porto era percebida pelo fidalgo em delírio como uma quartelada de mal presságio.

Era ainda uma vez a ilusão que passava, a crise aguda da esperança no seu paroxismo, com a conturbante noção de pátria apreendida nas disciplinas bárbaras da caserna (...) O soldado árbitro das sociedades! A caserna dirimindo as questões sociais! A idéia governada pela tarimba! A luz ofuscada pelo jogo! (...)

E só em vê-los, a meio do eu delírio, se adivinha a falta de plano que os unia, a ausência da idéia que os juntou, debandado em tropel. Amotinados, por uma manhã nevoenta de Janeiro, como um rebanho mugidor levado ao matadouro.⁷⁴⁶

Para os quartéis, celerados! (...) Que entendeis vós de repúblicas? Que importa a república, se o mal está convosco? A república é apenas uma palavra e não é com palavras que se reedificam nações!⁷⁴⁷

A descrição da revolta, provavelmente testemunhada por Malheiro Dias, ainda adolescente, e as invectivas do fidalgo sintetizam a nocividade que as revoluções populares ou de massa adquiriram em seu pensamento como romancista e publicista.

Em *Paixão de Maria do Céu*, o embarque da família real é descrito como o apocalipse do reino e da monarquia absoluta. Verdadeiro terremoto sobre as almas dos súditos perdidos com a partida dos soberanos testemunhado pelo fidalgo António Sepúlveda e sua filha Maria do Céu.

⁷⁴⁵ Carlos Malheiro Dias. *Os Teles d'Albergaria*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão Livraria Editora, 1901, p. 449.

⁷⁴⁶ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 456.

⁷⁴⁷ Id. *Ibid.*, p. 459.

E quando Sepúlveda recordava o interminável enxame de carros que seguiam desde o Rocio, ao comprido do cais, parecia-lhe que nunca mais ia cessar o monstruoso despejo da cidade; que de Lisboa ia alargar-se pelas províncias, até que todo o reino fosse por sua vez arremessado às barcaças, embaraçado nas naus, lançado ao Atlântico como a imundície da Europa.⁷⁴⁸

Os navios levariam em seu interior não só o tesouro material de Portugal, mas também as suas riquezas espirituais, pois “as arcas derramavam sobre os conveses os livros da biblioteca de Diogo Barbosa, que o regente iletrado conduzia consigo para o desterro, como um sábio”.⁷⁴⁹

A construção dos personagens históricos do romance, como o príncipe D. João e Carlota Joaquina, não foge aos estereótipos. O perfil do príncipe quando jovem, na percepção de António Sepúlveda, é de um “infante sonolento e tímido, de olhos apagados e boca bocejante, que arrastava os tardos passos nos corredores de Mafra e adormecia de tédio nos beija-mãos da Bemposta.”⁷⁵⁰ Impressão que António Sepúlveda não muda, depois de vinte anos ao reencontrá-lo já regente no embarque para o Brasil.

E reconheceu o príncipe do Brasil, envelhecido naqueles vinte anos que o não vira, com o grosso beijo pendente, o mesmo olhar tristonho e bondoso, agora mais corpulento e obeso (...) atrás dele desembarcou o infante de Espanha, Dom Pedro, e um criado.

Num instante, os ministros e os nobres o rodearam em silêncio, lhe beijaram a mão papuda, que ele abandonava distraído, olhando em volta, muito pálido.

Pouco a pouco, do mais próximo ajuntamento de povo, foram-se deslocando alguns homens e mulheres. Um velho ajoelhou, apoderou-se da mão do Regente, cobria-lh'a de beijos sôfregos. No grande silêncio ouviam-se rodar outras seges, num grande rumor crescente.

Então Sepúlveda sentiu que os olhos se lhe obscureciam de lágrimas.

(...) o povo que lhe abraçava as pernas, se ajoelhava na sua frente, se prosternava na lama (...) Sepúlveda precipitou-se, descoberto, atravessou o lamaçal, ajoelhou também na passagem do Regente.

E o morgado sentiu que toda a sua cólera se esvaía, quando nos seus olhos ainda acusadores pousaram os olhos lacrimosos de Dom João, e lhe caiu o grande beijo tremer, como no balbucio humilde de uma desculpa.⁷⁵¹

Carlota Joaquina, porém, não goza da mesma empatia com o seu “olhar de aventureira e a face cansada de Messalina”.⁷⁵² Contraponto ao desespero do pai e do povaréu que assistia ao embarque era Maria do Céu que via o acontecimento como um espetáculo: “Ai! Que linda função!...”⁷⁵³

Os romances supramencionados mais *O Grande Cagliostro* e alguns contos de *A Vencida* são obras literárias em que Malheiro Dias aplicou a técnica da reconstituição

⁷⁴⁸ Carlos Malheiro Dias. *Paixão de Maria do Céu*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1902, p. 133.

⁷⁴⁹ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 134.

⁷⁵⁰ Id. *Ibid.*, p. 106

⁷⁵¹ Id. *Ibid.*, p. 137-138.

⁷⁵² Id. *Ibid.*, p. 139.

⁷⁵³ Id. *Ibid.*, p. 141.

histórica na ficção. Como todo romance histórico, as obras em tela situam os personagens e a trama numa paisagem histórica verossímil para o leitor. E a verossimilhança dependia do talento do romancista de lidar com os personagens ficcionais no interior de um dado contexto histórico associando-os, portanto, a personagens e situações não-ficcionais.

A reconstituição histórico-literária pressupunha a investigação em arquivos, o uso de fontes secundárias e/ou quaisquer outras formas de se atingir a compreensão do passado. Os três vetores que fundamentam o trabalho do historiador profissional – pesquisa, interpretação e escrita – se encontraram presentes nos processos de elaboração do romance histórico.⁷⁵⁴ O autor de novelas e romances históricos, no entanto, ele próprio um historiador amador, priorizou a escrita (a estilística) numa ordem inversa daquela utilizada pelo historiador profissional. O romance histórico não se encontrava enquadrado pelas exigências da comprovação conforme os parâmetros da cientificidade da história estabelecidos por Ranke no século XIX. A partir desse ponto, o domínio da prática da história como gênero literário era substituído por uma perspectiva cientificista em que o método e a teoria tornavam-se essenciais para a construção daquilo que se convencionou chamar de “verdade histórica”, uma teoria do conhecimento (epistemologia). A objetividade e veracidade da história metódica tinham por base a coleta e crítica dos documentos de modo a torná-la uma ciência e controlar a subjetividade do sujeito cognoscente.

Os pressupostos da história metódica separaram, portanto, a história dos domínios da literatura, mas o par erudição/imaginação permaneceu essencial para os escritores praticantes do romance histórico. A erudição apoiou-se na pesquisa em arquivos; a crítica dos documentos e o uso das ciências auxiliares (epigrafia, numismática, paleografia) serviram para constituir as técnicas de investigação e um método que se pretendia objetivo e neutro para equiparar o ofício do historiador aos seus congêneres das ciências naturais. Tratava-se de um empirismo teórico que, na prática cotidiana, não escapou do idealismo.

Malheiro Dias, sem dúvida, apoiou-se na erudição documental desenvolvida ao longo do século XIX para escrever romances e contos. Naquele período, a história inspirou o romantismo e realismo/naturalismo na construção de uma narrativa do passado ou dos costumes sociais que, embora ficcional, estava vinculada à investigação. Várias obras ficcionais permanecem, de fato, como ‘históricas’ para os leitores em razão da força da narrativa como em *Salammbô*, *Quo Vadis?* e *Eurico, o Presbítero*. Os romances realistas e naturalistas associaram a história à imaginação para dissecar a sociedade contemporânea,

⁷⁵⁴ Cf. Kryzstof Pomian. *L'histoire au XXè Siècle. Op. cit.*, p. 393-394.

como fez Zola para escrever a “história natural” do Segundo Império francês por meio da saga dos Rougon-Macquart.

Pintar grandes afrescos da sociedade contemporânea portuguesa mesclando traços da história e literatura foi uma ambição do escritor Malheiro Dias, como apontou, entre outros, Aquilino Ribeiro:

[Malheiro Dias] em seus romances, encetou o plano dum vasto estudo à sociedade moderna de Portugal, partindo dos fundamentos que lhe trouxe a revolução francesa até os fenômenos mais atuais do seu desenvolvimento histórico. *A Paixão de Maria do Céu*, *São Miguel Arcanjo*, ainda não editado, e *Os Telles de Albergaria* são por ordem cronológica, a portada dessa construção monumental.⁷⁵⁵

A idéia de construir o afresco da sociedade contemporânea portuguesa indicava o outro vértice do processo de diferenciação da história do gênero literário no decorrer do século XIX. Tratava-se da emergência da consciência histórica, característica singular da modernidade das sociedades européias, que dotava estas sociedades de um traço distinto em relação às anteriores. Elas adquiriam uma posição reflexiva, uma interpretação, em relação ao que era transmitido pela tradição.⁷⁵⁶ Essa interpretação/reflexão vinculava-se à emergência do fenômeno político-cultural do Estado-nação, em torno do qual os historiadores oitocentistas construíram narrativas, criticaram as fontes (escritas) e buscaram estabelecer leis gerais do devir histórico. A história tornou-se a “árvore genealógica das nações européias e da civilização de que são portadoras”.⁷⁵⁷ E articulou a imagem do progresso da humanidade e um patrimônio (fontes, monumentos e textos) para conhecer e interpretar o passado.

Afastado da literatura, Malheiro Dias logo empenhou sua erudição e gosto da história como instrumento para a defesa de suas teses políticas em relação à nação portuguesa. O conhecimento histórico serviu de fundamento para as campanhas de nacionalismo e civismo em que se envolveu desde a queda da monarquia até meados da década de 1930.⁷⁵⁸

As crônicas sobre os primeiros anos da república portuguesa constituíram um testemunho valioso em razão das descrições e análises sobre a conjuntura. Nessa tarefa de observação, o jornalista Malheiro Dias alfinetava o distanciamento do historiador dos fatos

⁷⁵⁵ Aquilino Ribeiro. Malheiro Dias. *Atlântida. Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brazil* (20). 15 Jun. 1917. Lisboa, p. 632.

⁷⁵⁶ Hans Georg Gadamer. *O problema da consciência histórica*. [Trad. Paulo César Duque Estrada] 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 18.

⁷⁵⁷ François Furet. *A oficina da história*. [Trad. Adriano Duarte Rodrigues] Lisboa: Gradiva, 1991., p. 135.

⁷⁵⁸ Para Mário Mesquita, a história é o denominador comum da obra de Malheiro Dias: “A paixão pela história, a procura de um sentido para Portugal, é o denominador comum, e corrente subterrânea que percorre e confere unidade à obra do escritor e do jornalista”. Mário Mesquita. Introdução. *Ciclorama crítico de um tempo (Antologia)*, p. 17.

contemporâneos campo privilegiado para o labor jornalístico, mas sem a mesma atração para o “estômago delicado dos historiadores”.⁷⁵⁹

Havia uma simetria no distanciamento de Malheiro Dias em relação à literatura e na aproximação com a história cujo exercício estava, como já se indicou, vinculado às lutas políticas e culturais, lutas de representação em torno da nação portuguesa e sua projeção no mundo. Nesse processo, as relações luso-brasileiras ocuparam um lugar prioritário, pois no imaginário dos brasilófilos e lusófilos o Brasil era uma projeção de Portugal na América e a história do Brasil, no período colonial, uma extensão da história portuguesa.

Tratava-se de uma concepção partilhada por intelectuais brasileiros e portugueses, na primeira metade do século XX – João do Rio, Afrânio Peixoto, Medeiros e Albuquerque, João de Barros, Alberto de Oliveira – inserida numa estratégia de aproximação luso-brasileira e não estava necessariamente vinculada a projetos de união política. Malheiro Dias mostrou-se reticente quanto a viabilidade e oportunidade da Confederação Luso-Brasileira.

Uma política de aproximação luso-brasileira será impraticável sem o prévio estudo e o íntimo conhecimento da história, das instituições, dos costumes, do caráter, das aspirações brasileiras. Tudo o que tenda a diferenciar-nos no que haja de comum e de afim entre os dois povos outra coisa não será senão prejudicar aquela preconizada política.⁷⁶⁰

No entendimento de Malheiro Dias, a idéia da confederação, conforme o projeto divulgado por Bettencourt-Rodrigues (*Uma Confederação Luso-Brasileira*, 1923) era inapropriada em razão do momento político de ascensão do nacionalismo no Brasil e da crise econômica e política em Portugal. O primeiro era visto como pouco significativo. Manifestações ruidosas de um grupo reduzido de patriotas desorientados. Era em Portugal, porém, que Malheiro Dias identificava os maiores problemas para uma aproximação luso-brasileira. A reforma ortográfica, a mudança no padrão tradicional de moeda, a lei da separação da Igreja e do Estado, todos esses fatores, por culpa do tumultuário regime republicano parlamentar, tornavam inexequível a consecução de projetos comuns entre Brasil e Portugal.⁷⁶¹ A superação desse momento adverso exigiria previamente, em Portugal, “reintegrar a autoridade e a competência nas suas sedes naturais”, “substituir os técnicos aos aprendizes, o patriotismo ao partidarismo, disciplinar e polir o povo desordenado, ressuscitar a confiança interna, por em ordem a nação”.⁷⁶²

⁷⁵⁹ Mário Mesquita. *Op. cit.*, p. 23.

⁷⁶⁰ Carlos Malheiro Dias. Relações Luso-brasileiras. Quimeras e realidades. Comentários à margem do livro do sr. Dr. Bettencourt-Rodrigues “Uma Confederação Luso-Brasileira”. *Lvsitania. Revista de Estudos Portugueses* (II), Mar. 1924, Lisboa, p.197.

⁷⁶¹ Carlos Malheiro Dias. Relações Luso-brasileiras. Quimeras e realidades, p. 197.

⁷⁶² Id. *Ibid*, p. 206-207.

O luso-brasileirismo desdobrou-se na idéia de ‘fraternidade’ entre os dois povos, duas nações assemelhadas por vínculos afetivos e culturais construídos dentro do tempo histórico. As leituras de Malheiro Dias voltaram-se para essa questão com o estudo da colonização do Brasil, e sua articulação com o contexto da expansão ultramarina portuguesa, e da história luso-brasileira dos primórdios do século XIX (o período joanino).

O uso pragmático da história era comum nos meios intelectuais da época envolvidos em disputas políticas que giravam em torno da questão da nação/nacionalidade. Nesse sentido, o historiador Malheiro Dias enfatizou, como já foi observado, uma visão nacionalista e patriótica da história portuguesa e sua projeção na formação do Brasil como Nação, Estado e sociedade. Este tripé era analisado a partir do pressuposto de que o passado colonial gerou laços indissolúveis entre Brasil e Portugal.

A interpretação deste passado exigia a reconstituição histórica pela utilização da erudição validada, por meio da documentação, elemento cuja confiabilidade, após a comprovação interna e externa, e interpretação garantiria a imparcialidade e revestiria de cientificidade a prática do historiador.⁷⁶³ Tratava-se de uma história construída em torno das noções de nação e identidade nacional, muito caras aos historiadores do século XIX, nos quais Malheiro Dias se inspirou e foi influenciado.

Por ocasião da polémica sebastianista, Malheiro Dias apoiou-se no uso do método do historicismo (coleta e interpretação dos documentos para validar as afirmações) para refutar a qualificação, entendida como pejorativa, de “historiador romântico” dada por António Sérgio em razão do idealismo e da heroicização, contidos na *Exortação à mocidade*. Indignado, Malheiro Dias replicou com o critério científico que regeu a concepção e a execução da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

O empreendimento erudito da *História da Colonização* (...) foi concebido e planeado, na parte relativa ao documento, sob o critério exposto nas passagens transcritas. Nenhuma tarefa da ciência histórica mais do que esta se submeteu a severa disciplina científica. Em meu auxílio chamei os especialistas (...) para implicitamente invocar os métodos de meticulosa análise aplicados ao estudo dos transcendentais problemas de geografia-história com que tínhamos de arcar. Como se anima o omisso documentador d’O Desejado’ a apresentar com o falso rótulo de historiador romântico o homem que, sem sair da devida modéstia, se atribui o mérito, e só esse (...) de ter subordinado aos ditames rigorosos da ciência a obra de exaltação do passado glorioso da Pátria, que se havia confiado à sua direção?⁷⁶⁴

Malheiro Dias utilizava os pressupostos metodológicos do historicismo, moldado numa linguagem política nacionalista, cujo foco era a nação e a missão civilizadora

⁷⁶³ Carlos Malheiro Dias. Introdução. In: *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. I. Porto: Sociedade Editora da História da Colonização Portuguesa do Brasil, 1921-1924, p. II.

⁷⁶⁴ Carlos Malheiro Dias. *Exortação à mocidade*. Nova edição ... p. XXXIV-XXXV.

portuguesa no mundo, interpretada pelo viés do evolucionismo, do darwinismo social, de uma concepção “raciológica” e eurocêntrica.

A leitura nacionalista conduz Malheiro Dias a criticar a visão de Oliveira Martins sobre a história de Portugal, que considerava evadida da “veemência de um polemista e intuítos político-econômicos”.⁷⁶⁵ Marcado pelo negativismo crítico de sua época, Oliveira Martins foi dominado pela fantasia, pela “vocalização de romancista e panfletário”.

Para o eloqüente historiador português, o império lusitano da Índia foi, em última análise, um saque voraz, em que os próprios heróis, postos ao serviço de sórdidos interesses mercantis, desempenharam o papel de guarda-costas dos especuladores. Essa visão moralista e circunscrita do sociólogo e do economista (...) tem sido explorada para patentear a incapacidade dos fundadores da civilização brasileira, sem querer atentar-se que a missão do povo português na Índia não era, nem podia ser, colonizadora.⁷⁶⁶

Em razão da reavaliação crítica que operou na historiografia portuguesa, Oliveira Martins tornou-se uma fonte muito citada nos estudos sobre as relações luso-brasileiras (vide os escritos de Sílvio Romero, Manoel Bonfim, Álvaro Bomfilar, Antônio Torres e Jackson de Figueiredo) para corroborar as teses sobre a decadência de Portugal e o caráter predatório da colonização portuguesa e o parasitismo da metrópole. As restrições, contudo, não inibiram a influência do estilo de Oliveira Martins na forma de Malheiro Dias escrever história, principalmente, o uso da imaginação e de grandes traços pictóricos para reconstrução do passado.

Tais características faziam-se presentes na descrição do encontro do europeu com os aborígenes no qual sublinhou o estranhamento entre os dois mundos e para isso valeu-se do recurso da imaginação histórica do Romantismo para compor um quadro de verossimilhança, embora de percepção eurocêntrica, da passagem da expedição de Cabral pela Bahia. A narrativa destacou-se pela imagem épica do encontro entre tupiniquins e lusíadas.

Há ainda, naquela humanidade conservada no estado silvestre, vagueando nas florestas paradisíacas, afinados com as outras espécies da criação animal. A sua nudez é a mesma dos animais bravios que povoam a selva, e copiando o ornamento colorido das aves, adorna-se de penas e pinturas. (...)

A distância que separava aqueles cavaleiros, nautas, guerreiros e cosmógrafos, educados no pudor místico do cristianismo, escravizados à crença no sobrenatural, às leis e à obediência hierárquica daqueles outros homens nus e livres, era incomensurável. Encontravam-se na nau de Cabral os exemplares humanos de duas idades separadas por milênios; e nesse encontro assombroso do cristão com o antropófago, o mais agitado de emoção não era o enfadado habitante da selva, pela primeira vez posto a bordo de um navio, à luz dos brasões, na presença dos heróis lusitanos.⁷⁶⁷

⁷⁶⁵ Carlos Malheiro Dias. Introdução. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. III, p. VII.

⁷⁶⁶ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, v. III, p. VIII.

⁷⁶⁷ Carlos Malheiro Dias. *A Semana de Vera Cruz. Op. cit.*, v. II, p. 130.

Por fim, o etnocentrismo completava o historicismo e o nacionalismo como características marcantes da leitura, interpretação e escrita da história por Malheiro Dias.

O extraordinário neste drama da História universal, é o defrontar do homem da Renascença como espécimen de homem pré-histórico da América; o encontro da nobreza européia, oriunda da cavalgada mística das Cruzadas com o antropófago; do homem vestido de brocados flamengos e veludos genoveses com o homem nu da idade lítica; da caravela artilhada com a piroga; do guerreiro armado da espada e do arcabuz com o aborígine nômade com o arco flexível e as aceradas flechas; dos homens que haviam começado a edificar os Jerônimos com o exemplar fóssil, habitante das selvas tropicais. O maravilhoso é a implantação do homem civilizado, do homem que tinha uma legislação, uma poesia e uma arte, nos abismos vegetais das florestas asfixiantes, entre os seus ferozes irmãos primitivos, obrigado a transportar para o paraíso inóspito, ressonante de rugidos, de silvos e de cantos, a cruz pesada da civilização. (...) numa selva gigantesca, povoada por um homem infantilmente terrível, que ainda devorava os seus semelhantes e conservava o casto impudor sexual do anjo e do tigre. (...) A história inicial da América é uma repetição atenuada do drama preliminar e tumultuoso da civilização européia.⁷⁶⁸

A perspectiva etnocêntrica envolveu uma interpretação raciológica e evolutiva da história, herança do cientificismo do século XIX, permeada pela concepção da superioridade cultural e material da Europa sobre os povos e culturas anexados à sua influência. Caudatário destas idéias, manifestadas desde *A Mulata*, Carlos Malheiro Dias concebeu a história do Brasil como uma extensão da história portuguesa interpretada pela antítese barbárie x civilização. Assim, as relações luso-brasileiras eram examinadas pelo ângulo da permanência da tradição histórica portuguesa na sociedade brasileira, que conferiu ao Brasil “participação direta e contínua na tradição histórica da civilização peninsular européia”. O Brasil era uma projeção da metrópole, algo singular no contexto americano: “A nacionalidade brasileira é obra, embora incompleta, da gestão metropolitana”.⁷⁶⁹

3. Os discursos e as práticas: a concepção das relações luso-brasileiras de Malheiro Dias.

As idéias defendidas por Malheiro Dias sobre as relações luso-brasileiras em conferências e na imprensa estavam inseridas na imagem padrão, concebida pelo luso-brasileirismo: a valorização sistemática da tradição histórica e cultural portuguesa no Brasil.

Essa valorização da presença lusitana foi interpretada por Malheiro Dias segundo as concepções de ordem, hierarquia, organicidade e desigualdade social que constituíam o fundamento de seu pensamento político. Elas já estavam presentes em suas críticas aos pródromos da república portuguesa e cristalizaram-se durante a guerra de 1914-1918 quando

⁷⁶⁸ Carlos Malheiro Dias. Introdução. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. v. I, p. III-IV

⁷⁶⁹ Carlos Malheiro Dias. *O Patrimônio histórico do Brasil*. Publicado no Brasil pelos Diários Associados em 2.6.1940. Reproduzido do *Diário de Notícias* (maio/1940). AIHGB. Arquivo Hélio Viana. Pasta 21.

adotou uma chave de compreensão da história e da sociedade marcadamente autoritária e excludente.

Por outro lado, o problema nacional tornou-se tema indissolúvel dos debates sobre a situação político-social brasileira ainda durante a guerra. A literatura e a língua, temas abordados nos capítulos anteriores, eram pontos sensíveis dessa questão, principalmente, entre os homens de letras, que desde o século XIX, querelavam sobre as relações literárias luso-brasileiras e percebiam a literatura como expressão da nacionalidade.

3.1 *Literatura e nacionalismo literário*

Foi no contexto do nacionalismo literário que, em 1918, Malheiro Dias envolveu-se na campanha de João Ribeiro contrária à aproximação luso-brasileira, conforme preconizada por Alberto de Oliveira, João de Barros e João do Rio. Ribeiro era um ardoroso defensor das peculiaridades adquiridas pela língua portuguesa no Brasil e crítico do quase desconhecimento da literatura brasileira em Portugal, questões por ele tratadas como manifestações do colonialismo cultural lusitano.⁷⁷⁰

Embora reconhecesse a autoridade de João Ribeiro como crítico literário, Malheiro Dias propôs-se a esclarecer os “erros que circulam com direitos de cidadão em certas regiões da república das letras brasileiras”. Nesse mister, apoiou-se justamente nos vínculos afetivos e culturais que o ligavam ao Brasil e a Portugal para combater o que considerava manifestação nativista e seu desdobramento no mundo das letras, o “jacobinismo literário”.

E por não esquecer uns e outras [sic] é porque sempre tenho prescrito a minha nacionalidade brasileira de ‘escritor’ (pois que o obscuro homem de letras que há em mim aqui se revelou) que a minha dor é maior perante o insulto e a ruindade do injusto, do impropriedade, do gratuito ódio nativista.⁷⁷¹

Em sua coluna “A República das Letras”, publicada no *Rio Jornal*, Malheiro Dias reconheceu parcialmente o valor das críticas de João Ribeiro.

Sou o primeiro a reconhecer que a literatura brasileira está muito longe de haver encontrado em Portugal a leitura que merece, mas nego firmemente que os homens mais representativos da intelectualidade portuguesa desconheçam e não admirem veementemente a obra magistral de um Machado de Assis (...) e não tenham sentido o deslumbramento em que nos deixa a leitura do genial Euclides da Cunha, cuja obra capital é um dos monumentos da língua comum aos dois povos.⁷⁷²

No entanto, um mal disfarçado luso-centrismo literário transpareceu no raciocínio de Malheiro Dias quando comparou as literaturas brasileira e portuguesa do século XIX, com

⁷⁷⁰ Ver no capítulo II a questão do nacionalismo literário e as objeções de João Ribeiro ao luso-brasileirismo.

⁷⁷¹ Carlos Malheiro Dias. A República das Letras. Carta a João Ribeiro. *Rio Jornal*, 18.5.1918.

⁷⁷² Carlos Malheiro Dias. A República das Letras. Uma nova questão do Hissope. *Rio Jornal*, 6.5.1918.

a superioridade desta última e, ao inverso, comparava de forma favorável ao Brasil a balança literária luso-brasileira do início do século XX.

Seria da minha parte lisonja ocultar que a literatura brasileira ainda não produziu no teatro uma obra comparável ao ‘Frei Luiz de Souza’, de Garrett, uma obra de historiador com a substância de Alexandre Herculano, romancistas superiores a Camilo e a Eça de Queiroz, mas seria arrogância deixar de reconhecer que ninguém em Portugal, presentemente, cultiva com a majestade de Rui Barbosa a eloquência vernácula e o grande estilo; que todos os cem livros de Teófilo Braga valem menos que as páginas de Tobias Barreto e Silvio Romero; que ‘Os Sertões’, do grande Euclides são um dos mais grandiosos monumentos da língua; e que a poesia brasileira atingiu uma perfeição que raros poetas contemporâneos alcançaram (...).⁷⁷³

De um lado, são listados autores portugueses oitocentistas classificados como clássicos (Garrett, Herculano, Camilo e Eça), em razão da opulência do estilo ou por afinidades literárias (caso de Eça), e com significativo público de leitores no Brasil nas primeiras décadas do século XX. O estilo e o purismo da língua guiaram a citação de Euclides da Cunha e Rui Barbosa, dois escritores bastante apreciados por Malheiro Dias, um fiel praticante da hipercorreção gramatical, da precisão do léxico e do estilo fulgurante.

Os ânimos se exaltaram, pois a polêmica de fato era extra-literária. Malheiro Dias identificou o florescimento da “obsessão nativista” em uma fração dos intelectuais que militava na imprensa carioca, abrigados nos diários *O Imparcial*, *A Notícia* e *Gazeta de Notícias* e nos semanários *Brazileia* e *Dom Quixote*.⁷⁷⁴

Nas páginas de *Brazileia*, Antônio Torres redarguiu com a afirmação dos caracteres mestiços da identidade e da autonomia brasileiras.

A intelectualidade portuguesa, domiciliada na imprensa brasileira atacou “Brazileia” por defender a autonomia do Brasil. E o dissemos porque sabíamos que ao luso jamais poderia ser agradável o nosso esquecimento de que somos ‘uma obra sua’. O antigo senhor da terra jamais se convenceu de que somos um produto de três raças diversas (...)⁷⁷⁵

Na exacerbação nacionalista, Malheiro Dias depois de acusar os oponentes de jacobinismo foi por eles classificado de inimigo da nacionalidade brasileira. Inimizade emblematizada pelo romance *A Mulata*.⁷⁷⁶ Tal acusação foi respondida pela ótica eurocêntrica.

A bandeira do chauvinismo, do jingoísmo desfraldada por certos patriotas, alguns aliás, muito ilustres, muito dignos e muito eloqüentes é uma bandeira de egoísmo, desconfiança e retrocesso, que não resolve nada e nada garante. A América tem nas veias o sangue, a inteligência e a riqueza dos seus antepassados, que não os apaches, os guaranis ou os africanos, mas os ingleses e os iberos, os saxônicos e os latinos cuja substância vivente,

⁷⁷³ Carlos Malheiro Dias. A República das Letras. Carta a João Ribeiro. *Rio Jornal*, 18.5.1918.

⁷⁷⁴ Carlos Malheiro Dias. A República das Letras. Prosseguindo através da tormenta. *Rio Jornal*, 24.5.1918.

⁷⁷⁵ O Momento. *Brazileia* (15) Jun. 1918, p. 1-2. No mesmo número Jackson de Figueiredo critica Malheiro Dias e João do Rio. Ver Jackson de Figueiredo. Joguetes de vaidade. *Brazileia* (15) Jun. 1918, p.26-29.

⁷⁷⁶ Jackson Figueiredo. O Ensino gratuito. *A Notícia*, 11 e 12.06.1918. Opiniões de um jornalista impossível. *A Notícia*, 18 e 19.6.1918. Elói Pontes. Nacionalistas?... Jacobinos?... *A Notícia*, 14 e 15.6.1918.

cujas tradições, cujas idéias, cujos capitais nos geraram, nos criaram, nos educaram, nos opulentaram, até sermos o que hoje somos.⁷⁷⁷

Na polêmica contra os anti-lusitanos, o escritor português não estava isolado. Na Academia Brasileira de Letras e na imprensa, Malheiro Dias contou com a solidariedade de diversos escritores, como Coelho Neto e Filinto de Almeida, que o defenderam mais pela virulência dos ataques xenófobos do que pela partilha de seus conceitos sobre a literatura brasileira e portuguesa.⁷⁷⁸

Américo Facó, crítico literário da revista *Fon-Fon*, sublinhou a diversidade do gosto literário entre Brasil e Portugal e o processo de descolamento entre os círculos literários e o público leitor dos dois países de língua portuguesa.

Se fora eu que houvesse terçado frases com o Sr. Malheiro Dias sobre os valores intelectuais de Portugal e do Brasil, teria começado por lembrar-me que falava ao autor da *Paixão de Maria do Céu* – um dos melhores livros da moderna literatura portuguesa – e nenhuma vez me recordaria da *Mulata*, o seu volume de estréia, que é apenas uma história mal imaginada e mal escrita (...)

O Sr. Malheiro Dias afirmou, por exemplo, que nós não possuímos um romancista comparável a Camilo Castelo Branco ou a Eça de Queiroz – e isto era verdade há dez anos. Então eram poucos os que sabiam Machado de Assis – e toda a mocidade literária tinha por Eça e Camilo a mesma devoção do Sr. Malheiro Dias. Hoje, é outra a verdade. A geração que principia a tomar posto na literatura brasileira tem Camilo apenas como um autor copioso, imitador das lágrimas de Lamartine e das ninharias do velho Dumas, com cinquenta novelas medíocres (...) Quanto à Eça de Queiroz é extraordinário como o seu prestígio diminui dia a dia. (...)

De certo o nosso pensamento já é outro em face de Portugal. Não há nisso nenhum propósito! Há um fato, que a psicologia explica. Não há talvez um só literato brasileiro que sinceramente, por motivos estéticos, não prefira Machado de Assis a Camilo ou Eça de Queiroz, enquanto um artista português como o Sr Malheiro Dias afirma justamente o contrário. Eis aí como somos diferentes!⁷⁷⁹

Para João Ribeiro, porém, Malheiro Dias cometia um equívoco ao associar o sentimento antilusitano às questões literárias. A idéia do “jacobinismo literário” era uma contradição e mostrava-se inadequada com a vida literária brasileira ilustrada, lembrava Ribeiro, pela presença do próprio Malheiro.

Jacobinismo literário é uma contradição nos seus próprios termos. Todos nós admiramos Eça, Camilo, Guerra Junqueiro, internacionalmente, intimamente. Os portugueses não nos admiram por ignorância ou porque não mereçamos admiração alguma (razão muito aceitável) (...)

Ele [Malheiro Dias] é um representante das letras portuguesas na nossa mofina academia, aqui espontaneamente solicitado, reclamado e acolhido pelo escol das nossas letras; não

⁷⁷⁷ Carlos Malheiro Dias. Respondendo em poucas palavras. *A Notícia*, 16.6.1918.

⁷⁷⁸ Paulo de São Luiz. Vida Literária. Os artigos de Carlos Malheiro Dias. Extrato de jornal s.i., 8.5.1918 [17]. Germanismo embaçado em brasileirismos. O sr. Malheiro Dias acusado de ser português. *Braz Cubas*, 6.6.1918. [25] Hamilton Barata. Carlos Malheiro Dias. *Tribuna*, 19.6.1918.[20]. Recortes de jornais e revistas. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁷⁷⁹ Américo Facó. Perspectiva. Nacionalismo e literatura. *Fon-Fon*. S.d [1918]. Recortes de revistas e jornais [90]. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

sei como se sente obrigado a repelir os desdens sectários e jacobinos movidos contra os escritores de além-mar.

Carlos Malheiro Dias é, ainda mais quase nosso; aqui revelou os dotes magníficos do seu invejável talento (...) Ignoro, pois quanto a mim, o sentido das suas palavras ou dos seus remoques.

Na questão esquecida, já, do ‘luso-brasileirismo’, declarei que prometia emendar-me. (...) Não quero, pois, com a minha inépcia, reacender o facho da discórdia que poderia acaso diminuir a simpatias que, todos nós, consagramos ao escritor. E nem mesmo essa diminuição seria possível, tal é a gentileza e a suavidade das suas palavras.⁷⁸⁰

Ao destacar a qualidade “bi-nacional”, que conferia a Malheiro Dias um lugar na “república das letras” – um escritor “quase nosso” –, João Ribeiro separava o joio do trigo e terminava por legitimar as pretensões de Malheiro Dias como escritor luso-brasileiro. Percepção que o crítico literário baiano, Almáquio Diniz, um entusiasta da literatura portuguesa, assinalava:

Eu já tenho a sensação de que Malheiro Dias está plenamente um escritor português, mas do Brasil, português pelo temperamento, do Brasil pelo tropicalismo de seu estilo, cheio de cores álacres e de luzes inequívocas. (...) Romancista, dramaturgo, historiador e cronista – em qualquer manifestação de seu espírito, Malheiro tem uma definida estatura de escritor nas letras de Portugal, e uma gloriosa estrada nas letras do Brasil.⁷⁸¹

Legitimação e reconhecimento que o pólo mais radical do debate – os lusófobos – considerava antinacionais e, demonstrara seu descontentamento, com um protesto à homenagem prestada, em 29 de junho de 1918, a Malheiro Dias, vaiando os presentes. O *Rio Jornal* identificou os seguintes manifestantes, todos jornalistas: Antonio Torres, Adoasto de Godoy, Jackson de Figueiredo, Bastos Tigre, Breno Arruda, Mário Mattos, Candido Campos, Dermeval Lessa e Aristides Guaraná.⁷⁸² Ainda, segundo Brito Broca, a vaia a Malheiro Dias, teve a participação de Luiz Edmundo e Gastão Cruls que declararam “ambos terem presenciado e mesmo ajudado a vaia, da qual não recordam a data”.⁷⁸³ O incidente foi assim descrito por João do Rio ao seu compadre João de Barros:

Mas se duvidas do caso jacobinismo lê nas gazetas o que é aqui a campanha contra o Malheiro Dias e como houve um banquete ao Malheiro. O Candido Campos e o Torres, outros cafajestas foram com sujeitos pagos vaiar as pessoas que entravam, inclusive o embaixador de Portugal! E eu que tinha tanto com o banquete como com a Torre de Belém, fui forçado a saudar o Malheiro por não ter comparecido o Celso, o conde Affonso – de medo das ameaças pelo telefone! Como recompensa a Gazeta chefiando a pasquinista só não me chamava de santo.⁷⁸⁴

3.2 A imigração portuguesa e o Brasil

⁷⁸⁰ João Ribeiro. Semana Literária. Reflexão final. *O Imparcial*, 13.5.1918.

⁷⁸¹ Almáquio Diniz. *A Perpétua metrópole. (Autores e Livros de Portugal). Para a comemoração do Centenário da Independência do Brasil*. Portugal-Brasil Lda. Lisboa. s.d.

⁷⁸² O banquete de sábado. *Rio Jornal*. s.d [1918] [69] RGPL. Recortes de jornais e revistas. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁷⁸³ Brito Broca. O caso da “Mulata”. *Op. cit.*, p. 207.

⁷⁸⁴ Carta de João do Rio a João de Barros. Rio de Janeiro. s.d [1918]. *Apud Cartas a João de Barros*. Seleção e Prefácio de Manuela de Azevedo. Lisboa: Livros do Brasil, s.d. [1972], p. 304.

A imigração portuguesa é um elemento fundamental para a memória histórica e sentimental das relações luso-brasileiras e construção do luso-brasileirismo. O tema foi abordado inúmeras vezes por Malheiro Dias, tendo como foco principal a valorização do imigrante português como o continuador da epopéia colonial.

A colônia portuguesa é essa multidão anônima, sofredora, laboriosa, que não luz em festas, que nada reclama: essa multidão, ativa como o oceano, que desde os seringais do Madeira aos litorais do rio Grande do Sul, afrontando as inclemências da luta pela vida, mudamente continua a obra heróica dos antepassados, dos desbravadores do sertão e dos povoadores do solo.⁷⁸⁵

A diferenciação social era minimizada para enfatizar a nacionalidade como vetor de identificação da comunidade (portugueses) e sua situação no Brasil (emigrantes), como trabalhadores no campo ou na cidade, na fábrica ou no escritório de um jornal.

Os laços afetivos e históricos tornavam o imigrante português um elemento diferenciado dos demais imigrantes. O português no Brasil não era um *estrangeiro*, mas um *povo irmão*.

Esta terra é para nós duplamente sagrada pelo merecido amor que lhe consagramos e porque ele vivifica a confiança em nossa raça de predestinados, insuflando-nos o orgulho varonil de havermos realizado sobre o planeta uma das missões mais extraordinárias e árduas que o destino distribuiu aos povos.⁷⁸⁶

O discurso de união dos imigrantes portugueses em torno da identidade nacional portuguesa encobria as tensões e conflitos vivenciados pelos imigrantes em sua condição de trabalhadores. A idealização do imigrante como herdeiro dos antepassados colonizadores apregoada nos louvores do Brasil como “obra portuguesa”, contribuiu para a imagem do português como elemento bem comportado, enquadrado na ordem social vigente para a qual possuía uma dupla vantagem. Auxiliava a economia com uma mão de obra abundante sem configurar-se uma ameaça à ordem social, como os espanhóis e italianos, ou à unidade do país, caso dos alemães no sul.

O imigrante português favorecia também a permanência dos caracteres étnicos predominantes na identidade brasileira. Identidade gestada na colônia e para a qual Portugal ainda contribuía por meio da corrente imigratória que impedia a diluição das características luso-brasileiras, sendo a mais evidente a língua, entre as influências de outros povos imigrantes. A heterogeneidade da imigração com o objetivo de fortalecer a raça era necessária e bem-vinda, pois:

⁷⁸⁵ Carlos Malheiro Dias. *Portugal e Brasil. Discursos pronunciados no banquete em homenagem ao illustre escriptor brasileiro snr. Paulo Barreto. Realizado no Club Ginástico Portuguez na noite de 6 de setembro de 1919.* Rio de Janeiro, s.d, p. 15-16.

⁷⁸⁶ Carlos Malheiro Dias. *Rumo à terra.* Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1917. Conferência realizada em 28.09.1916 no salão nobre do Jornal do Comércio, p. 5-6. Nesta conferência Malheiro Dias defende a orientação dos imigrantes portugueses para a agricultura e a colonização do interior.

No sistema venoso da população brasileira terão de circular sangues heterogêneos... a fim de que a raça, em vez de estiolar-se, progrida em coesão, robustecendo-se com os glóbulos alheios, incorporando-os, assinalando-os.⁷⁸⁷

A contribuição de outros povos europeus, porém, era caudatária da herança luso-brasileira cuja predominância era indisputável e, ainda necessária, como destacava Oliveira Lima, em uma época de conturbação nacionalista:

Para nós a questão é que não só possuem os portugueses dos campos os dons do trabalho e da perseverança, sem esquecer também os da previdência e economia, como representam o fator étnico por excelência das nossas raças, sendo a constante absorção do seu sangue a condição máxima da manutenção das integridades do tipo aqui formado. Tal manutenção eu a considero desejável, útil e até necessária na crise nacionalista que o mundo atravessa.⁷⁸⁸

No lançamento da pedra fundamental do novo prédio do Liceu Literário Português, em 1933, na cidade do Rio de Janeiro, Malheiro Dias explicitou uma forma de diferenciação no interior da colônia portuguesa baseada na concepção elitista e hierárquica do ordenamento da vida social contraposta à ditadura da “maioria”.

Freqüentemente se erigem em máximas os falsos e perniciosos princípios segundo os quais à multidão anônima competem os mesmos deveres e os mesmos direitos dos responsáveis, pretendendo em tudo e para tudo se ouça previamente e se acate a opinião da Colônia, de toda a colônia! Mas o que é toda a Colônia?⁷⁸⁹

Na comunidade de imigrantes, paradigma da organização social, a manutenção das tradições e da presença econômica e cultural portuguesa dependia de determinados indivíduos (os “chefes representativos”). Elementos patriotas, abnegados e providenciais que faziam frente à multidão, que não tinha a capacidade de criar, mas tinha o de subverter. A elite, contudo, não era afastada da coletividade, pois, por sua origem, encontrava-se apta a representá-la. A elite era formada por indivíduos oriundos dessa “multidão” ameaçadora, mas dela destacados por sua capacidade empresarial e intelectual.⁷⁹⁰

A manutenção da autoridade, a hierarquia social e uma elite alicerçada no poder financeiro e no mérito intelectual constituíram fatores essenciais para a organização da sociedade. A vontade coletiva mostrava-se incapaz de manter a própria sobrevivência, pois era uma “multidão”, cujos anseios podiam ser manobrados por demagogos de todo o espectro político: socialistas, anarquistas, democratas, liberais. Nas orações, em que homenageou

⁷⁸⁷ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 7.

⁷⁸⁸ Carta de Oliveira Lima a Carlos Malheiro Dias. Rio de Janeiro 24.9.1916. [134] RGPL. Recortes de jornais e revistas. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁷⁸⁹ Carlos Malheiro Dias. *Discurso pronunciado pelo eminente escritor e Sr. Carlos Malheiro Dias, da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras, na cerimônia do lançamento da pedra fundamental do novo edifício e comemoração do 65º aniversário do Liceu Literário Português. 10 de setembro de 1933*, p. 8.

⁷⁹⁰ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, passim. O teor do discurso gerou uma polêmica exposta no *Diário Português*. As concepções políticas de Dias foram contestadas por várias associações e grupos políticos dos imigrantes, como o Grêmio Republicano Português do Rio de Janeiro.

vultos proeminentes da colônia, como nos panegíricos de Ricardo Severo e do visconde de Moraes, Malheiro Dias procurou demonstrar a tese mencionada. O primeiro, Ricardo Severo reunia aptidões próprias para a vida comercial e cultural, um bem sucedido homem de negócios e intelectual, uma conjugação de atividades também exercidas por Malheiro Dias, embora de forma menos exitosa na esfera do comércio. O visconde de Moraes foi “a representação, a síntese e o símbolo da própria vida da coletividade portuguesa no Brasil”, pois somou às suas inúmeras iniciativas comerciais, financeiras e industriais, geradoras de riqueza para o Brasil, o atendimento de diversas solicitações filantrópicas das quais tanto brasileiros quanto portugueses eram beneficiários. A filantropia, a honestidade e o trabalho transformaram o visconde no chefe daquela parte de Portugal transplantada para o Brasil, ou seja, no guia da colônia.⁷⁹¹

Nesse enaltecimento das elites da colônia, dos “chefes representativos” cuja autoridade do discurso remontava aos mitos da antiga Lusitânia, o próprio Malheiro Dias não estava ausente da classificação de “chefe”. Um lugar que muito provavelmente se achava digno como campeão do lusitanismo e da amizade luso-brasileira frente aos arroubos dos lusófbos, mas era contestado, todavia, por uma fração da colônia que se opunha à representação dos comendadores – “os grandes comendeiros” – como líderes.⁷⁹² Em 1918, uma portuguesa residente no Rio de Janeiro, depois de exaltar o trabalho do elemento português no Brasil, pois “o labor honrado e pertinaz da nossa colônia é um patrimônio que engrandece e nobilita o Brasil como o Brasil é para o português um filho grato que o compensa fidalga e generosamente”, parabenizou o jornalista e escritor pela firmeza da intervenção contra o jacobinismo.

Mas V.Exa. surge como um paladino varonil. O seu florete é a pena e seu escudo uma fidalguia lídima e serena; o seu lema, a justiça. (...)

V.Excia. responde-lhes tão sobranceiro e tão majestoso, que nós portugueses, nos elevamos e os brasileiros reúnem-se, aliam-se nessa manifestação sugestiva de solidariedade e admiração.Eis, Exm^o. Sr., porque me ufano e me não posso eximir a trazer-lhe, também, as minhas homenagens.⁷⁹³

O discurso de Malheiro Dias sobre os emigrantes portugueses sofisticava e reforçava a autopercepção da elite da colônia sobre a sua situação no contexto social e histórico do Brasil: homens de negócios, letrados e filantropos cujas ações sucediam aquelas dos desbravadores da época colonial. Essa autopercepção da elite, cuja existência, no entendimento de Malheiro Dias, se fundamentava no mérito, se completava com a representação da colônia como um

⁷⁹¹ Sobre Ricardo Severo e o visconde de Moraes ver o capítulo I, p. 48-51.

⁷⁹² ‘Senhores’ ... da traulitânia. *Alma Lusitana* (14). 14.6.1919, p. 11-12.

⁷⁹³ Carta de Léa de Santa Clara a Carlos Malheiro Dias. Rio de Janeiro, ? Jun. 1918. [107]. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

conjunto de trabalhadores e patriotas que projetavam Portugal no Brasil, o “super-Portugal nas Américas”.

3. 3 Brasil: “super-Portugal nas Américas”. O Brasil como projeção de Portugal.

As concepções políticas de Malheiro Dias sobre a realidade social encontram-se resumidas em *Exortação à mocidade*, panfleto político cujo discurso antitético elaborava uma perspectiva do Brasil e de Portugal.

A *Exortação à mocidade* foi originalmente uma conferência, a ser pronunciada na universidade de Coimbra, em 1924, a convite do escritor Eugênio de Castro, então diretor da Faculdade de Letras.⁷⁹⁴ A oposição de parcela do corpo discente impediu a realização da conferência, muito embora Coimbra fosse um dos pilares de oposição ao regime republicano democrático.

Todavia, nas vésperas do dia designado para o meu comparecimento na Universidade, um jornal de Coimbra, sentinela da intolerância, chamou às armas, em nome da Liberdade, a falange fanática de sequazes (...) exprobrando ao Senado universitário a complacência com que dava acesso à tribuna da Sala dos Capelos a um reacionário (...) cujos avós expuseram a vida e se arruinaram nas lutas contra o Absolutismo.

As ameaças não me intimidavam. O bradar da demagogia não velaria de medo a minha voz.⁷⁹⁵

A conferência, cujo texto aparentemente foi ampliado para publicação, constituía um libelo contra a cultura política republicana democrática portuguesa e colocava-se a favor da exaltação do pensamento conservador autoritário do nacionalismo integral. Escrita com objetivo panfletário, a *Exortação* acumulava argumentos contra a democracia liberal, que o seu autor julgava intoxicar Portugal, desde o início do século XIX, e propunha o nacionalismo e o patriotismo como elementos de profilaxia. O modelo do herói do ideal nacional apresentado por Malheiro Dias à mocidade portuguesa era o rei Dom Sebastião.

O sebastianismo já fora abordado por Malheiro Dias em uma conferência intitulada *A Espada e a pena*, pronunciada no Porto, em dezembro de 1912.

O rei, que não faz versos, faz idealismo. Quer ressuscitar Galaaz e os paladinos imaculados do romance de cavalaria. A marcialidade, como no tempo da expedição de Ceuta, em que D. João I leva consigo os filhos para as batalhas, como quem os conduz à escola, está de novo na moda. Assiste-se a uma erupção póstuma do misticismo heróico. O rei quer ser imperador do Marrocos e vai buscar ao seu sepulcro de Coimbra a espada de D. Afonso Henriques. A dinastia de Avis expira numa catástrofe de epopéia (...) tem a morte que cumprir às coisas gigantescas. Alcácer-Quibir não é só um campo de batalha. É

⁷⁹⁴ Eugênio de Castro foi o introdutor da poesia simbolista em Portugal com a publicação de *Oaristos*. Massaud Moisés. *Op. cit.*, p. 265-268.

⁷⁹⁵ Carlos Malheiro Dias. Advertência da primeira edição. *Exortação à mocidade*, 1977, p. 10.

o campo de parada do último ímpeto da cavalaria épica. Esta sucumbe entre um fragor bélico de armaduras.⁷⁹⁶

O “manuscrito panegírico”, segundo Malheiro Dias, inicialmente uma peça oratória inspirada em Rui Barbosa e no *Ariel* de Rodó, propagava o nacionalismo como credo político para a recuperação de Portugal. O sebastianismo era mencionado na parte final da oração e foi interpretado, por António Sérgio, como apelo romântico por um salvador de Portugal dos desmandos e inépcia do regime republicano. “Romântico” era para Sérgio todas as interpretações da história de Portugal, como aquelas propostas por Malheiro Dias, João Lúcio de Azevedo e Antero de Figueiredo, fundamentadas em torno do sebastianismo, que iam de encontro ao racionalismo.⁷⁹⁷ Perspectiva que Malheiro Dias, por sua vez, acusava de ser a causa dos males de Portugal desde os princípios do século XIX e que tencionou combater na oração aos universitários coimbrãos.

António Nobre, a quem perguntaram qual o herói da história que mais admirava, respondeu ser D. Sebastião. Todavia, emendando o poeta, um dos atuais mestres do pensamento português no-lo apresenta como um fanfarrão mentecapto.

Não mocidade! Quem tem razão não é o racionalista, mas o poeta visionário. Dom Sebastião foi uma reencarnação do Portugal do século XV: o seu misticismo, a sua bravura, a sua pureza reencarnadas. (...)

Perder combatendo vale mais do que ganhar jogando. Perder com honra ...⁷⁹⁸

Era da perspectiva do Brasil, da outra banda do Atlântico, que Malheiro Dias criticava a democracia portuguesa cuja inspiração remontava a uma revolução “lacerada pela insubmissão a um poder exíguo e oscilante, que freqüentemente buscava auxílio nas truculências da paixão popular”, a Revolução Francesa do radicalismo jacobino. De outro lado, as democracias anglo-americanas, entre as quais se incluía a brasileira, mantiveram a liberdade por meio da garantia da ordem embasada na autoridade.⁷⁹⁹

O pensamento de Dias a respeito dessa questão era percebido nas simpatias que nutria por Mussolini e Primo de Rivera: “E porque as livres democracias americanas nunca entenderam a liberdade senão gerada pela autoridade e pela disciplina, assim se explica que os

⁷⁹⁶ *A Espada e a pena*. Conferência. RGPL. Manuscrito. Coleção Carlos Malheiro Dias. Publicada com o título *A Espada ao serviço do amor e da honra*. Conferência realizada no Grémio Literário na noite de 21 de Dezembro de 1912. Lisboa: Empresa Lusitana Editora, s. d. [1913]

⁷⁹⁷ José-Augusto França. *Os Anos Vinte em Portugal. Estudos de factos sócio-culturais*. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 432-433. Azevedo e Figueiredo foram autores, respectivamente, de *Evolução do Sebastianismo* (1918) e *Dom Sebastião*, (1925). Figueiredo, Malheiro Dias e Alberto d’Oliveira visitaram o campo de Alcácer-Quibir numa espécie de peregrinação sebastianista como indica a dedicatória impressa da edição de 1925 da *Exortação*: “Antero de Figueiredo. Mestre da boa linguagem e da boa doutrina. Em recordação daquela tarde de outono em que, no campo de batalha de Alcácer-Quibir, onde a pátria foi vencida, fervorosamente pedimos a Deus a fizesse vencedora dos males que atualmente a afligem, incutindo na alma da juventude a fé nos seus destinos e a mesma energia dos que ali batalharam, até o último alento, pela grandeza, a honra e a glória de Portugal.”

⁷⁹⁸ Carlos Malheiro Dias. *Exortação à mocidade, Nova edição...*, p. 52.

⁷⁹⁹ Carlos Malheiro Dias. *Relações Luso-brasileiras. Quimeras e realidades*, p. 204.

golpes de estado de Mussolini e Primo de Rivera (...) lá tenha sido aplaudidos e entre nós condenados”.⁸⁰⁰

A origem da antítese entre a democracia portuguesa e a democracia brasileira remontava aos princípios ideológicos do vintismo em Portugal (o liberalismo radical associado à Constituição de 1822), o “ramo híbrido da inclimatável revolução na França”. No Brasil, a república adotou o constitucionalismo norte-americano e, após afastar-se do positivismo comteano, estava retornando ao fundamento de suas tradições – a fé religiosa e o catolicismo romano.⁸⁰¹

Os efeitos dessas escolhas resultavam num quadro social paradisíaco, no Brasil e de inferno em Portugal. No Brasil, “cidades prósperas e alegres, regadas de luz, sonoras oficinas de civilização, onde se gera o progresso com saúde e otimismo”. Enquanto isso em Portugal “descaíam as cidades antigas, maltratadas por populações coléricas, infelizes e melodramáticas. Lá, os campos ermos enchiam-se de cultivadores; aqui, despovoam-se as terras, como se revivessem para nós as pragas bíblicas”.⁸⁰²

A gênese dessa situação, argumento seguidamente registrado por Malheiro Dias, residia na vigência de um republicanismo formado das concepções liberais (racionalismo, individualismo, constitucionalismo) contrárias ao sentimento nacional e ao tradicionalismo português.

O erro dos últimos reformadores consistiu na preocupação contumaz de procurar a salvação no progresso violento das próprias doutrinas que, desde 1820, vinham desnaturando e dissolvendo as fibras do caráter nacional, quando o remédio seria tentar reconstruir as genuínas condições da nossa antiga integridade cívica e moral.⁸⁰³

O nacionalismo tradicional de Portugal encontrava-se constituído no século XV quando a nobreza, o clero e o povo marcharam para o Atlântico e a África numa unidade de intenções. Dom Sebastião, numa época de declínio, procurou encarnar o Portugal místico, bravo e puro daquela idade de ouro na qual todos os grupos sociais comungavam o mesmo ideal. O rei “Dom Sebastião perdeu-se para salvar o seu reino. Se com ele e os seus nobres cavaleiros se perdeu o reino foi só porque na alma nacional não havia então, como na sua, ideal reagente, intrepidez audaz, energia poderosa”.⁸⁰⁴ Dom Sebastião, ‘O Desejado’, era o

⁸⁰⁰ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 204. A simpatia pelas ditaduras de Mussolini e Primo de Rivera era causa comum entre Malheiro Dias e alguns nacionalistas lusófonos como Alcebíades Delamare. Ver o capítulo II, p. 160.

⁸⁰¹ Carlos Malheiro Dias. *Exortação à mocidade. Nova edição ...*, p.15.

⁸⁰² Carlos Malheiro Dias. *Op.cit.*, p. 14.

⁸⁰³ Id. *Ibid.*, p. 48.

⁸⁰⁴ Carlos Malheiro Dias. A metrópole e suas conquistas nos reinados de D. João III, D. Sebastião e Cardeal D. Henrique. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. v. III, p.44.

herói-modelo dos ideais inspiradores – pátria, tradição, fé, cultura, coragem e honra – que tornariam possível a restauração da unidade:

Chegou a hora intransferível de voltarmos a ser portugueses, despojando-nos das várias denominações sectárias que nos esfarrapam, pois só na unidade de fé, na unidade de ação, na unidade de patriotismo encontraremos as forças resistentes e estimuladas da salvação.⁸⁰⁵

O idealismo e o espiritualismo, portanto, eram para Malheiro Dias os elementos que distinguiam o patriotismo autêntico – o verdadeiro nacionalismo tradicional e integral – daquele fomentado de forma oportunista pela demagogia democrática. E, nessa categoria, estavam todos aqueles grupos políticos e ideológicos que conspiravam contra a unidade da nação: anarquistas, liberais democratas, socialistas.

No discurso de Malheiro Dias, o Brasil apresentava-se como uma imagem inversa da situação de Portugal. O Brasil era uma criação do nacionalismo português, mas sobrepôs-se à antiga metrópole por manter-se infenso às influências nocivas do liberalismo da Revolução Francesa. O passado de metrópole, reino, império originou “o sempre afirmativo sentimento conservador do Brasil, esse instinto de ordem e esse respeito inato da autoridade que caracterizam o povo brasileiro e lhe imprimem uma insularidade própria”.⁸⁰⁶

Essa imagem idílica do Brasil constituiu um artifício pelo qual Dias concebeu uma nação imaginada, um Portugal guiado pelos valores da autoridade e hierarquia social, os únicos capazes de dissolver os conflitos e dissensões que atuavam contra a unidade nacional.

A percepção nacionalista e antiliberal perpassou toda a interpretação de Malheiro Dias sobre as relações luso-brasileiras desde a colonização, entendida como desdobramento das últimas energias da nação portuguesa, até a exaltação da comunidade imigrante – o “Portugal verdadeiro”, o “Portugal no Brasil” – aqueles que permaneceram isolados do facciosismo político. “Há quem pretenda que o Brasil prolonga Portugal na América. Não é verdade. Mas a Colônia Portuguesa é o prolongamento de Portugal no Brasil”.⁸⁰⁷ Foram eles – os emigrantes, a colônia e seus chefes representativos – o real prolongamento de Portugal no Brasil.

O Brasil representava o florescimento da missão civilizadora, da raça e da língua portuguesas. Um ‘super-Portugal’ nas Américas onde a obra colonizadora (sinônimo de civilização) enfrentara e dominara os índios e a hostilidade da natureza (a barbárie). A obra

⁸⁰⁵ Carlos Malheiro Dias. *Nova edição precedida. Nova edição ...* p. 63.

⁸⁰⁶ Carlos Malheiro Dias. *Relações Luso-brasileiras. Quimeras e realidades. Op. cit.*, p. 197.

⁸⁰⁷ Discurso de Carlos Malheiro Dias em 10.2.1919. *Apud* Monteiro, Mario. *Bilac e Portugal*. Lisboa: Agência Editorial Brasileira, 1936, p. 185.

civilizadora, no entanto, não se esgotara, pois no Brasil as levas de emigrados prosseguiram e continuavam a afirmar a presença da cultura portuguesa.

4. Malheiro Dias e os círculos intelectuais luso-brasileiros.

Durante a permanência no Brasil, Malheiro Dias desenvolveu intensa atividade cultural, jornalística e empresarial. Essas atividades proporcionaram visibilidade e acesso aos círculos intelectuais e políticos do Rio de Janeiro. Manteve, ao mesmo tempo, laços com a intelectualidade portuguesa interessado, sobretudo, nos problemas políticos e culturais de sua pátria.

A dupla intervenção permitiu que fosse agente de divulgação de ambos os países. De fato, as questões suscitadas pelas relações luso-brasileiras encontraram-no muitas vezes numa posição de “facilitador” destas relações, consubstanciada em uma multiplicidade de ações que o conduziram para a defesa dos laços especiais entre Brasil e Portugal, nos quais a elite intelectual e econômica da colônia portuguesa no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro desempenhava, uma intermediação tanto em relação à massa dos imigrantes quanto ao intercâmbio oficial entre os estados brasileiro e português.

Foi mencionado, anteriormente, o vínculo de Malheiro Dias ao Real Gabinete Português de Leitura. Inicialmente como leitor da biblioteca da instituição e, posteriormente, como seu orador oficial nas cerimônias de recepção a autoridades brasileiras e portuguesas, como na cerimônia de homenagem a Gago Coutinho e Sacadura Cabral, ou por ocasião das celebrações de datas simbólicas, como o Dia de Camões. Para a instituição, Malheiro Dias doou a sua biblioteca e os manuscritos de seus primeiros livros (*Cenários* e *A Mulata*), da coletânea *Pensadores Brasileiros* e das conferências *A Espada e a pena* e *O Romance do Amor de Sórora Mariana*. Além disso, ao Real Gabinete foi legado um grande volume da correspondência pessoal o que indica a elevada estima que o escritor devotava àquela instituição.

Em outra instituição de consagração, Academia Brasileira de Letras, a presença de Malheiro Dias mostrou-se mais limitada e, em determinadas circunstâncias, como na época da polêmica com João Ribeiro, o escritor afastou-se dos eventos ali realizados. Evitou, por exemplo, tomar parte das discussões sobre a questão ortográfica que agitou os meios culturais luso-brasileiros na passagem das décadas 1910/1920. Assim, José Vicente Sobrinho, secretário da Academia, reclamava a ausência das sessões semanais.

Recebi hoje o seu afetuoso cartão de visita. Espero ter amanhã o prazer de vê-lo na Academia na sessão semanal das quartas-feiras. Os livros de presença desde 1917,

precisamente há dois anos, na posse solene do Sr. Luís Guimarães Filho, não registram a presença de Carlos Malheiro Dias. Os seus confrades estão discutindo brasileirismos e a acepção diferente que alguns vocábulos tem no seu belo Portugal e no nosso caro Brasil. Sua opinião terá muita autoridade para esclarecer a questão.⁸⁰⁸

O ingresso precoce nas Academias Brasileira de Letras e das Ciências de Lisboa constituiu uma vantagem, ao longo da trajetória de Malheiro Dias, e evidencia os laços de sociabilidade estabelecidos na comunidade intelectual dos dois países. Já a entrada na Academia Portuguesa de História em 1937 ocorreu no contexto do declínio físico e da produção intelectual, e foi uma espécie de homenagem pela edição da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, em meados dos anos vinte.

Nestas instituições de consagração, encontrava-se um número expressivo de escritores próximos a Malheiro Dias por relações de amizade, afinidades literárias e, em alguns casos, credo político comum: Coelho Neto, Filinto de Almeida, João do Rio, Félix Pacheco, Elísio de Carvalho, Ronald de Carvalho, João Luso, João de Barros, Júlio Dantas, José Osório de Oliveira, entre outros.

Estas relações manifestavam-se em publicações literárias (*A Semana, Lusitânia*), doutrinárias (*Nação Portuguesa*) ou de caráter mais mundano (*Ilustração Portuguesa, Revista da Semana, O Cruzeiro*). Nestas últimas, Malheiro Dias desempenhou a dupla função de redator e cronista de “faits-divers” do cotidiano de Lisboa ou do Rio de Janeiro.

A participação em revistas literárias foi episódica na carreira de Malheiro Dias. Em *A Semana*, o jovem Malheiro Dias manteve os primeiros contatos com os círculos literários brasileiros. Uma fauna de poetas, romancistas e críticos literários como Max Fleiuss, Valentim Magalhães, Lúcio de Mendonça, Tristão de Alencar Araripe, Olavo Bilac, Cruz e Sousa, Adolfo Caminha, João Ribeiro, Coelho Neto. Alguns deles eram simpáticos ao jacobinismo florianista e, influenciados pelo clima político que reforçava prevenções lingüísticas e literárias, transferiram para a literatura o sentimento antilusitano. Ao visitar Portugal, Valentim de Magalhães desagradou os demais redatores do semanário (Lúcio de Mendonça, Araripe Jr., Raul Pompéia) por elogiar o poeta João de Deus. A crítica de Lúcio de Mendonça desautorizou Magalhães e, logo em seguida, *A Semana* deixou de ser editada.⁸⁰⁹ Talvez percebendo esse clima antilusitano na revista, Malheiro Dias tenha descrito vários de

⁸⁰⁸ Carta de José Vicente Sobrinho a Malheiro Dias. Rio de Janeiro, 16.7.1919. J39. RGPL. Correspondência de Carlos Malheiro Dias. Coleção Carlos Malheiro Dias. José Vicente também pede a remessa de livros e lista aqueles catalogados na biblioteca Academia Brasileira de Letras: *Filho das ervas, A Vencida* (“com dedicatória sua a Lúcio de Mendonça”), *Em redor de um Grande Drama* e *Quem é o Rei de Portugal* (“com dedicatória a Academia”). Alude a pedido feito à Cia. Editora Americana a respeito de livros anunciados como sendo de membros da Academia e da *Revista da Semana*.

⁸⁰⁹ Fidelino de Figueiredo. *Um século de Relações Luso-Brasileiras (1825-1925)*. Separata da Revista de História, v. 4. Lisboa: Empresa Literária Fluminense Lda., 1925, p. 25-26.

seus colaboradores em *A Mulata* e, nem sempre, de forma lisonjeira, como reclamou Max Fleiuss.

Ainda me recordo da timidez com que ele se apresentava a Valentim, ao Lúcio e ao Araripe, e quando o levei à casa de Machado de Assis, no Cosme Velho, parecia um colegial culpado. Tempos depois foi injusto conosco, atacando-nos num capítulo do romance que publicou como o nome *A Mulata*. E isso sem que tivesse o menor motivo de queixa contra nós, que sempre o acolhemos com o carinho merecido. Foi de certo, vítima de alguma intriguinha literária ...⁸¹⁰

A revista *Lvsitania* (1924-1927), dirigida por Afonso Lopes Vieira e Carolina Michaelis de Vasconcellos, era outro “lugar” de sociabilidade, onde se encontravam correntes ideológicas portuguesas da década de 1920 (“seareiros”, integralistas). Na organização da publicação, Malheiro Dias aparecia como responsável pelos estudos luso-brasileiros, António Sérgio, pela crítica literária e António Sardinha, pela literatura.

No relançamento de *Nação Portuguesa*, em 1922, Malheiro Dias encontrava-se relacionado como colaborador da publicação, juntamente com os nomes de Afonso Lopes Vieira, Manoel Múrias e Marcelo Caetano. Nessa revista, Malheiro Dias publicou a introdução do terceiro volume da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.⁸¹¹ A participação na revista nacionalista foi a única em que o escritor alinhou-se explicitamente a uma publicação de cunho político doutrinário.⁸¹²

Malheiro Dias e António Sardinha partilhavam as idéias do nacionalismo tradicionalista e a simpatia pela aproximação luso-espanhola, fundamentada no fundo comum de uma herança histórica peninsular projetada nas Américas pela colonização.

Nesse aspecto, a *Nação Portuguesa* tinha um programa de “renovação hispanista” e procurava, por exemplo, associar-se à comemoração do 12 de outubro, a Festa da Raça, festa do gênio peninsular ou hispânico “em que Portugal, como metade sagrada do dualismo cultural em que a Península se reparte, se engloba com Castela para receber as glorificações do tipo admirável de civilização que ambas criaram”.⁸¹³ Esse iberismo tradicionalista e passadista buscava sobrepor-se às históricas suspeições e temores lusitanos em relação ao vizinho: “A nossa familiar convivência com a Espanha só pode parecer perigosa àqueles em cuja alma tibia esmoreceu o altivo e intransigente sentimento de pátria”.⁸¹⁴ A aproximação

⁸¹⁰ Max Fleiuss. *Op. cit.*, p. 29.

⁸¹¹ Carlos Malheiro Dias. A gênese da colonização portuguesa do Brasil. Excerto inédito da Introdução ao 3º volume da *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. *Nação Portuguesa*. (1) 2ª Série. Lisboa: 1922-1923, p. 513-520.

⁸¹² A revista *Homens Livres* (1922) pode ser classificada como uma revista política, mas teve curta duração – dois números – e constituía-se em veículo de divulgação de uma frente heterogênea de intelectuais tendências políticas antagônicas. Ver o capítulo IV, p. 316.

⁸¹³ A Festa da Raça. *Nação Portuguesa*. (2) 3ª Série. Lisboa: 1924, p. 67.

⁸¹⁴ Carlos Malheiro Dias. *Exortação à mocidade*. Nova edição..., p. 47.

luso-espanhola fundamentada na idéia de uma civilização peninsular tinha um desdobramento para a América de colonização ibérica por meio da elaboração de uma identidade ibérica transatlântica e, naquele contexto, os projetos de confederação Brasil-Portugal, defendidos por Bettencourt-Rodrigues e João de Barros não passavam de arcaísmo ideológico e lirismo.⁸¹⁵

A Espanha tradicional infensa à modernidade era no entendimento dos nacionalistas tradicionalistas, como Malheiro Dias, um exemplo para Portugal fracionado pelas idéias exógenas. Em meados dos anos 1930, porém, era a Espanha que se encontrava engolfada pelas forças que os tradicionalistas consideravam ameaçadoras: o liberalismo, o parlamentarismo, a democracia. Eram as mesmas que pairaram sobre Portugal antes do golpe de 1926 e, naquele momento, atuavam de forma mais subversiva sobre o país vizinho.

Considerai desmoralizados esses álgidos sistemas políticos destituídos de sensibilidade, que acabaram destruindo com o seu barbarismo a preciosíssima obra de arte, lapidada pelos séculos, que era a Espanha católica e monárquica intransigentemente pitoresca, inconfundível numa Europa incaracterística, guardando, os seus costumes, as suas paixões e a sua fé, vivendo como num museu com as suas profundas catedrais românicas e góticas. Os seus alcazares árabes de canto das ‘Mil e uma noites’, os seus Velásquez, os seus Murilos, os seus Goyas, as suas praças de touros e as suas procissões, as suas mulheres de mantilhas, a sua galanteria andaluza e o seu ‘panache’ castelhano.

Ver-se-ia como uma nação mesmo quando é a pátria do Cid e de Santa Tereza pode ser invadida, assolada e subvertida sem exércitos, pelas imponderáveis forças dissolventes e desnacionalizadoras das doutrinas estrangeiras, mais destruidoras do que as hordas de Átila e Alarico.⁸¹⁶

Por ocasião da polémica desencadeada com a *Exortação à Mocidade* e as críticas de António Sérgio, *Nação Portuguesa*, então dirigida por Manoel Múrias, solidarizou-se com Malheiro Dias, enaltecendo-o como intelectual nacionalista. O escritor era um trunfo na pugna política e intelectual travada pelos integralistas contra a república e a filosofia racionalista defendida pelos “concorrentes” ideológicos da *Seara Nova*, entre os quais António Sérgio.

[Malheiro Dias] é hoje, como realizador da *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, o vulto mais forte e glorioso da intelectualidade portuguesa. Afirmando-lhe a nossa inteira solidariedade nesta discussão com o pensador Sr. António Sérgio, não podemos esquecer que Malheiro Dias é também por direito de conquista o dirigente natural do nacionalismo integral português.⁸¹⁷

As relações de Malheiro Dias com António Sérgio foram marcadas pela questão sebastianista que espelhava distinções ideológicas e a radicalização dos antagonismos políticos entre os grupos intelectuais portugueses nas primeiras décadas do século XX. A

⁸¹⁵ António Sardinha. Comentário a “Em resposta” de Oliveira Lima. *Nação Portuguesa*. (2) 3ª Série. Lisboa: 1924, p. 94-95.

⁸¹⁶ Carlos Malheiro Dias. *Pensadores Brasileiros*, p. 13-14.

⁸¹⁷ Das idéias, das almas e dos fatos. Carlos Malheiro Dias. *Nação Portuguesa* (2). 3ª Série. Lisboa: 1924, p. LIII.

veemência da defesa dos pontos de vista, manifestada em réplicas e trélicas, não envolveu ataques pessoais ou a desqualificação intelectual do adversário. As cartas trocadas entre os dois durante a polêmica testemunhariam respeito pessoal e intelectual recíproco, algo estranho ao cenário intelectual português, cujo padrão de polêmica intelectual era o estilo de Camilo Castelo Branco.⁸¹⁸ No calor da polêmica, porém, com António Sérgio desqualificando-o como historiador idealista e romântico e a Dom Sebastião como rei fanfarrão e mentecapto, o autor de *Exortação à mocidade* e *O Piedoso e o Desejado* retrucou de forma incisiva.

A personalidade despótica do sr. António Sérgio, as suas zombarias sarcásticas, a ênfase professoral com que se me dirige, a intenção manifesta de me reduzir à posição de um subalterno, de me desacreditar como romântico destituído de discernimento (...) Há um elemento perturbador que coabita com a cultura e a sagaz inteligência do sr. António Sérgio: é a sua excessiva presunção.⁸¹⁹

Lançando-se contra mim, e fiel à sua tática de duelista, diligenciou desprestigiar-me, procurando fazer acreditar que eu não passava de um romântico anacrônico, impulsivo e retórico, rebelde à disciplina mental de um pensador, guiado mais pelo instinto (...) do que pela cultura.⁸²⁰

Observações que António Sérgio, em carta a Malheiro Dias, afirmou “estar moralmente forçado a opor pública defesa”.⁸²¹

Na reedição da *Exortação* em 1937, na coletânea *Orações e Conferências*, Malheiro Dias suprimiu a parte do texto de referência direta a Dom Sebastião e de crítica a Sérgio – “todavia, emendando, o poeta, um dos atuais mestres do pensamento português no-lo apresenta como um fanfarrão e mentecapto” – e motivadora da querela entre os dois intelectuais.⁸²² Tratava-se de uma espécie de reconciliação intelectual de Malheiro Dias que não era estranha as desilusões políticas que marcaram o final de sua vida. Assim, após uma visita ao ‘querido amigo’, Sérgio ofereceu-lhe “alguns alfarrábios”: “Creio que não terá tempo nem paciência para os folhear; vão para me dar a mim próprio o prazer de oferecer-lhes; mas gostaria que lesse, ao menos, a conferenciazinha sobre o cooperativismo, por ser assunto que especialmente me apaixonava”.⁸²³

O funeral de Malheiro Dias espelhou as relações mantidas com círculos intelectuais antagônicos em que pese as campanhas e polêmicas de cunho político doutrinário. Ao lado de Julio Dantas e José Augusto de Castro, ligados à ditadura salazarista, as presenças

⁸¹⁸ Cf. João Bigotte Chorão. *Carlos Malheiro Dias na ficção e na História*, p. 75.

⁸¹⁹ Carlos Malheiro Dias. *Exortação à mocidade. Nova edição ...*, p. XVI-XVII.

⁸²⁰ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. XXXII.

⁸²¹ Cf. João Bigotte Chorão. *Carlos Malheiro Dias na ficção e na História*, p. 78.

⁸²² Na edição de 1925, *Exortação à mocidade. Nova edição...*, a parte suprimida na reedição de 1937 encontra-se nas páginas 51-54.

⁸²³ Carta de António Sérgio a Malheiro Dias. Lisboa. 24.5.1939. J12. RGPL. Correspondência passiva. Coleção Carlos Malheiro Dias.

de Aquilino Ribeiro e António Sérgio simbolizavam a recusa de Malheiro Dias ao sectarismo político e intelectual: “Aquilino era a fidelidade à memória de quem fora seu ‘liberal apresentante no mundo das letras’ (...) António Sérgio testemunhava igualmente que a divergência de opiniões e de crenças não é obstáculo a que homens de cultura se respeitem”.⁸²⁴

Na correspondência passiva de Malheiro Dias, encontram-se anônimos ou homens públicos com os quais partilhava o sentimento nacionalista e o desejo de engrandecer a obra de Portugal no Brasil mesmo que houvesse discordâncias, por vezes exasperadas, de caráter político-ideológico. A rede de sociabilidades na qual se movimentava Malheiro Dias espelhava sua capacidade de interação no meio cultural e político dos dois lados do Atlântico.

Assim, em 1924, Afonso Lopes Vieira, propôs um consórcio entre *Lvsitania* e *América Brasileira*, dirigida por Elísio de Carvalho. Para isto valeu-se de Malheiro Dias como uma “ponte”:

Se fizéssemos uma espécie de consórcio intelectual e administrativo (este sem reciprocidade, por nossa parte, ou quase...) entre Lvsitania e a América Brasileira? Teríamos naquela administração a nossa administração no Brasil, e abriríamos uma seção permanente na L [Lvsitania] com o nome daquela Revista, onde, em duas ou 3 páginas, faríamos a síntese e a propaganda do Brasil entre nós. É uma idéia que você julgará, E ela inspira-se na amizade ardente [no original] que o Elysio de Carvalho tem demonstrado por nós – e também nesta presunção de que sem um forte apoio no Brasil a nossa situação será precária...⁸²⁵

Foram vários os exemplos de intelectuais portugueses que buscaram o apoio de Malheiro Dias para a execução de seus projetos no Brasil. Apoio que variava desde a apresentação aos círculos políticos e culturais até a pedidos de emprego na imprensa. O arquiteto Raul Lino, ao projetar uma viagem ao Brasil, realizada em 1935, agradeceu a simpatia com que a sua intenção foi recebida pelo escritor.

De fato, todo o meu trabalho de reaportuguesamento [no original] da minha arquitetura me parece incompleto sem este prolongamento para além do Oceano, e a realização deste sonho é, desde há muito, uma das minhas mais gratas preocupações. Ao generoso espírito de meu Exmo. Amigo já fiquei devendo o incitamento com que quis animar os princípios da minha carreira; agora, de mor gratidão lhe sou devedor pela simpatia que se digna notar os meus planos atuais.⁸²⁶

⁸²⁴ João Bigotte Chorão. Carlos Malheiro Dias entre a deserção e a fidelidade. *Galeria de retratos*, p.54.

⁸²⁵ Carta de Afonso Lopes Vieira a Carlos Malheiro Dias. Lisboa, 26.5.1924. J121. RGPL. Correspondência passiva. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁸²⁶ Carta de Raul Lino a Carlos Malheiro Dias. Lisboa, 7.8.1934. J34. RGPL. Correspondência passiva de Malheiro Dias. Coleção Carlos Malheiro Dias. Em seu diário de viagem ao Brasil, Lino registra o encontro com Malheiro Dias quando o escritor, bastante adoentado, se preparava para retornar a Portugal. “Havia muitos anos que não nos víamos, Malheiro Dias não me esperava; olhou-me com os seus belos olhos cheios de sonho, levantou-se para me abraçar dizendo com muito ternura numa voz debilitada pela doença: ‘vai ser muito bem recebido, vai gostar muito ...’ Estas palavras de feliz auguro deram-me animação naqueles

Na *Revista da Semana*, em meados dos anos dez, Malheiro Dias acolheu exilados portugueses monarquistas como Alexandre de Albuquerque e Mário Monteiro aos quais abriu as portas do jornalismo na capital federal.⁸²⁷

No Brasil, Malheiro Dias esteve próximo de intelectuais cujos valores estéticos literários eram assemelhados aos seus, caso de Coelho Neto, Elísio de Carvalho e Ronald de Carvalho. Com Coelho Neto, o escritor tinha afinidades estilísticas (a prolixidade, o rebuscamento da língua, o purismo)⁸²⁸ e relações pessoais que remontavam à juventude e ao início da vida intelectual.

Assim, meu querido deixo de ouvir-te, reservando-me para ler a tua conferência [*Rumo à terra*] que, em certos pontos do sumário, traz-me à lembrança conversas do velho tempo, na casinha da rua Ferreira Viana, quando eras um menino e eu um rapagão cheio de energia e toda confiança no que era, então, o futuro e que é hoje esta choldra.⁸²⁹

Elísio e Ronald de Carvalho eram nacionalistas e lusófilos de uma geração literária posterior ao realismo/naturalismo. Homens de letras dotados daquelas qualidades que Malheiro Dias destacava como características da aristocracia de pensamento. No prefácio de *Brava Gente* (1921), Malheiro Dias elogia o nacionalismo, o patriotismo e a amizade de Elísio de Carvalho em relação a Portugal, país louvado como o introdutor e difusor da civilização europeia e latina no Brasil, enquanto os lusófobos empreendiam uma campanha feroz contra Portugal nas páginas do *Gil Blas*:

O que poderá acrescentar prestigiosamente esse elogio eloqüente a minha voz sem autoridade numa hora em que um partido armado de panfletos aterradores prega, entre vociferações exasperadas, o repúdio do passado? O momento é mais para pelejar do que para redigir saudações acadêmicas.⁸³⁰

Malheiro Dias fez uma homenagem póstuma a Ronald de Carvalho, dedicando-lhe o livro *Pensadores Brasileiros*. Tratava-se de um escritor com o qual iniciara relações de amizade em 1914 e que admirava como esteta e pensador nacionalista. E, no cenário do

primeiros dias de incerteza (...).” Raul Lino. *Auriverde jornada. Recordações de uma viagem ao Brasil*. Lisboa: Edição de Valentim de Carvalho, 1937, p. 90.

⁸²⁷ Alexandre de Albuquerque. Um caso literário. *O Paiz*, 19.6.1918. Mário Monteiro. Crônica de Mario Monteiro. Record. *Correio da Noite*, Ano III, n° 796. RGPL. Recortes de jornais e revistas. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁸²⁸ A preocupação com o estilo era um traço que uniria Coelho Neto e Malheiro Dias a outros escritores da época como Euclides da Cunha e Fialho de Almeida. Cf. Brito Broca. Coelho Neto romancista. In: Hollanda, Aurélio Buarque de. (coord. rev. notas). *O Romance brasileiro (de 1752 a 1930)*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1952, p. 241.

⁸²⁹ Carta de Coelho Neto a Carlos Malheiro Dias. Rio de Janeiro. 28.9.1916. [148]. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁸³⁰ Carlos Malheiro Dias. Prefácio. In: Elísio de Carvalho. *Brava Gente*, p. XIV. A mesma exaltação nacionalista delinea o prefácio de uma coletânea de discursos em homenagem a Elísio de Carvalho. Ver Ronald de Carvalho e Elísio de Carvalho. *Afirmarções. Um ágape de intelectuais*. Prefácio de Carlos Malheiro Dias. Rio de Janeiro: S.A Monitor Mercantil, 1921, p.9-15.

Modernismo brasileiro, Carvalho representava o ponto de equilíbrio.⁸³¹ Adotara a nova estética literária sem aderir, friava Malheiro Dias, a revoluções estilísticas duvidosas ou tentações artísticas iconoclastas, uma crítica implícita às experiências gramaticais e ortográficas pouco ortodoxas de outros participantes da Semana de Arte Moderna, como Mário e Oswald de Andrade.

Exerceu, sem intervenção ostensiva, nesse tumultuário, se bem que salutar, movimento de rebelião, um papel de equilíbrio, de justa medida, de bom gosto clarividente, que atenuava os excessos da iconoclastia, reduzindo-a a uma *boutade* o postulado de que a boa sintaxe era uma algema de escravidão. Continuou a escrever imperturbavelmente bem, o melhor que podia, sem que a gramática o impedisse de ser livre e de ser diferente da geração anterior. Num estilo fascinante, substituiu aos modelos obsoletos, soporíferos, ou inquinados de colonialismo uma interpretação nova da literatura brasileira. Exerceu naquela sedição de homens de letras, como Guilherme de Almeida e vários outros, uma ação catalítica. (...) Manteve a atividade inalterável de um gentil-homem das letras.⁸³²

Ronald de Carvalho, inclusive, procurava o auxílio do escritor português para revisão e “embelezamento” de seus escritos, como se observa na seguinte carta de 1931, quando ocupava um elevado cargo político, o de Secretário Geral da Presidência, no governo provisório de Getúlio Vargas:

Meu querido Malheiro Dias

Com que superlativos o meu coração pagaria os do seu? A exemplo do nosso único Velásquez, você escondeu todos os prognatismos da minha pobre máscara de escritos, transformados, pelo maravilhoso pincel do seu estilo, com visão luminosa.

Se a sincera e pura admiração exigisse qualquer retribuição, você, meu ilustre e querido amigo, não poderia corresponder, com mais elegância e generosidade, à que eu nutro por seu excepcional talento. Muito obrigado.⁸³³

Poeta e autor de uma afortunada história da literatura⁸³⁴, um dos fundadores da revista *Orfeu*, Carvalho representava uma das vertentes em que o Modernismo se ramificou nas décadas de 1920/1930. Entre elas, encontravam-se o nacionalismo mesclado com a reação espiritualista e o regionalismo, tendências politicamente mais conservadoras da renovação do panorama intelectual do Brasil e mais próximas da sensibilidade literária e da visão política de Malheiro Dias.

Numa carta de 1937, o visconde de Carnaxide (Antônio Baptista de Sousa Pedroso) informava Malheiro Dias sobre o estado das letras brasileiras, em meados daquela década, e destacava o surgimento de novos autores como José Lins do Rego, Jorge Amado,

⁸³¹ Wilson Martins. *A Idéia modernista*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, p. 250-254.

⁸³² Carlos Malheiro Dias. *Pensadores Brasileiros. Pequena Antologia*. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d., p. 47.

⁸³³ Carta de Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro, 29.5.1931. J16. RGPL. Correspondência passiva de Carlos Malheiro Dias. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁸³⁴ Ronald de Carvalho. *Pequena História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Briguiet & Cia. Editores, 1919. A obra teve edições sucessivas e foi ampliada pelo autor em vida. Durante décadas foi usada como manual escolar de literatura brasileira.

José Américo de Almeida, Amando Fontes, Marques Rebelo, Graciliano Ramos, Raquel Queiroz e Jorge de Lima.

As letras brasileiras vêm acusando um surto pujante no período que parte da Casa Grande & Senzala para cá. Revelam uma tendência, grave, profunda, hermética, social e espiritual. A prosa invadiu a poesia. Mas também se deu a inversa. A poesia penetrou em todos os campos (...) Neste período – a que principiam a chamar post modernista – tem aparecido já uma boa centena de bons livros.⁸³⁵

Livros e autores que Malheiro Dias teve acesso por meio de seus correspondentes no Brasil, como o próprio Carnaxide, demonstrando que, em Portugal, debilitado pela doença, acompanhava as novidades dos meios literários.

Aí vão alguns volumes anteriormente prometidos. Repare nas primeiras páginas: cada qual dos respectivos autores não quis perder o ensejo de o abraçar com uma expressão admiradora. Daqui a tempos mandar-lhe-ei mais livros – livros que me pareçam úteis para a confecção de sua História do Brasil, ou que lhe possam ir mostrando a curva do pensamento brasileiro.⁸³⁶

A última apreciação de Malheiro Dias da produção intelectual brasileira foi uma análise das atividades dos pensadores contemporâneos da realidade brasileira. Escrita ao longo de 1934, a seqüência de artigos, depois reunidos com o título *Pensadores Brasileiros*, teve como pressuposto a mútua incompreensão entre as elites brasileira e portuguesa a partir do desconhecimento dos pensadores de ambos os países. Não se propunha, explicava Malheiro Dias, “a demolir tais obstáculos com ligeiros artigos de jornal” mas sim “fixar na memória de alguns leitores portugueses os nomes desses ‘leaders’ culturais e caracterizá-los com alguns fragmentos esparsos - os mais acessíveis à compreensão geral – das suas dissertações, ensaios e reflexões”.⁸³⁷

Tratava-se de um momento capital nas relações Brasil-Portugal, pois havia uma convergência no “itinerário da inteligência nas duas nações fraternas”. Ambos estavam voltados para o futuro e livres do tributo do passado. O futuro era a expansão do mundo luso-brasileiro por meio do povoamento ou missão civilizadora de Portugal na África e do Brasil no seu vasto interior.

O campo da ação civilizadora portuguesa situou-se quase sempre no ultramar. Nas vastas províncias africanas do Império que ainda nos resta podemos e devemos realizar uma obra sensivelmente paralela à que executamos na América e que, sob vários dos seus aspectos, nos aproximará da atividade brasileira na missão de desbravar, sanear, povoar, conquistar

⁸³⁵ Carta do visconde de Carnaxide a Malheiro Dias. Rio de Janeiro, 24.3.1937. J50. RGPL. Correspondência passiva. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁸³⁶ Carta do visconde de Carnaxide a Malheiro Dias. Rio de Janeiro, 14.9.1937. J51 RGPL. Correspondência passiva. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁸³⁷ Carlos Malheiro Dias. *Pensadores Brasileiro. Pequena Antologia*, p. 26.

para a humanidade os imensos latifúndios sobre que imperam ainda as únicas leis da natureza.⁸³⁸

No campo da cultura, a influência da literatura portuguesa era já fantasmagoria quando da emergência do Modernismo, definido como “insurreição da inteligência brasileira, irrompida em 1917, intensificada em 1923”, pois só oferecia um “árido racionalismo” incapaz de “sensibilizar a geração que então obedecia ao converso Jackson de Figueiredo.”⁸³⁹ O cenário intelectual de Portugal espelhava a interminável controvérsia da política nacional republicana com uma parca literatura de imaginação e curiosidades puramente estilísticas das quais se afastavam as gerações novas da intelectualidade brasileira. No entendimento de Malheiro Dias, no entanto, esse “melancólico crepúsculo” da influência cultural portuguesa no Brasil mudou com a ditadura que “reconduziu a inteligência para esferas até então abandonadas”.⁸⁴⁰

Malheiro Dias classificou os pensadores brasileiros contemporâneos (meados dos anos 1930) em dois grandes grupos. O primeiro era constituído pelos pesquisadores das condições sociológicas da formação da nacionalidade apartados da intervenção política direta e preocupados “com as diretivas a que deverá obedecer a preservação fundamental a unidade brasileira”.⁸⁴¹ O segundo grupo reunia um conjunto heterogêneo de homens de ação que subordinou a solução dos problemas nacionais “à concepção de um Governo dotado de independência, de autoridade e de continuidade”.⁸⁴² Foi neste grupo que se enquadrou Plínio Salgado.

Entre esses patriotas impacientes e amargamente desiludidos de um passado que se obstina em perpetuar-se; patriotas para os quais se afigura um dever imprescindível corrigir, senão anular, desde já, uma maior propagação de erros e de ideologias nefastas, destaca-se o Chefe do integralismo brasileiro, sr. Plínio Salgado.⁸⁴³

A cabeça do movimento integralista brasileiro era um misto de pensador, agitador, apóstolo e chefe. Suas convicções eram “imperativas e contagiosas”, “uma inteligência adestrada na ação”. No entanto, “ele não faz tábua rasa da imponente obra mental do século XIX.”⁸⁴⁴ Estas características do líder influíram, segundo Malheiro Dias, na dessemelhança entre o integralismo brasileiro e português. Este último limitou-se à teoria, à fase “platônica”, e atuou mais como uma disciplina moral e intelectual do que um sistema político.

⁸³⁸ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 23.

⁸³⁹ *Ibid.*, p. 43-44.

⁸⁴⁰ *Ibid.*, p. 44.

⁸⁴¹ *Ibid.*, p. 137.

⁸⁴² *Ibid.*, p. 140.

⁸⁴³ *Ibid.*, p. 140.

⁸⁴⁴ *Ibid.*, p. 143-144.

Diversamente, o integralismo brasileiro adotou em sua estruturação os “processos italiano e alemão”: “É uma milícia; não é propriamente um partido.”⁸⁴⁵

O nacionalismo espiritualista, de índole católica e reacionário, fundamentado nas idéias e campanhas de Jackson de Figueiredo pela recatolização do Brasil nos anos 1920, sublinhava o cristianismo católico como sustento da nacionalidade brasileira. Na percepção de Figueiredo, a tradição “integral” do nacional tinha origens na herança colonial e caracterizou-se por ser católica, antilusitana e republicana.⁸⁴⁶ Tristão de Ataíde, o “Jacques Maritain brasileiro”, discípulo de Figueiredo, era apresentado aos leitores de Portugal como o representante dessa corrente ideológica, a que melhor sabia o que queria no campo intelectual do Brasil.

Partindo da verdade incontrovertida de que a nação é católica, de que o povo é católico, ele pretende para a nação um Estado que não esteja em oposição à crença espiritual do povo.⁸⁴⁷

Para Malheiro Dias, Figueiredo e Ataíde eram pensadores singulares no Brasil. Tristão de Ataíde, principalmente, reviveria na esfera da política e das letras a tradição dos pensadores católicos no Brasil. Linhagem iniciada pelo visconde de Cairú e continuada, ao longo do século XIX, por Candido Mendes, Zacarias de Góis, Figueira de Melo, Dom Vital e Dom Antônio Macedo Costa.⁸⁴⁸

Em outra categoria, hoje identificada ao ensaísmo histórico-sociológico, os intérpretes do Brasil, Malheiro Dias resenhou a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1933).⁸⁴⁹ Reconheceu nessa obra sobre a aristocracia rural açucareira uma envergadura intelectual excepcional comparável “em outro quadro, com aplicação de outros métodos” ao, segundo suas palavras, “sensacional ensaio” de Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, publicado em 1928.⁸⁵⁰ Descendente e representante dos senhores de engenho, Freyre tinha, segundo Malheiro Dias, um sentimento hereditário de compreensão da aristocracia rural açucareira. A alusão ao pressuposto biológico, resíduo de sua formação no meio cientificista do último quartel do século XIX, não era o fator principal da importância de *Casa Grande e*

⁸⁴⁵ Id. *Ibid.*, p.140-141.

⁸⁴⁶ Jackson de Figueiredo. *Do Nacionalismo na Hora Presente*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Catholica, 1921, p. 27-30.

⁸⁴⁷ Carlos Malheiro Dias. *Pensadores Brasileiros*, p. 135.

⁸⁴⁸ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, p. 124.

⁸⁴⁹ Gilberto Freyre. *Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmitt, Ltda., 1933. No exemplar dessa edição pertencente a Malheiro Dias há algumas anotações. A suposta mística da cor vermelha observada por Freyre entre os portugueses é considerada por Malheiro Dias um “Exagero: O observador é que usava óculos vermelhos” e “Tolice ilimitada”. Do mesmo modo considerava um equívoco a observação de Freyre sobre o “horror a atividade manual em Portugal e partes da Espanha.”

⁸⁵⁰ Id. *Ibid.*, p. 103.

Senzala. A obra era um sólido monumento cultural tornado possível pela preparação obtida por Freyre no curso de ciências políticas e sociais na Universidade de Columbia sob orientação de Franz Boas.⁸⁵¹

Três pontos eram destacáveis da leitura de Malheiro Dias de *Casa-grande e Senzala*. O primeiro era a crítica ao estilo de Freyre, talvez um vício de escritor, no qual enxergava o uso excessivo da erudição que, por vezes, afetava o equilíbrio da obra.⁸⁵² O segundo era relativo ao uso que Freyre fazia do filósofo alemão Hermann von Keyserling, como fonte de autoridade para o estudo de Portugal, “de todos os pensadores alemães contemporâneos o que mais provou desconhecer o povo e a história portuguesa (...) nunca leu os cronistas e os *Lusíadas*”.⁸⁵³ Estas eram observações que não abalavam, porém, o foco central da leitura efetuada por Malheiro Dias, que se tornou a apropriação prototípica da recepção que *Casa-grande e Senzala* e outras obras de Freyre, relativas às relações luso-brasileiras, teria nos meios oficiais de Portugal e em parte da intelectualidade desse país até a primeira metade da década de 1970.

nenhum colonialista português tem o direito de ignorar, pois não só projeta luz intensa sobre o trabalho ciclópico executado no Brasil pelos africanos da costa ocidental portuguesa como perscruta até o âmago uma sociedade criada pela colaboração do homem branco e do homem preto.⁸⁵⁴

Depois de traçar o sumário da obra, ressaltando o ângulo favorável em que a colonização portuguesa do Brasil era descrita, Malheiro Dias dava o veredito:

Não conheço palavras de exortação, mais capazes pelo seu sentido profundo para estimular coragem e confiança em tão árdua quanto gloriosa missão [o império colonial]... As suas palavras certificam-nos do que fomos capazes na América. Usemos delas como incitamento para a tarefa trabalhosa que nos espera na África e que nos redimirá da esterilidade de um século de liberalismo individualista, sem nenhum ideal ou programa coletivo, e em que se dispensou a alma da grei.⁸⁵⁵

A apreciação das idéias de Freyre no *Diário de Notícias*, em 1934, tornou verossímil a hipótese de que Malheiro Dias tivesse sido o autor dos primeiros comentários publicados em Portugal de *Casa Grande e Senzala* e de sua interpretação como obra que dava densidade intelectual, devido a aplicação do conceito de cultura à apregoada capacidade de colonização de Portugal, evocada reiteradamente no discurso nacionalista dos escritores portugueses.⁸⁵⁶

⁸⁵¹ Id. *Ibid.*, p. 103-104.

⁸⁵² Id. *Ibid.*, p. 107.

⁸⁵³ Id. *Ibid.*, p. 107.

⁸⁵⁴ Id. *Ibid.*, p. 105.

⁸⁵⁵ Id. *Ibid.*, p. 117.

⁸⁵⁶ Segundo Cláudia Castelo, o primeiro intelectual português a referir-se a *Casa Grande e Senzala* teria sido José Osório de Oliveira em *O Mundo Português*, v. 1, nº 11, Nov. 1934, p. 368. Cf. Cláudia Castelo. O lugar do Brasil na ideologia colonial durante o Estado Novo. *Actas do Congresso Luso-brasileiro Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*. Lisboa: CNCDP, 2000, v. 1, p. 626. A proximidade de Osório de Oliveira com

A recepção da obra de Malheiro Dias, como romancista e doutrinário político, teve altos e baixos, que seguiram, no primeiro caso, o gosto e a sensibilidade literária do público e, no aspecto político estava associada ao contexto do nacionalismo e à crise do liberalismo nas primeiras décadas do século XX.

As obras de ficção e o jornalismo tiveram um processo de reconhecimento com as edições realizadas, nas duas últimas décadas do século XX em Portugal, que tornaram novamente acessíveis obras há muito tempo fora do catálogo, restritas a especialistas, ou de consulta penosa em coleções de periódicos, como os artigos e crônicas, reunidos nas antologias publicadas na década de 80 (*Ciclorama crítico de um tempo* e *Em redor de um Grande drama*).

No âmbito dos escritos de panfletagem política e exaltação patriótica, a *Exortação à Mocidade* foi apropriada pelos partidários do salazarismo, que a interpretaram como o anúncio do chefe providencial, o salvador da nação portuguesa e de uma dada concepção de sua história e organização política e social. Essa apropriação e identificação da *Exortação*, a peça oratória mais conhecida de Malheiro Dias, foi ressaltada, por exemplo, logo após o 25 de abril e o conseqüente processo de discussão em torno da memória do regime deposto e da história portuguesa, mobilizados pela Revolução dos Cravos. Assim, em 1977, o texto da primeira edição da *Exortação* (1924) foi recuperado pelos simpatizantes do regime deposto como um contraponto nacionalista e patriótico em um momento histórico que entendiam como marcado pelo sectarismo, materialismo e a desagregação social e política.⁸⁵⁷

No mesmo sentido, foi a reedição da oração *Camões e a Raça* por ocasião do seu cinquentenário. No prefácio, Joaquim Veríssimo Serrão, então presidente da Academia Portuguesa de História, traçou um retrato mais do que do escritor, do patriota e homem de ação.

Esmerado burilador da língua portuguesa, que o foi nas pugnas ardorosas do jornalismo e no do romance em que patenteou múltiplos talentos, Carlos Malheiro Dias continua a ser um modelo para quantos fazem de Portugal um nome sagrado. Dele se pode afirmar que amou a Pátria em todas as circunstâncias, tanto no ideal da realeza em que envolveu a vida, como no exílio que voluntariamente abraçou em 1910 para não servir o novo regime.(...)

Sendo um dos maiores arautos da Comunidade entre o Brasil e Portugal, o grande escritor ajudou a consolidar a aliança singular de duas Nações que entoam a mesma língua e que pulsam ao calor dos mesmos sentimentos. Para a reconhecer, basta lembrar a obra

Malheiro Dias torna factível, além do critério cronológico e do fato de viver no Brasil, que este último tenha contribuído para o conhecimento de *Casa Grande e Senzala* por Osório de Oliveira.

⁸⁵⁷ Carlos Malheiro Dias. *Exortação à mocidade*. Porto: David Jorge Pereira (ed.), 1977. Apresentação e notas elaboradas por Carlos Camposa, p. 3-8. Segundo Camposa, comparando os dois momentos históricos, Portugal vivia ontem, uma democracia jacobina, “hoje, marxistóide”. *Op. cit.*, p. 15 (nota).

gigantesca que dirigiu, a História da Colonização Portuguesa do Brasil publicada em 1922 para assinalar o I Centenário da independência brasileira.

Rer a Oração camoneana de Carlos Malheiro Dias significa para os portugueses de hoje um novo alento na fé nacional que muitos julgam perdida. De renovado orgulho pelo Poeta que soube cantar as nossas glórias e desventuras. Mas de gratidão também pelo escritor notabilíssimo que há meio século fez ouvir o seu verbo esplendoroso perante a Colônia Portuguesa de São Paulo, insuflando em todos – quantos deles vivendo há decênios no Brasil! – o amor sacrossanto da Pátria. O seu corajoso apelo bem merece ser lembrado por todos os que sentem as fundas raízes da alma lusáda. (...)

Uma vida que foi votada à consolidação da aliança luso-brasileira, tendo como santo patrono a figura de Luís de Camões. Servem-se com esta iniciativa os interesses das duas Nações de fala portuguesa, que se orgulham do passado comum e querem encontrar motivos de esperança para abrir frutuamente os caminhos do seu futuro.⁸⁵⁸

Em uma mirada mais pessoal, menos eivada de conteúdo ideológico, e destacando o sentido literário há o testemunho de Carlos Drummond de Andrade. O poeta, numa entrevista concedida em 1984 à jornalista Leonor Xavier, recuperou Malheiro Dias como um homem de grande cultura, valorizando a outra vertente da vida do escritor português, o seu lugar no mundo das letras.

Na década de 20 morou no Brasil e era diretor de revistas semanais um autor português muito discutido chamado Carlos Malheiro Dias, organizador daquela monumental História da Colonização Portuguesa do Brasil. Já viu esse livro? Eu vou lhe mostrar. É uma coisa realmente monumental, uma coisa estupenda. Esse homem era monarquista e saiu de Portugal para ganhar a vida, em função de revistas mundanas, revistas fúteis aqui, embora fosse um homem de grande categoria. Depois, entrou em entendimentos com capitalistas brasileiros e fundou-se uma editora que publicava os livros portugueses no Brasil, feitos aqui mesmo, e também livros brasileiros que deveriam ter divulgação em Portugal. Muitos desses livros que eu conheci eram publicados por eles.⁸⁵⁹

Os dois textos coetâneos evidenciaram a trajetória intelectual de Carlos Malheiro Dias, desdobrada na política e na cultura. Patriota e homem de categoria. Espectador de um mundo em transformação e no qual, ao mesmo tempo, intentou exercer um papel ativo e influente como romancista ou formador de opinião. Malheiro Dias não foi um inovador na literatura ou um formulador original de idéias políticas. Na literatura e na política aplicou com eficiência, dedicação e talento pressupostos estéticos literários e teorias políticas extraídos de seu mundo histórico e social e com os quais tinha identificação. Nas clivagens ideológicas, acirradas em Portugal a partir de 1910, acompanhou a transição de frações significativas da intelectualidade lusitana do liberalismo para o nacionalismo e vinculou-se a uma dessas correntes nacionalistas, o nacionalismo tradicionalista, tornando-se um simpatizante do nacionalismo integral de António Sardinha.

⁸⁵⁸ Carlos Malheiro Dias. *Camões e a Raça*. Vila da Trofa: Sòlvros de Portugal, 1985. Apresentação de Joaquim Veríssimo Serrão. Reedição comemorativa do cinquentenário segundo a primeira edição (São Paulo, 1934), p. 11-16.

⁸⁵⁹ *Diário de Notícias*. Lisboa. 7.10.1984. Apud Arnaldo Saraiva *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português: Subsídios para o seu Estudo e para a História das suas relações*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 617.

No caso das relações luso-brasileiras, outros intelectuais emigrados para o Brasil, antes ou depois de Malheiro Dias, também deixaram as marcas da passagem nas terras de Santa Cruz: Bordalo Pinheiro, Ricardo Severo, Álvaro Pinto, Fidelino de Figueiredo, Jaime Cortesão, Jorge de Sena, Adolfo Casais Monteiro, Agostinho da Silva ... Em sua época, porém, Malheiro Dias ocupou um lugar privilegiado nos interstícios da colônia portuguesa da qual se apresentou, e foi combatido por isto, como intérprete, e de onde militou pela aproximação luso-brasileira. Este lugar ou espaço estava alicerçado numa sólida formação cultural e em uma enorme força de trabalho intelectual que ia da literatura à história, da crônica jornalística a conferências, paralisada apenas pela doença que o vitimou já sexagenário.

No Brasil, Malheiro Dias recuperou de certa forma a projeção social e intelectual que desfrutara em Portugal no início do século XX, como indicam as conferências de Luís Forjaz Trigueiros na Academia Brasileira de Letras e Marcelo Caetano no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além da homenagem de Josué Montello,⁸⁶⁰ por ocasião do centenário de seu nascimento. As escolhas efetuadas no campo intelectual e político podem ter sido equivocadas, anacrônicas ou guiadas por um resistente sentimento saudosista. Simbolizam, no entanto, as condições de seu tempo, sendo um exemplo, resgatado da massa documental, de como o indivíduo desafiou, respondeu ou sensibilizou-se *com e na história*, ou seja, como um ser histórico e social que explica a história e por meio dela é compreendido.

* * *

⁸⁶⁰ Luis Forjaz Trigueiros. Carlos Malheiro Dias, romancista e cronista. In: *Palavras na Academia Brasileira de Letras*. Lisboa: s.ed. 1981, p. 9-21. Sessão comemorativa do Primeiro Centenário de Carlos Malheiro Dias em 13 de Novembro de 1975. Marcelo Caetano. Malheiro Dias, historiador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (312), Rio de Janeiro: Jul-Set. 1976, p. 269-282. Sessão em homenagem a Malheiro Dias no seu centenário de nascimento em 10 de dezembro de 1975. Josué Montello. Um esquecido: Carlos Malheiro Dias. *Jornal do Brasil*, em 14.10.1975. Primeiro Caderno, p. 6.

CAPÍTULO IV – A memória do luso-brasileirismo na historiografia.

A História da Colonização Portuguesa do Brasil.

*A História da Colonização Portuguesa do Brasil é, de fato, a história da infância e da adolescência do Brasil.*⁸⁶¹

A coleção *História da Colonização Portuguesa do Brasil* foi editada sob o patrocínio da colônia portuguesa no Brasil por ocasião das comemorações do Centenário da Independência em 1922. Os aspectos formais do texto, os objetivos dos autores e financiadores, as formas de leitura efetuadas pelos atores sociais e a sua posição na historiografia luso-brasileira permitem classificá-la como uma obra-monumento de inserção do luso-brasileirismo na memória nacional brasileira. A compreensão do contexto político e cultural, em que atuaram os autores e os editores da coleção, torna necessária o exame de algumas das comemorações luso-brasileiras entre 1880 e 1940. Desse modo, foram analisados, além do Centenário da Independência, o tricentenário de Camões, o quadricentenário da Descoberta do Brasil, o centenário da Abertura dos Portos e os centenários de fundação e restauração de Portugal.

1. O sentido das comemorações. Comemorações da nação e da nacionalidade.

As comemorações ocupam um lugar significativo na vida dos indivíduos e dos povos. No Antigo Regime, as datas ligadas à realeza (casamentos, coroações e funerais) e à Igreja marcavam o cotidiano do indivíduo e da comunidade. Com a Revolução Francesa e a consolidação do Estado-nação desenvolveu-se, ao longo do século XIX, a concepção de comemoração nacional ou festas nacionais, na qual a cronologia apreendeu simbolismos e representações, vinculados às idéias de comunhão, pertencimento e nacionalidade. Nesse sentido, as comemorações são momentos de memória e de história em que se definem tanto as identidades e as legitimidades políticas quanto as tensões e os conflitos em torno do Estado-nação.⁸⁶²

No último terço do século XIX, a celebração da nação, corpo social no qual os indivíduos se autoreconhecem como possuidores de uma identidade comum, tornou-se um evento cada vez mais ritualizado. As festas nacionais organizaram-se em manifestações de massa com bandeiras, hinos, procissões e catecismos

⁸⁶¹ Carlos Malheiro Dias. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Conferência realizada pelo eminente escritor Carlos Malheiro Dias no Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro: Cia. Litográfica Ferreira Pinto, 1921, p. 7.

⁸⁶² Philippe Raynaud. La Commémoration: illusion ou artifice? *Le Débat* (78) Paris: Jan.Févr. 1994, p. 106-115.

próprios a uma religião cívica. Ao mesmo tempo, as comemorações possuíam um sentido pedagógico ao introjetar o sentimento de pertencimento e identificação do indivíduo, estimulando-o a tomar parte na exaltação de uma dada memória ou tradição assumida como fundamental para a comunidade.⁸⁶³

Nesse processo, o Estado-nação apropriou-se de certos eventos comemorativos como marcas de sua existência que, portanto, deviam ser guardados como datas cívicas e eternizados nos “lugares de memória”. Foi o caso, na França, do 14 de Julho e do Centenário da Revolução Francesa; no mundo hispanoamericano, do 12 de Outubro, celebração da descoberta da América e associado ao “dia da Raça”; ou das cerimônias dos centenários de fundação de Portugal e da Restauração, realizadas em 1940. A escolha e a legitimação de uma comemoração como festa nacional resultam de situações culturais, históricas e políticas bastante complexas e peculiares. Em seu estudo, por exemplo, sobre o processo de escolha e consagração do 14 de Julho como festa nacional francesa, no início da III República, Amalvi mostrou a convergência de visões do passado, conflitos do presente e aspirações do futuro de diferentes grupos políticos e sociais autoidentificados com a Revolução Francesa.⁸⁶⁴

As relações luso-brasileiras também foram referenciadas por eventos comemorativos, alguns restritos a parcelas da comunidade imigrante desejosa de guardar os vínculos com o torrão natal. Outros, contudo, se converteram, pela amplidão de seu enraizamento nas práticas sociais, culturais e políticas, ou seja, na memória histórica, em momentos percebidos como essenciais para as relações intercomunitárias e interestatais.

Entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX, as relações luso-brasileiras caracterizaram-se por comemorações cujo significado e fortuna variaram ao sabor das transformações políticas e culturais no Brasil e em Portugal. No período em tela, comemoraram-se o III Centenário de Camões (10 de junho de 1880), o IV Centenário da Descoberta do Brasil (3 de maio de 1900)⁸⁶⁵, o

⁸⁶³ Pierre Nora. De la République a la Nation. In: Pierre Nora (dir.). *Les lieux de mémoire*. v. I (La République). Paris: Éditions Gallimard, 1984, p. 651-659. Eric Hobsbawm. A Invenção das tradições. In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger (org). *A invenção das tradições*. [Trad. Celina Cardim Cavalcante]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 271-316.

⁸⁶⁴ Christian Amalvi. Le 14-Juillet. Du Dies irae à jour de fête. In: Pierre Nora (dir.). *Op. cit.*, p. 421-472.

⁸⁶⁵ No Brasil a comemoração da descoberta acabou identificada com o 22 de abril depois da polêmica travada entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Associação do IV Centenário formada para organizar os eventos comemorativos do Descobrimento. A proposição defendida pelo IHGB – o 22 de

Centenário da Abertura dos Portos (28 de Janeiro de 1908) e o Centenário da Independência (7 de setembro de 1922). Tais festas tiveram origem e, também, construíram marcos comemorativos de repercussão variável e espelharam as vicissitudes das percepções recíprocas entre Brasil e Portugal.

As comemorações dos centenários, em Portugal, procuravam reforçar a idéia do país como agente de civilização e o Brasil, particularmente, era apresentado como prova da capacidade lusa de colonização.⁸⁶⁶ O Brasil, como aponta Eduardo Lourenço, representava o espaço compensatório – uma dimensão mágica – na imaginação portuguesa oitocentista, como fora a Índia anteriormente e seria, depois, a África, da grandeza da nação.⁸⁶⁷ Essa dimensão mágica e simbólica estava presente de forma mais intensa naquelas comemorações em que a imagem do Brasil correspondia ao passado idealizado e mitificado do Portugal das Descobertas.

No Brasil, por outro lado, os centenários estavam associados à identidade nacional e à valorização de suas origens européias (matriz cultural e política da sociedade nacional), não obstante as interpretações críticas a respeito da colonização portuguesa e a ênfase naquelas características que singularizavam os brasileiros em relação à antiga metrópole, como a diferenciação da língua, por uma fração das elites intelectuais e políticas. Tratava-se de afirmar a inserção da nação nos valores da modernidade européia oitocentista como condição prévia para o futuro de inevitável progresso material e intelectual que, segundo o pensamento filosófico e político da época, aguardava o Brasil em seu porvir.

As contradições entre o discurso da modernidade desejada e a efetiva aplicação na realidade da nação afloraram no Brasil e em Portugal, sociedades periféricas marcadas por arcaísmos culturais e econômicos cuja superação, no entendimento das elites intelectuais e políticas destes países, teria como pressuposto o mimetismo dos modelos culturais produzidos nos países de vanguarda da modernidade.

O III Centenário da morte de Camões em 1880 revestiu-se de grande magnificência em Portugal. De fato, foi a primeira manifestação de uma série de

abril – estava alinhada ao calendário gregoriano. Sobre esta polêmica ver Lucia Lippi de Oliveira. *Imaginário Histórico e Poder Cultural: as comemorações do Descobrimento. Estudos Históricos* (26). Rio de Janeiro, 2000, p. 187-191.

⁸⁶⁶ Maria Isabel João. O Brasil nos centenários, do final de Oitocentos. *Actas do Congresso Luso-brasileiro Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*. Lisboa: CNCDP, 2000. v. I, p. 709-721 e Maria Isabel João. Comemorações e Mitos da Expansão. In: Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 2000, v. IV, p. 403-424.

⁸⁶⁷ Eduardo Lourenço. *O Labirinto da Saudade*. 4ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991, p. 41.

eventos comemorativos luso-brasileiros, cujo ápice ocorreu em 1940, com o duplo centenário da Independência e da Restauração de Portugal. A comemoração camoniana ocorreu no momento em que essas práticas se sucediam no mundo atlântico ocidental.

Na França, a III República comemorava os centenários de Voltaire e Rousseau (1878) e promovia os funerais de Victor Hugo (1885), transformando ambos os acontecimentos em ocasião para mobilizar a população em torno do culto cívico da nação.⁸⁶⁸ Segundo Ben-Amos, os funerais de Hugo representaram um marco importante nas comemorações que identificaram personalidades notáveis das artes com a memória nacional. A multiplicidade de situações (tais como o indivíduo, o momento político, o contexto da sua morte e a difusão da imprensa) transformou os funerais de Hugo em um momento único da memória coletiva francesa. “Um dos primeiros produtos da era das massas, o tipo de ‘acontecimento’ que surgiu na França entre a Comuna e o caso Dreyfus, a matriz de um modelo que prefigurou outras cerimônias que se seguiram”.⁸⁶⁹

A exaltação cívica e nacionalista esteve presente também na Itália após o *Risorgimento*, com a celebração dos centenários de Galileu (1864), Dante (1865), Maquiavel (1869) e Petrarca (1879), associando de forma inequívoca identidade nacional e cultura.⁸⁷⁰ As comemorações centenárias na França, Itália e Portugal procuravam destacar o triunfo de um conjunto de noções – liberdade, nação, progresso, razão – gestadas no século XVIII, fundamentais na cultura liberal oitocentista, sem dissociá-las das especificidades histórico-culturais das realidades nacionais.

No contexto político cultural português, Camões era duplamente celebrado. De um lado, a imagem literária ressaltava a qualidade artística do poeta, mestre e modelo da língua e literatura portuguesa, reconhecido desde o fim do século XVI. De outro, o centenário consolidava a imagem ideológica de Camões como símbolo da nação portuguesa e da evocação de uma época percebida como sua Idade de Ouro: a Era dos Descobrimentos, a expansão para novos mundos e a aquisição de um vasto cabedal de conhecimento. Portugal ocupava um lugar ímpar na história e no progresso da humanidade assinalava Teófilo Braga, filólogo e republicano positivista, um dos principais entusiastas e mobilizadores da opinião

⁸⁶⁸ Jean-Marie Goulemont e Eric Walter. Les Centenaires de Voltaire et de Rousseau. Les deux lampions des Lumières. In: Pierre Nora (dir.). *Op.cit.*, p. 382-420. Avner Ben-Amos. Les funérailles de Victor Hugo. Apothéose de l'événement spectacle. *Op. cit.*, p. 473-522.

⁸⁶⁹ Avner Ben-Amos. *Op. cit.*, p. 474.

⁸⁷⁰ Mauro Moretti. The search for a “national” history. In: Stefan Berger, Mark Donovan e Kevin Passmore (org.). *Writing National Histories. Western Europe since 1800*. Routledge: London/New York, 1998, p. 115.

pública para o centenário camoniano. Na leitura eurocêntrica, evolucionista e nacionalista predominante durante as comemorações, a epopéia camoniana tornava-se, além de seu valor literário intrínseco, o objeto central do culto cívico da nação portuguesa senão o seu maior mito.⁸⁷¹ A comemoração camoniana de 1880 explicitou a dualidade temporal, como assinalou Girardet, característica do mito da idade de ouro: o tempo presente de degradação e o “tempo de antes” de uma grandeza, de uma nobreza ou felicidade que nos cabe redescobrir.⁸⁷²

No Brasil, o centenário de Camões repercutiu nos círculos intelectuais ainda bastante próximos da cultura portuguesa. Na *Revista Ilustrada* uma gravura em página dupla reproduziu a procissão marítima em homenagem ao poeta realizada na baía da Guanabara. Na mesma ilustração, constava uma alegoria na qual o Tempo mostrava a Camões a celebração e a seguinte apreciação: “Muito admirado deve ter ficado Camões ao ver o Tempo mostrar-lhe depois de 300 anos a grandiosa, gigantesca e adamastórica festa do seu centenário.”⁸⁷³ O ilustrador intentou, dessa forma, apreender e transmitir a excepcionalidade dos festejos e a mobilização ocorrida na capital do império. A Biblioteca Nacional, então dirigida pelo barão de Ramiz Galvão, organizou a Exposição Camoneana, utilizando o acervo iconográfico e bibliográfico da instituição.

A colônia portuguesa, por sua vez, homenageou Camões nos gabinetes literários numa tríplice comemoração cujo centro foi o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: a edição de *Os Lusíadas*, comentada por Ramalho Ortigão, o lançamento da pedra fundamental do edifício sede em estilo neomanuelino, solenidade acompanhada com a presença do imperador,⁸⁷⁴ e, por fim, a conferência de Joaquim Nabuco, notório admirador de Camões e *Os Lusíadas*.

Quando da publicação de *Camões e os Lusíadas*, em 1872, Nabuco justificou o livro como uma homenagem ao tricentenário da primeira edição de *Os Lusíadas* e forma de recuperar o poema e seu autor. A literatura portuguesa possuía um monumento, afirmava Nabuco, mas em vez de estudá-lo “de buscar dele todos os prazeres que nos oferece” os leitores contemporâneos andavam “à cata das borboletas que a França produz em uma estação

⁸⁷¹ Fernando Catroga. Cientismo, política e anticlericalismo In: Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.). *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v. V, p. 511-514. Sobre a imagem literária e ideológica de Camões ver Eduardo Lourenço. *Op. cit.*, p. 121-122.

⁸⁷² Raoul Girardet. *Mitos e mitologias políticas*. [Trad. Maria Lúcia Machado]. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 105.

⁸⁷³ *Revista Ilustrada*. Ano 5, n° 212, 19.6.1880.

⁸⁷⁴ Joaquim Nabuco. *Camões: discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura*. Fac-símile da edição de 1880 impressa no Rio de Janeiro por G. Leuzinger & Filhos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980, p. 8. Nuno Simões. *Actualidade e permanência do luso-brasilismo. (Conferências e Discursos)*. 1945-1955. Lisboa: Edição do Autor, 1960, p. 26. Wilson Martins. *História da Inteligência Brasileira*, v. IV (1877-1896). 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 68-70.

para morrerem na outra”.⁸⁷⁵ A formação, índole e sociabilidade de Joaquim Nabuco, como outros da elite da época, era mais inglesa e francesa que brasileira. Da literatura portuguesa, conforme José Veríssimo, Camões foi “a figura que melhor conheceu, quem sabe se não a única que conheceu”. Ainda segundo Veríssimo, muito embora mantivesse sua admiração por Camões, Nabuco, ao fim de sua vida acabou, por desdenhar sua obra *Camões e os Lusíadas*.

Nesse livro, do qual ultimamente desdenhava, havia, com a marca indelével de quem o escreveu, vistas certas e originais da nossa literatura. Era mesmo para o tempo, falha a sua erudição camoniana, e sua crítica, e ele próprio o reconhece, demasiado objetiva e ainda muito escolástica atenuavam-lhe os defeitos essenciais o belo dizer e os rasgos de talento que foram sempre, em todos os assuntos, apanágio seu.⁸⁷⁶

Além da obra, Nabuco ambicionava a resgatar o homem: “Não é só, porém, o poeta que se deve conhecer, é também o homem.”⁸⁷⁷ Esses objetivos de homenagem e redescoberta testemunharam a dinâmica das comemorações que ocorriam na Europa e como esse fenômeno foi percebido e apropriado no Brasil, conforme confessou o autor no prefácio:

Há outra razão, porém, para publicar meu livro este ano. Em 1859, em 1864 e em 1865, a Alemanha, a Inglaterra e a Itália celebraram com festas nacionais os centenários de Schiller, de Shakespeare e de Dante. Publicando hoje estas notas, não faço mais do que fizeram os homens de coração desses três países, quando deixando os campos, vinham às cidades descobrir de flores as estátuas dos poetas. Eu pago o tributo de uma admiração sempre crescente à Luiz de Camões no terceiro centenário de seu poema.⁸⁷⁸

Na conferência de 1880, depois de lembrar o caráter universal de Camões e de sua obra, frisando que todos – brasileiros, portugueses e estrangeiros – tinham o direito de abrigar-se sob o manto do poeta,⁸⁷⁹ Nabuco situou o lugar privilegiado do Brasil na comemoração, em verdade ao lado de Portugal. Isso porque o Brasil e *Os Lusíadas* constituíam as duas maiores obras de Portugal. O Brasil fora colônia portuguesa, emancipara-se, mas permanecia a segunda pátria dos portugueses.

Os brasileiros não são estrangeiros na festa camoneana, pois foi colonizado por portugueses, é a 2ª pátria dos portugueses. Quanto ao Poema, deixai-me dizê-lo, ele nos pertence também um pouco (...) Qual é a idéia dos Lusíadas, se eles não são o poema das

⁸⁷⁵ Joaquim Nabuco. *Camões e os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1872, p. 8.

⁸⁷⁶ José Veríssimo. *História da Literatura Brasileira*. 7ª ed. Topbooks: Rio de Janeiro, 1998, p. 376-377.

⁸⁷⁷ Joaquim Nabuco. *Op.cit.*, p. 8-9.

⁸⁷⁸ Id. *Ibid.*, p. 16-17.

⁸⁷⁹ Joaquim Nabuco. *Camões: discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura*, p. 8.

descobertas marítimas e da expansão territorial da raça portuguesa? Mas o descobrimento do Brasil não será uma parte integrante desse conjunto histórico? (...) o Brasil e os Lusíadas são as duas maiores obras de Portugal.⁸⁸⁰

A comemoração do IV Centenário da viagem de Vasco da Gama, o “Centenário indiano”, teve mais repercussão no interior da comunidade portuguesa, muito embora as autoridades brasileiras, em maior ou menor grau, se agregassem à comemoração. No Pará, o Grêmio Literário e Comercial de Belém conseguiu mobilizar a colônia e o poder público. O governo estadual decretou feriado nas repartições públicas (20 de maio) e a municipalidade de Belém, nos dias 19 e 20 de maio. Os feriados eram justificados, pois atendiam “à importância histórica do descobrimento do caminho marítimo para a Índia” e também considerava “as relações de íntima cordialidade que ligam Brasil e Portugal”.⁸⁸¹ Fran Paxeco descreveu as comemorações em Belém do seguinte modo:

Desde a véspera, lidiava-se com afã na ornamentação das ruas, feita pelos caixeiros e operários portugueses. Belém amanhecia nublosa. Mas os ribombos dos morteiros e as girândolas de foguetes clareavam-na, despertando-a. (...) As casas particulares ostentavam graciosos enfeites (...) A satisfação denunciava-se, unânime, nas fisionomias.⁸⁸²

Aparentemente, o êxito das comemorações do “Centenário indiano” no Pará esteve relacionado aos vínculos que Fran Paxeco mantinha com Luciano Cordeiro, secretário-perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa e do qual recebera uma carta, em maio de 1897, “donde irradiavam as instruções, concitando-o a ocupar-se dos festejos rememorativos”.⁸⁸³ Desde a fundação, em 1876, a Sociedade de Geografia de Lisboa exercia um importante papel na mobilização e organização das comemorações em Portugal no último quartel do século XIX e continuaria a desempenhá-lo nas primeiras décadas do século XX. Como o núcleo forte da defesa dos interesses coloniais de Portugal e em razão do aguçamento da questão colonial na África meridional, a Sociedade de Geografia de Lisboa empenhou-se no êxito da comemoração do Centenário da Índia. A sensibilização do Brasil para as comemorações tinha forte motivação simbólica presente em outras comemorações semelhantes posteriores: o Brasil era o desmentido empírico das críticas que procuravam negar a missão civilizatória do colonialismo português.⁸⁸⁴

Após a comemoração da viagem de Vasco da Gama (1898), o IV Centenário do Descobrimento do Brasil teve repercussão modesta em Portugal. Para isso, segundo Maria Isabel João, contribuíram dificuldades políticas e financeiras além da relação conflituosa entre a Sociedade de Geografia de Lisboa e as autoridades governamentais, quando da

⁸⁸⁰ Joaquim Nabuco. *Camões e os Lusíadas*, p. 9-10.

⁸⁸¹ Fran Paxeco. *O Pará e a colônia portuguesa*. Belém do Pará: Tip. da Livraria Gillet, 1920, p. 22.

⁸⁸² Fran Paxeco. *Op. cit.*, p. 22.

⁸⁸³ Id. *Ibid.*, p.19-20. A comemoração de 1898 ensejou o recolhimento de fundos para a compra de um navio para a marinha de guerra de Portugal. Ver o capítulo I, p. 37.

⁸⁸⁴ Cf. Fernando Catroga. *Ritualizações da história*. In: Luis Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga. *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*. v. II, Lisboa: Sociedade Industrial e Gráfica, 1998, p. 241.

comemoração da viagem de Vasco da Gama.⁸⁸⁵ Não obstante esses empecilhos, a comemoração do descobrimento reforçou a dimensão mágica do Brasil no imaginário português.

O Brasil não existia antes do descobrimento, nem ficou existindo pela realização deste. O Brasil, imediatamente à empresa de Álvares Cabral, ficou sendo apenas uma designação, um nome, de uma paragem transoceânica, daí em diante marcada nas cartas. (...) O Brasil que descobrimos não é, pois, na realidade das coisas, o Brasil pelo qual nos glorificamos. Este é outro Brasil, muito diverso: é o Brasil que nós criamos, que nós fizemos.⁸⁸⁶

A ênfase da comemoração do Descobrimento recaía na glorificação da colonização portuguesa que transformara o Brasil de simples localização cartográfica e geográfica, imersa no ambiente da natureza, numa realidade histórica, construída pelo homem com todos os elementos típicos da civilização: a língua, o meio urbano, as instituições políticas e sociais. Esta perspectiva encontrava-se presente de forma vigorosa no discurso do luso-brasileirismo e fundamentou a composição da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

No Brasil, a celebração do Descobrimento propiciou terreno para a exaltação da nação e da república em que pese as injunções de ordem financeira causadas pela rígida política orçamentária e fiscal do governo Campos Sales. A edição do *Livro do Centenário do Descobrimento* e a inauguração do monumento em homenagem a Pedro Álvares Cabral marcaram as festividades na capital.⁸⁸⁷ No meio da colônia portuguesa, o centenário do Descobrimento foi comemorado de forma tímida. Segundo Fran Paxeco, em Belém, após a comemoração de 1898, a colônia portuguesa do Pará reingressou em uma fase de apatia, com uma “indiferença gélida” perante as festas centenárias do descobrimento do Brasil em 1900. Na comissão organizadora das celebrações, não havia sequer representação de portugueses seja como indivíduo ou preposto de alguma associação.⁸⁸⁸

O *Livro do Centenário do Descobrimento* reuniu contribuições de um grupo significativo de intelectuais: Capistrano de Abreu, Pe. Julio Maria, José Carlos Rodrigues, Sílvio Romero, José Veríssimo, Coelho Neto, Paulo de Frontin, Clóvis Bevilacqua, entre outros. Eles abordaram um amplo espectro de atividades, desde as realizações intelectuais até as realizações materiais (história, religião, literatura, artes plásticas, engenharia, economia) de modo a retratar e afirmar a inserção do Brasil republicano na civilização branca e europeia na passagem para o século XX. Esse olhar sobre o passado e o presente da nação, e seu

⁸⁸⁵ Maria Isabel João. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002, p. 71-72.

⁸⁸⁶ *Comercio do Porto*, 8.5.1900 apud Maria Isabel João. Percursos da memória: centenários portugueses no século XIX. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas* (8). Lisboa: Instituto Camões, Jan.Mar.2000. [Versão online. Acesso em 15.2.2007]

⁸⁸⁷ Sobre as comemorações do Descobrimento, no Brasil ver Lucia Lippi de Oliveira. *Op. cit.*, p. 187-191.

⁸⁸⁸ Fran Paxeco. *Op. cit.*, p. 26.

desdobramento no futuro, era indissociável da herança portuguesa, sempre evocada como matriz da inserção do Brasil na civilização.

As comemorações de Camões, de Vasco da Gama e do Descobrimento do Brasil associavam, portanto, as nacionalidades lusa e brasileira. Como ramo mais novo, a nacionalidade brasileira vicejava na América de forma distinta, singular e até conflituosa com a herança lusa sem, contudo, perder os laços de comunhão com Portugal. Nesse sentido, emergia a concepção do Brasil como prolongamento de Portugal – o “Portugal Maior”. Essa imagem estendia a Idade de Ouro portuguesa para o contemporâneo e justificava novas pretensões imperiais, desta vez, em razão de formar um terceiro império na África, onde os “lusíadas”, após a redescoberta da grandeza do passado, criariam “novos Brasis”.

O imaginário de uma nova Idade de Ouro alicerçada numa memória histórica eivada de tradição colonialista e imperial e, na qual, o Brasil espelhava a grandeza passada, foi compartilhado por largos estratos da sociedade portuguesa até meados do século XX. No Brasil, a data de 3 de maio constava como feriado desde 1890 quando o governo provisório da república organizou o calendário das festas nacionais.⁸⁸⁹ Medida semelhante foi tomada pelo governo republicano português, em outubro de 1910. A inclusão do 3 de Maio no calendário dos feriados portugueses teve a guiá-la, como observa João, fortes motivações de política externa e interna.

Era a forma de incluir uma data ligada à epopéia dos descobrimentos que somente tinha sido evocada até ao momento em esporádicos centenários. A escolha do Brasil não era fortuita: a importância da comunidade portuguesa ali radicada por causa da emigração e a preocupação de estreitar relações econômicas e políticas com o gigante da América Latina, o sonho acalentado por alguns de formar uma grande aliança atlântica que unisse Portugal e Brasil aliavam-se ao fato deste país ser sempre apresentado como o exemplo da capacidade dos portugueses como colonizadores. Desde Sá da Bandeira que se sonhava com a criação de novos ‘brasis em África’.⁸⁹⁰

As instituições fundadas e mantidas pela colônia portuguesa desempenhavam um papel de relevo nas comemorações que entrelaçavam os dois países. Os gabinetes literários eram os lugares por excelência para o ritual exigido para as grandes homenagens que reuniam a elite da colônia, as elites intelectuais e políticas brasileiras e os agentes diplomáticos portugueses. O Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, o principal centro do intercâmbio cultural luso-brasileiro, foi o centro de inúmeros eventos desde conferências e homenagens, como a prestada a Camões em 1880, até o apoio cultural e econômico – por

⁸⁸⁹ Lúcia Lippi de Oliveira. As festas que a república manda guardar. *Estudos Históricos* (4). Rio de Janeiro, 1989, p. 182.

⁸⁹⁰ Maria Isabel João. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, p. 77.

meio do patrocínio das elites das colônias – de publicações comemorativas como a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

Outra forma de inclusão e projeção social das elites da colônia portuguesa nas comemorações luso-brasileiras foi o patrocínio de álbuns e livros que retratassem a posição econômica e social atingida por esses grupos no Brasil e a manutenção dos laços identitários com Portugal, como o *Livro de Ouro Comemorativo da Visita de Sua Majestade El Rei D. Carlos I aos Estados Unidos do Brazil e da Abertura dos Portos ao Commercio Mundial*⁸⁹¹, um belo e estranho livro no entendimento de Arnaldo Saraiva.⁸⁹²

De fato, a comemoração da Abertura dos Portos motivou uma grande mobilização da colônia portuguesa no momento do anúncio da visita do soberano português D. Carlos I ao Brasil para participar do evento. A presença do rei nas comemorações teria sido concebida por Camelo Lampreia, ministro de Portugal no Brasil entre 1900-1908, como parte da estratégia política de reforçar as bases sociais e políticas da monarquia e prestigiar a colônia portuguesa no Brasil, tida como monárquica e avessa à campanha republicana.⁸⁹³ Em 1906, com o apoio de João Franco, a visita começou a ser articulada e contou, desde logo, com a simpatia dos comendadores, muitos dos quais beneficiados pelos títulos de nobreza, fartamente distribuídos por D. Carlos I ao longo do seu reinado (1889-1908).

O apoio à monarquia, no entanto, não se restringia à elite da colônia. Uma parcela significativa dos imigrantes mais humildes (caixeiros, artesãos, pequenos comerciantes) ainda simpatizava com o monarca e identificava a monarquia liberal constitucional como parte das características da nação portuguesa. Depois de referir-se às grandes homenagens projetadas pela colônia em homenagem ao rei por ocasião da Exposição Nacional de 1908 no Rio de Janeiro, Aníbal Mano assinala uma percepção pró-monárquica da comunidade lusa. O regicídio “Foi um grande desgosto para toda a Colônia portuguesa. Quando chegou a triste notícia, todos os portugueses se vestiram de luto e a comoção foi tão grande que era raro quando se encontravam uns com os outros que não vertesse lágrimas”.⁸⁹⁴

⁸⁹¹ *Homenagem ao Brasil e Portugal. Livro de Ouro Comemorativo da Visita de Sua Majestade El Rei D. Carlos I aos Estados Unidos do Brazil e da Abertura dos Portos ao Commercio Mundial*. Lisboa: Escola Typographica das Oficinas de S. José, 1908. Foram impressos 1050 exemplares e provavelmente a edição foi financiada pelos comendadores retratados no volume.

⁸⁹² Arnaldo Saraiva. *Modernismo brasileiro e Modernismo português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 24.

⁸⁹³ José Calvet de Magalhães. As relações Brasil-Portugal de 1895-1953. In: Amado Cervo e José Calvet de Magalhães. *Depois das caravelas. As Relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. p. 261-263. Nuno Simões. *Op. cit.*, p. 29.

⁸⁹⁴ Aníbal Mano. *Memórias de um rapaz que embarcou para o Rio de Janeiro no ano de 1903 com doze anos*. Lisboa: s/ed.1961, p. 17.

O assassinato do rei e do príncipe herdeiro Luís Filipe em 1º de fevereiro de 1908 golpeou a monarquia e abortou as homenagens organizadas pela colônia portuguesa no Rio de Janeiro. O conteúdo do livro comemorativo da Abertura dos Portos sublinhou, porém, o objetivo da malograda visita real ao destacar os três séculos da colonização portuguesa como matriz para a construção da nação brasileira.⁸⁹⁵ A contribuição lusitana se fazia muito além da época colonial. Ela envolvia tanto o engrandecimento material incentivado pelo trabalho do imigrante, representado pelos comendadores, retratados no Livro de Ouro quanto as instituições culturais e filantrópicas por eles criadas e mantidas e que demonstravam compromisso com o Brasil.⁸⁹⁶

As festas cívicas, os monumentos, as obras literárias e históricas e os álbuns de homenagem manifestavam a proximidade entre Brasil e Portugal, apelando para as concepções de fraternidade ou paternidade para descrevê-las como uma relação especial. Naquele contexto, avolumava-se, nas primeiras décadas do século XX, uma literatura voltada para o enaltecimento desta relação especial com ênfase na valorização da colonização portuguesa como raiz da sociedade brasileira. Assim, a edição da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (doravante abreviada para *HCP*) pensada como contribuição da colônia portuguesa às comemorações do Centenário da Independência em 1922 situou-se como obra emblemática do ^{discurso da aproximação luso-brasileira.}

De um lado, a *HCP* foi parte de um determinado contexto político-cultural, marcado pela ênfase no discurso sobre a nação e a nacionalidade e, de outro, ela ia ao encontro de um aspecto particular desse contexto que era a inserção de uma determinada memória do luso-brasileirismo (imaginário, percepções e sensibilidades) na historiografia brasileira, cuja preservação estava associada aos interesses das elites econômicas e intelectuais da colônia portuguesa.

Esta dupla situação, identidade nacional e memória específica de um grupo social, que delimitava e auxiliava a compreensão da edição e a leitura da *HCP*, era inseparável da identificação das referências políticas e culturais vigentes nas sociedades brasileira e portuguesa naquilo que possuíam de especificidades e semelhanças.

2. O contexto político e cultural

⁸⁹⁵ *Homenagem ao Brasil e Portugal. Livro de Ouro Comemorativo...*, p. VII-XXXIX.

⁸⁹⁶ *Ibid.*, p. 283-289.

A comemoração do Centenário da Independência em 1922 foi um momento chave para explicitação das visões conflitantes da herança portuguesa no Brasil e sua imbricação com a discussão da identidade nacional. O Centenário mobilizou as elites brasileiras no sentido de comemorar a fundação do Estado-nação. Se o reconhecimento do Estado como realidade histórica e política era unânime, o mesmo, porém, não se podia afirmar sobre a segunda metade, a nação. A nacionalidade permanecia um vasto campo de digressões e especulações de cunho filosófico, literário e político, no qual se alimentavam a cultura política, os mitos políticos e a literatura. Assim, no início da década de 20, as manifestações de grupos nacionalistas e o movimento modernista na literatura e nas artes sinalizavam a questão nacional como foco central da vida intelectual e política.⁸⁹⁷

Em São Paulo, com o objetivo de comemorar o centenário era lançada a idéia de se construir um monumento de exaltação aos bandeirantes. O projetado monumento logo se tornou objeto de polêmica na qual se mesclaram arte e política. Inicialmente, a concepção de Victor Brecheret para o monumento, de estética identificada ao Modernismo, foi a preferida dos patrocinadores e defendida pelo grupo modernista paulista. O projeto de Brecheret, contudo, começou a malograr quando a colônia portuguesa de São Paulo decidiu ofertar um monumento comemorativo do centenário, com o mesmo tema a ser executado pelo escultor português Teixeira Lopes. A defesa da concepção de Brecheret tornou-se o cavalo de batalha da nacionalização da arte pregada por Hélio (Menotti del Picchia) nas páginas do *Correio Paulistano*. Para Menotti del Picchia, “o monumento brasileiro deve ser integralmente brasileiro, quer na sua forma global, quer na sua minúcia ornamental”. Denunciava o “extremo de estrangeirismo” dos monumentos “que enfeitavam as nossas praças”. E concluía pela necessidade de se impedir que alma e técnica estranhas “se fixem o bronze que imortalize as glórias da nossa raça”.⁸⁹⁸ O choque entre as duas concepções levou ao adiamento da construção do monumento e demonstrou a exacerbação patriótica que cercou a comemoração do Centenário da Independência com reações de uma fração da elite intelectual, no caso de São Paulo, contra uma intromissão indevida de estrangeiros, os portugueses, identificados, além disso, como adeptos de uma estética tradicional e passadista.

Em razão do motivo da comemoração, porém, não constituiu surpresa a mobilização das elites da comunidade portuguesa instaladas no Brasil,

⁸⁹⁷ Marly Silva da Motta. *A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1992.

⁸⁹⁸ Menotti Del Picchia. Um monumento. *Correio Paulistano*. 29.6.1920 e Monumento das Bandeiras. *Correio Paulistano*. 15.9.1920 apud Mário da Silva Brito. *História do modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, p. 124-125.

especialmente na capital federal, no sentido de afirmar a perenidade dos laços históricos e culturais, que articulados à afetividade faziam de brasileiros e portugueses povos irmãos. No discurso da fraternidade luso-brasileira, essa dupla dimensão – cultural e afetiva – era encarnada na imagem do emigrante português.

Nas comemorações de 1922, a presença portuguesa notabilizou-se por dois fatos de grande repercussão na opinião pública do Brasil e de Portugal. O primeiro foi a travessia aérea do Atlântico Sul (Lisboa-Rio), inaugurada pelos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em março/junho de 1922. A viagem reatualizou a heroicidade das navegações portuguesas no Atlântico e imprimiu uma grandiloquência maior do que a costumeiramente utilizada na época para descrever esse tipo de evento. Assim, o *Correio Paulistano* afirmava que a travessia aérea:

É a melhor e a mais bela saudação ao ano festivo do centenário da nossa Independência. Porque será movendo as asas de aço criadas pelo gênio de um brasileiro que os bravos lusitanos virão, por mar a fora, anunciando pelos rumores das hélices a energia da nossa raça, cujos destinos são grandes na América do Sul. Esperemo-los com simpatia e com orgulho fraterno.⁸⁹⁹

A proeza de Gago Coutinho e Sacadura Cabral indicava, de uma forma que superava a retórica, a ressurreição da grandeza do passado lusitano e modernizava a epopéia dos descobrimentos.

O velho Portugal heróico ressurge na grandeza do seu passado de epopéia pelo arrojo e pela audácia dos seus galhardos filhos. O gênio da raça, que dormitou secularmente, reenceta as façanhas do ciclo homérico dos descobrimentos.⁹⁰⁰

A segunda foi a visita, em setembro de 1922, do presidente da república portuguesa, António José de Almeida. Após inúmeros incidentes de viagem, que fizeram a comitiva portuguesa desembarcar vários dias após o 7 de setembro, o presidente de Portugal proferiu 21 discursos durante sua estadia, nos quais abrilhantou por uma vibrante oratória a idéia de fraternidade luso-brasileira.

Não tenho dúvida em lhes dizer que estou aqui em nome de Portugal, para agradecer aos Brasileiros o favor que eles nos prestaram, a nós, proclamando-se independentes no momento em que o fizeram.

E que seria de nós, Portugueses, que sem podermos, nem devermos conservá-los sob a nossa ação, sob a nossa tutela, tudo teríamos perdido aqui: a hospitalidade para os nossos compatriotas, a manutenção de nossas tradições, a continuação do poder da nossa raça [aplausos] e, mais do que isto, essa língua admirável que falamos?

(...) a Independência do Brasil vem muito de longe, vem dos tempos antigos, vem quase do dia da descoberta. (...)

⁸⁹⁹ *Correio Paulistano*, 31.3.1922 apud Portugal – Brasil. *A hora gloriosa da raça. A travessia aérea do Atlântico. A visita de S. Excia. O snr Presidente da República Portuguesa. O raid New York – Rio, 1922.* (2ª edição), p. VII.

⁹⁰⁰ *Correio Paulistano*, 2.4.1922 apud Portugal – Brasil, p. VII.

A razão não seria fazer daqui uma colônia que enriquecesse Portugal. Nunca isto esteve, aliás, no intuito dos Portugueses. A razão era desvendar, aqui um mundo, que, mais tarde, havia de ser aquilo que hoje é o Brasil.⁹⁰¹

Os discursos de Almeida incitavam ao nacionalismo luso-brasileiro, expresso na idéia das “Duas Pátrias”, tão cara à colônia portuguesa, e à continuidade na história do Brasil do período colonial ao da independência. A terra brasileira simbolizava tanto a “glória dos portugueses que a inventaram” quanto dos brasileiros “que a cultivam e que a engrandecem”.⁹⁰² A maratona oratória de Almeida, porém, não produziu efeitos práticos no plano econômico e político, limitando-se a reforçar como política de estado a imagem de fraternidade entre Brasil e Portugal.

Naquele momento, contudo, os acontecimentos mencionados tiveram bastante repercussão nos meios políticos e culturais e propiciaram efusivas manifestações de simpatia na imprensa. Manifestações que não eram unânimes, como indicaram as invectivas antilusitanas de um Antonio Torres, criticando a viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral e seu tratamento pela imprensa.⁹⁰³ Em Portugal, Manoel Múrias, secretário da revista *Nação Portuguesa*, considerava vexaminosa a representação oficial nas cerimônias do Centenário em razão do atraso da chegada da comitiva e dos problemas que cercaram a construção do pavilhão português na Exposição.⁹⁰⁴ De modo geral, porém, o centenário de 1922 parecia confirmar o otimismo dos lusófilos brasileiros e dos brasilófilos portugueses quanto a uma maior “aproximação” entre Brasil e Portugal.

Fernando Catroga observou que a comemoração do Centenário da Independência do Brasil em Portugal caracterizou-se pela reduzida expressão historiográfica e esta timidez era habitual nas comemorações do Estado português.⁹⁰⁵ A edição da *HCP*, nesse sentido, foi uma excepcionalidade, mas tratava-se de um empreendimento privado, patrocinado pela elite da colônia portuguesa com o intuito de fortalecer a “aproximação” luso-brasileira. A participação do Estado português limitou-se ao reconhecimento da sua “utilidade pública” e a isenção de impostos na compra de papel.⁹⁰⁶

⁹⁰¹ No Congresso Nacional (20 setembro 1922). Os Discursos do Presidente da República Portuguesa. Portugal – Brasil. A hora gloriosa da raça. A travessia aérea do Atlântico. A visita de S. Excia. O snr Presidente da República Portuguesa. O raid New York – Rio, 1922. (2ª edição), p. CXXIV.

⁹⁰² António José de Almeida. Saudação ao Povo, de Portugal e do Brasil, no recinto da Exposição Internacional, no Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1922. *Duas Pátrias. O que foi a visita do Sr. Dr. António José de Almeida ao Brasil*. Lisboa: Sociedade Editora O Mundo, 1923.

⁹⁰³ Antonio Torres. A glorificação de um desastre! *Gil Blas* (175). 16.6.1922.

⁹⁰⁴ Manoel Múrias. “Pão de Guerra”. A representação política nas festas do centenário. *Nação Portuguesa*. 2ª Série. 2º Volume. Lisboa: 1922-1923, p. 179-181.

⁹⁰⁵ Fernando Catroga. Ritualizações da história. *Op. cit.*, p. 247-248.

⁹⁰⁶ *Prospecto de divulgação da História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Rio de Janeiro: s.d. Real Gabinete Português de Leitura (RGPL). Coleção Carlos Malheiro Dias.

Leonardo José Coimbra era Ministro da Instrução Pública, quando foi enviado um voto de louvor, em 11 de maio de 1919, à colônia portuguesa no Brasil e a Malheiro Dias pela iniciativa da publicação da *HCP*.

Tendo a colônia portuguesa no Brasil encarregado o escritor Carlos Malheiro Dias de organizar uma história da descoberta do Brasil e da Colonização Portuguesa no referido país;

Considerando a importância dessa iniciativa, não só no ponto de vista patriótico, mas ainda pelas úteis conseqüências que poderá vir a ter nas relações entre os dois países, a que convêm dar desenvolvimento:

Manda o Governo da República Portuguesa que, pelo Ministério da Instrução Pública, seja mandado dar publico testemunho de louvor à colônia portuguesa no Brasil e ao escritor Carlos Malheiro Dias.

Paços do Governo da República, 11 de Maio de 1919, - O Ministro da Instrução Pública,
Leonardo José Coimbra.⁹⁰⁷

O voto de louvor constituía, desse modo, um reconhecimento oficial à iniciativa da colônia e enfatizava sua importância para as relações interestatais. Somente em 1923, contudo, a Sociedade Editora da História da Colonização Portuguesa do Brasil obteve a isenção das taxas de importação do papel destinado a impressão e a abolição dos direitos de exportação dos livros portugueses.⁹⁰⁸

A coleção da *HCP* compõe um “lugar” onde o Brasil foi celebrado como obra de Portugal. Ao mesmo tempo, é composta uma imagem de valorização do imigrante português na qual o empreendimento colonial foi reatualizado.⁹⁰⁹ Tratava-se, portanto, de um livro-monumento, um lugar funcional de memória⁹¹⁰.

Esta obra monumental, sustentada pelas assinaturas de dezenas de milhares de portugueses de todo o Brasil, com caráter de uma homenagem coletiva, reunirá na sua confecção os grandes vultos das ciências, das letras e das artes, atestará a obra dos antepassados dos brasileiros, patenteando as origens gloriosas da grande nação, e reivindicando a proeminente hierarquia que lhe compete na história entre as nacionalidades americanas. Este monumento literário significará o preito de todos os portugueses à Nação Brasileira, eloqüentemente interpretado pelos mais eminentes representantes da cultura e do talento das duas Nações.⁹¹¹

O elemento privado encarregou-se de propiciar os recursos necessários para a pesquisa, escrita e edição, contratou especialistas, viabilizou o circuito de distribuição, controlou os custos e também agiu no sentido de publicizar a coleção

⁹⁰⁷ *A Independência do Brasil. Como os portugueses comemorarão.* s.d. Extrato de jornal/sem identificação. Folha 16. RGPL. Pacote Malheiro Dias. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁹⁰⁸ Carta de João José da Conceição Camoesas a Malheiro Dias, 20.3.1923. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁹⁰⁹ Jorge Luís dos Santos Alves. Uma Imagem da Imigração Portuguesa filantropia, honestidade e trabalho. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). *Anais da XVIII Reunião*, 1998, p. 315-319.

⁹¹⁰ Pierre Nora. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. *Les Lieux de mémoire*. v. I – *La République*, p. XXXIV-XXXV.

⁹¹¹ *Prospecto de divulgação da História da Colonização Portuguesa do Brasil.* Rio de Janeiro: s.d. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

tanto no aspecto político quanto cultural. Esse caráter privado torna a *HCP* uma manifestação da munificência e poder das elites portuguesas no Brasil, sobretudo, aquelas radicadas no Rio de Janeiro, em geral identificadas com o conservadorismo social e que, via de regra, se apresentavam como o “Portugal verdadeiro” em contraposição à crônica situação de instabilidade política e econômica vivida pela jovem república portuguesa nos anos dez e vinte.

O aspecto pragmático da publicação da *HCP* foi reforçado, considerando-se a política colonialista portuguesa na África, no início da década de 20. Naquele momento, as colônias portuguesas atraíam a cobiça de outras potências coloniais, um problema permanente da política externa portuguesa desde o fim do século XIX, cujos efeitos eram sentidos na política interna e que iria adquirir outra feição após 1945 com a descolonização afro-asiática. O governo português foi acusado de conivência com os maus-tratos infligidos aos indígenas africanos, sobretudo as denúncias de trabalho compulsório.⁹¹² A situação colonial, especialmente a administração de Angola, exerceu uma significativa influência no processo político e contribuiu para a instabilidade da Primeira república portuguesa.⁹¹³

Naquele contexto, a articulação da questão colonial com a idéia de nação aprofundou-se nos meios intelectuais e políticos portugueses. No discurso nacionalista, as colônias foram percebidas como manifestações de um passado de grandeza imperial, mas também constituíam-se como elementos que engrandeciam Portugal no cenário internacional. Elas conferiam à nação portuguesa uma imagem de poder cuja força simbólica se tornava mais incisiva na medida em que escasseavam recursos para a efetivação de algo que era percebido como destino nacional: o Portugal criador de povos e nacionalidades.

Assim, salientar a colonização do Brasil era mostrar o êxito de Portugal como metrópole civilizadora dos trópicos frente a uma realidade associada à barbárie. Uma nação com reduzida população e escassez de recursos econômicos manteve, e ainda poderia manter, o império colonial. Essa justificação do colonialismo português em conexão com o Brasil seria fundamental na construção da imagem da identidade nacional portuguesa como matriz

⁹¹² Os relatórios Phelps-Stokes (1924) e Ross (1925) indicavam a permanência do trabalho forçado nas colônias portuguesas organizado em larga escala pelo Estado. Maria Isabel João. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, p. 88. Omar Ribeiro Thomaz. O Bom Povo Português: antropologia da nação e antropologia do império. In: Benoît L'Estoile, Federico Neiburg e Lygia Sigaud (orgs.). *Antropologia, impérios e estados nacionais*. [Tradução e revisão. Marcela Coelho de Souza]. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fapesp, 2002, p. 102.

⁹¹³ Douglas Wheeler. *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978, p. 242-244. Sobre o uso historicista da questão colonial nas comemorações realizadas durante a Primeira República portuguesa ver Fernando Catroga. *Ritualizações da história*. *Op. cit.*, p. 330 e para o Estado Novo ver Omar Ribeiro Thomaz. *Ecoss do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro UFRJ/Fapesp, 2002.

de nações. O Duplo Centenário e a Exposição Histórica do Mundo Português, em 1940, representaram o esforço de construção simbólica dessa idéia expressa na definição de Salazar do Brasil como a maior realização dos portugueses: “Brasil: glória de sua energia e do seu gênio político”.⁹¹⁴ Essa definição refletia uma multiplicidade de discursos que permeavam concepções ideológicas as mais diversas da política portuguesa da primeira metade do século XX: o liberalismo monárquico, o radicalismo republicano democrata e o conservadorismo social do Estado Novo. O culto da Independência e da Pátria, bem como a defesa das colônias formavam o consenso entre os grupos políticos heterogêneos com a exceção dos internacionalistas.⁹¹⁵ O ideário de continuidade de Portugal no Brasil refletiu-se no discurso de Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição do Mundo Português, por ocasião da inauguração da Exposição, em 23 de junho de 1940:

Brasileiros, este é também o vosso rio, o vosso primeiro rio. Há quatro séculos e meio que ele, através do Atlântico, une, num prolongamento ideal, duas metades da mesma alma lusíada. (...) Areia do Tejo, primeiras terras de Santa Cruz; Terras de Santa Cruz, ultimo olhar de Portugal ao Brasil, no teu peito forte, onde arfa e onde respira a alma inteira dum Império, bate no mesmo ritmo o coração de duas Pátrias. E és tu, que nesta hora mais uma vez, simbolicamente nos une, Tejo dos Navegantes, Tejo da Aventura, Tejo das Despedidas, Tejo dos *Lusíadas*, Tejo do Brasil, pórtico de Portugal sobre o Mundo!⁹¹⁶

Do lado do Brasil, o Estado Novo de Getúlio Vargas também sublinhava a descendência e os vínculos especiais com a “velha e gloriosa nação” nos quais, nas palavras de Lourival Fontes, concorriam “tanto os impulsos do sentimento, como profundas razões políticas ditadas pelo entendimento de vitais interesses mútuos dos dois países”. Quase duas décadas após o Centenário da Independência e da edição da *HCP*, o discurso político oficial contemplava positivamente a idéia de fraternidade e a permanência dos laços luso-brasileiros concertados em 1922:

A Independência não foi um ato violento de separação da velha metrópole. O Brasil emancipou-se, como o jovem que chega à idade adulta e deixa a casa paterna (...) Do período colonial não guardamos nenhuma reminiscência amarga e também Portugal não se despediu da sua antiga colônia americana com outros sentimentos, que não fossem os de um carinho paternal.⁹¹⁷

⁹¹⁴ *Apud* Omar Ribeiro Thomaz. *Op. cit.*, p. 258.

⁹¹⁵ Fernando Catroga. *Ritualizações da história. Op. cit.*, p. 257.

⁹¹⁶ Augusto de Castro. Discurso proferido na inauguração da Exposição, a 23 de junho de 1940. *Mundo Português. Imagens de uma exposição histórica. 1940*. Lisboa: Edições SNI, 1956.

⁹¹⁷ Lourival Fontes. Prólogo. *Brasil 1940. Homenagem a Portugal nas festas comemorativas dos Centenários da sua Fundação e Independência*. Organizado e editado por Mario de Albuquerque Maranhão Pimentel. A publicação foi patrocinada pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro e distribuída à personalidades portuguesas em Lisboa, por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Não há numeração de páginas.

Em 1940, a amizade luso-brasileira enraizava-se em outro fundo ideológico diverso da ordem liberal do início dos anos 1920. Conforme Lourival Fontes, ela incluía-se na “categoria dos sentimentos que sobrevivem a todas as vicissitudes”, pois estavam fundadas nas “forças eternas do sangue e do espírito”. Após vários desencontros e dissonâncias políticas, afirmava Fontes que “o Brasil e Portugal encontram-se hoje em fases análogas de uma esplêndida renovação nacional”.⁹¹⁸ Sob a égide de Vargas e Salazar, a política de “sentimento e coração” achava-se agora revigorada pelo espírito de renovação nacional que orientava ambos os regimes políticos governantes de Brasil e Portugal materializados nos seus líderes:

Tanto o Brasil e Portugal acham-se em fase de renovação e de pujante expansão da sua vida nacional. Em ambos os países, verdadeiros homens de Estado dirigem com firmeza e clarividência essa obra de progresso moral e material. Não é portanto possível encontrar melhor oportunidade para uma aproximação que tanto corresponde às aspirações dos dois povos.⁹¹⁹

Foi naquele contexto de fervor patriótico, nacionalismo e acirramento ideológico que a colônia portuguesa patrocinou, por meio de Sousa Cruz e Malheiro Dias, a edição da *HCP*. Entender esse ambiente auxilia a compreensão das motivações dos seus autores e financiadores assim como a recepção dos leitores.

3. Gênese da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*

3.1 As motivações.

⁹¹⁸ Lourival Fontes. *Op. cit.*

⁹¹⁹ Id. *Ibid.*

Foram múltiplos os interesses e as motivações em torno da edição da *HCP*. Abarcaram desde a dimensão individual – autores, leitores e patrocinadores – até as percepções coletivas de nação e da identidade nacional portuguesa e seus desdobramentos no Brasil.

Em relação a este último aspecto, de um lado, houve a discussão da posição de Portugal e dos portugueses no Brasil, no qual a *HCP* era parte de um projeto de valorização da presença lusa e, de outro, a *HCP* estava vinculada à questão nacional em Portugal durante o período da Primeira República (1910-1926). Assim, os diversos textos que a compuseram, principalmente aqueles escritos por Malheiro Dias, ecoavam os conflitos políticos e ideológicos que dividiam a sociedade portuguesa, notadamente as elites, no primeiro terço do século XX.

Malheiro Dias, por exemplo, exaltou as Grandes Descobertas e intentou explicar o processo de declínio no século XVI, cujo ponto culminante era o desastre de Alcácer Quibir e o desaparecimento de Dom Sebastião, denominado o “capitão de Deus”.⁹²⁰ Conforme assinalado no capítulo anterior, a figura de Dom Sebastião, na enunciação de Malheiro Dias, era a imagem e representação da heroicidade do povo português no passado, mas apontava também para a regeneração do Portugal contemporâneo e sua viabilidade como nação.

O saudosismo e o sebastianismo – a forma peculiar que o messianismo assumiu em Portugal – constituíram características da sociedade portuguesa durante aproximadamente três séculos e afloraram com mais força nos momentos de crise nacional, como no processo de acirramento das clivagens sociais ocorrido durante a Primeira República portuguesa, cujo clímax foi a sucessão de golpes de estado, bem sucedidos ou fracassados, até o movimento militar de 28 de Maio de 1926. Os desdobramentos desses golpes resultaram na inauguração de uma nova ordem política e institucional em Portugal, o Estado Novo.

As motivações e interesses individuais, por sua vez, foram exemplificados pelas performances de Malheiro Dias e Sousa Cruz, nas quais se entrecruzaram as concepções e idéias de nação e de identidade nacional. A análise da superfície

⁹²⁰ Carlos Malheiro Dias. A metrópole e suas conquistas nos reinados de D. João III, D. Sebastião e Cardeal D. Henrique. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. III, p. 43. Para Malheiro Dias o desmedido expansionismo causou o declínio de Portugal, pois dissolveu os valores singulares da nação. O modelo de expansão e dissolução/decadência é o império romano. Ver a Introdução, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. I, p. V-VI.

social,⁹²¹ em que ambos atuaram, mostrou a associação de interesses que possibilitou a edição e as formas de leitura da *HCP*.

No início da década de vinte, Malheiro Dias já era uma figura emblemática nas relações luso-brasileiras com atuação destacada em diversos órgãos de imprensa e nas instituições culturais do Brasil e Portugal. O comprometimento com a defesa da herança portuguesa no Brasil, aliada a participação na vida intelectual e política da época levaram-no a se envolver em inúmeras polêmicas no interior da comunidade imigrante portuguesa quanto em relação aos críticos antilusitanos.⁹²²

A outra figura importante na edição da *HCP*, a ser aqui destacada, foi Albino Sousa Cruz, grande capitalista português radicado na cidade do Rio de Janeiro. As iniciativas de Sousa Cruz, no intuito da consolidação da “comunidade luso-brasileira”, marcaram, durante quatro décadas, as relações entre a colônia portuguesa, o Estado português e o Estado brasileiro.

Albino Sousa Cruz (1874-1966) migrou para o Brasil em 1885. No Rio de Janeiro, empregou-se na fábrica de cigarros de José Francisco Correia (conde de Agrolongo) e ali trabalhou durante 18 anos. Em 1903, fundou a Souza Cruz & Cia. (Companhia Souza Cruz) e, em 1914, associou-se ao capital britânico. Praticamente retirado dos negócios, Sousa Cruz dedicou-se à filantropia e à vida comunitária das associações luso-brasileiras. Foi presidente do Real Gabinete Português de Leitura (1919-1962) e presidente da Federação das Associações Portuguesas no Brasil (1941). A partir da década de 30, após a morte do José Júlio Pereira de Moraes (visconde de Moraes), Sousa Cruz torna-se a principal liderança da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro e no Brasil.

O apoio financeiro de Sousa Cruz a *HCP* tornou-o conhecido como “mecenas da historiografia luso-brasileira” e, certamente, contribuiu para consolidar seu prestígio social não apenas no âmbito da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, mas no conjunto mais amplo de práticas, representações e relações que envolviam a comunidade lusíada ou luso-brasileira.⁹²³ “Do presidente do Gabinete, sr. Albino Souza Cruz”, escrevia Simão de Labreiro nos anos 1930, “se tem dito, com

⁹²¹ Cf. Pierre Bourdieu. A ilusão biográfica. In: Marieta Ferreira de Moraes e Janaína Amado (coord.). *Usos e abusos da História Oral*. [Trad. Luiz Alberto Monjardim, Maria Lucia Magalhães e Maria Izabel Almeida]. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

⁹²² Para a biografia de Malheiro Dias ver o capítulo III: A trajetória de Carlos Malheiro Dias (1875-1941): um escritor luso-brasileiro.

⁹²³ Líder da Comunidade Lusíada pranteado nas Duas Pátrias. *O Mundo Português* (743), 13.2.1966, p. 2.

verdade, que representa o ressurgimento intelectual da nossa colônia (...) dedica o seu tempo e a sua fortuna às coisas do espírito”.⁹²⁴ Humberto Taborda louvava suas qualidades. “Modesto por índole, simples por condição, bondoso pelo caráter e afável pelo temperamento”, Sousa Cruz tinha a bolsa “generosamente aberta para todas as obras sãs e meritórias”.⁹²⁵

Damião Peres, biógrafo de Sousa Cruz, destacou a importância que o empresário-mecenas dava à educação e à cultura para explicar as motivações que o moveram na edição da *HCP* e de outras iniciativas por ele estimuladas. Segundo Peres, desde a infância, Sousa Cruz demonstrara grande apreço pelas letras. Sem recursos para prosseguir a educação formal e, atraído pela “miragem do Brasil”, Sousa Cruz tornou-se um autodidata muito interessado na promoção das relações luso-brasileiras. Bastante significativo é que Peres identifique este período da vida de Sousa Cruz – os anos da Primeira Guerra Mundial – como os de “ascensão cultural” do biografado e crucial para o seu reconhecimento social e político tanto no Brasil quanto em Portugal.⁹²⁶

Em 1919, Sousa Cruz, tornou-se presidente do Real Gabinete Português de Leitura. Levantou os recursos financeiros e negociou a edição da *HCP*. Tomou parte das articulações para a vinda do Presidente de Portugal, António José de Almeida, às comemorações do Centenário. Desse modo, consolidou uma posição na comunidade luso-brasileira que o identificou como uma liderança e um interlocutor da colônia nas relações Brasil-Portugal.⁹²⁷

A descrição sumária das trajetórias de Malheiro Dias e Sousa Cruz indica o cruzamento de interesses entre as elites econômica e intelectual da colônia portuguesa, que tornaram possível a edição de uma obra dispendiosa tanto financeiramente quanto intelectualmente.

E o futuro coroará de glória esta obra que brilhará perpetuamente abençoada pelas gerações que nos hão de suceder, ficando vinculadas nas suas páginas, como num abraço imperecível, as almas, os corações e as penas mais ilustres de Portugal e do Brasil.⁹²⁸

⁹²⁴ Simão de Laboreiro. *A Obra associativa dos Portugueses do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1939, p. 62.

⁹²⁵ Humberto Taborda. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Primeiro Centenário*. Rio de Janeiro: 1937, p. 171.

⁹²⁶ Damião Peres. *Albino Souza Cruz. Uma vida, uma obra, um exemplo*. Lisboa: Cia. Editora do Minho, 1961, p. 17-23.

⁹²⁷ Damião Peres. *Op. cit.*, passim.

⁹²⁸ Albino Sousa Cruz. Advertência. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. I.

O capital simbólico aplicado na *HCP* foi proporcional à busca de poder, honra e prestígio, inclusive com a ambição de marcar o nome na memória da comunidade luso-brasileira. Assim, ao término da coleção (o volume III começou a ser publicado em 1924), ela foi apresentada como o resultado da conjunção da inteligência e do trabalho pelos impressores, a Companhia Litográfica Nacional. Em primeiro lugar, Malheiro Dias, o capital intelectual: “Porque, científica e literariamente, esta obra magistral é quase exclusivamente de sua traça e delineamento. Ele foi o arquiteto e o obreiro desta prodigiosa construção”. Depois, mas em plano não menos importante, Sousa Cruz, o capital financeiro e dotado do senso prático exigido para a consecução da empreitada.

Caráter, vazado em moldes de uma diretiva moral, rigidamente portuguesa, inteligência lúcida que vê com precisão o que pretende realizar, homem prático que não desconhece os imponderáveis morais que acionam a vida dos indivíduos, votou-se com a maior dedicação à penosa tarefa que, com a maior espontaneidade, aceitou, e ei-lo que não vacila, para que ela possa integral e definitivamente realizar-se.⁹²⁹

Ambos, o intelectual e o capitalista se distinguiram pelo patriotismo, o espírito de abnegação e iniciativa que juntamente com os “copiosos recursos da Colônia Portuguesa do Brasil” tornaram possível a *HCP*.⁹³⁰

3.2 Edição, publicação e financiamento

A idéia da *HCP* foi lançada em Belém do Pará, em junho de 1918, pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Pará e associada desde o seu início com a comemoração do primeiro Centenário da Independência. Nas palavras de José Augusto de Magalhães, presidente da Câmara de Comércio e Indústria do Pará, “ocorreu-nos a idéia de comemorarmos tão auspicioso fato, com a publicação de um livro nos moldes do que foi editado em 1913, sob o título *Impressões do Brasil no século vinte*, – no qual se estude a obra dos portugueses no Brasil.” Esse fim utilitarista, exaltar “a obra dos portugueses”, constava como:

uma resposta permanente às amiúdas injustiças com que nos julgam os desconhecedores da história a sua pátria, recusando-nos o apreço a que temos direito, pela colaboração intensa e leal com que, através dos séculos, temos

⁹²⁹ Homenagem da Litografia Nacional. *Op. cit.* v. III.

⁹³⁰ *Ibid.*

concorrido ininterruptamente, para a prosperidade e desenvolvimento do Brasil.⁹³¹

Naquela época, Belém era um dos principais centros da emigração portuguesa no Brasil, porém, a pesquisa e as despesas necessárias para a consecução do projeto estavam muito além dos recursos disponíveis na comunidade.

A idéia da comemoração foi lançada o ano transato na Câmara de Comércio do Pará, pelo distinto clínico lusitano, residente naquela cidade, o sr. dr. J.A de Magalhães. Estavam presentes à reunião os srs. A. Cardoso Penedo, Henrique E.N. Santos, A. Lopes Cabrita etc. e logo foi resolvido que tal comemoração constasse da publicação duma obra em que ficasse evidenciado o esforço lusitano empregado no Brasil desde o seu descobrimento até a presente data. Como tal obra, pela grandeza, necessitava o auxílio da colônia residente em todo o Brasil, esse auxílio foi solicitado às mais importantes agremiações lusas dos Estados, que na sua maioria prontificaram-se a fazer parte da Comissão.

Para o Rio de Janeiro foi nomeado o distinto comerciante e industrial Henrique Eduardo Nunes dos Santos que pela sua inteligência e operosidade conseguiu que a tal ‘desideratum’ se agregassem os mais importantes membros da colônia desta capital, como o sr. Albino Sousa Cruz e outros.⁹³²

Em 5 de agosto de 1918, José Augusto de Magalhães telegrafava a Malheiro Dias, convidando-o para organizar o trabalho em razão do seu prestígio como escritor e jornalista.⁹³³ Os procedimentos para a viabilidade da edição, contudo, só foram iniciados com o término da Primeira Guerra Mundial.

Inicialmente a homenagem foi pensada como a elaboração de um almanaque ou livro comemorativo, uma forma bastante usual de publicação na época, com ênfase na iconografia (ilustrações, gravuras) e na exaltação da imigração portuguesa. No entanto, no Rio de Janeiro, a Comissão Pró-Pátria incumbiu um grupo de escritores e jornalistas portugueses formado, além de Malheiro Dias, por João Lage, Alexandre de Albuquerque e Antônio Claro, de analisar a viabilidade da proposta. Malheiro Dias concebeu, então, o projeto de uma publicação mais ambiciosa, dedicada a exaltar as realizações dos portugueses no Brasil de forma semelhante à *Raccolta Colombiana*, patrocinada pelo governo italiano para a celebração, em 1892, do IV Centenário do Descobrimento da América. Apesar do entusiasmo, Malheiro Dias não teria vislumbrado a forma de executar a tarefa e foi o primeiro, segundo Jaime Cortesão, a duvidar de sua realização. Nessa situação de incerteza, Sousa Cruz surgiu

⁹³¹ Circular n° 4, 17.6.1918. Câmara Portuguesa do Comércio e Indústria. *Apud* Fran Paxeco. *O Pará e a colônia portuguesa*. Belém do Pará: Tipografia da Livraria Gillet, 1920, p. 43-44.

⁹³² *A Independência do Brasil. Como os portugueses comemoraram*. s.d. Extrato de jornal/sem identificação. Folha 16. RGPL. Pacote Malheiro Dias. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁹³³ Cf. Circular n° 4, 17.6.1918. *Apud* Fran Paxeco. *Op. cit.*, p. 42-43. Simão de Laboreiro, porém, atribui a Sousa Cruz o convite para Malheiro Dias orientar a HCP. Simão de Laboreiro. *Op. cit.*, p. 62.

como o homem providencial por dispor do capital e do talento empresarial necessários para a materialização do projeto.⁹³⁴

A publicação da coleção exigiu a fundação de uma empresa – Sociedade Editora da História da Colonização Portuguesa do Brasil – e a divisão de tarefas com a formação de uma diretoria composta por Carlos Malheiro Dias (direção literária), Albino Sousa Cruz (direção financeira), Roque Gameiro (direção artística) e o conselheiro Ernesto de Vasconcellos (direção cartográfica).

De acordo como os editores, a coleção teria uma tiragem prevista de 25.000 exemplares *in-folio*, distribuída em fascículos aos assinantes. Contudo, as vendas teriam se fixado em 20.000 exemplares. Dessa cifra, 14.000 exemplares teriam sido vendidos no Brasil e os demais em Portugal.⁹³⁵ O sistema de venda em fascículos foi idealizado por Sousa Cruz para diminuir os custos de modo que a edição se autofinanciasse. Essa opção não era original e adequava-se ao restrito mercado editorial tanto do Brasil quanto de Portugal, embora os custos de impressão neste último fossem mais baixos.⁹³⁶ A preferência pela impressão na Europa era motivada por fatores econômicos (elevados custos industriais e desvalorização da moeda brasileira) e pela melhor qualidade técnica e estética. Segundo Hallewell, no fim do século XIX, “os trabalhos tipográficos no Rio tornaram-se duas vezes mais caros do que os da Europa: os serviços gráficos com ilustração podiam custar três vezes mais”.⁹³⁷ De fato, a coleção foi impressa em Portugal, na Companhia Litográfica Nacional entre 1921 e 1926.

Cada volume da *HCP* era composto por 14 fascículos vendidos a 5\$000⁹³⁸ a unidade por meio de uma rede de distribuição bastante ampla para época. A subscrição podia realizar-se por meio de listas distribuídas entre as associações e comissões portuguesas na capital federal e nos estados, agentes nomeados e também nas seguintes livrarias: Paulo de

⁹³⁴ Cf. Jaime Cortesão. História de uma história. In: *Souza Cruz. Juízos sobre a sua vida e a sua obra*. Homenagens que lhe foram prestadas em 1 de Setembro de 1944 no Brasil e em Portugal. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, p.64.

⁹³⁵ Cf. Marcelo Caetano. Carlos Malheiro Dias Historiador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (312) Jul-Set. Rio de Janeiro: 1976, p. 272. A. Pinto da Rocha. Centenário da Independência. Um monumento. *Correio do Sul*. Bagé. 24.1.1920, p. 1 apud *Prospecto Documentário*. Rio de Janeiro: História da Colonização Portuguesa, Ltda, 1920, p. 35.

⁹³⁶ A indústria editorial portuguesa no início do século XX é descrita da seguinte forma por Rui Ramos: “O livro caro vendia-se melhor do que o livro mais barato. Edições de luxo, geralmente vendidas em fascículos a assinantes, podiam contar com compradores certos. Esta estrutura manter-se-ia nas décadas seguintes.” Rui Ramos. *História de Portugal. A Segunda Fundação (1890-1926)*. In: José Mattoso (dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, v. VI, p. 47.

⁹³⁷ Laurence Hallewell. *O Livro no Brasil: Sua história*. [Trad. de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza]. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo (Edusp), 2005, p. 201.

⁹³⁸ Na mesma época o número avulso da *Revista da Semana* era vendido a \$500 e assinatura anual custava 18\$000. Folheto de propaganda *A Revista da Semana*. Pelotas e Rio Grande: Livraria Universal (Etchenique & Cia.), s.d. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

Azevedo & Cia/Livraria Alves (Rio de Janeiro), Paulo de Azevedo & Cia/Livraria Alves Filial (São Paulo), Paulo de Azevedo & Cia/Livraria Alves (Belo Horizonte), Cesar Cavalcante (Manaus), Ramos d’Almeida & Cia (São Luís), Luiz Severiano Ribeiro (Fortaleza), Fortunato Aranha (Natal), Paula & Andrade (Paraíba), Waldomiro de Oliveira (Maceió), Ramiro M. Costa & Filhos (Recife), Matos Filho & Cia (Aracaju), Romualdo dos Santos (Salvador), Paschoal Simone & Cia (Curitiba), Paschoal Simone & Cia (Florianópolis), Barcellos, Bertaso & Cia (Porto Alegre) e Echenique & Cia (Pelotas).⁹³⁹

Folhetos e prospectos de divulgação foram distribuídos no Brasil e Portugal com o propósito de angariar assinaturas. Um veículo extremamente importante foi a imprensa na qual eram comentadas as possibilidades do empreendimento e sua importância para o conhecimento histórico. O poeta e diplomata Raul de Leoni (1895-1926), numa apreciação publicada no *Jornal do Commercio*, considerava a lista de autores da *HCP*, encabeçada por Malheiro Dias, “a melhor seleção da cultura portuguesa no assunto”. Augurava Leoni que as contribuições das “figuras centrais da moderna ciência histórica d’além-mar” seriam assimiladas àquelas trazidas por Porto Seguro, Rocha Pombo e Capistrano de Abreu.⁹⁴⁰ No entendimento do professor Pinto da Rocha, tratava-se de um trabalho imenso e notável erguido em grandeza das duas pátrias e das duas repúblicas irmãs. Após a leitura das quase 400 folhas datilografadas da introdução do primeiro volume escrito por Malheiro Dias, afirmava Pinto da Rocha serem elas:

um acervo enorme de riqueza acumulada por um beneditino inspirado em puro patriotismo e em largo sentimento de amizade ao Brasil.

Não sei que mais admirar nessa obra: se a paciência do investigador, se a erudição do escritor, se a isenção de ânimo do historiador, se a linguagem do vernaculista, se o estilo do artista, se o patriotismo do português, se a lealdade do amigo dos brasileiros, se a convicção do cronista, se o esforço do trabalhador infatigável.⁹⁴¹

⁹³⁹ *Prospecto de divulgação da História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Rio de Janeiro: s.d. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁹⁴⁰ Raul de Leoni. Portugal e Brasil. Uma homenagem que é um benefício. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. 1.12.1919, p. 1 apud *Prospecto Documentário*, p. 31.

⁹⁴¹ A. Pinto da Rocha. Centenário da Independência. Um monumento apud *Op. cit.*, p. 37. Pinto da Rocha era professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e um dos principais incentivadores da confederação luso-brasileira.

Os recursos financeiros⁹⁴² exigidos para a edição da *HCP* eram significativos e, considerando o interesse de difundi-la ao público e a ausência dos fundos públicos, o seu custo teve de ser bancado pelo mecenato. Cabe observar que o pós-guerra foi marcado pela reconversão econômica dos países beligerantes e pela inflação. Os custos dos insumos industriais, como o papel, tiveram expressivas oscilações de preço o que encareceu a impressão da coleção e contribuiu para a situação deficitária da empresa e, conseqüentemente, para a interrupção do projeto original (cinco volumes). No Brasil, a conjuntura externa também agravou as dificuldades enfrentadas pela indústria editorial. Desde 1912, a impressão de livros no país estava bastante onerada com a elevação do imposto sobre a importação de papel.⁹⁴³ O déficit da editora alcançou 600 contos na época de lançamento do terceiro volume e Sousa Cruz decidiu suspender a publicação, quando já tinha consumido perto de oitocentos contos de sua fortuna particular no empreendimento.⁹⁴⁴

O caráter incompleto da obra acabou se tornando uma característica positiva. A coleção foi comparada por Afrânio Peixoto, numa alegoria que reforçava a imagem de monumento e obra de arte, às “Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha – imperfeitas por não concluídas – um monumento, a sinfonia inacabada”.⁹⁴⁵

Apesar dos obstáculos para impressão e do seu caráter incompleto, as vendas da coleção teriam sido excepcionais. De acordo com a editora, quando do lançamento dos fascículos do último volume, existiam poucos exemplares disponíveis do volumes I e II, os quais só poderiam ser adquiridos pelo preço de 80\$000 o volume.⁹⁴⁶ O preço estipulado para os volumes estava além da capacidade financeira dos possíveis interessados que, para obtê-los, acudiam ao editor, Malheiro Dias, em busca de descontos.⁹⁴⁷

Os três volumes da coleção (Os precursores de Cabral, A epopéia dos litorais e A Idade Média Brasileira. 1521-1580) reuniram textos de intelectuais de

⁹⁴² Afrânio Peixoto estimou o custo total dos três volumes em 3.000 contos de réis (brasileiros). Ver Afrânio Peixoto. Souza Cruz. In: *Souza Cruz. Juízos sobre a sua vida e a sua obra*, p. 75-79.

⁹⁴³ Laurence Hallewell. *Op. cit.*, p. 289. Tabela apresentada por Hallewell lista a incidência do custo sobre o papel importado no Brasil. O papel jornal era livre de imposto. A polpa \$ 0,10 por quilo mais 10%, outros papéis para encadernação, \$ 300 por quilo mais 25% e o papel para encadernação \$ 500 o quilo acrescido de 50% de imposto. Id. *Ibid.*, p. 224.

⁹⁴⁴ Simão de Laboreiro. *Op. cit.*, p. 62. Norberto Lopes. *Sarmento Pimentel ou uma geração traída. Diálogos de Norberto Lopes com o autor das “Memórias do Capitão”*. Lisboa: Editorial Áster, 1977, p. 160.

⁹⁴⁵ Afrânio Peixoto. *Op. cit.*, p. 77.

⁹⁴⁶ *Prospecto de divulgação da História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora da História da Colonização Portuguesa do Brasil. 1924. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

⁹⁴⁷ Carta de José Sarmento a Malheiro Dias. 5.4.1924. Sarmento pede a obtenção dos exemplares da *HCP* pelos “preços primitivos”, pois o valor então cobrado era um “preço exorbitante”. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

projeção na cultura portuguesa dos anos vinte. (ver quadro 1). Oliveira Lima foi um solitário autor brasileiro com um texto sobre a capitania de Pernambuco. Entre as ilustrações e documentos transcritos encontravam-se a Carta de Pero Vaz de Caminha, comentada pela filóloga Carolina Michäelis de Vasconcelos, e a representação paleográfica da carta de Dom Manuel I aos Reis Católicos, comunicando os feitos da viagem de Cabral.⁹⁴⁸

Quadro 1: Autores da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*

Autor	Título/Volume
Pedro de Azevedo	Os Primeiros Donatários (III) A Instituição do Governo Geral (III)
António Baião	O Comércio do Pau Brasil (II) A Expedição de Cristóvão Jacques (III)
Agostinho de Campos	Língua e literatura portuguesa (1524-1580) (apêndice/III)
Jaime Cortesão	A Expedição de Cabral (II)
Julio Dantas	A Era Manuelina (I) (1876-1962)
Carlos Malheiro Dias	Introdução (I) A Semana de Vera Cruz (II) A Expedição de 1501 (II) A Expedição de 1503 (II) Introdução (III) A Expedição de Cristóvão Jacques (III) A metrópole e suas conquistas nos reinados de D. João III, D. Sebastião e Cardeal D. Henrique (III) O regímen feudal das donatarías (III)
Jordão de Freitas	A Expedição de Martim Afonso de Sousa (III)
Duarte Leite	Os Falsos Precursores de Álvares Cabral (I) O Mais antigo mapa do Brasil (II) A Exploração do litoral do Brasil na cartografia na primeira década do século XVI (II)
Manuel de Oliveira Lima	A Nova Lusitânia (III)
Henrique Lopes de Mendonça	Do Restelo a Vera Cruz (II)
Paulo Merêa	A solução tradicional da colonização do Brasil (III)
Francisco Maria Esteves Pereira	O Descobrimento do Rio da Prata (II)
Luciano Pereira da Silva	A Arte de Navegar dos Portugueses (I) Duarte Pacheco Pereira. Precursor de Cabral (I)
Carolina Michäelis de Vasconcelos	Carta de Pero Vaz de Caminha (II)

Fonte: *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 3 v. Porto: Sociedade Editora da Historia da Colonização Portuguesa do Brasil 1921-1924.

⁹⁴⁸ As duas cartas encontram-se transcritas e comentadas em Carlos Malheiro Dias. A Semana de Vera Cruz. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. II, p. 85-99 e p. 155-188.

Na concepção de Malheiro Dias, a participação dos autores brasileiros seria maior nos volumes IV e V, que previam a colaboração de Afrânio Peixoto, Celso Vieira, Gustavo Barroso e Osvaldo Orico. Segundo Paço d’Arcos, os volumes finais da coleção abarcariam o período entre a segunda metade do século XVI até o Segundo Reinado, o que transformaria a *HCP* em uma história do Brasil. Assim, o plano dos volumes IV e V apresenta a seguinte relação de autores e temas:

Quadro 2: Plano de autores e temas para os volumes IV e V da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*

<i>Autor</i>	<i>Tema</i>
Aires de Sá Carlos Malheiro Dias	Mem de Sá na política do século XVI
Serafim Leite	A influência dos Jesuítas no Brasil Quinhentista
Afrânio Peixoto	O Padre António Vieira – Vieira Brasileiro
Gustavo Barroso	Invasão holandesa, Companhia das Índias Ocidentais, Conde Maurício de Nassau (1632-1637-1644)
Augusto de Lima Júnior	As guerras nos Palmares (1695)
Visconde de Carnaxide Stefan Zweig Afrânio Peixoto	O Brasil na administração pombalina
Luís Norton de Matos	A Corte de Portugal no Brasil
Celso Vieira	Proclamação do Império (1822), José Bonifácio de Andrade e Silva
Rocha Martins	A Independência do Brasil, Evaristo Ferreira da Veiga, Padre Diogo António Feijó, Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Clemente
Oswaldo Orico	Reinado de Dom Pedro II: desde a unidade nacional até Manuel Luís Osório, Marquês de Herval
Oswaldo Orico	As Letras no século XIX

Fonte: Joaquim Paço d’Arcos. Carlos Malheiro Dias. *Escritor Luso-Brasileiro. Ocidente*, LX (p.274- 277). *IV Colóquio Internacional dos Estudos Luso-Brasileiros*. Salvador: 1959, p. 63, nota 22.

Na introdução do texto manuscrito esboçado para o Congresso Luso-Brasileiro de 1940⁹⁴⁹, Malheiro Dias delineou a organização do volume IV, com modificações em relação àquele descrito por Paço d’Arcos.

Quadro 3: Plano do volume IV da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*

<i>Autor</i>	<i>Capítulo</i>	<i>Título</i>
Aires de Sá Carlos Malheiro Dias	I	O governo de Mem de Sá (expedição de Villegagnon e a França Antártica no Rio

⁹⁴⁹ Carlos Malheiro Dias. *O governo de Mem de Sá, a expedição de Villegagnon e a França Antártica no Rio de Janeiro*. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias. Manuscrito.

		de Janeiro)
Luiz Gonzaga Cabral e Serafim Leite	II	A Companhia de Jesus (influência dos jesuítas na colonização do Brasil: século XVI).
Afrânio Peixoto	III	Os dois governos do Rio de Janeiro e da Bahia
António Baião	IV	A expedição holandesa (comandada pelo Capitão Paus) em 1643/44 – e por Maurício de Nassau
Ernesto Ennes	V	A Guerra dos Palmares
Rocha Martins	VI	O Brasil desde 1640 e a Restauração.

Fonte: História da Colonização Portuguesa do Brasil (continuação do volume IV). Homenagem ao Congresso Luso-Brasileiro de 1940.

Há, ainda, o texto de autoria do padre jesuíta Luiz Gonzaga Cabral, provincial da Companhia de Jesus em Portugal até 1910, publicado em 1925. De acordo com Cabral, o estudo sobre a obra dos jesuítas no primeiro século da colonização portuguesa no Brasil estava planejado para o terceiro volume.⁹⁵⁰ Em razão dos problemas financeiros, enfrentados pela sociedade editora, ou por restrições ao estudo do Pe. Cabral, isto não se concretizou e o autor foi autorizado a publicá-lo em separata. De fato, o texto introdutório visava à defesa da obra dos jesuítas e contestava os seus adversários como o marquês de Pombal.⁹⁵¹ Assim, não era estranha a intenção de enaltecer o papel dos jesuítas no processo de colonização do Brasil.

Neste empreendimento a *Companhia de Jesus* teve o seu quinhão, que o Historiador imparcial, hoje em dia desembaraçado de velhos preconceitos facciosos, reconhece incontestavelmente *grande*.⁹⁵²

O texto referente a Mem de Sá, esboçado por Malheiro Dias, dividia-se em três partes: situava Mem de Sá na política ultramarina portuguesa do século XVI, traçava as motivações da expedição de Villegagnon, relacionando-a ao contexto da divisão religiosa na França entre católicos e huguenotes e, por fim, narrava os embates entre franceses, portugueses e indígenas pela posse da região da Baía da Guanabara. O texto permaneceu inédito, mas o seu teor era semelhante a outros escritos por Malheiro Dias na *HCP*, nos quais sublinhou o caráter heróico da colonização portuguesa. Mem de Sá era apresentado como a personificação da capacidade tanto militar quanto administrativa:

⁹⁵⁰ Luiz Gonzaga Cabral. *Jesuítas no Brasil (século XVI)*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1925, p. 11-12.

⁹⁵¹ Luiz Gonzaga Cabral. *Op. cit.*, p. 17-65. A ordem jesuíta foi expulsa de Portugal após a proclamação da pública.

⁹⁵² Id. *Ibid*, p. 276.

A guerra prosseguia, quase ininterrupta. O Brasil medieval vivia a sua grande hora heróica. Mas não só as espadas trabalhavam. A existência errante de guerreiro não impedia que o governador cuidasse dos negócios do Estado.⁹⁵³

Essas qualidades de homem de estado de unir a espada e a pena foram providenciais para debelar a presença francesa anacronicamente avaliada como risco à unidade do Brasil tanto a territorial quanto a religiosa.

Na hora em que Mem de Sá era nomeado para suceder a D. Duarte da Costa, a unidade do Brasil corria novo e grave perigo. (...)

O estabelecimento dos franceses no Rio de Janeiro, a princípio sob a forma particularista de um empreendimento de caráter calvinista, e depois declaradamente nacional, constitui o mais notável episódio dessa política: posteriormente renovada, depois, na tentativa malograda da conquista do Maranhão. (...)

A questão política era a causa, e a questão religiosa era a pena [sic] conseqüência incidental ou episódica. (...)

A integridade do Brasil não é, pois, obra do acaso, mas a conseqüência de uma hábil e perfeita política, sistematicamente praticada pela sua viúva, a rainha regente.

O proselitismo religioso mascarou o intento de fundar no Brasil uma colônia francesa.⁹⁵⁴

Em suma, a divisão da coleção indicava a intenção de narrar a gênese da nação brasileira, segundo a concepção de que o “nacionalismo tradicional” português repetiu na América o que realizara na Europa.

Na América, os Portugueses aplicaram com máximo potencial de energia o seu nacionalismo, defendendo o território da penetração estrangeira e realizando uma obra imperecivelmente portuguesa. Repetiam no Brasil o que haviam realizado em Portugal e conseguiram por esse *processus* fundar a única grande nacionalidade intertropical de projeção européia.⁹⁵⁵

Nesse sentido, como desdobramento da nacionalidade portuguesa na América, os brasileiros eram portadores de uma herança multissecular e, portanto, componentes de uma linhagem enraizada numa tradição que remontava ao passado medieval da Europa.

O propósito desta obra de exame crítico e análise retrospectiva dos textos históricos não é tanto de engrandecer por narrativa fidedigna e documentada a tarefa ingente dos colonizadores (...) como o de patentear a origem e evolução da nacionalidade brasileira, marcando-lhe a situação que lhe cabe na árvore genealógica dos povos americanos, em sua qualidade de representantes e herdeira de um grande povo criador que preparou o descobrimento da América.⁹⁵⁶

A primeira parte da *HCP* (volumes I e II) privilegiava os antecedentes da viagem de Cabral; o levantamento do estado da arte náutica, da cartografia e astronomia em Portugal em fins do século XV; os primeiros contatos com a gente da

⁹⁵³ Carlos Malheiro Dias. *O governo de Mem de Sá, a expedição de Villegagnon e a França Antártica no Rio de Janeiro*. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias. Manuscrito.

⁹⁵⁴ Carlos Malheiro Dias. *Op.cit.* Coleção Carlos Malheiro Dias. Manuscrito.

⁹⁵⁵ Carlos Malheiro Dias. Introdução. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. I, p. VI.

⁹⁵⁶ Carlos Malheiro Dias. Introdução. *Op. cit.*, v. III, p. XXIII.

terra, o reconhecimento geográfico do litoral. A segunda parte (volume III) trata do início efetivo da ocupação e conquista do território com a instalação das Capitânicas Hereditárias (a capitania de Pernambuco, a Nova Lusitânia, foi a única a ter um capítulo exclusivo) e do Governo Geral (governos de Tomé de Sousa e Duarte da Costa).

A organização dos temas e o corte cronológico da *HCP* (século XV – 1580) tinha como modelo as narrativas das histórias nacionais dos países europeus, escritas ao longo do século XIX, cuja fundamentação utilizava uma vasta reunião de documentos escritos examinados por um sólido aparato crítico para validar a argumentação das hipóteses propostas. Os documentos escritos, provenientes em sua grande maioria dos arquivos públicos, constituíam as fontes por excelência compulsadas pelo historiador. Os conteúdos registrados nessas fontes delinearam uma narrativa histórica voltada para o político, os grandes homens e os acontecimentos em que estes tomaram parte. Esse modelo de escrita da história enfatizava, ainda, a história como ciência objetiva tendo como objeto de investigação a gênese e a vida do Estado-nação.⁹⁵⁷

A aliança entre objetividade científica e o nacionalismo priorizou as singularidades nacionais sobre os aspectos universais das culturas europeias ocidentais. Assim, a historiografia britânica (tendo como referência a história inglesa) sublinhou os valores constitucionais e a tradição liberal parlamentarista. A historiografia francesa centrou-se na revolução e na ascensão do Terceiro Estado como nação. A historiografia alemã destacou a noção de superioridade da cultura alemã enquanto a historiografia italiana celebrou a cultura antiga e a tradição das cidades-estado medievais.⁹⁵⁸ Naquele contexto, a historiografia portuguesa oitocentista voltou-se para a extirpação de explicações metahistóricas do passado de Portugal como foi o caso da dessacralização da batalha de Ourique por Alexandre Herculano.⁹⁵⁹ A investigação histórica concentrou-se, de um lado, na coleta e publicação de *corpus* documentais e, de outro, também, na exaltação das origens do Estado-nação, da expansão marítima e do império ultramarino português.

⁹⁵⁷ Krzysztof Pomian. *L'histoire au XX^e Siècle. Sur l'histoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1999, p. 345-350.

⁹⁵⁸ Stefan Berger, Mark Donovan e Kevin Passmore. Apologias for the nation-state in Western Europe since 1800. In: Stefan Berger, Mark Donovan e Kevin Passmore (org.). *Op. cit.* p. 9-10.

⁹⁵⁹ A narrativa da aparição de Cristo a Afonso Henriques na véspera da batalha é o centro da memória das origens da fundação de Portugal. Cf. Ana Isabel Buescu. Um mito da nacionalidade: o milagre de Ourique. In: Francisco Bethancourt e Diogo Ramada Curto. *A Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991, p. 49-69.

A seguir alguns capítulos selecionados da *HCP* são apresentados e discutidos com o intuito de demonstrar os objetivos da obra e como seus autores se dispuseram a enfrentá-los.

4. Os autores e editores da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

Os autores e editores da *HCP* exerceram atividades nos campos artístico, literário, político e na imprensa. Alguns eram verdadeiros polígrafos, com formação em ciências exatas e pertenciam aos quadros de diversas instituições culturais portuguesas, ligadas de alguma forma à produção do conhecimento histórico – Academia Portuguesa de História, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, Biblioteca da Ajuda, Sociedade de Geografia de Lisboa –, entre outras, assim como a outros campos do saber ou das artes: Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras, Universidade de Coimbra, Academia Politécnica do Porto e Real Gabinete Português de Leitura.

Na sessão da Academia das Ciências de Lisboa realizada em maio de 1919, Malheiro Dias comunicou oficialmente àquela instituição o propósito da colônia portuguesa no Brasil de promover a elaboração de uma “História da Descoberta e Colonização Portuguesa do Brasil” e pedia o “alto patrocínio da Academia”. Na ocasião, Malheiro Dias registrava os trâmites junto ao Ministério da Instrução Pública para o apoio oficial às pesquisas de natureza paleográfica e cartográfica nas bibliotecas e arquivos nacionais.⁹⁶⁰ Os funcionários assim mobilizados, argumentava Malheiro Dias, prestariam à obra “o concurso da sua perícia, da sua experiência, da sua autoridade e dos seus talentos”, representando o apoio do governo português à homenagem da colônia portuguesa ao Brasil.⁹⁶¹ Para compulsar e organizar o material, seriam ainda indispensáveis “os esforços conjugados dos mais eminentes representantes da intelectualidade portuguesa”.⁹⁶²

Na sessão da Academia de 5 de junho de 1919, o general Fernandes Costa propôs a constituição de uma comissão especial para coligir e publicar documentos inéditos relacionados à história do Brasil existentes em Portugal. Depois de lembrar a criação do Brasil como obra sistemática do “gênio e da raça

⁹⁶⁰ Informação do Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. 6.5.1919. *Prospecto Documentário*, p. 13. A Inspetoria era então ocupada por Julio Dantas.

⁹⁶¹ Ministério da Instrução Pública. Direção Geral do Ensino Superior. Requerimento de Carlos Malheiro Dias. 2.5.1919. *Op. cit.*, p. 11-13.

⁹⁶² A Academia de Ciências de Lisboa presta o seu alto concurso a “História da Colonização Portuguesa do Brasil”. Ata da sessão de 8.5.1919 da Classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa. *Ibid.*, p. 16.

portuguesa”, Fernandes Costa frisou a história comum entre Brasil e Portugal e a fraternidade entre os dois povos. O primeiro motivo associava o Brasil, país jovem, às velhas civilizações da Europa, por meio da história portuguesa.

São legítimo apanágio do Brasil, não só as glórias todas, em qualquer campo, da nossa vida secular comum, como igualmente todas aquelas que nos ilustram os anais, desde os tempos medievos em que as lanças e as espadas dos nossos primeiros homens de guerra demarcaram o talhão peninsular que ficou sendo nosso patrimônio europeu, até aos tempos épicos das nossas sobre-humanas navegações, em que firmamos pacificamente o primeiro padrão de posse, nas terras transatlânticas, por nós batizadas de Vera Cruz.⁹⁶³

O segundo motivo, associado à história comum, mas também à memória, era a fraternidade que ligava Brasil e Portugal após a emancipação da colônia. Asseverava Fernandes Costa, exprimindo o pensamento oficial da Academia, que não eram apenas a aventura e a glória, os agentes que estreitavam as relações luso-brasileiras.

Como sucede na vida familiar, entre pais e filhos, entre irmãos e irmãos, são os sacrifícios suportados em comum, os amparos recíprocos nas horas adversas, as mesmas contrariedades irmãmente sentidas, as mesmas horas dolorosas conjuntamente passadas, que sublimam os afetos e lhes imprimem o caráter de verdadeira religião.⁹⁶⁴

A Academia deliberou, então, a formação de uma comissão com o objetivo de pesquisar nos arquivos de Portugal “documentos e toda a ordem de materiais elucidativos e comprovantes relativos à História do Brasil, desde o período do descobrimento através dos tempos coloniais, até a independência”. A comissão foi constituída pelos seguintes sócios: Virgílio Machado, Lopes de Mendonça, Julio Dantas, Balthazar Osório, Esteves Pereira, Pedro de Azevedo e Antonio Baião.⁹⁶⁵ Vários dos nomes mencionados incluíam-se entre os autores da *HC*, conforme se depreende do quadro abaixo.

Quadro 4: *Autores e editores da HCP: formação e carreira.*

<i>Autor/Editor</i>	<i>Formação</i>	<i>Instituição</i>	<i>Carreira</i>
Pedro de Azevedo (1869-1928)	Bibliotecário Arquivista	Academia das Ciências de Lisboa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Biblioteca Nacional.	Arquivista e historiador.
António Baião (1878-1961)		Academia das Ciências de Lisboa.	Arquivista e historiador

⁹⁶³ Proposta apresentada na Assembléia Geral da Academia de Ciências de Lisboa, de 5 de junho de 1919, pelo sócio efetivo da Academia, General Fernandes Costa, para a constituição de uma comissão especial encarregada de coligir, e publicar documentos inéditos relacionados à História do Brasil. *Ibid.*, p. 20.

⁹⁶⁴ *Ibid.*, p. 21.

⁹⁶⁵ Constituição da Comissão eleita pela Academia de Ciências de Lisboa. 13.6.1919. *Ibid.*, p. 27.

	Direito	Academia Portuguesa de História. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.	
Agostinho de Campos (1870-1944)	Direito	Academia das Ciências de Lisboa (sócio correspondente) Universidade de Coimbra Universidade de Lisboa	Professor universitário.
Jaime Cortesão (1884-1960)	Medicina	Biblioteca Nacional.	Escritor, historiador e político.
Julio Dantas (1876-1962)	Medicina	Academia das Ciências de Lisboa.	Escritor (teatro) e jornalista.
Carlos Malheiro Dias (1875-1941)	Letras	Academia das Ciências de Lisboa. Academia Portuguesa de História. Academia Brasileira de Letras (sócio correspondente). Real Gabinete Português de Leitura.	Escritor, jornalista e político.
Jordão de Freitas (1866-1950)	Medicina	Academia Portuguesa de História. Biblioteca da Ajuda. Sociedade de Geografia de Lisboa.	Historiador.
Alfredo Roque Gameiro (1864-1935)	Belas Artes	Escola Industrial do Príncipe Real	Pintor aquarelista.
Duarte Leite (1864-1950)	Matemática Filosofia	Academia Politécnica do Porto	Diplomata, historiador e político.
Manuel de Oliveira Lima (1867-1928)	Letras	Academia Brasileira de Letras. Academia das Ciências de Lisboa (sócio correspondente).	Diplomata e historiador.
Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931)	Militar (Armada)	Academia das Ciências de Lisboa Academia Brasileira de Letras (sócio correspondente).	Escritor e historiador
Paulo Merêa (1889-1977)	Direito	Academia das Ciências de Lisboa Academia Portuguesa de História Universidade de Coimbra Universidade de Lisboa	Professor universitário, jurista, historiador e do Direito.
Francisco Maria Esteves Pereira (1854-1924)	Militar (Engenharia do Exército)	Academia das Ciências de Lisboa.	Historiador (Orientalista).

Luciano Pereira da Silva (1864-1926)	Matemática Engenharia	Universidade de Coimbra.	Político e professor universitário.
Carolina Michaelis de Vasconcelos (1851-1925)	Letras	Universidade de Lisboa.	Professora universitária.
Ernesto de Vasconcelos (1852-1930)	Militar (Armada)	Sociedade de Geografia de Lisboa Escola Naval	Geógrafo e professor.

Fonte: Joel Serrão (org.). *Dicionário de História de Portugal*. 4 v. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. Joana Morais Varela (org.). *Pequeno Roteiro da História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Instituto Português do Livro, 1982. Verbo. *Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura. Edição Século XXI*. 29 v. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2001.

Cortesão era médico de formação. Poeta, dramaturgo e historiador era a personalidade talvez mais dinâmica da jovem geração da república portuguesa.⁹⁶⁶ Diretor da Biblioteca Nacional (1919-1927), republicano histórico, desempenhou um importante papel na cultura (movimentos *Seara Nova* e *Renascença Portuguesa*) e política portuguesa nos anos dez e vinte. Em 1922, acompanhou a comitiva presidencial portuguesa presente nas festividades do Centenário da Independência. A participação de Cortesão na *HCP* foi considerada a sua primeira incursão importante no campo da história, sobretudo, na história dos Descobrimentos, tema ao qual, a partir de então, dedicaria grande atenção.⁹⁶⁷

Duarte Leite era matemático, ciência muito útil para a compreensão da náutica e da cartografia, e diplomata. Duarte Leite foi Primeiro-ministro de Portugal entre 1911 e 1913. Logo depois ocupou o cargo de embaixador de Portugal no Brasil entre 1913-1931. Assim como Cortesão, até então, Duarte Leite não enveredara pela história e estava devotado ao ensino (Academia Politécnica do Porto) e à política. Segundo Vitorino Magalhães Godinho, a obra histórica de Duarte Leite, sobretudo a partir da década de 30, mas já presente nos textos da *HCP*, notabilizou-se pela aplicação do rigor científico sem descurar do amor da pátria e da consciência cívica.⁹⁶⁸

Júlio Dantas notabilizou-se como dramaturgo, poeta e jornalista. Foi presidente da Academia de Ciências de Lisboa durante quatro décadas, além de

⁹⁶⁶ Óscar Lopes e Antonio Hermano Saraiva. *História da Literatura Portuguesa*. 9ª ed. Porto: Porto Editora, 1976, p. 1066-1067.

⁹⁶⁷ Logo em seguida ao estudo sobre a expedição de Cabral no v. II da *HCP*, Cortesão publicou Do sigilo nacional sobre os Descobrimentos. *Lvsitania. Revista de Estudos Portugueses* (1) Jan. 1924. Lisboa: p. 45-81. Para uma biografia sucinta de Jaime Cortesão ver Joel Serrão. Jaime Cortesão. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, v. I, p. 715-716 e Lucia Maria Paschoal Guimarães. Jaime Cortesão. *Convergência Lusíada* (22). Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2006, p. 317-322.

⁹⁶⁸ Vitorino Magalhães Godinho. Duarte Leite. In: Joel Serrão. *Dicionário de História de Portugal*. v. II, p. 697. Do mesmo autor ver o ensaio Duarte Leite – Balanço de uma Obra. *Ensaio III: Sobre teoria da história e historiografia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1971, p. 286-323.

ocupar vários cargos e funções públicas durante os governos da república democrática e da ditadura após o golpe de 28 de maio de 1926. Em razão de sua posição no mundo das letras de Portugal nas primeiras décadas do século XX, Dantas tornou-se a *bête noir* dos modernistas portugueses.⁹⁶⁹ A elevada posição de Dantas nos círculos intelectuais, nos quais além do próprio Malheiro Dias, participavam outros autores da *HCP*, influenciou a sua inclusão numa obra de cunho histórico. É significativo que o texto de sua autoria – *A Era Manuelina* – dê prosseguimento à introdução do primeiro volume, escrita por Malheiro Dias.

Henrique Lopes de Mendonça foi autor de vasta produção dramática, folhetins, ensaios históricos e estudos náuticos. Em 1890, por ocasião do Ultimato inglês, escreveu a letra de *A Portuguesa*, mais tarde convertida em hino nacional.⁹⁷⁰ Antigo oficial da Armada, no texto *Do Restelo a Vera Cruz*, Lopes de Mendonça utilizou os seus conhecimentos náuticos para a descrição da tecnologia naval à disposição da esquadra de Cabral.

Um grupo significativo de autores colaborou, durante vários anos, com a revista *Arquivo Histórico Português*: António Baião, Esteves Pereira, Jordão de Freitas, Luciano Pereira da Silva e Pedro de Azevedo.⁹⁷¹ A revista editada, entre 1903 e 1916, tinha como principal objetivo, segundo seus editores Anselmo Braamcamp Freire e José da Silva Pessanha, a divulgação de documentos extraídos dos arquivos e bibliotecas, considerados valiosos para o conhecimento histórico de Portugal. Para os editores do *Arquivo*, a indiferença em relação à história caracterizava a geração intelectual portuguesa no início do século XX e aquela atitude espelhava a crise vivida pelo país.

A indiferença geral, pelos estudos históricos, que domina ainda hoje em Portugal, é mais um sintoma da decadência profunda em que as gerações presentes caíram. Ofusca-as a independência e altivez de muitos dos pretéritos, e, para não terem de corar, preferem ignorar, será talvez por isto que os estudos históricos são tão desprezados entre nós e tão pouca animação encontram no público, que mal educado, toma, contudo às vezes por ouro de lei o que não passa de mais ou menos brilhante ouropel.⁹⁷²

⁹⁶⁹ Ver o capítulo I, p. 58-59.

⁹⁷⁰ Joana Morais Varela (org.). *Pequeno Roteiro da História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Instituto Português do Livro, 1982.

⁹⁷¹ Sobre estes autores ver Francisco Falcon. *Historiografia Portuguesa Contemporânea*. Um ensaio histórico-interpretativo. *Estudos Históricos* (1). Rio de Janeiro, 1988, p. 89 e Joana Morais Varela (org.). *Pequeno Roteiro da História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Instituto Português do Livro, 1982.

⁹⁷² Anselmo Braamcamp Freire e José da Silva Pessanha. Advertência. *Arquivo Histórico Português*, n° 1, v. I, Lisboa, 1903, p. 6.

Paulo Merêa, o mais jovem autor da *HCP*, exerceu o magistério nas universidades de Coimbra e Lisboa. Dedicou-se ao estudo da História do Direito em Portugal e foi eleito para a Academia Portuguesa de História em 1937. Carolina Michäelis de Vasconcelos, filóloga especializada em línguas românicas, era professora da universidade de Coimbra. Autodidata exerceu grande influência sobre alguns dos principais intelectuais portugueses, nas décadas iniciais do século XX, como Afonso Lopes Vieira, António Sérgio e Jaime Cortesão. Agostinho de Campos, diplomado em Direito, foi outro autodidata no estudo da língua portuguesa. Escreveu numerosos artigos em revistas literárias.

Oliveira Lima, diplomata e historiador, formou-se no Curso Superior de Letras em Lisboa e logo após seu término iniciou a carreira diplomática em 1890. Esteve sempre muito próximo da cultura portuguesa. Inaugurou a cadeira de estudos brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1923), mas logo se transferiu para a Universidade Católica de Washington.

Roque Gameiro, diretor artístico, foi um dos principais pintores portugueses nas primeiras décadas do século XX, quando adquiriu notoriedade como aquarelista. Almirante e geógrafo Ernesto de Vasconcelos, diretor cartográfico da *HCP*, foi Secretário perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa, diretor geral do Ministério das Colônias, presidente da Comissão de Cartografia de Portugal e professor da Escola Naval.

Os autores da *HCP* estiveram associados, portanto, a diversas instituições acadêmicas ou sociedades no Brasil e em Portugal. Entre elas, destacavam-se a Academia das Ciências de Lisboa, presidida na década de vinte por Julio Dantas, e a Academia Portuguesa de História, refundada em 1936, com a participação de António Baião, Malheiro Dias, Jordão de Freitas e Paulo Mêrea. Oliveira Lima foi fundador da Academia Brasileira de Letras, instituição da qual Malheiro Dias e Lopes de Mendonça eram sócios correspondentes. Um número muito reduzido atuou no magistério superior: Oliveira Lima, Luciano Pereira da Silva, Agostinho de Campos, Duarte Leite, e principalmente, Paulo Merêa e Carolina Michaelis de Vasconcelos.

5. Os textos da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

Na perspectiva lusocêntrica que perpassou a coleção, as origens da nação brasileira encontrar-se-iam na colonização portuguesa e na herança colonial interpretada como civilizadora e heróica, verdadeira epopéia nas selvas da América.

Os objetivos da publicação de exaltar Portugal e sua contribuição na construção da nação brasileira foram salientados, especialmente, por Malheiro Dias, responsável pela organização da coleção, pela introdução dos volumes I e III e por sete capítulos. A preeminência de Malheiro Dias, no entanto, ia além do fato de ter sido o organizador da coleção ou de ter escrito a maior quantidade de textos. Ela estava associada ao cotejo e delineamento dos problemas examinados em cada volume e também pela eloquência estilística da escrita de Malheiro Dias reconhecido, na época, como um grande prosador da língua portuguesa.⁹⁷³

O estilo literário de Malheiro Dias, por vezes, grandiloquente, mas adequado ao gosto do público letrado, destacava-se quando comparado à grande maioria dos demais autores da *HCP*. A erudição e o apuro investigativo de Duarte Leite e Luciano Pereira da Silva eram acompanhados por uma escrita enfadonha. Pedro de Azevedo, António Baião e Jordão de Freitas encontravam-se, excessivamente, limitados ao aspecto documental. Julio Dantas e Henrique Lopes de Mendonça, ao contrário, pendiam para a narração literária em detrimento da história. Assim, como outras obras coletivas, a *HCP* apresentava nos textos que a compunham desigualdades tanto na forma do estilo quanto na concepção de história.

Os textos introdutórios de Malheiro Dias atuaram como instrumentos orientadores de recepção e de sentido do leitor para o conjunto da obra, ou seja, o autor (*auctor*) procuraria

⁹⁷³ Ver a crítica de Fialho d'Almeida. *Camilo, Eça & Malheiro Dias*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1941, p. 10-11. A capacidade de evocação de Malheiro Dias foi bastante elogiada por Josué Montello. Um esquecido: Carlos Malheiro Dias. *Jornal do Brasil*. 14.10.1975. Primeiro Caderno, p. 6.

assegurar-se que o processo de recepção da obra pelo leitor (*lector*) ocorresse de acordo com os padrões de compreensão previamente estabelecidos. Essa estratégia de orientação da leitura exigia, por sua vez, o compartilhamento de competências entre autor e leitor para torná-la viável.⁹⁷⁴

O primeiro volume intitulado “Os Precursores de Cabral” buscou consolidar a primazia dos navegadores lusitanos no descobrimento do Brasil, mas também da porção oriental da América Austral (desde a foz do rio Amazonas até o rio da Prata), de modo a rechaçar as pretensões de espanhóis ou franceses.

Na introdução do volume mencionado⁹⁷⁵, Malheiro Dias tratou de inserir a memória luso-brasileira na identidade nacional brasileira por meio da valorização da herança colonial portuguesa. Esse intento desdobrou-se em três vetores. Registrar de forma grandiosa o lugar de Portugal na formação da nação brasileira. Realçar a presença do imigrante português, cujo trabalho era equiparado aos antigos colonizadores e desbravadores do período colonial. Por último, reivindicar para esse moderno desbravador português – o imigrante – um espaço no Brasil do século XX.⁹⁷⁶

Malheiro Dias teceu uma série de comentários a respeito dos vínculos entre a nacionalidade portuguesa – considerada por ele a primeira se formar na Europa – e a formação da nacionalidade brasileira. A colonização portuguesa foi interpretada como missão civilizadora nos trópicos pela qual eram submetidos os indígenas (os “bárbaros”) e a natureza. Nesse processo, além da cultura e da vida material, os colonos consolidaram o patrimônio territorial da futura nação e da nacionalidade brasileira.⁹⁷⁷

A Independência foi conduzida pelos colonos descendentes de portugueses e não pelo “nativismo americano”, vertente baseada na índole de “rebeldia e liberdade do índio”⁹⁷⁸, defendida pelos nacionalistas antilusitanos, o que garantiu a formação da nacionalidade brasileira e a própria continuidade da presença portuguesa. Nesse sentido, a interpretação de Malheiro Dias ia de encontro ao indianismo com o qual se identificava as

⁹⁷⁴ Pierre Bourdieu e Roger Chartier. A leitura: uma prática cultural (debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier). In: Roger Chartier (dir.). *Práticas da Leitura*. [Trad. Cristiane Nascimento]. 2ª ed. revista. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 231-253.

⁹⁷⁵ Carlos Malheiro Dias. Introdução. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. I, p. I - CXXXI.

⁹⁷⁶ Albino Sousa Cruz também expressou estes objetivos ao reafirmar a importância da religião, da língua e da fraternidade como elementos característicos das relações luso-brasileiras. Ver Advertência. *Op. cit.*, v. I.

⁹⁷⁷ Malheiro Dias distinguia uma “concepção étnica” da nação e uma concepção “geográfica”. Esta última, segundo ele, originava o “o absurdo de admitir que a Nação Brasileira não é um empreendimento humano, de caráter sociológico, mas um fenômeno essencialmente da Natureza”. Prefácio ao livro de Ronald de Carvalho e Elísio de Carvalho. *Afirmações. Um ágape de intelectuais*. Rio de Janeiro: S.A Monitor Mercantil, 1921, p. 10.

⁹⁷⁸ Carlos Malheiro Dias. Introdução. *Op. cit.*, v. I, p. V e VI.

proposições da *Ação Social Nacionalista* e da *Propaganda Nativista*.

Na conferência, realizada em 1921, em que expôs o projeto e os objetivos da *HCP*, Malheiro Dias ressaltou ser a obra um trabalho de ciência histórica, baseado estritamente na “análise dos fatos”, mas também um monumento à fraternidade luso-brasileira, equivalente a iniciativas semelhantes ocorridas na América Hispânica.⁹⁷⁹ A comparação servia para mostrar a necessidade de desenvolver a lusitanidade de forma assemelhada às políticas de hispanidade, que uniam a Espanha às suas antigas colônias americanas, desde o início do século XX, em torno da noção de “raça”. O sentimento de hispanidade pretendia assegurar um amplo espaço de intercâmbio cultural, econômico e político que viabilizasse uma comunidade étnica, espiritual e cultural formada entre a Espanha e as nações hispanoamericanas. A ênfase na religião e na tradição delineava a hispanidade como uma modalidade de hispanoamericanismo que encontrou ambiente propício na fermentação nacionalista das primeiras décadas do século XX. A hispanidade encontrava-se na origem das comemorações do 12 de outubro (Descoberta da América), data ainda identificada ao *Dia de La Raza*. Na Espanha, essa data comemorativa foi oficializada pela lei de 15 de junho de 1918, mas já vigorava na Argentina no governo de Hipolito Yrigoyen (decreto de 4 de outubro de 1917), então engajado numa política de diferenciação da América hispânica em relação à América anglo-saxônica.⁹⁸⁰

Malheiro Dias reivindicava uma aproximação entre Brasil e Portugal no mesmo sentido, mas reconhecia as dificuldades e os empecilhos para se implantar esta “espécie de religião política, originada numa modalidade expansionista do patriotismo”. Obstáculos de ordem política que, no Brasil, iam além do nacionalismo antilusitano.

Para que uma tal política possa desenvolver-se é indispensável criar fontes geradoras e sincrônicas de simpatia. Não basta que uma das partes perfilhe a sua doutrina. É preciso que a outra a adote. Os postulados do nacionalismo tradicionalista constituem artigos de fé.⁹⁸¹

A percepção de obra erudita, patriótica e histórica aliada à fraternidade era constantemente veiculada por Dias: “o maior empreendimento na história das letras luso-

⁹⁷⁹ Carlos Malheiro Dias. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Conferência realizada pelo eminente escritor Carlos Malheiro Dias no Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro: Companhia Litographica Ferreira Pinto, 1921, passim.

⁹⁸⁰ Jacques Beyrie. Les Crises Majeures, 1917-1936. In: Bartolomé Benassar. *Histoire des Espagnols*, v. 2, XVIII-XX siècle. Paris: Armand Colin, 1985, p. 295. Luis Alberto Romero. *História Contemporânea da Argentina*. [Trad. de Eduardo Barreiros]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 37. Maria Isabel João. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, p. 14. Ramón Ezquena. Hispanoamericanismo. In: Germán Bleiberg. *Diccionario de Historia de España*. v. II, 2ª reimpressão. Madrid: Alianza Editorial, 1986, p. 368-373.

⁹⁸¹ Carlos Malheiro Dias. Relações luso-brasileiras. Quimeras e Realidades. Comentários a margem do livro do sr. Dr. Bettencourt-Rodrigues “Uma Confederação Luso-Brasileira”. In: *Lvsitania. Revista de Estudos Portugueses* (2) Mar. 1924, p.196.

brasileiras”, “monumento de erudição histórica” e “tríplice monumento do patriotismo, da erudição e da arte”. O ideal de fraternidade a unir os dois povos teria na *HCP* “o evangelho sobre o qual podemos jurar, brasileiros e portugueses, os sentimentos de leal fraternidade que nos unem e nenhuma [sic] injustiças e nenhuns ressentimentos poderão destruir”.⁹⁸²

As proposições em tela serviam para sustentar uma idéia básica, a de que o Brasil era um desdobramento do nacionalismo português e suas origens remontavam à fundação de Portugal e à epopéia das navegações. Desse modo, se o aborígine desconhecia a noção de pátria, o português era “um povo animado pelo mais fecundo e concorrido nacionalismo”. O sentimento nacionalista português fora aplicado no Brasil “com máximo potencial de energia” na defesa do território da penetração estrangeira e realizando uma “obra imperecivelmente portuguesa”. O Brasil constituía uma repetição do que ocorrera em Portugal e desse processo resultou a fundação da “única grande nacionalidade intropical de projeção européia”. “Se não fora a transplantação do nacionalismo tradicional português”, concluía Malheiro Dias, “o Brasil não existiria.”⁹⁸³

“Dizer ao Brasil quem foi, no século XVI, o povo que o revelou ao mundo e fez dele, em trezentos anos, um formidável e florescente império, – o mesmo é que desenrolar os mais antigos pergaminhos da nobreza brasileira ...”⁹⁸⁴ Foi dessa forma que Julio Dantas iniciou o primeiro capítulo da *HCP* e estas palavras resumiam muito do espírito da obra. Dantas traçou um quadro do estado das artes e das ciências em Portugal, na Era Manuelina, o fausto da corte portuguesa e suas demonstrações de munificência, e a transformação de Lisboa no maior empório da Europa. A exaltação patriótica permeava todo o texto de Dantas. O poder imperial português amparado nas caravelas espalhou-se pelos oceanos:

No princípio do século XVI, o que nos faz admirados foi a nossa opulência; mas o que nos fez respeitados foi o nosso poder ... Portugal já não era a pequena nação sombria e tenaz que procurava penosamente a sua expansão na África e enviava a medo as suas caravelas para o sul: convertera-se num grande império; dominava os mares; fazia ouvir em três oceanos a voz da sua artilharia.⁹⁸⁵

Essa primazia naval reproduzia-se, no entendimento de Dantas, numa primazia portuguesa no contexto cultural europeu:

Se hoje é a França que ensina a pensar o mundo, houve tempo que o diga a Universidade de Paris, que o digam as sombras gloriosas de Rabelais e de Montaigne! – em que foi Portugal que ensinou a pensar a França.⁹⁸⁶

Luciano Pereira da Silva aprofundou o estudo da arte de navegar dos portugueses, notadamente, o conhecimento náutico e astronômico no século XV. Silva examinou os meios (o quadrante, o astrolábio, a balestilha, o regime das marés, a posição das estrelas) que os portugueses dispunham naquele século para a navegação oceânica e as

⁹⁸² Carlos Malheiro Dias. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, p. 15-16.

⁹⁸³ Carlos Malheiro Dias. *Introdução. Op. cit.*, v. I, p. V e VI.

⁹⁸⁴ Julio Dantas. *A Era Manuelina. História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. I, p.3.

⁹⁸⁵ Julio Dantas. *Op.cit.*, v. I, p. 25.

⁹⁸⁶ Id. *Ibid.*, p. 9.

novas bases de observação e experiência daí surgidas.⁹⁸⁷ Para Silva, Duarte Pacheco Pereira (autor do *Esmeraldo de Situ Orbis*, 1505) era o precursor de Cabral no Brasil com uma viagem preparatória realizada em 1498.⁹⁸⁸

Duarte Leite contestou a presença antes de Cabral dos navegadores espanhóis Hojeda, Pinzón, Lepe e Vellez de Mendoza no litoral brasileiro entre a foz do rio Amazonas e o cabo de Santo Agostinho.⁹⁸⁹

Tal demonstração será o objeto do presente ensaio, inteiramente fora da senda trilhada, no qual sentimos que a pobreza do estilo venha ainda agravar o fastio inevitável das minuciosas e áridas investigações do passado. Sirva-nos ao menos de consolo ter contribuído com alguns fatos inéditos para melhor conhecimento do brilhante período dos descobrimentos que imortalizou os dois povos ibéricos.⁹⁹⁰

A análise de Leite estava embasada em sólida investigação cartográfica e geográfica a fim de reunir provas que lhe permitissem verificar e afirmar a “falsidade” das pretensões espanholas.

A descoberta do Brasil, como quer que entendamos o termo, cabe a Álvares Cabral; os quatro castelhanos a quem comumente a atribuem não passam de seus falsos precursores. Esta conclusão em nada acrescenta aos merecimentos do almirante português, e tampouco obscurece os daqueles intrépidos Capitães; mais restabelece a verdade dos fatos, até agora envolta em lenda e em hipóteses inverossímeis.⁹⁹¹

Os textos de Luciano Pereira da Silva e Duarte Leite espelhavam a polêmica travada desde o século XIX sobre primazia dos navegadores portugueses na costa brasileira antes de 1500 e, subjacente a esta questão, estava a discussão, importante na época, a que povo ibérico pertenceria a maior parcela de glória nos Descobrimentos.⁹⁹²

As três primeiras décadas do século XVI constituíram o volume denominado “A epopéia dos litorais”, assinaladas como os tempos heróicos das primeiras expedições, dos marinheiros e desbravadores em luta contra a natureza e a barbárie aborígine. Jaime Cortesão examinou a expedição de Cabral e a intencionalidade de sua chegada ao Brasil e a incluiu no contexto da estratégia de sigilo das navegações portuguesas do século XV.⁹⁹³ Cortesão partiu da descrição do povo, da cidade e da vida em Lisboa, no início do Quinhentos, para reconstituir a

⁹⁸⁷ Luciano Pereira da Silva. *A Arte de Navegar dos Portugueses*. *Op. cit.*, v. I, p. 29-104.

⁹⁸⁸ Luciano Pereira da Silva. Duarte Pacheco Pereira. Precursor de Cabral, *Op. cit.*, v. I, p. 231-262.

⁹⁸⁹ Duarte Leite. Os Falsos Precursores de Álvares Cabral. *Op. cit.*, v. I, p. 107-225.

⁹⁹⁰ Id. *Ibid.*, p. 109.

⁹⁹¹ Id. *Ibid.* p. 199.

⁹⁹² Para o contraponto espanhol das interpretações de Silva e principalmente de Leite a respeito desta questão ver Ramón Ezquena. Pinzón, Vicente Yáñez. *Dicionário de Historia de España*, v. III, p. 272-273.

⁹⁹³ Jaime Cortesão. A Expedição de Cabral. *Op. cit.*, v. II, p. 1-39.

atmosfera – a tomada de consciência da nação de “suas próprias virtudes e energias”⁹⁹⁴ – na qual se organizou a expedição de Cabral.

A frota de Cabral era caracterizada por Henrique Lopes de Mendonça, no texto *Do Restelo a Vera Cruz*, como o início da política imperialista portuguesa, alicerçada no poder naval, que elevaria o reino ao auge e depois ao declínio.

Portugal, nesta nova expedição que ia firmar no Oriente o prestígio do seu nome, renunciava aos seus antigos, modestos e eficazes instrumentos de exploração geográfica (...) e entrava resolutamente na senda, mais estreitamente ambiciosa, e não menos arriscada, de grande potência comercial e marítima.⁹⁹⁵

Se o interesse principal, porém, era o oriente para o qual se “dirigiam os olhos ansiosos da maioria”, o ocidente também se constituía em objeto de atenção da Coroa como indicava a presença de Duarte Pacheco Pereira, encarregado da missão oculta da expedição de Cabral a fim de buscar novas terras mais a oeste da rota percorrida pela expedição de Vasco da Gama.⁹⁹⁶

Em *A Semana de Vera Cruz*, Malheiro Dias retratou o encontro entre portugueses e indígenas sublinhando os aspectos de estranhamento entre os dois mundos. Para isso, valeu-se do recurso da imaginação histórica para compor um quadro verossímil, mas eurocêntrico, da passagem da armada cabralina pelo litoral da Bahia.⁹⁹⁷ No mesmo volume, Malheiro Dias escreveu os capítulos referentes às expedições de 1501 e 1503, cujo conteúdo voltou-se para a discussão da primazia portuguesa na exploração e descobrimento da América Austral e com esse objetivo contestou a preeminência alcançada por Américo Vespúcio no reconhecimento cartográfico do continente americano, conforme a narração contida em *Novus Mundus* (1504).⁹⁹⁸

A glória de Vespúcio provém de ter usurpado e proclamado como sua a concepção portuguesa da continentalidade da América (...) Comparada à sua jactância, a discrição e a reserva portuguesa refletem o caráter sério e modesto de um povo; e é ainda na obra fecunda e silenciosa dos antepassados dos brasileiros, nos seus portulanos e planisférios (...) que se pode, volvidos quatro séculos, encontrar os primeiros delineamentos do continente austral. De Vespúcio só conservamos a designação da latitude de um cabo [Santo Agostinho].⁹⁹⁹

⁹⁹⁴ Id. *Ibid.*, p. 12.

⁹⁹⁵ Henrique Lopes de Mendonça. *Do Restelo a Vera Cruz*. *Op. cit.*, v. II, p. 43.

⁹⁹⁶ Henrique Lopes de Mendonça. *Op. cit.*, v. II, p. 56.

⁹⁹⁷ Carlos Malheiro Dias. *A Semana de Vera Cruz*. *Op. cit.*, v. II, p. 75-169.

⁹⁹⁸ Carlos Malheiro Dias. *A Expedição de 1501*. *Op. cit.*, v. II, p. 173-222 e *A Expedição de 1503*. *Op. cit.*, v. II, p. 285-314.

⁹⁹⁹ Carlos Malheiro Dias. *A Expedição de 1501*. *Op. cit.*, p. 202.

Para Malheiro Dias, Vespúcio era um cartógrafo sem mapas e um cosmógrafo sem ciência que conseguiu se passar por herói “favorecido pelo ambiente épico em que os cronistas envolveram a grande aventura comercial do Oriente”.¹⁰⁰⁰

Duarte Leite seguiu a mesma argumentação, ao examinar o mais antigo mapa do Brasil, o planisfério de Cantino, e o levantamento cartográfico do litoral na primeira década do século XVI.¹⁰⁰¹

Não nos resta dúvida de que, a darmos-lhe pátria definida, a continentalidade do Novo Mundo é uma concepção portuguesa, e julgamos em erro os que a atribuem preferentemente aos espanhóis ou conferem a primazia a Américo Vespúcio.

A prioridade de Vespúcio só repousa, ao parecer, em que ele foi o primeiro a servir-se da imprensa para anunciar, pois é evidente que a idéia já muito anteriormente tinha ocorrido, quer a portugueses, quer a espanhóis.¹⁰⁰²

O período épico foi sucedido pela fixação dos colonos, a fundação das primeiras vilas, o arruamento da terra e o estabelecimento das instituições políticas e sociais (as Capitanias Hereditárias e o Governo Geral). Era a “Idade Média Brasileira” quando a missão civilizadora portuguesa implantou-se e deu início ao processo de sujeição da natureza e do aborígine e, desse modo, iniciou a construção da nação.

Analisada de perto, a idade – média brasileira – período de violenta e tumultuosa transição da barbaria para a civilização, choque inicial entre o selvagem e o homem branco – apenas difere dos períodos similares da história de Roma e dos povos nascidos da subversão do Império, pelas condições mesológicas em que houveram de mover-se os seus atores, desde os épicos protagonistas até à comparsaria anônima.¹⁰⁰³

No primeiro capítulo do volume III, Malheiro Dias tratou dos sucessores de D. Manuel I (1521-1580) e o declínio português até a união com a Espanha. Ressaltou as dificuldades enfrentadas por Portugal para manter o seu império nas Índias e como os soberanos portugueses, principalmente D. João III, lidaram com os desafios. A colonização do Brasil, a implantação das Capitanias Hereditárias e a instituição do Governo Geral eram inseridos no quadro da política ultramarina portuguesa.¹⁰⁰⁴

Paulo Merêa examinou as Capitanias Hereditárias pelo ângulo político institucional: “o sistema de colonização por donatárias apresentava-se como uma inteligente e fecunda adaptação das doações de bens da coroa, que entre nós eram

¹⁰⁰⁰ Carlos Malheiro Dias. A Expedição de 1501. *Op. cit.*, p. 203-204.

¹⁰⁰¹ Duarte Leite. O Mais antigo mapa do Brasil. *Op.cit.*, v. II, p. 225-281 e A Exploração do litoral do Brasil na cartografia na primeira década do século XVI. *Op.cit.*, v. II p. 391-440.

¹⁰⁰² Duarte Leite. O Mais antigo mapa do Brasil. *Op.cit.*, v. II, p. 243.

¹⁰⁰³ Carlos Malheiro Dias. Introdução. *Op. cit.*, v. III, p. XLIX.

¹⁰⁰⁴ Carlos Malheiro Dias. A metrópole e suas conquistas nos reinados de D. João III, D. Sebastião e Cardeal D. Henrique. *Op. cit.*, v. III, p. 1-47.

tão freqüentes e representavam até certo ponto um equivalente das concessões feudais”.¹⁰⁰⁵ Avaliou os procedimentos e as características do sistema de doações e os antecedentes que levaram à introdução do sistema no Brasil (presença dos estrangeiros, principalmente franceses, e o contrabando do pau-brasil) e concluiu pela validade da sua implantação.

Creemos pois não poder duvidar-se de que o sistema das capitânicas hereditárias era, atentos as condições do momento e os objetivos em vista, o mais capaz de promover, ao menos de princípio, um rápido incremento da colonização, e que portanto a adoção dessa política testemunha, no arrojo de sua concepção e execução, e mau grado a sua aparente erroneidade, a larga e oportuna visão de Diogo Gouveia, dos nossos homens de Estado e do próprio monarca.¹⁰⁰⁶

O regimen feudal das donatárias, outro texto escrito por Malheiro Dias, era uma recapitulação do estudo, marcadamente cronológico e genealógico, de Pedro de Azevedo sobre os donatários e as Capitânicas Hereditárias.¹⁰⁰⁷ Malheiro Dias apoiou-se em Oliveira Viana (*O Povo brasileiro e sua Evolução*) para defender as origens aristocráticas (nobreza de sangue) do Brasil: “o primeiro ciclo da colonização brasileira é um empreendimento da nobreza ...”¹⁰⁰⁸. Note-se que, em 1917, Oliveira Viana¹⁰⁰⁹ demonstrava concordância com a visão de Malheiro Dias, conforme expôs na conferência *Rumo à terra* (novembro de 1916) sobre a colonização portuguesa: os portugueses implantaram a civilização para domesticar e ocupar a terra, trouxeram o sangue, a língua e a religião ao Brasil dominado pela barbárie e era a maior prova da capacidade lusa de colonizar, “um soberbo troféu da nossa glória”.¹⁰¹⁰

Consoante esta concepção aristocrática (“progenitura fidalga”), Duarte Coelho avultava como:

o único exemplo de um construtor de nação: único que logra resistir às privações e aos perigos; único que consegue implantar-se firmemente em seus domínios e legá-los aos descendentes como um fundador de dinastia. Estava, pois, naturalmente, indicado que lhe fosse reservado um capítulo especial na presente obra.¹⁰¹¹

Oliveira Lima relacionou as características da Nova Lusitânia, denominação que indicava a estabilidade e ordem de uma capitania, Pernambuco,

¹⁰⁰⁵ Paulo Merêa. A solução tradicional da colonização do Brasil. *Op. cit.*, v. III, p. 167.

¹⁰⁰⁶ Id. *Ibid.*, p. 172.

¹⁰⁰⁷ Pedro de Azevedo. Os primeiros donatários. *Op. cit.*, p. 191-216.

¹⁰⁰⁸ Carlos Malheiro Dias. O regimen feudal das donatárias. *Op. cit.*, p. 223.

¹⁰⁰⁹ Carta de Oliveira Viana a Carlos Malheiro Dias. Niterói. 18.11.1917. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

¹⁰¹⁰ Carlos Malheiro Dias. *Rumo à terra. Conferência realizada em 28 de novembro de 1916 no salão nobre do Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1917, p.5.

¹⁰¹¹ Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.* v.III, p. 256.

que se pretendeu constituir a projeção ultramarina por excelência da nacionalidade portuguesa.

A civilização portuguesa implantava-se integral onde não existia civilização alguma a suplantar ou que pudesse influir sobre a que chegava de longe, distinguindo os vencidos dos vencedores, como foi o caso das gentes de cultura latina com relação aos invasores bárbaros, os quais ainda vieram a sofrer o influxo dos berberes, formando-se da fusão a resistente população moçárabe.¹⁰¹²

A civilização portuguesa transplantada para o Novo Mundo foi, contudo, influenciada, pelas injunções da natureza e do combate ao índio. A nobreza lusa adquiriu, na luta contra o meio hostil, uma independência maior do que a desfrutada na península.

Portugal não tinha tido um feudalismo na acepção rigorosa do termo, porque dos seus reis datavam os senhorios e esses reis não contavam atrás de si uma longa tradição de vassalagem. A transplantação do sistema medieval para o Novo Mundo dera aos fidalgos portugueses a sensação (...) da perfeita independência castelã, embora obrigada a uma luta porfiada contra a natureza e contra o gentio, e mais tarde arriscada a comprometer-se num meio que de amorfo e brutal ameaçava, entregue às paixões, passar sem transição a desordenado e corrupto.

A Nova Lusitânia procurava justificar o seu nome, sendo em tudo um prolongamento da antiga, um Portugal americano. A própria natureza modificava-se com o que da Europa se transportara, se bem que se não pudesse esquivar aos seus traços regionais que iam dispendo o seu futuro nacionalmente.¹⁰¹³

As palavras de Oliveira Lima espelharam a visão da empresa colonial portuguesa adotada na *HCP*, cuja ênfase recaía no caráter civilizatório dessa colonização e sua ação sobre um território duplamente ameaçador em razão da dominância do meio natural e do indígena. A construção de um “Portugal americano” teve de ser adaptada às vicissitudes do meio e gerou uma nova nacionalidade. Na perspectiva conservadora da *HCP*, os escravos, os portugueses degredados e os indígenas são elementos secundários em relação aos colonos portugueses que fizeram da selva uma pátria.¹⁰¹⁴

¹⁰¹² Manuel de Oliveira Lima. A Nova Lusitânia. *Op.cit.*, p. 300.

¹⁰¹³ Id. *Ibid.*, p. 304-305.

¹⁰¹⁴ Carlos Malheiro Dias. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, p. 13.

6. Apropriações, leituras e percepções da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

6.1 Erudição histórica e literatura

Um vasto aparato erudito (documentos, iconografia, cartografia) compunha a *HCP* de modo que o rigor documental (as fontes) valide a cientificidade e objetividade da obra sem, contudo, olvidar a importância da arte da narrativa. Essas características, próprias do historicismo oitocentista, tiveram como marcos em Portugal as obras de Alexandre Herculano e Oliveira Martins e guiavam, no primeiro terço do século XX, a historiografia lusitana.¹⁰¹⁵

As características supracitadas, porém, não descartaram o apelo da narrativa fundamentada na eloquência literária, utilizada para tratar as individualidades e contextualizá-las no mundo social em que viveram. Esse realismo acentuou a distinção dos textos cujas narrativas possuíam um estilo literário mais elegante e colorido como aqueles escritos por Malheiro Dias e Julio Dantas, considerados na época modelos no uso da língua portuguesa.

Jaime Cortesão pôs em relevo uma visão da *HCP* que priorizava o aspecto histórico investigativo e minimizava, sem desvalorizá-lo, o sentido de homenagem patriótica da coleção.

O mérito da *História da Colonização* não está no formato e tomos monumentais dos seus volumes; nos primores geográficos da execução; ou no mero aspecto de justa homenagem, prestada pela colônia portuguesa à nação que a hospeda.

Esse é o aspecto exterior e político. Na essência, a *História da Colonização* vale, sim, por uma viragem completa no estudo e na concepção das origens do Brasil. Refutando de vez as duas teses deformadoras do Acaso e do Descaso, deu sólidos e nobres alicerces à nação brasileira.

De então por diante, o descobrimento do Brasil não mais poderá encarar-se como um incidente casual em viagem de aventureiros audazes, mas ignaros, a

¹⁰¹⁵ Cf. Óscar Lopes e Antonio Hermano Saraiva. *História da Literatura Portuguesa*. *Op. cit.*, p. 797-801 e p. 944-953 e Francisco Falcon. *Historiografia Portuguesa Contemporânea*. Um ensaio histórico-interpretativo. *Op. cit.*, p. 83-86. Para a importância da historiografia romântica no meio intelectual português do século XIX ver Fernando Catroga. *O Romantismo*. In: Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.). *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v. V, p. 548-555.

caminho do Oriente; mas, como a conclusão lógica duma longa obra de ciência e de Estado, amadurecida durante cerca dum século.

O Brasil deixou de ser, enfim, nas suas origens, o filho bastardo dum parto fácil e irresponsável, crescendo aos baldões da sorte, para se tornar a criação consciente, dolorosa e desvelada da Pátria-Mãe.

Haver operado esta inversão na história é muito aumento de proporção, quando estamos em linha de conta com a oportunidade desse esforço.¹⁰¹⁶

A perspectiva de Cortesão remetia a *HCP* como obra pioneira na pesquisa histórica da descoberta do Brasil, articulando-a à ciência náutica e ao conhecimento cartográfico dos navegadores portugueses do século XV. Esse acúmulo de conhecimento teria propiciado as condições e os meios para a intencionalidade da chegada da esquadra de Cabral ao Brasil, pondo em evidência a estratégia política seguida pela Coroa portuguesa denominada por Cortesão de “política de sigilo” dos Descobrimentos.

Essas considerações exigiriam a aplicação do método histórico como instrumento para a confirmação de hipóteses. Foram a ausência do método histórico e a dominância dos artifícios da ficção literária a principal restrição feita por Cortesão aos textos de Malheiro Dias na *HCP*. Por conseguinte, isto se refletia, segundo Cortesão, na pouca familiaridade Malheiro Dias no manuseio da bibliografia dos Descobrimentos e na improvisação quando adentrava o campo da escrita da história.

Malheiro Dias não possuía a formação e a cultura, e, por conseqüência, os métodos do historiador. Para a história trouxe principalmente as suas grandes capacidades de mestre do jornalismo e do romance. Foi um mal e foi um bem. Como realização histórica, os seus trabalhos sofrem sempre de improvisação.¹⁰¹⁷

As habilidades de ficcionista e jornalista proporcionavam, no entanto, a Malheiro Dias uma técnica narrativa elaborada e fluida de grande eficácia para ordenar e relatar fatos do que a simples aplicação da erudição histórica. Assim, o estudo de Pedro de Azevedo sobre as Capitânicas Hereditárias, embora erudito, pecaria, de acordo com o próprio Cortesão, pela falta de qualidade literária, necessária para uma obra destinada ao grande público e não apenas de circulação restrita a especialistas.

É a que sucede, por exemplo, com os capítulos sobre os donatários e os primeiros governadores, de Pedro de Azevedo, investigador benemérito, mas destituído de qualidades de escritor. Sem os escorços e o balanço geral de Malheiro Dias, que os

¹⁰¹⁶ Jaime Cortesão. História de uma história. *Op. cit.*, p. 56.

¹⁰¹⁷ Id. *Ibid.*, p. 60.

completou, o leitor não se houvera dado conta do carácter e importância fundamental desse período na história do Brasil.

Neste particular, foi o improvisado historiador magnificamente servido pela sensibilidade e imaginação construtiva do novelista. Malheiro Dias apreendeu e fixou, quase sempre por forma flagrante, o aspecto humano, heróico ou dramático da colônia portuguesa do Brasil, no primeiro século da sua história.¹⁰¹⁸

Se era improvisado como historiador, Malheiro Dias, entretanto, possuía imaginação e sensibilidade, reconhecia Cortesão, ele próprio um escritor cujo esforço intelectual deslocou-se da literatura para a história. Aquelas eram qualidades que atraíam leitores e assinantes, cuja percepção da *HCP* estava mais de acordo com a narrativa ao estilo dos romances de Walter Scott¹⁰¹⁹ do que da *Portugaliae Monumenta Historica*.

São dum grande artista, por exemplo, alguns dos quadros que debuxou no seu capítulo *A Semana de Vera Cruz*. E para uma obra, a que não faltavam intuitos de propaganda, no melhor e mais nobre sentido da palavra, a pena do jornalista e do romancista trouxe inegáveis vantagens.¹⁰²⁰

As críticas de Cortesão estariam vinculadas tanto a questões metodológicas quanto aos antagonismos políticos e ideológicos entre ele e Malheiro Dias. Assim, afirmou Marcelo Caetano (1906-1980), ao transcrever uma carta endereçada por Malheiro Dias a Sousa Cruz, na qual explicava as dificuldades para “controlar” o ímpeto de Cortesão.

Este cargo de diretor literário é uma honra bem espinhosa. Há dez dias que discuto com o Sr. Jaime Cortesão, que me queria dar um capítulo cujas dimensões eu marcara para um fascículo de 32 páginas e a que ele deu tamanho desenvolvimento que seriam necessários três fascículos para publicá-lo. Eu porém não transijo. Embora já lhe tenha pago a colaboração ... prefiro não lhe publicar o capítulo e escrevê-lo eu.¹⁰²¹

O caso aparentemente foi solucionado ao gosto de Malheiro Dias, pois o artigo sobre a expedição de Cabral se encaixou nas proporções traçadas pelo diretor literário. O contencioso, todavia, permaneceu como indicava a avaliação de Cortesão, duas décadas depois de editada a *HCP*, do “improvisado” historiador. De fato duas observações são necessárias de modo a compreender-se a crítica de Caetano a Cortesão. A primeira diz respeito às clivagens políticas e ideológicas existentes entre os intelectuais lusitanos que partilhavam o ideário nacionalista. A segunda observação envolve as relações entre história e literatura ou qual o lugar da narrativa na escrita da história.

No início dos anos vinte, as culturas políticas de matriz nacionalista em Portugal estavam associadas ao republicanismo democrático, professado em publicações como a *Seara*

¹⁰¹⁸ Id. *Ibid.*, p. 60-61.

¹⁰¹⁹ Para a importância de Walter Scott no desenvolvimento do romance histórico e sua articulação com o nacionalismo ver Anne-Marie Thiesse. *A Criação das Identidades Nacionais. Europa – século XVIII-XX*. [Trad. Sandra Silva]. Lisboa: Actividades Editoriais Lda., 2000, p. 133-139.

¹⁰²⁰ Jaime Cortesão. História de uma história. *Op. cit.*, p. 61.

¹⁰²¹ Carta de Malheiro Dias a Sousa Cruz em 8.1.1922. Apud Marcelo Caetano. Carlos Malheiro Dias Historiador. *Op. cit.* p. 273.

Nova dirigida por Cortesão, mas também tornaram-se o cerne da doutrina reacionária e antiliberal de António Sardinha divulgada na *Nação Portuguesa*, da qual Malheiro Dias era colaborador. O denominado “Grupo da Biblioteca” agrupou, por curto período, em 1923, intelectuais democratas e integralistas e esteve identificado à revista *Homens Livres*, publicada em dezembro de 1923, da qual participavam Jaime Cortesão (então diretor da Biblioteca Nacional), António Sérgio, Raul Proença, António Sardinha, Agostinho de Campos, Afonso Lopes Vieira, Aquilino Ribeiro e Malheiro Dias, entre outros.¹⁰²² Esse contexto de sociabilidade espelhou-se na lista dos colaboradores da *HCP* que incluía intelectuais de concepções políticas divergentes e, nesse caso, a clivagem entre Malheiro Dias e Cortesão era a mais evidente, embora convergisse na exaltação do passado da nação e na sua apropriação política.

O segundo tópico, as relações entre a história e a literatura, permanece objeto de controvérsia na historiografia. Ao longo do século XIX, a escrita da história esteve cada vez mais associada à idéia de nação e afirmou-se como “nacionalismo historiográfico”. Os procedimentos de crítica das fontes e de construção da narrativa histórica agiram no sentido de constituir um corpo especializado de agentes e, conseqüentemente, criou-se uma distinção entre profissionais e os diletantes/amadores da história. Nessa operação, ocorreu também uma diferenciação que pôs em segundo plano os méritos literários e artísticos da escrita da história em benefício de uma aproximação com as ciências naturais. A mudança de percepção e prática da história centrou-se, inicialmente, na Alemanha e França, e em seguida na Itália e Inglaterra.¹⁰²³

Nos países periféricos da Europa – caso de Portugal e Espanha – esse deslocamento foi mais tardio assim como no mundo ibero-americano. Assim, nestas últimas regiões, no primeiro terço do século XX, a escrita da história, e também sua leitura, era uma atividade preferencialmente de letrados laicos, formados nos tradicionais cursos de Direito e Medicina, (e nos novos cursos de Engenharia e Letras) ou de clérigos cuja prática incorporava, em grau variável, o rigor na pesquisa e seleção de documentos com as regras da arte literária.

¹⁰²² David Ferreira. Integralismo Lusitano. In: Joel Serrão. *Dicionário de História de Portugal*, v. II, p. 133-149 e Rui Ramos. *História de Portugal. A Segunda Fundação (1890-1926)*, v.6, p. 552-553. A revista *Lvsitania* era outro “lugar” de sociabilidade entre os dois grupos, mas o seu conteúdo era predominantemente cultural.

¹⁰²³ Patrick Berthier. *Écritures de l’histoire au XIX siècle*. In: Patrick Berthier e Michel Jarrety (dir.) *Modernités. XIX – XIX siècle*. Michel Prigent. *Histoire de la France Littéraire*, t. 3. Paris: Presses Universitaires de France, 2006, p. 336-353. Stefan Berger, Mark Donovan e Kevin Passmore. *Apologias for the nation-state in Western Europe since 1800*. In: Stefan Berger, Mark Donovan e Kevin Passmore (org.). *Op. cit.*, p. 3-14.

O paradigma da narrativa histórica ainda permanecia debaixo da influência do gênero romanesco histórico. Carlyle, Guizot, Michelet, Thierry, Macaulay e Ranke eram referências as quais se somavam, no caso da historiografia portuguesa, Alexandre Herculano e Oliveira Martins, e no Brasil, Francisco Varnhagen. Pinto da Rocha ao elogiar ao estilo de escrita da história praticado por Malheiro Dias na *HCP* teve como parâmetro justamente

Oliveira Martins, Macaulay e Ranke:

Do português ilustre, tem ele o espírito crítico, investigador e arguto; do inglês notável, possui a elevação das idéias e a clareza límpida de estilo; do alemão profundo, parece haver herdado, a força iniciadora da reforma dos estudos históricos em Portugal, revelada na concepção e na execução científica, abriu esse monumento soberbo de arrojo e grandeza, com que a alma nobre e augusta da gente lusitana quis celebrar o primeiro Centenário da Independência Brasileira.¹⁰²⁴

Nos anos 1920, a transição do paradigma da história em Portugal pôde ser percebida na *HCP*, que continha textos de especialistas de variados campos do conhecimento, desde as matemáticas até as humanidades, e que passaram a incluir a prática da história em sua atividade intelectual, como Jaime Cortesão, Duarte Leite e Malheiro Dias. Foram neófitos na “oficina da história”, mas não se consideraram estranhos, pois estavam inseridos na tradição luso-brasileira do intelectual generalista, o escritor polígrafo. Tradição que, embora criticada, permeou não só a escrita da história, mas também a crítica literária e outros campos do conhecimento das humanidades até bem avançado o século XX.¹⁰²⁵

Vitorino Magalhães Godinho destacou a *HCP* como um marco historiográfico em razão do aparecimento de Jaime Cortesão e Duarte Leite como historiadores. Segundo Godinho, o texto de Cortesão na *História – A expedição de Cabral* – já demonstra seu interesse pelo individual e pelo coletivo que caracterizaria sua obra de historiador bastante influenciada por Jean Brunhes, Henri Pirenne e Emile Durkheim.¹⁰²⁶ Em relação a Duarte Leite, Godinho considerava secundária sua comprovação do pioneirismo português no Brasil quando comparada a metodologia empregada: utilização direta de fontes variadas (narrativas, diplomáticas, cartográficas, astronômicas) e exame das condições reais das viagens (navios, correntes marítimas, acidentes geográficos, cálculos astronômicos ou geográficos). Godinho

¹⁰²⁴ A. Pinto da Rocha. *Conferência sobre A História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Sessão comemorativa da fundação do Gabinete Português de Leitura, 14 de maio de 1924. Rio de Janeiro: Gabinete Português de Leitura, 1924, p. 16.

¹⁰²⁵ O poligrafismo mereceu a seguinte observação de Afrânio Coutinho: “No Brasil, é o elogio maior dizer-se de um intelectual que ele pode tratar de muitos assuntos. Inteligência versátil e polimorfa, saber enciclopédico constituem as definições que mais agradam a nossos homens de cultura.” Afrânio Coutinho. Prefácio da segunda edição (1968). In: Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho (dir.). *A Literatura no Brasil*. 5ª ed. rev. e atual. S.Paulo: Global, 1999, p. 72.

¹⁰²⁶ Vitorino Magalhães Godinho. Presença de Jaime Cortesão na historiografia portuguesa. *Ensaio III: Sobre teoria da história e historiografia*, p. 328-341.

afirmou ser *Os Falsos precursores de Álvares Cabral* um “Livro inexcedido ... que os paraquedistas da história dos descobrimentos não há maneira de compreenderem – por falta de formação e incapacidade de análise rigorosa”.¹⁰²⁷ De modo que a fonte “só é utilizada depois de cuidadosamente joeirada pela peneira da crítica externa e interna, que lhe restitui o seu significado originário e lhe fixa o seu alcance.”¹⁰²⁸ Para Godinho, a história foi praticada por Duarte Leite como uma ciência e isto se deveu à sua sólida formação astronômica e matemática: “o antigo matemático e astrônomo ficara aliciado para a pesquisa sob o signo de Clio desde que descobrira que a reconstituição do passado é obra tão científica como qualquer outra ...”¹⁰²⁹

A crítica de Cortesão a Malheiro Dias espelharia, portanto, duas décadas após a publicação da *HCP*, o momento de transição metodológica e de afirmação, ainda hesitante, da especificidade do campo historiográfico em Portugal.

6.2 Reações e Percepções à História da Colonização Portuguesa do Brasil

A construção do discurso da fraternidade luso-brasileira – e sua inserção na memória da nação – enfrentou críticas de um contra-discurso antilusitano. Em torno do projeto e posterior processo de publicação da *HCP* foi discutido e interpretado o passado colonial e seus efeitos na realidade social do país. A observação de Malheiro Dias enquadrando a *HCP* debaixo do crivo da ciência estava relacionada às críticas dos intelectuais antilusitanos, sempre a postos para negar a colonização portuguesa, e também aos temas da polêmica do sebastianismo expostos na *Exortação à Mocidade*.

Interessante notar que esses ataques refletiram na escrita da *HCP* por uma espécie de “diálogo”. No caso da polêmica sebastianista, Malheiro Dias transformou, com o intento de responder António Sérgio, em livro (*O “Piedoso” e o “Desejado”*) o capítulo sobre os reinados de D. João III, D. Sebastião e D. Henrique e o dedicou a memória de António Sardinha.¹⁰³⁰

Na introdução ao volume III, Malheiro Dias ocupou-se dos críticos antilusitanos desenvolvendo e aprofundando temas apresentados na introdução do volume I. Dessa forma, replicava aqueles que compararam, de forma negativa, a colonização portuguesa com a

¹⁰²⁷ Vitorino Magalhães Godinho. Duarte Leite – Balanço de uma Obra. *Op. cit.*, p. 239.

¹⁰²⁸ Vitorino Magalhães Godinho. Duarte Leite. In: Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, v. II, p. 697.

¹⁰²⁹ Vitorino Magalhães Godinho. Duarte Leite. In: Joel Serrão. *Op. cit.*, p. 698.

¹⁰³⁰ Carlos Malheiro Dias. *O “Piedoso” e o “Desejado”*. Lisboa: Portugal e Brasil Sociedade Editora, 1925.

colonização de outros povos europeus¹⁰³¹ e que creditavam a colonização do Brasil a degredados e aventureiros. Tal interpretação era considerada injuriosa e contraposta a outra leitura que acentuava seu caráter heróico, “empresa de estadistas e de soldados”.¹⁰³² Os portugueses empenharam-se, no decorrer do século XVI, e com os poucos recursos disponíveis, em construir uma segunda pátria. Transportaram para a selva americana a religião, a legislação, a agricultura e as instituições municipais¹⁰³³ lançando, dessa forma, as fundações da nacionalidade brasileira. Nacionalidade nascida como braço americano do nacionalismo português. Nesse sentido, as razões políticas, e não as econômicas, presumivelmente marcadas pela espoliação e ganância, conforme apontavam os críticos da colonização portuguesa, determinaram o início da colonização. “Heroicidade e amor, não uma cobiça sórdida, criaram o Brasil”¹⁰³⁴ clamava Malheiro Dias, sublinhando traços afetivos e emocionais das relações luso-brasileiras já presentes no “discurso do centenário” das autoridades brasileiras e portuguesas.

O desdobramento dessa leitura era a idéia das três etnias – branca, negra e índia – formadoras da nação, com a dominância do português, o agente portador da cultura européia, a única identificada com a civilização. “O Brasil é a consequência dos esforços de um só povo branco: o português, auxiliado pelo mameluco, sua criação étnica e pelo escravo negro”.¹⁰³⁵ Se politicamente o Brasil era o resultado exclusivo da expansão do sentimento nacionalista português, na esfera econômica havia que registrar e justificar a exploração do escravo africano, introduzido pelo português em razão da incompatibilidade dos “labores sedentários da agricultura” com “os hábitos nômades e a belicosidade ingênita do aborígine”.¹⁰³⁶

A edição da *HCP* teve repercussão em outro país ibérico, a Espanha, no qual gerou um espírito de emulação. Assim, Henrique Navarro Pastor destacou a conveniência dos eruditos espanhóis executarem um empreendimento semelhante de exaltação das descobertas espanholas e a oferta de um exemplar da *HCP* ao rei Afonso XIII exprimiria o viés patriótico que a versão espanhola esperava obter.¹⁰³⁷

Em uma conferência realizada na Real Sociedad Geographica, Pedro de Novo y Chicarro anunciava, em 14 de janeiro de 1924, a intenção daquela instituição de realizar uma

¹⁰³¹ Carlos Malheiro Dias. Introdução, *História da Colonização Portuguesa...*, v. III, p. VIII-XII.

¹⁰³² Carlos Malheiro Dias. *Op. cit.*, v. III, p. LXII.

¹⁰³³ Id. *Ibid.*, v. III, p. VI.

¹⁰³⁴ Id. *Ibid.*, v. III, p. XIII.

¹⁰³⁵ Id. *Ibid.*, v. III, p. XII.

¹⁰³⁶ Id. *Ibid.*, v. III, p. XX.

¹⁰³⁷ Carta de Carlos Pereyra a Carlos Malheiro Dias. 25.4.1925. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

obra semelhante intitulada *Historia del Descubrimiento, Conquista y Colonización de América por los Españoles* “para a qual serão convidados a colaborar os mais notáveis e doutos historiadores e geógrafos espanhóis e hispano-americanos”.¹⁰³⁸ A principal controvérsia para os espanhóis era o capítulo III, de autoria de Duarte Leite, sobre os supostos falsos precursores de Cabral, que Novo y Chicarro reconhecia como fundado em sólidas provas históricas e científicas. Em consequência, sua refutação exigiria estudos com o mesmo nível de erudição e documentação apresentado por Leite de modo a asseverar a prioridade dos navegadores espanhóis Lepe, Ojeda e Pinzón no Brasil antes de Cabral.¹⁰³⁹ Outro historiador espanhol, Segundo Ispizúa, também ressaltou o interesse da obra para a Espanha, argumentando que “ela reivindica para Portugal muitas glórias que a maioria dos espanhóis ignora que pertençam aquele país e que acreditam corresponder a nossa nação”.¹⁰⁴⁰

Essa reivindicação de “muitas glórias” para Portugal, percebida pelo historiador espanhol, dava a dimensão nacionalista e patriótica da *HCP*. Os próprios impressores da coleção, a Companhia Litográfica Nacional, não se furtaram no seu último volume, a reforçar essa característica comparando a grandeza da obra – “a mais bela e a mais pura glória deste período triste de decadência e de abatimento nacional”.¹⁰⁴¹

No Brasil, às vésperas do Centenário, a interpretação da colonização portuguesa e sua contribuição para a formação da nacionalidade brasileira proposta na *HCP* eram compartilhadas por parcela significativa dos círculos intelectuais e políticos. Assim, o historiador paranaense Rocha Pombo, em artigo publicado em *A Pátria*, enaltecia a obra como manifestação da perenidade dos laços entre a antiga metrópole e sua colônia americana:

Antes de tudo, diante da magnificência deste trabalho, a primeira impressão que se tem é que ele representa a ufania com que o velho e glorioso Portugal se volta para a sua obra na América, a mais bela que lhe ficou dos grandes dias, e a que subsistirá no mundo e na história como a projeção mais legítima da raça.

Nada mais justo do que esse orgulho com que o português vê o Brasil e sente no povo brasileiro a grande alegria e a glória de sua paternidade histórica. Ao mesmo tempo, demonstração alguma poderia comover-nos mais o coração, a nós outros, do que essa bravura moral, essa galhardia de gestos carinhosos com que Portugal se alegra conosco e nos enaltece, enaltecendo a mais excelente e grandiosa de suas obras no mundo.¹⁰⁴²

No livro do Centenário da Independência, a *HCP* foi citada como um dos empreendimentos que notabilizaram a comemoração. O bibliófilo José Carlos Rodrigues

¹⁰³⁸ *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Conclusões, v. II, p. 441.

¹⁰³⁹ A historiografia espanhola relaciona à exacerbação nacionalista portuguesa da época a afirmação do caráter intencional da viagem de Cabral em paralelo à refutação da presença dos precursores espanhóis. Ver Ramón Ezquena. Pinzón, Vicente Yañez. In: Germán Bleiberg. *Op. cit.*, v. III, p. 272-273.

¹⁰⁴⁰ *Prospecto de divulgação da História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora da História da Colonização Portuguesa do Brasil. s.d. RGPL. Coleção Carlos Malheiro Dias.

¹⁰⁴¹ Homenagem da Litografia Nacional. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. v. III.

¹⁰⁴² *Apud* Jaime Cortesão. História de uma história. *Op. cit.*, p. 61-62.

destacava favoravelmente a edição como uma obra gigantesca “das que ficam pelos séculos afora atestando o vigor e o patriotismo da raça”. João Ribeiro afiançava o caráter monumental da coleção, “ela é, em última análise a história nacional, inteira e completa, incluindo os próprios movimentos autonômicos que se expressam com as qualidades e defeitos, com o mesmo temperamento da raça procriadora”.¹⁰⁴³ Os capítulos da *HCP* escritos por Duarte Leite e Luciano Pereira da Silva foram comentados por Ribeiro numa edição revista da *História do Brasil*. Ribeiro considerava válidas as investigações de ambos sobre a prioridade portuguesa no descobrimento do Brasil. “Essas opiniões merecem detido exame e a elas não se pode negar alguma probabilidade, graças à deficiência atual dos documentos que a aprovariam ou destruiriam.” Pinzón e Lepe, no entanto, reafirmava Ribeiro, chegaram ao Norte antes dos portugueses, em 1493, e não ocuparam a região. A discussão, contudo, da intencionalidade do descobrimento, era secundária, pois “O Brasil sem embargo do descobrimento, para os portugueses foi dádiva da sua diplomacia”.¹⁰⁴⁴

A ênfase na análise da *HCP* recaiu, porém, em razão do contexto histórico e social do momento de sua edição, sobre o aspecto patriótico e nacionalista juntamente com as qualidades literárias da obra. Assim, no juízo de Fidelino de Figueiredo, a *HCP* era “uma das obras de maior opulência editorial que a erudição tem produzido” e “edificante reivindicação da cultura lusitana. Os seus autores filiavam-se ao que Figueiredo classificava “moderna corrente de renovação de idéias acerca da direção científica dos documentos geográficos dos portugueses”, iniciada pelo 2º Visconde de Santarém e prosseguida por Joaquim Bensaúnde e Luciano Pereira da Silva.”¹⁰⁴⁵

Para Filinto de Almeida, escritor e jornalista português, há várias décadas radicado no Brasil, a obra era um motivo de orgulho para todos os portugueses, especialmente para a colônia. Mais do que um livro frisava, Filinto de Almeida, a *HCP* era um monumento imperecível “com que os portugueses no Brasil” iniciavam a celebração do Centenário da Independência “desse colosso territorial, que Pedr’alvares descobriu de propósito e que Portugal conservou, povoou, defendeu e entregou aos descendentes dos primeiros povoadores”. Conservação e povoamento que tinha algo de miraculoso “desde o venturoso Dom Manuel I até o Desventurado Dom João VI”. Este último um injustiçado cuja

¹⁰⁴³ *Livro de Ouro Commemorativo do Centenário da Independência e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro – 1822 a 1922-1923*. Edição do Anuario do Brasil (Almanack Laemmert). Rio de Janeiro: 1923, p. 366.

¹⁰⁴⁴ João Ribeiro. *História do Brasil*. 13ª ed. refundida, revista e melhorada. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935, p. 29.

¹⁰⁴⁵ Fidelino de Figueiredo. *Um século de Relações Luso-Brasileiras (1825-1925)*. Separata da Revista de História, v. 4. Lisboa: Empresa Literária Fluminense Lda., 1925, p. 19.

reabilitação, afiançava Almeida, já começara no Brasil e logo alcançaria a outra banda do Atlântico. O nacionalismo do povo português resumia a história dos três séculos da colonização do Brasil e deitou raízes na “tradição e no caráter da raça” do nacionalismo brasileiro. Pouco importava que “ele se tenha esgalhado no ramo peço do xenofobismo, que não deu nem dará fruto”, pois o tronco estava “robusto e viçoso” e engrandecia “a nacionalidade já grande, que os nossos avós fundaram com a argamassa indestrutível do sacrifício, do sangue e das lágrimas”. Essa nacionalidade, ao contrário do que afirmavam os antilusitanos, da primazia de criminosos e degredados no início da colonização, fora fundada pela melhor parcela da sociedade portuguesa da época.¹⁰⁴⁶

As menções no livro do Centenário e as críticas elogiosas de Fidelino de Figueiredo, Filinto de Almeida e João Ribeiro tenderam a induzir o leitor à idéia de um regozijo universal dos meios intelectuais brasileiros com a *HCP*.¹⁰⁴⁷ A unanimidade em torno de comemorações nacionais foi construída ao longo das gerações e das percepções coletivas e sobrelevava as dissonâncias. No caso das festas e eventos do Centenário de 1922 e, especificamente a edição da *HCP*, a “participação portuguesa” foi avaliada por uma fração dos círculos intelectuais brasileiros como contrária aos interesses da nacionalidade, sendo alguns desses comentários marcadamente lusófobos. Assim, logo no início da propaganda para angariar assinaturas para a *HCP*, o semanário nacionalista *Gil Blas* saía a campo denunciando o empreendimento como antinacional. Para o articulista de pseudônimo Calabar, tratava-se de uma “cavação” intelectual chefiada por um “sicofanta noveleiro” (Malheiro Dias).¹⁰⁴⁸ Em outra edição, o mesmo semanário a título de contribuir para “provar a brandura dos métodos lusitanos” transcrevia a proclamação do conde dos Arcos de 29 de março de 1817, ameaçando os revoltosos de Pernambuco e as páginas de Oliveira Martins de *O Brasil e as Colônias portuguesas* condenando o colonialismo português no Brasil.¹⁰⁴⁹

Numa série de artigos publicados no *Gil Blas*, em 1921, Álvaro Bomfílcar atacou o projeto da *HCP* e a interpretação lusófila da colonização. Ardoroso defensor da mestiçagem, Bomfílcar criticou ferozmente a imagem de barbárie dos índios e africanos indo de encontro à imagem de missão civilizadora da colonização portuguesa difundida na *HCP*. Ao contrário dos colonizadores portugueses, dizia Bomfílcar, os índios e africanos escravizados não tinham

¹⁰⁴⁶ Cf. Filinto de Almeida. Um Monumento. In: *Colunas da Noite*. Paris: Livraria Francesa e Estrangeira Truchy-Leroy, s.d., p. 167-169.

¹⁰⁴⁷ Esta visão pode ser encontrada, por exemplo, em Maria Isabel João. Comemorações e Mitos da Expansão. In: Francisco Bethancourt e Kirti Chaudhuri. *Op. cit.*, p. 420.

¹⁰⁴⁸ Calabar. A maior homenagem ... *Gil Blas* (53), 13.2.1920.

¹⁰⁴⁹ A História da Colonização do Brasil. *Gil Blas* (57), 11.3.1920.

cronistas para se opor “às mentiras monumentais” do colonizador, pois seus argumentos eram expressos em lendas, cantos e tradições orais, considerados irrelevantes pelos historiadores. A contribuição portuguesa, na visão de Bomílcar, era o atraso, “a idade do tamanco”.¹⁰⁵⁰

Ao criticar o propósito da *HCP*, tal qual foi apresentado por Malheiro Dias numa conferência em 16 de fevereiro de 1921, Álvaro Bomílcar qualificou o escritor português como “espírito inteiramente devotado ao empreendimento de escrever a História pelo avesso” e atacou o sentido de continuidade entre a história portuguesa e a brasileira proposta para balizar a escrita da história do Brasil: os “antepassados reinóis”, os “nomes ilustres de heróis que se fizeram notáveis na África, na América e na Ásia por façanhas guerreiras”, em nome da Pátria, do Rei e da Igreja, simbolizados na figura do filho do donatário de Pernambuco, Jorge de Albuquerque Coelho, que acompanhou o rei D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir.

A esta elegante e sonora definição retórica da fisionomia histórica de um herói, cujas façanhas contra índios quase inermes dos sertões brasileiros e contra bárbaros para registrar-se uma ... derrota pouco honrosa para os tais *avós*, opomos ainda uma vez a palavra muito mais séria, muito mais desinteressada, muito mais nobre do homem ilustre, que sendo dos maiores nomes da poesia brasileira, fez-se igualmente grande no estudo científico da nossa formação histórica. Assim fala Gonçalves Dias nas ‘Obras póstumas’:
‘- E a luta durou por muitos anos, até que na taba das três embocaduras – um índio converso – o primeiro brasileiro que encontramos na história – cioso da liberdade em que nascera, morreu nobremente de morte ignominiosa por ordem de um Albuquerque. E a Europa inteligente aplaudiu a nação guerreira que ao través do oceano fundava um novo Império, em mundo novo, viciando-lhe o princípio com o cancro da escravatura e transmitindo-lhe *o amor do ouro sem o amor do trabalho*.’

(São nossos os grifos dos trechos transcritos)¹⁰⁵¹

Na refutação da colonização portuguesa, Álvaro Bomílcar enalteceu, inclusive, aqueles que a combateram tomando partido de outros povos colonizadores. Foi o caso de Calabar que combateu ao lado dos holandeses contra os portugueses. A posição de Bomílcar foi duramente criticada por Jackson de Figueiredo que apontava o elogio de Calabar como exemplo dos exageros do nacionalismo lusófono, do qual se separou por divergências doutrinárias e pessoais, que de forma contraditória fazia também a apologia dos jesuítas e de Eduardo Prado.¹⁰⁵²

Para Bomílcar, a Independência sob a direção de Pedro I foi uma solução áulica articulada pela “classe comercial” e pelos cortesãos de D. João VI para perpetuação do poder. A solução monárquica foi um lastimável erro político engendrado por José Clemente Pereira e José Bonifácio com o objetivo de evitar o esfacelamento e dar estabilidade ao país.¹⁰⁵³ Essa solução áulica, a monarquia sob a égide de um governante da rama colonizadora, impossibilitou a plena independência do Brasil e, pior dos mundos, o país tornou-se receptor de emigrantes portugueses, concorrentes do nacional no mercado de trabalho e controladores

¹⁰⁵⁰ Álvaro Bomílcar. Sobre a história da colonização portuguesa no Brasil. *Gil Blas* (120), 26.5.1921.

¹⁰⁵¹ Álvaro Bomílcar. Sobre a ‘História da Colonização Portuguesa do Brasil’. *Gil Blas* (116), 28.4.1921.

¹⁰⁵² Jackson de Figueiredo. *Do Nacionalismo na Hora Presente*. Rio de Janeiro: Livraria Catholica, p.35-38.

¹⁰⁵³ Álvaro Bomílcar. Sobre a ‘História da Colonização portuguesa no Brasil’. *Gil Blas* (113), 7.4.1921.

da vida econômica. Nessa situação de subalternidade, o Brasil era essencial à sobrevivência de Portugal, uma nação falida e passadista.

Intimamente convencidos da falência absoluta e do inevitável desaparecimento da sua pátria, voltam-se os metropolitanos PÉS DE CHUMBO [no original] para esta pátria nova e rica (...) ‘A nação BRAZILEIRA [no original] é a obra obra-prima de Portugal’. Estúpidos! (...) Portugal nada faz para o Brasil senão mandar para aqui ladrões, degredados e prostitutas expulsas de Lisboa (...) ¹⁰⁵⁴

Conforme Coelho de Paula, outro colaborador do *Gil Blas*, aqueles que faziam apologia da colonização portuguesa e das glórias de Portugal recorriam ora ao “espírito de aventura” e de “empreendimento” que supostamente guiava os navegadores ora reduziam a colonização à obra dos jesuítas confundindo “o joio com o trigo, quando, na realidade, uma representa a destruição, outra o mais sólido amparo à família, o maior desvelo à pessoa do americano, fazendo com que ele muito cedo se sentisse digno de ser respeitado”. ¹⁰⁵⁵

Ainda mais incisivo foi Alcebíades Delamare em discurso proferido a ginásianos, por ocasião do 7 de setembro em 1923. Notava Delamare que a história do Brasil era cheia de heroísmo e altruísmo, no entanto, estava “deturpada, deformada, desfigurada, desplasmada, – já nas suas fontes, já nas suas origens, já nos seus mananciais subsidiários (...) apresentada como vem sendo, nas escolas, nas cátedras, nos livros, nos compêndios, nas aulas, na imprensa e até no parlamento”. ¹⁰⁵⁶ Dois acontecimentos demonstravam que a história do Brasil, então ensinada, era “um amontoado de mentiras propositadas, de falsidades cínicas, de torpezas sem nome”. O primeiro era a atribuição inverídica da descoberta do Brasil por Cabral constantemente afirmada até se tornar um truísmo.

Ensinam, por aí, às nossas crianças que a nossa terra foi descoberta por Pedro Álvares Cabral. E o adolescente, ingênuo e crédulo, fixa no seu cérebro esse pressuposto e nunca mais ninguém o convencerá de que Colombo, tendo sido o descobridor do Novo Mundo, tinha IPSO FACTO [no original] descoberto o Brasil, que é uma parte desse todo. (...) Cabral arribou a Santa Cruz depois de ter sido pisado o solo brasileiro por outros navegadores. Cabral apossou-se MANU MILITARE [no original] desta vasta porção do continente americano, sem que tivesse nem sequer merecido mais tarde uma ligeira referência de Camões, quando nos Lusíadas cantou as epopéias de sua gente. ¹⁰⁵⁷

O segundo acontecimento era a independência política sob a liderança de Pedro I. No entendimento de Delamare, o ato simbólico da Independência, o Grito do Ipiranga, era o último de uma seqüência de gestos espetaculosos, frases teatrais e encenação de atitudes que encobria “um plano caviloso” para conduzir ao fracasso o verdadeiro movimento de libertação do jugo português. “Tudo aquilo, provam os documentos autênticos, não passava de uma farsa deslavada para burlar a ação dos que o levaram, quase a força, a romper os grilhões que nos jungiam à metrópole arruinada e sedenta de ouro.” ¹⁰⁵⁸ A história da independência era uma narrativa deformada consolidada nas salas de aula por mestres e livros que semeavam uma mentira, “que o Brasil se separou, entre flores, beijos e abraços, da metrópole de além-mar”. ¹⁰⁵⁹ Esse ensino anti-nacional ofuscava os combates para expulsar os portugueses empreendidos na Bahia, na Cisplatina, em Pernambuco, no Pará e no Piauí. “O 7 de Setembro com a monarquia, foi obra de José Bonifácio; o luso-brasileirismo foi obra de José

¹⁰⁵⁴ Álvaro Bomílcar. União Luso-brasileira. *Gil Blas* (198), 16.3.1923.

¹⁰⁵⁵ F. Coelho de Paula. Fatos e não palavras! Alguns aspectos da colonização portuguesa no Brasil *Gil Blas* (118), 13.5.1921.

¹⁰⁵⁶ Cf. Alcebíades Delamare. A significação histórica e política do 7 de Setembro. Conferência proferida no dia 7 de Setembro de 1923, no Ginásio Vera-Cruz, no Rio de Janeiro. *As Duas Bandeiras. Catolicismo e Braziliidade*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital/Anuario do Brasil, 1924, p. 121.

¹⁰⁵⁷ Alcebíades Delamare. *Op. cit.*, p. 122-123.

¹⁰⁵⁸ Id. *Ibid.*, p. 123.

¹⁰⁵⁹ Id. *Ibid.*, p.124.

Clemente Pereira”, mas “o 2 de Julho de 1823, na Bahia, foi o epílogo glorioso da tragédia, em que perderam a vida patriotas sem mácula, mais tarde infamados nas páginas vendidas dos historiadores improbitosos (sic)”.¹⁰⁶⁰

Dessa forma, a guerra contra o colonizador desmentia os defensores da amizade com Portugal e mostrava que a Independência foi obra exclusiva dos patriotas brasileiros longe do conchavo dos gabinetes e da retórica dos embaixadores. “Não se operou este fato político”, dizia Delamare, “em que pese a opinião dos nossos historiadores, num ambiente de camaradagem e de boa paz, sem lutas nem dificuldades, sob a aparência simpática de um acordo amigável entre a antiga colônia e a metrópole” o que equivalia a afirmar a possibilidade de acordo “entre o dominador e o espoliador, entre o senhor e o escravo”. Ocultar a reação sangrenta da metrópole era um delito contra a verdade e expô-la um dever do “historiador imparcial” e do “sociólogo precavido”.¹⁰⁶¹

As palavras de Alcebíades Delamare, Álvaro Bomfilar e Coelho de Paula representavam, portanto, a interpretação que os autores da *HCP* se esforçavam no momento do Centenário da Independência para desacreditar. Nesse intuito, os autores e organizadores da *HCP*, capitaneados por Malheiro Dias, apelavam para a reunião de uma massa documental (manuscritos, mapas, iconografia) para afirmarem uma abordagem supostamente científica e neutra de um conjunto de questões, que ao contrário, os lusófonos tratariam de forma passional.

A contestação dos nacionalistas lusófonos, contudo, não se restringia a uma dada memória e escrita da história do Brasil considerada antinacional e lusófila. A própria independência, frisavam, tinha uma restrição. O 7 de Setembro marcava a *independência política* mas faltava conquistar a *independência econômica*. Esta seria impossível de se obter enquanto não fosse superada a inépcia administrativa, o indiferentismo criminoso pelas coisas nacionais, o marasmo generalizado, a corrupção e, principalmente, o espírito acomodado de toda a população. “É preciso reagir contra esse estado de coisas, - pregar e realizar a guerra santa da conquista econômica do país”.¹⁰⁶²

A capa do *Gil Blas* na semana do 7 de setembro de 1920 explicita a repulsa aos Bragança e à tese da continuidade histórica entre Portugal e Brasil. Expondo a foto do monumento na Praça Tiradentes em homenagem a Pedro I e à Constituição de 1824, o redator diminuía o simbolismo do monumento e apresentava outra proposta de leitura da história da emancipação do Brasil de Portugal.

Pedro I, degenerado como seu pai D. João VI, libidinoso como sua mãe D. Carlota, desequilibrado e ignorante como sua avó D. Maria I, impulsivo e estabonado, jamais compreendeu, e muito menos executou, a obra da independência do Brasil. O 7 de setembro de 1822 foi uma farsa. O capítulo final da nossa epopéia foi o 2 de julho de 1823. Apeie-se da “mentira de bronze” do Largo do Rocio o impostor Pedro I, e em seu lugar se coloque o vulto venerando do Pe. Feijó.¹⁰⁶³

Para a opinião lusófila, o ataque aos portugueses e à colonização portuguesa do Brasil não passava de “jacobinismo irritante” de “desocupados intelectuais” que sabiam demolir, mas não tinham uma posição construtiva e favorável à comunhão social. O chauvinismo dos inimigos da “tradicional amizade política de Portugal para com o Brasil” era uma flor exótica dos pântanos proclamava *O Malho*, logo após a chegada de Sacadura Cabral e Gago Coutinho ao Rio de Janeiro. Lembrava o semanário, em evidente confronto com o *Gil Blas*, que a separação da metrópole fora decorrência de uma evolução natural, sem revolução nem rompimento com Portugal, a mãe pátria. Em contraste com os americanos do norte separados da metrópole por uma questão econômica (“não quiseram pagar um imposto que não haviam votado”) no Brasil ocorreu “uma reclamação legítima da

¹⁰⁶⁰ Id. *Ibid.*, p. 123-124.

¹⁰⁶¹ Id. *Ibid.*, p. 125-126.

¹⁰⁶² Id. *Ibid.*, p. 131.

¹⁰⁶³ Outra mentira de bronze. *Gil Blas* (83), 9.9.1920.

nossa própria autonomia outorgada pelo monarca lusitano que aqui estivera obrigado do flagelo napoleônico”. Nesse contexto, a prevenção contra os portugueses era injustificável.

Um povo que assim sai da tutela do outro, deste não fica inimigo, nem há prevenção que se justifique. O jacobinismo impenitente que força por inverter os valores morais da aproximação luso-brasileira, esquece isto e, pelos seus processos, procura lançar entre as duas nacionalidades, que se amam e se fortalecem no auxílio mútuo, essa espécie de atrofia da solidariedade étnica e da consciência histórica da nossa raça, símbolo do maior e do mais perfeito dos desastres que nos está brindando esse surto de parolice de desmandos irresponsáveis.¹⁰⁶⁴

As relações oficiais quase sempre privilegiaram o ideal de comunhão e fraternidade, conforme defendia *O Malho*, minimizando os aspectos contenciosos e ressaltando as semelhanças entre os dois povos. Assim, na saudação de Eitácio Pessoa a Antonio José de Almeida, em 18 de setembro de 1922, era enfatizado o caráter de “festa luso-brasileira” do centenário, pois brasileiros e portugueses formavam um único povo, um corpo separado, mas de alma unida. Essa união fora arquitetada na época colonial e, paradoxalmente, consolidada pela independência, entendida como luta comum de portugueses e brasileiros contra a destruição da unidade nacional, planejada pelas Cortes de Lisboa. Tratava-se, o centenário, de um momento histórico, declarou Eitácio Pessoa, que festejava uma “data da raça”:

Por que não haveria Portugal de comemorar hoje conosco a emancipação política de um país que ele descobriu, povoou e defendeu contra a cobiça dos invasores? (...)

Não! A guerra da Independência não foi uma luta de brasileiros contra portugueses mas de brasileiros e portugueses, aliados entre si, contra a orientação e retrógrada e impolítica das Cortes de Lisboa, empenhada em destruir a obra que vários séculos haviam já consolidado – a unidade nacional dentro da imensa vastidão do nosso território. (...)

Os portugueses que ficaram conosco não se sentiram, em 1822, como não se sentem hoje, em terra estranha. As forças mandadas de Lisboa pelas Cortes hostis, essas forças não tiveram contra si apenas os brasileiros feridos no seu orgulho, mas também os portugueses liberais, indignados contra a ditadura coletiva dos deputados da Regeneração.¹⁰⁶⁵

D. João VI e seu filho D. Pedro eram listados como os heróis da independência. O primeiro porque preparou o Brasil para a independência – “o grande império do futuro”; o segundo porque continuou a obra paterna. O mesmo sentido foi ratificado pelo presidente português, Antonio José de Almeida, que destacou o Brasil como a maior obra de seu país e a legitimidade da contribuição lusitana na construção da *brasilidade*.¹⁰⁶⁶

¹⁰⁶⁴ Entre Brasil e Portugal. *O Malho*. 1.7.1922.

¹⁰⁶⁵ Discurso do Sr. Presidente da República no banquete do dia 18 de Setembro, no Palácio do Catete. Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Relatório (1923)* de 30.4.1922 até 3.5.1923. Anexo A, p. 49-50.

¹⁰⁶⁶ Id. MRE. *Relatório (1923)*. Anexo A, p. 51-52.

O discurso de Epiácio Pessoa reverberava a história elaborada no Segundo Reinado de evolução natural e história incruenta da nação. Matizando os conflitos e as diferenças entre brasileiros e portugueses na época da independência, o discurso oficial afirmava a solidariedade étnica européia e explicitava uma memória da nacionalidade calcada na presença cultural (língua portuguesa), espiritual (religião católica) e afetiva (pátrias irmãs) do antigo colonizador. O sete de setembro crismava-se então como uma data luso-brasileira. Uma data de celebração de duas pátrias irmãs, ratificou o presidente de Portugal, “cada uma vivendo em sua casa tendo um passado até há cem anos comum e um futuro, em muitos pontos diversos, mas em todos outros equivalentes”.¹⁰⁶⁷

Em suma, de acordo com o discurso oficial da comemoração do Centenário, a intolerância das Cortes em relação ao Brasil, promovida pelas elites políticas de Portugal, motivou a separação. Nessa interpretação, a independência em 1822 teve um caráter legitimista e continuísta. Continuidade dinástica e continuidade histórica, frisava Malheiro Dias, pois “a transferência da corte” deu ao Brasil, mais do que a autonomia, “a ascendência política sobre o velho reino” debaixo do governo condescendente de D. João VI “que fortalecia com a sua presença a aspiração emancipadora” e propiciava o “noviciado da independência”.¹⁰⁶⁸ Um príncipe português conduziu afinal a libertação do jugo colonial de forma incruenta e marcada pela conciliação, pois as elites políticas de ambos os lados do Reino Unido partilhavam o ideário liberal. Em Lisboa, contudo, o liberalismo tinha descambado no romantismo político e no jacobinismo. O aventureirismo das Cortes, afirmava Malheiro Dias, não reconheceu “que o Brasil era já o Brasil e não um pseudônimo americano de Portugal em 1822, muito embora nas cortes românticas e jacobinas de Lisboa os deputados ... entendessem o contrário. Não era a primeira vez que um parlamento pensava erradamente e não terá sido infelizmente a última ...”¹⁰⁶⁹

Para os nacionalistas lusófonos da *Propaganda Nativista*, contudo, a independência foi incompleta justamente por ter sido conduzida por príncipe português. Emancipado politicamente, o Brasil permaneceu um dependente econômico. A ocupação e exploração das atividades econômicas lucrativas pelo “galego” em prejuízo do nacional representavam essa dependência ainda em pleno centenário. Essa perspectiva era extensiva a

¹⁰⁶⁷ Discurso do Presidente da República Portuguesa no banquete do dia 18 de Setembro, no Palácio do Catete. *Op. cit.*, p. 52.

¹⁰⁶⁸ Carlos Malheiro Dias. *O Patrimônio histórico do Brasil*. Publicado no Brasil pelos Diários Associados em 2.6.1940. Reproduzido do *Diário de Notícias* (maio/1940). AIHGB. Arquivo Hélio Viana. Pasta 21.

¹⁰⁶⁹ Carlos Malheiro Dias. Saudação em nome da colônia portuguesa ao Presidente da República do Brasil. Sessão solene no Gabinete Português de Leitura, em 30 de Setembro de 1922. *Orações e Conferências*. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d [1937], p. 77.

outros elementos alógenos que se estabeleciam no meio urbano considerado artificial, antinacional e cosmopolita e confrontada a sociedade rural, imaginada como o relicário das tradições nacionais. A incidência das críticas, contudo, recaía sobre os portugueses, fato que Jackson de Figueiredo julgou excessivo e prejudicial ao movimento nacionalista reunido em torno da *Ação Social Nacionalista*. Figueiredo não negava a ocorrência de atos infames praticados pelos colonos portugueses nem que o antilusitanismo estivesse presente na formação da sociedade brasileira. Essa realidade, porém, não significava a inferioridade da colonização portuguesa comparada à inglesa ou holandesa. Tampouco tinha interesse a questão da primazia do descobrimento do Brasil ou na polêmica sobre a língua nacional.

A ambas, que enunciei, me parece responder o bom senso em poucas palavras:
- pouco adianta saber quem descobriu o Brasil; quem dele tomou conta é o que importa saber - e foi ao português que coube esta glória; - não há gramático português nem filólogo brasileiro que seja capaz de negar, estando no seu perfeito juízo, que falamos o português; não haverá também quem, de boa fé, possa negar que, no Brasil, o português tem sofrido e há de sofrer modificações mais ou menos importantes e, de minha parte, direi que algumas delas concorrendo para maior beleza da língua.¹⁰⁷⁰

Outra qualidade de crítica que escapava ao elogio encomiástico e às diatribes lusóforas foi aquela formulada por Tristão de Ataíde. Numa carta a Malheiro Dias, o crítico louvava a iniciativa da edição da *HCP* e o talento literário do seu organizador. Ataíde, no entanto, divergia da concepção de História que sustentava filosoficamente a obra. Entendia que a *HCP* estava marcada pela ênfase no providencialismo e nos grandes homens, conforme as lições registradas de Plutarco. Essa concepção da história não era “a História verdadeira, a história científica, isenta de paixão e de finalidade didática e moral”. Ao contrário, favorecia a perturbação do juízo do historiador e uma mistificação inconsciente. “Tudo isto e o mais, me leva a preferir a história imanente à história transcendente, e foi isso que me levou a mencionar o receio com que li a palavra *milagre*, que indica sempre intervenção transcendente, a propósito da colonização.”¹⁰⁷¹ A crítica de Tristão de Ataíde à concepção de história da *HCP* era extensível aos de seus antagonistas lusóforos que se diferenciavam dos autores da coleção na interpretação da colonização do Brasil, mas convergiam na prática de uma escrita da história centrada nos grandes homens, os heróis, no factual e na ênfase narrativa.

¹⁰⁷⁰ Jackson de Figueiredo. *Op. cit.*, p. 44.

¹⁰⁷¹ *Apud* João Bigotte Chorão. Uma tentativa de itinerário de Alceu Amoroso Lima. *Galeria de retratos*, p. 160-161.

Na década de 1920, portanto, a leitura da *HCP* era efetuada segundo percepções diferenciadas a respeito da nação e da nacionalidade existentes no mundo social. As concepções antagônicas a respeito da presença histórica e cultural portuguesa motivavam as batalhas de memória travadas entre os intelectuais pelas representações do passado colonial, entendido como origem da nação. Os conflitos de representações do passado colonial, provenientes da memória coletiva, projetavam-se na elaboração do discurso sobre a história da nação brasileira e sua aplicação em estratégias e práticas políticas nas duas margens do Atlântico.

Em Portugal, a *HCP* permaneceu estreitamente vinculada à chamada história “luso-brasileira”, considerada um ramo da historiografia portuguesa. Assim, em estudo sobre a cultura portuguesa nos anos vinte, José Augusto-França destacou a coleção como um marco no conjunto da historiografia portuguesa da época notadamente dos Descobrimentos.¹⁰⁷²

O mesmo sentido era ressaltado por Maria Isabel João que listou a *HCP*, juntamente com a *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (coleção dirigida António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias) e a *História de Portugal* (dirigida por Damião Peres), como obra representativa de um ciclo da historiografia portuguesa, caracterizado pela percepção nacionalista e seu cruzamento com a questão colonial. Nesse cruzamento entre a idéia de nação e o colonialismo, a história era interpretada segundo uma concepção universalista, civilizadora e heróica do povo português que permeava diversas culturas políticas (integralistas, nacionalistas, republicanos). Sua principal virtude e lição, ainda segundo Maria Isabel João, era a investigação e o rigor da construção da narrativa.¹⁰⁷³

A narrativa triunfalista dos feitos dos guerreiros e navegadores nas Índias (Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Duarte Pacheco Pereira, Afonso de Albuquerque e Francisco de Almeida), criticada por Tristão de Ataíde, tinha seu espelho na colonização da América. No Brasil, a enxada, acompanhada pelo arcabuz, substituiu o astrolábio e a bússola e os heróis dessa epopéia americana e terrestre são Mem de Sá, Tomé de Sousa, Anchieta, Duarte Coelho, Martim Afonso de Sousa e Jerônimo de Albuquerque. Meio século após sua publicação, o efeito desta visão heróica dos Descobrimentos e da colonização evocada nas narrativas da *HCP* pôde ser percebida no testemunho de Marcelo Caetano: “Estudante universitário, lembro-me, como se fosse hoje, da emoção com que adquiri esse fascículo, de

¹⁰⁷² José-Augusto França. *Os Anos Vinte em Portugal. Estudo de factos sócio-culturais*. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 439.

¹⁰⁷³ Maria Isabel João. Organização da memória, p. 398-399. In: Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. *Op. cit.*, p. 376-402.

formato, in-folio, luxuosamente apresentado como raras vezes se vira, e com riquíssima ilustração”.¹⁰⁷⁴

A narrativa da colonização portuguesa do Brasil proposta na *HCP*, portanto, não se encontrava isolada do contexto da produção historiográfica portuguesa no primeiro terço do século XX. A visão triunfalista e heroicizada do processo de ocupação territorial, do povoamento e da formação das instituições sociais na colônia americana enquadrava-se como dominante nas concepções das elites políticas e intelectuais portuguesas, e de parte significativa das elites brasileiras, naquele período e ainda permaneceria hegemônica até a virada dos anos 60/70. Adotada pelo Estado Novo português, a perspectiva triunfalista da história da colonização portuguesa do Brasil ensejou a tentativa de uma historiografia única – “lusu-brasileira” da época colonial – um projeto cujo fio condutor era a valorização da missão civilizatória e imperial da nação portuguesa.¹⁰⁷⁵

A disputa contra os antilusitanos em torno da primazia do Descobrimento, da colonização portuguesa no Brasil e da independência eram acompanhadas por polêmicas intelectuais sobre a identidade da nação lusa. Quando Malheiro Dias enunciou e lamentou o crepúsculo da Idade de Ouro de Portugal com o desaparecimento de Dom Sebastião e tornou a figura desse rei como mote para a exaltação nacionalista havia uma referência ao debate intelectual travado com António Sérgio sobre os impasses e enfrentamentos existentes na cultura política portuguesa da Primeira República.¹⁰⁷⁶

Estes exemplos abalizam a hipótese de que a *HCP* atuava como instrumento e veículo – uma arma do arsenal de estratégias pela qual a tradição/memória reforçava a política do presente¹⁰⁷⁷ – no debate tanto no Brasil quanto em Portugal em torno da questão nacional, na qual estavam envolvidas as lutas pelas representações do passado e, conseqüentemente, a apropriação de uma dada memória e sua historicização. Nesse sentido, tratava-se de afirmar e reafirmar compromissos políticos e ideológicos e defender uma perspectiva historiográfica, que “per si” constituía uma tomada de posição e, conseqüentemente, escapava dos postulados de neutralidade científica do historicismo objetivista.

¹⁰⁷⁴ Marcelo Caetano. *Op. cit.*, p. 271-272.

¹⁰⁷⁵ Sobre o projeto de historiografia única da época colonial brasileira e a ação de Julio Dantas para a sua consecução ver Lúcia Maria Paschoal Guimarães. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil Colonial. *Revista Brasileira de História*. v. 24, nº 48. São Paulo: Anpuh/Fapesp, 2004, p. 152-156.

¹⁰⁷⁶ Carlos Malheiro Dias. A metrópole e suas conquistas nos reinados de D. João III, D. Sebastião e Cardeal D. Henrique. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. III, p. 1-47.

¹⁰⁷⁷ Cf. Patrick Hutton. *History as an art of memory*. University Press of New England: Hanover and London, 1993, p. 128.

Como todo texto, a *HCP* propiciou uma pluralidade de leituras e usos diferenciados daqueles intencionados pelos seus autores. Assim, uma apropriação mais contemporânea da *HCP* ressaltou sua importância como fonte para o estudo do Brasil no século XVI. Foi o caso da coleção *Terra Brasilis*, escrita por Eduardo Bueno, cuja elaboração valeu-se da compilação de autógrafos, iconografia, manuscritos, mapas e de vários textos da *HCP* para fundamentar sua exposição acerca da chegada dos portugueses ao Brasil e do início da colonização.¹⁰⁷⁸

O processo político-cultural transformou a leitura e recepção das obras literárias e históricas. No caso da *HCP*, ela permaneceu citada como obra-monumento, louvada pela coleta e reprodução de mapas, documentos e gravuras que lhe conferiram um lugar na historiografia nacional, especificamente, na historiografia luso-brasileira. Porém, os objetivos dos editores da *HCP* e das narrativas construídas nela inseridas para exaltar “Portugal no Brasil” foram pouco examinados.

Em seu estudo sobre a imagem recíproca de Brasil e Portugal, Nelson Vieira sublinhou o objetivo de exaltação da “união luso-brasileira”, ou seja, a perenidade das relações entre os dois povos e a nobreza da origem do Brasil, a que a *HCP* se propôs.¹⁰⁷⁹ Desse modo, a relação de conflito e dominação entre colonizador/colonizado, bastante destacada na visão antilusitana, era substituída por uma memória histórica que privilegiava a união e fraternidade e, esta memória histórica, era consubstanciada na *HCP*.

Ao fim e ao cabo, a coleção permaneceu como lugar simbólico dessa memória histórica e modelo para as iniciativas voltadas para aproximar Brasil e Portugal. Ao comentar o futuro da herança portuguesa no Brasil, Eduardo Dias assinalava, duas décadas após a edição da *HCP*, a necessidade de reeditar e completar a obra, já então uma referência.

Agora convinha também a par de outros estudos em cooperação, rever, aumentar e concluir a História da Colonização Portuguesa do Brasil. Explico-me: acho que seria do mais alto interesse reimprimir o que naquele momento vai para além de belos rendilhados literários e pode ser considerado como tesouros de erudição e ciência, juntando-lhe em edição mais acessível e manuseável, os trabalhos posteriores de Brasileiros e Portugueses

¹⁰⁷⁸ Eduardo Bueno. *A Viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. *A Coroa, a cruz e a espada*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

¹⁰⁷⁹ Nelson H. Vieira. *Brasil e Portugal. A imagem recíproca (O mito e a Realidade na Expressão literária)*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, p. 150-152.

(...) de molde a que a História da Colonização derrame luz, de uma vez, sobre os mais variados aspectos da evolução do Brasil.¹⁰⁸⁰

Com intuito semelhante, no início dos anos 1990, a reedição em formato popular da coleção era reivindicada por um grupo de intelectuais portugueses, radicados no Brasil (Cunha de Leirandella, Carlos K. Couto, Dalila Teles Veras, João Alves Neves, João Barcellos, José Rodrigues Paiva, entre outros), autoidentificados como “escritores luso-brasileiros”, que defendiam o maior envolvimento do governo português nas relações culturais entre os dois países.¹⁰⁸¹

* * *

¹⁰⁸⁰ Eduardo Dias. Contribuição portuguesa no futuro do Brasil. *Atlântico. Revista Luso-Brasileira*. Rio de Janeiro/Lisboa: DNI-SNI.Nova Série. (2), 1946, p. 87.

¹⁰⁸¹ Manifesto. In: *Intelectuais e artistas portugueses no Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Americanos Fernando Pessoa, 1992, p. 7. Trata-se de uma coletânea de textos apresentados no I Encontro dos Intelectuais e Artistas Portugueses do Brasil realizado em maio de 1990, na cidade de São Paulo. O evento foi organizado por João Alves Neves, jornalista, ensaísta e presidente do Centro de Estudos Americanos.

CONCLUSÃO

O ambiente luso-brasileiro da virada do século XIX para o XX favoreceu aproximações e trocas intelectuais, sobretudo, em razão das características que identificavam Brasil e Portugal em uma mesma tradição histórico-cultural cuja gênese remontava ao século XVI. Características manifestadas principalmente na dimensão literária e lingüística em que pese as diferenciações reais ou imaginadas delineadas após a independência e ao longo do Oitocentos. Essas relações foram perpassadas por conflitos, distanciamentos e a construção, ou reforço, de percepções recíprocas estereotipadas vinculadas a lembranças históricas (a colonização portuguesa) e à emergência de um sentimento de nacionalidade que chegou aguçado no fim do século XIX.

Nesse último aspecto, o nacionalismo antilusitano representava o extremismo do espírito de reação ao colonialismo português e às influências que a situação colonial gerou no Brasil com a permanência de elementos culturais indissociáveis do reconhecimento de uma identidade coletiva que se tornou fundamental no imaginário político: a Nação. A língua, a literatura e a história foram enfocadas pelos intelectuais oitocentistas no sentido de distanciamento ou mesmo de confronto ao português e à cultura portuguesa. Essa busca pelo nacional por meio da negação do português, todavia, nem sempre se revestiu da refutação radical de Portugal. A cultura portuguesa, outrossim, foi vista como um patrimônio formador da nacionalidade incorporada e transformada pela adjudicação de outras contribuições culturais, como as africanas e indígenas, diluindo-se como componente de uma nova cultura, a brasileira. Uma cultura compósita, na qual os elementos portugueses, geralmente, foram sobrevalorizados em relação aos demais de modo a associar o Brasil ao meio civilizacional europeu. As concepções mencionadas, de repulsa e atração, sintetizam a dimensão cultural/ intelectual das relações luso-brasileiras até meados do século XX e ainda se manifestam, embora de forma esmaecida, na segunda metade daquela centúria.

Nas relações culturais luso-brasileiras, outro elemento importante foi a imigração. O imigrante português foi um agente de permanência de Portugal não apenas em razão do vetor demográfico, mas também pela criação de uma rede de instituições culturais, recreativas e filantrópicas que do Amazonas ao Rio Grande do Sul constituiu a ossatura da comunidade portuguesa no Brasil. Essa presença foi de encontro ao antilusitanismo de uma fração da intelectualidade brasileira e contribuiu para o acirramento de conflitos e a formação de estereótipos. Em determinadas áreas, como o Rio de Janeiro, Pará, Amazonas e Pernambuco, a concentração demográfica de imigrantes portugueses, concorrendo com o elemento nacional no mundo do trabalho e do capital, acirrou ou levantou animosidades. Os portugueses foram acusados de ocupar indevidamente as prerrogativas do nacional favorecidos, inclusive, pelo liberalismo da Constituição de 1891. O sentimento de usurpação propiciou a germinação e enraizamento, nas regiões mencionadas, da percepção de “invasão” do elemento estrangeiro. A percepção de “invasão” não se limitou ao português, mas adquiriu, em relação a essa nacionalidade, um grau de sensibilidade mais extremado na medida que a proximidade cultural e histórica – o passado colonial – era parte intrínseca da memória coletiva.

Nesse contexto, o luso-brasileirismo, atuou como um movimento cultural e, como tal, os atores sociais formulavam e executavam estratégias de ação e discurso. As datas comemorativas e festas em que se celebrava a nação, especialmente aquelas nas quais estava difusa uma memória luso-brasileira, foram de grande valia na demonstração dos laços

singulares que uniam Brasil e Portugal. Essa especificidade foi tratada nesse estudo na abordagem do tricentenário da morte de Camões, no quadricentenário da viagem de Vasco da Gama e da Descoberta do Brasil, no centenário da Abertura dos Portos, no centenário da Independência do Brasil e na dupla comemoração de Portugal em 1940. Outras comemorações *a posteriori* também expressaram esses laços com maior ou menor incidência muitas vezes em dependência dos interesses político-diplomáticos ou da conjuntura histórica do Brasil e Portugal. Foi o caso do sesquicentenário da Independência (1972), do quinto centenário da Descoberta do Brasil (2000) ou, mais recente, do bicentenário da Abertura dos Portos (2008). Considerando, contudo, o comprometimento afetivo e identitário demonstrados nas comemorações luso-brasileiras realizadas entre 1880-1940 é discutível que àquelas realizadas nas últimas décadas do século XX e no princípio do XXI tenham obtido, ou venham a ter, a mesma impressão na memória dos contemporâneos, brasileiros e portugueses, conforme atestam os livros de homenagem, conferências, monumentos e as acirradas polêmicas nos meios intelectuais.

O discurso e a prática do luso-brasileirismo encontravam-se inseridos em uma série de questões políticas e culturais relativas à nação e à nacionalidade tanto no Brasil quanto em Portugal. Elas foram situadas em três momentos nos quais foi possível distinguir os filtros pelos quais passava a avaliação das relações culturais luso-brasileiras: a sensibilidade estético-literária do Romantismo/indianismo, a concepção de raça do cientificismo e a concepção de cultura.

No século XIX, a literatura foi uma fonte de expressão das percepções entre os dois povos e da criação ou reforço de estereótipos. O indianismo romântico buscou a origem da nação nos povos pré-cabralinos que viviam no Brasil e deles delineou uma visão idealizada capaz de contrapor-se ao colonizador português. Esse nacionalismo literário veio acompanhado do nacionalismo lingüístico que se batia pela existência ou formação de uma língua brasileira. Na lógica de seus defensores, a formação da língua brasileira seguiu o desenvolvimento do sentimento nativista que operaria, desde a colônia, na distinção do brasileiro em relação ao português.

A “geração de 70”, no Brasil e em Portugal, foi influenciada por um conjunto de doutrinas calcadas em premissas supostamente objetivas e racionalistas para explicação das diferenças culturais e no estabelecimento de graus evolutivos entre os povos e as culturas. A concepção de raça foi aplicada para explicar o presente, mas também para traçar e projetar o futuro da nação. No Brasil, a herança colonial portuguesa, identificada com a escravidão, a mestiçagem, a vida cultural incipiente e o mandonismo, foi interpretada ordinariamente como causa do atraso geral do país. Os seus escolhos, o espírito de rotina, a mediocridade da vida cultural e material deviam ser denunciados e eliminados para encaminhar o país para o progresso e a modernização.

Nas décadas de 1920/1930, emergiu o discurso de valorização da tradição e da positividade da herança ibérica/portuguesa no Brasil. Desde o século XIX, esse discurso perpassava a representação da nação brasileira elaborada e defendida pela intelectualidade brasileira lusófila e pelos brasilófilos portugueses. Adquiriu maior vigor, contudo, ao incorporar a concepção de cultura como linha mestra para explicar as relações luso-brasileiras, tendo como base a idéia de que a mestiçagem era o fundamento da identidade brasileira e fator indissociável, senão o principal, da herança portuguesa.

A defesa da herança portuguesa, dos laços singulares e da aproximação entre Brasil e Portugal, consubstanciados na idéia do luso-brasileirismo, teve vários propagadores em ambos os lados do Atlântico. Nesse estudo foi destacada a figura do intelectual Carlos Malheiro Dias como uma trajetória individual exemplar de um fenômeno cultural, o luso-brasileirismo. Há vários motivos para a menção especial desse escritor para a compreensão das relações culturais Brasil-Portugal. Vinculado de forma sentimental, cultural e política ao Brasil, Malheiro Dias defendeu a primazia de Portugal na formação da sociedade brasileira aliando um exagerado lusocentrismo à brasilofilia. Essa posição foi explicitada em elaboradas performances discursivas, comprovadas na oratória e na escrita.

No pensamento de Malheiro Dias, o luso-brasileirismo impregnava-se de uma linguagem política conservadora e nacionalista justificadora da presença dos imigrantes portugueses no Brasil e, principalmente, das ações intra e extra-comunitárias desempenhadas pela elite econômica e intelectual da colônia. Essa perspectiva, que privilegiou as ações das elites, identificadas como a expressão do luso-brasileirismo, estava associada à idealização da própria comunidade nacional portuguesa segundo uma interpretação cuja lógica argumentativa era antidemocrática e antiliberal. No Brasil, Malheiro Dias era o intelectual da colônia, o que melhor inseriu e articulou o discurso da lusitanidade com a presença da cultura portuguesa na sociedade brasileira inclusive a exaltação das elites da colônia.

Em relação a Portugal, Malheiro Dias atuou como um observador exterior da vida portuguesa durante a Primeira República e o início do salazarismo. Seus comentários e observações eram engajados, muito embora professasse neutralidade e isenção, e guiados pelo monarquismo e concepções nacionalistas autoritárias, efeitos de desencantos pessoais com a doutrina do liberalismo político. O Brasil era o antípoda do Portugal republicano, mas também a manifestação suprema do gênio luso e suas capacidades de colonizador dos trópicos e agente civilizacional.

Na dimensão da historiografia, a produção de Malheiro Dias encontrou-se dispersa em conferências, discursos, artigos na imprensa e, principalmente, nos textos elaborados para a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Ela estava intrinsecamente associada à ação política (a “prosa sócio-política”) e análise da realidade social. O estudo dessa obra permitiu o exame da historiografia luso-brasileira e sua atuação na sistematização dos ideais do luso-brasileirismo na memória histórica.

A edição da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* no transcurso das comemorações do centenário da Independência foi um evento significativo da difusão de crenças, valores e tradições que percorrerem as relações luso-brasileiras ao longo do século XX. Os autores da coleção primaram por afirmar uma escrita da História comprometida com a exaltação da colonização portuguesa e de Portugal na qual o mito de origem do Brasil era associado a outro mito, a do Portugal “construtor de nações”. Nesse sentido, a *História da Colonização Portuguesa do Brasil* participava daquela “obsessão temática capital” da intelectualidade portuguesa do século XIX de repor Portugal “na sua grandeza ideal tão negada pelas circunstâncias concretas da sua medíocre realidade política, econômica, social e cultural”.¹⁰⁸² De outro lado, a obra era parte do conflito de memórias ou lutas de representação desenvolvidas no Brasil em torno da história pátria desde a separação de Portugal. Escrita em um momento de grande simbolismo, o centenário da Independência em 1922, a *História da Colonização Portuguesa do Brasil* marcou um lugar funcional de memória no qual se justapôs a memória e a história do Brasil e de Portugal, constituindo-se no que seus admiradores denominaram de monumento de patriotismo, erudição e arte.

¹⁰⁸²

Eduardo Lourenço. *O Labirinto da Saudade*, 4ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991, p. 87.

A derrocada do Estado liberal-oligárquico abriu espaço para diversas concepções nacionalistas antiliberais e autoritárias concorrentes no espectro político, mas amalgamadas no processo de reforço do aparelho do Estado que culminou no Estado Novo em 1937. A representação da nação brasileira vinculou a memória histórica da nacionalidade à valorização tanto da herança colonial portuguesa e suas permanências como da mestiçagem. Ambos tornaram-se frações essenciais do discurso de identificação e unificação comunitária brasileira.

Ao término desse estudo, são necessárias algumas reflexões sobre o luso-brasileirismo nesse início do século XXI. Em primeiro lugar, o fato de que o Brasil é uma sociedade pluricultural e pluriétnica característica, inclusive, reconhecida no ordenamento político-jurídico vigente. A conformação histórica e cultural do país associa contribuições autóctones e aquelas provenientes de veios étnico-culturais extra-americanos: os europeus, principalmente os portugueses, os africanos e, mais recentemente, os asiáticos. Nesse contexto, quaisquer interpretações da sociedade brasileira que incidam de forma exclusiva sobre uma relação de superioridade e inferioridade cultural revestem-se de arcaísmo, passadismo e anacronismo. Durante muito tempo, essas características marcaram o luso-brasileirismo conferindo-lhe um viés acentuadamente lusocêntrico que feria a sensibilidade nacionalista de uma fração da intelectualidade brasileira.

Em segundo lugar, convém situar a herança ou legado português no interior da sociedade brasileira contemporânea, principalmente, os seus aspectos culturais. Há uma percepção de que, no Brasil, “Portugal se encontra em todo lugar e em lugar nenhum” (que se confronta com outra, a do Brasil “imenso Portugal”) de tal modo impregnaram-se no tecido social aquelas características trazidas pelo colonizador e depois pelo imigrante português. Apropriadas, reinventadas e enriquecidas, essas contribuições lusitanas, caso mais evidente da língua, plasmaram o Brasil lusófono parte de uma comunidade durante muito tempo restrita ao imaginário cultural e só recentemente, em 1994, e ainda de forma claudicante, materializada na esfera jurídico-política.

Em terceiro lugar, o luso-brasileirismo como proposta de aproximação Brasil-Portugal, numa dimensão cultural muito abrangente, encontra ainda os seus percalços e desafios. Como há cem anos, quando lançado e propagado por intelectuais como Bettencourt-Rodrigues, João de Barros, João do Rio, Malheiro Dias e Nuno Simões, o intercâmbio cultural luso-brasileiro está muito associado às iniciativas de uma comunidade de intelectuais portugueses e brasileiros interessados e comprometidos na publicização de suas produções literárias, na defesa da língua, na expansão do mercado editorial de língua portuguesa e no debate e exposição de idéias que alimentam e delineiam as sociabilidades literárias. Esse intercâmbio, desde o último quartel do século XX, se expandiu com a presença de novos atores – os países africanos lusófonos, o Timor Leste e a diáspora dos lusoparlantes – com os quais o mundo intelectual luso-brasileiro, especialmente a porção brasileira, desenvolve uma incipiente interlocução da qual pode advir a formação de uma comunidade cultural lusófona que ultrapasse as concepções lusocêntricas ou o lusotropicalismo freyriano.

No Brasil contemporâneo, a comunidade portuguesa de imigrantes é bastante reduzida quando comparada aos números do século XIX e meados do século XX. Mais reduzido ainda é o número de intelectuais portugueses militantes nos círculos culturais brasileiros. Situação amenizada pela velocidade dos meios para comunicação e transporte disponíveis que, em tese, torna possível outras formas de intercâmbio cultural entre brasileiros e portugueses. Aqui, porém, permanecem ainda desempenhando papel relevante, as instituições da “colônia”: os gabinetes de leitura, os liceus literários, as beneficências, clubes recreativos e outras formas associativas. Acervo imenso de memória e de história do luso-brasileirismo, estas instituições resistem às pressões do esquecimento, da indiferença e do imediatismo das políticas “culturais” ou das efemérides comemorativas “consumidas”, mas não vivenciadas, e esvaziadas do seu aspecto pedagógico original.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, recorte espacial priorizado nesse estudo, a presença da comunidade portuguesa permeou o cenário cultural e social, de modo que a urbe adquiriu um imaginário de “cidade portuguesa”.¹⁰⁸³ Essa percepção foi difundida pelas narrativas dos imigrantes que desembarcavam no Cais Pharoux ou na Praça Mauá ou de forma mais elaborada pelos intelectuais portugueses, emigrados ou não, que chegavam também em busca de oportunidades econômicas ou do exílio menos doloroso por se encontrar numa terra de língua portuguesa. “Cidade portuguesa” e cidade “luso-brasileira”, pois nela convivem memórias plurais, como demonstra a Praça XV, espaço da colônia, do império e da república; local de monumentos que homenageiam a Abertura dos Portos (D. João VI) e o negro (João Cândido). Cenário de inúmeras comemorações luso-brasileiras, o Rio de Janeiro, espelha uma dada ambiência histórica e cultural construída ao longo de cinco séculos das relações entre Brasil e Portugal e que procuramos compreender e refletir nesse estudo.

1083

Ver os artigos reunidos em Carlos Lessa (org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002 e o recente livro de Hélio de Araújo Evangelista. *Rio de Janeiro, uma cidade*

A N E X O S

ANEXO H – Prospecto Documentário da *História da Colonização Portuguesa*. (Folha-de-rosto)



História da Colonização Portuguesa do Brasil
De Sancta Cruz o nome lhe poréis

Edição monumental em 5 grandes volumes profusamente ilustrados pela polychromia, a phototypia, a lithographia e a photogravura, reproduzindo e reunindo pela primeira vez em fac-simile os principaes monumentos cartographicos e a iconographia historica relativa ao Brasil, dispersa nas bibliothecas e archivos portuguezes, brasileiros e estrangeiros

Premiada com portaria de louvor do governo portuguez, em 1 de Maio de 1919

A obra de maior sumptuosidade artistica publicada até aos nossos dias em lingua portuguesa

Com o eminente concurso da Academia de Sciencias de Lisboa, representada por uma commissão eleita em Assembléa Geral de 5 de Junho de 1919, e composta dos Srs: Lopes de Mendonça, antigo presidente da Academia; Virgilio Machado, presidente da classe de Sciencias; Julio Dantas, inspector dos Archivos e Bibliothecas Eruditas; Balthasar Osorio, professor da Faculdade de Sciencias da Universidade de Lisboa; Tenente-Coronel de Engenharia, Esteves Pereira; Antonio Baião, director do Archivo Nacional da Torre do Tombo; Pedro d'Azevedo, funcçãoario superior da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Collaboração dos mais eminentes historiadores, scientistas, paleographos e cartographos de Portugal, do Brasil e do estrangeiro, e o concurso official dos Archivos e Bibliothecas de Portugal

Sob o alto patrocínio do Governo Portuguez
(Despacho ministerial de 12 de Maio de 1919)

Direcção e coordenação litterária de Carlos Malheiro Dias Da Academia de Sciencias de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras	Direcção cartographica do Cons.^o Ernesto de Vasconcellos Cap. de Mar e Guerra, Secretario perpetuo da Sociedade de Geographia de Lisboa.
--	--

Direcção artistica do illustre pintor **ROQUE GAMEIRO**

Fonte: *Prospecto Documentário*. Rio de Janeiro: História da Colonização Portuguesa, Ltda, 1920.

FONTES

1. Manuscritas

Arquivo Histórico Nacional

- Arquivo Afonso Pena Jr. (AP 15)

Arquivo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- Arquivo Epiácio Pessoa

Real Gabinete Português de Leitura.

- Cartas diversas a Carlos Malheiro Dias.

- *A Espada e a penna*. [Manuscrito] Conferência. 1913

- *Pensadores Brasileiros*. [Manuscrito. Col. Carlos Malheiro Dias. J23]

2. Impressas

2.1. Periódicos:

Lisboa. *Arquivo Histórico Portuguez* - 1903

Lisboa/Rio de Janeiro. *Atlântico. Revista Luso-Brasileira* - 1942 e 1946.

Lisboa. *Atlantida. Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brazil* - 1915-1919.

Lisboa. *Diário de Notícias* - 1940

Lisboa. *Lvsitania* - 1924.

Lisboa. *Nação Portuguesa* - 1922/1923-1924-1926.

Lisboa. *Ocidente: Revista Portuguesa de Cultura* - 1938, 1941-1942, 1943, 1957.

Fortaleza. *O Democrata* - 2007.

Rio de Janeiro. *A Águia* - 1921.

Rio de Janeiro. *A Notícia* - 1918.

Rio de Janeiro. *A Pátria* - 1920.

Rio de Janeiro. *Alma Luzitana* - 1919.

Rio de Janeiro. *América Brasileira* - 1922.

Rio de Janeiro. *Brazileia* - 1917-1918.

Rio de Janeiro. *Diário Portuguez* - 1909.

Rio de Janeiro. *Fon-Fon* - 1918.

Rio de Janeiro. *Gazeta de Notícias* - 1941.

Rio de Janeiro. *Gil Blas* - 1921 e 1923.

Rio de Janeiro. *Jornal do Brasil* - 1975.

Rio de Janeiro. *Kosmos* - 1907.

Rio de Janeiro. *Nun'Alvares* - s.d.

Rio de Janeiro. *O Jacobino* - 1894-1896.

Rio de Janeiro. *O Malho* - 1922.

Rio de Janeiro. *O Mundo Português* - 1966.

Rio de Janeiro. *O Nacional* - 1896.

Rio de Janeiro. *O Nacionalista* - 1920.

Rio de Janeiro. *O Paiz* - 1918, 1920.
Rio de Janeiro. *Portugal Moderno* - 1909 e 1913.
Rio de Janeiro. *Revista de Imigração e Colonização* - 1940.
Rio de Janeiro. *Revista Ilustrada* - 1880.
Rio de Janeiro. *Rio Jornal* - 1918.
Rio de Janeiro. *Terra de Sol* - 1924-1925.
São Paulo. *Revista Portuguesa* - 1930.

2.2. Folhetos e Prospectos:

Folheto de propaganda. A Revista da Semana. Pelotas e Rio Grande: Livraria Universal (Etchenique & Cia.), s.d.
Prospecto de divulgação da História da Colonização Portuguesa do Brasil. Rio de Janeiro: s.d.
Prospecto de divulgação da História da Colonização Portuguesa do Brasil. Rio de Janeiro: Sociedade Editora da História da Colonização Portuguesa do Brasil. 1924.
Prospecto Documentário. Rio de Janeiro: História da Colonização Portuguesa, Ltda, 1920.

2.3 Relatórios

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Relatório (1923). 30.4.1922 até 3.5.1923.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

2.4. Livros e artigos:

ADAM, Paul. *Les visages du Brésil.* Paris: Société Générale d'Éditions (Pierre Lafitte & Cie.), 1914.
Álbum da colônia portuguesa no Brasil. Lisboa: Carinhas & Cia., 1929.
ALMEIDA, Filinto de. *Colunas da Noite.* Paris: Livraria Francesa e Estrangeira Truchy-Leroy, s.d.
AMADO, Gilberto. *Mocidade no Rio de Primeira Viagem à Europa.* Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1986.
ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Carta sobre a litteratura brazilica.* Rio de Janeiro: Typ. de J.A dos Santos Cardoso, 1869.
_____. *Obra crítica de Araripe Júnior.* v. II (1888-1894). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa, 1960.
Augusto Soares de Sousa Baptista, português do Brasil. Rio de Janeiro: Publicações do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1958.
BARBOSA, Gaspar Boaventura da Silva (Visconde de São Boaventura). *Os Portugueses no Brasil. A Pasta d'um jornalista. (Esriptos políticos, litterários e biographicos).* Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora, 1908.
BARBOSA, José. *As Relações luso-brasileiras (A imigração e a 'desnacionalização' do Brasil).* Lisboa: Tipografia do Comércio (Edição de José Barbosa), 1909.
BARROS, João de. *Caminho da Atlântida: uma campanha luzo-brazileira.* Lisboa: Livraria Profissional Editora, s.d.

- _____. *Sentido do Atlântico. Uma campanha luso-brasileira*. Paris: Aillaud & Bertrand, 1921.
- _____. *Presença do Brasil. Páginas escolhidas (1912-1946)*. Lisboa: Edições Dois mundos, 1946.
- _____. *Adeus ao Brasil*. Edição “Livros do Brasil”. Lisboa: 1962
- _____. *Cartas a João de Barros*. Seleção e Prefácio de Manuela de Azevedo. Lisboa: Livros do Brasil, s.d. [1972].
- _____. *Cartas Políticas a João de Barros*. Seleção e Prefácio de Manuela de Azevedo Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982.
- BATALHA REIS, Jaime. *O Descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- BELLO, José Maria. *À Margem dos livros*. Rio de Janeiro: Edição do Anuario do Brasil, 1923.
- BETTENCOURT-RODRIGUES. *Prováveis alianças e agrupamentos de nações: uma confederação luso-brasileira*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina. Males de Origem*, 3ª ed. [1ª edição 1905] Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- _____. *O Brasil Nação. Realidade da soberania brasileira*. 2ª ed. [1ª ed. 1931] Topbooks: Rio de Janeiro: 1996.
- _____. *O Brasil na América*. 2ª ed. [1ª ed. 1929] Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- BOMÍLCAR, Álvaro. *O preconceito de raça no Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Aurora, 1916.
- _____. *A Política no Brasil ou o Nacionalismo radical*. Ensaio de crítica social e histórica com uma apreciação do sr. Conde de Afonso Celso. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Marillo, 1920.
- _____. A recepção do dr. Álvaro Bomílcara da Cunha no Instituto do Ceará. Discurso do Dr. Álvaro Bomílcara. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XLIII-XLIV, 1929-1930, p. 338-343.
- _____. Farias Brito. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XLVIII, 1934, p. 83-87.
- _____. O problema da ortografia em face da Constituição. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo L, 1936, p. 89-99.
- _____. Floriano O Taciturno. (Notas para a sua biografia). *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo XLIII-XLIV, 1929-1930, p. 304-312.
- Brasil 1940. Homenagem a Portugal nas festas comemorativas dos Centenários da sua Fundação e Independência*. Rio de Janeiro: Câmaras Portuguesas de Comércio e Indústria, 1940.
- CABRAL, Luiz Gonzaga. *Jesuítas no Brasil (século XVI)*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1925.
- CARVALHO, Elísio de. *Bastiões da Nacionalidade*. Rio de Janeiro/Lisboa/Porto: Anuario do Brasil, Seara Nova/Renascença Portuguesa, s.d.
- _____. *Brava Gente*. Rio de Janeiro: S.A Monitor Mercantil, 1921.
- CARVALHO, Ronald de e CARVALHO, Elísio de. *Afirmações. Um ágape de intelectuais*. Rio de Janeiro: S.A Monitor Mercantil, 1921.

- CASTELO BRANCO, Camilo. *O Cancioneiro Alegre de poetas portugueses e brasileiros*. 2 v. 2ª ed. Seguida dos críticos do Cancioneiro. [Primeira edição em 1879] Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1887.
- CASTRO, Augusto de. *Homens e Sombras*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, s.d.
- CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia. Editores, 1901.
- CHAGAS, João. *De Bond. Alguns aspectos da civilização brasileira*. Lisboa: Livraria Moderna, 1897.
- DELAMARE, Alcebiades. *As Duas Bandeiras. Catolicismo e Brazilianidade*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital/Anuario do Brasil, 1924.
- DIAS, Carlos Malheiro. *A Espada ao serviço do amor e da honra*. Conferência realizada no Grêmio Literário na noite de 21 de Dezembro de 1912. Lisboa: Empresa Lusitana Editora, s. d.
- _____. *A Esperança e a Morte*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugal e Brasil Ltda Sociedade Editora – Cia. Editora Americana / Livraria Francisco Alves. s.d.
- _____. *A Mulata*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria do Povo. Quaresma & Cia., 1896.
- _____. *A Vencida*. Coimbra: França Amado – Editor, 1907.
- _____. *Apontamentos para a história da Sociedade Portuguesa de Beneficência 1840-1895*. Rio de Janeiro: Typographia de Pereira Braga & Cia., 1895.
- _____. *Camões e a Raça*. Apresentação de Joaquim Veríssimo Serrão. Reedição comemorativa do cinquentenário segundo a primeira edição (São Paulo, 1934). Vila da Trofa: Sòlivros de Portugal, 1985.
- _____. *Carta aos Estudantes Portugueses*. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada. s.d. [1922].
- _____. *Cartas de Amor (1898-1899)*. Lisboa: s.ed. 1937.
- _____. *Ciclorama crítico de um tempo (Antologia)*. Introdução de Mário Mesquita. Lisboa: Veja, 1982.
- _____. *Discurso na Sessão comemorativa do 347º Aniversário da morte de Camões e do 90º Aniversário da Fundação do Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro: Gabinete Português de Leitura, 1927.
- _____. *Discurso pronunciado por Carlos Malheiro Dias. Na sessão solene em homenagem à memória venerada do Excelentíssimo Snr. Visconde de Moraes promovida pela Federação das Associações Portuguesas do Brasil e realizada no Gabinete Português de Literatura do Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1931*. Rio de Janeiro: 1931
- _____. *Discurso pronunciado pelo eminente escritor Sr. Carlos Malheiro Dias, da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras, na cerimônia do lançamento da pedra fundamental do novo edifício e comemoração do 65º aniversário do Liceu Literário Português. 10 de setembro de 1933*.
- _____. *Em redor de um grande drama. (Antologia 1905-1925)*. Introdução de Rafael Gonçalo Gomes Filipe Lisboa: Vega, 1985.
- _____. *Entre precipícios*. Lisboa: Empresa Lusitana Editora, 1913.
- _____. *Exortação à mocidade. Nova edição precedida de uma resposta à carta – prefácio do sr. António Sérgio no seu livro “O Desejado”*. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora Arthur Brandão & Cia., 1925.

- _____. *Exortação à mocidade*. Porto: David Jorge Pereira (ed.), 1977.
- _____. (org.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 3 v. Porto: Sociedade Editora da História da Colonização Portuguesa do Brasil 1921-1924.
- _____. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Conferência realizada pelo eminente escritor Carlos Malheiro Dias no Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro: Companhia Litographica Ferreira Pinto, 1921.
- _____. Prefácio. In: Aquilino Ribeiro. *Jardim das Tormentas*. Lisboa/Rio: Aillaud, Alves & Cia/Francisco Alves & Cia., 1913.
- _____. *O Patrimônio histórico do Brasil*. Publicado no Brasil pelos Diários Associados em 2.06.1940. Reproduzido do *Diário de Notícias* (maio/1940) AIHGB. Arquivo Hélio Viana. Pasta 21
- _____. *O “Piedoso e o Desejado*. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, 1925.
- _____. *Orações e Conferências*. Lisboa: Livraria Bertrand Editora, s.d.
- _____. *Os Telles d’Albergaria*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão Livraria Editora, 1901.
- _____. *Paixão de Maria do Céu*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1902.
- _____. *Pensadores brasileiros. Pequena Antologia*. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d. [1934]
- _____. *Portugal e Brasil. Discursos pronunciados no banquete em homenagem ao illustre escriptor brasileiro snr. Paulo Barreto. Realizado no Club Ginástico Portuguez na noite de 6 de setembro de 1919*. Rio de Janeiro, s.d.
- _____. *Rumo à terra. Conferência realizada em 28 de novembro de 1916 no salão nobre do Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1917.
- _____. *Zona de Tufões*. Rio de Janeiro: Aillaud, Alves & Cia., 1912.
- DINIZ, Almáquio. *A Perpétua metrópole. (Autores e Livros de Portugal). Para a comemoração do Centenário da Independência do Brasil*. Portugal-Brasil Lda. Lisboa. s.d.
- Duas Pátrias. O que foi a visita do Sr. Dr. António José de Almeida ao Brasil*. Lisboa: Sociedade Editora O Mundo, 1923.
- EDMUNDO, Luiz. *De um livro de memórias*. 5 v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.
- ERSE, Armando (João Luso). *Textos dispersos*. Lousa: Câmara Municipal da Lousã/BML, 2001.
- _____. *Orações e palestras*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.
- ESCRAGNOLLE DÓRIA. Da conveniência de um acordo luso-brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*, Tomo LXXVI (1913), p. 573-587. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. Um século de relações luso-brasileiras (1825-1925). In: *Diário de Pernambuco*. 1º Centenário (1825-1925). Recife: 1925.
- _____. *Um século de Relações Luso-Brasileiras (1825-1925)*. Separata da Revista de História, v. 4. Lisboa: Empresa Literária Fluminense Lda., 1925.
- FIGUEIREDO, Jackson de. *Do Nacionalismo na Hora Presente*. Rio de Janeiro: Livraria Catholica, 1921.

- _____. *A Coluna de fogo*. Edição do Centro Dom Vital. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1925.
- FIGUEIREDO DE MAGALHÃES. *Camões e os Portugueses no Brasil. Reparos críticos pelo Dr. Figueiredo Magalhães*. Primeira Parte. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1880.
- FLEIUSS, Max. *A Semana. Crônicas de Saudades. (1893-1895)*. Rio de Janeiro: s/ed., 1915.
- GONDIM DA FONSECA. *Portugal na história: o Brasil e os portugueses*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Fº, 1932.
- Homenagem ao Brasil e Portugal. Livro de Ouro Comemorativo da Visita de Sua Majestade El Rei D. Carlos I aos Estados Unidos do Brazil e da Abertura dos Portos ao Commercio Mundial*. Lisboa: Escola Typographica das Oficinas de S. José, 1908.
- LABOREIRO, Simão de. *A Obra associativa dos Portugueses do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1939.
- Liceu Literário Português: 100 anos de vida a serviço do ensino e da cultura*. Rio de Janeiro: s/ed. 1968.
- LIMA BARRETO, Afonso de. *Marginalia*. Pará de Minas: Virtual Books Online M&M Editores Ltda., 2000-2003. (www.virtualbooks.com.br. Acesso em 28.7.2008).
- LINO, Raul. *Auriverde jornada. Recordações de uma viagem ao Brasil*. Lisboa: Edição de Valentim de Carvalho, 1937.
- Livro de Ouro Commemorativo do Centenário da Independência e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro – 1822 a 1922-1923*. Edição do Anuario do Brasil (Almanack Laemmert). Rio de Janeiro: 1923.
- MACHADO, Fernando Falcão e FIRMINO, Nicolau. *Pequeno tratado de história de Portugal. Pequeno tratado de história do Brasil*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1952.
- MACHADO de ASSIS. *Crítica e Variedades*. São Paulo: O Globo, 1997.
- MANO, Aníbal. *Memórias de um rapaz que embarcou para o Rio de Janeiro no ano de 1903 com doze anos*. Lisboa: s/ed., 1961.
- MOREIRA TELLES. *Brazil e Portugal (Apontamentos para a História das relações dos dois países)*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, s.d.
- Mundo Português. Imagens de uma exposição histórica. 1940*. Lisboa: Edições SNI, 1956.
- MURALHA, Pedro. *Portugal no Brasil. A colonização portuguesa*. Lisboa: Tipografia Luso-Gráfica, 1927.
- NABUCO, Joaquim. *Camões e os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1872.
- _____. *Camões: discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980. (Fac-símile da edição de 1880 impressa no Rio de Janeiro por G. Leuzinger & Filhos).
- Nacionalização do comércio. Representação dirigida ao Exmo. Snr. Presidente da República pela Propaganda Nativista e apoiada pelo Partido Nacional sobre o projeto do dep. Camillo Prates, em andamento na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Typographia e Papelaria. Fonseca, 1919.
- NASCENTES, Antenor. *Estudos filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes*. BARBADINHO NETO, Raimundo (org.). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

- OLIVEIRA, Alberto d'. *Na Outra Banda de Portugal. (Quatro annos no Rio de Janeiro)*. Lisboa-Rio de Janeiro: Portugal-Brasil Sociedade Editora/Cia. Editora Americana – Livraria Francisco Alves, 1919.
- OLIVEIRA, José Osório de. *Na minha qualidade de luso-brasileiro ... (Elementos para a historia das relações literárias entre o Brasil e Portugal)*. Lisboa: 1948.
- _____. *O sonho inútil*. Lisboa: “Casa Portuguesa”, 1957.
- OSÓRIO, Ana de Castro. *Viagens venturosas de Felício e Felizarda ao Brasil*. Lisboa: Lusitânia Editora, 1923.
- _____. *A Grande Aliança (A minha propaganda no Brasil)*. Lisboa: Edições Lusitânia, 1924.
- PAÇO D'ARCOS, Joaquim Paço d'. Carlos Malheiro Dias. Escritor Luso-Brasileiro. Ocidente, LX, (274-277), p. 1-76. *IV Colóquio Internacional dos Estudos Luso-Brasileiros*. Salvador: 1959.
- PAXECO, Fran. *Portugal e o Maranhão. (As suas Relações Comerciais)*. São Luis do Maranhão: J. Pires & Cia., 1919.
- _____. *O Pará e a colônia portuguesa*. Belém do Pará: Tip. da Livraria Gillet, 1920.
- PINTO, Álvaro. *A Nova Ortografia e o desacordo reinante*. Rio de Janeiro: Edição Terra de Sol, 1931.
- _____. *O Brasil Actual. (Duas conferências)*. Lisboa: Ed. do autor, 1935.
- _____. *São Paulo: Cidade vertiginosa*. Lisboa: Edição do Autor, 1937.
- PINTO DA ROCHA, A. *Conferência sobre A História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Sessão comemorativa da fundação do Gabinete Português de Leitura, 14 de maio de 1924. Rio de Janeiro: Gabinete Português de Leitura, 1924.
- Portugal – Brasil. A hora gloriosa da raça. A travessia aérea do Atlântico. A visita de S. Excia. O snr Presidente da República Portuguesa. O raid New York – Rio. (2ª edição)*: 1922.
- POTOCKA, Selda. *Consultório da Mulher*. Lisboa: Centro Typographico Colonial, 1915.
- QUEIROGA, João Salomé. *Arremedos: lendas e cantatas populares*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1873.
- QUEIROZ, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro. s.d.
- RIBEIRO, João e ROMERO, Silvio. *Compêndio de História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.
- RIBEIRO, João. *A Língua Nacional*. Edição da “Revista do Brasil”. Monteiro Lobato & Cia., 1921.
- _____. *Cartas devolvidas*. Porto/Paris: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, Lda./Aillaud & Bertrand, 1926.
- _____. *História do Brasil*. 13ª ed. refundida, revista e melhorada. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935.
- RIO, João do. *O Momento Literário*. [1ª edição 1907] Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.
- _____. *Portugal d'Agora. Lisboa-Porto. Notas de viagem. Impressões*. Rio de Janeiro: Paris: H.Garnier Livreiro Editor, 1911.
- RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- ROMERO, Silvio. *O Elemento Portuguez no Brasil*. Rio de Janeiro: s.ed.,1902.

- _____. *A América Latina (Análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim)*. Porto: Livraria Chardron, 1906.
- _____. *História da Literatura Brasileira*. 6ª ed. [1ª edição, 2 tomos – Rio de Janeiro: B.L Garnier, 1888.] Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1960.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de. *Porque me orgulho de ser português*. 2ª ed. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926.
- SAMPAIO BRUNO. *O Brasil Mental. Esboço crítico*. 2ª ed. [Primeira edição, 1898]. Porto: Lello Editores, 1997.
- SCHWALBACH, Eduardo. *A lareira do passado. Memórias*. Lisboa: Edição do Autor, 1944.
- SEVERO, Ricardo. *A República Lusitanica*. Rio de Janeiro: s/ed., 1923.
- _____. *Oração ao Presidente Dr. Getúlio Vargas*. Homenagem dos Portugueses do Brasil em 17.06.1939.
- SILVA, Henrique Corrêa da. *Missão Diplomática do conde de Paço d'Arcos*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1974.
- SILVA, José Jorge Paranhos da. *Ensaio sobre o Patriotismo por um nativista*. Rio de Janeiro: Typografia Carioca, 1889.
- SOMBRA, José. A recepção do dr. Álvaro Bomílcar da Cunha no Instituto do Ceará. Discurso pronunciado pelo sr. Dr. José Sombra, orador designado pelo Instituto para receber o novo sócio. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XLIII, XLIV, p. 332-338.
- TABORDA, Humberto. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. Primeiro Centenário. Rio de Janeiro: 1937.
- TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. 4ª ed. [1ª edição 1914] São Paulo/Brasília: Cia. Editora Nacional/Editora Universidade de Brasília, 1982.
- TORRES, Antonio. *Pasquinadas Cariocas*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921.
- _____. *As Razões da Inconfidência*. 3ª ed. Rio de Janeiro: A.J Castilho, 1925.
- _____. *Prós e Contras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: A.J Castilho -Editor, 1925
- _____. *Verdades Indiscretas*. 3ª ed. [1ª ed. 1920]. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1925.
- VARNHAGEN, Francisco. *Florilégio da Poesia Brasileira*. T. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.
- VEIGA SIMÕES. *D'Aquem e D'além mar. Portugal & a Amazônia. Estudos de Política econômica*. Typografia da Livraria Palais Royal (César, Cavalcanti & Cia.): Manaus, 1916.
- VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. 5ª ed. [1ª edição 1911] Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1969.
- _____. *Homens e Cousas estrangeiras*. Segunda Série 1901 - 1902. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, 1905.

BIBLIOGRAFIA

1. Livros:

- AAVV. *Intelectuais e artistas portugueses no Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Americanos Fernando Pessoa, 1992.
- AGUIAR, Armando de. *Portugueses do Brasil*. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1944.
- ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos, 1994.
- ALVES FILHO, Aluizio. *O pensamento político no Brasil. Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1979.
- ANACLETO, Regina e BERRINI, Beatriz. *O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. São Paulo: Dezembro Editorial, 2004.
- ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. 4ª ed. São Paulo/Brasília: Livraria Martins Editora/Instituto Nacional do Livro/MEC, 1972.
- ATAÍDE, Tristão de. *Teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Gilberto Mendonça Teles. Rio de Janeiro/Brasília: Livros Técnicos e Científicos Editora/Instituto Nacional do Livro, 1980.
- AXT, Gunter Axt e SCHULER, Fernando Schuler (Orgs.). *Intérpretes do Brasil. Ensaios de Cultura e Identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.
- BARBOSA, Raul de Sá. *Antonio Torres. Uma Antologia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- BERSTEIN, Serge (org.). *Les Cultures Politiques en France*. Paris: Seuil, 1999.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. [Trad. Sérgio Miceli]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *As Regras da Arte*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BRINCHES, Victor. *Dicionário Biobliográfico Luso-brasileiro*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965.
- BRITO, Eugênio Leitão de. *Fran Paxeco no Brasil*. Belém: Grêmio Literário e Recreativo Português, 1994.
- BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- BRITO BROCA. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- _____. *Horas de leitura*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Instituto Nacional do Livro, 1957.
- _____. *Machado de Assis e a Política e outros estudos*. Rio de Janeiro: “Organização Simões” Editora, 1957.
- BUENO, Eduardo. *A Viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- _____. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- _____. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- _____. *A Coroa, a cruz e a espada*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos Decisivos 1750-1880*. 10ª edição revista e ampliada pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

- CARNEIRO, José Domingues. *Imigração e Colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil/Faculdade Nacional de Filosofia, 1950.
- CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Briguiet & Cia. Editores, 1919.
- CASTRO, Augusto de. *Homens e Sombras*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, s.d.
- CASTRO FILHO, Manoel Ferreira de. *Gabinete, sacário da luso-brasilidade*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. [Trad. Maria Manuela Galhardo]. Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990.
- _____. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. [Trad. Patrícia Chittoni Ramos]. Porto Alegre: Editora da UFRGS 2002.
- CHORÃO, João Bigotte. *Carlos Malheiro Dias na ficção e na História*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), 1992.
- _____. *Galeria de retratos*. Porto: Lello Editores, 2000.
- COMPAGNON, Antoine. *Le Démon de la théorie. Littérature et sens commun*. Paris: Éditions du Seuil, 1998.
- _____. *Les antimodernes de Joseph de Maistre à Roland Barthes*. Paris: Éditions Gallimard, 2005.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *O pardal na janela*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do Pensamento crítico*. v. 1. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana/Prolivro, 1974.
- _____. *Introdução à Literatura no Brasil*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CRULS, Gastão. *Antonio Torres e seus amigos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1950.
- DIEGUES JÚNIOR, Manoel. *Imigração, Urbanização e Industrialização*. Rio de Janeiro: Inep/MEC, 1964.
- EVANGELISTA, Hélio de Araújo. *Rio de Janeiro, uma cidade portuguesa, com certeza*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.
- FIALHO D'ALMEIDA. *Camilo, Eça & Malheiro Dias*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1941.
- FRANÇA, José-Augusto. *Os Anos Vinte em Portugal. Estudo de factos sócio-culturais*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmitt, Ltda., 1933.
- _____. *O Mundo que o Português criou & Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. 2ª ed. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1940.
- _____. *Sociologia. Introdução ao Estudo dos seus Princípios*. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945.
- FURET, François. *A oficina da história*. [Trad. Adriano Duarte Rodrigues] Lisboa: Gradiva, 1991
- GADAMER, Hans Georg. *O problema da consciência histórica*. [Trad. Paulo César Duque Estrada] 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. [Trad. Maria Lúcia Machado]. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio III: Sobre teoria da história e historiografia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1971.
- GONZAGA DUQUE. *Impressões de um amador. Textos esparsos de crítica (1882-1909)*. GUIMARÃES, Julio Castañon e LINS, Vera. (org.) Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua história*. [Trad. Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza]. 2ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo (Edusp), 2005.
- HUTTON, Patrick. *History as an art of memory*. University Press of New England: Hanover and London, 1993.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Editora Nova Fronteira/Editora UFMG, 2000.
- JOÃO, Maria Isabel. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002.
- LEÃO, Múcio. *Vida de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter nacional brasileiro. História de uma Ideologia*. 2ª ed. revista, refundida e ampliada. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.
- LESSA, Carlos (org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Portugueses em Brasil en Siglo XX*. Madrid: Editorial MAPFRE, S.A, 1994.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer e MAIA, Laura Lahmeyer Leite. *Cartas de Antônio Dias Leite (1870-1952): Um olhar sobre uma época de transformação*. Rio de Janeiro: Lidador Editora, 2005.
- LOPES, Norberto. *Sarmento Pimentel ou uma geração traída. Diálogos de Norberto Lopes com o autor das "Memórias do Capitão"*. Lisboa: Editorial Áster, 1977.
- LOPES, Óscar. *Entre Fialho e Nemésio. Ensaio de Literatura Portuguesa Contemporânea*. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987.
- LOPES, Óscar e SARAIVA, Antonio José. *História da Literatura Portuguesa*. 9ª ed. Porto: Porto Editora, 1976.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade*, 4ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- _____. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1999.
- MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1974.
- MARQUES, A.H. de Oliveira. *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.
- MARQUES, Gastão. *Relações Culturais luso-brasileiras: entrevistas e comentários*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1983.

- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*, v. IV (1877-1896). 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1979.
- _____. *História da Inteligência Brasileira*. v. II (1794-1855). 3ª ed. São Paulo: T.A Queiroz, 2001.
- _____. *A Idéia modernista*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- MAUL, Carlos. *O Rio de Janeiro da Bela Época*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1967.
- MELLO, Martinho Nobre de. *Rumo do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis; desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da Literatura Brasileira. Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. 3ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora/Instituto Nacional do Livro, 1973.
- MOISÉS, Massaud. *A Literatura Portuguesa*. 12ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.
- MONTEIRO, Mario. *Bilac e Portugal*. Lisboa: Agencia Editorial Brasileira, 1936.
- MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1992.
- NETTO, Accioly. *O império de papel – os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- NEVES, João Alves. *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Lisboa: Livraria Bertrand/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), 1992.
- OLIVEIRA, Candido de. *Três épocas. Um pouco de história do Liceu Literário Português*. Rio de Janeiro: s.ed., 1956.
- OLIVEIRA VIANNA, F.J. *Populações meridionais do Brasil. (História. Organização. Psicologia)*. Primeiro Volume: Populações rurais do Centro-sul (Paulistas – Fluminenses – Mineiros). São Paulo: Edição da “Revista do Brasil”. Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1920.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, 5ª ed., 4ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAULO, Heloísa. “*Aqui também é Portugal*”. *A Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.
- PERES, Damião. *Albino Souza Cruz. Uma vida, uma obra, um exemplo*. Lisboa: Cia. Editora do Minho, 1961.
- PINTO, Edith Pimentel. (sel. e apresentação). *O Português do Brasil. Textos críticos e teóricos. 1820-1920. Fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- POCOCK, John G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- POMIAN, Krzysztof. *Sur l'histoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1999.
- RAMOS, José Feliciano. *Estudos de História Literária do século XX*. Lisboa: Edição de Álvaro Pinto (‘Ocidente’), 1958.
- RAMOS, Rui. *História de Portugal. A Segunda Fundação (1890-1926)*. In: MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*. v. VI. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- REGO, António da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos. Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

- RIBEIRO, Maria Aparecida. *História Crítica da Literatura Portuguesa*. v. VI (Realismo e Naturalismo). In: REIS, Carlos (coord.). *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.
- RIBEIRO COUTO, Rui. *Sentimento lusitano*. Lisboa: Edição “Livros do Brasil”, 1963.
- RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. [Trad. Ana Moura]. Lisboa: Editorial Estampa 1998.
- ROMERO, Luis Alberto. *História Contemporânea da Argentina*. [Trad. de Eduardo Barreiros]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- SARAIVA, Arnaldo. *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português: Subsídios para o seu Estudo e para a História das suas relações*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*. 4 v. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil. 1850-1938*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica/Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.
- SILVA, Pedro Ferreira da. *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977.
- SILVEIRA, Pedro da. *Os Últimos Luso-Brasileiros. Sobre a participação de brasileiros nos movimentos literários portugueses do Realismo à dissolução do Simbolismo*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.
- SIMÕES, João Gaspar. *História do Romance português*. v. 3. Lisboa: Estúdios Cor, 1972.
- SIMÕES, Nuno. *Actualidade e permanência do luso-brasilismo. (Conferências e Discursos). 1945-1955*. Lisboa: Edição do Autor, 1960.
- SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. [Trad. Cláudia Brito]. Lisboa: Gradiva, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da Literatura Brasileira*. 2ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.
- TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro. Apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- THIESSE, Anne-Marie. *A Criação das Identidades Nacionais. Europa – século XVIII-XX*. [Trad. Sandra Silva]. Lisboa: Actividades Editoriais Lda., 2000.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: UFRJ/Fapesp, 2002.
- TORGA, Miguel. *A Criação do Mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- _____. *Ensaio e Discursos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.
- VARELA, Joana Morais (org.). *Pequeno Roteiro da História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Instituto Português do Livro, 1982.
- _____. *Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura. Edição Século XXI*. 29 v. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2001.
- VIEIRA, Nelson H. *Brasil e Portugal. A imagem recíproca (O mito e a Realidade na Expressão literária)*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.
- WHEELER, Douglas L. *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978.
- ZUQUETE, Afonso. *Nobreza de Portugal*. v. 3. Lisboa: Editorial Enciclopédia Lda., 1960.

2. Artigos

- ABREU, Maria Fernanda. Mulata e histórica: um retrato brasileiro de Malheiro Dias. In: MARGATO, Izabel (org.). *Figuras da lusofonia. Cleonice Berardinelli*. Lisboa: Instituto Camões, 2002, p. 109-117.
- ALVES, Jorge Luís dos Santos. Uma Imagem da Imigração Portuguesa: filantropia, honestidade e trabalho. *Anais da XVIII Reunião*, p. 315-319. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), 1998.
- AMALVI, Christian. Le 14-Juillet. Du Dies irae à jour de fête. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*. v. I (La République). Paris: Éditions Gallimard, 1984, p. 421-472.
- ANDRADE, Luís Crespo de. Introdução. Quatro notas breves. Vvaa. *Revistas, Idéias e Doutrinas*. *Leituras do Pensamento Contemporâneo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 11-18.
- ATAIDE, Tristão de. Prefácio. In: José Veríssimo. Prefácio. *História da Literatura Brasileira*. 5ª ed. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1969.
- BENTO, Fernando Hernâni. Bernardino Machado. Algumas referências biográficas. In: COSTA, Artur Sá da (coord.). *Gentes da terra*. Vila Nova de Famalicão: Quase Edições, 2006, p. 17-77
- BERGER, Stefan; DONOVAN, Mark; PASSMORE, Kevin. Apologias for the nation-state in Western Europe since 1800. In: BERGER, Stefan; DONOVAN, Mark; PASSMORE, Kevin (org.). *Writing National Histories. Western Europe since 1800*. Routledge: London/New York, 1998, p. 3-14.
- BERTHIER, Patrick. Écritures de l'histoire au XIX siècle. In: BERTHIER, Patrick e JARRETY, Michel (dir.) Modernités. XIX – XIX siècle. *Histoire de la France Littéraire*, t. 3. Paris: Presses Universitaires de France, 2006, p. 336-353.
- BESSONE, Tânia e NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. As Relações Culturais ao Longo do Século XIX. In: CERVO, Amado e MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000, p. 225-252.
- BEYRIE, Jacques. Les Crises Majeures, 1917-1936. In: BENASSAR, Bartolomé. *Histoire des Espagnols*. v. 2, XVIII-XX siècle. Paris: Armand Colin, 1985, p. 261-307.
- BOUÇAS, Edmundo. João do Rio: descobrir Portugal/redescobrir o Brasil. *Convergência Lusíada* (17), p. 91-101. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da História Oral*. [Trad. Luiz Alberto Monjardim, Maria Lucia Magalhães e Maria Izabel Almeida]. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre e CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural (debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier). In: CHARTIER, Roger (dir.). *Práticas da Leitura* [Trad. Cristiane Nascimento]. 2ª ed. revista. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 231-253.
- BRITO, Mario da Silva. A Revolução Modernista. In: COUTINHO, Afrânio e COUTINHO, Eduardo de Faria (dir.). *A Literatura no Brasil*. 5ª ed. rev. e atual. v. 5. S.Paulo: Global, 1999, p. 4-42.

- BRITO BROCA. Coelho Neto romancista. In: HOLLANDA, Aurélio Buarque de. (coord.rev. notas). *O Romance brasileiro (de 1752 a 1930)*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1952, p. 223-243.
- BUESCU, Ana Isabel. Um mito da nacionalidade: o milagre de Ourique. In: BETHANCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada. *A Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991, p. 49-69.
- CAETANO, Marcelo. Carlos Malheiro Dias Historiador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (312), p. 269-282. Rio de Janeiro: Jul-Set. 1976.
- CARDOSO, Wilton. A Língua literária. In: COUTINHO, Afrânio e COUTINHO, Eduardo de Faria (dir.). *A Literatura no Brasil*. 5ª ed. rev. e atual. v. 1. S.Paulo: Global, 1999, p. 172-184.
- CASTELO, Cláudia. O lugar do Brasil na ideologia colonial durante o Estado Novo. *Actas do Congresso Luso-brasileiro Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*. v. 1, p. 625-632. Lisboa: CNCDP, 2000.
- CASTRO, José Ariel. Formação e desenvolvimento da língua nacional brasileira. In: COUTINHO, Afrânio e COUTINHO, Eduardo de Faria (dir.). *A Literatura no Brasil*. 5ª ed. rev. e atual. v. 1. S.Paulo: Global, 1999, p. 260-387.
- CATROGA, Fernando. Cientismo, política e anticlericalismo. In: TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço (coord.). *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v. V, p. 495-514.
- _____. O Romantismo. In: TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço (coord.). *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v. V, p. 545-561.
- _____. Ritualizações da história. In: TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Maria Amado e CATROGA, Fernando (coord). *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Sociedade Industrial Gráfica, 1998, v. II, p. 221-361.
- CORTESÃO, Jaime. História de uma história. In: Souza Cruz. *Juízos sobre a sua vida e a sua obra*. Homenagens que lhe foram prestadas em 1 de Setembro de 1944 no Brasil e em Portugal. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945, p. 55-73.
- COUTINHO, Afrânio. Prefácio da segunda edição (1968). In: COUTINHO, Afrânio e COUTINHO, Eduardo de Faria (dir.). *A Literatura no Brasil*. 5ª ed. rev. e atual. v. 1. S.Paulo: Global, 1999.
- _____. A crítica literária romântica. In: COUTINHO, Afrânio e COUTINHO, Eduardo de Faria. (dir.) *A Literatura no Brasil*. 5ª ed. rev. e atual. v. 3. S.Paulo: Global, 1999, p. 322-346.
- _____. Ainda e sempre a literatura brasileira. In: COUTINHO, Afrânio e COUTINHO, Eduardo de Faria. (dir.) *A Literatura no Brasil*. 5ª ed. rev. e atual. v. 6. S.Paulo: Global, 1999, p. 311-361.
- EAKIN Marshall C. Race and Identity: Sílvio Romero, Science, and Social Thought in Late 19th. Century Brazil. *Luso-Brazilian Review*, XXII (2), p. 151-174. University of Wisconsin, 1985.

- EL-FAR, Alessandra. Crítica social e idéias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos 'romances para homens' de finais do século XIX e início do século XX. Cadernos Pagu, n° 28. Campinas: Jan./Jun 2007. Versão Eletrônica: www.Scielo.Br. [Acesso em 20.8.2007]*
- EZQUENA, Ramón. Hispanoamericanismo. In: BLEIBERG, Germán. *Dicionário de Historia de Espana*. 3 v. 2ª reimpressão. Madrid: Alianza Editorial, 1986, v. II, p. 368-373.
- _____. Pinzón, Vicente Yáñez. *Dicionário de Historia de España*. 3 v. 2ª reimpressão. Madrid: Alianza Editorial, 1986, v. III, p. 272-273.
- FALCON, Francisco. Historiografia Portuguesa Contemporânea. Um ensaio histórico-interpretativo. *Estudos Históricos* (1), p. 79-99. Rio de Janeiro: 1988.
- FERREIRA, Arminda. O luso-brasileirismo na perspectiva de Nuno Simões: esboço de um estudo biográfico. In: COSTA, Artur Sá da (coord.). *Gentes da terra*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2006, p. 79-98.
- FERREIRA, David. Integralismo Lusitano. In: SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*, v. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 133-149.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Duarte Leite. In: SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*. v. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 696-699.
- GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de Si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7-24.
- GONÇALVES, Williams. Brasil e Portugal: Diplomacia e Política. *Convergência Lusíada* (17), p. 393-402. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2000.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de confluência. *Convergência Lusíada* (24), p.256-264. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 2007.
- _____. Jaime Cortesão (1884-1960). In: Autores Luso-Brasileiros. Verbetes. *Convergência Lusíada* (22), p. 317-322. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 2006.
- _____. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil Colonial. *Revista Brasileira de História*. v. 24, n° 48, p. 146-167. São Paulo: Anpuh/Fapesp, 2004.
- HOBBSAWM, Eric. A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870-1914. In: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. [Trad. Celina Cardim Cavalcante]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 271-316.
- IGLÉSIAS, Francisco. Prefácio a 3ª edição. In: TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. 4ª ed. São Paulo/Brasília: Cia. Editora Nacional/Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 11-29.
- JOÃO, Maria Isabel. O Brasil nos centenários, do final de Oitocentos. *Actas do Congresso Luso-brasileiro Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*. v. I, p. 709-721. Lisboa: CNCDP, 2000.
- _____. Organização da memória. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 2000, v. IV, p. 376-402.

- _____. Comemorações e Mitos da Expansão. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 2000, v. IV, p. 403-424.
- _____. Percursos da Memória: centenários portugueses no século XIX. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas* (8). Lisboa: Instituto Camões, Jan.Mar.2000. [versão online Acessada em 15.2.2007]
- LEONE, Eduardo Metzner. *Os comendadores. Idéias, fatos e documentos*. Rio de Janeiro: Portugal em Foco, 1964.
- MAGALHÃES, José Calvet. O século XX. In: In: CERVO, Amado e MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000 p. 255-397.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O imigrante português no mundo do trabalho, nos movimentos sociais e nas organizações sociais do Rio. In: LESSA, Carlos (org.) *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, p. 201-239.
- MARTINS, Wilson. A literatura e o conhecimento da terra. In: COUTINHO, Afrânio e COUTINHO, Eduardo de Faria (dir.). *A Literatura no Brasil*. 5ª ed. rev. e atual. v. 1. S.Paulo: Global, 1999, p. 233-243.
- MILZA, Pierre. Les cultures politiques du nationalisme français. In: BERNSTEIN, Serge (dir.). *Les Cultures Politiques en France*. Paris: Éditions du Seuil, 1999, p. 315-353.
- _____. Avant-propos. *Relations Internationales* (12), hiver 1977, p. 277-279. Paris.
- _____. La migration internationale: un enjeu épistémologique? *Relations Internationales* (54), été 1988, p. 127-137. Paris.
- MONTELLO, Josué. Presença de Portugal no Maranhão. *Atlântico. Revista Luso-Brasileira* (1), p. 15-24. Nova Série. Rio de Janeiro/Lisboa: DNI-SNI, 1946.
- _____. Marcas literárias da comunidade luso-brasileira. *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa* (4), p. 72-93. Lisboa: 1968.
- _____. *Um português esquecido na História Cultural do Brasil*, p. 99-114. Separata dos Anais, II Série, v. 30. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1985.
- MORETTI, Mauro. The search for a “national” history. In: BERGER, Stefan; DONOVAN, Mark; PASSMORE, Kevin (org.). *Writing National Histories. Western Europe since 1800*. Routledge: London/New York, 1998, p. 110-122.
- NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In: NORA, Pierre. (dir.). *Les Lieux de mémoire*. v. I – *La République*. Paris: Éditions Gallimard, 1984, p. XV-XLII.
- _____. De la République a la Nation. In: NORA, Pierre. (dir.). *Les Lieux de mémoire*, v. I (*La République*). Paris: Éditions Gallimard, 1984, p. 651-659.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário e Poder Cultural: as comemorações do Descobrimento. *Estudos Históricos* (26), p.183-202. Rio de Janeiro: 2000.
- _____. As festas que a república manda guardar. *Estudos Históricos* (4), p. 172-189. Rio de Janeiro: 1989.
- OLIVEIRA, Paulo Fernando da Motta de. “A Águia”. Portugal e seu destino durante a Primeira República. *Estudos Portugueses e Africanos* (23), p. 57-63. Campinas: Unicamp, 1994.

- PAIVA, Melquíades Pinto. Os portugueses e a nacionalização da pesca no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*, p. 43-61. Rio de Janeiro: Ano 168, n° 435, Abr. Jun 2007.
- PONCIONI, Cláudia. “Muito d’Alma ... a amizade literária entre João do Rio e João de Barros, cartas de 1912 a 1921. *Convergência Lusíada* (24), p. 196-210. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2007.
- RAYNAUD, Philippe. La Commémoration: illusion ou artifice? *Le Débat* (78), p. 106-115 Paris: Janvier/Février 1994.
- REIS, Bruno Cardoso. Salazar e o Brasil. Em torno do Tratado de Amizade e Consulta de 1953. *Actas do Congresso Luso-brasileiro Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*, v 1, p. 609-619. Lisboa: CNCDP, 2000.
- RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 12-43.
- RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM Manoel. *A América Latina. Males de Origem*, 3ª ed. [1ª edição 1905] Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 9-20.
- RIOS, José Artur. O Papel social do comendador português no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)* (424), p. 309-321. Rio de Janeiro: Ano 165, Jul.-Set. 2004.
- ROSAS, Fernando. O Estado Novo nos anos 30. In: ROSAS, Fernando (coord.). *Portugal e o Estado Novo (1926-1974). História de Portugal*, v. 7. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 243-299.
- ROUSSELLIER, Nicolas. La culture politique libérale. In: BERNSTEIN, Serge (dir.). *Les Cultures politiques en France*. Paris: Éditions du Seuil, 1999, p. 69-112.
- ROWLAND, Robert. Portugueses no Brasil: projectos e contextos. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. v. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 348-373.
- SERRÃO, Joel. Jaime Cortesão. In: SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*. v I. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 715-716.
- SINDER, Valter. A Reinvenção do Passado e a Articulação de Sentidos: o Novo Romance Histórico Brasileiro. *Estudos Históricos* (26), p. 253-264. Rio de Janeiro: 2000.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. [Trad. Dora Rocha]. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996, p. 231-269.
- SMITH, Anthony. The Crisis of dual Legitimation. In: HUTCHINSON, John & SMITH, Anthony (ed.). *Nationalism*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1994, p. 113-121
- TAGUIEFF, Pierre-André. Face à l’immigration; mixophobie, xénophobie ou sélection. Un débat dans l’entre-guerres. *Vingtième-Siècle. Revue d’Histoire* (47), p. 103-131. Paris: Presses de Science Po, Juillet-Sept. 1995.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. O Bom Povo Português: antropologia da nação e antropologia do império. In: L’ESTOILE, Benoit; NEIBURG, Federico e SYGAUD, Lygia (orgs.). *Antropologia, impérios e estados nacionais*. [Trad. e rev. Marcela Coelho de Souza]. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fapesp, 2002, p. 95-123.
- TORGAL, Luis Reis. “Literatura oficial” no Estado Novo. Os Prêmios Literários do SPN/SNI. *Revista de História das Idéias* (20), p. 405-406. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 20, 1999.

TORRES, Alexandre Pinheiro. A Mulata de Carlos Malheiro Dias: uma obra exemplar de catequese naturalista. *Ensaios escolhidos I. Estudos sobre as literaturas de língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989, p. 31-49.

VITOR, Ângela Bonifácio. Sentido do Atlântico em João de Barros. *Convergência Lusíada* (18), p. 43-53. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2001.

3. Dissertações e Teses:

ALVES, Jorge Luís dos Santos. *Imigração e Xenofobia nas relações luso-brasileiras (1890-1930)*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, 1999.

GONÇALVES, Williams. *O Realismo da fraternidade. As relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek*. Tese de Doutorado em Sociologia das Relações Internacionais apresentada a Universidade de São Paulo. 2 v. São Paulo: 1994.

* * *

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)